

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**MARCIO RUFINO SILVA**



**A reprodução do urbano nas tramas da metrópole:  
Operação Urbana Consorciada Vila Sônia**

**São Paulo**  
**2013**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**MARCIO RUFINO SILVA**

**A reprodução do urbano nas tramas da metrópole:  
Operação Urbana Consorciada Vila Sônia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana.

Orientadora: Profa. Dra. Amélia Luísa Damiani

**São Paulo**  
**Mai de 2013**

Autorizo a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir de junho de 2011

Imagens da capa: Rodovia Raposo Tavares, km 13, sentido interior, em primeiro plano, com vista para as imediações do Jardim Bonfiglioli, em segundo plano, em julho de 2010; Rodoanel Oeste, sentido Rodovia Presidente Castello Branco, tomada das imediações do Parque Tizo e Vila Nova Esperança, em setembro de 2010. Fotos do autor.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586r Silva, Marcio Rufino  
A reprodução do urbano nas tramas da metrópole:  
Operação Urbana Consorciada Vila Sônia / Marcio Rufino  
Silva ; orientadora Amélia Luísa Damiani. - São  
Paulo, 2013.  
455 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Geografia. Área de concentração:  
Geografia Humana.

1. caminhos e fronteiras. 2. classes sociais. 3.  
economia política. 4. Estado. 5. política urbana. I.  
Damiani, Amélia Luísa, orient. II. Título.

*A José e Mônica, meus pais, pela vida que me deram e por tudo que me proporcionam.*

*A Amélia Luísa Damiani, pela orientação, pela convivência e pela amizade.*

## **Agradecimentos**

A Rodison, companheiro de alegrias, debates, angústias e de vida.

Aos companheiros (e amigos) de Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) de ontem e de hoje, cujos debates e conversas tanto ensinam: Luciano Marini, Jean, Creuza, Ricardo Baitz, Alexandre Rocha (*in memoriam*), Evânio, Flávia, Marco, Clébio, Celina, Bruno, Rafael e tantos outros.

Aos companheiros e amigos Luciano Ximenes e Alexandre Rodrigues, que, mesmo distantes, tão próximos, em todos os sentidos.

A Livia Fioravanti e Marli de Barros, cuja amizade foi uma das mais belas aquisições desta pesquisa, que ora se transforma em Tese.

A Simone Mariana, amiga no sentido mais intenso do termo, pelo quanto aprendemos juntos nesses últimos dez anos de convivência.

Aos amigos de Filosofia, Gustavo e Sandra, por nossas conversas e pelo quanto ensinam sobre o valor do conhecimento em suas múltiplas faces. Ainda em Filosofia, a Profa. Maria das Graças, Mariana, Christian, Thiago, Juliana, Moisés, Patrícia, Isadora, Robson, pelas mesmas razões e pela agradável convivência nesses anos de Pós-Graduação.

Aos colegas de labuta, cuja seriedade tanto me ensinou nesses anos, especialmente Marisa, Paola, Edmir, Ricardo Nukui, Ricardo Fiziotto, Iracema, Débora, Ana Paula e Eliane Sanches.

A Maria José Querido e Iracema, pelas valiosas pistas quanto às ancestralidades do Butantã.

Aos companheiros (e vizinhos) de Butantã e Vila Sônia: Martha Pimenta, Sérgio Reze, Pedro Guasco, Lúcia Campos, Patrícia Yamamoto, Cecília Pellegrini, Dinho Nascimento, Renato Astray... Suas lutas e sua perseverança ficarão para sempre gravadas em nossa história.

Aos companheiros (e também vizinhos) do Distrito Raposo Tavares: Mário Martini, Janete, Lia da Vila Nova Esperança, pelas mesmas razões daqueles do Butantã. E que suas lutas sempre se convertam em vida melhor para aquelas populações.

A Monique e Marcos, pela fraternidade e pelo ancoro nessa existência, e a Marília, por compartilhar dessa fraternidade.

Aos professores que fizeram parte de minha formação, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, por me admitirem o desvendamento do mundo.

## Resumo

SILVA, Marcio Rufino. **A reprodução do urbano nas tramas da metrópole:** Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. 2013. 455 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

São Paulo, metrópole “global” e do terciário avançado, tem conhecido, sobretudo nas últimas três décadas, a efetivação de operações urbanas em praticamente todas as regiões da cidade. Na escala municipal, a região compreendida pelos distritos do Butantã, Rio Pequeno, Morumbi e Vila Sônia torna-se objeto da composição desse instrumento urbanístico, a partir da chamada Operação Urbana Consorciada Vila Sônia (OUCVS). As reestruturações e modificações postas nos variados projetos da OUCVS estão francamente relacionadas ao lugar que a região ocupa na metrópole, cuja forma e conteúdo são herdeiros dos caminhos e fronteiras progressos (reafirmando formas progressas da propriedade), tanto em relação aos fluxos viários quanto às possibilidades econômicas do contemporâneo mercado imobiliário e seu crescente interesse por certas áreas consideradas “estratégicas” no município de São Paulo. Discernindo tal estratégia do espaço, trata-se também em considerar a reprodução das relações sociais de produção, assentando-se a espacialidade desse fenômeno nas tessituras do cotidiano; este, em sua materialidade, conduz ao necessário tratamento, neste trabalho, das camadas e classes sociais, bem como suas complexas tramas de relações. Assim, admitindo o desnível constante entre a(o) política(o) e a economia política, operados no corpo da reprodução das relações sociais de produção, sugerimos a consideração da política média como o devir dessa forma social, cujo fundamento se ancora em reiterativa alienação, mistificação, reificação e fetichização. Reconhecendo tais fundamentos, poder-se-ia abrir vias no intento da urgente superação do discurso, do pensamento e das práticas ancoradas ao Estado e a essa economia.

Palavras-chave: caminhos e fronteiras; classes sociais; economia política; Estado; política urbana.

## Abstract

SILVA, Marcio Rufino. **The reproduction of the urban in the metropolis' wefts:** Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. 2013. 455 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

São Paulo, “global” metropolis and including the advanced tertiary sector, has known, especially in the last three decades, the realization of urban operations in virtually all regions of the city. At the municipal level, the region comprising the districts of Butantã, Rio Pequeno, Morumbi and Vila Sônia becomes the object for the composition of this urban instrument, from the called Operação Urbana Consorciada Vila Sônia (OUCVS). The restructurings and changes which are put in varied projects for the OUCVS are frankly related to the place occupied by the region in the metropolis, whose form and content are the heirs of the paths and borders of its previous history (reaffirming stunted forms of ownership); that is both in relation to road flows as the economic possibilities of contemporary housing market and its growing interest in certain areas considered “strategic” in São Paulo. Discerning such a strategy space, it is also to consider the reproduction of social relations of production, bottoming spatiality of this phenomenon in everyday tessitura, who, in its materiality, leading to necessary treatment, in this work, for the layers and social classes as well as their complex webs of relationships. Thus, assuming the constant gap between the political and the political economy, both operated in the body of the reproduction of social relations of production, we suggest consider the middle politics as the average social becoming in this way, whose foundation is anchored in reiterative alienation, mystification, reification and fetishization. Recognizing such foundations, we should pave the way with the intent of the urgent overcoming of the speech, thought and practices anchored to this State and economy.

Keywords: paths and borders; social classes; political economy; State; urban policy.

## **Lista de Ilustrações**

Figura 1.1. Rotas de dispersão de São Paulo, consolidadas entre 1560 e 1860.....	90
Figura 1.2. Tendências de crescimento urbano de São Paulo entre 1900 e 1950.....	115
Figura 1.3. Anúncios publicitários de loteamentos no Butantã (1953-1970).....	152

## **Lista de Mapas**

Mapa 1.1. Região Metropolitana de São Paulo, Município de São Paulo e Subprefeitura do Butantã.....	44
Mapa 1.2. Entroncamentos viários do Butantã – 1910 e 2013.....	49
Mapa 1.3. Butantã e arredores em 1914.....	50
Mapa 1.4. Butantã e arredores em 2013.....	50
Mapa 1.5. Sítios e glebas arrematados nas sessões de Hastas Públicas, entre 1779 e 1780.....	74
Mapa 1.6. Butantã em 1913.....	120
Mapa 1.7. Butantã em 1916.....	120
Mapa 1.8. Estrada de Ferro São Paulo-Juquiá (1908) e Linha 4 do Metrô (2013).....	135
Mapa 2.1. Operações Urbanas no Plano Diretor 1985-2000.....	199
Mapa 2.2. Operações Urbanas no PDE 2002 e articulação com projetos de expansão do Metrô.....	216
Mapa 2.3. Projetos de Mobilidade e a OUCVS e projetos para o túnel-avenida (2004 e 2011).....	220
Mapa 2.4. Evolução do perímetro e setores da OUCVS segundo projeto de janeiro de 2006.....	223
Mapa 2.5. Setores da OUCVS e PAC por setor, segundo Minuta de Projeto de Lei de janeiro de 2006.....	269

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1.1. Quadro político-administrativo das localidades no entorno de São Paulo (1830).....	93
Tabela 1.2. Quadro político-administrativo das localidades no entorno de São Paulo (1870).....	94
Tabela 1.3. População e taxa de crescimento demográfico anual em São Paulo e Subprefeitura do Butantã (1940 – 2010).....	155
Tabela 2.1. Evolução do preço do metro quadrado.....	191
Tabela 2.2. Quadro comparativo de cenários de crescimento populacional: 2007, 2017 e 2027.....	270



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO. Conceitos e categorias de análise .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1. Butantã: caminhos ancestrais e a composição das fronteiras contemporâneas.....</b>	<b>41</b>
Os tempos coloniais e imperiais. A rota de tropeiros (1560-1900).....	64
A hinterlândia a ser habitada (1900-1950).....	105
O <i>boom</i> de loteamentos. Agentes privados e o lócus de espraiamento dos limites metropolitanos (1950-1980).....	139
A nova fronteira. O primado da produção espacial como reprodução do capital fictício (1980-2010) .....	163
<b>CAPÍTULO 2. A fronteira contemporânea. A estruturação da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia (OUCVS) e seus desdobramentos.....</b>	<b>175</b>
Sobre a crise e a financeirização do urbano: os primórdios do instrumento “operação urbana” .....	179
A estruturação da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia .....	214
A política urbana: os planos de ontem e de hoje .....	278
<b>CAPÍTULO 3. Continuidades e discontinuidades. Presenças e virtualidades nas tramas do vivido .....</b>	<b>314</b>
A cidade compacta e o sentido da governança .....	315
Os “movimentos de bairro”: as grandes estratégias e a vida quotidiana.....	342
Sobre as classes e a implicação dos espaços sociais.....	384
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS. Para uma crítica da “política média” ou da “média política”.....</b>	<b>430</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>435</b>

# INTRODUÇÃO

## Conceitos e categorias de análise

Sabe-se (e como se sabe!) que a ilusão e a mentira têm um sentido, que o fictício e o imaginário nunca carecem de sentido que a *ideologia* (mesmo claramente mentirosa, revelada como ideologia de classe) não é desprovida de significação e que essa pode se intensificar a ponto de se realizar ideo logicamente. Mas não existem apenas a “representação”, as invenções estranhas no campo do conhecimento, os erros e as sombras. Existe também *a arte*.

Na medida em que a arte existe (mas talvez morra e essa seja a sua verdade), há nela aparência, ilusão e ficção, ou mesmo mentira, e talvez *liberdade conquistada pela aparência* diante do real, diante das normas. Talvez toda *obra* não seja senão um meio a serviço de uma ação, de uma estratégia...

LEFEBVRE, Henri, **Lógica formal, lógica dialética**, 1979, p. 37.

O *movimento*: para além das banais constatações ou do que compõe o sentido lato do dado, do “eterno”, do atemporal e a-histórico, comecemos pelo movimento. O movimento, não sendo um dado em si, comporta o sentido de múltiplas temporalidades e espacialidades, a multiplicidade do ser e constituir-se no e a partir do espaço-tempo.

A banalidade de tais constatações, porém, não deve (ou deveria) ser tomada como um tempo morto, em cuja morte se inscreve o desprezível. Para o movimento, no interior de sua complexidade (que lhe é inerente), o banal adota sua potência quando se considera a potência do residual, ou ainda daquilo que não é o evidente. Mesmo a evidência, tomada em um momento do pensamento que recusa o possível de si próprio, poderia ser sobreposta ao banal e constituir uma ideia: *o que está dado está dado!* Acepção tautológica, comportando sua forma vazia no reino da lógica formal, se nos aparece, no momento contemporâneo, como a ausência da crítica, a simples constatação. Não seria este o “novo eleatismo”, uma velha novidade na prática social contemporânea, conforme indicada a partir do pensamento lefebvreano?<sup>1</sup>

Contudo, vamos ao *fragmento*. Só, tomado como um todo em sua unidade, tal como uma realidade que se basta, também se alia ao banal e ao rejeito, ao descartável e descartado. Tal como o *pedaço* de um todo, seria ele uma expressão ou a revelação do conteúdo ou dos termos de uma totalidade? Se o colocamos numa categoria onde se considera a relação parte-todo, dessa forma poderíamos restituir-lhe o movimento, que lhe é também inerente. O movimento indica o processo, que induz à consideração dos termos de uma totalidade, o negativo do fragmento.

E quanto à *equivalência*, sua *lógica*, no interior do movimento, põe a termo o acabado. O acabado, forma negativa do movimento, se repõe nos termos da possibilidade da troca, no movimento inerente ao mundo da mercadoria: o que é equivalente, torna-se intercambiável, negociável, é e está no mercado.

Estendendo um pouco mais o assunto, é irresistível acompanhar a tese de Marx sobre a unidade autônoma, aparentemente banal, fragmentária e que não se realiza senão

---

<sup>1</sup> “Que visa, portanto, o nôvo eleatismo? Êle não quer mais contestar, como o antigo, o movimento sensível, negá-lo e rejeitá-lo para o aparente. Êle contesta o movimento na história. Não se contenta mais com negar a história como ciência; contesta a historicidade fundamental concebida por Marx ao considerá-la como uma ideologia caduca. Êste repúdio constitui a nova ideologia, apresentada com o vocabulário do rigor, da precisão, da ciência. Com a historicidade, caem a procura do sentido, a contradição dialética e o trágico. Des-dramatiza-se. Ao mesmo tempo, o conhecimento se identifica com a classificação, com o vocabulário da ordenação e por conseguinte com uma ‘praxeologia’ baseada na ação que dispõe, classifica e ordena.” LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**, 1969, p. 64.

em seu movimento: a *mercadoria*. Para o próprio autor inclusive, no interior do movimento de sua obra, essa unidade elementar do modo de produção capitalista ocupa uma boa parte do livro primeiro d'*O Capital*. É justamente de onde o autor parte, dessa unidade elementar, para discorrer sobre o capital. Assim, como se parte da mercadoria, parte-se do fragmento como a forma negativa da totalidade.

Aceder à totalidade não se constitui numa tarefa tão fácil e não se faz de forma apressada. Assim, propomos traçar um caminho sobre seu termo a partir da produção e reprodução do espaço (movimento, processo) remetendo à discussão do *ser* espacial. Segundo Edward Soja:

Não apenas os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social da espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo. [...] Em seus contextos interpretativos apropriados, tanto o espaço material da natureza física quanto o espaço ideativo da natureza humana têm que ser vistos como socialmente produzidos e reproduzidos. Cada um deles precisa ser teorizado e compreendido, portanto, como sendo, ontológica e epistemologicamente, parte da espacialidade da vida social.<sup>2</sup>

Quando se trata de uma natureza socialmente criada, dentro de um modo de produção que inclui o *contraditório* como fundamento, o *ser* espacial aludido está imiscuído à produção e reprodução do espaço, dentro de um contexto social no qual a socialização dos termos da produção se coloca na tônica central. Aprender a socialização desses termos significa recorrer aos fundamentos *contraditórios* do modo de produção capitalista. Contudo, não faremos esse “salto mortal” sem uma tentativa de reconstituir a passagem necessária do movimento e do fragmento em direção à equivalência e ao contraditório. Para tanto, Henri Lefebvre, em *Lógica formal/lógica dialética*, nos mostra um caminho de constituição da lógica dialética a partir dos fundamentos da lógica formal. Tentaremos trilhar o seu caminho.

A forma da identidade ( $A=A$ ), primordial no processo de conhecimento e apreensão da realidade, potencialmente indutora da transfiguração do indeterminado em determinado na produção humana, se revela como a base da compreensão dos termos da mercadoria. A mercadoria só se realiza no momento da troca, o que implica em dizer que seu movimento

---

<sup>2</sup> SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**, 1993, p. 148.

se imiscui ao seu *ser*. No entanto, da mesma forma que a identidade se põe nesse movimento, a sua forma negativa é interposta à troca: para que se troquem elementos diferentes, é necessário torna-los equivalentes (varas de linho não são *qualitativamente* iguais a um casaco, parafraseando o clássico exemplo de Marx a respeito da mercadoria). Assim, “A não é não-A”, mas, no entanto, poderá vir a sê-lo, caso ambos sejam equivalentes no momento da troca; se não forem equivalentes, assim serão tornados dentro da lógica dialética do mercado. No entanto, como podem dois termos diferentes se tornarem iguais? Esta é a *contradição*, que remete à inclusão/exclusão do outro de si, não sem luta e conflito, mas em plena interpenetração; como exemplo, temos o proletariado e a burguesia.<sup>3</sup>

Adiante em nosso caminho. Ser equivalente implica em interpor a *lógica da equivalência*. Tal lógica reafirma um sentido, de que tudo pode ser equivalente, já que a troca é seu sentido primordial. No entanto, tal operação não ocorre sem que se observem as condições materiais estabelecidas, nas quais a produção e circulação de mercadorias torna-se um imperativo social: é preciso observar que, *aparentemente*, a troca simples das mercadorias implica na circulação global de tais equivalências. No entanto, *essencialmente*, a troca significou a necessidade de um equivalente universal, que pudesse realizar todas as trocas do mundo: o *dinheiro*.

O *dinheiro*, a *mercadoria* e o *capital*, em suas formas contemporâneas, são figuras advindas da *modernidade*, momento em que os termos da reprodução social global se enveredam para o modo de produção capitalista. Os fundamentos desse modo de produção estão amplamente assentados no corpo social total contemporâneo: as formas de sociabilidade, a relação entre os homens e o meio que os circundam, a forma política. Esta é uma constatação da lógica em que vivemos, onde o grande sujeito é o *capital*.

Asseverando este raciocínio, reiteramos que este capital se realiza tal como sujeito das mais variadas formas. E é justamente a partir de suas formas que devemos incluir a possibilidade de apreensão dos termos da sociabilidade na qual estamos francamente imersos. Recuperando a contradição (e a negatividade) como elemento fundante deste modo de produção, Amélia Damiani afirma que:

O mais externo é, ao mesmo tempo, o mais interno, inclusive sem os recursos da manipulação pela linguagem, como construção racional do discurso. O estranhamento é interiorizado como negação sensível do sujeito autônomo e

---

<sup>3</sup> LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**, 1979, p. 282.

livre e se torna simbiose e reflexo, esquizofrênico e terrorista, da presença do Outro diante do sujeito ausente, negado em sua possibilidade de ser. Entre o interno e o externo, o real e as representações – dos símbolos às ideologias –, a coexistência no espaço e a sucessão no tempo, o corpo e o espaço, há mútuos e complexos imbricamentos, produzindo identidades e separações historicamente situadas.<sup>4</sup>

Trata-se de reconhecer que o estranhamento é advindo da prática social contemporânea, prenhe de suas ambiguidades e formas de negação. O capital é, em essência, contraditório, assim como imbrica suas ambiguidades ao trato social. Uma das formas mais presentes desse processo assenta-se no par *aparência-essência*, tão discutido em vários momentos do pensamento filosófico ocidental desde a Antiguidade e rendendo derivações tanto quanto à lógica formal quanto à lógica dialética:

A aparência desaparece; mas seu desaparecimento, bem como seu aparecimento, manifestam a essência, são “momentos da essência”. A aparência é a essência em *uma* de suas determinações, em um de seus aspectos ou momentos. A aparência é *reflexo* da essência. Quando nega um dos seus momentos, a essência se afirma; ela se revela, portanto, ao se dissimular alternadamente sob uma de suas muitas manifestações. A *reflexão* – que é “habitualmente compreendida em seu sentido subjetivo” – vai *objetivamente* além de cada um desses *reflexos* da essência, para atingir esta no próprio movimento através do qual ela se manifesta.<sup>5</sup>

Reconhecemos que, de certo modo, aparência e essência constituem um par dialético, necessário diante do que se nos apresenta tal qual um *fenômeno*. O ato de *reflexão* aparece como próprio do movimento inerente à mercadoria, já que o valor de uma mercadoria se reflete na outra, no movimento da troca simples, e induz à compreensão da insuficiência da lógica formal na apreensão desse movimento. A lógica formal, da forma pura, da abstração, se resolve na aparência e não acede à natureza material da troca, no interior de sua articulação de elementos opostos.<sup>6</sup> No entanto, deve-se ter em conta que tal “natureza material” não se resolve, da mesma maneira, no mero materialismo vulgar, aquele que acede à fisiocracia burguesa.

---

<sup>4</sup> DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia...**, 2008, p. 13-14.

<sup>5</sup> LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**, 1979, p. 295. Grifos do autor.

<sup>6</sup> LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**, 1979, p. 83.

Trata-se de reconhecer o materialismo dialético como possibilidade, dentro de uma realidade cujo modo de produção e reprodução social apresenta-se eivado de abstrações concretas advindas das formas econômicas. E a história, muitas vezes lida no pensamento de Marx tal como a premissa incontestada do desenvolvimento das forças produtivas, é subsumida à *lógica*.

Para atingir a história, [Marx] não parte de um estudo histórico. [...] Parte da lógica. [...] Extrai uma *forma*, o valor de troca. Mostra sua *estrutura* (um conjunto de equivalências) e seu *funcionamento* (troca, circulação, constituição do dinheiro e da moeda). Depois, passa para o *conteúdo*: o trabalho social produtivo, com suas perequações coerentes, os meios sociais (produtividade média de uma sociedade determinada etc.). Atinge assim o *histórico* (divisão do trabalho, acumulação do capital, formação da burguesia).<sup>7</sup>

Quando se discute a subsunção da história à lógica do capital, relativiza-se o sentido da história posto no moderno, tal como *sequência, sucessão, linearidade, teleologia* etc., próprios do movimento do capital. No entanto, essas formas são aparências (ou ilusões) do próprio capital, são as formas tais quais aparecem a história e seu sentido diante do mundo contemporâneo. Este não é um mundo auto-evidente e suas formas de reprodução são envolvidas em “camadas geológicas”<sup>8</sup> de alienação, ou tornando a relação ainda mais complexa, a alienação-desalienação.

As causas e consequências da alienação interposta a esse movimento são inúmeras. O jogo de aparências e ilusões que comportam o mundo da mercadoria compõem as formas de sociabilidade possíveis, adjudicando a forma contraditória própria da reprodução desta sociedade. Ao mesmo tempo em que, no jogo das aparências, a “razão [torne-se] histórica e

---

<sup>7</sup> LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**, 1979, p. 22. Grifos do autor.

<sup>8</sup> “O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura. Nos lugares menos industrializados, seu reino já está presente em algumas mercadorias célebres e sob a forma de dominação imperialista pelas zonas que lideram o desenvolvimento da produtividade. Nessas zonas avançadas, o espaço social é invadido pela superposição contínua de camadas geológicas de mercadorias.” DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**, 1997, §42, p. 30-31, grifos do autor. A clara alusão que o autor faz à divisão internacional do trabalho espelha francamente a mundialidade crítica da forma mercadoria, acedendo a uma totalidade irrequieta, tenaz, vívida das formas absolutas de uma ordem que reitera os termos da reprodução. Dialogando com o autor, nesse sentido, constituímos uma das principais teses deste trabalho.

a história [torne-se] racional”,<sup>9</sup> o irracional dá a tônica do jogo, no momento em que as contradições intrínsecas ao movimento total se revelam *no* espaço.

No entanto, não nos é suficiente ainda tratar o movimento dessa maneira. Quando nos referimos às contradições no espaço, tomamos como base a ideia do espaço tal como um palco passivo dos acontecimentos tensos e conflituosos da história mundial. Retirar a espacialidade do processo de compreensão da realidade, ou ainda, relega-lo um papel secundário na produção e reprodução do moderno é o mesmo que mergulhar nas aparências e ilusões do próprio mundo da mercadoria. Propomos o tratamento do espaço no sentido de conferir-lhe uma *centralidade*, que de forma alguma seria o reforço da disciplinaridade imposta à divisão do trabalho científico interposto à “defesa” da Geografia como “ciência”. Não nos parece uma discussão descabida tal tratamento à Geografia, visto que suas categorias e procedimentos analíticos possuem, no estágio atual, alto poder elucidativo e problematizador dessa realidade tão pasteurizada que parece mover a sociedade mundial do início do século 21. A crítica é fundamental, e a “reafirmação do espaço na teoria social crítica”<sup>10</sup> é um imperativo de nossa época.

É exatamente por isso que pretendemos continuar traçando um diálogo com a obra de Henri Lefebvre, no sentido de considerar o *salto* (qualitativo) das forças produtivas da *temporalidade* em direção à *espacialidade*. É uma discussão presente em vários momentos da obra do autor, mas que revela uma proficuidade ímpar em duas de suas obras: *O Fim da História* e *A Produção do Espaço*. Destarte, se trabalhamos com esse salto, recolocando necessariamente a centralidade do espaço, trabalhamos com as contradições *do* espaço. Assim, o espaço, ele próprio, agente indutor e simultaneamente induzido, é o fulcro de um momento em que as formas variadas de realização do capital financeirizado se repõem na ordem do dia, tanto nos estudos acadêmicos quanto na administração pública, ou em outras instâncias da vida social.

Quando se repõe a ideia do espaço contraditório, necessariamente se coloca a questão do ser espacial no sentido do seu movimento (negativo): o *sendo* espacial. Trata-se de uma *ontologia negativa*, que reconhece simultaneamente o *não-ser* (já que é possível compreender o movimento enquanto uma negação qualitativa do *ser*) e o *vir-a-ser*. No entanto, o *não-ser* também induz ao niilismo, a negação absoluta, o nada, que também

---

<sup>9</sup> LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**, 1979, p. 88.

<sup>10</sup> Cf. SOJA, Edward, **Geografias pós-modernas**, 1993.



tende à forma vazia e à negação formal. Contudo, o *vir-a-ser* reconhece as virtualidades, o devir, incluindo o *não-ser* tal como negatividade relativa, posto que intentamos dialetizar os termos postos aqui. Quando tratamos dos homens em relação ao *ser* espacial, resgatando a ontologia especializada apontada por Soja, compreendemos que sociedade e espaço,<sup>11</sup> embora não sendo entes idênticos, produzem seu reflexo mutuamente.

Uma sociedade fragmentada, estamentada, composta de múltiplas clivagens e prenhe de desigualdades só poderia produzir um espaço de tal qualidade. O mundo da mercadoria exige o fragmento, porque incorre à separação basilar entre o produtor e o produto. Impõe o trabalho como eixo central de sua reprodução, socializa a sociedade e mundializa os espaços locais. Separa, aparentemente, o trabalho do capital, e essa contradição (aparente) entre capital e trabalho emerge nas formas de alienação-desalienação e, também, das formas de reificação e *fetiche*.

Daí, ingressamos numa discussão altamente delicada, mas estimulante. Como reconhecer, simultaneamente, os termos da alienação-desalienação, reificação e do fetiche? Um ente inclui o outro? Eles se negam, se anulam, são incompatíveis? Seria o *fetiche* a base e a *alienação* mais uma das aparências decorrentes do movimento dessa economia? Trataríamos, assim, de uma economia que rende sua absolutização no campo social, invade todos os tempos e espaços da vida quotidiana (ou *cria* um quotidiano, um somente seu) e que cuja crítica, imperativa no mundo contemporâneo, seria suficiente no desvelamento das contradições deste mundo? São muitas questões que surgem e muitas respostas que irrompem simultaneamente a novos questionamentos. Podemos fazer inclusive uma oposição, precária, entre ontologia (do humano, do trabalho etc.) X negatividade absoluta... São as formas de compreensão da realidade que pululam desses questionamentos e que podem elucidar nossa forma de ser sociedade e também, por que não, ser espaço.

Ruy Fausto, em sua obra intitulada “*Dialética marxista, dialética hegeliana*” (1997), traça um instigante caminho no livro I d’*O Capital*, aonde vai decompondo a dialética do movimento do texto conforme o método de análise e exposição de Marx. Presta-nos bom auxílio ao categorizar os termos interpostos por este pensador na constituição da

---

<sup>11</sup> Agradeço aqui a advertência verbal de Anselmo Alfredo, numa das aulas da disciplina *Modernização e Contradições Espaço-temporais*, ministrada no segundo semestre de 2010. Afirmou que a aludida *dialética sócio-espacial* de Edward Soja (*Geografias Pós-Modernas*, cap. 3) seria um equívoco deste autor, já que ambos os termos, não constituindo uma necessária identidade, não constituiriam um par dialético.

mercadoria, do fetiche e da troca simples. Resgatando o debate sobre aparência e essência, abordado algumas páginas atrás,

A distinção, digamos, geral, entre a *essência* e *aparência* não se confunde assim com a que separa *fundamento* e *aparência* (aparência como equivalente do “fundado”). *Cada uma dessas determinações comporta uma aparência e uma essência*. Nos dois casos, a aparência está na posição; a “essência” é para o fundamento, o fundamento “negado”, para a aparência “negada”. Isto é, a aparência que aparece como tal. A circulação simples é, assim, a teoria 1) do fundamento (do fundante) enquanto fundamento aparente; 2) do ‘fundado’ enquanto fundado aparente (da aparência da aparência, se quisermos); e 3) da lei de apropriação enquanto lei aparente (isto é, da apropriação pelo trabalho próprio lida simplesmente como lei de apropriação da produção de mercadorias). Por essas razões, se o conteúdo da Seção I [d’O *Capital*] é a “circulação simples”, o seu conteúdo é também a “produção de mercadorias”.<sup>12</sup>

A aparência e a essência constituem, assim, elementos necessários à troca simples. E a troca pressupõe a apropriação, pressupondo também a produção das mercadorias, o que possui um apoio fundamentalmente social. Não se produzem mercadorias pelo simples ato de produzir, em si, pois estas são produzidas para o mercado, ente abstrato e ao mesmo tempo muito concreto. E este jogo entre aparência e essência, abstrato e concreto, produção e comercialização, joga luzes sobre outra questão: quem produz as mercadorias? Quem as faz circular? Quem se responsabiliza pelas trocas e sua contabilidade?

De tal modo que Marx inicia sua referida obra pela análise da mercadoria (não pela *história* da mercadoria ou do capitalismo, deixemos bem claro), avança a lógica produtiva e propõe um interessante (e complexo) método de exposição. Tratar a mercadoria (uma unidade do mundo da mercadoria e da produção econômico-social global capitalista) de modo *isolado* não a tornou isolada do seu contexto, *pois a mercadoria só se explica a partir de seu contexto, que é, no caso da obra de Marx, o Capital*. Seu método de exposição trilha um caminho que, *aparentemente*, parte do mais simples ao mais complexo, pelo raciocínio da indução, mas que, *essencialmente*, nos convida a ter um raciocínio dedutivo. A mercadoria é o elo mais simples e ao mesmo tempo mais complexo da teia de ligações estabelecida pelo

---

<sup>12</sup> FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana**, 1997, p. 29. Grifos do autor.

autor, e daí deriva uma pequena parte do brilhantismo implicado ao método de investigação e ao método de exposição de Marx.

Agora, voltando à mercadoria e sua “materialidade”, quando questionamos quem produz e quem comercializa, ou seja, como acontece, de fato, a efetivação do mundo da mercadoria, podemos responder, de uma forma simultaneamente simples e complexa, que *todos* são implicados a esse mundo. Mas, será que todos seriam igualmente implicados? Podemos reconhecer que tal implicação, embora cabendo a todos, lhes cabe de forma qualitativamente diferente, posto que existe a divisão social do trabalho, já que todos não podem executar *todos* os trabalhos *socialmente necessários*. É o trabalho o responsável pela “substância” do mundo mercantil, a atividade humana dispendida em energia e *tempo*. Energia e tempo transformam-se, assim, em elementos da produção, e o resultado do trabalho se transmuta na tão conhecida *mais-valia*.

A *mais-valia* é a forma basilar de *alienação* do tempo, essa categoria inerente ao tempo da forma linear e progressiva que o capital faz acreditar. O *tempo* da produção e da acumulação é linear e progressivo, e implica em mais acumulação e aumento nas taxas de mais-valia, o que tem sido a tônica da economia mundial, nas mais variadas formas. E esta Tese se propõe a discutir exatamente as formas de apropriação da mais-valia coletiva a partir da produção de institucionalidades “azeitadoras” do mercado imobiliário urbano. Voltaremos com mais calma a essa questão, que não é de modo algum periférica em nosso argumento.

No entanto, como já asseverado antes, o tempo não é a lógica. A lógica, argumentemos assim, se apresenta a partir da alienação do tempo, que conduz à reificação e ao fetichismo. Segundo Fausto,

A crítica do fetichismo completa uma análise que *põe os objetos e pressupõe os agentes*, a crítica do convencionalismo é o ponto de chegada de um desenvolvimento em que os *agentes são postos* e as determinações objetivas em alguma medida *pressupostas*.<sup>13</sup>

A discussão a propósito da ponência dos *objetos* e a *pressuposição* dos agentes merece uma discussão um pouco mais cuidadosa. O *fetichismo* incorre numa objetivação dos termos da produção e circulação, onde a pressuposição das determinações objetivas, conforme aventado acima, constitui-se numa naturalização dos termos dessa sociedade. Ou seja, a

---

<sup>13</sup> FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana**, 1997, p. 23-24. Grifos do autor.

socialização da sociedade implica na instauração de condições objetivas, onde os objetos são postos, onde a objetividade é imposta e superposta a quaisquer formas de subjetividade. Os sujeitos (numa sociedade sem sujeitos) são *sujeitados*, posto que o grande sujeito interposto é o próprio capital, que se resolve, socialmente, das mais diversas formas. O capital impõe crenças, e muitas delas tendendo ao religioso e ao dogmático, necessário à ponência do *valor*. O valor só se realiza nessa sociedade, onde os termos da subjetividade são subsumidos e constituídos a partir da grande objetividade, que é a valorização do valor. O fetiche é a vida própria da mercadoria, o poder do dinheiro sobre praticamente todas as formas de sociabilidade, a política (e o político) transmutada em economia política, o reflexo das formas reiterativas da alienação do tempo e do espaço, a vivacidade das ideologias e formas mistificadoras que cimentam o tecido social. É a separação pressupondo a união no *espetáculo*, conforme anuncia Guy Debord.

O fetiche pode também ser compreendido a partir da lógica da equivalência, esta que é também uma forma de *violência*. A equivalência é a destituição do *particular*, no interior de sua particularidade, ao tempo em que a recompõe nos termos da própria equivalência, quando se realiza a abstrata mediação entre valor de uso e valor de troca. A preponderância do valor de troca é a regra da lógica da equivalência,<sup>14</sup> que se realiza simultaneamente negando a concretude do valor de uso e positivando seu valor de uso no campo abstrato. Valor de uso e valor de troca não precisam (talvez nem devam) ser lidos como imutáveis e absolutos, pois se negam, se confrontam e se complementam no processo da troca simples e da realização do valor.

A propósito da violência das formas de equivalência, ela se realiza, abstrata e concretamente, no domínio da vida social. O *Estado* e seu aparelho burocrático-repressor, no interior da sua produção de fantasmagorias e mistificações e das instituições e símbolos sociais, dentro da contradição inerente à lógica da mercadoria, uma manifestação abstrato-concreta do emaranhado de fetichizações, reificações e alienações próprios do mundo da mercadoria, se constitui no aparelho político (e econômico) da realização plena dos termos dos negócios em geral. No domínio do urbano, pensado como continente e conteúdo, tal realização institucionalizada se realiza nas diversas “políticas públicas”, ou “parceiras público-privadas”, “planejamentos estratégicos”, “planos diretores” etc., que deixarei ao desenrolar desta Tese, nos capítulos que seguem. Mas aponto de antemão que a violência

---

<sup>14</sup> NASSER, Ana Cristina Arantes e FUMAGALLI, Marlene. **A opressão da equivalência, as diferenças**. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**, 1996, p. 33.

das equivalências se põe no movimento da fragmentação do espaço urbano, condição *sine qua non* à realização dos negócios do urbano, aliado ao seu *tornar-se equivalente*, o que denota formas de violência vividas quotidianamente por milhões e milhões de pessoas, das mais diversas classes sociais. Evidentemente que não da mesma intensidade para todos, já que os mais empobrecidos costumam *pagar as maiores faturas*, com o perdão do trocadilho remetente à figura *mater* da financeirização imersa na vida quotidiana contemporânea: o crédito.

Sobre o crédito, essa forma tão sutil e tão devastadora da fantasmagoria contemporânea, comprometimento da mais-valia futura por meio da necessidade (intrínseca) da aceleração da circulação das mercadorias, depreende-se que seu conteúdo se entranha a uma autonomização do dinheiro em seu estado puro, quando este produz mais dinheiro, sem a necessidade (aparente) de se recorrer ao lastro de valor implicado ao trabalho vivo. Autonomização do dinheiro que recai às mãos de muitas pessoas e que revelam a enxurrada (ilusória) desse dinheiro internacional na forma de migalhas para as mãos mais empobrecidas. O crédito pressupõe a dívida; já o endividamento perpétuo, a apropriação da mais-valia do presente e do futuro.

Esta é a natureza do dinheiro, universal concreto, intercambiável por todas as demais mercadorias; sendo também uma mercadoria, seu valor de uso é realizar-se como valor de troca. O dinheiro, no interior de seu movimento global, expressa uma grandeza quantitativamente determinada, cuja realização se dá no momento da troca pelas demais mercadorias. E a troca, pressupondo a circulação, repõe a autonomização do dinheiro na medida em que este adquire linguagem e expressão próprias, aparecendo como um hieróglifo, uma “língua estranha e incompreensível, ou mais precisamente a uma escrita enigmática”,<sup>15</sup> o que está subsumido à passagem do valor de uso ao valor.

Tornar equivalente significa, assim, eliminar (aparentemente e abstratamente) as dissimetrias entre as mercadorias, nos termos do estabelecimento do seu valor de troca. O trabalho, tornado mercadoria, inscreve-se como trabalho abstrato, tal como alienação valorativa, subscrito às formas acachapantes do tornado equivalente. Trabalho é tornado tempo, assim como o tempo é tornado valor, medido e quantificado tal como se mede e quantifica as unidades produtivas: os ramos de produção, o preço das mercadorias, os humores do mercado etc. Quando se unificam as formas de produzir e fazer circular o valor,

---

<sup>15</sup> FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana**, 1997, p. 82.

o valor se torna o centro da sociabilidade humana. Este é um dos sentidos mais profundos da modernidade.

Que o trabalho não se realiza somente no chão da fábrica, isso é bem sabido. E igualmente sabido é que também não se efetiva apenas no vaivém cotidiano da residência ao “emprego”, na “jornada de trabalho”, no salário e demais relações empregador-empregado. Em suma, trabalho não é somente o emprego: denota também o que está para fora da “jornada de trabalho”, no tempo e no espaço. Tem-se em conta a *vida quotidiana* e sua *colonização* pelo espaço-tempo da acumulação.

A esse respeito, Henri Lefebvre e Guy Debord possuem uma vasta obra, que será debatida em momentos posteriores neste trabalho, sobretudo o primeiro. No entanto, posso adiantar que essa colonização do espaço-tempo da vida quotidiana, incluindo francamente sua transmutação em espaço-tempo da acumulação, implica na mais completa forma de alienação do tempo e do espaço. Reduz-se a vida humana ao trabalho fastidioso e sem qualidades criativas (apesar de toda a onda de “criatividade” e “motivação” que o mundo do marketing incorpora ao mundo empresarial, formas absolutas da mercadoria), regado às baixas remunerações, a toda sorte de assédio moral e outras formas de terrorismo cotidiano no ambiente laboral, além do espectro do desemprego, todas manifestações que marcam os domínios do crítico da acumulação na vida rotineira. Além disso, a redução da vida humana recai aos momentos de “lazer” e “descontração” relegados ao mundo de significantes desprovidos de significados, impostos pela televisão, pelas “festas” de família, pelo passeio ao *shopping center* etc. Um mundo prenhe de fetiche só poderia autonomizar o *ser-outro*, o *estranhado*, o *produto* em relação ao produtor. A religião do dinheiro é a religião da mercadoria, é a segunda natureza, produzida e naturalizada pela modernidade. É o dilaceramento, a destituição, a negatividade absoluta. Seria o fim? Não pretendemos terminar por aqui.

Tanto o mundo da mercadoria quanto a sua crítica e possibilidade-impossibilidade de superação implicam em outro campo a ser problematizado, e que amarra o sentido dessa nossa pequena argumentação inicial: o *estratégico*.

O capital (tomado como sujeito, autômato, indutor, motor etc.) produz suas próprias estratégias se deseja sua auto-reprodução. Suas estratégias implicam na reorganização permanente de seus pressupostos, posta a sua negatividade intrínseca, imanente ao seu movimento. Aliás, recuperando uma discussão anterior, o movimento pressupõe o negativo, a transfiguração qualitativa do *sendo*, implicado ao *vir-a-ser*. E o vir-

a-ser do capital é a sua própria destruição, o estado crítico e a catástrofe, decorrendo disso a luta de morte contra o seu próprio horizonte: a *crise*. Tomemos que a crise, intrínseca ao capital, seja o motor de sua expansão, de todos os *ajustes espaciais*<sup>16</sup> necessários à sua expansão e reiteração no espaço terrestre. Tornando-se presente em todos os espaços, modifica profundamente as formas de sociabilidade e as paisagens naturais e humanizadas, atribui preço a tudo que se queira transformar em mercadoria: as pessoas, o trabalho, os “recursos naturais” etc. Confere sua própria lógica, instaura-se como totalidade, transfigura o indeterminado em determinado, afirma-se como linguagem, transforma sobremaneira o espaço mundial. E, para não tratar o espaço como palco passivo dos acontecimentos pretensamente “vívidos” e “dialéticos” da temporalidade, com apoio em Soja,<sup>17</sup> reiteremos o espaço como estratégia de reprodução do capital, ao mesmo tempo que se constitui a negação dessa fria assepsia na *insurreição do uso*. Dialetizemos, assim, a estratégia.

O conflito entre os momentos racionais e os da apropriação envolve as particularidades biológicas, fisiológicas relativas às idades – crianças, jovens, velhos -, ao sexo e à sexualidade, à cor, à inteligência, aos dotes artísticos... condição física... Esse conflito traduz-se numa luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo, fora da sociedade e do social. Nesses termos, se o uso se insurge e ganha visibilidade, restabelece a dialética da propriedade em outros termos, em outros planos. É um processo que pressupõe atos práticos. Logo, a indagação que se segue diz respeito ao entendimento do nível da existência social que suporta estes processos, ou seja, o do cotidiano.<sup>18</sup>

O *uso*, assim, está imbricado ao sentido do quotidiano, da banalidade, do residual. Configura-se como acesso ao possível, nos termos da alienação-desalienação, na instauração de territorialidades que se ligam ao vivido. No entanto, a luta da propriedade contra a apropriação conduz aos termos de se considerar o uso tal como estratégia, tal como a

---

<sup>16</sup> “A ameaça de desvalorização impõe restrições tanto ao ritmo da mudança tecnológica quanto à velocidade de ajuste locacional. Quanto maior o volume de negócios, maior a inércia geográfica e temporal no interior do espaço econômico de produção. O efeito é estabilizar a paisagem da produção – uma influência não completamente indesejável, contrabalançando a tendência para a frenética instabilidade identificada na seção precedente. Mas problemas de outra sorte emergem. [...] A tensão entre a instabilidade gerada por capital recém-formado e a estagnação associada com investimentos passados está sempre presente no interior da geografia da produção capitalista.” HARVEY, David. **Limits to Capital**, 2006, p. 394.

<sup>17</sup> Cf. SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**, 1993.

<sup>18</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A insurreição do uso**. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**, 1996, p. 76.

própria espacialidade.<sup>19</sup> Estratégias conflituosas, embora gestadas no mesmo processo, já que a luta pela afirmação da propriedade moderna obedece à premissa de que não deverá haver terra sem dono.<sup>20</sup> Contudo, a luta contra a propriedade (pelo menos aquela em seus termos *modernos*), no campo das possibilidades, não poderia admitir formas incontestavelmente radicais, tal como uma atualização do *comum* ao presente, por via da *contra-propriedade*?<sup>21</sup>

Não nos descuidemos de que a luta pelo espaço vital se inscreve na vida quotidiana, em suas grandezas e miudezas. Explicando melhor, Lefebvre aponta uma inquietação sua, quanto ao sentido teórico e prático da assertividade do Estado moderno. Reconhece, desse modo, em vários momentos de sua obra, que essa formação política não se realiza senão no mundo da mercadoria e da realização do valor, tanto que a oposição *Estado X mercado* se constituiria até mesmo numa falsa oposição, conforme afirmação de Robert Kurz.<sup>22</sup> No

---

<sup>19</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A insurreição do uso**. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**, 1996, p. 79.

<sup>20</sup> “Em geral, a dominação da propriedade privada começa com a posse fundiária, ela é a sua base. Mas na posse fundiária feudal, o senhor *aparece* pelo menos como rei da posse fundiária. Do mesmo modo, existe ainda a aparência de uma relação mais íntima entre o possuidor e a terra do que a mera riqueza *coisal*. A propriedade rural (*Grundstück*) individualiza-se com o senhor, ela tem o seu lugar, é baronial ou condal com ele, tem os seus privilégios, sua jurisdição, sua relação política etc. Ela aparece na condição de corpo inorgânico do seu senhor. Daí o provérbio: *nenhuma terra sem dono* (*nulle terre sans maître*), no que está expresso o [modo de] ser concrecente (*Verwachsensein*) da magnificência e da posse fundiária. Ao mesmo tempo, a dominação da propriedade fundiária não aparece imediatamente como tempo capital. Os que lhe pertencem estão mais em relação com ela do que com sua pátria. [...] É necessário que [...] a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica entre explorador e explorado. [...] Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval: *nenhuma terra sem senhor* (*nulle terre sans seigneur*), o provérbio moderno: *o dinheiro não tem dono* (*l'argent n'a pas de maître*), no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre o homem.” MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**, 2004, pp. 74-75.

<sup>21</sup> “A contestação ou é total, ou se faz capturada: eis o que a história e as ciências ensinam. Aquilo que não se contrapõe totalmente à razão instituída permite o desenvolvimento de sua vacina e a conseqüente inoculação quando de sua repetição. Ou por acaso o usucapião, a Concessão de Direito Real de Uso, a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia existiam antes das contestações parciais daqueles que ficaram à beira do processo? Essas formas são invólucros que inoculizam qualquer tentativa de pôr fim à propriedade pela posse, e se, em algum momento dessa história foi possível opor-se à propriedade pela posse, no presente, um termo remete e reitera o outro. A confusão conceitual fez – e faz – muitas pessoas contestarem os termos da propriedade (a posse, a propriedade, o solo criado, o direito de superfície, etc.) e deixarem em aberto a crítica à sua finalidade, e esta é a inversão a se fazer: executar a crítica da finalidade da propriedade utilizando-se dos seus termos, como veremos adiante. A crítica à propriedade possui um nome, e não é posse. É a contra-propriedade, que se alimenta de um objeto virtual: o comum atualizado ao presente. Seu projeto – e implementação – se encontra suficientemente desenvolvido, e seus conteúdos, embora não estejam enumerados, são percebidos pelas pessoas. A esse mundo, a contra-propriedade<sup>29</sup> expressa mais que uma violência: ela é a contra-violência necessária, à qual os revolucionários não podem abdicar seu emprego. Concepção revolucionária, implica uma ação violenta a qualquer forma de poder ou empoderamento que busque instituir o público e sua racionalidade. É a recusa ao político e suas diferentes formas de administrar bens e pessoas tornando-os coisas. A luta faz parte da revolução que se cogita.” BAITZ, Ricardo. **Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade...**, 2011, pp. 231-232.

<sup>22</sup> Cf. KURZ, Robert. **O colapso da modernização**, 1996.



entanto, a grande contribuição do primeiro autor foi considerar que existe um nível da prática social que sustenta e reproduz a vida das institucionalidades oficiais e no interior do mundo da mercadoria: a vida quotidiana. Lefebvre, estendendo seu raciocínio, resvala na assertiva de que as classes médias reiterariam o poderio do Estado: “é no seio destas classes médias – na média dessa média – que o quotidiano moderno se constitui e se institui. É lá que ele se torna modelo. É a partir desse lugar que ele se difunde para o alto e para o baixo”<sup>23</sup>.

A instauração do quotidiano moderno, a partir das classes médias, remonta a interessantes significados sobre a própria forma da reprodução do valor. Um de seus significados mais candentes está aliado ao próprio ideário da *classe média como devir*, como assentimento dos valores e sorte de mistificações e ideologias presentes no tecido social contemporâneo. Fazem parte, em suma, da “média da média”, e essa variável quase geometrizada a propósito da vida social esfuma as contradições inerentes à divisão social e espacial do trabalho, refletido na composição das classes e camadas sociais. Simplificando-se a discussão quanto o antagonismo de classes, reafirmando um pretense exclusivo da luta entre a burguesia e o proletariado, tem-se em conta tão-somente os extremos da vida social, acirrando demasiadamente os ânimos com vistas à *superação* dessa contradição. No entanto, surgindo o espectro da classe média na qualidade de ente presente e de vir-a-ser, sua imagem e representações decorrentes aparecem como uma “superação” da contradição, instaurando-se a *não-contradição*.

Por isso, a importância de compreensão da vida quotidiana, não apenas como um mero resíduo ou rejeito da vida social, insignificante ou ainda auto-evidente. E também não parece suficiente trata-lo como alegoria ou um espetáculo da vida, pela etiqueta dos “usos e costumes”, e muito menos pelos informes da vida “pessoal” das “celebridades” que grassam indústria cultural afora ou das “personalidades históricas”, o que não passa de uma mercantilização (e muito vulgar, por sinal) do sentido da vida quotidiana. O quotidiano, “[...] confundido com o banal, o indefinido, com o que não tem qualidade própria, que não se define a si mesmo como momento histórico qualitativamente único e diferente”, como “uma excrescência da História”,<sup>24</sup> só pode transformar-se nessa banal mercadoria. Assim

---

<sup>23</sup> LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne III...*, 1981, pp. 157-158.

<sup>24</sup> MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*, 2008, pp. 88-89.

sendo, sua compreensão e crítica perde seu sentido revolucionário, desejoso da subversão, da supressão da ordem.

A vida cotidiana deve ser compreendida, na obra de Lefebvre, à luz da reprodução de relações sociais, dentro da produção global. E esse duplo produção-reprodução se inscreve no possível, na produção do resíduo implicado à vida cotidiana, como a possibilidade da superação das alienações. Assim, “o cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz. A concepção de Lefebvre, de que não haveria *reprodução* sem uma *produção* de relações sociais ou ainda um cotidiano sem história, é essencial para discutir-se o tema”.<sup>25</sup>

O devir, negatividade em ato, é belissimamente representado neste trecho:

Nem todas as partes do rio correm igualmente. Além da espuma que se situa no alto, existem as correntes mais profundas. A espuma também faz parte do rio, mas ela só nos interessa se revela as correntes mais profundas. A espuma desaparece; os redemoinhos e as grandes correntes se conservam. Assim, o inessencial, o que não é causa de modo “profundo”, se desfaz, desaparece. A “causa” é o lado calmo e profundo da corrente; é esse que recorta a margem e manifesta a orientação do rio. Mas, certamente, o rio em sua totalidade muda, já está mudando...<sup>26</sup>

A imagem do rio contempla o devir na medida em que se reconhece que os elementos presentes pressupõem os elementos futuros, num incessante processo de mudança, posto no próprio movimento do rio. Assim constitui-se o devir, de forma universalizante porque vislumbra a totalidade, dada a sua relação inexorável com os demais elementos. Além disso, a relação com os demais elementos se repõe na ideia da finitude possível, da coisa que termina no momento de seu limite. Esta é a transição, em plena mutação, constituindo-se, abrindo-se e sendo a manifestação da coisa-para-nós.

A margem é o lugar onde “termina” o mar; e é também o lugar onde “termina” o continente. E é uma zona incerta de transição: a praia, o penhasco... O mar corrói o continente; o continente resiste, eleva-se ou se rebaixa. Da interação entre mar e continente, resulta a linha da margem, o recíproco limite de ambos. O mar, bem como o continente, são “causas” da margem. O “fim”,

---

<sup>25</sup> MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**, 2008, p. 89.

<sup>26</sup> LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**, 1979, p. 199.

portanto, não é dado fora da causa, nem antes dela. Na reciprocidade da ação, a causa é também o “fim”.<sup>27</sup>

A transição, mudança, sentido para o movimento, mostra o quanto é importante reconhecer que a mudança vem, está na possibilidade, e é necessário reconhecer seus termos, a partir da latência de seus elementos, no interior de seu devir.

\*\*\*

Nas páginas anteriores, a discussão centrou-se na composição de um caminho entre o movimento, o fragmento e a estratégia, a partir de, sobretudo, uma parte da obra de Marx e Lefebvre. Centrando-se em seu suporte teórico e também em sua base de diálogo, pode-se assim traçar um caminho mais seguro na definição e no esclarecimento da discussão que esta Tese pretende traçar. Bons pensadores, boa teoria e método e ótimos debatedores: por isso mesmo, um bom ponto de partida.

Contudo, surge ainda a necessidade de esclarecimento de alguns tópicos que requerem maior debate, no caminho o qual se almeja traçar no desenrolar de nosso pensamento. Quando nos propomos a discutir *consciência*, sabemos muito bem da limitação implicada a esse tipo de debate, visto que tal se esvaece na medida em que tratamos de um sentido abstrato da produção humana. No entanto, de abstrações esta sociedade contemporânea está mais do que repleta, e não podemos nos aproximar de seus fundamentos se não compreendemos a realização prática de suas fantasmagorias e mistificações, ou de sua *metafísica*.

Essa metafísica não diz respeito diretamente às representações das divindades ou dos chamados “símbolos religiosos”. É muito mais do que isso: a metafísica do valor, do dinheiro, da mercadoria etc. São elas que sustentam todo o edifício da reprodução global desta sociedade, conforme Marx denomina em sua *fórmula trinitária* (terra-trabalho-capital / renda da terra-salário-lucro), numa irresistível alusão à santíssima trindade do cristianismo. Mais do que uma simples figura de linguagem, trata-se de um desvelamento contundente aos conteúdos fundamentais desta sociedade.

Começemos, então, pela alienação e seu sentido original. Mészáros, em sua *Teoria da Alienação em Marx*, afirma que “o primeiro aspecto que devemos considerar é o lamento por ter sido ‘alienado com relação a Deus’ (ou haver perdido a ‘Graça’), que pertence à

---

<sup>27</sup> LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**, 1979, p. 207.

herança comum da mitologia judaico-cristã”.<sup>28</sup> Do sentido original, observado pelo autor, à “separação” verificada no interior das sociedades modernas, nascidas a partir do capitalismo, no âmago de sua mundialidade, passaram-se muitos séculos. Não cabe reiterar, aqui, como se dera a passagem *lógica* da alienação religiosa à alienação, digamos, “econômica”, porque seria um estudo demasiado longo e uma boa parte desse processo está contida nas páginas da obra citada. Pretendo salientar como tal sentido se significa novamente na contemporaneidade. A alienação “econômica” está posta assim, entre aspas, porque entendo que seu domínio sobre a vida humana se estende para muito além do meramente econômico, mesmo reconhecendo os fundamentos lógicos dessa sociedade. As críticas às abordagens “economicistas” são variadas, muito presentes em vários momentos do marxismo mundial, em todas as escolas decorrentes desse pensamento. Exatamente por isso, reconhecendo o quanto as determinações econômicas (estendendo-se à ideia das determinações materiais) são basilares, fundamentais na compreensão e na crítica ao mundo moderno, pode-se ampliar o leque de compreensão a outros domínios da vida social, que, de modo algum, se destacam dos seus fundamentos lógicos basilares: o valor e a forma valor. Sobre essa discussão, mais uma vez o pensamento lefebvriano nos convida a pensar e rediscutir o momento em que vivemos:

[...] Sobre o plano que nós denominamos *filosófico*, determinaremos a alienação da consciência privada, e nós a estudaremos, de fato, sobre o plano *sociológico*. Não poderemos esquecer que a alienação da consciência privada, definível como tal (ausência da totalidade) comporta um esforço de desalienação, uma luta encarnada para se manter. Esta filosofia, por si só, expressa a resistência e as aspirações da consciência privada (isto é, de *subjetividade*). Além disso, este esforço conhece e atravessa fortunas variadas. A consciência privada, para escapar às “privações”, às pressões, promove o biológico e o fisiológico contra as ideologias. Ela se refugia na natureza bruta. Assim, fugindo uma alienação, ela vai para as alienações mais profundas. Esses fatos dependem da sociologia, mas somente a filosofia pode exprimir seu movimento contraditório: alienação – desalienação – alienação mais profunda etc. Portanto, o pensamento filosófico deve ocupar, ao mesmo tempo, os planos e níveis diversos e aí permanecer.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**, 2006, p. 32.

<sup>29</sup> LEFEBVRE, Henri. **La somme et le reste**, 1973, p. 388. Grifos do autor.

Assim, a alienação, compreendida como movimento, sugere a desalienação e a alienação mais profunda. O interessante é reconhecer a presença da *consciência privada*, e compreender a sua relação com a *consciência social*, pois “expondo a importância das contradições internas nos aproximamos, com instrumentos mais adequados, do imenso universo da mercadoria no qual estamos afundados e confundidos; submetidos, extensa e intensivamente.”<sup>30</sup> A consciência privada, parecendo recorrer a um sentido etimológico semelhante aos termos vida “privada”, propriedade “privada” etc., diz respeito à transmutação da individualidade humana (que não consideramos ontológica: também é processo, movimento...) em *privacidade*, o sentido da atomização subjetiva entranhada ao mundo da mercadoria e suas fantasmagorias. Assim, quando *tudo* se torna vendável, incorre o sentido mais lato da alienação, que se caracteriza a partir da:

Extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados” [...], que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.<sup>31</sup>

O ato de tornar tudo mercadoria, interpor a vendabilidade total e totalizante ou ainda interpor a reificação das relações humanas, remete à autonomização do produto em relação ao produtor, posto que as condições dessa produção só possam culminar numa imensa coleção de *mercadorias* ou de *espetáculos*, conforme Debord, onde a coisificação está francamente aliada a uma objetividade pautada no todo social. Essa objetividade, que se sobrepõe às subjetividades, repõe os termos da relação entre o sujeito objeto, conforme apontado nas páginas anteriores. Sujeitos sujeitados são sintomas da alienação, que não pode ser compreendida de forma isolada.

Guterman e Lefebvre, em *A Consciência Mistificada*, inicialmente publicado em 1936, traçam um caminho muito importante no sentido de resgatar os fundamentos da construção dos ideais do nazi-fascismo. Não se trataria, segundo os autores, de um momento ímpar na história, já que esses ideais fariam parte de todo o universo sócio-cognitivo dessa parcela da humanidade que deseja continuar se “beneficiando” de modo

---

<sup>30</sup> DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia: observações de método**, 2008, p. 29.

<sup>31</sup> MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**, 2006, p. 39. Grifo nosso.

exclusivo dos ganhos do capital mundial. Ou seja, o nazi-fascismo nada mais seria do que a exacerbação de um ideário próprio das burguesias e prontamente seguido por frações inteiras das classes médias, que porventura se veriam representadas neste ideário. No entanto, o que lhes *pareceria* estranho como classe, aquele ideário proveniente de classes superiores, nos faz pensar o quão repleto de aparências e ilusões se constitui o mundo da mercadoria.

Fetichismo, alienação, mistificação são três termos quase equivalentes, três aspectos de um só fato. Ele nos permite apreender a unidade complexa da economia e das formações ideológicas. O materialismo não reduz a ideologia à economia: ele segue, ao contrário, os nascimentos complexos das ideologias, em relação com a práxis social (a economia de uma sociedade determinada). O Fetiche mercadoria é abstração e quantidade. Sua dominação foi o reinado do abstrato, a quantificação crescente e lentamente universalizada. Na mistificação correspondente, todo o humano é traduzido e paulatinamente reduzido ao homogêneo, ao abstrato. À abstração, ao dinheiro corresponde o nascimento da Razão, entidade metafísica e lógica.<sup>32</sup>

O pensamento triádico lefebvriano, presente em várias de suas obras, parece constituir aqui uma unidade no interior de um conjunto. O fetiche, expressão de uma sociedade eivada de metafísicas, reitera as alienações decorrentes da reprodução dessa mesma sociedade; a mistificação, que pode ser definida como a concretização de parcialidades advindas da *consciência privada* conjuntamente à *consciência social*, onde ambas se realizam mutuamente. Parcialidades porque compõem *partes, fragmentos* da desalienação, mas que não conduzem a real superação das alienações (se é que isso realmente é possível), mas ao mergulhar em novas e mais potentes formas de alienação. Daí a tríade, no meu entendimento: fetiche-alienação-mistificação.

Sobre o campo da metafísica social, importante destacar o quanto o capital é continuador lógico dos antigos mitos religiosos, mágicos, teológicos e metafísicos, cumprindo o papel do destino e da providência.<sup>33</sup> A ideia providencial conduz ao ideário missionário, presente incomodamente em vários momentos da expansão dos domínios europeus no restante do mundo, e produtor de tantas catástrofes humanas: o tráfico internacional de escravos, o imperialismo, a sujeição de continentes inteiros às

---

<sup>32</sup> GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. **La conscience mystifiée**, 1999, pp. 163-164.

<sup>33</sup> GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. **La conscience mystifiée**, 1999, p. 171.

centralidades do mundo capitalista etc. Somos levados a pensar que a negatividade pura, em ato, as guerras e destruições em massa e todas as formas de extrema barbárie, são faces de uma realidade onde o crítico mais do que se recompõe e se reitera. Reiteração da pobreza, da miséria, da humilhação, da morte de parcelas inteiras da humanidade, aparecendo como pasteurizadas mercadorias na exposição das vitrines midiáticas e das imagens que “falam” por si mesmas, “elucidam” e “desvendam” esse mundo. A simplificação e a vulgarização (no mau sentido, de destruição da complexidade inerente ao conhecimento) se afirmam como a medida de um mundo invertido. Será que deveríamos aceder a um mundo desinvertido, ajeitado, acertado, sem as ambiguidades e as contradições? Seria essa uma utopia, e como tal, romantizada, impossível, um ponto fixado para além do moderno? São questões que se colocam na ordem do dia e potenciais produtores de novas formas de fetiche, alienação e mistificação. Sobre a *alienação*, Guterman e Lefebvre apontam que:

A alienação do homem é um fato vivo, experimentado a cada hora do dia por cada um de nós. Esta solidão em meio à multidão, alienação do homem. Essa ignorância de si, essa lucidez sem conteúdo, essa abstração sem matéria, essa dispersão, esse desespero: alienação do humano. É alienação essa vida artificial, essa realidade absurda que não existe senão para os homens e se prende a eles e se alimenta deles: essa cultura, esse mundo inteiro. O humano se realiza por um difícil caminho cheio de desvios, que é alcançado através de suas andanças e dificuldades, superando seus momentos e seus conflitos. Alienação significa estranheza, desconhecido no coração de nossa consciência; alienação significa opressão, angústia, vida comprometida em conflitos ainda não resolvidos. Alienação significa ainda: dispersão, exterioridade recíproca e oposição dos elementos da consciência e da cultura.<sup>34</sup>

Quanto à *mistificação*, estendendo o sentido de alienação:

Chamamos *mistificação* o momento da consciência social, - da ideologia - onde antigas formas em via de superação tornam-se falsas. Pode o erro ser outra coisa senão um momento da verdade tomada por todos? Como se cria uma ideia totalmente falsa? A relação de toda ideia com a prática exclui a possibilidade de uma ideia inteiramente falsa! Mas uma ideia verdadeira se

---

<sup>34</sup> GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. **La conscience mystifiée**, 1999, p. 130.

torna falsa quando ela é superada; uma verdade parcial se torna falsa quando a substituímos em sua totalidade. Neste momento ocorre a *mistificação*.<sup>35</sup>

Ainda, aprofundando o sentido de alienação e mistificação, está ilustrado a seguir o sentido de *reificação*, conforme apontado nas próprias palavras de Georg Lukács, em *História e Consciência de Classe*:

*Objetivamente*, quando surge um mundo de coisas acabadas e de relações entre coisas (o mundo das mercadorias e de sua circulação no mercado), cujas leis, embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhes opõem como poderes intransponíveis, que se exercem a partir de si mesmos. [...] *Subjetivamente*, numa economia mercantil desenvolvida, quando a atividade do homem se objetiva em relação a ele, torna-se uma mercadoria que é submetida à objetividade estranha aos homens, de leis sociais naturais, e deve executar seus movimentos de maneira tão independente dos homens como qualquer bem destinado à satisfação de necessidades que se tornou artigo de consumo. [...] A reificação é, portanto, a realidade imediata e necessária para todo homem que vive no capitalismo, e só pode ser superada por *um esforço constante e sempre renovado para romper na prática a estrutura reificada da existência, mediante uma referência concreta às contradições que se manifestam concretamente no desenvolvimento global, e com a conscientização do sentido imanente dessas contradições para a totalidade do desenvolvimento*.<sup>36</sup>

E, finalmente, a clássica passagem d'*O Capital*, de Karl Marx, a propósito do *caráter fetichista da mercadoria*:

De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto,

---

<sup>35</sup> GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. **La science mystifiée**, 1999, p. 79.

<sup>36</sup> LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**, 2003, pp. 199, 200 e 391. Grifos do autor.



simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais.<sup>37</sup>

Não seria demais afirmar que fetichismo e reificação possuem um paralelo muito grande, visto que ambos se referem à objetivação e autonomização dos termos de uma criação social. Neste campo, as obras humanas adotariam uma vida metafísica, o valor se naturalizaria, estaria dado, não sendo passível de discussão ou contestação, muito menos de crítica. Porque é o evidente, o inabalável, é a lógica cimentada pela práxis social. Atinge suas formas mais críticas na consciência humana. A alienação, tornada central, remete à centralidade do separado, exteriorizado, estranhado, dentro e fora do processo produtivo, na vida quotidiana, nas tramas sociais, nas formas de sociabilidade, na maneira de se conceber o mundo.

A alienação não é simplesmente uma forma de consciência privada, que fique muito claro. Ela se inscreve na forma social em sua totalidade, na medida em que se compõe tal como base dessa mesma forma social. No mundo contemporâneo, só pode ser compreendida no tocante à sua totalização, em relação ao fetichismo e às mistificações. E o cúmulo da mistificação, naqueles difíceis momentos em que surgiu *A Consciência Mistificada*, era justamente a ascensão do nazi-fascismo e todo seu rol de verdades tornadas absolutas e inquestionáveis. Era o momento da contrarrevolução, quando os termos da ambiguidade mais do que revelavam sua deterioração, onde parecia não haver espaço para maiores formas de contestação. E surge aqui a preocupação com a vida quotidiana, lócus de surgimento e proliferação dos “recursos” ideológicos daqueles regimes extremistas.<sup>38</sup> Por isso a emergência da crítica radical à vida quotidiana, e sua urgência em compreensão e ataque dos seus pressupostos.

Interessante observar o relativo paralelo temporal entre a obra citada e *História e Consciência de Classe*, de Lukács, cuja primeira edição fora publicada em 1922, compilando alguns textos escritos no calor dos movimentos revolucionários da Europa Oriental. O

---

<sup>37</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Livro Primeiro, Tomo 1, 1983, p. 71.

<sup>38</sup> GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. **La conscience mystifiée**, 1999, p. 66.

momento faz surgir questões que não surgiriam de outra forma, a exemplo da questão da composição e consciência das classes sociais. Trata-se de uma discussão muito presente no marxismo ortodoxo desde os movimentos socialistas do final do século 19, até mesmo quando o próprio Karl Marx ainda estava vivo. As questões do momento interpostas às duas obras nos convidam a pensar nas temporalidades que incorrem nas representações e práticas que conduzem o movimento total deste mundo do início do século 21. Não superamos as alienações, nem tampouco os fetiches e mistificações, muito pelo contrário: seus pressupostos mais que foram reafirmados no decorrer do século 20 e parecem seguir a mesma tendência nesta primeira década passada no terceiro milênio.

No tocante ao tempo e à temporalidade, neguemos o sucessório, o linear, a ideia iluminista de “progresso” ilimitado da humanidade etc., pois essas formas de compreensão do tempo são exatamente as aparências da forma de processar da mercadoria e sua circulação, a valorização do valor tal como se nos apresenta. Temos como exemplo o crédito, que aparece como o presente e futuro, numa lógica formal pasteurizada, mistificadora, invertida. Igualmente, não mergulhemos nas aparências e chafurdemos na superficialidade das formas. É preciso compreender, pelo reverso, pela negatividade que é próprio ao mundo da mercadoria e da valorização tautológica do valor, o quanto a simultaneidade se constitui na negatividade do tempo. Se o crédito é simultaneidade, é porque se implica ao seu negativo, conduz a uma reflexão recíproca com os demais elementos do auto-movimento do dinheiro.<sup>39</sup> Assim, acontecimentos simultâneos, tais como os processos revolucionários apontados por Lukács e os contrarrevolucionários apontados por Guterman e Lefebvre induzem a uma situação crítica, próximo ao catastrófico.<sup>40</sup> É um momento-limite, de fronteiras, quando uma realidade que se quer estável, perene, auto-realizada, encontra o seu outro: o aleatório, o incontrolável, a incompletude, a irrealização, em suma, o próprio estado crítico.

---

<sup>39</sup> KURZ, Robert. **O colapso da modernização**, 1996, p. 28.

<sup>40</sup> “A crise revolucionária: caso limite. Ela perturba ou rompe as relações entre a terra, o trabalho, o capital (os investimentos) e mesmo a forma mercantil e suas relações. Um salto qualitativo se torna inevitável. O modo de produção (o modo de produção estatista, portanto) é alcançado. É o fim da acumulação do capital, da reprodução das relações de produção e de dominação. Uma luta de morte se desencadeia. As relações sociais não são mais reprodutíveis. A subjetividade revolucionária (a consciência política, como se diz) emerge e cresce. É o momento da catástrofe, mas também da invenção de novas relações. Um outro modo de produção surge e uma outra forma de organização social – ou ainda a sociedade civil e política morre. É a *catástrofe*, jamais estudada como tal, ainda que muito frequentemente anunciada pelo marxismo apocalíptico (Rosa Luxembourg, entre outros). Em resumo, na crise revolucionária se rompem as cadeias de equivalências: com a lógica da mercadoria, aquela da representação e da separação, aquela do exercício de um poder exterior e superior à sociedade (civil)”. LEFEBVRE, Henri. **De l'État 4...**, 1978, p. 244.

No entanto, o advento do que se costuma denominar pós-modernidade reitera exatamente os termos apontados por último. Quando o calculado e programado é suprimido pelo aleatório e o flexível, completa-se o sentido da plena realização da forma valor. Regular e controlar diz respeito a um momento em que os pressupostos da economia mundial encontram espaço para sua expansão. Enquanto houver terras e setores da vida humana a serem colonizadas, existe capital produtivo e as taxas globais de lucro se realizam pelas reservas de valor do próprio capital. Existe o lastro, a mercadoria tende ao concreto e as formas de sociabilidade estão em processo de regulação, as massas estão sendo disciplinadas às formas do capital. Quando se esgotam as fronteiras, quando o mundo se encontra completamente colonizado, a queda tendencial das taxas globais de lucro bate novamente à porta dos capitais internacionais. Resultado: nova busca pelo aumento das taxas globais de mais-valia, financeirização e flexibilização. Flexibilizar significa realizar o seu outro, o cálculo, que agora lida com o aleatório exatamente como forma *estratégica*.

Tornar-se eclético, efêmero, desregulado, significa contemplar as dimensões críticas do capital, em plena crise desde o seu nascedouro, quando conseguia compor territórios de reserva de valor em outros domínios. Será, então, que o pós-moderno significaria o pré-catastrófico, o momento em que as bases lógicas do valor começam a não reproduzir mais seus pressupostos? Não conseguiriam mais as fantasmagorias sustentarem as suas bases? Seriam as metafísicas e mistificações intensificadas exatamente porque não correspondem mais ao tecido social que lhes sustenta? Estariam caminhando para a ruína dessa lógica as formas críticas de reprodução do valor, incluindo francamente o preço dos alimentos ou ainda o preço das terras urbanas e rurais e também o preço das cidades (tornadas vendáveis, inteiras, como imagem e como materialidade)? Seriam as efemeridades, os jogos entre as binaridades da vida quotidiana (principalmente entre as populações mais pobres: matar ou morrer, bater ou apanhar, *morrer de fome* ou *morrer de tédio*<sup>41</sup> etc.), os localismos e outras formas de particularismos, um sintoma e percepção social de que o acesso a uma pretensa totalidade estaria virtualmente negada? Como se pensa uma totalidade num mundo em que os supostos e pressupostos se negam mutuamente em uma simultaneidade cada vez menos apreensível? Tratar-se-ia, provavelmente, de um mundo que aparentemente esgotou

---

<sup>41</sup> "A mesma carência fulmina as civilizações não industriais, nas quais ainda se morre de fome, e as civilizações automatizadas, nas quais já se morre de tédio. Qualquer paraíso é artificial. Rica apesar dos tabus e dos mitos, a vida de um trobriandês está à mercê de uma epidemia de varíola. Pobre apesar do conforto, a vida de um sueco médio está à mercê do suicídio e do mal de sobreviver". VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**, 2002, p. 91.

as fronteiras para que o valor possa se auto-valorizar, ao passo que sua reprodução crítica está cada vez mais dificultada. Poderíamos tecer, a partir daí, a leitura kurziana do “colapso da modernização” ou a lefebvriana da “catástrofe”<sup>42</sup>? Ou poderíamos recorrer a outras formas de compreender e, simultaneamente, tecer a crítica a esse mundo e a essa economia?

De um suposto podemos partir: a espacialidade em ato, suprimindo a temporalidade, já que o tempo perde, no interior da reificação, “o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de ‘coisas’ quantitativamente mensuráveis”, ou seja, “torna-se espaço”.<sup>43</sup> O espaço primado a partir do movimento lógico das forças produtivas sob o capitalismo decorre da percepção de que a temporalidade e a historicidade, tornada sem efeito, destituída de seu significado, não se estrutura mais como o cerne da valorização do valor. Tornar-se espaço significa instaurar o eterno presente, “o sol que nunca se põe no império da passividade moderna”.<sup>44</sup> A alienação é a separação dentro da unidade, o motor da vida social. O cálculo do aleatório, o *laissez-faire*, a desregulação e a reprodução tautológica das imagens que falam por si mesmas são basilares num momento em que a espacialidade toma de assalto os pressupostos da reprodução social. A reificação é o azeite da máquina, a hipóstase do estranhado. A transmutação e o salto qualitativo: a transfiguração do fato em processo, o *momento*.

O reconhecimento de que os objetos sociais não são coisas, mas relações entre os homens, intensifica-se até o momento em que os fatos se dissolvem completamente em processos. Mas se aqui o seu ser aparece como devir, esse devir não é um simples fluxo geral que passa rapidamente, nem uma *durée réelle* vazia de conteúdo, mas a produção e a reprodução ininterruptas daquelas relações que, arrancadas desse contexto e desfiguradas pelas categorias da reflexão, *surtem para o pensamento burguês como coisas*. Somente nesse momento a consciência do proletariado eleva-se à autoconsciência da sociedade em seu desenvolvimento histórico.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> “A teoria das catástrofes permite explicar as estruturas e justifica dinamicamente sua aparição, sua estabilidade, seu fim. [...] Essa teoria é qualitativa, ignorando as considerações de escala como as leis somente qualitativas. O autor [referindo-se a René Thom, matemático francês] demonstra a generalidade de sua teoria e sua aplicação, não somente aos fenômenos físicos e naturais, mas aos fenômenos históricos e sociais: em toda parte onde há morfologia e topologia”. LEFEBVRE, Henri. **De l'État 4...**, 1978, pp. 257-258.

<sup>43</sup> LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**, 2003, p. 205.

<sup>44</sup> DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**, 2003, § 13, p. 17.

<sup>45</sup> LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**, 2003, pp. 361-362. Grifos nossos.

Podemos acreditar na elevação da consciência do proletariado à autoconsciência da sociedade em seu desenvolvimento histórico? Seria admissível que, mesmo no interior dos sistemas mais fechados, pudessem ocorrer fraturas ou fissuras, ou momentos em que barreiras ditas intransponíveis (tanto por certos “marxismos” ortodoxos quanto pelo pensamento mais liberal) pudessem romper e instaurar um período revolucionário? As formas revolucionárias, que tanto capturaram os estados de coisas nos momentos em que as condições de reprodução da vida pareciam insuportáveis, em que as contradições gritavam e ensurdeciam a todos, em que a fronteira com o irredutível da vida havia sido alcançada e onde parecia não haver outra alternativa senão derrubar o estado de coisas, não saíam da potência e da latência em direção à concretude? A ideia de “mudar a vida” não estava nos planos de quem partilhava dos tempos revolucionários? Como aparece a ideia de “mudar a vida” dentro de um contexto no qual não parece haver alternativa ou saída possível ao presente tornado eterno? Haveria o momento em que as categorias não se bastam e que urge o surgimento de novas categorias e novas formas de linguagem? São muitas questões, que não nos propomos a responder, pois sua resposta demanda a formação de um “programa revolucionário”, tanto quanto outros que já existiram e que pareceram ser capturados, desviados e tornados exatamente o outro da tão desejada “emancipação humana”, “realização da filosofia” ou da “arte”. Pareceram quedar subsumidos à forma econômica pura, dura, tautológica, produtora da crise.

A crença da novidade já esteve por muito tempo colada na possibilidade histórica da emancipação do proletariado, no reino da luta de morte entre o capital e o trabalho. Os resultados dessa crença histórica são mais do que conhecidos, visto a ascensão dos regimes políticos que aparentemente se constituíam no outro do capitalismo ocidental. Sobre tal, aludo mais uma vez à falácia da oposição *Estado X mercado*, já que ambos se inscreveriam numa unidade lógica, recíproca, participantes de uma dialética social. Não se pode pensar no chamado “poder público” se não se considera toda a base econômica que lhe sustenta, a forma política necessária de suporte à reprodução tautológica do valor.

Os resultados da luta pela emancipação do proletariado incidiram inclusive em formas de reiteração e reprodução da mesma sociedade que os produziu enquanto proletários, meros vendedores da sua força de trabalho e também escravos do trabalho.

Com a ideologia *socialdemocrata*, o proletariado recai em todas as antinomias da reificação. [...] O fato de o princípio “do homem” como valor, como ideal, como dever etc. desempenhar um papel cada vez mais forte justamente nessa ideologia – ao mesmo tempo, é claro, com um “discernimento” crescente da

necessidade e da legalidade do acontecimento econômico-factual – é apenas um sintoma dessa recaída no imediatismo reificado da sociedade burguesa. Pois a justaposição imediata das leis naturais e do dever são a expressão intelectual mais coerente do ser social imediato na sociedade burguesa.<sup>46</sup>

Construir a ideia de homem nessa teia de abstrações significa reiterar exatamente o sentido de constituição dos termos do fetiche e reificação. A socialdemocracia, forma política reconhecida na teia do capitalismo “humanizado”, se constitui numa das grandes antinomias apontadas pelo autor, donde se depreende o sentido do mergulhar-se em alienações mais profundas, ao momento do “desalienar-se”. Significa compreender o concreto do movimento do residual, do que escapa e se torna latente, adquirindo potência revolucionária e tornando a cair nas teias da reprodução do valor. É o possível-impossível, ou seja, “o movimento pelo qual o *possível* é a diferença que consegue romper, transgredir e vencer o homogêneo e que, ao lograr esse intento, cria, como capacidade diferencial, a possibilidade de transformação da prática social”.<sup>47</sup>

Os termos da reprodução estão postos, fazem parte da prática social contemporânea, compreende seus mais diversos níveis, está inscrito no nível da vida cotidiana. Reiteram os termos da fragmentação, implicam estratégias múltiplas, tanto do capital quanto dos movimentos nascidos a partir da crítica de seus pressupostos, impõem o processo da negatividade em ato. Compreender os termos da negatividade irrompe a dialética inerente do movimento, qualitativo, fluido, compondo imaginários e ascendendo às formas de sociabilidade. A mercadoria e sua metafísica, seu fetiche e reificação, mostra o quanto a separação, “alfa e ômega do espetáculo”<sup>48</sup>, são a forma necessária da reprodução dessa sociedade e dessa economia. Com isso, questionamos o quanto se repõe a espacialidade, tal como epifenômeno de um momento das forças produtivas em que a virada financeirizada, aprofundamento do crítico, está entranhada à prática social

---

<sup>46</sup> LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**, 2003, pp. 390-391.

<sup>47</sup> NASSER, Ana Cristina Arantes e FUMAGALLI, Marlene. **A opressão da equivalência, as diferenças**. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**, 1996, p. 35.

<sup>48</sup> “A separação é o alfa e o ômega do espetáculo. A institucionalização da divisão social do trabalho e a formação de classes tinham construído uma primeira contemplação sagrada, a ordem mítica de que todo poder se cerca desde a origem. O sagrado justificou o ordenamento cósmico e ontológico que correspondia aos interesses dos senhores, explicou e embelezou o que a sociedade *não podia fazer*. Todo poder separado foi, portanto, espetacular, mas a adesão de todos a tal imagem imóvel significava apenas o reconhecimento comum, na pobreza, de um prolongamento imaginário da atividade social real, ainda amplamente percebida como condição unitária. Já o espetáculo moderno expressa o que a sociedade *pode fazer*, mas nessa expressão o *permitido* opõe-se de todo ao *possível*. O espetáculo é a conservação da inconsciência na mudança prática das condições de existência. Ele é seu próprio produto, e foi de quem determinou as regras: é um pseudo-sagrado.” DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**, 2003, § 25, p. 21, grifos do autor.

contemporânea, impondo ciclos e ritmos na vida quotidiana, transformando a natureza dos espaços e se tornando o próprio espaço. O “grau zero do espaço”<sup>49</sup>, sua frieza e assepsia, sua forma tautológica e vazia, sua pura homogeneidade, sua imagem autonomizando o significante, se mostra nesse processo como uma totalidade a ser constantemente revisitada e posta na teia da reprodução social.

Tendo isso em questão, coloco que esta Tese procura mobilizar esses conceitos e categorias de análise apresentados no interior de seu movimento, implicando em sua negatividade. Não se trata de uma simples contradição formal, que irrisoriamente anula o embate e a pulsão dentre as categorias da modernidade, mas sim da tentativa e da busca de elaborar, *dentro da lógica dialética*, os pressupostos e sua constante negação. Assim, proponho que negar significa, ao mesmo tempo, positivar, reiterar-se, tal como se constitui a lógica da valorização do valor. Positivar-se é incorrer no negativo, seu espelho, supondo a imagem invertida, seu reflexo. A partir daí, anunciamos, com a passagem do belo estudo de Harvey denominado *Limites do capital*, o que pretendemos a partir de nossa tese:

O fetichismo que surge da transformação dos valores em preços de produção cumpre um papel crucial no argumento de Marx. Ele executa uma óbvia função ideológica e apologética, ao mesmo tempo em que mistifica a origem do lucro como mais-valia. Como uma mistificação, é perigosa ao capital porque a reprodução da classe capitalista depende inteiramente da criação contínua e recriação da mais valia. Mesmo se os capitalistas pudessem penetrar sob o fetichismo de sua própria concepção, ainda assim eles seriam impotentes para corrigir o estado potencialmente crítico dos negócios. A competição os obriga, quer queira quer não, a alocar trabalho social e *ajustar* seus processos produtivos, de modo a equalizar a taxa de lucro.<sup>50</sup>

Na qualidade de *fetichismo*, o movimento totalizante do capital se impõe a seu conjunto mundializante. A crise está constituída no horizonte do auto-movimento do dinheiro e, para tanto, urge os ajustes necessários à reprodução ampliada do capital. Ajustes que se estendem, sobremaneira, ao espaço, já que este se constitui o primado do momento financeirizado, crítico dessa reprodução mesma. O espaço, tornado continente e conteúdo, assume uma simultaneidade tanta que se depreende sua inteira mercantilização, tal como fragmento na estratégia de reprodução desse capital que não assegura mais suas taxas

---

<sup>49</sup> DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia: observações de método**, 2008, p. 88.

<sup>50</sup> HARVEY, David. **Limits to capital**, 2006, p. 68, grifos e tradução nossos.

globais de lucro por intermédio de capitais “produtivos”, ou exploração da mais-valia do trabalho vivo. Grassa a especulação, lida pelo viés moral por vários setores das lutas sociais urbanas e também por muitos trabalhos acadêmicos que não consideram o cerne da questão, que se configura na impossibilidade lógica do capital em se reproduzir tanto quanto “produzindo empregos”, na forma fordista convencional. A especulação imobiliária, muito mais do que uma “ganância” da classe capitalista, se institui criticamente no momento em que as categorias de sua auto-reprodução começam a esgarçar as suas próprias fronteiras.

E é exatamente a partir das fronteiras que pretendo iniciar o movimento de análise da constituição e afirmação do Butantã enquanto um fragmento da metrópole, o que convida a pensar no significado que a fronteira tem nesse bairro, distrito ou subprefeitura do município de São Paulo. A Operação Urbana Consorciada Vila Sônia (OUCVS), virtualidade ou realidade, presente ou vir-a-ser, reafirma o crítico dessa região, que se vê cada vez mais capturada nas *tramas metropolitanas* dos planejamentos estratégicos, das instrumentalizações políticas, jurídicas e econômicas das requalificações (ou “revitalizações”, se se deseja mergulhar nas mistificações, usando seus próprios termos); além disso, é recorrente seu papel de fronteira no interior da reprodução do espaço metropolitano. A fronteira, transcendendo a geometria espacial, é entendida a partir de sua fixidez e de sua forma negativa, o movimento, que lhe confere um interessante posto no tocante à totalidade da metrópole: sugere a situação como forma de compreensão do espaço social correspondente. A fronteira sugere o vir-a-ser, constantemente reiterado, reatualizado e reafirmado, e isso desde os tempos coloniais...



# CAPÍTULO 1

## Butantã: caminhos ancestrais e composição das fronteiras pregressas e contemporâneas.

Se o aceno ao caminho, “que convida ao movimento”, quer apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa, se fixaram junto à marinha -, o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de “fronteira”. Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 2008, pp. 12-13.

Iniciemos com uma *representação*: viver no Butantã, ao menos em suas localidades mais “enobrecidas”, significa viver em um lugar da metrópole onde existiria “qualidade de vida”. Dependendo ainda de nossa leitura, trata-se de um lugar onde se acederia ao *urbano*.<sup>51</sup> Estendendo essa representação, seria um lugar onde as infraestruturas são abundantes: universidades e faculdades (destacando-se o próprio campus da *Universidade de São Paulo*), hospitais, equipamentos de consumo coletivo (shopping centers, hipermercados e outras grandes cadeias comerciais varejistas e atacadistas). Mesmo nas áreas mais distantes da área compreendida pela Subprefeitura do Butantã, a possibilidade de acesso ao transporte público, às oportunidades de trabalho que a metrópole oferece, a proximidade (quase uma *continuação*, o que também se constitui numa *representação*) com as áreas mais capitalizadas de São Paulo (eixo Faria Lima / Berrini / Jardins / Paulista) oferece uma posição *sui generis* do Butantã no contexto metropolitano. E isso não vem de hoje.

Os anúncios publicitários, sobretudo aqueles provenientes do mercado imobiliário, reiteram constantemente essas representações. A “qualidade de vida”, a presença dos referidos equipamentos de consumo e das institucionalidades públicas e/ou semi-públicas (além da referido campus da USP, a área compreendida pela *Subprefeitura do Butantã* abriga o *Jockey Club*, *Educandário Dom Duarte*, *Palácio dos Bandeirantes* – sede do governo estadual de São Paulo – *Estádio do Morumbi*, *Sociedade Beneficente Alemã* etc.) fariam dessa região da metrópole um lugar “privilegiado”. Tal atmosfera social e econômica conduziria, assim, à necessária e inevitável “valorização” do metro quadrado, decorrentes do pujante mercado imobiliário paulistano e incrementado pelo “bom momento econômico do país”. Para o fosforescente mercado imobiliário da metrópole paulistana do início do século 21, as notícias veiculadas pela grande imprensa afirmam constantemente que o Butantã se constitui a “bola da vez”, e tal afirmação reporta a variados conteúdos.

Para que tratemos desses conteúdos, vamos a alguns fatos. A Zona Oeste do Município de São Paulo tem se constituído, desde os tempos coloniais, como rota necessária

---

<sup>51</sup> Sobre o *urbano*... “A palavra não é nova, mas o conceito traz o novo, esclarecendo uma certa quantidade de fatos, de relações, permanecidos na obscuridade e no silêncio (vergonha ou pudor?). O termo *urbano* teve como predecessor e ancestral semântico um belo substantivo: a *urbanidade*, próximo da *civilidade*, que significava a cortesia, a tolerância, o saber-viver (em oposição à “barbárie”, no século 18, dos campos). A urbanidade, nesse sentido, retinha toda a tradição (suposta) das cidades, desde Atenas e Roma, passando por Veneza e Florença. Quando a *urbanidade* se oblitera e a pretensiosa “urbanística”, com uma ideologia, dos regramentos, um código, que pretendem substituir uma vida prática caindo em desuso, e ordenar o que teve charme espontâneo: a vida ‘em cidade’, em Londres, em Paris, do qual permanece muitos testemunhos literários (Swift, Diderot, etc.). Aqui como alhures, uma prática (com uma ideologia de bônus) precedeu a teoria. Este conceito, o *urbano*, recentemente ingressado nos vocabulários (ciência e prática), não designa a cidade e a vida em cidade. Ao contrário: nasce com a explosão da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana. Neste sentido, teve um grande alcance, tanto quanto ‘o industrial’ ou ‘o informacional’.” LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique...**, 1986, pp. 159-160.

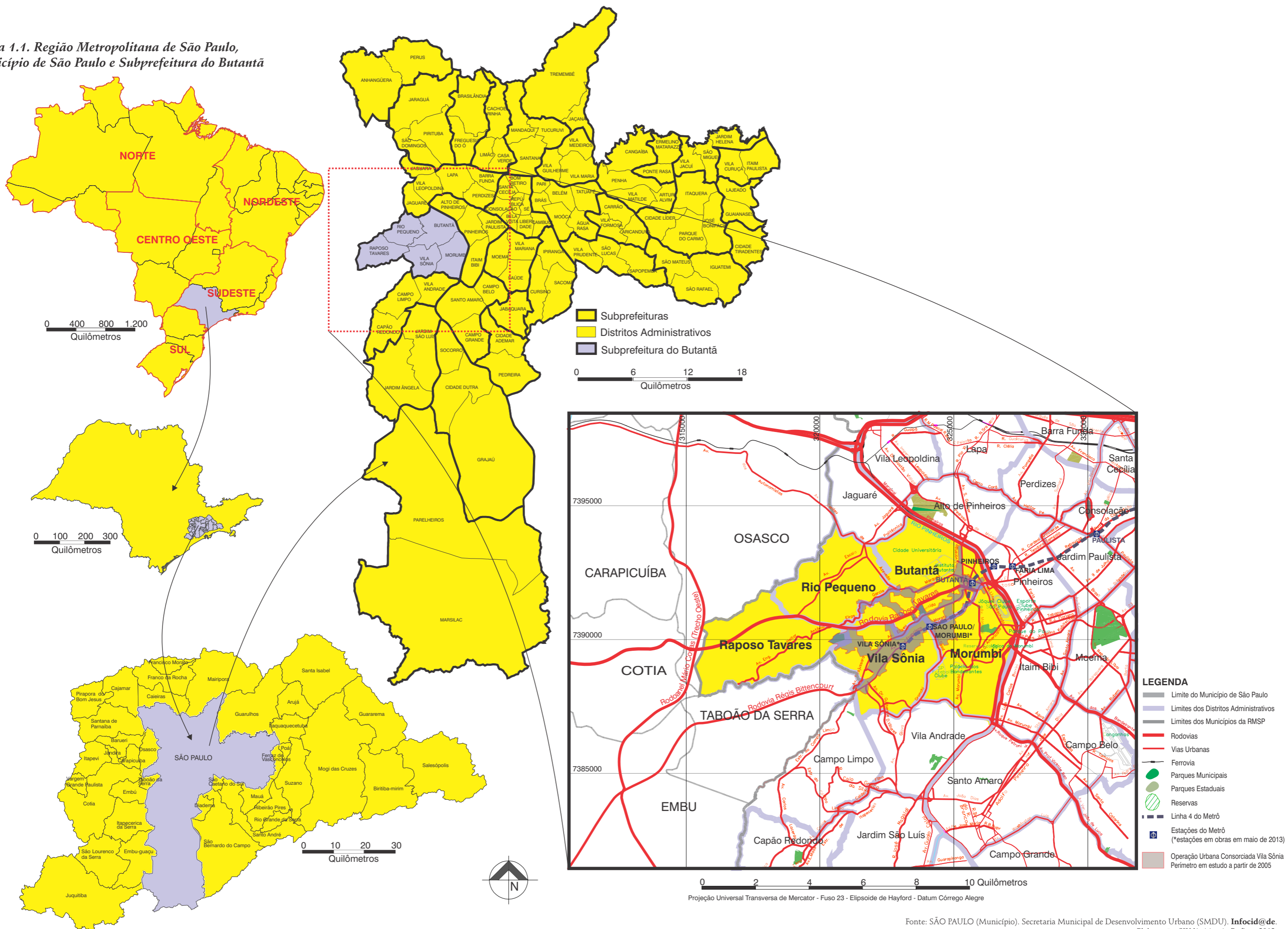
de passagem entre a mesopotâmica cidade dos Campos de Piratininga (onde está atualmente o chamado Centro Velho de São Paulo) e sua hinterlândia. Desde então, vários eixos de circulação foram se estabelecendo e constituindo uma trama de caminhos e passagens que ligava, por variados meios, o Planalto Paulistano ao vasto sertão do continente. E essa “vocalização” de porta do interior, rota para desbravamento de outros possíveis e extensão das fronteiras, por intermédio do movimento interposto à composição dos caminhos, mostra-se recorrente na longa *durée* dos últimos quinhentos anos de construir e forjar o Brasil, a partir do contexto mundializante das tramas da valorização do valor. No entanto, as filigranas desse processo sugerem que o mundial se aporta nos termos locais, tanto na sua constituição social quanto nas heranças dos arranjos espaciais precedentes. Esta sociedade e este espaço se constituem a partir de sua carga analítica e cognitiva a partir do moderno, e poderão constituir uma analogia entre o que se passa na contemporaneidade e o que se passou na construção dessa contemporaneidade.

Bem dito, no entanto, não considero que *aquela* passado constitua necessariamente *este* presente, ou seja, não desejamos uma forma teleológica de compreensão da realidade. O devir sempre comporta o *possível-impossível*, conforme apontado na Introdução, e é exatamente nessas unidades negativas do *realizado-irrealizado* e do *significativo-irrisório* que pretendo iniciar nossa interlocução com o *passado-presente*. Trata-se de um movimento em que se busca resgatar as origens, as permanências e descontinuidades na linha espaço-temporal, que conduzem à constituição do espaço urbano contemporâneo nessa região da metrópole paulistana.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> “A história do espaço mostraria a gênese (e conseqüentemente as condições no tempo) dessas realidades que certos geógrafos denominam redes, subordinadas a armaduras (políticas). A *história do espaço* não tem que escolher entre ‘processos’ e ‘estruturas’, entre mudança e invariância, entre eventos e instituições etc. A periodização deve igualmente diferir das periodizações geralmente admitidas. Essa história não se dissocia evidentemente de uma *história do tempo* (ela própria diferente de toda teoria filosófica sobre o tempo em geral). O ponto de partida, para um tal investigação, não se situa nas descrições geográficas do espaço-natureza, mas sobretudo no estudo dos ritmos naturais, das modificações próprias a esses ciclos e à sua inscrição no espaço por gestos humanos, aqueles do trabalho em particular. Inicialmente, portanto, os *ritmos* espaço-temporais, aqueles da natureza, transformados por uma prática social”. LEFEBVRE, Henri. **La production de l’espace**, 2000 [1974], pp. 138-139.

Mapa 1.1. Região Metropolitana de São Paulo, Município de São Paulo e Subprefeitura do Butantã



Como se pode ver no mapa da página anterior, o Butantã e seus arredores possuem uma interessante estrutura viária, que pressupõe a constituição de seu território urbano como passagem: são basicamente quatro vias importantes que convergem para o complexo viário composto pelas pontes *Eusébio Matoso* e *Bernardo Goldfarb*, que recebem todo o afunilamento do tráfego advindo das áreas periféricas da metrópole, do oeste do Estado de São Paulo e também de outros estados do país, sobretudo o Paraná (pela *Rodovia Régis Bittencourt* [BR-116] que se bifurca nas avenidas *Eliseu de Almeida* e *Professor Francisco Morato*) e Mato Grosso do Sul (pela *Rodovia Raposo Tavares* [SP-270] e, de forma marginal ao Butantã, a *Rodovia Presidente Castello Branco* [SP-280]). Além disso, nota-se a importante rota composta pelas avenidas *Doutor Vital Brasil* (da Praça Jorge de Lima até o Instituto Butantan) e *Corifeu de Azevedo Marques* (da confluência da Avenida Doutor Vital Brasil com a Avenida Caxingui até a divisa com o município de Osasco), que perfazem a ligação do distrito de Pinheiros com os distritos de Butantã, Rio Pequeno e Jaguaré, estendendo-se aos municípios de Osasco (onde recebe o nome de Avenida dos Autonomistas), Carapicuíba e Barueri, onde se bifurca em direção a Santana de Paranaíba, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva e Itu, pela Estrada dos Romeiros (SP-312), e em direção a Jandira, Itapevi e São Roque, pela Estrada Velha de Itapevi e Rodovia Engenheiro Renê Benedito da Silva (SP-274). Do Butantã em direção ao interior, portanto, diverge uma considerável quantidade de rotas viárias que, de várias formas, atingem áreas muito distantes da capital paulista, constituindo rotas necessariamente inter-regionais.

Destaca-se, além disso, a presença de antiquíssimos caminhos, os quais foram se incorporando paulatinamente à trama viária urbanizada ou simplesmente desapareceram no momento em que as condições técnicas de circulação viária impuseram sua obsolescência na qualidade de caminhos que ligavam a capital ao sertão. Um dos exemplos mais impressionantes de superposição ocorre em relação às diversas configurações do caminho de Itu e sua confluência com o caminho de Cotia e Sorocaba, localidades com grande importância na trama de vilas e povoados que garantiam a presença do colonizador no território paulista e brasileiro. A hipótese relatada a seguir se constitui em referência à cartografia disponível do início do século 20 e à análise de fotografias aéreas, bem como ao material de referência disposto ao nosso alcance.

A *Estrada São Paulo-Paraná*, herdeira direta da *Estrada "Nova" de Sorocaba*, confluía, após a década de 1920, com a *Estrada São Paulo-Mato Grosso*, herdeira direta e indireta do caminho preposto pela *Estrada "Nova" de Itu*, constituindo um exemplo da medida em que as possibilidades técnicas de travessia do rio Pinheiros, juntamente à composição

geomorfológica das “colinas de além-Pinheiros”, se impunham à organização territorial interposta aos caminhos predecessores. Vejamos o extrato a seguir, tratando dessa composição morfológica e hidrográfica dos terrenos de Butantã:

Nas colinas de além-Pinheiros, há um contraste muito pronunciado entre as encostas dos outeiros e altas colinas voltadas para o rio, em face do sistema de colinas que se desdobram a partir do tópo ou reverso delas. A começar da cumeada dos espigões, estendem-se suaves *colinas* e ondulações discretas, muito bem representadas pelo relêvo dos novos *bairros-jardins* ali construídos: “Jardim Leonor” e “Jardim Guedala”. Trata-se de largas plataformas interfluviais, ligeiramente dissecadas, pertencentes a testemunhos da cobertura terciária ou a extensões limitadas da *superfície de erosão de São Paulo*, em plena zona de terrenos pré-devonianos. O vale do Pirajuçara, que é altamente assimétrico devido ao ser caráter subsequente, apresenta, em sua vertente esquerda, testemunhos do nível intermediário tabuliforme de 740 – 745 m. [...] Tal como o Aricanduva, o Pirajuçara encaixou-se entre um pequeno maciço de terrenos cristalinos e uma endentação local espessa dos terraços terciários. Enquanto a margem esquerda do Pirajuçara é constituída pelas encostas de altos outeiros gnáissicos alinhados, sua margem direita situa-se em pleno domínio das estruturas sedimentares pliocênicas sub-horizontais. Para Oeste e Sudoeste, à medida que se afasta da margem esquerda do Pinheiros, na direção de *Cotia e Itapeçerica da Serra*, cedo desaparecem os últimos testemunhos terciários, muito embora continue o nível de erosão de São Paulo (790 – 820 m). O relêvo se movimenta gradualmente na *região cristalina*, assistindo-se a um amoreamento progressivo das encostas, enquanto o nível dos topos demonstra sinais iniludíveis de uma fase de peneplanização regional, provavelmente plio-pleistocênica. As planícies aluviais restringem-se aos pontos de concentração de dois ou mais córregos ou riachos, adquirindo conformação alveolar. Os terraços fluviais, de tipo ‘fill terraces’, tornam-se descontínuos e estreitos, aparecendo de preferência nos bordos das planícies alveolares, asilando invariavelmente alguns dos elementos do ‘habitat’ rural suburbano.<sup>53</sup>

Destarte, percebemos o quanto a geomorfologia do terreno e sua composição hidrográfica decorrente foram costurando as formas primitivas de composição dos

---

<sup>53</sup> AB’SABER, Aziz Nacib. **O sítio urbano de São Paulo**. In: **A cidade de São Paulo vol. I**, 1958, pp. 231-232.

caminhos que deveriam conduzir as vertentes esquerdas (o chamado “além-Pinheiros”, se se toma como referência do *centro* da cidade de São Paulo) e as direitas. Tal composição, de dificultosa travessia, decorrente da natureza do sítio subjacente, só poderia se constituir numa cadeia de bifurcações de rotas, que evitariam várias passagens sobre os cursos d’água, principalmente os maiores da região: o rio Pinheiros e os ribeirões Pirajussara e Jaguaré, relativamente caudalosos e compostos de planícies inundáveis com dezenas de metros, de uma vertente a outra de seus respectivos cursos.

Os mapas a seguir assinalam como a *Estrada Velha de Sorocaba* coincide com o traçado da atual *Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia*,<sup>54</sup> que, ao seu final, se converte numa estreita estrada de terra, dá acesso à *Vila Nova Esperança* (última localidade habitada no Município de São Paulo, naquela direção) e depois ingressa nos limites municipais de *Cotia*, *Taboão da Serra* e *Embu*, transformando na “Estrada da Represa de Cotia”, “Estrada do DAE”, ou “Alameda Clio”, conforme é possível observar em diferentes bases cartográficas disponíveis na internet.<sup>55</sup> Tal rede de vias que configura uma toponímica tão variada, ao encontrar-se acima do túnel composto pelo Rodoanel trecho Oeste, na altura do km 28, encontra a “Rua Dezoito de Julho”, no município de Embu, que continua serpenteando entre áreas de ocupação recente de moradias urbano-rurais precárias, chácaras e sítios, em trechos ora pavimentados ora sem pavimentação, transformando-se posteriormente em vários toponímicos (“Rua Jair Amaro do Amaral”, “Caminho das Tulipas” e “Avenida Sete de Setembro”), encontrando-se adiante com a “Estrada Velha de Cotia”, que, no município de Cotia, se transforma na Avenida Odair Pacheco Pedroso, chegando ao Hospital Regional de Cotia e, por conseguinte, ao centro desse município. Uma hipótese é que esse caminho tenha sido a principal – talvez a única – rota de penetração a Cotia durante boa parte do século 18, o século 19 e início do século 20.

Quanto à *Estrada “Nova” de Itu*, ela coincide exatamente com as atuais avenidas Doutor Vital Brasil e Corifeu de Azevedo Marques. Em um passado relativamente distante, até provavelmente meados da década de 1920, havia outras rotas de penetração rumo às terras de Cabreúva, Itu e suas paragens mais distantes, que seguiriam um caminho hoje quase inapreensível, dado a disposição contemporânea da trama viária local. O caminho

---

<sup>54</sup> Atualmente, essa avenida inicia-se no *Largo do Mercadinho*, altura do número 2.330 da Avenida Corifeu de Azevedo Marques, serpenteia por vários bairros, chega ao km 15 da Rodovia Raposo Tavares, atravessa-a nessa altura e estende-se por mais seis quilômetros até a divisa municipal, conforme identificado na cartografia apresentada a seguir.

<sup>55</sup> Cf. GOOGLE EARTH e Prefeitura do Município de Embu das Artes <[http://www.embudasartes.sp.gov.br/e-gov/secretaria/desenvolvimento\\_urbano/files/Guia\\_Ruas\\_site.pdf](http://www.embudasartes.sp.gov.br/e-gov/secretaria/desenvolvimento_urbano/files/Guia_Ruas_site.pdf)>. Acesso em 27 maio 2013.

anterior de Itu, conforme consta em um mapa da Fazenda Butantã da década de 1930,<sup>56</sup> em composição a outros mapas da mesma região, cujas datas remetem às décadas de 1910 e 1920, sustentam a hipótese de que tal caminho se iniciaria na atual Rua Santanésia, na confluência com a Rua Antônio Mariani (altura do km 10 da Rodovia Raposo Tavares) e, atravessando a referida rodovia e a Avenida Corifeu de Azevedo Marques, vai ao encontro da Rua Barroso Neto, na contemporânea Vila Indiana. O ponto em que este último logradouro se encontra com a Rua Corinto provavelmente constituía uma continuação do antigo leito da Estrada de Itu, que prosseguia onde atualmente se assenta um conjunto de condomínios de apartamentos.<sup>57</sup> Em seguida, tal caminho ingressava nos atuais terrenos da Cidade Universitária, pela Praça Professor Alípio Neto, seguindo paralela às atuais avenidas Professor Lineu Prestes e Professor Ernesto de Moraes Leme (entre o Instituto de Ciências Biomédicas, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares e o Hospital Universitário), atravessando o terreno atualmente ocupado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia e indo encontrar a atual Praça Washington Alves de Proença, confluência das Avenidas Escola Politécnica e Jaguaré, importante entroncamento viário da metrópole contemporânea.<sup>58</sup> O “novo” trecho da Estrada de Itu (ou *Estrada de Matto-Grosso*), supostamente para comportar o trânsito de automóveis, aproveitou leitos de córregos afluentes dos ribeirões Pirajussara e Jaguaré para obter um traçado com rampas de menor declividade e curvas de menor envergadura, conforme se verá em maiores detalhes nos planos rodoviários estaduais paulistas da década de 1920, no Capítulo 2. O que era apropriado aos tropeiros, portanto, torna-se inviável aos veículos automotores. Os mapas a seguir mostram essas articulações e sobreposições viárias, sempre reafirmando a centralidade do Butantã na confluência dos caminhos e vias entre a Capital e sua vasta hinterlândia.

---

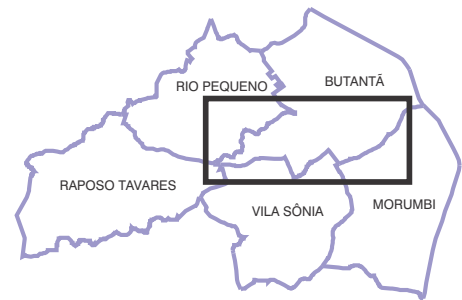
<sup>56</sup> Planta das Terras do Instituto Butantan, 1:2.000. Ampliação da Planta da Sara Escala 1:5.000. Cf. VAZ, Eduardo. **Fundamentos da História do Instituto Butantan**, 1949, p. 13.

<sup>57</sup> Residencial Van Gogh, na parte mais alta da Rua Corinto e Residencial Velazquez e Residencial Renoir, pela Rua Leonardo Mota e Indiana Residencial Garden, Condomínio Indiana Belvedere Residencial e Condomínio Pioneer, na Rua Sousa Reis. Todos esses conjuntos de apartamentos, de médio e alto padrão construtivo, estão localizados numa área altamente “valorizada”, pois alguns de seus apartamentos dão vista para a Cidade Universitária, na altura do Instituto de Ciências Biomédicas, possibilitando uma visão mais ampliada ainda, em direção ao Centro de Práticas Esportivas da USP e uma parte do Alto de Pinheiros, no outro lado do rio Pinheiros.

<sup>58</sup> Agradeço profundamente a Cecília Pellegrini, da Vila Pirajussara ou “Morro do Querosene”, pelas informações prestadas a esse respeito, conforme entrevista concedida em janeiro de 2011. Também credito parte desta análise de “arqueologia” cartográfica ao seguinte trabalho: MOREIRA, Fernanda Accioly. **Morro do Querosene...**, 2005.

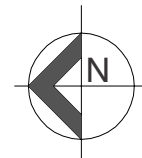
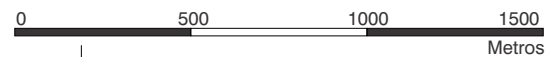


Mapa 1.2. Entroncamentos viários do Butantã - 1910 e 2013

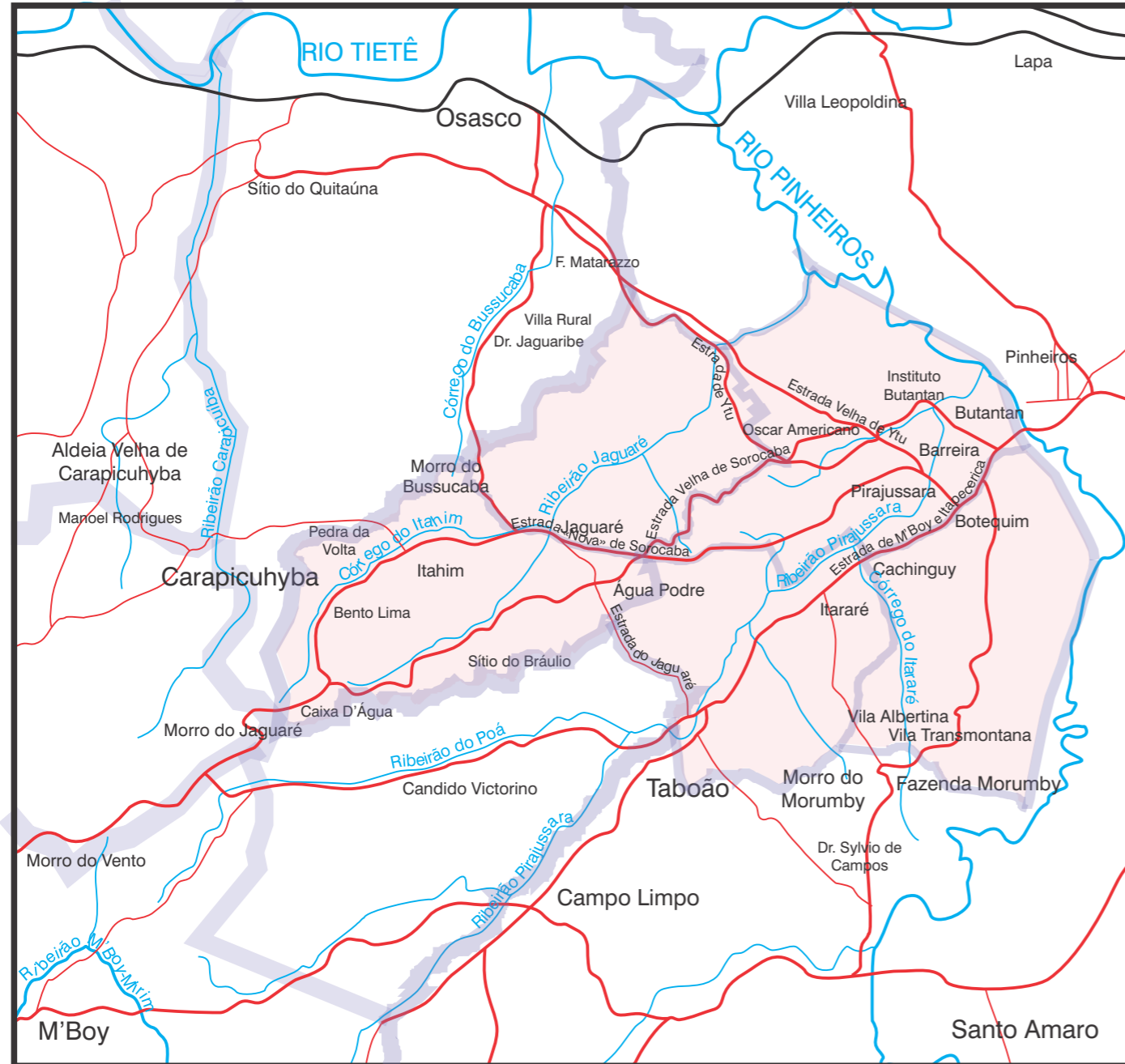


**LEGENDA**

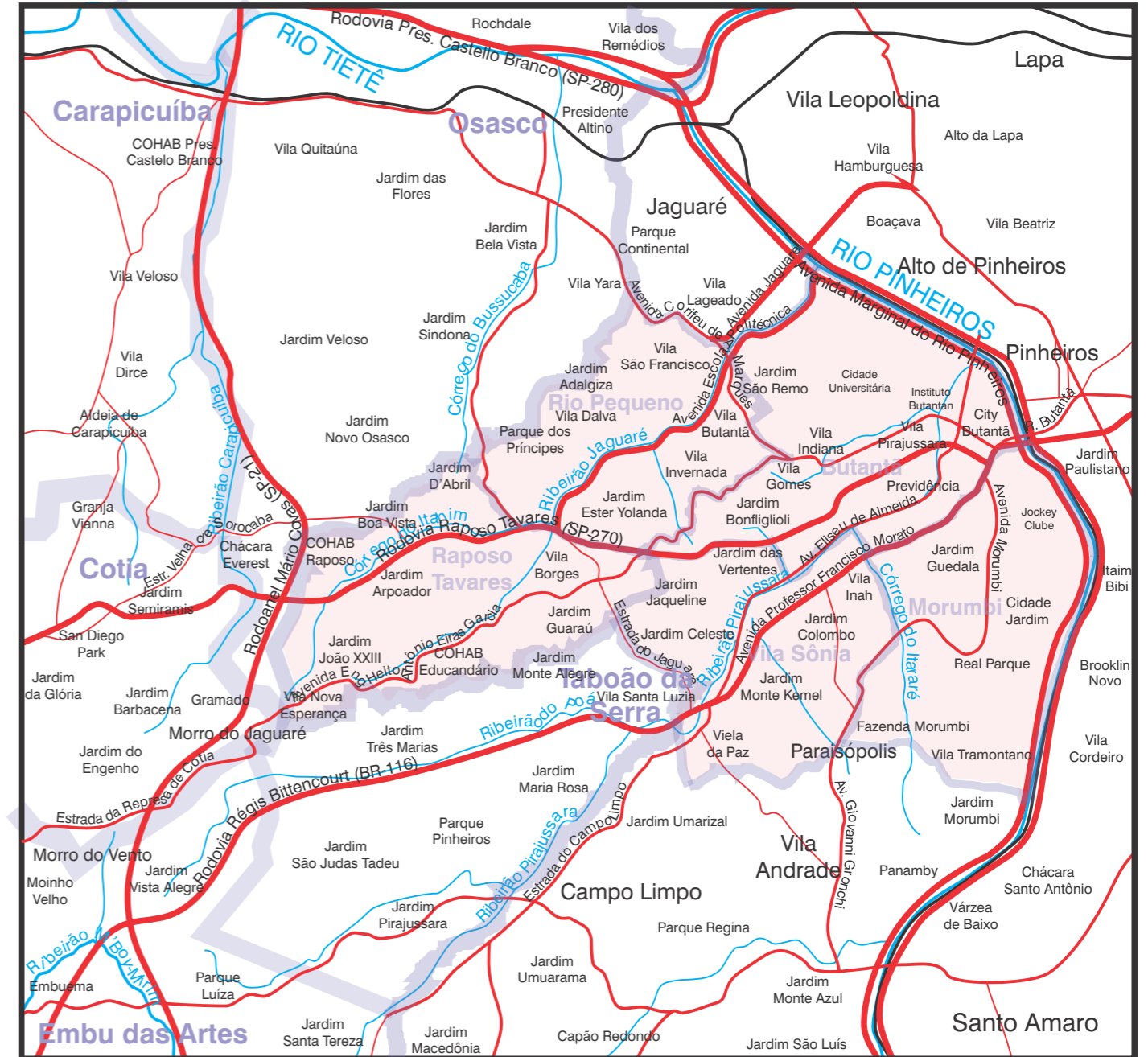
- Vias principais em 1910
- Vias principais em 2013



Mapa 1.3. Butantã e arredores em 1914.



Mapa 1.4. Butantã e arredores em 2013



**LEGENDA**

- Subprefeitura do Butantã em 2013
- Limites Municipais da Região Metropolitana de São Paulo em 2013
- Limites dos Distritos da Subprefeitura do Butantã em 2013
- Rodovias e Vias Expressas em 2013
- Estradas principais em 1914
- Estradas secundárias em 1914
- Ferrovia
- Rios, ribeirões e córregos

0 2 4 6 8 10 Quilômetros



A questão dos caminhos, de relevância ímpar neste estudo, será retomada em outros momentos. Por enquanto, aponto algumas importantes questões que moldam certas problematizações a respeito da constituição da malha viária atual dessa região. Sem dúvida, as sucessivas sobreposições de caminhos e a reinvenção de fronteiras, o que conhece significativa aceleração no século 20, repôs a região do Butantã constantemente em contato com outras regiões do Estado de São Paulo e também com o restante do país, rumo a oeste. Essa breve descrição das passagens e caminhos comportam, assim, o sentido de constituírem fotografias de um momento, apreendendo o movimento que lhes é inerente, o processo em ato. Ela nos permite “vislumbrar elementos para discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida”.<sup>59</sup> Tanto que esse fazer e refazer de caminhos indica o quão cobiçadas essas terras estiveram em outros tempos, tanto como na atualidade.

A identidade imposta pela composição da OUCVS se inscreve em um contexto no qual as condições materialmente estabelecidas, fruto de heranças pretéritas da posição do Butantã em relação ao contexto regional ou metropolitano, bem como a composição social de sua população, no tocante aos usos, colocaram um importante acento à função de circulação, passagem e caminho. Insistente concepção, aliás, que coloca a região na teia das operações urbanas e demais intervenções da escala metropolitana, aproveitando e reforçando tal função colocada preteritamente.

Essa identidade pode ser revisitada a partir da evolução do mercado imobiliário moderno nas terras do “além-Pinheiros”. E não faltam exemplos para compreender o quanto esse mercado esteve a moldar o sentido atual desses bairros, que desde tempos coloniais preparavam o terreno para a constituição econômica no interior de sua afirmação perante o território irradiado da influência paulistana e sua vida já sugestivamente urbana.

Citemos o caso da *City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company* – atualmente denominada *Companhia City de Desenvolvimento*.<sup>60</sup> Essa empresa, composta de capitais ingleses e franceses, fundada concomitantemente em Londres e São Paulo no início da década de 1910, teve uma profunda e inegável influência no nascimento e estruturação do mercado imobiliário contemporâneo em São Paulo. Sua experiência pioneira paulistana

---

<sup>59</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**, 1994, p. 43.

<sup>60</sup> A Companhia City de Desenvolvimento é a única titular do direito de uso e propriedade das marcas compostas pelas expressões CITY e CIA CITY.

na implantação dos chamados “bairros-jardins” (usando de forma desviada ou puramente conforme os pressupostos das “cities-gardens” de Ebenezer Howard, escritor inglês), sugere:

[...] um gigantesco empreendimento imobiliário que implementou, em grande escala, modos de negociar, financiar e de fornecer auxílio para a construção de imóveis pouco usuais na cidade até então [1912]. Estes procedimentos comerciais aplicaram-se para a venda e ocupação de terras parceladas em lotes, ruas e logradouros segundo novos parâmetros urbanísticos que marcaram sua paisagem. A empresa introduziu padrões de loteamento dos terrenos referidos às experiências dos subúrbios ajardinados anglo-americanos e às cidades-jardins britânicas. [...] A ação imobiliária que iniciou este tipo de urbanismo em São Paulo foi obra promovida por Edouard Fontaine Laveyele, um negociante europeu que, assistido pelo arquiteto francês Joseph Bouvard e por técnicos e capitalistas paulistanos, anteviu a possibilidade de grandes ganhos na cidade então em plena marcha de expansão urbana.<sup>61</sup>

Assim, as formas de abertura e comercialização dos lotes dos projetos empreendidos pela empresa, bem como suas estratégias de trato urbanístico no que diz respeito ao tamanho dos lotes e disposição de seu arruamento, perfazem a perspectiva de que a sua influência na constituição de certos padrões de ocupação de grandes parcelas das áreas então circundantes da “mancha urbana” paulistana das décadas de 1910 e 1920 compôs um padrão que se reforçaria e se aprofundaria nas décadas seguintes: a moradia das classes altas em direção ao chamado “Vetor Sudoeste”. A ocupação dos chamados “Jardins” e das terras de Pacaembu vieram preparar o terreno para a consolidação das áreas a oeste como as preferidas das camadas mais abastadas, e o Butantã esteve francamente incluído nesse processo desde meados da década de 1930, quando a retificação do rio Pinheiros e as discussões a respeito do local de implantação do futuro campus da Universidade de São Paulo estiveram a pleno vapor. A meu ver, tal contexto teria sugerido a implantação do primeiro empreendimento da Companhia City nessa região “além-Pinheiros”, em meados daquela década, motivando, *mutatis mutandis*, a abertura de outros empreendimentos da mesma empresa nas terras dos incipientes Morumbi (Jardim Guedala) e Vila Sônia (Caxingui e Vila Inah), duas décadas mais tarde. A esse ponto voltaremos em momentos

---

<sup>61</sup> WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América...**, 1998, p. 45.

posteriores deste Capítulo, ao discutir especificamente a gênese desses bairros e o contexto metropolitano envolvido na São Paulo dos anos de 1940 e 1950.

As inovações da Companhia City, contudo, não param por aí. Os padrões urbanísticos de arruamentos, no que concerne à sua forma e estrutura, aos padrões arquitetônicos específicos (recuos e muros de fecho) e às formas de uso do solo, tiveram larga influência nos códigos municipais das décadas de 1920 e 1930 e, devido ao uso exclusivamente residencial de seus lotes, torna-se precursora do modelo legislativo de zoneamento urbano.<sup>62</sup> Assim, a Companhia City faz escola no tocante ao planejamento e ordenamento urbano, e demonstra a potência dos interesses privados entranhados à expansão física da metrópole, no momento em que São Paulo assim se afirmava; tal qualidade, a metropolitana, se encontrou imbricada às formas estatais, no tocante à legislação decorrente. Configura-se, desse modo, a expansão de um amplo *território urbano economizado*<sup>63</sup> rumo a oeste, “descendo” a vertente do espigão central rumo a Pinheiros e ao Itaim Bibi, espriando-se nas terras acolinadas da margem esquerda do grande rio que outrora fora conhecido como rio *Jurubatuba*.

As estratégias de composição da carteira de clientes da Companhia City podem ser consideradas de grande relevância, pois evidenciam o quanto a sua “exclusividade” deveria assegurar a viabilidade do próprio empreendimento. Além de oferecer descontos na compra das terras a quem iniciasse as obras de construção dos imóveis num prazo de 60 dias, detinha a prática de confiscar os terrenos e suas benfeitorias realizadas dos clientes inadimplentes. No entanto, não prescindia, apesar de tantas garantias quanto à adimplência de sua clientela, do levantamento “minucioso, com tomada de referências em

---

<sup>62</sup> WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. **Jardim América...**, 1998, pp. 52-53.

<sup>63</sup> “O sujeito da sociedade moderna e contemporânea é o processo do capital. A partir desta base ampliamos a sua realização *para si*, envolvendo o processo de urbanização como a reiteração e atualização desse sujeito. O modo totalizante de definir esta sua atualização nos remete ao território urbano economizado. O processo do capital é, por natureza, extensivo. Ele vai se realizando definindo territórios, cada vez mais abrangentes, como territórios de capital. Conceitua-los como territórios permite a compreensão do processo do capital instaurando-se, por extensão e cumulativamente, nos espaços, como potência econômica e política. Ele vai preenchendo os sentidos dos lugares, renovadamente. [...] A produção social do espaço urbano constitui um seu território, que concentra momentos importantes da circulação do capital. O urbano não é um território neutro para os negócios capitalistas. É suporte – condição geral do capital –, com a infraestrutura econômica e social ativa e relativa às suas necessidades; concentra parte significativa da produção industrial e dos demais momentos de sua realização; no limite, sintetiza forças produtivas do capital compatíveis e alimentadoras do processo e se faz força produtiva, inclusive, economiza-se enquanto tal: produz-se a urbanização como negócio, travestida, muitas vezes, de supressão estratégica de espaços socialmente degradados”. DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia...**, 2008, pp. 234-235.

estabelecimentos comerciais e bancários a respeito da idoneidade e capacidade orçamentária dos compradores”.<sup>64</sup> A empresa não podia se dar ao luxo de correr essa sorte de riscos.

Riscos, no entanto, fazem parte do jogo imposto ao movimento do mercado, inclusive ao mercado imobiliário. Por isso, com uma parcela de risco e de segurança, o estoque inicial de terras da Companhia City era respeitável (cerca de 1.200 hectares), compreendendo uma boa parcela das áreas centrais e ocidentais dos arredores paulistanos, adquiridas na década de 1910, quando da implantação da empresa. Desse modo, procedendo como a imensa maioria dos agentes imobiliários privados de ontem e de hoje, a companhia se utiliza de alguns expedientes básicos para a concretização de seus negócios na lucrativa cidade que ampliava sua extensão horizontal.

A ocupação da enorme extensão de área que havia sido adquirida inicialmente também foi planejada. Optou-se por ir lançando os bairros aos poucos, fazendo com que a consolidação de uma imagem em um local atuasse como chamariz para outros. As estratégias não visaram a simples venda imediata, mas o sucesso comercial através da formação de uma identidade para os bairros que aos poucos foram sendo postos à venda. Entre o lucro e a identidade, entre o controle e a construção da imagem do bairro e a flexibilização de seu desenho; entre o estabelecimento de padrões arquitetônicos e de moradores que deles se utilizassem e a redefinição destes parâmetros; rigorosa no cumprimento das diretrizes pré-estabelecidas e maleável no redirecionamento de algumas delas, permanentemente redesenhando suas estratégias, assim atuou a City na primeira metade do século 20 em São Paulo. Os dois polos que objetivava em sua atuação são na verdade um – obter lucros. A questão é que na história do lucro com especulação imobiliária em São Paulo, acostumou-se a pensar em ganhos predatórios, em “extrativismo” aleatório. A City não agiu desse modo, mas sim com um planejamento estratégico de forma a obter ganhos duradouros. Esta estratégia residiu na exploração planejada de cada etapa, lançando as bases para o futuro.<sup>65</sup>

A City fez escola, mais uma vez, na composição de suas estratégias, que se tornam espaço, compondo um ambiente, uma ponta de lança, uma fronteira espaço-temporal projetada para um horizonte relativamente próximo, e ao mesmo tempo relativamente

---

<sup>64</sup> WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América...**, 1998, p. 96.

<sup>65</sup> WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América...**, 1998, p. 202.

distante: a cidade de São Paulo cresce, adquire feições metropolitanas, se qualifica a partir de tal condição e desperta para o horizonte de um espaço francamente tornado território economizado, com vistas à realização dos negócios do urbano. Capital fixo, ambiente construído, condição de limite e fronteira, limites do tempo e do espaço: do pioneiro Jardim América, da década de 1910, para o Butantã, vinte anos mais tarde, percebe-se o quanto se reitera uma composição pouco aleatória. “Lançar” os loteamentos aos poucos, enquanto “o tempo” se encarregava em amadurecer a imagem cintilante da empresa e de seus empreendimentos, se constitui em uma estratégia muito utilizada pela chamada iniciativa privada no construir da metrópole durante o século 20.

Não desistindo da discussão dos pressupostos desse ancestral do mercado imobiliário moderno em terras paulistanas, muito pelo contrário, proponho retomar a questão dos caminhos e fronteiras, conforme assinalado no início do argumento deste Capítulo. A compreensão dos caminhos progressos conduz a uma materialidade, uma condição, espaço aberto para a composição de caminhos presentes e ponta-de-lança para o futuro. As rotas e a inclusão de domínios e territórios implica um processo histórico, de longa data e de longa duração, que conduz ao seu entendimento na teia de uma complexa trama sócio-espacial. Para tanto, no que se refere ao trabalho de Anselmo Alfredo, *Índio, questão de majestade*, o autor indica a composição necessária de um território onde a realidade colonial é despertada pela presença do português em consonância ao do americano nativo, em uma terra a ser conquistada em sua totalidade, com vistas à realização desse projeto colonial. E o diálogo, nesta Tese, se estende à obra *Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, mantendo o sentido da epígrafe apontada no início deste Capítulo.

Quando se propõe que o caminho leva à fronteira, tratamos de identidades superpostas, pressupondo uma alteridade necessária, da qual resulta “em cada um a presença do outro, deliberando identidades que resultam do processo de interação conflituosa destas diferenças”.<sup>66</sup> As diferenças, produto de um movimento vindo da história, onde realidades distintas se encontram, colmatam um processo de longa duração e, ao mesmo tempo, compõem a identidade posta a partir da colonização em movimento.

Os caminhos apontam-se em Sérgio Buarque não somente como as trilhas percorridas pelos indígenas que trarão e serão a condição de realização da própria conquista, mas, ao realizarem-se como tais, passam por uma

---

<sup>66</sup> ALFREDO, Anselmo. *Índio, questão de majestade...*, 2004, p. 59.

transformação espacial de veredas para caminhos que cristalizam a difusão da identidade indígena-colono transmutada para caipira. Desta forma, quanto menor a passagem das trilhas a caminhos, maior a ponência do índio na dinâmica têmporo-espacial da colônia. Os caminhos, superposição das trilhas, condição e resultado do processo histórico, realizam as áreas de contato entre as diferenças, de modo a serem também expressão da colonização como domínio.<sup>67</sup>

Se a colonização se aponta como domínio, ao transfigurar as trilhas indígenas em caminhos que inserem territórios a uma grande lógica interposta pelo jugo colonial, um argumento possível é que esses caminhos, pressupondo as fronteiras e o movimento de afirmar-se negando heranças pretéritas, constituem-se, na contemporaneidade, em um dos núcleos duros da composição das políticas urbanas de requalificação de certas localidades da cidade. Reconheço que são movimentos significativamente diferentes, já que o embate *colonizador europeu X colonizado indígena* não se transpõe impunemente ao embate *agentes imobiliários e estatais X moradores mais pobres*. São realidades qualitativamente distintas, *mas* nem tanto. Porque a lógica da varredura, incluindo negativamente a afirmação e a reiteração de alguns atributos do chamado “ambiente construído” (aspectos locacionais, funções no contexto intra e inter-regional etc.) implica na adequação das realidades postas pelo elemento indígena (seus caminhos ancestrais, suas rotas de comunicação com outras localidades, o estabelecimento de redes de contato entre diversas áreas do imenso território) ao elemento colonizador, que usa tais redes e tramas e as coloca dentro de uma lógica modernizante, nas teias da reprodução do valor, elemento desconhecido pelo indígena. É o tempo da reprodução das relações sociais de produção do capital se interpondo em ato.

A política urbana contemporânea, embora se valendo de um contexto social em que a metafísica do dinheiro e sua tautologia se colocam de forma quase absoluta em todos os domínios da vida humana, adquire os contornos dessa forma colonial, ainda que de natureza e nomenclaturas distintas. Toda a cidade, ela própria fruto de relações sociais advindas da história e, no caso de São Paulo, fruto desse mesmo processo de colonização que buscamos como forma de elucidar nosso argumento, tal afirmação no território dos domínios requeridos de Portugal a partir do século 16 se deu como ponta-de-lança de ocupação de vastos domínios das terras desconhecidas do sertão. No século 21 (com o perdão do *salto mortal* de quase seis séculos) essa mesma “vila” que se configura como

---

<sup>67</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade...**, 2004, p. 59.



“metrópole” (ou ainda a “macrometrópole”, como se queira), num contexto em que o próprio modo de produção capitalista se reafirmou seguindo seus pressupostos lógicos de realização crítica, se vê prenhe de formas econômicas e políticas de realização do que se convencionou chamar de *economia urbana*. O espaço urbano contemporâneo se coloca no grau zero de sua realização no mundo da mercadoria, quando a recorrente ideia de *caminhos e fronteiras* se põe no centro das representações e práticas do arsenal tecnocrata das “requalificações” do tecido urbano. É nesse contexto em que se aportam boa parte das operações urbanas paulistanas, de modo a reafirmar o movimento interposto aos tais *caminhos e fronteiras*, e dessa lógica o Butantã e a Vila Sônia não escapam impunemente.

O *marchar* interpõe o movimento interposto na lógica do corporificar o espaço, torna-lo extensão do corpo individual e coletivo da forma social posta. No contexto colonial, a afirmação dos caminhos rumo ao sertão colocam interessantes indícios quanto à natureza da ocupação dessas terras pela lógica colonizante. Sérgio Buarque de Holanda nos coloca uma valiosa análise dessa lógica em processo na composição dos rastros das trilhas em se configurando caminhos rumo ao sertão.

A própria diferença no modo de marchar reflete-se naturalmente na impressão dos rastros, o que permite, pela simples observação destes, determinar se o caminhante teria sido índio ou branco. Além disso, quando o rastro se imprime, não com as pontas dos pés para fora, como ocorre no caso dos brancos, nem para a frente, mas para dentro, é indício de que foi deixado por pessoa que transportava carga pesada. Esta determinação só se torna possível, em todo o caso, para rastro novo e sobre vereda recente. Nas trilhas largamente usadas ela já se torna mais difícil, pois o índio, e às vezes o sertanejo mestiço – a observação foi feita por mais de um viajante no interior do Brasil e em outros países americanos – costumam não só seguir os passos de quem os antecedeu, como ainda pisar exatamente sobre as marcas já deixadas no solo. A imagem que fica dessas veredas é, assim, a de uma sequência regular de pisadas nitidamente impressas, e essa imagem se tornou tão característica, que na América espanhola chegou a ser reproduzida em esboços cartográficos.<sup>68</sup>

Percebemos o quão importante é a observância do autor em relação à superposição de usos no tocante aos caminhos das “veredas de pé posto”. Caminhar a pé significa

---

<sup>68</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 2008, p. 35.

imprimir marcas do corpóreo quanto às marcas da colonização. Qual seria o significado em transportar carga pesada num contexto em que a intensificação das trocas se punha em ato? Talvez a resposta a isso já esteja na própria pergunta, já que a intensificação das trocas reforça os laços entre as diferentes localidades no sentido francamente econômico. Não se trata tão-somente da composição de lugares de produção autônoma, autossuficiente, e sim da intensificação das trocas no interior de uma economia do excedente. Excedente que necessita viajar, como forma de realização do preposto à lógica da circulação, usando o corpo como escala de reprodução.

Remeto-me a outra discussão, a partir do legado do corpo e sua interposição de escalas. Na São Paulo colonial, iluminada a partir de sua articulação escalar com o território português ultramarino em consolidação no seiscentismo, percebe-se o quanto essa “pobre” e “periférica” vila no interior do território se projeta, desde muito cedo, para a ocupação do bravo sertão. Sua interação com o interno, em muito a ser desbravado pela lógica colonial, referendou o tão conhecido e aclamado bandeirantismo paulista e toda a sorte de representações decorrentes desse período da história do Brasil. A busca de ouro e prata (constituídas na forma equivalente universal) e de índios a serem capturados e apresados tal como escravizados (trabalho materializado) constituem um movimento em que essa pequena vila incluisse a função de afirmar-se rumo ao sertão como forma de expandir seus domínios. Tanto que, durante duzentos anos a partir de sua fundação, o acesso de São Paulo via Oceano Atlântico era quase impossível, não sendo raros os relatos do perigosíssimo “Caminho do Mar”. Era uma das poucas vilas fundadas pelos portugueses em áreas não litorâneas, onde a própria geografia física do Planalto de Piratininga se encarregara de dificultar o acesso deste à costa marítima. No entanto, insistindo na composição dos caminhos ao sertão, sua rede hidrográfica que se volta para o interior e toda a trama de caminhos já abertos pelos indígenas (o conhecido *Caminho do Peabiru*, que será discutido mais detalhadamente no capítulo final desta Tese) e sua aventada possibilidade de conexão com os povos (e as minas de prata) dos Andes. É exatamente por isso que o risco de despovoamento da vila era constante, já que as possibilidades abertas ao interior se mostravam muito mais interessantes aos pouquíssimos moradores da vila.<sup>69</sup> Interior e exterior formando uma identidade: uma capitania cujas atividades econômicas se

---

<sup>69</sup> THEODORO, Janice e RUIZ, Rafael. **São Paulo, de Vila a Cidade: fundação, o poder político e a vida política.** In: PORTA, Paula et al (org.) **História da Cidade de São Paulo, vol. 1**, 2004, pp. 76-77.

configuram voltadas para a exportação e, necessariamente, em franca relação com seu vasto interior.<sup>70</sup>

Por que a coroa portuguesa mantinha tantos interesses em manter o povoamento de uma vila tão distante da metrópole, de administração tão difícil para o corpo metropolitano? Uma motivação provável para tanto estaria assentada na observância estratégica que Portugal mantinha em conformidade ao território em litígio com a coroa espanhola, à qual a “sorte” parece ter sorrido tempos antes, quando da descoberta de riquíssimas minas de ouro e prata nos dobramentos recentes das regiões andinas. A Bacia do Prata, composta por uma trama de cursos d’água potencialmente utilizáveis para navegação, interliga essas minas andinas, no tramo dos rios Paraguai e Pilcomayo, (este último atingindo, a montante, as terras andinas) ao rio Paraná, que, a montante, encontra as terras do sertão paulista do início da colonização, bem como o rio Tietê, importante via de comunicação das tropas e monções rumo ao planalto central brasileiro. A natureza, tornada força produtiva desde o momento de sua separação necessária (no reino das representações e abstrações concretas) em relação aos homens, configura um espaço de apropriação e suas formas no produzir e reproduzir espaço.

Continuando a responder ao questionamento do parágrafo acima, São Paulo mantinha uma posição estratégica não negligenciável em relação a essa complexa trama de interesses colonizadores de Portugal e Espanha. Theodoro e Ruiz indicam os interesses espanhóis em estabelecer um eixo do Pacífico ao Atlântico e os interesses portugueses em manter sua porção sul assegurada em seus domínios. Assim, “São Paulo se apresenta como um espaço privilegiado, porque expressa a ambiguidade das coroas, portuguesa e espanhola, e sua vocação imperial ao diluir fronteiras”.<sup>71</sup> Diluir fronteiras significa afirmar-se, em

---

<sup>70</sup> “A consideração do binômio São Paulo-Santos justifica-se, antes de mais nada, pelo seu caráter de permanência, dado que, na realidade, definiu-se desde os primórdios dos processos de colonização europeia na área. [...] Entretanto, e contrariando todo mecanismo normal – porque mais geral – do processo de colonização, na área que nos está interessando, o europeu não se limitou a permanecer no litoral. Penetrou no interior precocemente e, o que é muito significativo, no interior criou os seus principais núcleos de povoamento, de certa forma desertando a franja litorânea. E isto, chama-se a atenção para o fato, em uma área na qual as condições físicas pareciam aliar-se com aquelas econômicas que obstaculavam o processo, dada a presença da Serra do Mar constituir-se, por si só, em um formidável empecilho à penetração, quase que um limite natural como que a indicar que, pelo menos durante algum tempo, ao europeu não restava outra alternativa senão permanecer voltado para o mar, junto a ele, por intermédio do qual alimentaria as relações com a terra de origem. Por outro lado, fato este bastante significativo, na área que nos interessa, a penetração para o interior não obedeceu, pelo menos nos seus primórdios, a nenhuma razão como as que justificaram a precoce penetração, por exemplo, dos espanhóis nos planaltos mexicano e peruano.” PETRONE, Pasquale. Na Baixada Santista: a porta e o porto do planalto. **Folha de São Paulo**, Suplemento Especial. Grande São Paulo: o desafio do ano 2000, Caderno 2, 17 a 23 set. 1967, p. 109.

<sup>71</sup> THEODORO, Janice e RUIZ, Rafael. **São Paulo, de Vila a Cidade: fundação, o poder político e a vida política**. In: PORTA, Paula et al (org.) **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 85.

territórios mais vastos, sua área de influência. São Paulo, desde muito cedo, estende seus tentáculos em direção aos domínios do sertão planáltico do atual Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), assim como, em momentos posteriores, às planícies fluviais do Pantanal. Essa influência parece ter permanecido nos momentos posteriores da história do Brasil, já que grande parte do atual território desses estados se compõe a partir de uma trama produtiva, abrangendo cidades e áreas agrícolas, francamente voltadas para a influência quase direta que a metrópole paulistana exerce sobre elas. A condição de metrópole nacional e global, amplamente debatida em largos espaços da vida acadêmica contemporânea, assim como nos domínios do mercado imobiliário e outros setores da economia, parece ter assentado suas bases no distante século 17, a partir do bandeirantismo paulista, e nos dois séculos seguintes, com a marcha de monçoneiros e tropeiros rumo aos longínquos mercados de Goiás e Cuiabá.<sup>72</sup>

Para que a atividade desses comerciantes se viabilizasse, a presença dos muare e bovinos torna-se de importância ímpar. Tanto que a atividade de criação e comercialização desses animais e outras atividades correlatas a esse ciclo econômico foram de ampla centralidade no contexto da economia colonial nas terras interioranas do Brasil. O condicionamento da penetração dos territórios mais afastados do litoral e a perda da sua condição de resistência à ordem colonial incidem como processos indutores de novas formas de ocupação dessas terras, na medida em que condicionam a formação de uma territorialidade assentada em atividades econômicas francamente inseridas na lógica colonial.<sup>73</sup> Aqui, os nexos entre o externo e o interno viabilizam a compreensão de uma realidade que, ao se pôr como lógica reinante nas formas de ocupação e uso da terra, expandem os domínios coloniais e suprimem as lógicas pregressas das organizações sociais dos povos nativos. O índio ia, aos poucos, perdendo seu papel preponderante no controle dos territórios ancestralmente ocupados e usados pelos nativos da terra. Colonizar, em suma, significou conquistar terras, cativar o trabalho e impor ritmos com vistas à realização

---

<sup>72</sup> “No conjunto, as condições morfológicas do território do Estado, e particularmente a conformação dos alinhamentos das cristas, escarpas e vales fluviais, assim como a presença, para alguns setores, de revestimento vegetal mais ralo que o da floresta tropical, permitiram que, a partir dos Campos de Piratininga, fosse possível atingir, com relativa facilidade, uma retroterra extremamente ampla por intermédio de um leque de vias naturais de circulação. O indígena aproveitou grande parte do sistema natural e o europeu, em seguida, rapidamente definiu suas trilhas de pé-posto ao longo dos mesmos percursos. O sistema manteve-se praticamente inalterado com o tempo. Sucederam-se os recursos técnicos – a trilha de pé posto foi substituída pelo caminho de tropas, este pela ferrovia a que, a que, em seguida, se acrescentou a rodovia – porém, as diretrizes continuam as mesmas”. PETRONE, Pasquale. Na Baixada Santista: a porta e o porto do planalto. **Folha de São Paulo**, Suplemento Especial. Grande São Paulo: o desafio do ano 2000, Caderno 2, 17 a 23 set. 1967, p. 110.

<sup>73</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade**, 2004, p. 70.

do valor, decorrente de um modo de produção que só se concebe em termos mundializantes. O Brasil nasceu a partir desse movimento, trágico, crítico, doloroso, da expropriação e eliminação dos traços autônomos das populações pré-cabralinas. A vila de São Paulo nasce, como consequência lógica da concretude da afirmação da colônia, como ponta de lança de ocupação desses territórios sertanejos e sua preponderância perante o interior do país, que só se tornaria inquestionável alguns séculos mais tarde, dada a então pequenez da pobre e periférica vila planaltina e mesopotâmica paulistana.

A colônia tinha como imperativo se afirmar, do ponto de vista territorial. Por isso, não prescindia dos mais variados esforços em ocupar terras interioranas, conforme afirmamos, e também eliminar os focos de resistência ao projeto colonial. O comércio e o ciclo dos muares e do gado selaram todo o esforço em manter um vasto território em pleno controle da coroa portuguesa. Mesmo no plano formal, a composição político-territorial da colônia evidenciava a importância da realização do projeto colonial. Assim, a implantação das sesmarias em um território desconhecido em sua totalidade pelo colonizador, em sua forma estreita nas áreas litorâneas, mas com limites profundos e indefinidos na hinterlândia, “[...] evidenciam [a] contraposição em que o externo, representado pelo exclusivo comercial, só se faz possível e mais ágil quando da internalização da lógica metropolitana”.<sup>74</sup> Mesmo com as incertezas da coroa portuguesa quanto à existência de ouro, prata, diamantes e outros minerais preciosos nos vastos e “inexplorados” interiores da colônia, era preciso assegurar a posse do território, até mesmo por conta das recorrentes notícias, vindas da América Hispânica, a respeito das ricas jazidas que jorravam esses minerais e que faziam inundar a economia internacional desse dinheiro em estado bruto, essas mercadorias em sua forma absoluta. Assegurar a posse requeria ocupar, de uma forma definitiva, esses sertões.

Por essa razão, ensejo apresentar os pressupostos lógicos de composição dos caminhos e fronteiras que passaram a intercruzar a pequenina vila de São Paulo de Piratininga, desde sua fundação, cuja data oficial recai a 25 de janeiro de 1554, até os dias atuais, quando esta vila já se configura na terceira maior metrópole do mundo e possui uma forte centralidade, cujos seus nexos espraiam sobremaneira os limites do Brasil e da América do Sul. Daí, inferimos que um dos nexos de entrada e saída entre São Paulo e sua vasta hinterlândia se configurou, desde o início do processo colonial português e a construção do

---

<sup>74</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade**, 2004, p. 75.

Brasil, nas terras a oeste da vila piratiningana. Por excelência da composição de pontos cardeais e da geografia física do sítio urbano paulistano, esse oeste se abriu a duas possibilidades importantes de contato com o sertão: *ou* a navegação fluvial via rio Tietê, a partir da descida do rio Tamanduateí, até a confluência com o Pinheiros e seu posterior ingresso nos acidentados acolinados até seu médio e baixo curso, onde se encontrará ao rio Paraná e, por consequência, ao restante da vasta bacia do rio da Prata, *ou* o uso de caminhos terrestres existentes ou a serem abertos pelas terras acolinadas dos domínios do Butantã e do Morro do Jaguaré, bifurcando-se para Cotia e Sorocaba, de um lado, e para Itu e Porto Feliz, de outro lado.

A navegação fluvial do alto curso do rio Tietê nunca se mostrou uma alternativa viável para a penetração do interior. Além dos inúmeros trechos meândricos, que alongariam demasiadamente os trechos a serem percorridos pelas embarcações, e as terríveis cheias nas épocas mais úmidas do ano, nos trechos limítrofes entre o planalto paulistano e os domínios geomorfológicos do interior do estado, o rio ingressa em terrenos cujos desníveis e leitos rochosos impossibilitam sua navegabilidade. Somente a partir do médio Tietê, na altura da atual cidade de Porto Feliz, o rio torna-se navegável e possibilita o ingresso às terras mais interioranas do continente. Por isso, o acento aos caminhos das áreas imediatas da vila paulistana se deu às áreas terrestres. Esses caminhos de terra buscavam seguir os interflúvios, evitando as cheias periódicas dos córregos e ribeirões tributários da vasta bacia hidrográfica do alto Tietê. Por isso, o Caminho de Itu, ao qual me referi páginas atrás, se constituiu nas altas terras das atuais Vila Indiana e Cidade Universitária, até encontrar as proximidades da atual confluência da Avenida Corifeu de Azevedo Marques com a Jaguaré e a Escola Politécnica, onde continua por terras altas até encontrar os sertões de Barueri, Santana de Parnaíba etc. Além de evitar as áreas sujeitas a enchentes, a vista dessa região por onde passava o Caminho de Itu ainda hoje permite vislumbrar um amplo território, tanto ao norte (atual Alto de Pinheiros) quanto ao sul (atual Rio Pequeno). Vista panorâmica implica estratégia, tanto de localização (pela visão totalizante do entorno, o que facilita o encontro de pontos de referência) quanto de defesa, o que ficara patente no conflito ocorrido na região, durante a Revolução Liberal de 1842, entre as tropas imperiais e as tropas de Tobias de Aguiar.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> MARTINS, José de Souza. O combate do Butantã na Revolução de 1842. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2006.

Em suma, a região aventada envolve um amplo espectro histórico, cuja função e usos perante contextos sócio-espaciais de outras escalas são essenciais na compreensão da metrópole contemporânea. Não é sem razão que o mercado imobiliário do início século 20, conforme apontamos aqui em relação à Companhia City, anteviu a possibilidade de construção da imagem dessa região da metrópole paulistana como área de extensiva e “exclusiva” ocupação populacional. Assim, não é igualmente sem razão a centralidade que tanto a construção quanto a superposição de tramas e redes materializadas pelos caminhos que passavam (e ainda passam) pelas terras de Butantã impõe na composição de uma política urbana fulcralmente contemporânea, como as operações urbanas, fruto ao mesmo tempo da natureza atual de metrópole global quanto das realidades pregressas interpostas à trama espacial e social contemporânea. Trata-se de recompor temporalidades, espacialidades, nexos lógicos e caminhos de compreensão que visem esclarecer a natureza do uso dessa interessante zona oeste paulistana do início do século 21.

Assim, de modo a iluminar o caminho proposto desde o início deste trabalho, vamos à composição das territorialidades pregressas e contemporâneas do Butantã, no tramo de suas fronteiras e caminhos interpostos à forma lógica social e espacial que se afirmou negando-se enquanto efetividade, assaltada pelo próprio movimento de uma sociabilidade cuja natureza se interpõe no crítico do mundo contemporâneo. Essa é a proposta em aceder ao regressivo-progressivo como método de exposição e análise de uma realidade viva, rica e ao mesmo tempo destrutiva dos nexos constitutivos de sua própria realidade.

Propomos, para tanto, uma periodização, cujo sentido não se configura na simples conformação de períodos estanques. Compreendemos que o espaço, tal como simultaneidade, constitui-se em método analítico, onde os vínculos entre o seu simultâneo e sua materialidade repõem os termos da reprodução intrínseca de territorialidades. No Butantã, o caminho e a fronteira andam largamente juntos, desde o momento de sua constituição dentro do moderno, da ponência do tempo da reprodução abstrata e da forma valor, das múltiplas passagens e entrecruzamentos de usos de seu território. A expansão da metrópole, para além de sua hinterlândia de quatro séculos, absorve francamente estas áreas a partir da composição de lógicas fundadas em períodos diversos.

## Os tempos coloniais e imperiais. A rota de tropeiros (1560 – 1900)

A pequenez inicial da vila de São Paulo de Piratininga é alvo de numerosos estudos, que se agigantam e ganham volume a partir do final do século 19, quando se iniciam as profundas transformações que conduzem a então pequenina cidade a dimensões absolutamente impensáveis quando do momento de sua fundação, naquela modestíssima cerimônia envolvendo padres católicos, indígenas e alguns colonos portugueses, relatada por tantos estudos e iconografias a propósito da história paulistana. Essa pequenez inicial não significou, contudo, que o projeto colonial lusitano se resolvesse nesses termos, pois até mesmo a motivação para a terrível subida da Serra do Mar e ocupação de áreas planaltinas estava nos planos de um projeto muito maior, que envolvia o projeto de conquista efetiva de todo um sertão desconhecido pelos europeus e ainda povoado pelas populações nativas ancestralmente estabelecidas nessas terras interioranas, portadoras de lógicas absolutamente distintas da que viria a se estabelecer com o projeto colonial.

Sobre a colonização como um todo e a afirmação de sua potência no trato territorial, Richard Morse, em sua *Formação histórica de São Paulo*, trata de maneira ímpar as filigranas da história da composição da vila quinhentista e sua transmutação na metrópole de meados do século 20, bem como dos traços da vida quotidiana no decorrer desse longo tempo. Constitui-se em um importante estudo no que se refere à compreensão da passagem da *comunidade à metrópole*, no trato histórico de uma realidade em constante movimento.

A respeito da forma inicial da vila, São Paulo é apresentada como um “apêndice do campo”, onde “a autossuficiência das grandes propriedades, o ritmo lento da acumulação do capital e a falta de moeda corrente, reduziam talvez a dez artesãos o número de profissionais urbanos”.<sup>76</sup> O que animava a vida cidadina se interpunha às festas de cunho religioso e advindas das tradições ibéricas. A simplicidade das instalações da cidade e a falta de artigos de luxo numa sociedade desmonetarizada compõem um interessante quadro da vida quotidiana dos séculos iniciais.

No fim do século 16, a cidade de São Paulo continha mais ou menos 120 casas, amontoadas no alto do morro. Os paulistas viviam sem luxo e seus inventários confirmam de maneira eloquente a pequena quantidade de importações. Ocasionalmente importados, uma poltrona, uma fronha

---

<sup>76</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 30.



bordada, um chapéu de plumas valiam tanto quanto um cavalo ou uma vaca. Uma saia europeia ou quatro colchões usados equivaliam a uma casa na cidade, e não há menção de espelhos antes de 1619. As redes indígenas e os catres de couro eram de uso corrente; em 1620 a única cama confortável que havia na cidade foi requisitada para um juiz forasteiro, sob os protestos do dono. A câmara se reuniu em residências particulares até 1575, quando uma construção esburacada de uma só peça foi erguida para servir de paço municipal e cadeia.<sup>77</sup>

Essa simplicidade, quando comparada ao mundo contemporâneo inundado de mercadorias, revela os termos de uma realidade que buscava se firmar dentro do contexto colonial. O bandeirantismo, tão aclamado por vigorosos estudos historiográficos e ensaísticos de fins do século 19 e início do século 20, revela os termos de uma presença que deseja se realizar como tal num contexto em que a cidade se coloca num tramo centrípeto: os “descimentos” ao sertão partiam da cidade e dela se dirigiam às terras desconhecidas. Daí, quando desponta o século 18, momento em que o ímpeto bandeirante já perdera sua força, por conta das descobertas das jazidas auríferas das minas gerais, a cidade de São Paulo se coloca numa função de entreposto de rotas de comércio. Durante quase um século e meio, até o advento das estradas de ferro, as tropas continuariam a obra das bandeiras, ligando umas às outras as regiões afastadas do interior do Brasil e tomando São Paulo como entreposto necessário.<sup>78</sup> O lucrativo comércio das mulas e os negócios envolvidos com os tropeiros e monçoneiros deram espaço a uma atmosfera social em que “comerciantes espertos urbanizados”, juntamente aos “fazendeiros patriarcais” moldaram os ares de uma cidade que se punha no franco processo de moldar os termos da colonização contatando as terras interiores e acessando as rotas comerciais dos viajantes-comerciantes.

A análise das funções que a vila assumira no período colonial permite vislumbrar sua inserção em todo o contexto da ocupação territorial e afirmação dos domínios europeus nas terras sul-americanas. Morse, desse, modo apresenta tais funções:

- *Evangélico-religiosa*. Jesuítas e aldeamentos.
- *Político-administrativa*. Vila (1560), sede de capitania (1681), cidade (1711) e sede de bispado (1745).

---

<sup>77</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 32.

<sup>78</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 35.

- *Militar*: defensiva para ofensiva a partir do século 17.
- *Colonizadora* (agrícola e urbana). Mãe de outras cidades e cabeça de ponta para o interior.
- *Expedicionária*. Bandeirantismo e caças ao índio, mineração e colonização irradiadoras continente adentro.
- *Comercial*. Entrada do caminho do mar, posição estratégica.<sup>79</sup>

Para tanto, manter de pé um projeto de tão alta envergadura pressupunha a interposição de estratégias, dentro de uma lógica que compunha a transfiguração identitária de organismos sociais diversos. São Paulo se afirma no contexto colonial necessitando apaziguar as ameaças constantes de guerras com indígenas (sobretudo nos trinta anos iniciais da existência da vila) e também as constantes ameaças de despovoamento, sobretudo nos séculos 17, por conta do bandeirantismo, e 18, nos momentos críticos de uma economia desmonetarizada em termos locais e que se realizava nas zonas de mineração, que desviava as atenções da Coroa do planalto piratiningano e diminuía demasiado a importância estratégica da pequena vila e, conseqüentemente, sua importância para o projeto colonial português.

Voltando à questão da composição da vila, poderíamos ingressar numa discussão que repõe a colonização dentro de seu contexto mais amplo, de interposição de uma lógica meramente mercantil, em relações sociais abstratas intrínsecas ao mundo da mercadoria e a organização espacial decorrente dessa nova identidade, posta pelos contrários inerentes ao contato entre o colonizador e o colonizado: o estatuto da *propriedade*, mais precisamente da *propriedade privada da terra*. Nos primeiros anos da colonização, o tornar-se preponderante no contexto territorial que se interpunha ao projeto inteiro impunha a criação de hierarquias sociais, necessárias à afirmação dessa nova lógica identitária.<sup>80</sup> Colônia significa a formação de uma sociedade colonial, baseada no exclusivo comercial, o que tornava pressuposta a produção e circulação de mercadorias que pudessem fazer valorizar o valor. Uma sociedade colonial, não prescindindo de uma vida urbana, realizava negativamente esse urbano ao se afirmar nos domínios de uma vida rural. Cidade e campo, constituindo uma unidade dialética e sincronicamente separados pela seara da valorização do valor, são elementos lógicos fundantes dessa realidade. Tanto para a cidade quanto para

<sup>79</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 36-38.

<sup>80</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade...**, 2004, p. 47.

o campo, a propriedade privada da terra se assenta num contexto em que as formas de sociabilidade se põem necessariamente dentro uma totalidade mundializante da forma abstrata do valor. Distribuir sesmarias, para a Coroa, significava a necessidade imperiosa de fazer a terra ser produtiva, realizando, afinal, os pressupostos lógicos da colônia.

*Afonso Sardinha*, o velho, colonizador português, é um dos grandes personagens que contam a gênese fundiária das terras de Butantã nos tempos iniciais da colonização. Sua trajetória se confunde com os marcos iniciais do projeto colonizador e toda a estrutura social e econômica nascida a partir da instauração da propriedade e sua conexão as formas de sociabilidade postas nessa realidade que suplantara a lógica das sociedades nativas. Apontado como um dos povoadores mais influentes da vila de São Paulo no século 16, acumulava funções de um “grande comerciante e capitalista, proprietário e lavrador,” que “fazia empréstimos em dinheiro, importava escravos da África em grande escala, recebia couros, rendas, papel e medicamentos do rio da Prata” e, além disso, “vendia índios em Buenos Aires, fabricava e exportava marmelada”;<sup>81</sup> tal amplitude dos negócios assumidos desde os inícios da colonização por certos indivíduos denota a necessária ponência do valor como mediação social, numa realidade social ainda profundamente desmonetizada. Foi o primeiro a ter em São Paulo trapiches de açúcar, “de que pagava grandes direitos ao Rei”, em sua fazenda no sítio de *Ubatatá*, junto ao rio *Jurubatuba* em 1607, “e neste tempo teve de sesmaria mais terras e matos, correndo rio abaixo, desde o lugar da aldeia dos Pinheiros.”<sup>82</sup> O sítio do *Ubatatá* remete a uma das primeiras nomenclaturas do atual Butantã.<sup>83</sup>

Sardinha, o velho, casou-se em Santos com Maria Gonçalves, filha de Bartolomeu Gonçalves, por volta de 1550, onde viveu provavelmente até 1565. Em 1566, o casal vende seu quinhão de terras em Santos, então herdadas do mestre Bartolomeu. Na vila de São

---

<sup>81</sup> PORCHAT, Edith. **Informações históricas sobre São Paulo...**, 1993, p. 135.

<sup>82</sup> MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos Históricos...**, 1952, p. 34.

<sup>83</sup> “Butantã (Yby-tantã) de Yby (ibi, ubú, bu, bo, vi, vu, vo, iui): terra, chão, solo, mundo; tá, tâ, atã, antã, tatã: forte, duro, rijo, áspero, socada, resistente, etc. Butantã: Terra batida, socada, dura, teza, firme; muro de terra socada. Da forma primitiva ‘ibi’ os civilizados [sic] fizeram ‘bu’. O tupi da Costa e do Interior do Brasil trocava com frequência o U pelo B e o I pelo U: Ibi por iui; ibitú por iuitú; ibitú por ubutú; ibi por ubú; Itú por Utú, Outú, etc. As labiais M, B e P também se trocavam muitas vezes: Magé, Bagé, Pagé; Baiacú, Maiacú; Poracé, Boracé (Boracéia): dança, folguedo, festa, folia, etc.; Mocaua, Pocaua, Bocaua; Potira, Botira, Boicaiuba, Mocaiuba; Bóca, Póca; Baurú, Paurú; Maitaca, Baitaca; Poran, Moran (Poranga); Buca, Puca; Pará, Mará; ‘Bamba’ (palavra kechua) até mesmo fizeram ‘Pampa’. Com este nome: Bairro, rua, estrada e o famoso Instituto Científico de Pinheiros”. PATI, Francisco e SANT’ANNA, Nuto. **Revista do Arquivo Municipal**, abr. / jun. 1953, p. 33.

Paulo, torna-se vereador por diversas vezes entre 1572 e 1610, almotacel<sup>84</sup> em 1575, juiz ordinário em 1587, capitão da vila em 1592.<sup>85</sup> Seu testamento de 1592 mostra que além das casas em Santos e São Paulo, deteria uma fazenda e trapiche de açúcar no rio Jeribatiba. Em setembro desse mesmo ano, na qualidade de capitão da infantaria, esteve no comando da resistência da pequena vila paulistana contra o “formidável corpo” movido pelo “gentio bravo do sertão” para “pôr em cerco aos moradores e destruir a todos”, arregimentando todos os seus moradores na luta contra esses ataques.<sup>86</sup> Tal campanha militar teria durado sete anos, na qual Sardinha fora sucedido por Jorge Leitão e João do Prado.<sup>87</sup> Era um dos homens mais ricos da vila, provavelmente pela amplitude de seus negócios e sua presença constante na administração pública em boa parte de sua vida nos domínios de Piratininga. Em 9 de julho de 1615, doa todos os seus bens à capela de Nossa Senhora da Graça, deixando-os todos à administração da *Companhia de Jesus*, falecendo no ano seguinte e sendo sepultado na igreja do Colégio de São Paulo.<sup>88</sup>

*Afonso Sardinha*, o moço, filho de Afonso Sardinha, o velho, também mantinha importantes negócios no contexto colonial. Fora o primeiro descobridor do Brasil das minas de ouro, prata, ferro e aço em todo o Brasil em 1589, nas seguintes localidades: *Jaguaminbada* (atual Serra da Mantiqueira), *Lagoas velhas do Geraldo*, em Guarulhos, em *Jaraguá*, onde estabeleceu uma área de exploração, *Voturuna*, em Santana de Parnaíba e em *Byraçoiaba*, na região de Sorocaba, a qual concedeu a D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, em 1600.<sup>89</sup> Residira na *Embuçava*, em 1592, cujo terreno se estenderia “da aguada dos índios do forte em diante, em terras que lhe foram doadas pelo pai.” Em 1593 é nomeado almotacel, mas não comparece para tomar posse do cargo. Em 1598, tendo feito uma entrada, “com mancebos e 100 índios cristãos, no intento de guerra e saltos e pesquisa de ouro), a câmara decide fazê-lo regressar ao povoado”. Em 1602 segue a bandeira de

---

<sup>84</sup> Funcionário encarregado de cuidar da exatidão dos pesos e medidas e taxar ou fixar os preços de gêneros alimentícios. DICIONÁRIO CALDAS AULETE da Língua Portuguesa, suporte eletrônico. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/almotacel>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

<sup>85</sup> MOURA, Américo de. Os povoadores do Campo de Piratininga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 1950, p. 458.

<sup>86</sup> MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos Históricos...**, 1952, p. 33.

<sup>87</sup> LEITE, Aureliano. **História da civilização paulista**, 1946, p. 28.

<sup>88</sup> PORCHAT, Edith. **Informações históricas sobre São Paulo...**, 1993, p. 136.

<sup>89</sup> MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos Históricos...**, 1952, p. 33.

Nicolau Barreto e falece no sertão em 1604, cerca de doze anos antes de seu pai.<sup>90</sup> Seu testamento de 1604 consta possuir “80.000 cruzados, em ouro em pó, para maior segurança, enterrado em botelhas de barro”. A desmonetarização dessa sociedade era tão intensa que as vastas extensões de terra, inexploradas pelo colonizador, tinham valores equivalentes a certas mercadorias escassas e valiosas do uso cotidiano da rústica São Paulo do primeiro século; dessa forma, consta que uma das sesmarias de Sardinha, o môço, tenha sido adquirida em permuta com um arcabuz.<sup>91</sup>

A rudeza dos primeiros tempos se contrasta com as imensas potencialidades abertas pelas atividades econômicas no tocante ao uso das terras e sua internalização na lógica territorial. Atividades econômicas vão se imbricando às possibilidades oferecidas pela própria natureza, tanto em relação à fertilidade dos solos (que não era tão alta nos domínios imediatos da bacia sedimentar de São Paulo, permitindo o cultivo de poucos gêneros alimentícios, muito mais voltados à subsistência) quanto à rede fluvial que se abria ao sertão, conforme indicado algumas páginas atrás. E as atividades econômicas não se resolvem tão-somente enquanto tais, pois necessariamente reorganizam tempos e espaços necessários a essa produção e reprodução. As terras de Butantã, concedidas a Afonso Sardinha, o velho, no regime de sesmarias, abrangendo uma vasta área que se estendia até os limites de Carapicuíba, bem como a posição social e econômica desta figura na vida política e econômica da nascente vila, denotam o quanto o estatuto da propriedade da terra vai se afirmando como um traço distintivo importante nas hierarquias e tramas sociais da colônia. Inexistindo uma separação mais nítida entre as funções de *homens bons* da Câmara de São Paulo, comerciantes, produtores rurais, mestres de infantaria e armadores de entradas e bandeiras, assim como negociantes de escravos, percebemos o quanto o tempo da produção requeria o acúmulo de funções, e o quanto uma ordem se estabelecendo necessita repor a identidade dos contrários numa síntese dessa qualidade.

Interessante notar em todo esse movimento é a combatividade desses homens e sua disposição em defender, a todo custo, o imperioso projeto colonial. As investidas indígenas da última década do século 16 e sua provável longevidade denotam o quanto o acento ao

---

<sup>90</sup> MOURA, Américo de. Os povoadores do Campo de Piratininga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 47, 1950, p. 459.

<sup>91</sup> LEITE, Aureliano. **História da civilização paulista**, 1946, p. 32. *Arcabuz*: Antiga arma de fogo, portátil, de cano curto e largo, que em sua origem era disparada quando apoiada numa forquilha; espingardão. DICIONÁRIO HOUAISS da Língua Portuguesa, suporte eletrônico. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

conflito está presente na lógica fronteira. Justamente o conflito pressupõe o caminhar, em termos de uma apropriação dos caminhos como forma de assegurar o projeto em sua totalidade. As trilhas, abertas em meio a cuidados técnicos e necessários ao bom caminhante, preferiam as “boas águas” e “bons ares”, fugindo das “poças e rios considerados pestilentos”, sendo até mesmo preferível trazer água de grandes distâncias para fugir das águas pestilentas e miasmáticas de certos caminhos.<sup>92</sup>

O temperamento desses homens bravios é atribuído a vários fatores diversos. Falsamente atribuído exclusivamente aos indígenas, um desses fatores seria que grande parte dos expedicionários bandeirantistas eram compostos por *mamelucos*, advindos da miscigenação primeva entre brancos e indígenas, o que ocasionava, no trato social, o fato de parte deles serem considerados “bastardos”, por não serem frutos de casamentos “legítimos”, dentre os portugueses. Afonso Sardinha, o novo, era um desses mamelucos que guerreavam combativamente e que buscava impetuosamente afirmação pessoal num mundo que exigia a truculência como forma de sobrevivência. Aos mamelucos “se atribuíam os mais tregos crimes cometidos na capitania, sobretudo nas povoações de serra acima”. Sua rudeza e aspereza eram a mostra desse universo em que sobreviver significava realizar os prepostos da colônia, esta sendo ímpar em seus métodos de extrema violência, arrasando as formas pregressas e interpondo a lógica da mercadoria e do valor. É a violência da acumulação primitiva em ato, nos termos marxianos, que confere aos paulistas uma fama que corre as vastas terras do inexplorado sertão de ponta a ponta da colônia portuguesa além-mar do ocidente. Aos paulistas que guerreiam em outras regiões, atribuiu-se uma “capacidade de observação da natureza agreste, a imaginação inquieta, a visão precisa e segura, que nascem de um convívio forçado e constante com a vida do sertão”. Guerrear, para esses mamelucos e “bastardos”, significava “um prolongamento, quase um derivativo, da atividade venatória”.<sup>93</sup>

O teor de uma modernização se afirmando no campo lógico, implicando a negatividade espaço-temporal, implica em considerar a realização de uma empresa lucrativa na “anterioridade de sua plena ou mesmo diminuta efetivação, mas que nem por isso deixa de determinar o processo como um todo.”<sup>94</sup> Os *aldeamentos indígenas*, ricamente abordados

---

<sup>92</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 2008, pp. 41-42.

<sup>93</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 2008, pp. 121 e 123.

<sup>94</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade**, 2004, p. 420.

por Petrone (1995) e debatidos na lógica modernizante por Alfredo (2004), colocam uma contradição entre o agrário e o urbano, no sentido em que tal contradição:

[...] está no fato de que o urbano, existente nos e através dos aldeamentos, evidencia-se pelo fato de que o mesmo passa a se constituir como um meio do processo, sendo a sua destituição, após a realização da realidade agrária, um resultado inevitável. A destituição dos mesmos é a própria ponência da realização do domínio por sobre o solo, efetivação do domínio colonial. É no agrário que se realiza o urbano colonial e, por ser racionalizador, põe um agrário ditado pelos desígnios hierárquicos da propriedade privada da terra.<sup>95</sup>

A política dos aldeamentos, interposta concomitantemente à política de sesmarias, revela as estratégias de tomada lógica de territórios, e seus pressupostos conhecem um significativo atrito, tanto na colônia quanto na metrópole portuguesa. Tal atrito, internalizando os termos políticos na administração do Marquês de Pombal nas terras da Coroa, interpõe um conflito que culmina na expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, o que é regulamentado em 1759 e posto em execução a partir de 1761. Por conta disso, seus bens são confiscados e suas terras são postas em Hastas Públicas, entre 1779 e 1780, nos domínios da hinterlândia da cidade de São Paulo, conforme se detalha a seguir.

Esse momento, de grande relevância quanto à constituição fundiária paulistana dos dois séculos posteriores, mostra o quanto interessava à Coroa reiterar seu projeto colonial, eliminando qualquer ameaça ao seu controle, como, na avaliação da administração pombalina, se constituiria a conduta dos jesuítas. Desse modo, ao serem expulsos, a Coroa obtém controle de suas terras. E disso não escapa as terras doadas por Afonso Sardinha e sua esposa, Maria Gonçalves, à Companhia de Jesus, em 1615, quando da proximidade de sua morte e a inexistência de herdeiros vivos a quem pudesse legar suas terras.

Nesta data, as terras de Afonso Sardinha encontravam-se divididas em duas glebas. A *primeira*, “denominada Ubatatan [...], localizava-se entre os ribeirões Pirajussara e Jaguarahé, desde o rio Jarabatiba ou dos Pinheiros, até as cabeceiras do Ribeirão Jaguarahé”. A *segunda*, “denominada Sesmaria do Forte foi concedida a Afonso Sardinha em 3 de novembro de 1607, e abrangia os alagadiços desde o rio Tietê e o Rio dos Pinheiros até a Estrada de Itu, entre os Ribeirões Jaguarahé e a Aguada dos Índios”. Oito anos depois, tendo efetivado doação das duas sesmarias à Companhia de Jesus, esta as anexa à sua própria

---

<sup>95</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade**, 2004, p. 424.

sesmaria, “localizada entre os córregos Pacaembu-Mirim, Rio Tietê, Rio dos Pinheiros, Córrego Água Branca dos Pinheiros e o caminho dos pinheiros”, que havia sido concedida à Companhia de Jesus em 25 de março de 1560.<sup>96</sup>

As três sesmarias apontadas (Butantã, do Forte e Pacaembu), nos 140 anos que ainda estiveram sob o controle da Companhia de Jesus, foram subdividas em dezenove sítios e terrenos e arrendados a diversas pessoas. Por volta de 1750, o “Sítio Butantan” estava arrendado a *Ignacio Xavier César* que, junto a sua esposa, *Escolástica Ribeiro da Silva*, doava o sítio a seus filhos *Pes. Rodrigues Xavier Moreira* e *Antonio Ribeiro de Cerqueira*, em 11 de agosto de 1755. Neste tempo, o documento de doação atesta o seguinte:

Uma casa... e assim mais hum sitio na paragem xamada Pirajossora em Pinheiros com 3 lances de casas de Taipa de Pilão com seus corredores cobertos de telha cercados de vallos e casas de taipas de pilão com Engenho de moer cana coberto de palhas e terras do mesmo sitio principiando da Barra de Pirajossara correndo pelo Rio Jerivatuba acima té intestar com o sitio de Salvador de Lima Madureira já defunto e se inclue também o Capão do Pai Assureba e pela terra a dentro correndo com a mesma barra de Pirajossara servindo de rumo ao mesmo Pirajossara até onde confinam com as terras do mesmo sitio reservando as terras que ficão de outra banda do rio Pirajossara para eles obtorgantes doantes aonde tem um sitio cercado de Vallos e Plantas chamado Boa Vista.<sup>97</sup>

Em 1754 é redigida a primeira carta régia determinando a expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal e seus domínios e, em 1761, ocorre a execução da medida na colônia. Os bens pertencentes aos Jesuítas são imediatamente incorporados ao Patrimônio da Real Fazenda da Coroa, administrados pelo Tribunal de Junta da Real Fazenda. O hiato de tempo entre a promulgação e execução da medida “facilitou a sonegação de documentação, em proveito de outras ordens religiosas, como se constatou de posterior levantamento das concessões de Sesmarias aos padres Jesuítas”,<sup>98</sup> o que denotava o grande interesse que diversos organismos detinham em se apoderar das terras tornadas “devolutas”, bem próximas à diminuta área urbana de São Paulo.

---

<sup>96</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 59.

<sup>97</sup> **Esriptura do patrimônio do Sítio Butantan em 11 de agosto de 1755.** Doação que fazem Ignacio Xavier Cesar e sua mulher Escolástica Ribeiro da Silva, a seus filhos Pes. Rodrigues Xavier Moreira e Pe. Antonio Ribeiro Cerqueira. Apud PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, p. 146.

<sup>98</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 59.



Em 1779, o Tribunal da Junta da Real Fazenda, a serviço da Coroa, organiza uma série de Hastas Públicas com o intuito de arrolarem algumas dessas terras; em 19 de outubro, organiza-se a primeira delas, onde *Bárbara do Espírito Santo*, por intermédio de seu procurador *Matheus da Silva Bueno*, adquire as terras do “Sítio Butantan”, conforme consta a seguir:

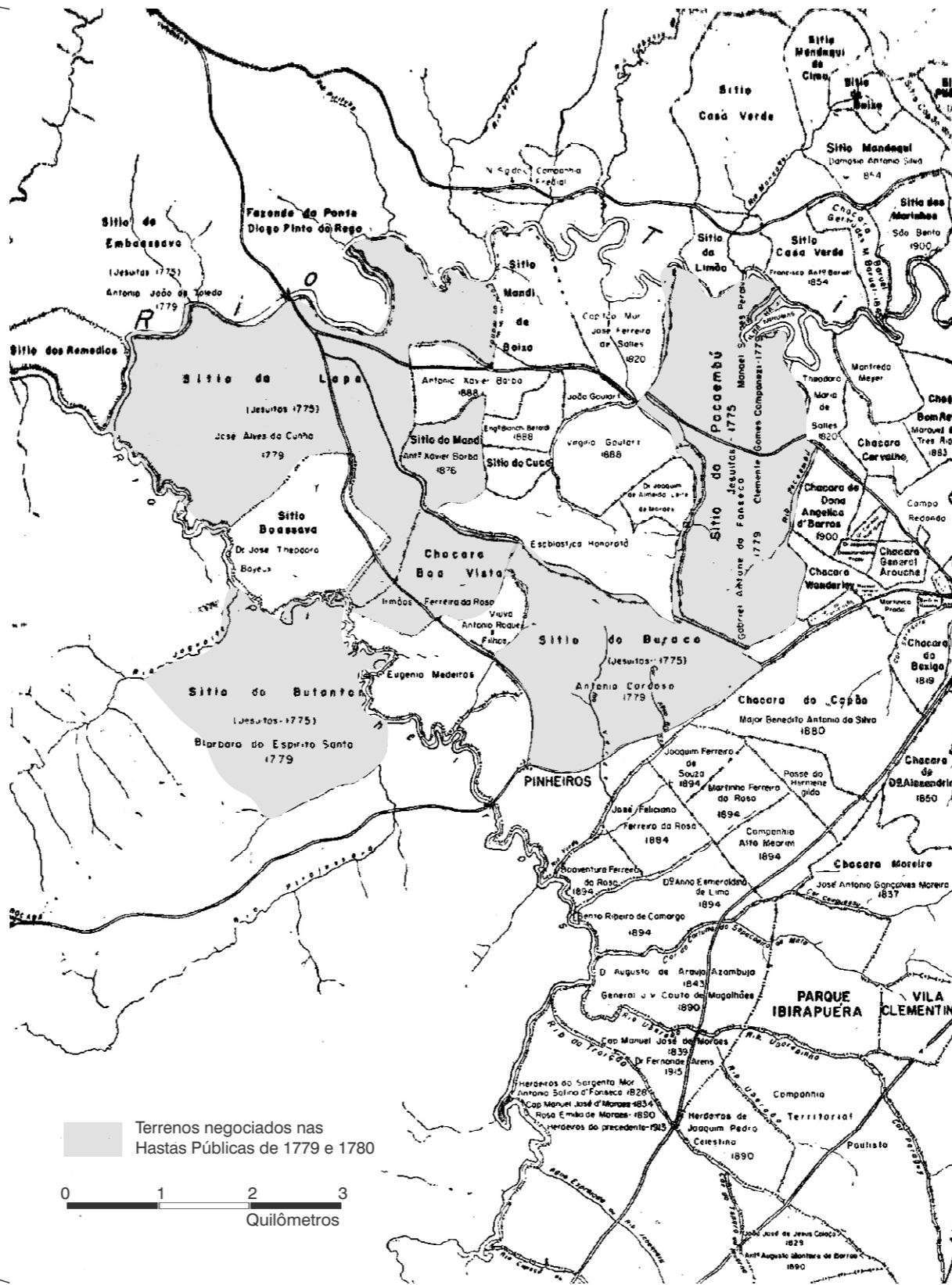
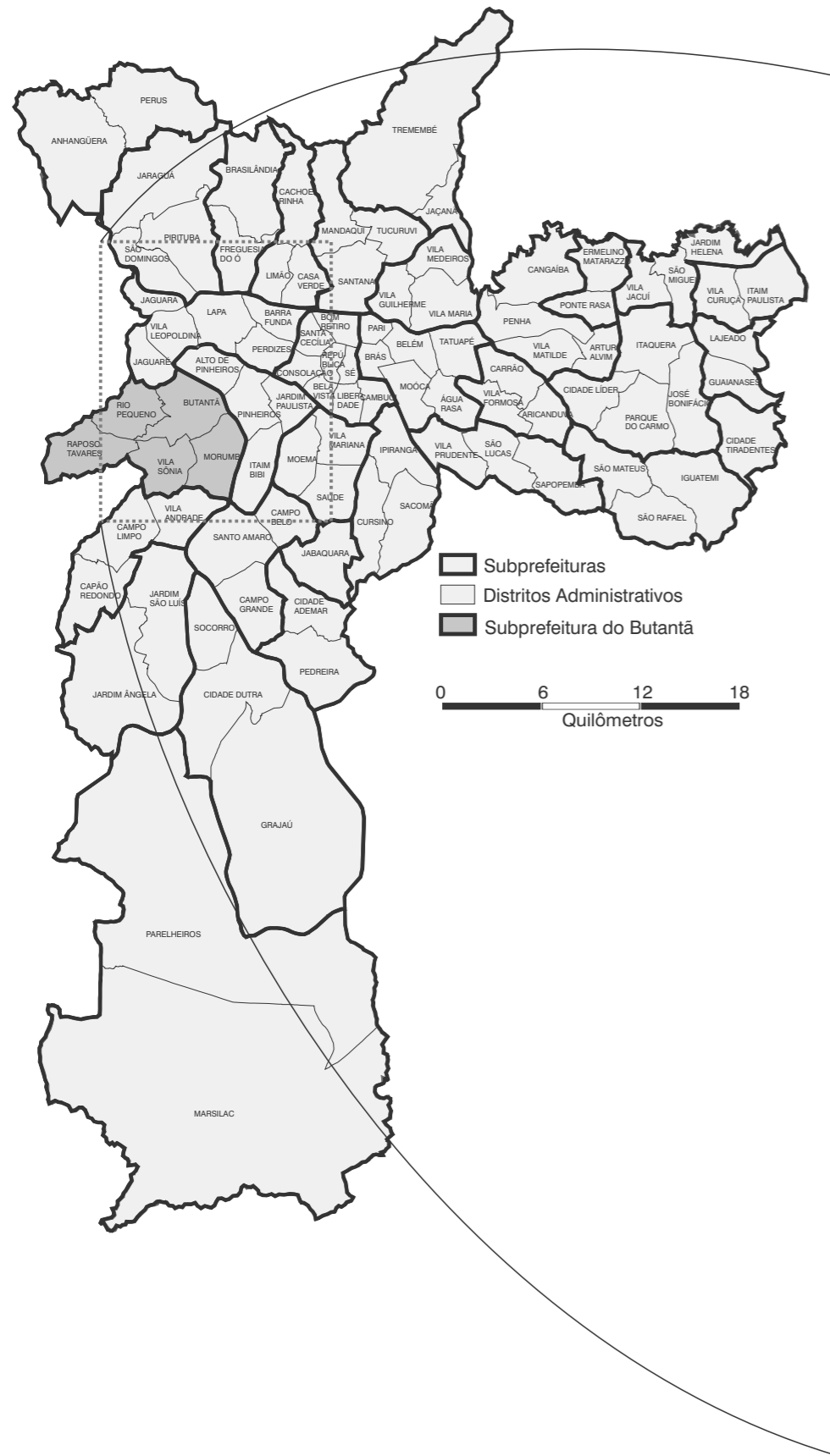
Aos dezenove dias do mês de Outubro de mil setecentos setenta e nove nesta Cidade de São Paulo e Caza da Junta da Real Fazenda, onde estavam presentes o I<sup>lmo</sup> e ... General Presidente Martim Lopes Lobo de Saldanha, o S<sup>or</sup>. Ouvidor Geral Juis Executor da Real Fazenda Estevao Gomes Teixeira, o D<sup>or</sup>. Procurador da Coroa e Fazenda João de .... Peixoto, o... Geral Antonio Fernandes de [Salles?], como escrivão interino da mesma Junta ao diante nomeado e pareceo Matheus da Silva Bueno como procurador de Barbara do Espírito Santo, e por elle foi dito que queria arrematar para a sua constituinte as terras do sítio d o’Botantam pertencentes ao Real Fisco, encomendadas pelos denominados Jesuitas a Ignacio Xavier Cesar, o que offercia por ellas a quantia de trinta e sete mil reis; cujo lanço lhe foi aceito por cobrir o preço da avaliação das mesmas terras: E por quanto tinhamo merecido [precedido?] a esta arrematação editaes publicos, e as mais solemnidades que dispoem a Ley, e não houve quem mayor lanço offercesse, mandou o Dito General Presidente, e mais Ministros Deputados a arrematassem as ditas terras á referida Barbara do Espirito Santo pela medida quantia de trinta e sete mil reis [37\$000]. Depois de ter o Porteiro João Pedro Ribeiro da Veiga formulado o subscrito lanço etc...<sup>99</sup>

Além dessa hasta, houve mais cinco sessões públicas durante os meses de outubro e novembro de 1779, sendo a última realizada em março de 1780. Quando cotejamos esses interessantíssimos relatos a propósito da sucessão fundiária com o mapa a seguir, percebemos que esses terrenos correspondem atualmente a uma boa parte da Zona Oeste de São Paulo, da região do Pacaembu e da Consolação até o atual Butantã.

---

<sup>99</sup> MUSEU CASA DO BANDEIRANTE. **Exposição Usos e Costumes Bandeirantistas**, 1978.

Mapa 1.5. Sítios e glebas arrematados nas sessões de Hastas Públicas, entre 1779 e 1780



Na primeira Hasta Pública, de 19 de outubro de 1779, foram vendidos três sítios:

1. Entre o Rio Verde e o Rio das Pedras, a Clemente José Gomes Camponez.
2. Sítio Pacaembu de cima a Gabriel Antunes da Fonseca.
3. Sítio Butantan localizado entre a Estrada de Sorocaba e Itu e Ribeirão Jaguarahé e Bárbara do Espírito Santo.

Depois, na segunda Hasta Pública, em 22 de outubro de 1779, foram vendidos onze sítios.

1. Sítio Bananal a Catharina Bicudo de Siqueira.
2. Sítio Buraco a Antonio Cardoso.
3. Sítio das Pedras ou Sítio Água Branca dos Pinheiros a Bento Leme da Silva.
4. Sítio Pacaembu de baixo a Manoel Simões Penalva.
5. Sítio Bananal (2ª gleba) a Antonia Dias Pinheiro.
6. Sítio Tabatinga a Antonio João de Toledo.
7. Sítio Boa Vista e Alto a Bento de Siqueira Barbosa.
8. Sítio Bananal (3ª gleba) à viúva Rosa Leite da Fonseca.
9. Sítio ao Pé da Lapa a José Elvares da Cunha.
10. 11. Sítio Tanque a Desidério Barbosa de Siqueira.

Mais tarde a Terceira Hasta em 26 de outubro de 1779, quando foram vendidos dois sítios.

1. Sítio Pacaembu (1ª gleba) a Joaquim de Sá.
2. Sítio Taperassu a Rosa Maria do Amparo.

E a Quarta Hasta em 5 de novembro de 1779 quando foram vendidos três sítios:

1. Sítio Pacaembu (2ª gleba) aos herdeiros do Capitão Francisco de Salles Ribeiro.
2. Sítio Mandehy (1ª gleba) e Maria da Luz de Moraes e a Rita Eufrásia de Moraes.
3. O sítio Araçapiranga a João da Silva Borges.

E mais a Quinta Hasta em 12 de novembro de 1779, quando foram vendidos dois sítios:

1. O sítio Mandehy (2ª gleba) a Gomes da Silva Antunes.
2. O sítio Inhubuçu à viúva e filhos do finado José Francisco de Andrade.

Finalmente a Sexta Hasta em 14 de março de 1780, quando foram vendidos três terrenos:

1. O terreno contíguo ao sítio Mandehy ao soldado Belchior de Pontes.
2. Um terreno na paragem do Pacaembu a Bento Pereira dos Santos.

Conf.: SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, pp. 59-60.

Visto que essas chácaras estavam próximas à cidade, constituindo-se já naquele momento em importantes fornecedores de gêneros alimentícios ao planalto paulistano, além de servirem como rotas obrigatórias das tropas que faziam o ininterrupto vaivém de caravanas de muares entre o sertão e o litoral, tendo São Paulo como entreposto necessário. Além disso, quando da efetivação das hastas de 1779 e 1780, esses sítios e terrenos já se encontravam delimitados por “vales, cercas, caminhos, divisas, etc., conservando a mesma denominação dada pelos Jesuítas, e tiveram sua prévia avaliação e a descrição de seus limites lançados por termo”.<sup>100</sup> Estes terrenos comporiam, no século seguinte, o aprazível cinturão das chácaras da hinterlândia paulistana, que no final desse mesmo século seriam comercializados a companhias imobiliárias e desmembrados em loteamentos urbanos, materializando o explosivo crescimento urbano de São Paulo no decorrer do século 20. Interessante notar é que grande parte das terras comercializadas nessas sessões compuseram a formação de um território altamente economizado no século 18, já que pouco mais de um século depois formariam as *primeiras* glebas a serem loteadas pelas empresas imobiliárias para os *altos* estratos econômicos da sociedade paulistana, e justamente no vetor oeste, que seria o “eleito” pelos endinheirados piratininganos como as áreas mais “valorizadas” da nascente metrópole.

Sobre as tropas de muares, cabem algumas ponderações. O Edital jurídico ao qual tenho me referido neste texto como (uma valiosa, por sinal) fonte de informação, tem por objetivo declarar a sentença judicial a uma “ação ordinária de preferência ao levantamento de preço de *desapropriação*”, que a Prefeitura Municipal de São Paulo estava realizando numa área localizada provavelmente onde se encontra atualmente o Parque Raposo Tavares, na altura do km 15 da rodovia com o mesmo nome, com o objetivo de constituir um aterro sanitário. Tal ação fora movida no final da década de 1960, pelo Sr. *José Carlos Costa Pereira* e sua mulher – representando o “espólio de *Vicente Xavier de Miranda*” – contra o “espólio de *Francisco Rolim Gonçalves* e outros” – representada pela sua inventariante Sra. *Nair de Campos Rolim*. O argumento principal desse documento, declarando o litígio a respeito dessas terras (Sítio Água Podre, Cercado Alto e Cercado Funil, comercializadas na década de 1870 a diversas pessoas e adquiridas em 1882, por Vicente Xavier de Miranda), assenta-se no fato de que tais terras seriam pertencentes, de fato, à União Federal. A sentença se apoia no Decreto-Lei Federal nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que transfere automaticamente os bens adquiridos pela Coroa, durante os períodos colonial e imperial do

---

<sup>100</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 59.

Brasil, ao Patrimônio Federal.<sup>101</sup> Portanto, nessa localidade, as compras, vendas, aquisições e reclames seriam todos irregulares, e isso desde a década de 1850!

Por que todo o imbróglio, então? Para que possamos esclarecer essa complexa teia jurídico-institucional, bem como o caráter primordialmente econômico dos litígios de terras do Butantã durante o século 19, puxemos o fio interposto à aquisição das terras operado por *Bárbara do Espírito Santo*. Após viver uma parte do restante de sua vida na propriedade que adquirira, ela firma testamento, em 2 de junho de 1795, arrolando suas terras da “*paragem Uvatantan*” a suas duas sobrinhas *Anna Rodrigues de Oliveira* e sua irmã *Maria Garcia Paes*, onde cada uma teria a sua metade correspondente.<sup>102</sup> Alguns anos depois, estas últimas, em pagamento de dívida contraída com o *Sargento Mor Policarpo Joaquim de Oliveira*, transferem-lhe uma parte de suas terras, “que ficão da estrada de Ithu para *baixo*”, permanecendo os “terrenos situados na estrada de Ithu para *cima*” com *Maria Garcia Paes*, que recebera doação das terras que pertenciam à sua irmã, *Anna Rodrigues de Oliveira*<sup>103</sup>. *Maria Garcia Paes* viveu toda a sua vida nessas terras, o que teria motivado a doação da parte de sua irmã, em 28 de maio de 1817.<sup>104</sup>

Em 27 de abril de 1816, *Maria Garcia Paes*, “senhora e possuidora dos Campos e Capões denominado Butantã na estrada que vai para a Villa de Ithú para a ponte da casa até imbustir com as Sesmarias e Capões” vende área do “lugar que fica vizinho ao cerco e fecho a *Maria Vieira* filha do falecido *João Vieira de Oliveira*” ao *Reverendo Padre Bento Manoel dos Passos*, na quantia de 12\$800.<sup>105</sup> Em 2 de julho de 1817, efetiva doação da outra parte de suas terras a seu escravo, *Francisco de Paula*, libertando-o por sua morte,<sup>106</sup> que são descritas da seguinte forma:

Campos e alguns capões de mattos que ella possui no bairro do Jaraguá [Jaguaré], termo desta cidade entre a estrada que segue para a Villa de Ithu e

---

<sup>101</sup> “Art. 1º Incluem-se entre os bens da União: [...] j) os que foram do domínio da Coroa”. BRASIL. Decreto-Lei Federal nº 9.760, de 5 set. 1946.

<sup>102</sup> PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, p. 132, 148-149.

<sup>103</sup> PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, p. 154-155.

<sup>104</sup> **Sessão Ordinária aos 12 de junho de 1852**. Presida. Do Exmo. Sr. Brigadro. Machado d’Oliveira. In: SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras**, v. 16, 1939, p. 126.

<sup>105</sup> **Escriptura de Venda dos Campos do Butantan, 27 de abril de 1816**. Apud PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, p. 153.

<sup>106</sup> **Sessão Ordinária aos 12 de junho de 1852**. Presida. Do Exmo. Sr. Brigadro. Machado d’Oliveira. In: SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras**, v. 16, 1939, p. 126.

o córrego que serve de divisa as terras e campos que, ella outorgante tem vendido ao Rev.o Vigário Bento Manoel dos Passos e para a parte de baixo com o cercado de Eufrozina Antonia e da vertente do dito córrego, confrontando com terras vendidas ao dito Vigário a rumo direto the a passagem do córrego denominado Pirajussara Mirim na referida estrada de Ithu cujas terras ella outhorgante vendedora houve por doação que lhe fez sua tia Bárbara do Espírito Santo e quer assim ...<sup>107</sup>

Após a morte deste, seus nove filhos, que “sempre se conservarão no domínio posse e senhorio das ref<sup>as</sup> terras sem contestação de pessoa alguma,” venderam suas respectivas partes a *Marciano Pires de Oliveira*<sup>108</sup>. As terras do Pe. *Bento Manoel dos Passos* são vendidas, em 11 de novembro de 1836, a *Marciano Gomes de Andrade*, pela quantia de 500\$000.

O período entre 1835 e 1856 pareceu ter sido de intensas disputas jurídicas no tocante às terras do sítio Butantan e suas terras adjacentes. A esse respeito, o edital jurídico de 1971 demonstra que, em meados do século 19, a Câmara Municipal expressava que “os campos *reservados* para pastagem de animais, fora do sítio Butantan, *não estavam incluídos na hasta pública* e continuam a pertencer à *Fazenda Nacional*, como próprios nacionais” (grifos nossos), situação que diria respeito a terras localizadas em outras regiões da cidade de São Paulo; tais terras se encontrariam aforadas a terceiros, cujos rendimentos recaíam ao Tesouro Nacional. As terras da região do Butantã que se achavam reservadas pelo Tesouro Nacional como campos de pastagens reservados aos animais das tropas de muares<sup>109</sup> (que faziam a comunicação comercial entre o planalto e o sertão) seriam as seguintes: *sítio Jaguarahé, cercado Capão dos Porcos, rancho Gamellão, Cercado Funil, Cercado Alto, sítio Água*

---

<sup>107</sup> **Escritura de Doação de um sítio no bairro do Jaguaré. São Paulo, 2 de julho de 1817.** Apud PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, p. 133.

<sup>108</sup> **Sítio Jaguarai Mirim, 1850.** Apud PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, p. 155.

<sup>109</sup> “Em comprimento do Officio de VV. SSas. de 20 do corrente participo que se procedeo o Embargo nas terras que entre Perujussara e Jaguarahé está fexando Marcianno Gomes de Andrade do qual consta ter o do. Marcianno quage fexado hum rincam que fica ao lado esquerdo da estrada que vae para Sorocaba, e o estado dos vallos consta do Auto do Embargo que as terras entre Perujussara e Jaguarahé são de servidão publica e he publico e notorio que alli todas as tropas, e cavalhadas que vem do Sul e que tem de passar por esta cidade pozam dado sal e demorando-se o tempo necessário para descansar, tendo ate ali havido envernadas como foi a invernada do Brigadeiro Joaqm. Mariano Garvão que fez nos mencionados campos e fez Domencianno de Tal com huma porção de gado e outros muitos. [...] Ha requerimentos feitos a esta Camara afim de dar licença para fazer feixo nas ditas terras, bem como fez o Capm. Felisberto Joaqm. de Olivra. Cezar; e a Camara por seo acordam determinou q. o do. Capitão assignas-se termo de não adquirir direito nas mencionadas terras realengas; e tudo isto consta da Certidão que junto ofereço como me foi determinado pr. VV. SSas. Ha mais nos Autos da questão entre Franco. de Castro, e Marcianno huma Justificação feita pelos Tropeiros a mais de 50 annos provando que o Campo entre Perujuçara e Jaguarahé erão de servidão Pública, ouve mais huma representação feita ao conselho do Governo pelos tropeiros contra o do. Franco. de Castro pr. ter posto humas porteiras nas mmas. Terra as quaes se vio o do. Castro obrigado a mandalas tirar. [...] São Paulo 25 de Maio de 1835 – Bernardo Justo. da Silva. In: SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras, v. 15**, 1938, p. 52.

*Podre, cercado Peri-Peri, sítio Pirajussara, sítio Pirajussara-Mirim, sítio Taboão*, entre outros. De acordo com o Edital jurídico, essas terras, reconhecidas à época pelos moradores locais e também pela Câmara Municipal como campos de pastagem e internada, não poderiam ser tratadas como terras devolutas.<sup>110</sup> As terras *confinantes* ao sítio Butantan não poderiam, portanto, ser ocupadas definitivamente por nenhum agente privado, muito menos serem revendidas ou partilhadas sem o consentimento expresso da Fazenda Nacional.

No entanto, em 18 de maio de 1835, Marciano Gomes de Andrade, adquirente do Sítio Butantan no ano seguinte, noticia que lhe foram vendidas por João da Silva Machado e João Custódio os campos denominados Pirajussara, que estariam localizados no lado esquerdo da Estrada Velha de Sorocaba, na vertente esquerda do rio Pirajussara. Assim, treze anos depois, teria proposto à Câmara Municipal, como forma de pôr fim ao litígio decorrente dessas aquisições irregulares, permuta do terreno chamado *Gamelão* por outro localizado na margem esquerda da referida estrada, pois este sítio estaria sendo objeto de reivindicação e de litígio com a Câmara Municipal. Outras invasões teriam ocorrido no *Peri-Peri, Capão dos Porcos, Água Podre e Jaguarahé*, que teriam sido cercados de valos por *João Custódio de Oliveira e João Machado de Oliveira*, por *Manoel Joaquim de Moraes* e por *Felisberto Vieira de Campos*.<sup>111</sup>

Neste ínterim, aparece um outro personagem requerendo partes das terras na região, um certo *João de Oliveira Preto*. Declarando-se *sobrinho* de Anna Rodrigues Garcia, apresenta documento datado de 1º de abril de 1821, onde consta que suas terras teriam sido adquiridas primeiramente da Fazenda da Real Junta pelo Sr. Cel. Matheus Ribeiro César, que as teria repassado a ela, e depois deixara, neste documento, “a parte de meu sobrinho os Capões e Vertentes seguindo Capão das Pederneiras e Votorantim Pirajussara Mirim e as vertentes pertencentes aos ditos Capões”.<sup>112</sup> *João de Oliveira Preto* (ou *João Custódio de Oliveira Preto*, conforme consta no Edital de 1971) teria repassado, ainda, este terreno denominado Pirajussara-Mirim a *Antônio Pires da Silva*.<sup>113</sup> Quando este último vai à Câmara de São Paulo requerer permissão para cercar o terreno que teria adquirido, vem a sentença desta mesma Câmara ao caso:

---

<sup>110</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 60.

<sup>111</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 60.

<sup>112</sup> **Escritura de venda do Sítio Butantã – Pirajussara. São Paulo, 1 de abril de 1821.** PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, p. 154.

<sup>113</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 60.

Fica pois demonstrado q. todos os terrenos q. vão do Pirajussara ao Jaguaré, entre as estradas de Itú e Sorocaba pertencem pr. títulos legítimos a Marciano Gomes d'Andre., e Marciano Pires d'Oliveira, aquelle, pr. compra que fez ao fallecido Padre Bento Manoel dos Passos, e este, aos herdeiros de Franco. de Paula, a exceção porem de um pequeno rincão denominado Gamellão, junto ao Jaguarahé no logar do rancho publico, fazendo frente pa. a estrada de Sorocaba, e fundos para o lado da de Itú, que o primeiro destes indivíduos em beneficio público doou a esta Camara pa. o fim de servir de encosto aos animaes dos tropeiros q. pousarem no do rancho, cuja propriede. a Cama. conserva em virtude d'essa doação. [...]pr. quanto João d'Oliveira Preto nunca comprou os mencionados terrenos nem a Ma. Garcia Paes Leme, nem a qualquer outra pessoa q. nelles tivesse direito, e tanto isto é verde, e elle estava convencido d'isto, q. tendo o Major Franco. de Castro do Canto e Mello comprado o Sitio do Botantan aqila. parte da sesmaria da estrada de Itú pa. baixo, q. foi dada pr. Anna Poiz d'Oliveira, e sua irmã Ma. Garcia em pagamento. ao Sargmor. Policarpo José d'Oliveira, e julgando-se o mmo. Major Castro senhor de grande porção de terras que não pertencião ao do sitio, inclusivame. as terras em q. estava arranchado João d'Oliveira Preto, este, julgando que seus títulos não tinham prestimo algum, comprou esses mmos. terrenos ao mencionados Major Castro, o qual tambem nenhum direito tinha sobre elles, pr. q. estavam da estrada de Itú pa. cima; e pr. conseqa. não pode prevalescer também o titulo q. apresenta o Suppe. Pires da Sa. pr. ser viciosa a sua origem.<sup>114</sup>

A Câmara de São Paulo concluiu que os títulos apresentados por João Preto eram inconsistentes, dado que as terras em questão não poderiam ser consideradas devolutas por prestarem a domínio público, como campos de pastagem e invernada aos tropeiros que trafegavam pelas estradas de Itu e Sorocaba, e cumpriam a função paulistana daquele período de entreposto comercial entre o vasto interior e o litoral. De acordo com esse mesmo documento, as terras que outrora pertenceram ao Sargento Mor *Policarpo Joaquim de Oliveira* pertenciam, naquele tempo, a *João da Silva Machado*. Alguns anos mais tarde, *Marciano Gomes de Andrade*, o maior detentor das terras da região à época, que até facultava até mesmo a criação de animais a exploração de suas pedreiras em suas terras,<sup>115</sup> vende-as a

---

<sup>114</sup> **Sessão Ordinária aos 12 de junho de 1852.** Presida. Do Exmo. Sr. Brigadro. Machado d'Oliveira. In: SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras**, v. 16, 1939, p. 127-128.

<sup>115</sup> "A circunstancia porem de acharem se esses terrenos em aberto, e serem pr. tanto tidos pr. devolutos ou realengos é isso devido á vontade de seu proprietario., q. os não querido, ou podido feixar, em gre. parte, prestando d'est'arte beneficio ao publico, e particularme. ao tropeiros q. transição pr. ambas as estradas, em cujos campos achão pastagens

Raphael Tobias de Oliveira, em dezembro de 1856. Daí, entre este período e 1899, data da implantação do *Instituto Serumtherápico* (embrião do *Instituto Butantan*) ocorre um vazio documental sobre as mãos que controlaram o Sítio Butantã. Mais tarde voltaremos ao caso dessas terras, que desde o início do século 20 permanecem sob domínio do Estado de São Paulo e têm abrigado importantes instituições, que depois tiveram um papel fundamental na transformação das paisagens da região. Após 1899, começaria uma nova era para o Butantã, a qual será tratada adiante.

Voltando à questão das terras confinantes ao sítio Butantã, que teriam sido invadidas e indevidamente comercializadas, ocorre mais um interessantíssimo caso de sucessivas apropriações – lícitas e, ao mesmo tempo, ilícitas – de terras: entre 1872 e 1878, a propriedade dessas terras ditas pertencentes à Fazenda Real, adjacentes ao Sítio Butantã, foi caindo paulatinamente nas mãos do citado *Vicente Xavier de Miranda*. Segundo o Edital,<sup>116</sup> as terras do sítio Água Podre compunham as seguintes glebas: a própria Água Podre e seus cercados (Alto e Funil), juntamente ao Peri-Peri e o Capão dos Porcos. Joaquim Manoel de Carvalho vende essas terras, em 1856, a Manoel Joaquim de Moraes; posteriormente, este consegue aforamento do terreno denominado “Rancho Gamelão” da Fazenda Nacional, localizado na estrada de Sorocaba, confrontando-se com o sítio da Água Podre e o Ribeirão Jaguarahé. Com a sua morte, ocorrida em 1859, e de sua mulher, Da. Joaquina Maria de Jesus, em 1865, seus cinco filhos herdaram todas essas terras. Um de seus filhos era justamente *Vicente Xavier de Miranda*.

De forma não muito esclarecida no Edital no qual ora nos apoiamos, Vicente Xavier de Miranda, cujo espólio entra na disputa jurídica aventada, vai adquirindo as terras de seus quatro irmãos, entre 1872 e 1878, assim como adquire as terras vendidas pelos herdeiros de Felisberto Vieira de Camargo, que detinha o “Cercado Alto” e o “Cercado Funil”, entre 1874 e 1875. Em 29 de janeiro de 1881, adquiriu de José Manuel de Oliveira D’Orla as terras do sítio Pirajussara, localizadas entre a estrada velha e a estrada nova de Sorocaba. Além dessas terras, adquire, por herança de seu pai, morto em 1859, aforamento de terras localizadas na várzea do rio Pinheiros. De acordo com aproximações que nos são permitidas fazer, dada a

---

pa. seus animaes, não só os de transportes com generos, do interior, como os q. se dirigem soltos ao commercio do Rio de Janro., e gados q. da Comca. de Coritiba e outras partes vem pa. o consumo desta Capal. e suas imediações, alem de q. os moradores das circum vizinhanças crião nesses campos com permissão de seu legitimo proprietario. Marciano Gomes de Andrade, q. é o q. maior de terras possui nessas localidades., e q. tambem faculta ao povo suas pedreiras.” **Sessão Ordinária aos 12 de junho de 1852.** Presida. Do Exmo. Sr. Brigadro. Machado d’Oliveira. In: SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras, v. 16, 1939**, p. 128.

<sup>116</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 60.



dificuldade de localizar precisamente essas terras e determinar sua extensão com os documentos que chegaram até o presente, podemos inferir que Vicente Xavier de Miranda detinha, em 1882, os atuais distritos de Butantã (excluindo-se a área do Instituto com o mesmo nome e da Cidade Universitária), Rio Pequeno e uma parte significativa dos distritos de Raposo Tavares e Vila Sônia! Muito bem informado sobre a situação fundiária das terras, que estariam sob controle da Fazenda Nacional, Vicente requer aforamento de domínio útil, “invocando sua qualidade de ex-voluntário da Pátria”, ao que lhe é concedido o aforamento em 30 de junho de 1882. Assim, toda a situação estava plenamente dentro dos conformes “legais”.

No entanto, um revés acomete a família de nosso entesourador fundiário, em 8 de dezembro de 1883, quando este falece e deixa quatro filhos, todos menores de idade e incapazes, judicialmente, de cuidar da herança de seu pai. Consta, ainda, que os tios não teriam demonstrado interesse algum em administrar a situação hereditária dos órfãos e, em 1888, elas caem em comisso.<sup>117</sup>

Todo esse longo histórico a propósito da situação fundiária das terras de Butantã, entre os séculos 16 e 19, servem para mostrar a quantidade de interesses sobrepostos no entesouramento fundiário. São Paulo, nesse longo período assinalado, se constituiu e se afirmou num contexto em que a lógica do lucro se interpõe às lógicas pregressas, adequando estas às formas de organização do projeto colonial. Voltando ao assunto dos aldeamentos, que serviram de base para essa longa discussão a respeito das idas e vindas da questão fundiária, sua natureza também serviu de base para:

[...] uma divisão, uma fragmentação da totalidade tribal de modo que permitiam a formação de um processo de urbanização. Urbanização essa que, no seu nascedouro, traz um movimento de destituição do mundo comunal, de modo que a *cidade* brasileira, oriunda deste processo, *não pode ser identificada como comunidade*, visto que a destituição comunal ou tribal foi a sua condição histórica. Enfim, ela nasce com ruptura, tendo por trás de si a necessária violência para a sua realização.<sup>118</sup>

Percebemos o quanto a fragmentação esteve presente desde o início da colonização, o que, aliás, imprime sua necessidade quanto à realização deste projeto. A fragmentação imprime, de tal forma, a divisão do trabalho, do mesmo modo necessário. Ao tratarmos da

---

<sup>117</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 60.

<sup>118</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade**, 2004, p. 86.

questão fundiária e seu emaranhado jurídico correspondente, bem como as formas de sujeição interpostas à realização desse urbano que se afirmava, sobretudo às populações nativas (cativo, trabalho compulsório, perda das terras, perda de seus referenciais etc.), colocamos paralelamente a intensidade do negativo interposto à realização do valor em terras onde tal lógica não existia. Ainda nos amparando em Alfredo, antevemos tal negatividade no processar temporal dos fatos que sucederam o início dos aldeamentos e a concessão de sesmarias aos “homens bons”, estes obrigatoriamente postos a produzir as terras.

O fundamento social colocado por esta dinâmica contraditória do século 16 e XVII irá, ao longo desse período, desenvolver suas contradições para efetivar-se novamente como negação desta realidade agrária. Ou seja, o período que se processa com o declínio dos aldeamentos, ou ainda, com a marginalização dos aldeamentos ao longo do século 18 e parte do XIX será o período necessário para a efetivação da propriedade privada da terra no interior da sociedade brasileira. Esta possibilidade os aldeamentos já tinham efetivamente colocado, portanto, por isso mesmo, o processo agora era o de marginalização dos mesmos no interior da sociedade, no nosso caso, planaltina.<sup>119</sup>

Assim, a marginalidade da questão indígena, posta necessariamente no centro da efetividade social dos séculos 18 e 19, afirma exatamente a centralidade da questão fundiária nessa mesma efetividade. E o mais interessante disso é observar o quanto as terras do “além-Pinheiros” se constituíam nessa centralidade, porque justamente respondem a uma funcionalidade que transcendia a ordem colonial *per se*, visto que tantas disputas em torno da propriedade dessas terras denotam sua importância quanto à realização econômica do território em sua totalidade.

No limiar do século 19, o Brasil já se configurava, do ponto de vista político, um país independente, cuja afirmação continuara se processando no sentido de entesouramento, ou do que se costuma denominar de “patrimonialismo”. A ideia de patrimonialismo, presente em vários estudos sobre a realidade brasileira desde seus primórdios, parece encerrar essa discussão, no sentido em que o simples ato de manter propriedades – de terras, sobretudo – seria suficiente na elucidação dos termos da evolução do capitalismo brasileiro e toda a sociabilidade decorrente desse fundamento. No entanto,

---

<sup>119</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade**, 2004, p. 183.

podemos encontrar a presença de uma mobilidade nesse patrimonialismo, decorrente da impossibilidade lógica em se deter, numa fixidez estrita, os termos da *renda da terra*. É certo que os agentes detentores desses rendimentos, ligados ou não à produtividade agrícola que essas terras pudessem vir a ter, não estavam absolutamente ligados a uma realidade estritamente rural ou urbana (mesmo porque tal separação é posta como tal em um contexto da valorização do valor), e tal forma indistinta não poderia ser, tão impunemente, ligada a rendimentos que tradicionalmente se ancoram em realidades agrícolas, onde a renda da terra (diferencial, absoluta ou de monopólio) se vincula diretamente a produtividade que a terra auferir, tal como *meio de trabalho*. Ainda assim, trabalho com a hipótese de que, em havendo essa indistinção entre o “rural” e o “urbano”, já que boa parte dessas terras se encontrava em litígio justamente pela sua condição de entreposto e passagem obrigatória de tropas de muares, a renda da terra se envolvia ao sentido lato de *mobilidade*, inclusive no tocante à propriedade formal destas.

São Paulo, até a década de 1870, tendo ultrapassado séculos desde a sua fundação, tinha transfigurado muito pouco a sua fisionomia urbana. Conforme apontamos algumas páginas atrás, Morse (1970) argumenta que a condição de *comunidade* precedeu a condição de metrópole, que começa a se afirmar a partir do século 20, decorrente de todas as transformações ocorridas nas três últimas décadas do século anterior, legadas à economia cafeeira e ao advento das estradas de ferro. A condição de *comunidade*, que também é apontada pelo autor não como uma forma harmônica no trato social – já que a formação brasileira, desde seus primórdios, é reconhecidamente primada pela violência da forma valor – e sim tal qual uma convivência entre seus parques habitantes e as dificuldades de comunicação com o litoral, porta de comunicação com a metrópole portuguesa. Nas décadas iniciais da fundação da vila, a conflagração indígena se punha como uma ameaça constante, bem como a latente ameaça de esvaziamento populacional, o que teria motivado inclusive a unificação da vila de Santo André da Borda do Campo (fundada em 1553) à vila de São Paulo, por ordem do governador-geral da colônia, em 1560.<sup>120</sup>

As entradas e bandeiras, atividades econômicas comumente praticadas na São Paulo dos primeiros séculos, consistem basicamente em seguir ao sertão com o objetivo de expandir os domínios territoriais da colônia, procurar metais preciosos e capturar e aprisionar índios, tornando-os mão-de-obra escravizada. Ao contrário das entradas, que

---

<sup>120</sup> MESGRAVIS, Laima. **De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial**. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 117.

consistiam numa medida empreendida oficialmente pela administração pública, as bandeiras, tratadas tão eufemisticamente pela produção historiográfica oficial, eram atividades consideradas ilegais e passíveis de penalidades severas.<sup>121</sup> As bandeiras, muito mais do que as entradas, marcaram profundamente a São Paulo colonial dos primeiros 150 anos. A lenta “marcha paulista”, alargando os limites da colônia e realizando, territorialmente, seus pressupostos, se coloca num contexto em que a vila paulistana não seria absolutamente autossuficiente, em termos econômicos e políticos. Era a ponta de lança necessária para a realização da colônia na porção sul-ocidental do território.

Assim, a vida propriamente urbana nessa pequena vila dos quinhentos e seiscentos era muito incipiente, o que já interpõe a contradição posta entre o agrário e o urbano, numa ordem que se realizava a partir das atividades agrícolas como forma econômica predominante, mas que do ponto de vista político não prescindia da forma urbana para se realizar no território. O ato de fundar vilas, freguesias e cidades era o mesmo que assegurar domínio das territórios já conquistados e daqueles que viriam a ser incorporados francamente à lógica mercantil. No entanto, os núcleos urbanos eram praticamente despovoados, de vida “urbana” praticamente nula, já que as atividades mais intensas no âmbito produtivo se davam no campo. Os colonos portugueses mantinham casa na cidade para “estadias ocasionais, compras, missas, festas ou participação nos negócios públicos na Câmara Municipal”. O comércio, que no geral continha poucos artigos, era suprido por poucos indivíduos e as atividades artesanais eram tidas como de pouco valor ou prestígio e relegados, via de regra, a escravos índios.<sup>122</sup>

As *monções* são apontadas como uma atividade localizada entre o bandeirantismo do século 16 e o *tropeirismo* dos séculos 18 e 19. As monções se constituíam num uso das águas fluviais da bacia paranaica e costuravam a rede de relações territoriais estabelecidas, a partir de São Paulo, com os sertões mais distantes do planalto brasileiro: a distante vila de Cuiabá, que, constituindo-se numa zona mineradora pioneira, exigia a fixação desses elementos humanos a serviço da exploração colonial. Além disso, essas rotas tiveram a função de consolidar o domínio português nessas terras, visto que ainda os campos interiores de Vacaria e outras terras entre os rios Paraná e Paraguai ainda estavam a ser

---

<sup>121</sup> MESGRAVIS, Laima. **De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial**. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 119.

<sup>122</sup> MESGRAVIS, Laima. **De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial**. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 125.

ocupados pelo domínio lusitano. Tanto que a cobiça castelhana, nessas terras, ainda era uma ameaça a essa consolidação dominial, mesmo em fins do século 18.<sup>123</sup>

Quanto aos *tropeiros*, sua atividade econômica interposta sugere a consolidação de uma ordem colonial que, ao início do século 19, desde a vinda ao Brasil da Família Real portuguesa em 1808 e as transformações políticas e econômicas referentes a esse importante fato, já se realizara no campo territorial, ao mesmo tempo em que pressupunha a sua crise. O projeto colonial, realizado, parecia não fazer mais sentido num contexto em que afloram os movimentos de independência continente americano adentro, o que motiva a Independência do Brasil em 1822. Muda-se a forma política porque certos traços econômicos subjacentes requerem tais transformações, que se processam mais ou menos lentamente, seguindo os passos das temporalidades próprias da modernização. Assim, as tropas de muares, importantes agentes na compreensão das estruturas urbanas decorrentes, revelam o quanto o uso do território se processa no intercuro das formas sociais e econômicas inerentes à forma espacial.

Existiam variadas técnicas quanto à abertura e execução da manutenção dos caminhos tropeiros, embora elevada fosse a sua dificuldade, devido às precárias condições daqueles períodos. Tais obstáculos tornavam as atividades de transporte dessas cargas muito sujeitas às intempéries de um meio natural que se apresentava extremamente hostil: as altas pluviosidades, os rios caudalosos, as encostas demasiadamente íngremes, a vegetação densa etc., constituíam-se sérios obstáculos ao trânsito seguro dos tropeiros que realizavam o intercâmbio comercial na era pré-ferroviária. Por isso, a partir do século 18 torna-se cada vez mais imperativa a busca de rotas seguras e com intervalos regulares de pousios, campos de pastagem e internada para os homens e animais que realizavam o penoso trabalho de transportar toneladas de mercadorias continente adentro. As técnicas consistiam, basicamente, em evitar os cursos d'água perenes, bem como os charcos e pântanos, caminhando preferencialmente pelos interflúvios, o que conseqüentemente tornava mais longa a jornada dos viajantes, pelos caminhos estreitos, íngremes e sinuosos que penetravam os interiores do território. É interessante é notar que até os dias atuais, muitos desses caminhos sinuosos, embora tivessem sido suplantados por estradas de rodagem, especialmente para o trânsito dos veículos automotores, ainda conservem o traçado característico desse período, como a Avenida Heitor Antônio Eiras Garcia, entre o

---

<sup>123</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 2008, p. 151-152.

Butantã, Rio Pequeno e Raposo Tavares e a Avenida Raimundo Pereira de Guimarães, entre a Lapa, Pirituba, Jaraguá e Perus, a antiga estrada de Campinas.

E os negócios operados pelas tropas eram variados, tanto que grande parte dos dividendos econômicos da elite paulistana entre os séculos 16 e 19 se concentravam, sobretudo, no “comércio, abertura de fazendas em áreas longínquas e controle dos transportes por meio de criação, compra e venda de muares”. Antes da estrada de ferro, as tropas de muares conhecem seu auge, o que talvez tenha encorajado “as atividades empresariais da lavoura açucareira, do café, da introdução de imigrantes estrangeiros”, ou ainda “da construção de estradas de ferro que, a longo prazo, iriam substituir suas funções”, o que de fato ocorreria após 1870. No entanto, não se deve diminuir a importância dessas tropas, posto que elas se constituam como “o antepassado do caminhoneiro e do condutor de ônibus, ou dos proprietários de frotas desses veículos que ligam o Brasil de Sul a Norte”.<sup>124</sup> Trata-se, portanto, de uma atividade que teve seus altos e baixos na dinâmica logística brasileira, mas que nunca deixou de estar sobremaneira presente na fisionomia das cidades e campos do país. A circulação por terra, pela via das rudimentares picadas abertas nas matas dos inícios da colonização, evoluindo para as estradas de rodagem, até chegar às autoestradas contemporâneas, sempre marcou a vida quotidiana do país. E inclusive, como não poderia deixar de ser, marcou a vida quotidiana das terras de Butantã, tanto que estiveram no centro das disputas de terras apresentadas páginas anteriores.

E por que somente a partir do século 18 a atividade tropeira passa a ser tão importante? Sérgio Buarque de Holanda apresenta algumas hipóteses, que nos ajudam a compreender inclusive o sentido da transformação do território rumo à sua transfiguração plena num território produtivo:

- a) Durante o século 17, os cavalos serviam, aparentemente, para marchas breves nos descampados do planalto. As cargas mais pesadas – tanto as mercadorias quanto os próprios senhores – eram carregadas nos ombros indígenas, sobretudo no terrível Caminho do Mar, intransitável para esses animais.
- b) Havia uma escassez de criadores de cavalos na vila piratiningana, quadro que se altera provavelmente a partir de 1730, momento em que os índios tornam-se

---

<sup>124</sup> MESGRAVIS, Laima. **De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial**. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 137.

escassos e os africanos se constituem ainda como mão-de-obra demasiado custosa, servindo muito mais a outras regiões produtivas da colônia.

- c) Ausência de caminhos, em direção ao interior, passíveis de serem trafegados em animais desse porte. Somente a partir de meados do século 18 tal situação começa a se adequar a esse tráfego. Em 1792, por exemplo, é inaugurado a “Calçada do Lorena”, a qual permitiria um trânsito menos dificultoso e mais eficaz entre o Planalto e a Baixada Santista.<sup>125</sup>

Para o autor, ainda, o tropeiro não se apresenta tão-somente como um despontar lógico da evolução temporal das atividades econômicas no território: essa atividade marcaria, também, o alvorecer de uma forma onde a transitoriedade cede lugar à permanência. Não se trata mais de vagar por matos desconhecidos e afirmar a colônia: no século 18, ela já se encontrava realizada. Trata-se de firmar os laços econômicos que unem os pontos dispersos das extensões sertões continente adentro. Sérgio Buarque de Holanda trabalha, ainda, com a hipótese que tenha sido o tropeiro “o sucessor do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro”. O tropeirismo impõe, a seu ver, o cálculo, a consideração dos danos e perdas, a previdência e o gosto pela pecúnia, mais do que pela rapina.<sup>126</sup> A pecúnia exige esse nível de racionalidade, essa previsibilidade, que só poderia ser atingida num momento em que a aventura colonial não se configurara tão aventureira quanto nos dois séculos anteriores.

Continuando o assunto sobre novas formas de racionalidade, muito “bem-vinda” pareceu ter sido a chegada, a Santos em 1765 e a São Paulo no ano seguinte, do fidalgo português *Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão*, o *Morgado de Mateus*, enviado do *Marquês de Pombal* – secretário de Estado do reino português, à época – especialmente para governar a então empobrecida e decadente capitania de São Paulo.<sup>127</sup> Mais do que uma

---

<sup>125</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 2008, p. 126 et seq.

<sup>126</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 2008, pp. 132-133.

<sup>127</sup> “Na primeira década do século 18, a Cidade estava bastante desguarnecida de seus ‘homens bons’ e realmente pobre, pois o pouco ouro aqui chegado ficou nos bolsos de meia dúzia de personagens. O ouro de Minas jamais trouxe abastança coletiva à população, por motivos óbvios: as iniciativas eram pessoais e também grande parte dos aventureiros nunca voltou, sobretudo os solteiros. Vilarejo pobre e abatido com a perda de tantas vidas na guerra dos Emboabas, em 1708. Embate que mostrou a todos, inclusive ao governo central, a definitiva capitulação paulista no domínio dos arraiais mineiros. Minas, diretamente ligada ao Rio pelo Caminho de Garcia Paes, não passava mais pelas terras mamelucas. Foi efetivamente uma espécie de consolo a carta régia de 11 de julho de 1711, elevando a vila bandeirante à condição de cidade, com o título pomposo de capital da Capitania Geral de São Paulo e Minas do Ouro. Mero título honorífico, porque em breve essa capitania não teria mais a sua existência. Título efêmero, para que logo fosse esquecido o sangue escorrido no Capão da Traição, na guerra com os reinóis, pois nove anos depois desse galardão, em 20 de fevereiro de 1720, as Minas Gerais foram separadas de São Paulo, constituindo capitania autônoma. Em 11 de agosto de 1738, o paulista vê constrangido a desanexação dos territórios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sempre ameaçados pelos castelhanos de Buenos Aires. Em 9 de maio de 1748 veio a pá de cal: foram criadas as

simplória compaixão aos destinos da “terra de mamelucos” daquele tempo, tal empreitada promovida pela administração pombalina visava à guarnição territorial contra as constantes ameaças castelhanas de Buenos Aires de anexação dos territórios do sul da colônia.<sup>128</sup> A presença dessa racionalidade própria ao período pombalino, preposto de uma política que começava a enveredar pelas tramas da economia política, indica uma racionalidade própria de uma forma de conceber o mundo que impunha o ritmo da mundialidade de uma lógica cada vez mais baseada no cálculo, numa forma mais racional de administração dos recursos e de território no espaço planaltino. Abrindo parênteses para o século 21, esse acumulado de fatos nos remete aos momentos em que imperam as “reformas” do mundo contemporâneo: política, administrativa, educacional, urbana etc.

Assim, o seu programa de “reformas” recai a uma série de medidas racionalmente planejadas e posteriormente executadas. Uma delas, talvez a principal, era assegurar o domínio português nos territórios conquistados, recrutando homens capazes não só para lutar em eventuais conflitos, no litoral e no sertão, contra os espanhóis vizinhos, mas também para estabelecer postos avançados de defesa do território, como o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi,<sup>129</sup> “nas raias do Paraguai, onde morreram de sezões muitas centenas de recrutados à força”. Outra tarefa posta a cabo foi o agrupamento de famílias que viviam dispersas em áreas rurais, ao fundar novas vilas e freguesias, além de empreender recenseamentos mais ou menos regulares da população, “com o fim primordial de ficar sabendo com quantos homens podia contar”. Além disso, a pequena cidade começa a consolidar suas atribuições, mediante a sistematização e organização de registros públicos, bem como a delimitação de “calçadas, ruas, becos e serventias, fixando-se também os limites da propriedade pública e privada”, determinando que as casas e as ruas tivessem numeração, o que sugeria a cobrança do imposto predial, vital à pobre administração

---

Capitanias independentes de Mato Grosso e Goiás, também desmembradas da capitania paulista e, nesse mesmo dia, São Paulo passa a ser merca comarca do Rio de Janeiro, perdendo o seu próprio governo, vindo a receber ordens do preposto da chefia fluminense, instalado no porto de Santos”. LEMOS, Carlos A. C. **Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais**. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 158.

<sup>128</sup> LEMOS, Carlos A. C. **Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais**. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 164.

<sup>129</sup> Construído entre 1765 e 1770, localizava-se em terras do atual município de Paranhos (MS), fronteira com o Paraguai. Fora destruído com as diversas incursões indígenas e castelhanas, por volta de 1777 e, atualmente, não existem sequer suas ruínas no local assinalado.



pública daqueles tempos; nesse ínterim, o Estado se punha, cada vez mais, como o elemento “neutro”, “impessoal”, um administrador do novo espaço urbano.<sup>130</sup>

Este novo espaço urbano começara a tomar algumas feições que consolidariam, um século e meio mais tarde, os vetores principais de crescimento da cidade de São Paulo, interpostos, sobretudo pelos ancestrais caminhos dos bandeirantes, monçoneiros e tropeiros. No entanto, cabe considerar que o período entre a chegada do Morgado de Mateus à província paulista (1765) e a independência do Brasil (1822), a vila de São Paulo havia conhecido algumas mudanças importantes, mas ainda não abandonara seus traços de *comunidade*, conforme a tese de Morse (1970).

Cerca de 1820, uma viajante que, se aproximasse da cidade por [qualquer] uma [das] estradas [que lhe davam acesso], poderia vê-la à distância, aglomerada no topo da colina. Apresentava uma aparência *agradável*, com a silhueta de suas igrejas modestas e as paredes simples, brancas, às vezes rosa ou creme, de seus sobrados. A planície, ao redor, era embelezada por trechos de mato, por campos onde havia uma ou outra palmeira ou araucária, e bonitas *chácaras*, cujos donos desafiavam o solo pobre com pomares e jardins. Mais de uma vez o viajante sentir-se-ia sufocar em poeira das *tropas de carga*. Ao longo do Tamanduateí, que serpenteava pelo sopé da cidade até encontrar o Anhangabaú, veria escravas debruçadas lavando roupa e, aproximando-se, ouviria suas canções guturais e suas risadas.<sup>131</sup>

Mais uma vez, reiteramos a organização espacial dessa cidade tão distante dos dias atuais, que ao mesmo tempo nos revela o quanto sua organização esteve intimamente ligada à ocupação do território no período colonial e sua integração via rotas comerciais no fim deste e início do período imperial. O croqui a seguir demonstra os principais caminhos sedimentados em São Paulo, desde sua fundação até 1860, época da implantação das primeiras ferrovias, baseando-se em Morse:<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> LEMOS, Carlos A. C. **Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais**. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, pp. 164-165.

<sup>131</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 43.

<sup>132</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 42.

**Figura 1.1. Rotas de dispersão de São Paulo, consolidadas entre 1560 e 1860.**



As ferrovias, embora tivessem alterado significativamente a fisionomia da cidade, bem como sua inserção no território, *grosso modo* transpuseram os caminhos já abertos no bandeirantismo e pelos monçoneiros e tropeiros que sobrepujaram suas rotas sobre as rotas precedentes. No geral, desde os tempos coloniais, foram essas cinco rotas as que se consolidaram como as principais rotas de acesso à cidade e sua ligação com o interior do continente.

No entanto, há que se assinalar a precariedade desses caminhos terrestres. Grande parte deles não possuía calçamento, a despeito do trecho serrano da estrada São Paulo – Santos, que desde o final do século 18, com a abertura e pavimentação da Calçada do Lorena encurta o trajeto e o tempo de viagem, facilitando o trânsito das tropas até o porto de Santos.<sup>133</sup> Afora esses trechos sobremaneira privilegiados, os outros eram tão precários que chegavam a ponto de impedirem o trânsito de carros puxados pelos animais; serviam tão-somente a trânsito de animais em fileiras, perfazendo longos e penosos caminhos entre o

<sup>133</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 27.

planalto e os sertões. No entanto, a despeito dessas dificuldades de locomoção, que não eram poucas, a atividade agrícola de exportação, vigente no interior da província, não obteve grandes impedimentos, já que “o uso das estradas que cortam os arredores paulistanos era intenso e aumentava à medida que crescia a cidade de São Paulo”, principalmente no século 19, “e se desenvolvia a agricultura comercial de exportação no interior da província”. Ainda, segundo Langenbuch, mesmo com os melhoramentos que algumas estradas tenham conhecido durante o século 19 (eliminação de rampas íngremes e de curvas desnecessárias, por exemplo) os caminhos vez ou outra pareciam ter um caráter temporário, havendo por vezes duas estradas paralelas estabelecendo a mesma ligação regional, trilhando, sobretudo, caminhos diferentes: um de construção mais recente do que o outro, o que tendia a lhe capturar o tráfego.<sup>134</sup> Para Itu, por exemplo, havia duas estradas: a tradicional passando entre a atual ferrovia Sorocabana e a rodovia Raposo Tavares, seguindo depois pelo Itaqui e a oeste de Araçariguama e a outra se entroncando na estrada São Paulo-Jundiaí, seguindo por Parnaíba e Pirapora.

No entanto, não se trata apenas de contingências postas na própria dinâmica do tráfego das tropas. Havia também, em curso, uma acirrada disputa no controle das terras lindeiras a esses caminhos, que por vezes determinava o desvio de uma rota já construída e consolidada. Os registros das “Cartas de Datas de Terra” referentes ao período entre 1835 e 1860 transparecem essa tensão, intrínseca ao íntimo da propriedade privada e suas marcas primazes na constituição do território.

*Marciano Gomes de Andrade*, aquele mesmo que adquirira terras do sítio Butantan em 1836, parecia querer expandir seus domínios às terras confinantes ao seu sítio, fazendo fechar caminhos e terras de servidão pública para aumentar suas terras. Em 18 de maio de 1835, um ano antes de ter registrado seu título de propriedade do sítio Butantã, fora denunciado à Câmara Municipal por este intento. Recordemos que grande parte das terras confinantes a este sítio, sobretudo entre “Perajussara e Jaguarahé”, se prestavam ao serviço das “tropas e cavalhadas que vem do Sul e que tem de passar por esta cidade”, onde elas pousavam “dando sal e demorando-se o tempo necessario para descansar, tendo ali havido envernadas”.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, pp. 29-30.

<sup>135</sup> SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras**, v. 15, 1938, p. 52, conforme citado páginas atrás.

Naquele tempo, havia muitos requerimentos à Câmara para que se fizessem os cercamentos dessas terras, o que nem sempre era atendido. Além de Marciano Gomes de Andrade, havia *Francisco de Castro do Canto e Mello*, que parecia ser outro grande “proprietário” de terras da região e que também havia sido condenado por mandar fechar ilegalmente as terras da Fazenda Nacional. Ainda, de acordo com o mesmo documento citado, as terras do “citio do Botantan” teriam sido adquiridas por este de “mulheres antigas” que haviam arrematado o sítio em praça pública, certamente se referindo às sobrinhas de Bárbara do Espírito Santo, processo já apontado algumas páginas atrás. Tais mulheres, de acordo com o mesmo documento, “foram emduzidas a chamar seu todas as terras de Perujucará e Jaguarahé em questão, e principiarão a vender”.<sup>136</sup> Ou seja, desde os tempos das “mulheres antigas”, grassava a grilagem de terras nas terras do além-Pinheiros.

A Câmara Municipal, reunida em 11 de novembro de 1837, recebia um requerimento do Juiz da Vila de São Roque, desejando informações a respeito da servidão pública dos terrenos por onde passavam a estrada de Sorocaba no trecho paulistano, pois as terras estariam sendo “trancadas” por Marciano Gomes de Andrade. Em 24 de março de 1838, a mesma Câmara recebe requerimento de Francisco Rodrigues Cezar, “pedindo providencias q. estorvem os actos possessorios, q. faz Marciano Gomes de Andre. em campos de servidão Pública entre Pirajossara, e Jaguarahé”.<sup>137</sup> Em 28 de setembro do mesmo ano, quase um ano depois do requerimento do Juiz de São Roque, a ainda Câmara discute o caso:

Diz Francisco Roiz. Cezar q. pr. ordem de Marciano Gomes de Andrade, se estão feichando com vallos os campos no lugar denominado – João Vieira e com esses vallos se impede a servidão publica de hum caminho, ou desvio, q. sahindo da estrada geral que vem da Cutia segue pela chapada com huma pequena volta, cahindo depois na mesma estrada. Este caminho hé de grande utilidade não só aos moradores desse Munissipio, como ainda aos de outros Munissípios, prencipalmente. a aquelles q. tem carros, como se passa a mostrar. Sendo os campos communs e reallengos, e offerecendo a estrada geral em o lugar chamado Piri-piri grande deficuldade a passagem de carros pr. cauza de dous ellevados Morros, hum a desser. e outro assubir,<sup>138</sup> mto.

---

<sup>136</sup> SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras**, v. 15, 1938, p. 52.

<sup>137</sup> SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras**, v. 15, 1938, p. 56.

<sup>138</sup> Provavelmente se refere ao atual trecho da Rodovia Raposo Tavares, entre os kms 13 e 14,5, onde ainda hoje existe uma passagem com essas características morfológicas.

principalmente quando ha temporal q. se arruinam a passagem, pois ate os mesmos troupeiros largam da estrada e seguem pella volta q. he mui pequena, e sem algum morro aos menos, e isto desde longo tempo, sendo pr. ahi q. transitão não só os carros particulares como ainda aquelles q. conduzirão as maquinas e instrumentos pa. a Fabrica de Ferro de Ypanema; acressendo ser tal sua nessecidade q. o mesmo Marciano estando emcumbido da factura da Ponte dos Pinheiros, foi pr. esse caminho, q. passavão os carros q. conduzirão as madeiras percizas, e isto há pouco tempo.<sup>139</sup>

Nota-se o quanto os imperativos da acumulação primitiva se coloca nos termos de acumulação de patrimônio. A Câmara Municipal aparentemente se colocava numa posição de refém desses proprietários de terras, já que seus rendimentos advinham de suas atividades econômicas e dos favores que tais proprietários prestavam à coletividade (por exemplo, a feitura da Ponte dos Pinheiros, de dificultosa execução e manutenção naqueles tempos), que ao final das contas acabava por beneficiá-los. Tanto que exigiam os dividendos desses serviços, impondo seus fechamentos e valores e, muitas vezes, formas de negociação de terrenos. O toma-lá-dá-cá do mundo da mercadoria, e sua interface no campo político parecem constituir o espaço urbano paulistano desde seus princípios. A esses proprietários de terras, era imperioso angariar fundos do constante tráfego de tropas: alugar ranchos de inverno para os tropeiros e pastos para os animais, cobrar pedágios etc., embora tais atividades não estejam claramente indicadas nesses documentos originais que ora analisamos, já que o foco desses documentos está no trato jurídico da ocupação de terras pertencentes à Fazenda Nacional.

Os arredores paulistanos, grandes tributários das mercadorias que circulavam pelas rotas do entorno da vila de São Paulo, evoluíram no trato político-administrativo, durante o século 19, da seguinte forma:

**Tabela 1.1. Quadro político-administrativo das localidades no entorno de São Paulo (1830)**

Cidade	Vilas	Freguesias	Capelas Curadas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• São Paulo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jundiáí</li> <li>• Mogi das Cruzes</li> <li>• Parnaíba</li> <li>• Santo Amaro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceição</li> <li>• Cotia</li> <li>• Juqueri</li> <li>• Nossa Senhora do Ó</li> <li>• Penha</li> <li>• São Bernardo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Itapeperica</li> <li>• Itaquaquecetuba</li> <li>• M'Boy</li> </ul>

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo**, 1923 [1836], pp. 120-121. Apud. LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 42.

<sup>139</sup> SÃO PAULO (Município). **Cartas de Datas de Terras**, v. 15, 1938, p. 56-57.

**Tabela 1.2. Quadro político-administrativo das localidades no entorno de São Paulo (1870)**

Cidade	Vilas	Freguesias	Localidades sem predicamento oficial
<ul style="list-style-type: none"> <li>• São Paulo</li> <li>• Jundiá</li> <li>• Mogi das Cruzes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cotia</li> <li>• Parnaíba</li> <li>• Santo Amaro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceição de Guarulhos</li> <li>• Juqueri</li> <li>• Nossa Senhora do Ó</li> <li>• Penha de França</li> <li>• São Bernardo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bethlem (bairro)</li> <li>• Bom Sucesso (bairro)</li> <li>• Carapicuíba (arraial)</li> <li>• Ipiranga (bairro)</li> <li>• Itaqui (bairro)</li> <li>• Maranhão (bairro)</li> <li>• Marco da Meia Léguas (bairro)</li> <li>• “M’Boy” (povoação)</li> <li>• Moóca (bairro)</li> <li>• Pari (bairro)</li> <li>• Pinheiros (arraial)</li> <li>• Rio Grande (bairro ou arraial)</li> <li>• Santa Cruz do Taboão (bairro)</li> <li>• São Lourenço (bairro povoado)</li> <li>• São Miguel (arraial)</li> <li>• Várzea Grande (bairro)</li> </ul>

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos Históricos...**, 1952 [1874], passim. Apud. LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 43.

Nestes quadros, o que se observa é que a evolução político-administrativa dos arredores de São Paulo se dá segundo as transformações funcionais referentes à própria cidade, no período antecessor das estradas de ferro. Ainda assim, verifica-se que, embora esses arredores tenham conhecido maior autonomia administrativa no período assinalado, isso não significou uma pujança econômica de fato nesses arredores imediatos. Verifica-se que, durante todo o século 19, e mais acentuadamente após a implantação das ferrovias, o crescimento da cidade de São Paulo captura o desenvolvimento dos núcleos povoados em seus arredores mais imediatos, denotando uma contínua decadência econômica desses centros. A expansão das fronteiras agropecuárias no interior da província, primeiramente com o cultivo da cana-de-açúcar e posteriormente com o cultivo do café, despovoam esses arredores, como a cidade de Parnaíba, que em 1820 era descrita como uma cidade em que “seus habitantes não cresciam há vinte anos e iam povoar as novas vilas de São Carlos (Campinas) e Piracicaba”.<sup>140</sup>

<sup>140</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 61.

De acordo com o mesmo autor, verifica-se claramente a composição de dois cinturões ocupacionais concêntricos à cidade de São Paulo nos seus arredores, até 1870:

- O cinturão das *chácaras*, que coincidem, em parte, com a área daqueles terrenos confiscados dos jesuítas, arrematados nas sessões de Hastas Públicas do final do século 18 e base posterior de expansão física da cidade, a partir de 1880. Constituíam, em grande parte, em terrenos pertencentes aos altos estratos da população daquele tempo, que receberiam elevados dividendos com os futuros loteamentos urbanos. Verifica-se que o cinturão de chácaras, responsável pelo cultivo de alguns gêneros alimentícios com certa rentabilidade (o chá, por exemplo, cultivado nos campos de José Arouche de Toledo Rendon na década de 1820 e 1830, atividade econômica mais rentável nesse cinturão), estava organizado *a partir* da cidade e *para* a dinâmica da cidade.
- O cinturão *caipira*, circundando as chácaras e abrangendo áreas mais distantes do núcleo central. Compreendem, grosso modo, as vilas, freguesias e capelas curadas submetidas à cidade de São Paulo, conforme apresentado nas tabelas acima. Caracterizavam-se, sobretudo, como áreas de produção agrícola extrativa e artesanal, compreendendo funções voltadas para essa população. Obtiveram certa pujança econômica quando da implantação da rede de estradas e caminhos a serem trilhadas pelas tropas e cavalhadas em meados do século 18, mas que começaram a entrar em certa decadência a partir da ocupação de terras mais férteis em áreas interioranas. Essa decadência econômica, inclusive, marcaria profundamente algumas localidades como a cidade de Cotia, que só começaria a ter novo dinamismo econômico significativo a partir da chegada dos imigrantes japoneses, em 1913 e, a partir de 1970, com a implantação de inúmeras indústrias no eixo da Rodovia Raposo Tavares, induzindo a espraiamento da metrópole via abertura de loteamentos urbanos nesse eixo.<sup>141</sup>

As terras de Butantã, nesse período, estavam localizadas na interface entre esses dois cinturões, havendo os conflitos fundiários decorrentes dessa posição no contexto da cidade e o interior da província. Essas terras ainda passariam um longo período até serem

---

<sup>141</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 76.

francamente incluídas na expansão física urbana, que se processa profundamente a partir de 1950 nas áreas de “além-Pinheiros”.

Ainda sobre a cidade de São Paulo, cabem algumas considerações sobre o que se processa no século 19, nos termos das ideias. Morse destaca que entre 1830 e 1840 houve um marcado período de *Indecisão*, dentro de um contexto em que a independência do Brasil colocava a cidade numa posição indefinida quanto ao destino que teria em relação ao restante do país que acabara de despontar como independente. O período entre 1850 e 1860, visto como a época do *Romantismo*, parecia ter conferido uma tensão, consciência, senso de urgência e, em sentido amplo, uma “personalidade”. Naquele tempo, “a Academia<sup>142</sup> deitara raízes e começava a prosperar”. A centralidade das atividades dos estudantes no terreno da literatura, do jornalismo e do teatro, numa cidade que ainda tomada como “sonolenta” e “tediosa”, cativa dos ritmos coloniais, parecia estar consolidada e compartilhar com a cidade que já compartilhava com esses estudantes as suas energias. “Seu Romantismo cultivado dava a São Paulo uma imagem de si própria onde se intercalavam aos característicos regionais e tradicionais, os cosmopolitas”.<sup>143</sup> Esse cosmopolitismo, ainda uma novidade paulistana na década de 1860, parecia ganhar corpo na medida em que a fronteira do café avançava em direção à cidade.

A marcha do café, iniciada por volta de 1800 nas áreas serranas do Rio de Janeiro, lentamente avançava pelo Vale do Paraíba e chegava aos arredores paulistanos por volta de 1850. As áreas adjacentes à cidade, no entanto, não eram próprias ao cultivo da rubiácea, devido à atestada infertilidade dessas terras, muito mais utilizados por oleiros do que propriamente por agricultores: constituíam o chamado “cordão sanitário”.<sup>144</sup> No entanto, passado esse *cordão*, requerem-se as ricas terras das planícies acolinadas de solos basálticos ao norte da província de São Paulo. A partir daí, as transformações dessas áreas seriam tão intensas que o historiador Eurípedes Simões de Paula as vê como a “segunda fundação” de São Paulo.<sup>145</sup> Esses solos, áreas de uma fronteira, novamente repõem o sentido da alteridade conforme discutimos em áreas anteriores. Agora, a fronteira econômica se consolida nas áreas mais interiorianas, sobretudo na região norte da província paulista, por volta de 1850:

---

<sup>142</sup> Referindo à Academia de Direito do Largo São Francisco, atualmente pertencente à Universidade de São Paulo.

<sup>143</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 146.

<sup>144</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, pp. 158-159.

<sup>145</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. A segunda fundação de São Paulo. In: **Revista de História**. São Paulo, n° 17, p. 167-168, 1951. Apud MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 227.



a produção cafeeira, altamente lucrativa e com um crescente mercado no campo internacional, sedimenta-se na principal atividade econômica do país, a partir de então, transformando profundamente a cidade de São Paulo, tributária dessa pujança econômica vinda do interior.

O Vale do Paraíba, então decadente com a marcha do café se deslocando cada vez mais a oeste, é apontado como aristocrático, baronal e escravocrata, o que parecia não ocorrer dessa mesma forma nas novas zonas de exploração agrícola nas fronteiras a noroeste da província de São Paulo.<sup>146</sup> A partir da atividade cafeeira, cidades foram nascendo e crescendo nesse bravo sertão, levas de imigrantes estrangeiros embarcavam nos portos e subiam ao planalto e ao vasto interior por intermédio das estradas de ferro que começaram a funcionar a partir de fevereiro de 1867, com a inauguração dos 139 quilômetros da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, possibilitando uma ligação mais rápida e mais segura entre o planalto e o litoral.

Retomando nossa discussão a respeito dos caminhos e das fronteiras abertas a partir desses caminhos, verificamos o quanto a implantação das estradas de ferro vieram a dismantelar as atividades e estabelecimentos necessários à reprodução da atividade tropeira: criação de muares, venda e aluguel dos mesmos, aparelhamento de tropas em animais, condutores (tropeiros) e gêneros, pousios e ranchos de pastagem e internada etc. Muitos dos arredores imediatos à cidade, que já conheciam franca decadência econômica desde meados do século 19 pelo deslocamento das atividades econômicas voltadas para o núcleo central paulistano ao interior, se veriam, desde a implantação das estradas de ferro, ainda mais prejudicadas.<sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 161. No entanto, como se verá no Capítulo 3, tais fazendeiros do Oeste Paulista só “acataram” a Abolição da Escravatura em datas muito próximas de 1888.

<sup>147</sup> “O crescimento que caracterizou São Paulo na segunda metade do século 19, praticamente nenhuma importância teve para os velhos núcleos dos arredores, e mesmo para outros, mais recentes. Mesmo nas primeiras décadas deste século [século 20], visitar tais núcleos (Itapecerica ou Embu, Carapicuíba ou Santo Amaro, São Miguel ou Itaquaquecetuba, São Bernardo ou Parnaíba, Juquitiba ou Lajeado, além de muitos outros) era ingressar no passado, penetrar em um mundo que estagnara em muitos aspectos. Os arredores de São Paulo, com seus solos não necessariamente férteis, normalmente esgotados por quase quatro séculos de exploração predatória na base de culturas de roças, não atraindo culturas comerciais e praticamente desconhecendo renovação do seu efetivo demográfico, basicamente caboclo, acabaram por emergir como um conjunto das mais típicas *áreas caipiras* do Estado. Enquanto o núcleo paulistano crescia em função das repercussões da riqueza agrícola da retroterra, seus arredores definiam-se como *sertões* – a exemplo de Santo Amaro, Itapecerica ou Santa Isabel – enquadrados em irregular *cinturão caipira* envolvendo São Paulo. O cinturão caipira dos arredores de São Paulo, com seus campos de barba de bode, suas roças de milho, seus carros de boi e seus monjolos, sua população cabocla, seus núcleos modorrentos, constituía-se em um espaço à disposição das necessidades de expansão do aglomerado paulistano, de seu espaço urbano assim como de seus complementos periféricos, a exemplo das áreas hortigranjeiras definidas mais recentemente”. PETRONE, Pasquale. Na Baixada Santista: a porta e o porto do planalto. **Folha de São Paulo**, Suplemento Especial. Grande São Paulo: o desafio do ano 2000, Caderno 2, 17 a 23 set. 1967, p. 111.

As vilas de Parnaíba, Cotia e Itapeperica da Serra, pontos de pousio de tropas, não foram incorporadas à trama ferroviária inter-regional, pois, de um modo geral, as ferrovias não seguiram as antigas rotas dos tropeiros. As condições técnicas de construção e uso dessas estradas de ferro requeriam as várzeas dos rios e as áreas mais planas, como podemos verificar em seus traçados originais, que até hoje perseguem as várzeas do rio Tamanduateí e Tietê, vez ou outra transpondo as áreas dos dobramentos antigos (Serra do Mar e Serra da Cantareira). No mais, as ferrovias não acompanham os interflúvios e as localidades onde o casario já era mais denso, como as rotas e as localidades de pousio de tropas, exatamente porque evitariam as rampas de largo declive e as curvaturas de curto raio, podendo assim conferir maior velocidade às composições. Desse modo, o Butantã e seus arredores não seriam tomados pela crescente mancha urbanizada que começara a espriar seus limites da colina histórica desde meados do século 19, avançando decididamente sobre a direção leste-oeste, acompanhando mais ou menos o traçado das ferrovias Sorocabana e Central do Brasil e para o Sul e Sudeste, acompanhando o caminho de Santo Amaro. Assim, até a década de 1950, momento em que a questão rodoviária toma um grande acento, a cidade que se transformava em metrópole mantinha uma “profusão de pequenos vilarejos de modestas dimensões e de aspecto vetusto”,<sup>148</sup> em seus arredores imediatos, pouco interessantes à reprodução dos grandes lucros que revolucionaram a cidade de São Paulo do final do século 19 e início do século passado. Naquele momento, já havia uma intensa circulação de bondes na área central da cidade, pois o sistema de trólebus urbanos havia sido implantado em 1872, demonstrando que a cidade abandonava de uma vez por todas seu caráter colonial e apresentava cada vez mais uma feição modernizante, rumo à condição metropolitana que se consolidaria a partir da década de 1940.

Shozo Motomaya faz uma instigante indagação: como teria sido possível a vertiginosa expansão da rede ferroviária no território paulista se a Província não dispunha de recursos humanos – mormente engenheiros – para a tarefa de construção? Não foi difícil responder a essa questão: recorrendo a técnicos *estrangeiros*. Inclusive, no caso da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, operada pela empresa anglo-brasileira *The São Paulo Railway Company*, para o estudo do trecho Santos-Jundiaí,

[...] contratou-se os engenheiros ingleses Robert Milligan e D’Ordon, constando com a colaboração de James Brunless, presidente do Instituto de

---

<sup>148</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 101.

Engenheiros Civis de Londres. A elaboração do projeto final deveu-se a Daniel Mackinson Fox, que realizou também os estudos sobre a ligação entre Jundiaí e Campinas, da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, inaugurada em 1872. *Nesse período inicial, do ponto de vista tecnológico, a participação de brasileiros foi pequena.* Quase sem escolas de engenharia, a não ser uma no Rio de Janeiro e outra em Ouro Preto, pouco se poderia esperar deles. Contudo, contribuíram de modo marcante nos trabalhos de reconhecimento de terreno e de levantamento das possibilidades de traçado, aproveitando a prática já existente em topografia e geodésia. Isso porque, na época, praticamente a totalidade de brasileiros envolvidos eram engenheiros militares com qualificação apenas nesse tipo de atividades.<sup>149</sup>

Assim, percebemos o quanto a modernização de São Paulo passava, necessariamente, pelos capitais estrangeiros, num período em que o capitalismo mundial passava por consideráveis transformações, operadas pela Segunda Revolução Industrial. As tropas de muares não eram mais suficientes para o trânsito de mercadorias entre o litoral, o planalto e o interior. Necessariamente, a forma valor, ao se realizar territorialmente, prescinde de contínuos rearranjos espaciais, que engendram novas formas, sempre repondo os pressupostos do valor. Uma economia se realizando nos termos da constituição de uma tessitura social onde se complexificam seus termos, no sentido em que os domínios da economia e da política enredam suas contradições recíprocas. A escassez de escolas de engenharia e a ausência de universidades no Brasil até o início do século 20 simboliza o quanto essas contradições entre as forças produtivas e a produção propriamente dita se processou no país. Um lugar onde imperava o sentido colonial, na mais dura forma da *rapinagem* dos “recursos naturais” e da força trabalhadora, só poderia encerrar o crítico da impossibilidade de se constituir, autonomamente, uma produção técnica e científica capaz de colocar o Brasil nos ventos das revoluções industriais. Há que se considerar que tal relação de forças entre a metrópole e a colônia é um pressuposto da divisão internacional do trabalho, que nada mais é do que a mundialização do valor. Em uma formação social baseada no escravismo e no colonialismo, essa rapinagem – que pode ser lida como rentista, patrimonialista etc. – se constitui na forma dominante, desde os tempos coloniais, como forma necessária da valorização do valor.

\* \* \*

---

<sup>149</sup> MOTOYAMA, Shozo. Ciência em São Paulo: um esboço histórico. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 390-391. Grifos nossos.

Para encerrarmos essa longa digressão do Butantã se constituindo numa rota de bandeirantes, monçoneiros e tropeiros, entre os séculos 16 e 19, configurando uma centralidade nesses roteiros, e, ao mesmo tempo, as teias jurídico-institucionais quanto ao trato fundiário dessas terras, consideremos seus desdobramentos lógicos. O território da cidade e da província de São Paulo, adquirindo cada vez mais as feições decorrentes da modernização interposta à Segunda Revolução Industrial, conhece uma significativa dinamização econômica quando se processa a intensificação das atividades agropecuárias no interior da província; assim, quantidade se transpõe em qualidade, as tropas de muares não eram mais suficientes no traslado das mercadorias que iam e vinham pelos precários caminhos de terra abertos no meio das matas. Por isso, a necessidade em se conseguir meios de transporte mais eficientes, que pudessem trasladar maior quantidade de mercadorias, comprimindo seu tempo de circulação, eliminando as barreiras espaciais: daí, surgem as estradas de ferro, pensadas por brasileiros, mas projetadas e implantadas pelos ingleses.

Tal movimento reporta à discussão a propósito do Direito, surgindo exatamente como nodal lógico de tratamento das questões decorrentes dessa sociabilidade interveniente. No tocante às terras, todo o conflito retratado aqui remete exatamente às formas de regulamentação da propriedade, no sentido em que as terras já se constituíam, desde as concessões de sesmarias, enquanto reserva de valor, enquanto território economizado. Tanto que, as querelas jurídicas envolvendo os proprietários (ou nem tão proprietários assim) das terras de Butantã, a Câmara Municipal e a Fazenda Nacional revelam a tensão advinda das formas territoriais de realização desse valor. A simples posse não resolvia, de pronto, a questão fundiária, era preciso que se resguardasse, no campo do Direito, a legitimidade do domínio. E também como forma de preservar os caminhos e os domínios comuns, vitais à atividade tropeira.

Atravessar rios constitui um sério problema nesse sentido, pois a construção de pontes e o uso de portos que se sucedem ao caminho de Pinheiros e Butantã “evidenciam o fato de que este percurso não se colocava mais como suficientemente suportável diante de uma dinâmica em que a volta e a espera de se realizar a travessia por aí”.<sup>150</sup> O tempo constitui-se num precioso elemento da produção, e as condições para tal travessia devem ser asseguradas.

---

<sup>150</sup> ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade...**, 2004, p. 151.

O rio Pinheiros, conhecido durante séculos pela sua população ribeirinha como rio Grande, Geribatiba ou Jurubatuba,<sup>151</sup> sem grande profundidade, de leito caudaloso e originalmente com uma grande planície aluvial, passível de intensas cheias nos períodos de maior pluviosidade, durante muito tempo se constituiu numa barreira a essa livre circulação de pessoas e mercadorias. E justamente um dos caminhos mais utilizados (até os dias atuais) de São Paulo atravessa esse rio, impróprio à navegação antes de sua retificação, na década de 1940. Para que se acesse aos campos de Butantã, para onde convergiam os importantes caminhos de Sorocaba e Itu, desde o século 17 se tem notícias da necessidade de se construir e se reconstruir a “ponte do Botatan”.<sup>152</sup>

Em novembro de 1632, consta que a edilidade tenha ordenado que os moradores fizessem a ponte dos Pinheiros. Alguns anos depois, em setembro de 1660, Domingos Coutinho, “homem bom” do povo, condoendo-se com as queixas constantes dos que atravessavam o rio Grande e padeciam da falta de ponte, requer que os índios aldeados deem início às obras, ao que a Câmara ordena a vinda dos índios de Barueri, São Miguel, Guarulhos e Pinheiros. Em agosto de 1686, um Procurador do Conselho declara que é “serviço de Deus e bem comum do povo” obrigar moradores a acudir na feitura da “ponte do Pinheiros e dos atterados”. No ano seguinte, em janeiro, Tomé de Ataíde e Oliveira, ouvidor geral da vila de São Paulo, da provimento à feitura da ponte, cotizando os moradores de Parnaíba, Itu, Sorocaba e os moradores dos bairros cujos caminhos confluíssem àquela ponte.

Desse momento até 1865, quando Joaquim Floriano de Toledo anuncia a construção da ponte metálica sobre o rio Pinheiros, realizada por João Reinfrank e cujos trabalhos examinados pelo engenheiro Ernesto Diniz Street (fiscal da estrada de ferro), Antônio Amaral<sup>153</sup> mostra uma impressionante sequência de construções e destruições da referida ponte do rio Pinheiros. Essas pontes e os aterrados, de qualidade técnica muito rudimentar,

---

<sup>151</sup> AMARAL, Antônio Barreto do. **Pinheiros**, 1985, p. 31.

<sup>152</sup> “Em 9 de junho de 1635, em vereança, estando presentes os officiaes da Camara, a este ‘pelo procurador, foi dito que lhes requeria mandassem faser a ponte do botatan’. [...] Para a construção questionada vinha-se afixando ‘quarteis’, isto é, editaes, desde 30 de Julho de 1632. Em 8 de Outubro de 1633, o ouvidor geral determinava que os moradores de Parnaíba ‘fasão e ajudem a ponte do botatã’, com pena de pagar dez cruzados de multa ‘aquele que não acudir com sua gente’. Nas vereanças lê-se ‘fazer a ponte’, não obstante, parece que o certo devia ser ‘concertar a ponte’, pois, em 28 de Maio de 1638, o procurador ‘requeria mandassem fazer os caminhos e serventias e pontes desta vila pera as fasendas, em especial a ponte de botatam, por estar desmanchada’. Emfim, em 30 de Julho de 1638, não estava ainda prompta, ou antes, reconstruida, o que naturalmente traria grandes danos aos moradores daquellas cercanias e, principalmente, aos que vinham do sertão, por aquella velha e historica entrada da cidade.” PONTE do Butantã. **O Estado de São Paulo**, 9 jun. 1939, p. 9.

<sup>153</sup> AMARAL, Antônio Barreto do. **Pinheiros**, 1985, pp. 31-52.

feitas de madeira por vezes de qualidade duvidosa, duravam no máximo cinco anos, destruídas tanto pelas intempéries e cheias do rio Pinheiros quanto pela travessia constante das tropas de muares, que a sobrecarregava constantemente; tanto que, a partir de 11 de fevereiro de 1764 ficou proibida a passagem de tropas de cavalos, mulas e boiadas pela ponte, sob pena de multa de 6\$000, trinta dias de cadeia e obrigatoriedade de se refazer a ponte. De um modo geral, ora os moradores eram instados a ajudarem na reforma ou reconstrução da ponte, ora certos profissionais eram pagos pela edilidade pelo material e os trabalhos necessários. Ao que parece, no entanto, tal proibição não deve ter tido respaldo, já que em novembro de 1779 ela fora reeditada.

Numa irresistível semelhança com os dias atuais, a Câmara de São Paulo nem sempre assumia, sozinha, os custos pelas obras; por vezes, cobravam as vilas vizinhas cujos caminhos necessariamente confluíam à ponte, que nem sempre pagavam o débito a contento. Inclusive, até mesmo os arrendatários e proprietários das terras que davam para a ponte eram contratados para executar os serviços, inclusive cotizando entre eles todo o material e a execução das obras. Em 3 de junho de 1829, por exemplo, *Marciano Gomes de Andrade* comparece à Câmara Municipal de São Paulo informando que *Francisco de Castro Canto e Mello*, doador da madeira necessária à reconstrução da ponte, já a havia entregue e esperava tão-somente o fornecimento dos pregos, que estariam a cargo da Câmara Municipal; ainda em 1834, Marciano de Andrade recebera pagamento pela nova feitura da ponte. Tais personagens, envolvidos nas questões fundiárias das terras de Butantã nas décadas de 1830 e 1840, pareciam ser requisitados nos momentos em que a própria edilidade se encontrava em situação financeira mais frágil, conforme se verifica em vários momentos desse longo período de 180 anos de construção e reconstrução da ponte do Butantã.

Da mesma forma, o caminho de Pinheiros conhece uma série de construções e reconstruções nesse mesmo íterim, conforme Amaral. Do fim do século 16, quando esse caminho era desabitado e seus terrenos confinantes são requeridos por alguns “homens bons” e seus familiares, até meados do século 19, esse caminho também era constantemente acometido pelas intempéries e as cheias dos cursos d’água adjacentes, que arruinavam o caminho e solicitara-lhe constantes reparos. No entanto, não eram apenas esses riscos que os transeuntes da estrada de Pinheiros corriam: escravos negros fugidos roubavam os viajantes, passando a mata-los muitas das vezes, além de invadirem as propriedades, que se achavam distantes umas das outras. De acordo com Amaral, em 1748, a Câmara dirige um mandado a um morador de Pinheiros, José de Sá e Moraes, onde lhe requer angariar outros moradores, armá-los, e “desinfestar” o caminho de Pinheiros, desmantelando quilombos e

matando tais salteadores.<sup>154</sup> Nesse período, “livre dos perigos”, a “população” volta a manifestar interesse pelas terras localizadas à margem desse caminho. No entanto, em 1771 ocorrem registros que haviam tais negros fugidos associados aos outros salteadores.<sup>155</sup>

Aqui, cabe outra ponderação. A escravidão, ela própria uma violência ímpar, só pode produzir uma sociedade absurdamente violenta, onde as formas de opressão por intermédio da equivalência assumem essas formas críticas. As palavras do parágrafo anterior que pusemos entre aspas não foram dessa forma assinaladas no texto de Amaral, o que denota, a nosso ver, que o autor incorre numa *naturalização* dessa ordem escravocrata, onde os *negros fugidos* são naturalmente responsáveis pela violência nas estradas e por outras formas de violência. E a estratégia de combate a esses “salteadores” também não é questionada em seu texto: perseguir os salteadores, bem como aqueles que possuíam a “aparência” destes, destruir quilombos etc. Além disso, interessante é observar no teor de sua escrita a existência da “população livre dos perigos”, que se sentiria menos coagida na busca pelas terras ao longo do caminho dos Pinheiros. Será que os negros fugidos e os salteadores não seriam também a “população”? Essas naturalizações, perigosas, fazem parte de todo um imaginário constituído a respeito do saber histórico em geral; e, no tocante à história de São Paulo, tal naturalização se processa na invisibilidade dos negros e dos caipiras no período posterior a 1850, em vários estudos sobre o tema. Quando aparecem, geralmente estão associados ao crime, à decadência econômica, à pobreza, à exclusão social etc.

Essa ponderação serve de mote para iluminar o caminho que trilhamos nesta tese. A naturalização das relações sociais dentro do modo de produção capitalista induz ao sentido lato do *fetichismo*. A mercadoria assume uma autonomia tal neste modo de produção

---

<sup>154</sup> AMARAL, Antônio Barreto do. **Pinheiros**, 1985, pp. 58-59.

<sup>155</sup> “Preocupação tão presente entre os paulistanos de hoje em dia, a violência possui raízes profundas que remontam aos tempos coloniais, período marcado pela brutalidade do apresamento, pelos castigos bárbaros, pela *vendetta* entre famílias e pela ação frequente de justiceiros. Dentre as preciosidades ainda inéditas do seu vasto acervo, o Arquivo do Estado de São Paulo possui uma polpuda devassa criminal de 1718, referente ao lendário ‘régulo’ Bartolomeu Fernandes de Faria. No final do século XVII e início do XVIII, este paulistano montou um impressionante séquito de capangas de diversas origens, mostrando as cores e os nomes da diversidade da época: o mameluco João Fernandes, Damião Carijó, Manuel Ruivo Bastardo, Pedro Mulato Papudo, Francisco Malhado (este último nascido na África). Mas o maior deles foi José Fernandes [ou José Carijó], que, segundo um de seus delatores, “é um carijó bexigoso maior de cinquenta anos a quem o dito Bartolomeu Fernandes de Faria criou, que o tem servido em todas suas insolências e mortes que tem mandado fazer”. Dessas insolências, destacou-se a ação armada de outubro de 1710, na qual Faria e seu exército particular de duzentos índios, negros e mestiços arrombou os armazéns do sal. [...] Finalmente preso no calabouço da fortaleza da Barra em Santos, o índio José Fernandes deixou registrada pelo menos parte de sua vida de crimes a mando do senhor cujo sobrenome adotara. A história é, contudo, incompleta, interrompida por outra ‘tradição’ regional: havia sobrevivido às bexigas e a inúmeros confrontos armados, porém não resistiu aos maus-tratos da justiça no calabouço.” MONTEIRO, John M. **Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo**. In: PORTA, Paula et al (org.) **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 47.

que as relações sociais são necessariamente mediadas pelo valor e a valorização do valor, puro movimento. E do movimento, do qual não desisto – pelo contrário, reafirmo – posso deduzir que essa naturalização da escravidão e da extrema violência operada contra as populações escravizadas e ex-escravizadas é a naturalização da forma valor. Isso remete à ideologia sanitarista e higienista presente no início do século 20, o que vai motivar, inclusive, um dos eventos considerados mais importantes da “história” do Butantã: a chegada de *Adolfo Lutz* (1855-1940) e o seu então ajudante, *Vital Brazil Mineiro da Campanha* (1865-1950) na cidade de São Paulo e a instalação, em 16 de dezembro de 1899, do Instituto Serumtherápico, na Fazenda Butantã. Um novo tempo se inicia nessas terras, consoante com os novos ventos modernizantes da capital do estado de São Paulo.



## A hinterlândia a ser habitada (1900 – 1950)

Mas, sobretudo o subúrbio, por essa sociabilidade produzida no isolamento relativo, nas dificuldades materiais de comunicação do passado, acabou por constituir um estilo de vida particular, marcado por uma peculiar mentalidade suburbana. O imaginário do subúrbio ainda hoje é um imaginário familístico e rural. Mais do que mudar, o subúrbio permaneceu.<sup>156</sup>

No limiar do século 20, as terras de Butantã, disputadas de forma tão aguerrida no século anterior, ganham uma dimensão que até então sequer esses “proprietários-cercadores” haviam imaginado. O Butantã adquire notoriedade, uma centralidade que ultrapassa a escala urbano-regional daquele período.

Na década de 1890, ápice das imigrações estrangeiras em São Paulo, ocorre um surto epidêmico na Hospedaria dos Imigrantes, que fora identificado por Adolpho Lutz como cólera. Em 1899, corre a notícia de diversos óbitos na cidade de Santos; o que leva o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e o Instituto Bacteriológico a comissionar Vital Brazil a essa cidade; chegando aí, em outubro, instala um rudimentar laboratório num dos quartos do Hospital de Isolamento de Santos, de modo a realizar os trabalhos de identificação e eliminação do surto epidêmico, logo identificado como peste bubônica.<sup>157</sup>

Urgia a preparação de soros contra uma epidemia que se alastrava pela área portuária, um dos maiores entrepostos comerciais daquele período. Dada a dificuldade de se obter o soro antipestoso do Instituto Pasteur parisiense, o governo estadual paulista decidiu instalar um laboratório e começar a produzir tal soro com urgência.<sup>158</sup> *Emílio Ribas* (1862-1925), à época diretor do Serviço Sanitário estadual, parece ter influenciado Adolpho Lutz, Vital Brazil e Oswaldo Cruz (1872-1917) na escolha de um local adequado à instalação desse laboratório, próximo e distante o suficiente do núcleo urbano da capital paulista, devido ao “pavor reinante da terrível moléstia”: o *sítio Butantan*, a nove quilômetros do centro da capital.<sup>159</sup> Adquiridas às pressas aquelas terras pela Fazenda Estadual, instala-se aí o *Instituto Serumtherápico*. Um rancho aberto, ligado a um estábulo onde se fazia a

---

<sup>156</sup> MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**, 2008, p. 124.

<sup>157</sup> VAZ, Eduardo. **Fundamentos da história do Instituto Butantan**, 1949, p. 15.

<sup>158</sup> INSTITUTO BUTANTAN. **100 anos de Butantan**, 2000, p. 12.

<sup>159</sup> VAZ, Eduardo. **Fundamentos da história do Instituto Butantan**, 1949, p. 16.

ordenha, passou a ser o laboratório de produção do requerido soro, em precárias e paupérrimas instalações, nos dizeres do próprio Vital Brazil.<sup>160</sup>

Logo começara a diversificação das atividades do nascente Instituto, que em 23 de fevereiro de 1901, por intermédio do Decreto Estadual nº 878-A, é desvinculado do Instituto Bacteriológico, passando a ser diretamente subordinado à Diretoria do Serviço Sanitário. Vital Brazil, envolvido com a organização dos serviços de higiene e saúde pública desde 1893, quando fora nomeado Inspetor Sanitário pelo governo estadual, clinicava em Botucatu, no interior paulista; naquele tempo, atendia, nas zonas rurais, muitas vítimas de picadas de serpentes venenosas e se consternava com a elevada quantidade de óbitos. Alarmado, percebeu a importância da busca por substâncias que neutralizassem os efeitos desses venenos; nesse sentido, ingressa no Instituto Bacteriológico em 1896, onde recebe o apoio e estímulo de Adolpho Lutz em suas pesquisas.<sup>161</sup>

Adquirindo notoriedade nacional e internacional no decorrer das primeiras décadas do século 20 pelos seus importantes trabalhos, o Instituto expande suas atividades e, em 1918, passa a ser denominado *Instituto Serumtherápico de Butantan*. Em 11 de julho de 1925, o Decreto Estadual nº 3.876 promove uma reorganização do Serviço Sanitário do Estado, tornando os Institutos Serumtherápico de Butantan, Bacteriológico e Vaccinogênico uma única organização, sob a denominação de *Instituto Butantan*.<sup>162</sup> A repercussão dos trabalhos do Instituto sobre as serpentes atraiu o interesse de cientistas e a curiosidade pública, tornando o local “visita obrigatória dos que vêm a São Paulo, e centro de ensino, e mais que isso, logradouro público, tão aprazível é a sua situação”.<sup>163</sup>

Tão aprazíveis se constituíam essas terras que logo em seguida elas foram objeto de intensas disputas no campo jurídico, já nas primeiras décadas do século 20. Tais disputam encarnam o espírito de um tempo em que a cidade, transfigurando no vir-a-ser metropolitano que se consolidaria após a década de 1940. Retomemos o caso do espólio de *Vicente Xavier de Miranda*, alvo de disputas jurídicas cujo desfecho parece ter-se dado no início da década de 1970, momento de publicação do Edital jurídico mencionado páginas atrás. O espólio de *Francisco Rolim Gonçalves*,<sup>164</sup> a parte conflitante no referido edital, requer

---

<sup>160</sup> VAZ, Eduardo. **Fundamentos da história do Instituto Butantan**, 1949, p. 25.

<sup>161</sup> INSTITUTO BUTANTAN. **100 anos de Butantan**, 2000, p. 12.

<sup>162</sup> SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 3.876, de 11 jul. 1925, arts. 58-65.

<sup>163</sup> VAZ, Eduardo. **Fundamentos da história do Instituto Butantan**, 1949, pp. 55-56.

<sup>164</sup> Falecido em 14 de maio de 1964, cf. nota em “O Estado de São Paulo”, 15 maio 1964, p. 29. Seção Anúncios Fúnebres.

a totalidade da herança de *Vicente Xavier de Miranda*, baseando-se num termo de aquisição de terras que o primeiro teria efetivado de *Fernando Pires Domingos*, que, por sua vez, as teria adquirido de uma filha e um filho de Vicente Xavier de Miranda, em 13 de outubro de 1908. Em 24 de janeiro de 1909, lavra-se outra escritura pública no Tabelião do Butantã, onde consta que tais terras teriam 12 alqueires de área (290.400 m<sup>2</sup>), cuja finalidade seria interpor a divisão amigável dessas terras. O mesmo edital, utilizando-se de notável senso de humor a propósito da situação, exclama o seguinte teor:

Em suma, sem estarmos na Presença Divina vemos que o Evangelho de São Mateus se repete: as terras se multiplicam (e como!...) por passe de mágica... – dez metros de frente se transformam em 12 alqueires... De fato adquiridos os direitos desses filhos do falecido Vicente Xavier de Miranda, dona Clementina e João Batista, três meses depois convenceram eles outros dois herdeiros – Pedro da Silva casado com Rita Xavier de Miranda, e Inácio Batista de Andrade, casado com Alexandrina Xavier de Miranda, a fazerem uma divisão amigável, daquilo de que eles haviam comprado uma metade, metade cuja característica era de ter 10 metros de frente para a Estrada de Jaguaré e fundos até um córrego... executa-se a mágica.<sup>165</sup>

A mágica diz respeito à natureza da operação, a qual um terreno de dez metros de frente para a Estrada do Jaguaré (conforme expresso na escritura de outubro de 1908) se transforma em terras de doze alqueires (conforme escritura lavrada três meses depois, em janeiro de 1909), cuja frente recai na Estrada de Sorocaba. Além disso, menciona-se a figura de Francisco Rolim Gonçalves como alguém especializado na compra e revenda de terras, bem como posterior execução de loteamentos dessas; seu espólio buscava, de acordo com os autos jurídicos expressos no edital, abocanhar a fatia dos custos de desapropriação interpostos pela Prefeitura de São Paulo, ao momento de se implantar o aterro sanitário municipal.

Quanto às terras adquiridas pela Fazenda Estadual, para que fossem possíveis as instalações institucionais do Instituto Serumtherapico, após o vazio documental verificado na titularidade das terras do Sítio Butantã entre 1856 e 1899,<sup>166</sup> aparece em cena *Dona*

---

<sup>165</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara..., 27 jul. 1971, p. 61.

<sup>166</sup> PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan. / dez. 1980, p. 134.

*Gertrudes Avelina Jordão de Camargo*; em 11 de setembro de 1899, esta senhora efetiva venda de suas propriedades a *Arnaldo de Oliveira Barreto*, por intermédio de seu procurador Amador Cezar.<sup>167</sup> Dona Gertrudes, então viúva do coronel *Licínio Carneiro de Camargo*,<sup>168</sup> mantinha residência na Comarca da Faxina,<sup>169</sup> local onde residia a esta época, e onde o referido coronel detinha largas propriedades fundiárias.

Dona Gertrudes de Camargo, então proprietária da Fazenda Butantan, detinha também dez das onze partes do chamado “Potreiro Joaquim Antonio ou Pirajussara”,<sup>170</sup> cuja compra havia sido feita da propriedade de *Joaquim Antonio Bonifácio* e sua esposa *Deolinda Maria de Oliveira*; após falecimento de Joaquim Antonio, provavelmente na década de 1880, a propriedade torna-se comum entre Deolinda de Oliveira, detentora da metade das terras do “Potreiro”, e seus sete filhos, detentores da outra metade. Deolinda de Oliveira efetua venda de suas terras ao coronel Licínio de Camargo, conforme escritura pública de 27 de dezembro de 1887; cinco dias antes, quatro filhas de Deolinda de Oliveira e seus respectivos maridos também haviam efetivado venda ao mesmo comprador. Em 14 de julho de 1888, mais dois filhos efetivam venda ao referido coronel Licínio de Camargo, que acaba por deter a quase totalidade das terras do antigo “Potreiro Joaquim Antonio”, com exceção da sétima parte, que estava sob o domínio de Justina Maria (filha de Joaquim Antonio e Deolinda de Oliveira) e seu esposo Manoel de Almeida Torres.

Arnaldo de Oliveira Barreto, declarado ter esposado e se tornado viúvo de Dona Anna Athayde de Andrade (falecida em 18 de agosto de 1897) e, logo depois, de Dona Maria Francisca de Souza Barreto (falecida em 9 de dezembro de 1898), não havendo filhos de nenhum desses dois matrimônios e nem feito inventário na ocasião “por nada possuir em referido estado de viúvo”,<sup>171</sup> efetiva venda do Sítio Butantan à *Fazenda do Estado de São*

---

<sup>167</sup> **Escritura de Compra e Venda, 11 de setembro de 1899.** Apud PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan. / dez. 1980, p. 156.

<sup>168</sup> Falecido em dezembro de 1896, cf. nota em “O Estado de São Paulo”, 12 dez. 1896, p. 3. Seção Anúncios.

<sup>169</sup> Atual município de Itapeva (SP). As terras onde viviam D. Gertrudes e seu falecido marido, o Coronel Licínio Carneiro de Camargo, na Faxina, provavelmente constituíram aquelas que foram desmembradas da Faxina e se transformaram no município de Itararé, cuja emancipação político-administrativa ocorreu em 28 de agosto de 1893.

<sup>170</sup> Limites do Potreiro: “dividindo por um lado com o rio Pirajussara, por outro com terras dos sucessores do coronel Licínio de Camargo, por outro com a estrada velha de Ytú, e por outro com a estrada velha de Sorocaba até dar no rio Pirajuçara.” Conf. SÃO PAULO (Estado). Edital da 2ª vara cível e comercial desta Capital de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 29 out. 1910, p. 3500. Este edital foi publicado outras duas vezes: a primeira no Diário Oficial do Estado de 19 de outubro de 1910, p. 3368, onde consta a data de 27 de dezembro de 1881 e a terceira e última vez na edição de 10 de novembro do mesmo ano, p. 3624, onde consta novamente a data de 27 de dezembro de 1887.

<sup>171</sup> INSTITUTO BUTANTAN, Escritura de Venda e Compra, 1899, apud PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, jan./dez. 1980, pp. 158-160.

*Paulo*, representada pelo seu 1º Procurador Fiscal dr. Luiz Antônio Varella, em 9 de novembro de 1899 e da maior parte do “Potreiro Joaquim Antonio ou Pirajussara” a *João de Oliveira Christe* e sua esposa, dona *Maria Klein Christe*, em 22 de novembro de 1899.<sup>172</sup>

Com o falecimento de Justina Maria e de seu esposo, Manoel de Almeida Torres, o domínio da 7ª parte da metade das terras do antigo Potreiro passam ao domínio dos seis filhos do casal; uma delas, *Amélia de Almeida Torres*, esposada com *Maximiliano Longin*, efetivou venda de metade dessas terras a *Paschoal Gravino*, em 19 de dezembro de 1905, de modo que todos acabaram se tornando condôminos do mesmo imóvel. Não desejando manter tal comunhão, resolvem promover a divisão do imóvel, fazendo publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo – em três edições diferentes<sup>173</sup> – edital público de citação dos condôminos residentes e não residentes nas terras em questão.

Com o falecimento de Paschoal Gravino, ocorrido em 20 de outubro de 1920,<sup>174</sup> *Rosa Fusco*, viúva deste, declarava em outubro de 1921 que ambos haviam adquirido 81/88 das terras do Potreiro Joaquim Antonio (ou Sítio Pirajussara), conforme escrituras públicas de 19 de dezembro de 1905 e de 6 de fevereiro de 1911, ocupando um total de 484.036 metros quadrados de terras, compreendendo os atuais bairros de Vila Pirajussara e Jardim Christe, ambos na altura do km 10 da atual Rodovia Raposo Tavares. Em 16 de fevereiro de 1921, o advogado *José Guilherme Eiras* adquire os restantes 7/88 avos das terras que compunham o referido sítio, “entrando desde logo na posse, ficando assim em condomínio com o espólio do marido da suplicante”;<sup>175</sup> além deste, Rosa Fusco compartilhava condomínio das terras junto a mais nove pessoas de sua família, o que tornava o sítio dividido em 11 partes diferentes.<sup>176</sup> Após ter declarado a situação fundiária expressa no sítio naquele momento, a Sra. Rosa Fusco denuncia que *Felizardo Antonio de Oliveira*, casado com *Alexandrina Fernandes* “como intrusos, ocupam certa área de terreno na parte onde cruzam as estradas velha de Sorocaba e nova de Osasco, tendo edificado clandestinamente uma pequena casa”, ao passo em que declara não lhe ser mais conveniente manter comunhão com tais condôminos; para tanto, faz publicar citação no Diário Oficial estadual a fim de reunir os

---

<sup>172</sup> SÃO PAULO (Estado). Feitos da Fazenda Nacional. Edital da 2ª vara; 2º ofício. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Diário da Justiça, 14 maio 1961, p. 11.

<sup>173</sup> SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 19 e 29 out. 1910 e 11 nov. 1910, passim.

<sup>174</sup> SÃO PAULO (Estado). Protesto. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 23 dez. 1922, p. 8545.

<sup>175</sup> SÃO PAULO (Estado). Citação com o prazo de noventa dias. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 5 nov. 1921, p. 6602.

<sup>176</sup> SÃO PAULO (Estado). Protesto. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 23 dez. 1922, p. 8545.

tais onze condôminos, em especial Salvador Gravino, que se achava na República Argentina, em lugar desconhecido.<sup>177</sup>

No ano seguinte, Rosa Fusco entra com uma petição ao saber que, ao finalizar o processo divisório solicitado, havia um “desconhecido” nas terras que reclamava seus direitos quando da divisão das terras, já que as terras que pertenceram a *Maximiliano Longin* foram adquiridas por *Paschoal Gravino* em 19 de dezembro de 1905, conforme apontado. Assim, *Lazaro Antonio de Camargo*, autodeclarando-se compossuidor do sítio, apresenta transação de transferência das terras a José Guilherme Eiras, conforme consta em escritura datada de 16 de fevereiro de 1921. Lázaro Antonio de Camargo, “que por semelhança de sobrenome, busca confundir-se com os antigos donos do Pirajussara” (o coronel Licínio de Camargo e seus descendentes) “allude vagamente a uma sucessão hereditária, sem declarar a quem ascendeu e sem apresentar formal da partilha ou outro qualquer título que lhe abone as afirmações fraudulentas”.<sup>178</sup> Desse modo, Rosa Fusco, neste mesmo documento, entra com ação contra José Guilherme Eiras, seu ex-advogado, para que não prossiga prejudicando os bens do espólio, já que sua parte teria sido adquirida de forma ilegal. Na *Folha da Manhã* do dia 30 de novembro de 1927, publica-se inquérito policial levantado por Rosa Fusco, o qual contém a denúncia da inexistência de Lázaro Antonio de Camargo, de quem o advogado José Guilherme Eiras teria adquirido os 7/88 avos, o que caracterizaria um “grilo” de tais terras.<sup>179</sup>

No entanto, essa questão deve ter tomado, provavelmente, contornos mais severos ao passar dos anos. Em 1929,<sup>180</sup> o mesmo jornal publica sentença jurídica, na qual a queixa-crime de estelionato, efetuada contra José Guilherme Eiras, declarava-se prescrita. Nessa mesma sentença constam algumas informações a propósito do contexto em que essas terras estavam sendo duramente disputadas. Após a morte de Paschoal Gravino, em 1920, Rosa Fusco deseja efetivar inventário das terras, o que era de comum acordo entre seus filhos e genros. Assim, dentre os profissionais indicados, escolhe justamente o advogado José Guilherme Eiras, que “em pouco tempo conseguiu conquistar a sympathia e confiança da supplicante e sua família, tornando-se o único procurador da casa no inventario”. Em

---

<sup>177</sup> SÃO PAULO (Estado). Citação com o prazo de noventa dias. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 5 nov. 1921, p. 6603.

<sup>178</sup> SÃO PAULO (Estado). Protesto. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 23 dez. 1922, p. 8545.

<sup>179</sup> UM inquérito policial: “grilleiro phantastico”. **Folha da Manhã**, 30 nov. 1927. “Grillos e Grilleiros”, p. 7.

<sup>180</sup> SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. Acção penal por crime de estelionato julgada prescripta... **Folha da Manhã**, 19 jun. 1929. Fórum Criminal, p. 15.

outubro de 1920, Rosa outorgava a Eiras, nas notas do tabelião Afonso Vaz, em Pinheiros, amplos e ilimitados poderes necessários para o processo de inventário. O referido texto nos conta que a família Gravino era composta por imigrantes italianos, cuja atividade principal nas terras de Pirajussara consistia em explorar quatro olarias, que lhes serviam de principal sustento; conta-nos também que eram pessoas de baixo nível educacional e “da mais extraordinária boa fé”, que pouco entendiam das “lides forenses”, incapazes, portanto, de “exercerem uma vigilância proveitosa sobre os actos do mandatário”. Desse modo, não lhe fora difícil utilizar de todos os artifícios legais e ilegais de se apropriar de 7/88 avos do imóvel citado, na data de 16 de fevereiro de 1921.

No entanto, José Guilherme Eiras se defende da acusação afirmando a nulidade desta, tanto que, constatada a impossibilidade de se incorrer a causa ao juízo civil, a suplicante “não trepidou em recorrer aos meios vexatorios, ao escandalo de uma queixa crime, expediente aliás, desse modo aterrorisar o querellado”. Além disso, declarou que o exame sereno das provas reunidas testifica que tanto a suplicante quanto o espólio de seu marido “não foram sacrificados de maneira alguma em seu patrimônio por acção ou omissão do querellado.” Analisando ainda mais detidamente os autos, relata que em outubro de 1921 ela própria e o espólio de Paschoal Gravino se declaravam detentores de 81/88 avos,<sup>181</sup> o que denotaria a existência da comunhão das terras com terceiros. *Domingos Ferroni*, genro de Rosa Fusco, declarou ainda que Eiras, antes de adquirir os 7/88 avos do sítio, lhe aconselhara a adquirir essa parte, para que toda a propriedade ficasse em mãos da família. No entanto, a inexistência de Lázaro de Camargo, ação claramente ilegal, seria assunto para o juizado civil, mas não produto de estelionato; dessa forma, o magistrado julgara improcedente a queixa da suplicante.

Rosa Fusco, inconformada com tal resultado, recorreu ao Tribunal de Justiça, onde o procurador do Estado, dando o seu parecer, “disse que não estava provado que o espólio tivesse sido lesado pelo réo”. Além disso, declarou que os próprios Gravinos se consideravam simples condôminos, e não proprietários exclusivos do imóvel, tanto que ao entrarem em negócios para aquisição das terras que o Eiras dizia ter adquirido, não realizaram a compra e venda “por não terem exibido títulos de domínio do pretendido vendedor, Lazaro de Camargo.” Assim, em acórdão, o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso para julgar

---

<sup>181</sup> Cf. SÃO PAULO (Estado). Citação com o prazo de noventa dias. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 5 nov. 1921, p. 6602.

improcedente a queixa, opinando pela anulação da mesma, sendo os autos devolvidos para o Ministério Público.

Em 19 de fevereiro de 1924, é novamente publicada citação no Diário Oficial estadual, desta vez por parte de José Guilherme Eiras e sua esposa Leonida L. da Silveira Eiras, reclamando que em suas terras (os tais 7/88 avos do sítio Pirajussara) estavam residindo ilegalmente Felizardo Antonio de Oliveira e Alexandrina Fernandes, cujas terras tinham se apossado “há mais de annos”, e havia menos de dez anos, de “uma facha de terreno situada entre o crusamento da antiga estrada de Sorocaba a Itu com a nova de Osasco, medindo 25 metros de frente para esta cujo fecho vae até encontrar aquella velha estrada”; relata, ainda, que os ocupantes se negam terminantemente a restituir “a facha de terreno referido”, apesar “dos supplicantes terem se promptificado a indeminisal-os do valor que fosse arbitrado as benfeitorias por pessoas conceituadas e de comprovada idoneidade”.<sup>182</sup> Em 12 de abril do mesmo ano, publica-se requerimento por parte de José Guilherme Eiras que, na divisão do sítio Pirajussara, fora credor de Salvador Gravino, e que este lhe devia a importância de 159\$768; no entanto, apesar de se acreditar que Salvador Gravino mantivesse residência na capital, este não havia sido encontrado e, desse modo, abria-se possibilidade de sequestro do seu quinhão de terras que lhe tocara na divisão do referido sítio; se ainda assim, “pelo prazo de 30 dias, citando o supplicado ou seus herdeiros presumptivos se tiver fallecido, para vir nesse prazo fazer o pagamento do pedido e custas, e se não fizer virem á primeira audiência”, tal sequestro se converteria em penhora das terras. Tal requerimento, tendo sido efetivado em 20 de novembro de 1923, se havia convertido em sequestro e depois seria convertido em penhora dos bens, conforme anunciado em 10 de abril de 1924.<sup>183</sup> Em 16 de maio de 1925, publica-se edital de hasta pública do referido lote do sítio Pirajussara, cuja medida incorria em 17.952 m<sup>2</sup> e cuja avaliação primeira encontrava-se em 1:795\$200;<sup>184</sup> talvez porque tal hasta não tivesse encontrado compradores, nova hasta fora marcada para 24 de novembro do mesmo ano.<sup>185</sup>

À mesma época, em terras vizinhas ao conturbado “Potreiro Joaquim Antônio”, havia o sítio Pirajussara-Mirim, que, após a morte de Francisco Corrêa Cepellos, em 24 de

---

<sup>182</sup> SÃO PAULO (Estado). Citação com o prazo de 30 dias. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 19 fev. 1924, p. 1564.

<sup>183</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 12 abr. 1924, p. 2953.

<sup>184</sup> SÃO PAULO (Estado). Editaes. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 16 mai. 1925, p. 3767.

<sup>185</sup> SÃO PAULO (Estado). Editaes. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 24 nov. 1925, p. 8255.



julho de 1883, viúvo de dona Antonia da Costa Nascimento e sem demais herdeiros ascendentes ou descendentes, encontrava-se testamentado aos seus escravos. Eis o teor de seu testamento:

Declaro a estes seis meos escravos (Serafim, Jeronimo, Gabriel, João, Antonia, Benedita, filha de Antonia) com excepção de Benedita, mulata clara, que não tem bom Juízo, deixo o sítio de minha moradia do bairro do Pirajussara-Mirim, distrito da freguezia da Consolação desta Capital, para nele morarem e desfrutarem, não podendo venderem, darem, trocarem ou alienarem e ficando isento de qualquer execução sobre dívida e qualquer natureza, visto que por morte de uns passará a outros legatários, até o último que sobreviver, isto quanto aos escravos legatários varões, porque quanto às escravas passará aos seus filhos ou maridos se casarem, vigorando sempre a parte que deixo bem saliente que estes bens não serão sujeitos a qualquer transação, como já disse, vender, dar, alienar ou execução, porque o meu fim é só e somente fazer que os meus escravos e seus descendentes tenham abrigo para suas existências no dito sítio.<sup>186</sup>

Desse modo, ficara expressa a vontade do testador, na qual era garantir abrigo, no dito sítio, não só a seus escravos, como aos seus descendentes. Após ter sido João Cepellos o último sobrevivente dos demais “escravos varões” (Serafim, Jeronimo e Gabriel) e terem falecido solteiras as escravas Benedita e Antonia, este requereu efetivar consolidação, em sua pessoa, de todo o legado de Francisco Cepellos. Efetivada tal consolidação, essas terras foram enganosamente vendidas a *Oscar Americano de Caldas*, em 3 de dezembro de 1914; tal “engano” decorreu, segundo o texto do edital jurídico publicado em junho de 1948 no Diário Oficial do Estado, do uso criminoso que Americano teria feito da ausência de escolaridade formal e da “boa-fé” de João Cepellos, que pensava ter assinado um contrato de locação da pedreira existente em suas terras ao “Doutor Americano”. O texto mostra, ainda, o quanto de irregularidades ocorreram nessas transações, desde a referida consolidação – que julgara improcedente, devido à natureza jurídica do testamento – e, conseqüentemente, a “venda” a Oscar Americano de Caldas, demonstrando a necessidade dos descendentes de João Cepellos (falecido em 31 de março de 1933) em procederem ao processo de inventário de suas posses. Nesse ínterim, junto à decisão do Egrégio Tribunal de Justiça em invalidar a consolidação das terras na pessoa de Cepellos, houve pedido feito,

---

<sup>186</sup> SÃO PAULO (Estado). Edital da 4ª vara: 4º Ofício. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Diário da Justiça, 12 jun. 1948, p. 12.

por parte do testamenteiro Jayme Gomes de Figueiredo, em fazer entrega dos legados aos legatários; deferido o pedido, houve a cessão ao advogado Pedro de Rezende Puech, sucessor de Inocêncio Cepellos, descendente das escravas, parte correspondente a duas das seis partes do sítio Pirajussara-Mirim. Assim, as restantes quatro das seis partes seriam conferidas aos descendentes de João Cepellos, assim que efetivassem inventário.

Confinando, ainda, a todos esses terrenos, havia as terras pertencentes à Companhia Suburbana Paulista, que fora constituída em 21 de novembro de 1912, como uma sociedade anônima de responsabilidade limitada, cujo fim era “faser todos os negócios que digam respeito á valorização e exploração dos terrenos que possui e vier a possuir, inclusive vendel-os por parcelas ou englobadamente.” Dessa forma, para realização dos seus fins, a Companhia adquiria, no momento de sua constituição, os sítios “Rio Pequeno”, “Villa Campesina” (ex-Lageado) e “Invernada Grande” ou “Votorantim”. O *sítio Rio Pequeno*, abrangendo os atuais distritos de Jaguaré, no município de São Paulo, e o bairro de Presidente Altino, em Osasco, compreendia 572 hectares; o *sítio Vila Campesina*, compreendendo os atuais bairros Vila Campesina, Vila Yara e Cidade de Deus, em Osasco, mais os bairros, Cidade São Francisco, Jardim Adalgiza e Vila Dalva, em São Paulo, compreendendo 386 hectares; finalmente, o sítio Invernada Grande ou Votorantim, compreendendo a quase totalidade do atual distrito de Rio Pequeno, possuía 668 hectares. Todas essas terras, como se declara na escritura de constituição da companhia, foram adquiridas de José da Silva Quinta Reis e sua esposa, Angelina da Silva Quinta Reis, ambos também constantes no quadro de sócios da nascente companhia, com um capital inicial de 768:000\$000.<sup>187</sup>

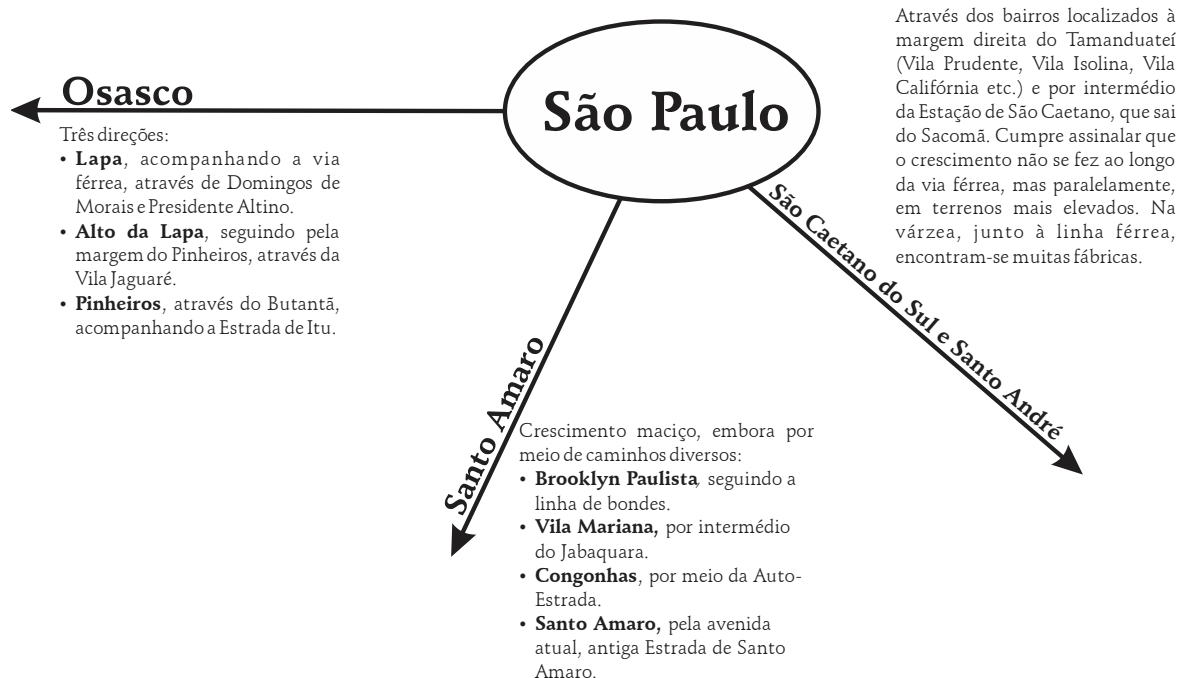
A presença de tantos interesses diversos nessas terras denota uma hipótese: o devir metropolitano, ainda não realizado, começava a incluir francamente essas terras no processo transitório de áreas rurais, compostas por olarias (o que já denotava a forte presença metropolitana, já que a cidade “para aquém do rio” demandava os tijolos necessários à sua construção) ao espraiamento do tecido urbanizado “para além do rio”. Assim, essas disputas jurídicas, complexas em seus termos e ricas quanto aos seus conteúdos, mostram o quão crítico se apresentava a cidade, próxima e distante o suficiente na realização de negócios diversos com as terras urbanas.

---

<sup>187</sup> Conf. SÃO PAULO (Estado). Publicações Particulares. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 15 dez. 1912, p. 5247-5251.

Em 1958, Pasquale Petrone apresentava um interessante quadro das tendências de expansão metropolitana, algumas já bem nítidas naquele tempo e outras que vieram a se confirmar anos depois, a qual se reproduz de forma esquemática a seguir:<sup>188</sup>

**Figura 1.2. Tendências de crescimento urbano de São Paulo entre 1900 e 1950.**



A cidade de São Paulo, notadamente transformada pela órbita ferroviária, a economia do café e o seu nascente parque industrial, conhece outra “fundação”<sup>189</sup> no início do século 20, por intermédio dos melhoramentos e embelezamentos urbanísticos de suas áreas centrais. Mais do que isso, explícita ou implicitamente, segue a “ideologia” ou ainda a “filosofia” sanitaria, tão presente no pensamento médico e urbanístico do início do

<sup>188</sup> PETRONE, Pasquale. **São Paulo no século 20**. In: AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo, vol. 2**, p. 109.

<sup>189</sup> “Dentro, ainda, da primeira década do século 20, registrou-se o que poderíamos denominar de *terceira fundação da cidade*, em virtude de razões idênticas às que levaram Simões de Paula a referir-se a uma segunda ‘fundação’. Na realidade, sob a administração dos prefeitos Antônio [da Silva] Prado [de 7 de janeiro de 1899 a 15 de janeiro de 1911] e Raimundo [da Silva] Duprat [ou Barão de Duprat, de 16 de janeiro de 1911 a 14 de janeiro de 1914], passou a cidade por tais transformações urbanísticas e recebeu tais melhoramentos, que somos levados a compará-los aos realizados durante a Presidência de João Teodoro [Xavier de Matos, de 21 de dezembro de 1872 a 30 de maio de 1875]. Tais fatos justificam e confirmam, por isso mesmo, as referências lisonjeiras feitas pelos estrangeiros que nos visitaram, por essa época.” PETRONE, Pasquale. **São Paulo no século 20**. In: AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo, vol. 2**, p. 121.

século passado. A filosofia sanitarista parece ter continuado a sua preponderância lógica no que diz respeito às formas urbanas presentes na metrópole contemporânea, tendo se transfigurado inclusive na forma do *ambientalismo* de nossos dias atuais.

Assim, houve por bem, desde meados do século 19, efetivar a drenagem dos charcos, a retificação dos cursos d'água e, dessa forma, a eliminação dos meandros dos grandes rios paulistanos. Esse processo, de longa duração se o comparamos à escala temporal de uma vida humana, mas de curta duração se a colocamos diante do processo de constituição e afirmação da forma valor nas terras chamadas brasileiras e paulistanas, desde o século 16, sugere a forma crítica da composição de um “espaço tecnológico”, segundo acepção de Odette Seabra. Destarte, a abertura de amplas vias públicas e livre de endemias (tanto no Rio de Janeiro de Francisco Pereira Passos, entre 1902 e 1906, quanto na Paris de Barão de Haussman, em 1870), junto às vastas e custosas obras de saneamento, primeiro nas várzeas do Tamanduateí e depois nos rios Pinheiros e Tietê, teriam garantido à população “melhor e maior quantidade de água potável”. De mais, na São Paulo das primeiras décadas do século passado, “rasgaram-se novas ruas e avenidas; ajardinaram-se as praças e pavimentaram-se, da melhor maneira possível, as ruas da parte principal da cidade”.<sup>190</sup> Impressionante também fora o ritmo de crescimento demográfico da cidade nesse período, saltando de 300.000 habitantes em 1905 para 637.000 em 1922, mais do que dobrando sua população de tamanho em apenas 17 anos!

Entre 1925 e 1950, Petrone nos aponta que o ritmo de expansão urbana na direção sul emitira seu mais alongado tentáculo, alcançando o velho núcleo central de Santo Amaro, dominando-o e retirando sua autonomia administrativa.<sup>191</sup> Para as terras de sudoeste, compreendidas pelo eixo implicado aos bairros-jardins, a expansão urbana é vista pelo autor como mero reflexo da prosperidade econômica do estado e da capital, já que os elevados custos dos melhoramentos dos terrenos brejosos e/ ou acidentados das várzeas e terraços do rio Pinheiros elevariam ainda mais, no seu entender, o preço dos terrenos desses loteamentos: Jardim América e Pacaembu (da Companhia City) e Jardim Europa, Cidade Jardim e Sumaré (de outras companhias imobiliárias). No entanto, preenchendo o “vazio” urbano que ligava a mancha urbana paulistana a Santo Amaro, tal expansão se dava de forma mais vagarosa em direção a Pinheiros e mais vagarosamente ainda ao atravessar o rio

---

<sup>190</sup> PETRONE, Pasquale. **São Paulo no século 20**. In: AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo**, vol. 2, p. 121.

<sup>191</sup> O município de Santo Amaro foi extinto por intermédio do Decreto Estadual nº 6.983, de 22 de fevereiro de 1935.

e seguir os eixos prepostos pelos intrincados caminhos de Sorocaba (estendido até o Paraná), Itu (estendido até Mato Grosso). Estendendo ainda seu raciocínio, Petrone assinala a “quarta fundação” da cidade de São Paulo a partir da implantação do “Plano de Avenidas”, idealizado e posto em prática pela emblemática figura de Francisco Prestes Maia, prefeito municipal entre 1938 e 1945. Em sua gestão, executou-se a retificação e aproveitamento das margens do rio Tietê, abriram-se outras largas e extensas avenidas, viadutos, construíram-se vários “arranha-céus”, etc.<sup>192</sup>

\* \* \*

A acumulação *de per si* implica em violência. E não pouca violência: envolve desenraizamentos, assassinatos, roubos, deslocamentos forçados e tragédias pessoais, ao mesmo tempo em que assegura enriquecimentos, concentração de riquezas e mais apropriação da mais-valia: trata-se a lógica do valor se impondo da mais cruenta forma. Assim podemos caracterizar a acumulação de maneira geral e, dessa forma, Karl Marx define “a assim chamada acumulação primitiva”. De forma crua, Marx nos revela o tamanho da violência ocorrida no processo de cercamento das terras ocupadas pelos camponeses ingleses nas primeiras décadas do século 19; traz a maneira como populações de condados inteiros foram praticamente substituídas, em sua totalidade, por um punhado de ovelhas. Campos cultivados por essas famílias se transformaram, paulatinamente, em pastagens para esses animais, conforme nos revela Marx, exemplificando o caso da *duquesa de Sutherland* que, entre 1814 e 1820, fez expulsar e/ou exterminar cerca de 15.000 habitantes ou 3.000 famílias do condado inglês. Conta-nos que:

Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Dessa forma, essa madame [a duquesa de Sutherland] apropriou-se de 794 mil acres [321.320,25 hectares ou 3.213 km<sup>2</sup>] de terras, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela destinou aproximadamente 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Os 6 mil acres tinham até então estado desertos e não haviam proporcionado nenhuma renda aos proprietários. A duquesa foi tão longe com seus nobres sentimentos a ponto de arrendar por 2

---

<sup>192</sup> PETRONE, Pasquale. **São Paulo no século 20**. In: AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo**, vol. 2, pp. 149-152.

xelins e 6 pence, em média, o acre de terra às pessoas do clã que desde séculos tinham vertido seu sangue pela família. Ela dividiu toda a terra roubada ao clã em 29 grandes arrendamentos para a criação de ovelhas, cada um habitado por uma única família, na maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já tinham sido substituídos por 131 mil ovelhas.<sup>193</sup>

Aqueles que migraram (forçosamente) para as cidades, não podendo ser rapidamente absorvidos pela nascente e crescente manufatura daquele período na Inglaterra, e outros “que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida” e que não se enquadrariam subitamente ao disciplinamento necessário da nova condição. Resultado: converteram-se em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, “em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias”. Assim, o autor remete ao surgimento de toda uma “legislação sanguinária contra a vagabundagem” na Europa Ocidental, entre o final do século 15 e durante todo o século 16, que “os tratava como criminosos ‘voluntários’ e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam”.<sup>194</sup> Esse era o “cálculo atuarial” daqueles tempos, na Europa Ocidental, na condução do tratamento da “questão social”.<sup>195</sup>

Marx vai adiante. Assinala que o ocorrido com a população camponesa, enquadrada forçosamente por “leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura”, revela um processo em que “não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho”, e que “não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente”; na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, “por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis *naturais* evidentes”. Assim, por intermédio da destituição completa do camponês enquanto camponês e sua conversão em trabalhador, tanto no campo quanto na cidade, reiteram-se os termos do trabalho abstrato e toda a forma organizativa do valor. Agindo-se pela violência física ou

---

<sup>193</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Livro Primeiro, Tomo 2, 1983, pp. 272-273.

<sup>194</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Livro Primeiro, Tomo 2, 1983, p. 275.

<sup>195</sup> Este é o sentido da ironia. Uma colega de trabalho, conversando sobre o desempenho escolar de certos estudantes do Ensino Médio, afirmou que a questão social está previamente incluída nos cálculos atuariais, porque prevê que certas pessoas não se tornam “produtivas” e, portanto, será uma espécie de peso morto que toda a sociedade deve pagar, por intermédio das taxações públicas em geral. Isso foi dito em uma sala de professores de uma escola pública de Ensino Médio técnico, em abril de 2011. Esse é um retrato mais ou menos fiel do imaginário de certa classe média brasileira do período contemporâneo, ratificando sobremaneira os ideais burgueses no trato da “questão social”.

pela violência simbólica, cria-se uma sociabilidade inteira voltada à valorização do valor. Além disso,

A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.<sup>196</sup>

E de violência física ou simbólica os pobres paulistanos de ontem e de hoje sabem muito bem. A violência, constituindo-se desde o período colonial brasileiro nas filigranas do processo “civilizatório”, impôs duramente a forma valor no decorrer dos séculos e fez nascer uma sociedade absurdamente violenta, cujos pressupostos se ancoram na forma patrimonialista, rentista, latifundiária. A escravidão indígena, primeiramente, e a africana, em seguida, assim como as relações sociais e econômicas decorrentes do longo período colonial brasileiro, completam o quadro da chamada “tragédia social” brasileira.

As enchentes fazem parte, há muito, do cotidiano do paulistano. Mesmo quando a cidade sequer ultrapassava a “colina histórica”, no interflúvio do Anhangabaú com o Tamanduateí, registra-se que por volta de 1820 a cidade ficava isolada com as cheias naturais desses dois rios, e que, àquele tempo, a várzea do Carmo, ocupada pelas águas do sinuoso Tamanduateí, infligia à cidade “nevoeiros importunos, humidades, defluxos e reumatismos”.<sup>197</sup> Além disso, Morse relata que, nesse mesmo período, não havia ainda fundos e facilidades governamentais para a retificação e canalização do rio.<sup>198</sup>

Por conta dessa e de outras, as várzeas paulistanas se mantiveram numa história muito modesta e marginal, visto que a expansão urbana, até o início do século 20, preferia ocupar as áreas acolinadas, sobretudo dos interflúvios. De acordo com Aziz Ab’Saber, as várzeas serviram muito mais como uma espécie de “quintal geral” dos bairros das colinas; eram uma espécie de “terra de ninguém”, locais “onde as mais diversas corporações militares da cidade fizeram seus exercícios bélicos”. Além disso, “serviram de terrenos baldios para o esporte dos humildes”, dada a “proliferação incrível de *campos de futebol*, de funcionamento periódico devido ao ritmo do clima e ao regime dos rios regionais”. Constituíram-se em

---

<sup>196</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Livro Primeiro, Tomo 2, 1983, p. 277.

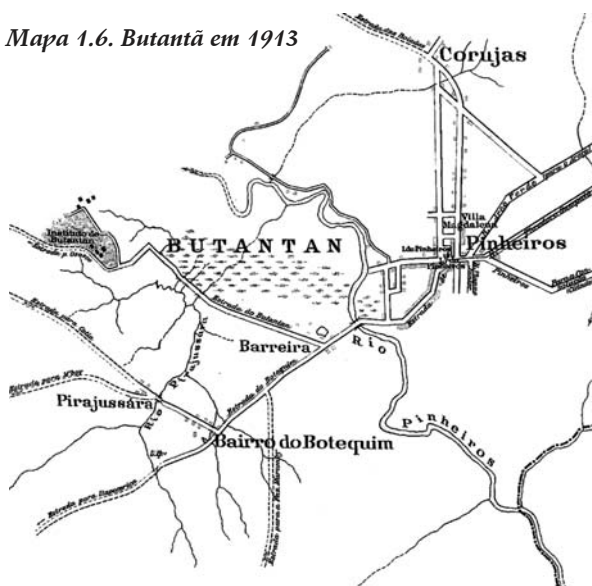
<sup>197</sup> **Registo Geral da Câmara de São Paulo, XVI, 1820-1822**, p. 358-360. Apud MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 50.

<sup>198</sup> MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**, 1970, p. 50.

espaços onde se enraizaram os primeiros clubes de beira-rio, “aquêles mesmos que um dia se tornariam os grandes clubes de regatas e natação da cidade”. Nas áreas mais firmes das várzeas, elas “asilaram grandes *chácaras*, de aparência pobre, e humildes *moradias* de trabalhadores que viviam do rio ou da própria terra varzeana”; desse modo, proliferavam as olarias e os portos de areia e cascalho, tão úteis à construção da cidade.<sup>199</sup>

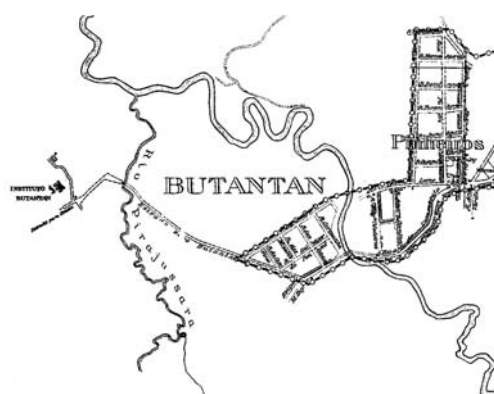
Os rios Pinheiros e Tietê foram, durante um longo período de tempo, “um dos elementos mais hostis à expansão da cidade”. Da mesma forma que nos bairros “além-Tietê”, os bairros “além-Pinheiros” permaneceram isolados do corpo principal da cidade, evitando, sobretudo, a ocupação das largas e malsãs várzeas inundáveis. Em relação às terras de Butantã, tal extravasamento do corpo urbano principal em direção às suas terras começara a ocorrer, de forma incipiente, alguns anos após a implantação do Instituto Serumtherápico, com a abertura de algumas ruas na confluência externa entre “Estrada do M’Boy” (atual Avenida Professor Francisco Morato) e a “Estrada para Butantan” (atual Avenida Dr. Vital Brazil), por volta de 1915. Esse parece ter sido o *primeiro* arruamento urbano existente na região “além-Pinheiros” do município de São Paulo.

Mapa 1.6. Butantã em 1913



Fonte: SÃO PAULO (Município). Planta da Cidade de São Paulo, 1913. Excerto «Distrito de Paz do Butantan».

Mapa 1.7. Butantã em 1916



Fonte: SÃO PAULO (Município). Planta da Cidade de São Paulo, 1916.



0 1 2 3 Quilômetros

Assim, Aziz Ab’Saber atribui ao Rio Pinheiros o papel de *fronteira natural* do extravasamento do tecido urbano para essa região, fato observável ainda em na década de 1950, quando o tecido urbano “além-Pinheiros” não se encontrava totalmente incorporado ao núcleo central metropolitano daquele período. Completando seu raciocínio, cita a

<sup>199</sup> AB’SABER, Aziz. O sítio urbano de São Paulo. In: AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo, vol 1**, 1958, p. 216-217.



retificação do rio Pinheiros, totalmente concluído àquela época (1958) e os projetos vigentes de reurbanização de suas várzeas, com a construção de avenidas marginais e do novo trecho ferroviário acompanhando o curso retificado do rio. Indica, ainda, a mais clara possibilidade que esta retificação e drenagem de suas várzeas implicariam no aproveitamento dos terrenos lindeiros ao rio, sobretudo na margem esquerda do vale,<sup>200</sup> onde estão se localizam atualmente as áreas de maior preço do metro quadrado da metrópole, bem como seu principal eixo de escritórios: Avenidas Brigadeiro Faria Lima, Engenheiro Luís Carlos Berrini, Nações Unidas etc.

Estava aberta a porta para a incorporação dessa área ao tecido urbanizado central, sobretudo após a década de 1930, por intermédio do aproveitamento das águas do rio Pinheiros, para fins de produção hidrelétrica e de suas margens para fins de especulação imobiliária. Daí, figura o papel da *The São Paulo Tramway Light & Power*, grande interessada no aproveitamento das águas dos grandes rios paulistanos na geração de energia elétrica e também na realização dos mais diversos negócios do urbano. Essa empresa, presente no cotidiano paulistano desde o final da década de 1890, constituía um verdadeiro monopólio tanto na geração e distribuição de energia elétrica (para uma cidade que estava começando a constituir seu parque industrial, central no contexto brasileiro) quanto no serviço de bondes elétricos (naquele momento o mais importante meio de transporte público da cidade). Para tanto, operou a construção de usinas hidrelétricas nas proximidades paulistanas,<sup>201</sup> com vistas a ampliar sua capacidade geradora. Segundo Shozo Motoyama, “a concepção e a direção dessas obras coube ao engenheiro norte-americano *Asa White Kenney Billings*” (1876-1949) e “os estudos hidráulicos preliminares foram realizados por alguns poucos engenheiros americanos, auxiliados por práticos da terra do Tio Sam e um número restrito de engenheiros brasileiros”, geralmente formados nos Estados Unidos. Desse modo, os projetos de implantação das referidas usinas ficaram por conta de Billings, com a ajuda de desenhistas, projetistas e engenheiros, todos estrangeiros.<sup>202</sup>

A esse respeito, Odette Seabra perfila as complexas relações entre o poder público e a Light & Power, no tocante à administração e ao uso dos recursos hídricos e suas várzeas.

---

<sup>200</sup> AB’SABER, Aziz. O sítio urbano de São Paulo. In: AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo**, vol 1, 1958, pp. 221-222.

<sup>201</sup> Parnaíba, inaugurada em 23 de setembro de 1901, Guarapiranga, inaugurada em 1908, Rasgão, Henri Borden, inaugurada em 1926 e a Represa Billings, construída entre as décadas de 1920 e 1950.

<sup>202</sup> MOTOYAMA, Shozo. Ciência em São Paulo: um esboço histórico. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, vol. 1, 2004, p. 410.

Afirma que “o conjunto das obras realizadas nos rios e nas várzeas constitui uma das formas pela qual o poder público tem respondido às necessidades que tais transformações foram criando”. Além disso, avança para a sobrevalorização das propriedades ribeirinhas, decorrentes dos melhoramentos operados pela companhia, cuja expectativa fora minuciosamente considerada nos estudos realizados na Light & Power pelo engenheiro Billings, tanto que descartou a possibilidade de constituir as várzeas pinheirenses como terrenos de usos industriais, dado o alto preço de suas terras, já na década de 1940. Ainda, segundo a autora, durante a década de 1960, consolida-se uma política nacional de transporte rodoviário, colocando a necessidade de se incorporar o projeto de retificação dos rios Tietê e Pinheiros e a construção de vias expressas marginais aos respectivos cursos d’água, pondo em evidência a viabilização das conexões rodoviárias necessárias com todo o território nacional.<sup>203</sup> À questão rodoviária retorno com maior ênfase no Capítulo 2, já que esta questão prolonga o debate iniciado páginas atrás, sobre as tropas de muare e a composição de sobreposições territoriais por intermédio da circulação dessas tropas.

Assim, ao reconhecer a importância que as várzeas foram adquirindo no processo reprodutivo do espaço urbano pré-metropolitano, aludimos necessariamente à sua importância nas teias de valorização desses espaços. Não foi por um acaso e nem foi aleatório o interesse da Light & Power e, conseqüentemente, da Companhia City em efetivar seus negócios nessas terras. Da mesma forma, não podemos inferir que fosse aleatória a escolha dessas terras varzeanas para a implantação do *Jockey Club de São Paulo*, em 25 de janeiro de 1941 e também da própria *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo*, a partir da década de 1950.

Essas “escolhas” induzem a um sentido que repõe o teor de uma exclusividade valorativa dessas terras em relação a outras terras, tão livres quanto os terrenos do “além-Pinheiros” da década de 1940, para a ocupação dessas institucionalidades. Podemos, inclusive, nesse momento histórico contemporâneo do qual compartilhamos, nos questionar: por que a Cidade Universitária, o Jockey Club e a Companhia City não se instalaram nas terras do vetor Leste ou Norte da cidade de São Paulo, naquele período? Tanto que as terras a leste da Penha e do Tatuapé já eram menos valorizadas naquele período do que as terras do então promissor “vetor Sudoeste”. Talvez pelo fato de já serem as terras mais baratas, constituíam, na lógica da reprodução do espaço urbano paulistano,

---

<sup>203</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder**, 1987, pp. 5-10.

as “piores” terras, de “pior” localização. Poderíamos ler esse fenômeno como autoindução do mercado urbano (e rural) de terras, ou ainda como o “sujeito automático”. Enfim, não é uma discussão simples e exatamente por essa razão vai merecer aprofundamento no Capítulo 3, onde o debate sobre essas institucionalidades (Cidade Universitária e Jockey Club) encerram esta Tese.

Toda a disputa de terras apontada no início deste tópico poderia servir para iluminar essa hipótese: a constituição de um *território economizado*, condição posta para a crítica valorização do valor em terrenos potencialmente incorporáveis à lógica especulativa de se *fazer* a cidade. Terrenos varzeanos, inúteis até certo momento ao grande mercado de terras, ao lhe serem incorporados, ganham uma dimensão provavelmente inimaginável a quem vivia nas terras além-Pinheiros naquele momento. A esse respeito, Seabra afirma que:

A introdução de ferrovias em muitos trechos, aliás detectados cuidadosamente por Langenbuch, deixou ao abandono núcleos de povoamento antigo. No entanto, parece-nos que se tais núcleos não passam pelos processos de valorização, instaurados com o advento das ferrovias, o fato de ficarem à margem desta não significa que tenham necessariamente sido desvalorizados. Pois, a valorização dos diferentes segmentos da cidade obedece também a leis que transcendem o próprio lugar enquanto uso possível, e lhe insere num complexo sistema que é o dos circuitos propriamente urbanos, nos quais a propriedade é remunerada segundo um patamar mínimo que equivale à produção social, conforme a riqueza que circula produtivamente pela sociedade. O preço da terra sobe em todas as áreas circunvizinhas da cidade de São Paulo. É bem verdade que, se tivéssemos dados disponíveis, certamente constataríamos que a propriedade tendia a ser mais regularizada através de registros em cartórios, e que, provavelmente, um número maior de transações imobiliárias estaria envolvendo os povoados-estações.<sup>204</sup>

Desse modo, toda a documentação do período (1900 a 1950) ao qual tive acesso, referentes à reprodução do espaço nas terras de Butantã, mostram o quanto um jogo se impunha nesse período, impetrado pelas companhias imobiliárias, o Estado e os proprietários fundiários. Marco Antônio Xavier, em seu trabalho sobre os jogos econômico-políticos envolvidos na implantação do Campus da USP no Butantã, reafirma toda a sorte de especulações operadas pela Light & Power e pela Companhia City nas áreas lindeiras às

---

<sup>204</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder**, 1987, p. 40.

terras da Fazenda do Instituto Butantã.<sup>205</sup> Ademais, a City lança, na década de 1930, o loteamento propriamente chamado *Butantã*, apregoando os seguintes dizeres:

BUTANTAN. Situados a menos de 8 kilometros de distancia do centro da cidade, no alegre e saudavel bairro-modelo do Butantan, dispondo de excelente arruamento e a poucos passos da Avenida Vital Brasil, temos á venda bons lotes de terrenos em condições muito vantajosas, aptos a receberem imediatamente a construcção de SUA casa. Acesso facilimo, por meio de bondes e omnibus. Os terrenos distam apenas 100 metros de ruas amplas e perfeitamente calçadas. Offerecemos descontos de 20 a 30% e TIJOLOS GRATIS, aos compradores que se obriguem a construir promptamente, isto é, a dar inicio ás obras dentro do prazo maximo de quatro mezes. Para que esta vantagem, realmente excepcional, possa aproveitar ao maior numero possivel de interessados, FORNECEMOS GRATUITAMENTE as plantas, promptas para serem estampilhadas e entregues á Prefeitura. Cada comprador poderá escolher livremente a sua planta entre dez typos que temos á sua disposição. Prestações a partir de 35\$000 por mez.<sup>206</sup>

Depreende-se daí o sentido propagandístico da Companhia City, certamente relacionado às paisagens predominantes naquele período no Butantã. O “jovem e alegre” “City Butantã” se afirmava, ao lado da implantação futura da Cidade Universitária (cujas terras da Fazenda Butantã se encontravam reservadas desde assinatura do Decreto Estadual nº 12.401, pelo interventor estadual Fernando Costa, em 16 de dezembro de 1941, conforme veremos com mais detalhes no Capítulo 3), da retificação operada pela Light & Power e da implantação do Centro Industrial Jaguaré, em 1939, como um importante vetor de formas específicas de urbanização e configuração posterior dessas terras para “além-Pinheiros”. Destaque-se também a presença da Companhia Cidade Jardim, já na década de 1920, lançando seu loteamento na contiguidade da Avenida Cidade Jardim ultrapassando o rio Pinheiros. Conforme mostra o mapa da empresa Sara Brasil, de 1930, havia a essa época menos de 10 lotes efetivamente ocupados. Fotografias aéreas de 1962 (ou seja, 40 anos depois do início do empreendimento) mostram que menos de 20% dos lotes da Cidade Jardim se encontravam efetivamente ocupados naquele período. Não dá para não aventar a possibilidade de intensa especulação com essas terras, tanto que Odette Seabra impele a

---

<sup>205</sup> XAVIER, Marco Antônio. **Ocupação do campus Butantã...**, 1999, p. 172.

<sup>206</sup> BUTANTAN. **O Estado de São Paulo**, 21 jul. 1935, p. 7.

essas áreas de várzeas uma “temporalidade própria”,<sup>207</sup> não vinculada exatamente ao ritmo de crescimento urbano e ocupação das terras “aquém-Tietê”, já que a sorte de especulações a propósito dessas terras indicavam muito mais um futuro, um devir, do que propriamente uma realidade se concretizando àquela época. *Este é o sentido da hipótese defendida neste tópico: o Butantã era, de fato, uma hinterlândia a ser habitada.*

Quanto à Companhia City, é bom recordar, esta exigia uma série de atributos construtivos ao comercializar seus lotes, que porventura eram relativamente grandes (cerca de 800 m<sup>2</sup>) e de preços elevados, o que denotava sobremaneira o padrão preferencial para vias de ocupação dos seus loteamentos. Quanto aos seus demais empreendimentos no “além-Pinheiros”, na década de 1950, a City lança três novos loteamentos, todos acompanhando o eixo formado pela Avenida Professor Francisco Morato: Jardim Guedala, Jardim Caxingui e Vila Inah, todos com o mesmo padrão ocupacional da City Butantã.

Aqui, cabe uma nota sobre as origens e os pressupostos da Companhia City, tão bem colocados pela pesquisa de Roney Bacelli. Conforme discutimos até aqui, parece evidente a orientação ocupacional do vetor sudoeste da cidade de São Paulo, o que se mostra muito claramente após a implantação do “Jardim América”, em 1913, o primeiro loteamento da empresa a ser lançado em São Paulo. Assim, “esses novos padrões determinarão o uso da região sudoeste da cidade, cuja expansão assim não está ligada a vias férreas ou indústrias, mas ao alto poder aquisitivo dos seus moradores”. Dois anos antes, o Sr. *Edouard Fontaine de Laveyele*, capitalista, banqueiro na França e comerciante na praça no Brasil, realiza uma viagem tendo por finalidade o estudo de possíveis futuros negócios em São Paulo; o Sr. *Joseph Bouvard*, famoso arquiteto francês, assessorou-o nas diversas operações que pretendia conduzir. Assim, Fontaine apresenta o Sr. Bouvard aos membros do governo de São Paulo, e desse encontro resultaria que o arquiteto francês “é encarregado da elaboração de planos relativos a melhoramentos urbanos e redimensionamento dos projetos a serem executados na capital”.<sup>208</sup>

Após a elaboração e entrega das plantas para tal fim elaboradas, o arquiteto Bouvard aconselha o banqueiro Fontaine “a adquirir grandes extensões de terra nessa cidade para futuros empreendimentos imobiliários, consciente do progresso que sofreria devido ao crescimento da economia do Estado”. Assim, o Fontaine entra em contato com o Sr. *Victor*

---

<sup>207</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder**, 1987, pp. 59-61.

<sup>208</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, pp. 22-23.

*da Silva Freire*, então Diretor de Obras Públicas da Municipalidade de São Paulo, buscando obter-lhe informações “acerca da existência de proprietários de grandes áreas na capital que estivessem dispostos a negociá-las”. O sr. Victor, então, “apresenta-o ao Dr. *Cincinato da Silva Braga* que, ao lado de outros investidores, estava atuando no mercado imobiliário paulista”.<sup>209</sup> Percebe-se, desde aqueles tempos, o quanto o Estado e o setor imobiliário sempre estiveram nesse nível de comunhão.

Em junho de 1911, iniciam-se as transações comerciais e, no dia 6 de julho, o Dr. *Horácio Belfort Sabino*, sócio do Dr. *Cincinato da Silva Braga*, “por si e representando um grupo de proprietários de terrenos firma no Rio de Janeiro com o Sr. Fontaine uma minuta de contrato de opção de venda”, através da qual se impele a transferir 12 milhões de metros quadrados de terras na capital paulista, “que servirão de base à constituição de uma firma, por parte do comprador, a operar com sede em Paris e tendo a empresa por escopo a compra, venda e construções naquela cidade”. O contrato de composição da sociedade colocaria duas cláusulas, cuja natureza estaria marcada no interesse dos vendedores e do comprador em intensificar o desenvolvimento da cidade nas regiões objetos das negociações: uma previa a cessão ao governo do Estado ou à Municipalidade terrenos que estes últimos entendessem adquirir para melhoramentos urbanísticos diversos, “ao preço que lhes tivessem custado por ocasião da compra” e a outra estabelecia que “ambas as partes se empenhariam no sentido de obter uma concessão de via férrea entre as estações Lapa e Ipiranga da São Paulo Railway Company. Ltd.”. Assim, retornando à Europa, “o Sr. Fontaine encontra respaldo para efetuação dos negócios confabulados junto aos irmãos Boulton, banqueiros londrinos”, constituindo-se na Inglaterra, em 25 de setembro de 1911, a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*. Estabelecendo sede em Londres, manteve escritórios em Paris e São Paulo, firmando-se em 1º de novembro de 1911 um “agreement” entre Fontaine e Horácio Sabino, para que este, na qualidade de procurador de todos os vendedores, reafirme os principais objetivos da minuta citada, e consubstanciar o restante das operações.<sup>210</sup>

Em 2 de novembro, é celebrado o contrato entre o Sr. Fontaine como vendedor, e a Companhia City na qualidade de compradora. Nesta data, são transferidos à Companhia City 12.883.088 m<sup>2</sup> de terrenos em vários pontos da cidade de São Paulo, *todos* na Zona Oeste. As terras adquiridas no Butantã compuseram justamente as maiores glebas,

---

<sup>209</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, pp. 23-24.

<sup>210</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, pp. 24-27.

contando, ao todo, 2.341.379 m<sup>2</sup>, compreendendo os atuais bairros “City” Butantã e Jardim Guedala. A escritura definitiva do estoque de terras adquiridas é passada em São Paulo, em 18 de janeiro de 1912, através do Dr. Sabino, agora imbuído do papel de procurador de Edouard Fontaine de Laveleye e sua mulher *Dona Amália de Moreira Keating*. A empresa, composta em capital aberto e negociando-o em ações e debêntures, cujo lastro encontrava-se na hipoteca dos imóveis adquiridos pela Companhia, feita em favor da Imperial & Imperial & Foreign Corporation Ltd., “trustee” que garantia os debenturistas; tal companhia, criada em 23 de maio de 1911, fora criada pelo mesmo grupo que dirigia a City, exatamente para esse propósito.<sup>211</sup> Ressalte-se o quão comum se encontravam os interesses da Companhia City aos interesses do Estado, quando, por exemplo, o Dr. Victor da Silva Freire, então engenheiro de obras da Prefeitura, proferiu uma conferência no Grêmio Politécnico, a qual é transcrita no jornal “O Estado de S. Paulo”, edição de 14 de março de 1915, colocando suas opiniões no tocante à ocupação espacial da cidade, literalmente afinado com “os desígnios e forma de atuação da City naquele momento”, exaltando o modelo londrino de ocupação urbana, criticando o “antiquado traçado xadrez”, exemplificando o caso do recém-criado Pacaembu.<sup>212</sup> Em 1938, o mesmo Victor da Silva Freire torna-se membro da diretoria local da City.<sup>213</sup>

Toda essa extensa apresentação da Companhia City nos ajudará a compreender os pressupostos implicados na retificação e canalização do rio Pinheiros, a partir da década de 1930. Com a Lei Estadual nº 2.249, promulgada em 27 de dezembro de 1927, o governo autoriza a Light & Power a “canalisar, alargar, rectificar e aprofundar os leitos dos rios Pinheiros e seus afluentes Grande e Guarapiranga drenando, saneando e beneficiando assim os terrenos situados nas respectivas zonas inundáveis”, ao mesmo tempo em que declara de utilidade pública “os terrenos e outros bens, indispensáveis á construcção de todas essas obras e de necessidade publica, as areas actualmente alagadiças, ou sujeitas a inundações, saneadas ou beneficiadas.” No entanto, as obras propriamente ditas de retificação e canalização do rio só começariam a ocorrerem em 1937, o que irá beneficiar sobremaneira o Alto de Pinheiros, que atrairá uma clientela abastada.

Quanto às terras do Butantã, consta a presença de operários da própria companhia, que as habitavam ao momento de sua aquisição pela City; Bacelli cita uma carta enviada

---

<sup>211</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, pp. 32-33.

<sup>212</sup> FREIRE, Victor da Silva. A Cidade Salubre. **O Estado de São Paulo**, 14 mar. 1915, pp. 3-4.

<sup>213</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, pp. 42-43.

pela Companhia à Prefeitura de São Paulo, datada de 19 de fevereiro de 1916, indicando que suas casas se encontravam em precário estado de conservação e o despejo da maioria de seus moradores se efetivara em 31 de agosto de 1915.<sup>214</sup> Vinte anos depois, em janeiro de 1935, após estudos iniciados dois anos antes, a City põe a vender os lotes de uma área do bairro, provavelmente daquela anunciada no reclame transcrito páginas atrás: compreendia o quadrante formado pelas atuais avenidas Doutor Vital Brasil e Professor Francisco Morato e as ruas Sapetuba e Alvarenga, compreendendo um total de 80.000 m<sup>2</sup>, justamente na área mais central do Butantã, onde os lotes, inclusive, são menores. Tempos depois, concluída a retificação do Rio Pinheiros, implantado o Jockey Club, em 1941 e com o início das obras da Cidade Universitária, em 1951, a Companhia City lançaria o restante dos loteamentos de seus terrenos (City Butantã mais próximo do Rio Pinheiros e da atual ponte da Cidade Universitária e o Jardim Guedala), interessando, desta vez, a compradores de mais alto poder aquisitivo.

Em 1931, a Companhia City se firmaria como a mais importante companhia imobiliária de São Paulo<sup>215</sup> e, em fevereiro de 1937, coloca o peso dessa importância na empreitada contra a implantação do Campus Butantã da Universidade de São Paulo, na Assembleia Legislativa do Estado,<sup>216</sup> alegando prejuízo quanto ao valor a ser recebido pela provável desapropriação de parte de suas terras. Destarte, após as incursões da City e, logo depois, a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, a discussão do Projeto de Lei correspondente e a sua implantação seriam proteladas por alguns anos. Em 1941, quando se retoma o debate acerca da Cidade Universitária, a Companhia, no que se refere à questão de desapropriação de terras, é afetada em apenas uma pequena parcela de suas propriedades.<sup>217</sup> Mais detalhes sobre essa disputa entre a City e a Universidade de São Paulo constarão no Capítulo 3 desta Tese.

Assim, a estratégia de lucros constantes que a Companhia City adotara naquele período e a garantia do atendimento de seus interesses por intermédio de sua alta influência (*lobby*) nos meios políticos asseguraria o sucesso de seus empreendimentos. Incluía o

---

<sup>214</sup> Arquivo da Companhia City (ACC), catalogada sob nº 140.047, letra B. Apud BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, p. 49-51. Não foi possível localizar, infelizmente, que casas foram essas e sob que circunstâncias elas foram desapropriadas.

<sup>215</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, p. 56.

<sup>216</sup> ACC. Pasta Cidade Universitária. Gerência Geral (GG) 105 a 112. Apud BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, p. 56.

<sup>217</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, p. 89-91.



financiamento aos seus compradores dos terrenos e às suas posteriores edificações por intermédio da subsidiária *The São Paulo Mortgage & Finance Co. Ltd.*, o que lhe garantia rendimentos constantes. A política de vendas com pagamentos em longo prazo sustentava o alto volume de vendas das terras da City, o que era constantemente utilizado em suas propagandas, além de garantir seus rendimentos por intermédio dos juros.<sup>218</sup> Além disso, parcelando as compras de terrenos em 15 ou 20 anos, se um comprador deixasse de efetivar pagamento de determinado número de mensalidades, correria este o risco de perder tudo quanto investiu, ser obrigado a devolver o terreno à Companhia e ainda estar obrigado a “pagar todos os impostos que [pesassem] sobre esse terreno durante a vigência do contrato”. Assim, “as prestações que esse contribuinte paga jamais [voltariam] para o seu bolso; ficam sendo propriedade da Companhia”.<sup>219</sup> A sede londrina mantinha o objetivo de auferir lucros constantes, aumentando os preços dos terrenos de acordo com a variação cambial da libra perante a moeda brasileira; não sendo possível efetuar tais aumentos, optava-se pela paralisação da venda dos terrenos, para que estes não venham a ser alvo de especulação de terceiros. No entanto, a filial paulistana requeria o constante aumento do volume de vendas dos terrenos, mantendo sempre preços não muito baixos nem demasiado altos, pois ambos inviabilizariam os negócios; para tanto, preferiam dotar seus terrenos de melhoramentos urbanos, “através da manutenção de boas relações com a Municipalidade, bem como criar facilidades para sua aquisição”.<sup>220</sup>

Das estratégias e todas as artimanhas políticas e econômicas da Companhia City, passemos à atuação da Light & Power sobre as margens do rio Pinheiros. A esse respeito, Odette Seabra advoga a transformação dos rios e das várzeas em um espaço tecnológico, onde os barqueiros avulsos e extratores artesanais de areia e pedregulho das margens dos rios foram paulatinamente cedendo espaço às dragas e sugadores mecânicos, por intermédio das formas legais e coercitivas das quais a Light lançava mão em eliminar a incômoda presença desses tradicionais trabalhadores ribeirinhos, entre as décadas de 1920 e 1930.<sup>221</sup> A Light & Power requeria, portanto, seu direito de fato no uso das águas dos rios e das várzeas desse grande rio da cidade de São Paulo.

---

<sup>218</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, p. 58.

<sup>219</sup> ACC – AR nº 180, 04/07/1935. Apud BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, p. 67.

<sup>220</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, p. 74 – 75.

<sup>221</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder...**, 1987, pp. 66, 82-83.

Como já fora apontado páginas atrás, a crescente demanda de energia elétrica requeria o aparato tecnológico montado pela Light nos rios Pinheiros e Tietê. Tanto pela construção de usinas hidrelétricas a jusante do trecho paulistano do Tietê, quanto pelo represamento das águas a montante do rio Pinheiros, de modo a controlar o nível das barragens dessas usinas, a Light constituía múltiplas estratégias econômicas e políticas (assim como a Companhia City) para assegurar plenamente a valorização de seu investimento, se valendo inclusive da fragilidade institucional do Estado brasileiro para que este sempre lhe assegurasse o cumprimento de seus planos e interesses no tocante aos seus negócios no país.<sup>222</sup>

Insistindo no raciocínio da autora, tais procedimentos adotados pela Light & Power consubstanciavam uma racionalidade muito avançada, a qual reconhecia que os benefícios impetrados às obras seriam elementos tornados espaço, produzindo uma materialidade que abririam novas possibilidades aos usos da terra. Assim, “o capital produtivo aplicado no circuito de produção de energia tinha também a propriedade de produzir materialmente a cidade e com isso os terrenos adjacentes às obras acumulariam um sobrepreço”, ou ainda “uma renda diferencial derivada dos investimentos projetados”. O período entre o Decreto Estadual nº 4.487, de 9 de novembro de 1928 e o de nº 8.372, de 23 de junho de 1937, marca o momento crucial da realização dos negócios da Light com as terras ribeirinhas tão requisitadas e tão potencialmente valorizáveis ao cabo dos melhoramentos que a própria companhia efetivaria na bacia do Pinheiros. Tendo adquirido seus primeiros terrenos já antes de 1928, a linha da enchente de 1929, a maior de todas naquele período, marcaria os terrenos a serem desapropriados e incorporados ao patrimônio da Companhia, o que não constituía em nenhuma dificuldade para a Light: bastava que fosse produzida uma enchente, por intermédio de um “adequado” manejo das barragens da própria companhia, para que, dessa forma, as águas da inundação atingissem o máximo nível possível. E ainda assim, a enormidade de pequenos e grandes proprietários nas terras às margens do rio Pinheiros demandaria certo esforço da Light em utilizar da legislação vigente para abocanhar o máximo possível de terrenos que seriam beneficiados pelas suas próprias obras ou melhoramentos.<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder...**, 1987, pp. 157 e 160.

<sup>223</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder...**, 1987, pp. 166, 172, 201 e 202.

Somem-se a esse caso as negociações operadas entre a Light, a Companhia Cidade Jardim e o Jockey Club de São Paulo, para que os empreendimentos de todos se viabilizassem: envolvia doação de terrenos em troca do pagamento dos benefícios operados pela Light, bem como os aterros necessários e a extensão de linhas de bondes para a Cidade Jardim (embora loteada desde a década de 1920, ainda desocupada na década seguinte) e ao futuro Jockey Club. Ainda assim, concluídos os trabalhos de retificação do rio Pinheiros, operou a Light, por intermédio do Decreto Estadual nº 15.022, de 10 de setembro de 1945, que apenas os terrenos desapropriados para as obras (que representavam uma superfície reduzida em relação à totalidade das terras que a Light & Power adquirira) fossem levadas à hasta pública, assegurando-lhe a maior parte de suas terras. A racionalidade interposta pela Light & Power, compondo preços a partir do mercado mundial, se exemplifica pelo caso de um ex-proprietário que, ao ter um terreno de 0,3 alqueires (7.260 m<sup>2</sup>) desapropriado em 19 de setembro de 1929, manifesta desejo em readquiri-lo, em julho de 1941. Tendo recebido 788\$600 na desapropriação, deveria pagar à Light & Power, calculados a cotação do dólar e os juros anuais de 7% incidentes no período de doze anos passados, a importância de aproximada de 4.110\$249, preço 520% maior!<sup>224</sup>

Como se vê, a Light & Power, no interior da racionalidade de seus negócios, constituiu um grande território economizado, prenhe dos projetos e institucionalidades que lhe interessavam e também a seus parceiros econômicos. Tornou-se proprietária, com certo esforço nos trâmites institucionais e legais, mas sem dispensar os grandes montantes de dinheiro investido em cerca de 21 milhões de metros quadrados de terras; sendo que apenas 10% das terras continuariam nas mãos dos antigos proprietários. Sua presença, citando Seabra, “se impôs como uma força avassaladora fundada numa racionalidade muito objetiva”, que estaria garantida de uma lado, “pelo domínio de conhecimento técnicos e científicos e de outro, pela lógica que preside o processo de produção de mercadorias”.<sup>225</sup> Dessa forma, retomando o disposto páginas atrás, a acumulação implica em extrema violência, em expropriação e muita dor e sofrimento para essas populações tragicamente removidas de suas antigas terras. Desde a imposição das leis e procedimentos do *trustee* à frágil institucionalidade brasileira e paulista daquele período, passando pela fabricação da enchente de 1929 e pelas negociações (poderíamos dizer *negociatas*?) com os

---

<sup>224</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder**, 1987, pp. 209, 219, 220, 232 e 233.

<sup>225</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder**, 1987, p. 244.

empreendedores dos demais projetos lindeiros às várzeas do rio Pinheiros (Companhia City, Universidade de São Paulo, Jockey Club de São Paulo, Companhia Cidade Jardim etc.), até chegar à apropriação de fato de tantas e tão “valiosas” terras neste “valioso” lugar, podemos reafirmar que, de fato, o Butantã e seus arredores seriam incorporados ao tecido urbano paulistano, a partir do final da década de 1940, tendo mais uma vez a marca da extrema violência da espoliação e expropriação. Na fronteira urbana, as relações estabelecidas parecem expor as fronteiras do humano.

\* \* \*

De modo a encerrar este tópico, proponho mais uma vez o acesso aos fluxos e caminhos: as estradas de ferro, consolidadas quanto ao seu papel e indutoras de tantas transformações no território paulista e nas tramas urbanas paulistanas.

O Butantã não esteve incluído entre as rotas para as ferrovias. Conforme apontado páginas atrás, tal fato decorreria de suas terras serem terras próprias aos caminhantes e tropas de muares, visto a sua conformação geomorfológica, que possibilita o uso de seus vários interflúvios para que os caminhos se distanciem da cidade e alcancem o sertão, e serem impróprias às condições técnicas para a implantação das linhas férreas. Essa ausência de ferrovias na região só confirmara o seu caráter rodoviarista, que se fortaleceu sobremaneira após a construção da São Paulo-Paraná (Estrada de Sorocaba e, posteriormente, Rodovia Raposo Tavares) e São Paulo-Mato Grosso (“Nova” Estrada de Itu e, posteriormente, Avenida Corifeu de Azevedo Marques) e também da Estrada de M’Boy-Itapecerica (Avenida Professor Francisco Morato e Rodovia Régis Bittencourt), conforme se verá em detalhes no Capítulo 2. Some-se, ainda, a construção de avenidas marginais à calha retificada do rio Pinheiros, após todo o processo apontado nas páginas anteriores.

E não porque não houvessem planos para tanto. Em 1908, Henrique Bucolini, subscrevendo o texto publicado pela *Empresa de Colonização Sul Paulista*, publica uma “Memoria descritiva”,<sup>226</sup> na qual se descreve, de modo pormenorizado, o provável trecho a ser percorrido pela ferrovia. Segundo o texto, o alinhamento, partindo de Pinheiros, encontraria o rio, cuja passagem estava calculada em 40 metros; logo após, seguiria pela margem direita do ribeirão Pirajussara, encontrando, no km 15, a “venda do Taboão”, descrito como “ponto de todos os viajantes do sertão”, onde uma bifurcação de estradas

---

<sup>226</sup> BUCOLINI, Henrique. **Memória Descritiva do Traçado da Estrada de Ferro que partindo desta Capital vae a Santo Antonio do Juquiá. 1ª secção – de São Paulo a M’Boy.** São Paulo: Empresa de Colonização Sul Paulista, 1908. Apud JORDÃO, M. F. **O Embu na história de São Paulo**, 1960, pp. 146-150.

conduzia, de um lado, uma para o M'Boy e outra, à esquerda, dirigia-se aos bairros de Campo Limpo e do Capão Redondo, “onde se ramifica uma rede de caminhos para Santo Amaro, Itapeperica e o sertão de Juquitiba”. Ainda, perto do km 22, encontrava-se um caminho que, subindo à direita, passava pelo bairro do Jaguaré<sup>227</sup> e se dirigia à “extincta Aldêa de Carapycuiba”. Daí, atravessando as alturas do morro dos Camargos (ou morro da Cruz) por galeria subterrânea, alcançaria o pelo vale o rio M'Boy-Mirim e a então “Freguezia do M'Boy”. O relatório segue listando as vantagens e os benefícios da passagem da linha férrea pelas “férteis”, “produtivas” e “agradáveis” terras de Taboão e Embu.

A Lei Estadual nº 1.034, de 17 de dezembro de 1906, autorizara o Poder Executivo a contratar a referida empresa, para que pudesse construir e explorar a ferrovia São Paulo – Santo Antônio do Jiquiá; além disso, autoriza ao engenheiro Felipe Nery Ewbank da Camara (ou à empresa que este organizasse) a construção e posterior exploração de outra ferrovia que, partindo de Santo Antonio do Jiquiá, terminasse na cidade de Santos. O Decreto Estadual nº 1.548, de 24 de dezembro de 1907, é assinada uma segunda concessão, ainda a Felipe Nery Ewbank da Câmara,<sup>228</sup> para que se construísse a linha entre Santos e Jiquiá. Entretanto, intentando poupar o tesouro público das garantias que o Estado oferecia a ambas as empresas, o governo decide propor à Empresa de Colonização Sul Paulista que desistisse da concessão, mediante indenização de 100 mil libras esterlinas, o que seria pago pela Brazilian Railway. Selado o acordo, é firmado contrato em 26 de julho de 1910, aprovado pela Lei Estadual nº 1.219-A, de 24 de novembro do mesmo ano. Estava encerrado o projeto que equiparia o vetor sudoeste com uma linha férrea e, segundo M. F. Jordão, “aquela imensa região do nosso litoral sul e os municípios do percurso da linha projetada permaneceram na sua pobreza e extremo atrazo em que ainda vive [em 1960] a sua minguada e sacrificada população”; a seu entender, tal empreendimento teria “dado àquela região e às localidades do seu percurso, a sua oportunidade de se ombrear em produção e desenvolvimento com as melhores zonas do Estado”.<sup>229</sup>

Além disso, não é demais observar que o traçado dessa linha férrea projetada, a partir de Pinheiros, coincidia exatamente com a afamada linha 4 do contemporâneo metrô de São

---

<sup>227</sup> Até a implantação do Centro Industrial Jaguaré a jusante do ribeirão de mesmo nome, junto às terras varzeanas de sua desembocadura no rio Pinheiros, na década de 1930, as terras às quais era dado esse nome estavam a montante do ribeirão Jaguaré, ou seja, no atual Distrito Raposo Tavares, na região entre os atuais km 15 e 17 da referida rodovia.

<sup>228</sup> Depois, a concessão passaria à “Brazilian Railway Construction” e, em seguida, para a “Southern São Paulo Railway”.

<sup>229</sup> JORDÃO, M. F. **O Embu na história de São Paulo**, 1960, p. 149-150.

Paulo, justamente aquela que “induz” a OUCVS, e que desde a década de 1950 figura nos planos metropolitanos de transporte, conforme demonstra o mapa da página a seguir. Ressalte-se que até este momento, março de 2013, esta linha ainda não detém todas as suas estações em pleno funcionamento, sendo a Estação Butantã, inaugurada em março de 2011, a única a atravessar a barreira do “além-Pinheiros”.

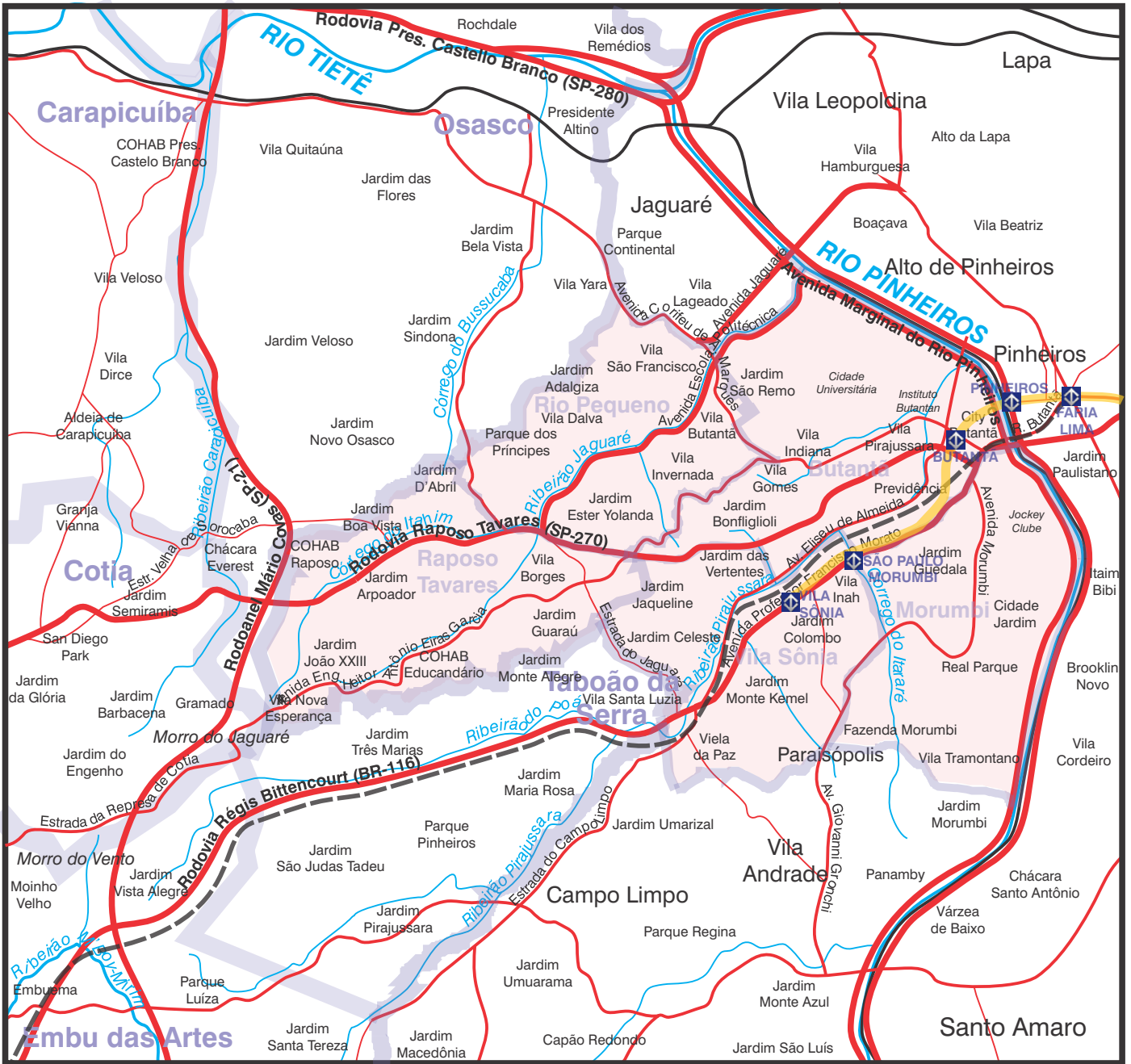
Dotado talvez de uma perspectiva desenvolvimentista, Jordão lamentava a não inclusão do Município de Embu das Artes na rota das “prósperas” zonas de passagem da linha férrea. Neste ensejo, Langenbuch afirma que os povoados nascidos e desenvolvidos como pontos obrigatórios de parada e pousio de tropeiros, como Cotia, Parnaíba e Juqueri, não teriam tido a atenção das empresas construtoras e concessionárias de linhas férreas, devido ao seu movimentado relevo (o que exigiria recortes e aterros onerosos demais), ao seu intenso casario (exigindo muitas desapropriações) e à “pequenez de seu mercado consumidor e suas pequenas expectativas de lucratividade”. Desse modo, essas paradas de tropeiros, em grande parte compostos por *caipiras* e *caboclos*, “sem nunca terem sido muito progressistas, viram suas possibilidades de desenvolvimento bastante tolhidas”.<sup>230</sup> Esses povos e povoados não teriam sido, portanto, requisitados para a “prosperidade” paulistana do início do século 20, porque ainda havia muitos imigrantes estrangeiros a serem explorados na manutenção dessa “prosperidade” e, ao que parece, os nativos não seriam suficientemente “disciplinados” para o mundo da indústria.<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> NBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 99-101.

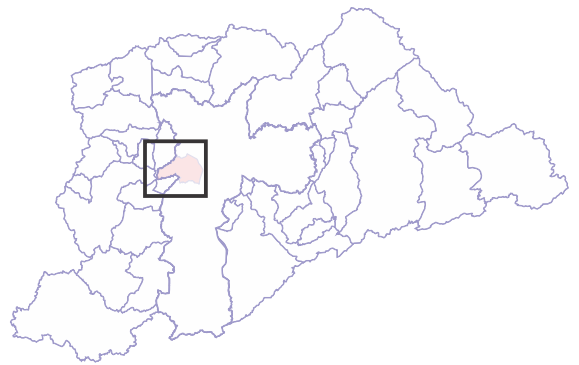
<sup>231</sup> “De onde obtinham os estabelecimentos a mão-de-obra? Onde residia esta? É provável que até certo ponto as várias fábricas tenham lançado mão da população caipira das vizinhanças, pelo menos para tarefas não carentes de especialização profissional. Mas, se tal recrutamento houve, deve ter sido diminuto, e restrito a algumas fábricas, pois, tanto nas indústrias da cidade, quanto nas implantadas nos arredores paulistanos, a proporção, a proporção dos operários brasileiros era pequena, em alguns casos desprezível; os estrangeiros predominavam largamente.” LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 110.

Mapa 1.8. Estrada de Ferro São Paulo-Juquiá (1908) e Linha 4 do Metrô (2013)



**LEGENDA**

- Subprefeitura do Butantã em 2013
- Limites Municipais da Região Metropolitana de São Paulo em 2013
- Limites dos Distritos da Subprefeitura do Butantã em 2013
- Rodovias e Vias Expressas em 2013
- Traçado proposto para a Estrada de Ferro São Paulo-Juquiá em 1908.
- Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo em 2013
- Rios, ribeirões e córregos



0 2 4 6 8 10 Quilômetros



Fontes: BUCOLINI, Henrique. *Memória Descritiva...*, 1908. Apud JORDÃO, M. F. *O Embu na história de São Paulo*, 1960; e SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). *Infocid@de*. Elaboração: SILVA, Marcio Rufino, 2013.

Decorreria daí, portanto, o afinamento econômico dos arredores paulistanos que não foram “agraciados” pela passagem das linhas de ferro, e que mantinham “na prestação de serviços à circulação, uma de suas principais funções ou mesmo a principal função”. Tanto que era, antes ainda de sua implantação, era temida pelos povos cuja subsistência se vinculava ao antigo sistema de transporte.<sup>232</sup> Esses povoados só seriam “rejuvenescidos” a partir da década de 1960, com o rodoviarismo que tomaria conta das diretrizes de transportes, em âmbito metropolitano e nacional.

Neste momento, caberia uma ponderação. A composição dos caminhos coincide com o contínuo e prolongado processo de dilaceração, destruição e varredura do elemento *indígena*, em primeiro lugar e, em seguida, do elemento *caboclo-caipira*. O processo de *modernização* ao qual nos referimos, tomada de assalto num repentino estalar da linha férrea, se configura assim como a ponta do iceberg da passagem do modo pré-industrial e pré-moderno à “nova” realidade industrialista. Milton Santos costumava afirmar, a esse respeito, que tempos *lentos* são subsumidos pelos tempos *velozes*.<sup>233</sup> Constitui-se, destarte, uma negatividade imposta ao movimento intrínseco ao capital, que produz o *tropeiro* e o descarta em seguida, em benefício do *condutor* de veículos motorizados.

O elemento caipira, nascido a partir da violência da colonização, inclusive aos corpos das mulheres indígenas,<sup>234</sup> é definitivamente descartado nessa “nova” ordem urbana que se processa a partir da imigração estrangeira. Quanto ao escravo, este libertado da violência do trabalho cativo, também passa às raias da invisibilidade e da anulação social nesse momento modernizador de início do século 20. E o mais interessante é observar que ambos os elementos, que até mesmo se confundem quando tratamos de indivíduos que são ao mesmo tempo *caipiras e descendentes de escravos*, são vistos por muitos autores que

---

<sup>232</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 98.

<sup>233</sup> “O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais”. SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço...**, 2003, p. 267.

<sup>234</sup> “Os brasilíndios ou mamelucos paulistas foram vítimas de duas rejeições drásticas. A dos pais, com quem queriam identificar-se, mas que os viam como impuros filhos da terra, aproveitavam bem seu trabalho enquanto meninos e rapazes e, depois, os integravam a suas bandeiras, onde muitos deles fizeram carreira. A segunda rejeição era a do gentio materno. Na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita a sua semente. Quem nasce é o filho do pai, e não da mãe, assim visto pelos índios. Não identificar-se com uns nem com outros de seus ancestrais, que o rejeitavam, o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro. Assim é que, por via do cunhadismo, levado ao extremo, se criou um gênero humano novo, que não era, nem se reconhecia e nem era visto como tal pelos índios, pelos europeus e pelos negros. Esse gênero de gente alcançou uma eficiência incedível, a seu pesar, como agentes da civilização. Falavam sua própria língua, tinham sua própria visão de mundo, dominavam uma alta tecnologia de adaptação à floresta tropical. Tudo isso aurido do seu convívio compulsório com os índios de matriz tupi”. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro...**, 2005, pp. 108-109.



pensam a modernização paulista da era da ferrovia-café-indústrias como elementos que não acompanharam essa modernização, porque simplesmente não eram recrutados, via de regra, nem para as lavouras do café (no período pós-abolição) e nem para as indústrias que começaram a despontar abundantemente na viçosa pauliceia dos 1900. As razões para tanto são apontadas em vários caminhos, desde a alegada “falta de qualificação profissional” até a “falta de disciplina para o trabalho livre”. Seja como for, são formas absolutamente cínicas de interpretação da realidade, porque o fato é que essas populações, já profundamente marginalizadas desde o início da colonização, só tiveram essa marginalização *aprofundada* a partir desse período. Volto a esse assunto em outras oportunidades.

No entanto, a negação a qual nos referimos dois parágrafos atrás não é de modo algum absoluta. Os tropeiros, alijados da importância regional (e nacional) que mantiveram até o advento das ferrovias, continuaram suas atividades trafegando pelas “estradas ordinárias”, complementando inclusive o transporte ferroviário. Langenbuch assinala, inclusive, que o largo dos Piques (atual Ladeira da Memória, ao lado do Metrô Anhangabaú) ainda era visto como a “boca do sertão” em 1890.<sup>235</sup> E era justamente dessa localidade que, desde a fundação de São Paulo, tomava-se o caminho de Pinheiros, Cotia, Sorocaba, Itu... Tanto que, durante muito tempo, muitos dos “povoados-estações” mantiveram nomes correspondentes às localidades trafegadas pelas tropas, mas distantes da linha férrea. Vejamos o quadro a seguir:<sup>236</sup>

<b>Aglomerados</b>	<b>Estações</b>
Lajeado Velho	Guaianazes
São Bernardo do Campo	Santo André
Mairiporã	Franco da Rocha
Aldeia de Carapicuíba	Carapicuíba
Aldeia	Barueri
Cotia	Itapevi

---

<sup>235</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 102. A esse respeito, o historiador Ernani da Silva Bruno escreve: “Nos anúncios dos almanaques de Seckler (de 1885 a 1888) ainda se encontram várias indicações que refletem essa função dos Piques: uma espécie de boca da cidade voltada para o sertão, com o seu chafariz, as suas pontes, os seus riachos, as suas hospedarias, as suas invernadas, os seus ferradores.” BRUNO, Ernani da Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**, vol. 3, 1953, pp. 1056-1059. Descrevendo a São Paulo de 1892, Raffard dizia que “os caipiras continuam a vir de manhã com seus burrinhos carregados, e pelas 11 horas alguns são ainda encontrados no velho mercado, outros preferem vender seus gêneros de porta em porta.” RAFFARD, Henrique. Alguns dias na Paulicéia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1892, p. 166.

<sup>236</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 104.

Assim, com o transporte contínuo via tropas de muares, tão presente até inícios do século 20, mantinha-se o uso de animais nas precárias estradas dos entornos metropolitanos, que começam a ter adequabilidade necessária ao automóvel (carros, caminhões e auto-ônibus) a partir da política rodoviária estadual alçada pelo governo municipal e estadual de Washington Luís, nas décadas de 1910 e 1920, conforme se verá no Capítulo 2.

O Butantã, relativamente diminuto em população durante todo o cinquentenário exposto neste tópico,<sup>237</sup> naquele momento constituía-se ainda crivado de terras rurais e composto de parques loteamentos rurais e urbanos; apresentava, contudo, claros sinais de intensas transformações em seu território, conforme exposto nesta longa apresentação. Passemos, assim, ao intenso período compreendido entre 1950 e 1980, quando ocorre o “boom dos loteamentos” nessas terras definitivamente incorporadas ao corpo urbanizado metropolitano a partir de então.

---

<sup>237</sup> O Subdistrito do Butantã, em 1954, equivalia aos atuais distritos de Butantã, Jaguaré, Morumbi, Rio Pequeno e Vila Sônia; excetuando o Jaguaré, tal unidade territorial corresponde aos distritos que compõem a atual Subprefeitura do Butantã. Desse modo, as estimativas populacionais anteriores a 1950, que chegam até nós, possuem essa imperfeição, a qual não devemos ignorar. Observamos a tabela a seguir:

Ano	População	Taxa de crescimento anual
1934	16.272	10,6159%
1940	29.809	1,1024%
1950	33.263	

Esses dados foram retirados de ARAÚJO FILHO, J. R. de. **A população paulistana**. In AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana, vol. 2**, 1958. No entanto, observando os dados do Censo Demográfico do IBGE de 1950 e considerando a atual conformação político-administrativa do município de São Paulo, a Subprefeitura do Butantã mais o distrito do Jaguaré, em **1950**, contavam **27.962** habitantes, ou seja, **5.301** habitantes a menos do que o apontado por Araújo Filho, o que não nos confere muita segurança estatística quanto ao ritmo de crescimento demográfico até aquele período. Seja o que for, resta-nos a convicção que, de fato, a população dessa vasta área do “além-Pinheiros” era realmente diminuta até 1950, cuja densidade demográfica estava em 592,923 hab./km<sup>2</sup>.

## O boom de loteamentos. Agentes privados e o lócus de espraiamento dos limites metropolitanos (1950 – 1980)

Eu nasci em Cotia, e eu vim para o Butantã mesmo quatro anos depois. [...] Meu pai também veio do interior de São Paulo com minha mãe, e não se acostumou lá no bairro Cotia, por causa do clima, *o meu pai veio então a cavalo*, porque não tinha asfalto, não tinha nada, ele veio a cavalo procurando um espaço para eles viverem, um lugar pra eles comprarem, um terreno, enfim. [...] Ele namorava minha mãe, que vivia em Cotia, também não nasceu em Cotia, também do interior de São Paulo, mas a minha vó comprou um espaço em Cotia e os filhos foram crescendo, tinha minha mãe, depois de adulto, *meu pai andava muito a cavalo por Cotia* e conheceu a minha mãe e começaram a namorar. [...] Meu pai andando a cavalo, conheceu minha mãe, começaram a namorar. Ela disse, “eu quero sair daqui, eu não gosto desse bairro, não gosto do ar daqui”, casaram em 1940, mas aí meu pai já tinha vindo a cavalo, que ele andava de bicicleta, ele ia namorar minha mãe de bicicleta, imagina, aí encontrou o bairro Vila Gomes, que é aqui, fica a dois quilômetros de onde eu moro, mas é Butantã. Achou interessante e viu uma casa lá, “vou alugar a casa, vou me casar, vou alugar a casa, vou tirar a Nena”, Nena é o nome de minha mãe, meu pai é Álvaro, “vou tirar a Nena de Cotia porque ela não se dá bem”.<sup>238</sup>

Este depoimento bem poderia sinalizar a transição entre o rural e o urbano operada na realidade metropolitana paulista e na brasileira, sobretudo após a década de 1950. Em se tratando especificamente do Butantã, vemos o quanto o uso quotidiano dos animais de carga e transporte era recorrente nesses períodos no trânsito intra-metropolitano, e o quanto a afluência de migrantes nacionais estava começando a suplantar a imigração estrangeira nas décadas intermediárias do século 20. Daí, o contexto desse depoimento.

Iracema, funcionária da Universidade de São Paulo desde 1978 e da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desde 1981, nos prestou um valoroso depoimento a respeito de traços da sua vida no Butantã, desde a sua infância. Tendo chegado à *Vila Pirajussara* (ou *Morro do Querosene*, como é mais conhecido) aos quatro anos de idade, na década de 1950, observou as grandes transformações que ocorreram (e continuam a ocorrer)

---

<sup>238</sup> Depoimento de Iracema, em entrevista concedida ao autor em 17 de setembro de 2010.

nas paisagens e na vida social dos arredores do velho Instituto Butantan. Fiquemos um pouco mais com sua fala:

Ele estava querendo trabalhar, então em São Paulo, para você ter um trabalho, era melhor... os dois, meu pai já trabalhava. E aí o meu pai trouxe a minha mãe para cá, e resolveram pagar aluguel nesta casa na Vila Gomes, que existe até hoje, essa casa tem quase cem anos. Só pintaram, só mudaram a cor, mas o jeito da casa ainda continua, aluga, se realuga, as pessoas vão embora, mudam outras famílias, então o dono, o dono da casa já não existe mais, somente filhos e netos, que mantêm a casa. [...] Só mudaram realmente a pintura dela, do mesmo jeito a casa. [...] Andando novamente a cavalo, meu pai veio mais pra cá, onde ele caiu no Morro do Querosene. Também não tinha asfalto, não tinha nada, nada, nada, mas ficou interessado pelo terreno porque era do lado de cima, e ele investigou perguntando para um vizinho dele, que era o único que tinha, se havia enchente, se havia algum problema ali no morro, ele disse, “não, não, estou bem instalado aqui. Não quer comprar um terreno aqui?” Meu pai disse, “vou pensar, vou consultar a Nena e vou pensar”. Nessas alturas, ele consultou a dona Nena e ela aceitou, vieram, visitaram o bairro e disse *“tem tanto... será que vai progredir, vai crescer esse bairro, tem tanta lama, não tem nada, nenhuma sinalização de que vai ter asfalto”, “mas vai crescer”*. [...] Ele se interessou pelo terreno, consultou a Prefeitura, consultou um vizinho do lado, o seu José, português, apelido dele era Zé Português, disse, “vou comprar esse terreno”, tem 384 m<sup>2</sup>, ele ficou encantado com o terreno, nessas alturas a minha mãe já estava morando também em São Paulo e trabalhando.

As dúvidas do Sr. Álvaro (pai de Iracema) quanto ao “desenvolvimento” do bairro poderiam ser muito bem justificadas. De fato, em meados da década de 1950, mesmo com todos os projetos em curso, tocados pela Light & Power, Companhia City, Universidade de São Paulo e o Jockey Club (este já instalado e em pleno funcionamento), conforme discutido no tópico anterior, havia muito o que fazer em termos de melhoramentos urbanísticos nessas terras onde ainda estavam começando a pulular em loteamentos. O bairro onde o Sr. Álvaro adquirira seu largo terreno e construía a sua primeira casa já era apelidado, a essa época, de *Morro do Querosene*, pois não havia fornecimento regular de luz elétrica e ainda, segundo Iracema, havia um senhor que transportava, em uma carroça, litros de querosene para vender o produto, já que “os moradores, cada um na sua, construindo a sua casa, de alvenaria ou de madeira, [...] tinham lampião, todo mundo usava

lâmpião, não tinha luz, não tinha nada”. No entanto, mesmo com o apelido que perdura até os dias atuais, o Morro do Querosene pôde começar a aposentá-lo já em 1959, quando, segundo Iracema, a energia elétrica finalmente chegara às casas do morro. Além da energia elétrica, as ligações de água e o asfalto agradaram seu moradores até 1962, para felicidade do Sr. Álvaro, que apenas seis anos antes ainda questionava se o bairro iria de fato se “desenvolver” ou não.

Precariedade por precariedade, temos o depoimento de Maria José Querido,<sup>239</sup> servidora aposentada pelo Hospital das Clínicas e autora do livro *Butantã e suas veredas*, sobre as penúrias quotidianas de um conjunto habitacional cujas casas foram financiadas aos funcionários e não-funcionários do serviço público estadual, também em meados da década de 1950. Trata-se do oficialmente denominado *Jardim Adhemar de Barros*, mais conhecido, contudo, como *Jardim Previdência* ou ainda *Parque da Previdência*, localizado no km 11,5 da Rodovia Raposo Tavares, sentido capital. Vejamos um trecho de sua história.

Então, foi na época que [Adhemar de Barros]<sup>240</sup> foi governador foi feito aqui, então criou-se a história da gente ser chamado por ordem numérica de inscrição. E eram dois núcleos aqui no Butantã, o núcleo de baixo, que realmente chama IPESP [Instituto de Previdência do Estado de São Paulo]<sup>241</sup> e o nosso núcleo aqui que estava sem nome. *E tudo isso aqui era um ermo, só tinha esse núcleo aqui, o resto tudo era campo, campo, campo, campo.* A Raposo Tavares só tinha uma [...] uma via, com duas mãos, pedregulhada, né, e então, na época que, já fazia tempo que essas casas estavam prontas, que se chamavam os funcionários. Tanto que eu fui, meu marido nos inscreveu, assim, mais ou menos quase que no fim. E foi descoberto que lá, o núcleo de baixo [IPESP do Caxingui], ele arrumou um jeito, e passou, e seria a casa pros jornalistas e radialistas. Tanto que lá, o nome das ruas é tudo nome de gente do rádio e televisão, de jornal, essa coisa toda. Então, aí os funcionários criaram caso. Nesse ínterim, entrou o Jânio Quadros,<sup>242</sup> aí o Jânio Quadros pôs ordem, falou, “não, vamos

---

<sup>239</sup> Entrevista concedida ao autor em 22 de julho de 2010.

<sup>240</sup> **Adhemar Pereira de Barros** foi Governador do Estado de São Paulo duas vezes. Seu primeiro mandato foi entre 14/03/1947 e 31/01/1951 e o segundo entre 31/01/1963 e 06/06/1966. Foi Prefeito do Município de São Paulo, entre 08/04/1957 e 07/04/1961.

<sup>241</sup> O bairro *Instituto de Previdência* se localiza no início da Avenida Professor Francisco Morato, aproximadamente entre os números 1.000 e 1.600, na vertente que desce pelo lado par dessa avenida.

<sup>242</sup> **Jânio da Silva Quadros**: foi Governador do Estado de São Paulo entre 31/01/1955 e 31/01/1959, sucedendo a Adhemar de Barros em seu primeiro mandato. Foi Presidente da República entre 31/01/1961 e 25/08/1961 e foi Prefeito do Município de São Paulo em dois mandatos: de 08/04/1953 a 31/01/1955 e 01/01/1986 a 31/12/1988.

chamar por ordem numérica”, já tava até gente morando aí e tudo né. Foi aí que eu consegui a casa aqui. Então, tinha um grupo de senhores aqui, você sabe como que é, bairro novo, juntava aqueles senhores, fazia reunião, fazia festinha... Tinha um senhor que passava na rua e falava, “olha, estão querendo que aqui se chame *Adhemar de Barros*, mas nós *não queremos esse nome*, vai ser Previdência do Alto”. E todo mundo se imbuuiu dessa ideia, e ficou Previdência, Previdência, então aqui chama Jardim Adhemar de Barros, mas todo mundo conhece como Previdência.

As reivindicações contra os critérios pouco transparentes de escolha das casas construídas pelo governo estadual e a luta pela conquista do nome para o bairro, que não fizesse lembrar a figura de Adhemar de Barros, *persona non-grata* desse referido grupo de moradores, logrou relativo êxito. Conforme indicado, o governo seguinte, ocupado no executivo estadual por Jânio Quadros, “pondo ordem” na questão, instituiu a convocação dos inscritos pela ordem numérica, o que possibilitou à família de Maria José Querido conseguir uma casa no conjunto, em 1956. A questão do nome oficial do bairro, como se sabe, não obteve o mesmo êxito, e o “Previdência do Alto” se transformou simplesmente em “Previdência”. No mais, tendo conquistado a casa própria, ainda havia muitas dificuldades a serem enfrentadas nessas terras desprovidas dos melhoramentos urbanos.

Como disse pra você, era [somente] esse núcleo aqui, Rolinópolis era campo, aqui onde é o INOCOOP até a Corifeu era campo, até a Francisco Morato era campo, não tinha nada, era nós aqui, isolados aqui! Então, esse grupo de senhores, daí, foi indo, foi indo, foi indo, foi conversar com o Prestes Maia,<sup>243</sup> que precisava ligar... Aqui, tudo casal jovem, tudo com filho pequeno, então, não tinha ponte pra atravessar o Pirajussara, era uma pinguela lá, um pau lá, e pronto. [Os ônibus só passavam na] Francisco Morato, e aqui a Raposo vinha um ônibus de Cotia... E só tinha esse ônibus. E pra você atravessar e pra pegar a Corifeu, era campo, era mato! [...] É... A gente tinha receio. E depois, mais pra lá, um pouquinho, tinha a Pedreira<sup>244</sup> que ainda estourava pedreira da KOTECA, [...] que agora é o núcleo lá debaixo, de residências lá debaixo, do INOCOOP agora. [...] Uma vez me falaram, mas isso não fui investigar, que ali onde tinham os... agora tem as piscinas, não sei, porque formou um lago

---

<sup>243</sup> **Francisco Prestes Maia**, arquiteto e engenheiro, foi Prefeito de São Paulo em dois mandatos: de 01/05/1938 a 10/11/1945 e de 08/04/1961 a 07/04/1965, desta vez sucedendo à gestão de Adhemar de Barros.

<sup>244</sup> Provavelmente naquelas terras pertencentes ao ex-escravo João Cepellos, em 1930, a quem lhe teriam sido usurpadas por Oscar Americano de Caldas, conforme apontado no tópico anterior.

natural, lá.<sup>245</sup> Natural, não digo, né, mas formou um lago lá, porque de estourar a pedreira formou um buraco e a molecada ia nadar lá e já morreu meninos lá, que chegou a morrer aqui. Porque água de pedra é gelada.

Este é um assunto que será verticalizado em outras oportunidades desta Tese, mas que já posso adiantar: é realmente notável o grau de influência ou infiltração que certos componentes de camadas sociais médias têm com os representantes do Poder Público. Por amizade ou grau de parentesco, ou por simples implicação, já que muitos desses representantes também advêm, *ipsis litteris*, das classes médias, certos grupos sociais parecem conseguir mais facilmente algumas benesses do poder público, para suas vidas pessoais e de suas famílias e também para sua rua ou seu bairro, do que outros grupos sociais menos “relacionados”. Assim, explica-se o caso da abertura da Avenida Benjamim Mansur, que por intermédio de um conhecido morador do bairro àquela época, *João Gualberto Negreiros dos Passos*, “polemista de primeira, de boas palavras, orador empolgado e muito afeito a conhecer as tramas e ‘acertos’ políticos”,<sup>246</sup> consegue uma escavadeira com o já ex-prefeito Prestes Maia e, junto aos outros “senhores”, abrem a dita avenida em terrenos que, àquela época, pertenciam ao *Instituto Nacional de Previdência Social* (INPS). Permitiu-se, assim, o acesso dos moradores do isolado “Previdência do Alto” ao comércio e às linhas de ônibus que trafegavam pela Avenida Corifeu de Azevedo Marques, sem mais aquela dura necessidade de se atravessar o “campo de mato rasteiro, fronteiro ao núcleo e margeando a Rodovia Raposo Tavares”.

E a ação desses “senhores” não parou por aí: num certo dia, intentaram resolver, definitivamente, os graves problemas sofridos pelos moradores do “Previdência do Alto” quanto ao transporte público;<sup>247</sup> destarte, seguiram até a rua Roquete Pinto, no “Previdência de Baixo”, arrancaram o ponto de ônibus e subiram até a Avenida Benjamim Mansur, próximo à Capela de São Lucas. Assim, enquanto Passos se mantinha pessoalmente no

---

<sup>245</sup> Fotografias aéreas de 1962 e 1972 mostram essa referida pedreira. Cotejando essas fotografias com as imagens aéreas posteriores, depreende-se que, após desativação da pedreira e aterro do lago, essa área tenha se transformado no *Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério* (CEFAM) do Butantã, extinto na década de 2000. Atualmente, abriga o *Clube da Cidade Butantã*, centro desportivo vinculado à Prefeitura de São Paulo.

<sup>246</sup> QUERIDO, Maria José Silva. **Butantã e suas veredas**, 1999, p. 73.

<sup>247</sup> A linha de ônibus mais próxima ao Jardim Adhemar de Barros, até meados da década de 1960, era a que fazia a ligação entre o município de Cotia e o bairro de Pinheiros, o único ônibus urbano que trafegava na Rodovia Raposo Tavares, denominada à época Estrada São Paulo-Paraná. Era comum a reclamação dos moradores quanto ao excesso de lotação do veículo (que passava em intervalos demasiado longos) e a péssima conservação desses veículos “quebradiços e lotados”. QUERIDO, Maria José Silva. **Butantã e suas veredas**, 1999, p. 74. Tamanho sofrimento tanto para os moradores de Cotia e quanto para os da “Previdência do Alto”.

antigo “ponto final” do ônibus para convencer os motoristas da alteração do itinerário, os demais senhores buscavam, “junto aos políticos amigos, uma ordem oficial ampliando a linha, a qual acabaram por conseguir”. No entanto, pouco depois, o ponto final daquela linha deixaria o bairro e faria seu ponto final no Jardim Bonfiglioli,<sup>248</sup> como até os dias atuais perfaz o caminho a linha 702C-10 administrada pela São Paulo Transportes (SPTTrans), Jardim Bonfiglioli-Metrô Belém.

Insistindo um pouco mais no “Previdência do Alto”, citamos um caso que diz respeito à aquisição dessas terras, em 1949, para que se construíssem os referidos conjuntos habitacionais. O Deputado Estadual Juvenal Sayon, em Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa estadual de 9 de setembro daquele ano, denunciava um provável ato de corrupção por parte do governo de Adhemar de Barros, envolvendo o processo de aquisição daquelas terras. Reproduzindo sua fala, o deputado afirmava que o Sr. *Porfírio de Oliveira Christe*, a Sra. *Carmela Perillo Christe*, sua esposa, e o Sr. *Antonio de Oliveira Christe* assinaram escritura pública em 21 de maio de 1949, comprometendo-se a vender a *Helio Moreira Salles* duas áreas de terras do Butantã, pela quantia de Cr\$ 11.026.000,00; neste momento, havia sido adiantado, por parte do comprador, Cr\$ 1.000.000,00. No entanto, exatamente dois meses depois, em 21 de julho de 1949, ambas as partes rescindiriam o contrato firmado em maio, recebendo a mesma quantia de um milhão de cruzeiros.

Porém, no mesmo dia, 21 de julho de 1949, os mesmos *Antonio de Oliveira Christe* e *Porfírio de Oliveira Christe* se comprometeram a vender o mesmo terreno ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), pela quantia de Cr\$ 25.381.520,00. Ainda, no ato da escritura de compromisso, os vendedores compromissários receberam a quantia de Cr\$ 13.000.000,00. Além disso, de acordo com o deputado, tamanha pressa em efetivar o “negócio” fez a “nova” escritura lavrada corrigir as divisas e confrontações dos terrenos. O Deputado questiona, ainda, as razões para o Sr. Hélio Moreira Salles ter se tornado fiador dos vendedores comprometentes, “assumindo graves e grandes responsabilidades, inclusive da apresentação da documentação e garantindo o preço recebido pelos comprometentes vendedores” e questiona também o porquê deste senhor não ter exigido a documentação de propriedade. Para conferir maior nível de gravidade ao seu discurso, coloca ainda sua

---

<sup>248</sup> QUERIDO, Maria José Silva. **Butantã e suas veredas**, 1999, p. 74.



dificuldade em conseguir os documentos da escritura pública, só recebida pela assessoria do deputado “mediante ameaça de requisição judicial”.<sup>249</sup>

As referidas escrituras, constantes no mesma ata da sessão publicada no Diário Oficial, detalham o sucessório das terras envolvidas na negociação denunciada pelo deputado Sayon. Os dois senhores de sobrenome “Christe”, família detentora de largas extensões de terras no Butantã, pelo menos desde o final do século 19, são filhos do casal João de Oliveira Christe e Maria Klein Christe. Estes, conforme apontado no tópico anterior, são os que adquiriram terras do sítio Pirajussara (antigo Potreiro Joaquim Antonio) de Arnaldo de Oliveira Barreto, em 1899 e um terreno de Josepha Maria de Oliveira, em 23 de março de 1900; adquiriram outros lotes, ainda, em 27 de janeiro de 1912 (no lugar chamado “Botequim”, “com frente para a estrada de Cotia, medindo onze braças por onze braças) e em 18 de novembro do mesmo ano, no lugar chamado Pirajussara, “fazendo frente para a estrada de rodagem que vai a Sorocaba”.<sup>250</sup>

Antonio Christe recebera, como doação de seus pais, em 6 de abril de 1942, uma chácara com o nome de “Cercado da Pedreira”, com a área de 484.000 m<sup>2</sup>, que corresponde ao atual *Jardim Adhemar de Barros* (ou bairro *Parque da Previdência*) mais a área ocupada atualmente pelo Parque da Previdência (parque municipal), importante reserva de Mata Atlântica da região e cuja centralidade diante dos acontecimentos referentes à OUCVS será destrinchada nos próximos capítulos. Porfírio Christe e sua esposa Carmela Perillo Christe receberam, na mesma data e nas mesmas condições, uma chácara com o nome “Pirajussara”, com a área de 145.200 m<sup>2</sup>, correspondendo ao atual bairro Instituto de Previdência, no Caxingui. A escritura faz referência, ainda, ao falecimento do casal João e Maria Klein Christe, provavelmente entre 1942 e 1949.<sup>251</sup> Além disso, conforme denunciara o deputado, houve uma nova medição da área das propriedades referidas entre as escrituras de maio e julho de 1949, e o “Cercado da Pedreira” ficou com 518.960 m<sup>2</sup> e a chácara “Pirajussara” com

---

<sup>249</sup> SÃO PAULO (Estado). 134ª Sessão Ordinária, em 9 de setembro de 1949. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 10 set. 1949, p. 19.

<sup>250</sup> ACC (*Acervo do Arquivo de Projetos e Bairros da Companhia City de Desenvolvimento*). **Memorial do Bairro “Jardim Caxingui”**, 6 out. 1952, p. 8.

<sup>251</sup> Em edição d’O Estado de São Paulo, do dia 22 de outubro de 1959, p. 22, consta anúncio de Missa de Centenário de Nascimento do já falecido João de Oliveira Christe, a ser realizada no dia seguinte, na igreja de Nossa Senhora de Monte Serrat, Largo de Pinheiros.

235.030 m<sup>2</sup>. Ambas propriedades, somando 686.960 m<sup>2</sup> de área, foram vendidas ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo ao custo de Cr\$ 37,00 por metro quadrado.<sup>252</sup>

Insistindo mais um pouco no teor de tantos números, cifras, marcos legais e artimanhas diversas colocados até aqui neste trabalho, percebemos em que termos as tramas de produção do espaço vão constituindo materialidades, que de forma alguma são neutras ou impassíveis na reprodução social. O espaço, materialidade e virtualidade, é francamente colocado, ele mesmo, como *estratégia*, desde os tempos coloniais, cuja lógica rende a lógica mercantil e do valor, ele próprio, repondo a ação dos “agentes” imobiliários. Poderia ser lida essa inferência na perspectiva do “sujeito automático” ou do “automovimento do dinheiro”, na acepção kurziana, induzindo aos “recortes e fragmentações” do espaço, ao grau infinito, conforme a acepção lefebvriana?<sup>253</sup>

E, nessas tão “férteis” terras para o mercado imobiliário urbano que definitivamente decidiu “atravessar” o rio Pinheiros, a Companhia City, pondo a vender o restante de seu loteamento no Butantã, lança mais três empreendimentos na região, a saber: Jardim Guedala (distrito do Morumbi), Jardim Caxingui e Vila Inah (ambos no distrito da Vila Sônia), todos na década de 1950. E estes não foram os únicos a essa época, que é marcada justamente pela visível profusão de loteamentos vazios da ponte do Pinheiros até os limites de Cotia e Taboão da Serra.<sup>254</sup> A esta época, esses embriões de bairros mereceram a atenção do geógrafo Renato da Silveira Mendes, que assim descreveu tais loteamentos:

Na margem esquerda rio Pinheiros, em contato com êsses bairros aristocráticos, ergue-se o Hipódromo do *Jockey Clube* de São Paulo, de recente construção e que veio a substituir a velha pista de corridas situada na Mooca. Faz parte da Cidade-Jardim, ainda hoje escassamente povoada.

---

<sup>252</sup> SÃO PAULO (Estado). 134ª Sessão Ordinária, em 9 de setembro de 1949. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 10 set. 1949, p. 20.

<sup>253</sup> “[...] O recorte passa por uma técnica científica (uma ‘prática teórica’) permitindo simplificar e discernir ‘elementos’ nos fluxos caóticos dos fenômenos. Deixemos de lado por um instante a aplicação de apologias matemáticas. Que escutemos as competências discursarem sobre o espaço pictural, sobre o espaço de Picasso, sobre o espaço das *Damas de Avignon* e de *Guernica*. Outras competências falam do espaço arquitetural, ou do espaço plástico, ou do espaço literário, da mesma forma que do ‘mundo’ de tal escritor, de tal criador. Os escritos especializados informam seus leitores sobre todos os tipos de espaços precisamente especializados: espaços de lazer, de trabalho, de jogo, de transportes, de equipamentos etc. Alguns não hesitam em falar de “espaço doente” ou de doença do espaço”, de espaço louco ou espaço da loucura. Haveria, uns por sobre os outros, (ou uns dentro de outros), uma multiplicidade indefinida de espaços: geográficos, econômicos, demográficos, sociológicos, ecológicos, políticos, comerciais, nacionais, continentais, mundiais. Sem esquecer o espaço da natureza (física), aquele dos fluxos (as energias) etc.” LEFEBVRE, Henri. **La production de l’espace**, 2000, pp. 14-15.

<sup>254</sup> Até fevereiro de 1959, data de sua emancipação, Taboão da Serra era um distrito pertencente ao município de Itapeverica da Serra.

Para além da Cidade-Jardim, a especulação imobiliária criou muito recentemente uma série de novos bairros – o *Jardim Guedala*, o *Jardim Leonor* e o *Jardim Morumbi*, cuja planificação obedeceu aos mesmos métodos dos citados “bairros-jardins”. Acham-se nos limites da área urbanizada e constituem uma das “frentes pioneiras” da metrópole em marcha. Trata-se de vasta área quase inteiramente despovoada, com um número insignificante de residências, mas que possui os principais melhoramentos urbanos (pavimentação a asfalto, água, esgôto, luz), em contraste com a maioria dos bairros periféricos das Zonas Norte e Leste, onde os loteamentos se limitaram exclusivamente à simples abertura de ruas, sem qualquer outro benefício para a população ali aglomerada.<sup>255</sup>

Esses bairros “aristocráticos” aos quais se referia Mendes são justamente o complexo de loteamentos de “alto” padrão que hoje evoluíram para o conjunto ao mesmo tempo definido e indefinido do tecido urbanizado paulistano dos nossos tempos: o Morumbi.<sup>256</sup> Pode-se afirmar que são conjuntos definidos justamente por apresentarem, junto à administração municipal, uma nomenclatura genérica e ao mesmo tempo político-territorial de “distrito”, compondo a atualíssima “Subprefeitura do Butantã”; são contornos definidos em lei, cujos limites incorrem numa racionalidade herdeira dos tempos metropolitanos que se impuseram à cidade de São Paulo atordoada com o repentino e explosivo crescimento urbano do século 20. O que igualmente aconteceu no Butantã, cujas fisionomias se transformaram radicalmente no período que por ora comentamos e analisamos, em um curtíssimo espaço de trinta anos.<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> MENDES, Renato da Silveira. **Os bairros da Zona Sul e os bairros ocidentais**. In AZEVEDO, Aroldo de. **A cidade de São Paulo**, vol. 3, 1958, p. 313.

<sup>256</sup> “Os ‘bairros-jardim tiveram, portanto, a capacidade de conferir uma determinada vocação funcional a um expressivo quadrante da periferia e dos arredores de São Paulo, a êles extremamente contíguo. Quanto ao uso residencial do solo, em Cidade Jardim-Morumbi se verifica uma grande dispersão de casas em meio a um número mais elevado de terrenos baldios. Repete-se mais uma vez o que se verificava anteriormente nos ‘bairros-jardim’: a ocupação relativamente lenta de loteamentos residenciais finos. Tal se deve tanto à pressão relativamente pequena, inferior à verificada nos destinados a classes mais modestas, quanto à especulação imobiliária, sempre mais intensa nos loteamentos finos. O caráter *sui-generis* de Cidade Jardim-Morumbi reside no fato de grandes extensões serem ali ocupadas por instalações destinadas a uso público e semipúblico, que se entremeiam com as residências. No setor recreativo há a destacar o ‘Jóquei Clube’ e o ‘São Paulo Futebol Clube’, ambos, sobretudo o primeiro, ocupando grandes espaços. Aí se instalou também a sede da ‘Rádio e Televisão Bandeirantes’, ocupando um edifício de vários andares, que sobressa na paisagem. A mesma característica morfológica é assumida pelo hospital infantil da ‘Legião Brasileira de Assistência’. Nos últimos anos o Morumbi adquiriu importante função político-administrativa, por aí se ter localizado a sede do poder executivo estadual, instalado no ‘Palácio dos Bandeirantes’, edifício anteriormente destinado a uma universidade particular que não chegou a ser fundada. Cidade Jardim-Morumbi é o único setor periurbano em que encontramos a referida combinação de usos do solo (apenas em parte funcionalmente interligados) e a paisagem dela decorrente.” LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 219.

<sup>257</sup> “A sudoeste da cidade se desenvolveu uma área periurbana que se destaca por suas características funcionais e morfológicas. Trata-se da área genéricamente conhecida por Morumbi (mais ao Norte) e Cidade Jardim (mais ao Sul),

A indefinição dos limites do Morumbi se deve ao mercado imobiliário, sobretudo. Colocamos o “sobretudo”, porque não se trata tão-somente do mercado imobiliário *strictu sensu*, e sim de um imaginário cuja concretude se faz sentir na vida quotidiana. Permitamos um exemplo pessoal: nas idas e vindas do mercado de trabalho, prestar serviços a uma universidade particular por vezes compõe a agenda de um recém-mestre, cujo ofício consiste, muitas vezes, em preparar “profissionais” da educação. Daí, nas relações pessoais estabelecidas (inevitáveis, em certo nível), ouço de uma colega que sua residência estaria no Morumbi (“moro no Morumbi”). Pois bem. Meses depois, a mesma colega deixa escapar que sua residência é mantida num certo bairro chamado “Rolinópolis”. Daí, quem conhece e/ou circula diariamente pelos congestionados caminhos de Butantã do início do século 21, sabe muito bem que “o tal” do “Rolinópolis” está, pelo menos, a dois quilômetros dos principais pontos de referência do “tal” do Morumbi (Estádio do Morumbi, Palácio dos Bandeirantes e Fundação Maria Luiza e Oscar Americano). Por sinal, esse Sr. Oscar Americano, o qual nomeia essa fundação, é filho daquele Oscar Americano de Caldas que intentara se apossar, ilegalmente, das terras adjudicadas ao ex-escravo João Cepellos. É interessante notar como certas pessoas são recorrentes em certos lugares...

Enfim, retornando ao raciocínio que ora constituo, a Companhia City nos revela outros importantes nomes na composição genética da propriedade nessas terras “valorizadas” da década de 1950. A área ocupada pelo loteamento “Jardim Caxinguy”, por exemplo, tem a seguinte cronologia dos títulos de domínio:

- A Companhia City adquiriu, na verdade, duas propriedades diferentes. A primeira gleba foi adquirida, em 18 de janeiro de 1950, por compra a *Julia de Almeida Prado Penteado* e *Carlos Alberto Penteado*. Em 19 de setembro de 1944, Julia Penteado, viúva, a havia adquirido em meação, no inventário de seu falecido marido *Alberto Penteado*; Carlos e Alberto Penteado a adquiriram, em 22 de maio de 1926, de *Luiz Theodoro Beu* e sua esposa *Fidencia Clementina Beu*, “uma chácara de doze alqueires, mais ou menos” (290.400 m<sup>2</sup>).

---

e que além dos loteamentos homônimos abrange vários outros, como Jardim Guedala e Jardim Leonor. Uma das características marcantes de Cidade Jardim-Morumbi é a de ser área residencial fina. Neste particular, constitui uma repetição do que se verificou no período anterior com os ‘bairros-jardim’ (Jardim Paulista, América, Europa e Paulistano), naquela época sítos na periferia da cidade. Cidade Jardim-Morumbi em certo sentido nada mais é do que um prolongamento dos ‘bairros-jardins’, dos quais apenas está separado pelo canal do rio Pinheiros e por trechos pouco edificados sito à margem direita do citado rio.” LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, pp. 218-219.

- A segunda gleba fora adquirida em *permuta* com o IPESP, conforme escritura de 16 de junho de 1951; o órgão estadual a adquirira de Antonio de Oliveira Christe (solteiro, como vimos) e Porfirio de Oliveira Christe e sua esposa Carmela Perillo Christe, em 29 de dezembro de 1950, nomeada a essa época “Cercado da Pedreira”, medindo 686.960 m<sup>2</sup>. Como também já vimos, Antonio e Porfirio Christe adquire essas terras após doação de seus pais, João e Maria Klein, em 6 de abril de 1942. João de Oliveira Christe, por sua vez, adquiriu esses terrenos de *Josepha Maria de Oliveira*, em 8 de novembro de 1912, “no lugar chamado Pirajussara, bairro dos Pinheiros, fazendo frente para a estrada de rodagem que vai a Sorocaba”; outra parte foi adquirida de *João Berindo de Andrade*, em 27 de janeiro do mesmo ano (escritura de 7 de dezembro de 1911), no “Botequim” (conforme já vimos); a última parte, finalmente, fora também adquirida de *Josepha Maria de Oliveira*, em 23 de março de 1900, localizada no sítio Pirajussara.<sup>258</sup>

Como se vê, esses são os nomes recorrentes nessas terras ocupadas pelos bairros da Companhia City e pelos projetos habitacionais havidos pelo IPESP: os Christe. A família Beu, também mencionada na cronologia acima, até nomeava alguns logradouros das suas terras que, curiosamente, aparecem com o nome de “Cachinguy” no mapa do Sara Brasil, de 1930 e “Villa Caxinguy” no mapa da Light & Power, de 1943, e com arruamentos totalmente diferentes daqueles implantados pela Companhia City, a partir de 1952.

Assim, para que possamos compreender melhor a natureza e a profusão desses loteamentos nas terras de Butantã nesse período, analisemos o estado de implantação dos bairros (urbanos e rurais) entre 1940 e 1974, na área da Subprefeitura do Butantã.<sup>259</sup>

- **Anteriores a 1940.** Cidade Jardim (cerca de 1920), Butantã (entorno da Avenida Doutor Vital Brazil, aparecendo pela primeira vez nos mapas de São Paulo em 1916), Vila Butantan (permanece com esse nome até os dias atuais, na vertente sentido Osasco da Avenida Corifeu de Azevedo Marques) e Villa Lageado (no atual distrito de Jaguaré). Obs.: a respeito desses loteamentos, há registros sobre a sua “urbanização” na década de 1920, pela Companhia City. A Vila Pirajussara (Morro do Querosene), um dos bairros pioneiros na área, aparece como arruamento já em 1930, com o levantamento do Sara Brasil; no entanto, conforme mostramos algumas páginas atrás por intermédio do depoimento de Iracema, sua efetiva “urbanização” começa a ocorrer aproximadamente em 1945. Os levantamentos

<sup>258</sup> Cf. ACC. **Memorial do Bairro “Jardim Caxingui”**, 6 out. 1952.

<sup>259</sup> Adaptado de LIMA, Marisa Davi. **Os conjuntos habitacionais**, 1980, pp. 38-39.

cartográficos do período indicam, no eixo da Estrada São Paulo-Paraná (atual Rodovia Raposo Tavares), os bairros rurais de Itahim<sup>260</sup> (km 17 a 20), Jaguaré (na região do atual Jardim Boa Vista e Jardim D’Abril, km 16), Água Podre (km 14 e 15), Pery-Pery (km 13) e Vila Clotilde (km 11); no eixo da Estrada do M’Boy (atual Avenida Professor Francisco Morato), Barreira (confluência da atual Vital Brazil com a Francisco Morato), Bairro do Botequim (atual Jardim Guedala e parte do Jockey Clube) e Pirajussara<sup>261</sup> (atual Vila Pirajussara), Cachinguy (ou Villa Cachinguy), Itararé (atual Vila Sônia) e Fazenda Morumby. Há também, em 1930, referência à Vila Gomes, com arruamento e os nomes atuais, porém com baixíssima densidade ocupacional.

- **Entre 1940 e 1949.** Vila Sônia, Vila Campo Belo e Lar São Paulo (distrito de Vila Sônia).
- **Entre 1950 e 1954.**
  - **Butantã:** Jardim Adhemar de Barros, Instituto de Previdência, Rolinópolis, Jardim Caxingui, Jardim Peri-Peri, Jardim Bonfiglioli, Jardim Pinheiros.
  - **Rio Pequeno:** Vila Madeiral, Jardim Centenário, Jardim d’Abril, Jardim Maria Luiza.
  - **Vila Sônia:** Vila Sabiá (Caxingui), Vila Inah, Jardim Trussardi, Jardim Rebouças, Jardim Colombo, Jardim Brasileira, Jardim Oriente, Jardim Jussara.
  - **Raposo Tavares:** Jardim Lúcia, Jardim Arpoador.
- **Entre 1955 e 1959.**
  - **Butantã:** Vila Gomes, Jardim Christe, Jardim São Gilberto.
  - **Rio Pequeno:** Vila Ester, Vila Tiradentes, Parque Malagoli, Vila Universitária, Jardim Ivana, Vila Ramos, Jardim Neide, Sítio Invernada Grande (Vila Gomes), Jardim Farah, Vila Maria Lucia (Jardim Esmeralda), Jardim São Domingos, Jardim Califórnia, Vila Rio Pequeno.
  - **Vila Sônia:** Jardim Leila, Vila Albano, Jardim Nilson, Jardim Rose Mary, Jardim Taboão.
  - **Morumbi:** Jardim Guedala, Jardim Leonor, Jardim Everest.
  - **Raposo Tavares:** Jardim Cambará, Jardim Gilda Maria, Jardim Batalha, Jardim Lucio de Castro, Jardim Claudia.

---

<sup>260</sup> Nome de um córrego afluente do ribeirão Jaguaré, em seu alto curso, que margeia a Rodovia Raposo Tavares, sentido interior, entre o km 16 e 19, conforme apontado nos mapas das páginas anteriores.

<sup>261</sup> Essas três localidades rurais: Botequim, Barreira e Pirajussara, aparecem em um mapa de 1913, no destaque do “Districto de Paz do Butantan”, conforme apontado no Mapa nº 1.6 desta Tese.

- **Entre 1960 e 1964.**
  - **Rio Pequeno:** Jardim Esther, Vila Alba, Jardim Sarah, Jardim Odete, Vila Antonio, Jardim Ester Yolanda.
  - **Vila Sônia:** Jardim Celeste, Jardim Monte Kemel.
  - **Raposo Tavares:** Jardim São Jorge, Jardim das Esmeraldas, Jardim Rubio, Jardim Uirapuru.
- **Entre 1965 e 1969.**
  - **Butantã:** Cidade Bandeirantes, Jardim Rizzo.
  - **Rio Pequeno:** Vila São Luiz, Vila Nova Alba, Jardim Adalgisa.
  - **Vila Sônia:** Jardim Celeste, Jardim Monte Kemel, Jardim das Vertentes, Jardim Colombo.
  - **Raposo Tavares:** Jardim São Jorge, Jardim Rubio, Jardim Uirapuru.
- **Entre 1970 e 1974.**
  - **Butantã:** Jardim Esmeralda e Conjunto Residencial Butantã.
  - **Rio Pequeno:** Jardim dos Cataldis.
  - **Vila Sônia:** Jardim Vasami, Jardim Alvorada,
  - **Raposo Tavares:** Jardim Rosa Maria.
  - **Morumbi:** Parque Real, Jardim Jules Rimet.
- **Clandestinos até 1974.**
  - **Rio Pequeno:** Jardim Nelly, Jardim Tropical, Vila Polopoli, Vila São Luis, Vila Dalva.
  - **Vila Sônia:** Jardim Caboré, Jardim Jaqueline, Jardim Londrina, Vila Campo Belo, Vila Morse, Vila Prado, Jardim Maria do Carmo.
  - **Raposo Tavares:** Vila Borges, Educandário, Jardim João XXIII, Jardim Guaraú, Jardim Boa Vista.
  - **Morumbi:** Paraisópolis.

Entre 1950 e 1980, como vimos, o Butantã começa a adquirir complexos contornos de um mosaico de bairros. Esses bairros, nascidos a partir de loteamentos brotados do chão

tal como cogumelos, parecem ter seguido a lógica reinante na São Paulo desse período, e que pretendemos reconstituir a partir do ocorrido nessa região.<sup>262</sup>

Figura 1.3. Anúncios publicitários de loteamentos no Butantã (1953-1970)

**Reabertas**  
 as vendas de magníficas lotes de terrenos em ROLINÓPOLIS.  
 Melhoramentos executados: Guias, Sargetas, Asfalto, Galerias de Águas pluviais e Bocas de Lobo. Ponte de concreto armado, sobre o Rio Pirajussara, de ligação com o bairro de Caxingui.  
 Agora estamos vendendo os lotes da 2ª gleba. Estes têm as mesmas características que fizeram o sucesso das vendas anteriores. Pertencem ao 4.º Centenário da Cidade de São Paulo sendo proprietário na cidade que mais cresce em todo o mundo!  
**ROLINÓPOLIS**  
**F. ROLIM GONÇALVES**  
 Rua Libero Badaro, 50 - São Paulo - SP - Tel. 38-4772 - São Paulo

**ENTRE!  
 A CASA É SUA!**  
 e já está pronta para V. morar  
**Jardim PERI-PERI**  
**37 EXPLÊNDIDAS RESIDÊNCIAS**  
 Cada uma delas isolada em dois talões, com jardim, piscina, 2 banheiros, sala, cozinha, lavanderia completa, social, quarto e banheiro para azeitado, banheiro, garagem e etc. Reservas para dar conta!  
**ÁGUA-LUZ LIGADA - PARTA CONDUZIDA**  
 Com seu investimento de 100.000,00, o senhor tem JARDIM PERI-PERI, sua localização entre as estradas de Superlotação e Vila e S. Paulo-Franca, com acesso por 5 linhas de ônibus, Estação de C.T.C. Ferrovia - Tatuapé - Guarulhos - Itaquera (Via Paulistana) - que tem a ligação direta com o centro da cidade.  
 A PARTIR DE CR\$ 192.000,00 E COM ANUAL  
**CR\$ 10.000,00**  
 De sinal, V. receberá as chaves de sua casa! 80% em 15 anos.  
**COMPANHIA IMOBILIÁRIA E AGRÍCOLA SÃO PAULO-PARANÁ**  
 Rua 18 de Maio, 106 - 112-5000 - Tel. 33-1331 - SÃO PAULO

**CEASPA**  
 Cia. Edificadora Auxiliar de S. Paulo  
**Jardim Bonfiglioli**  
 TOTALMENTE ASFALTADO  
 A 1.500 metros da Av. São Carlos. Frente para av. S. Paulo-Caixa  
**400 RESIDÊNCIAS TERNAS EM CONSTRUÇÃO E TERRENSOS A PRESTAÇÃO.**  
 A verdadeira solução de sua casa própria.  
**Agua e luz** desde o primeiro dia 17 e lançamento do maior sucesso de atualidade - JARDIM BONFIGLIOLI!  
**APENAS 5% DE ENTRADA**  
 Rua São Paulo, 100 - São Paulo - SP - Tel. 38-2121 - São Paulo

**Faça-se proprietário...**  
 DE UM TERRENO NO LOCAL DE MAIOR VALORIZAÇÃO DA CIDADE!  
 A 2000 metros da Av. Rebouças, a 18 km. de Foz de Iguaçu, por uma estrada!  
**Jardim ARPOADOR**  
**APENAS CR\$ 650,00**  
 de prestação em 60 meses, com entrada a seu gosto!  
**IMOBILIÁRIA FONGARO**  
 Rua Vinte e Nove de Abril, 124 - 10060-000 - São Paulo

**Esta é a sua chance de construir CASA PRÓPRIA!**  
 Lotes de 300 m² com 12 mts. de frente  
**PEQUENA ENTRADA** + PREÇOS FIXOS E SEM JUROS  
**LONGO PRAZO** + SEM CORREÇÃO MONETÁRIA  
**JARDIM DAS VERTENTES**  
 em frente ao Jardim Bonfiglioli Via Raposo Tavares Km 13 (da praça da Sã)  
**GRANDE VANTAGEM** e COSTA, para quem não quer pagar nada de entrada.  
**COMPRETOS NO LOCAL** QUANTIDADE  
**COMERCIAL IMOBILIÁRIA CHEQUER LIMITADA**  
 Vendas: Romão Chequer

Fontes: BUTANTÃ. **Diário Popular**, 28 jan. 1935 (ACC)<sup>263</sup>; ROLINÓPOLIS. **Folha da Manhã**, 8 mar. 1953, p. 4; JARDIM PERI-PERI. **Folha da Manhã**, 21 jun. 1953, p. 12; JARDIM BONFIGLIOLI. **Folha da Manhã**, 3 set. 1953, p. 4; JARDIM ARPOADOR. **Folha da Manhã**, 20 nov. 1955, p. 49; JARDIM DAS VERTENTES. **Folha de São Paulo**, 29 mar. 1970, p. 22.

<sup>262</sup> “Como exemplos de núcleos surgidos ao longo de estradas com linhas de ônibus podemos citar: [...] Caxingui, Vila Sônia e Ferreira (na estrada do Embu, entre Butantã e Taboão da Serra), Vila Indiana e Vila Gomes (na estrada de Itu, entre Pinheiros e Osasco). Muitos destes núcleos suburbanos, cujo desenvolvimento se apoiou inicialmente nos ônibus destinados a lugares mais afastados, passaram a contar posteriormente também com ônibus a eles destinados especificamente, fruto de sua ocupação. É o caso de Vila Sônia e Ferreira. [...] Como o desenvolvimento inicial do subúrbio é fruto do ônibus (ao contrário do que ocorre com os ‘subúrbios-loteamento’ referidos, nos quais o ônibus é fruto do desenvolvimento urbano), julgamos viável emprestar a este tipo genérico de núcleo o nome de ‘subúrbio-ônibus’.” LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, p. 201-202.

<sup>263</sup> ACC: Acervo do Arquivo de Projetos e Bairros da Companhia City de Desenvolvimento.



A partir dos núcleos mais antigos, aqueles formados antes da década de 1940, houve a configuração mais ou menos clara do que viria a ocorrer posteriormente na ocupação desses espaços: abre-se o loteamento em terras mais longínquas, tomando como exemplo o Jardim Arpoador, a 19 quilômetros do Centro e distantes seis quilômetros ao loteamento vizinho mais próximo àquela época (novembro de 1955), o Jardim Pinheiros, km 13 da Rodovia Raposo Tavares.<sup>264</sup> O anúncio do “produto” vende um “lugar saudável”, com “lotes planos, altos e secos”, e afirma, ainda, que tal loteamento “veio ao encontro de seu desejo para resolver seu problema e garantir-lhe o futuro!” Vejamos a parte mais enfática desse anúncio publicitário de quase sessenta anos atrás:

Considere a valorização extraordinária que terão seus terrenos, tal como sucedeu com outros loteamentos próximos, e segure essa oportunidade! Com uma pequena parte de suas economias mensais, Você poderá multiplicar o seu capital, pois um terreno sempre se valoriza e o dinheiro perde o seu poder aquisitivo. Faça uma visita ao local e reserve o seu lote, garantindo, assim, um excelente negócio! É fácil ir ao Jardim Arpoador! Acha-se a 18 e ½ klm. da Praça da Sé, por estradas pavimentadas até o local. Condução direta, tendo ponto inicial no Anhangabaú e passando em frente ao terreno.

Impressionante a atualidade de alguns elementos dessa propaganda. Com a distância de seis décadas necessária à compreensão das formas de expressão constantes no teor do texto e nos elementos valorizados então pelo “marketing” imobiliário (luz ligada em frente ao terreno, condução na porta etc.) que pouco se parecem com os lançamentos dessa natureza na segunda década do século 21, me parece que esse “produto” fora lançado a um determinado perfil de clientes: pessoas de uma classe média com posse de relativa poupança, mas com rendimentos mensais não tão altos, se comparado aos das classes médias mais abastadas (diríamos *classe média alta*) e por isso o acento à mensalidade (de baixos preços) dos pagamentos possíveis dos lotes. Além disso, o apelo à expansão de suas poupanças por intermédio de um investimento alusivamente “mais seguro”: o mercado de

---

<sup>264</sup> “As ‘auto-estradas’ surgiram tendo em vista o tráfego extra-regional, em atendimento a uma necessidade que já se fazia sentir, de há muito. Contudo, as ‘auto-estradas’ passaram a ter participação destacada no processo de metropolização dos arredores paulistanos. Isto por permitirem um tráfego rápido e intenso – vantagem não proporcionada pelas rodovias de tipo comum -, e por terem sido instaladas em áreas ainda pouco afetadas pela suburbanização, onde grandes glebas ainda não retalhadas estavam potencialmente à disposição do processo. [...] A ‘auto-estrada’ favorece o desenvolvimento suburbano das áreas lindeiras, por lhes facilitar o acesso a São Paulo, mas localmente não o atrai ou o faz de maneira diversa da rodovia comum.” LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**, 1971, pp. 205-206.

terras aparece menos vulnerável às intempéries econômicas, porque “sempre” se valoriza, ao contrário do dinheiro, que “perde o seu valor aquisitivo”. Além disso, o que a meu ver é o mais notório nesse discurso publicitário, é a referência à *terra urbana* quase que exclusivamente em seu *valor de troca*, como meio de efetivar, sem muitos melindres linguísticos, a pura *especulação imobiliária* e a valorização do valor por intermédio do exclusivo da propriedade. Essas classes médias, destituídas a priori dos meios de produção (inclusive de sua própria casa), se põem incluída, alegoricamente, no fastidioso mundo da especulação, tal como uma espécie de *mimese* da acumulação operada pela burguesia.

Quanto do Butantã contemporâneo não inclui esse mesmo tipo de relação social posta na vida quotidiana? Quanto dos lançamentos imobiliários contemporâneos nesses distritos da Zona Oeste paulistana não reforça, igualmente, o sentido de uma acumulação que muito de longe se assemelha à grande acumulação, tão fugaz ao domínio da maioria da população, inclusive essas classes médias fantasiosamente burguesas? Ontem e hoje, a classe média poderá “ir ao paraíso”<sup>265</sup> da grande acumulação? Pelo menos no caso do Jardim Arpoador, fotografias aéreas de 1962 mostram que já havia nesse local uma grande concentração de construções, que só se adensariam a partir de 1970, quando outros bairros já compunham o intrincado mosaico (parques, vilas e jardins) do atual Distrito Raposo Tavares. As décadas de 1980 e 1990 só vieram consolidar o domínio dessas terras tão avançadas e tão pioneiras na urbanização desse eixo rodoviário.

Este é um exemplo, apenas um exemplo do que se constituía no Butantã das décadas de 1950 e 1960. Grandes glebas se transformavam, rapidamente, em bairros quase inteiramente ocupados. O quadro de crescimento populacional paulistano desse período, comparado ao crescimento dos distritos, revela o ritmo do incremento demográfico daqueles anos. Vejamos a tabela a seguir.

---

<sup>265</sup> Cf. A CLASSE OPERÁRIA vai ao paraíso. Direção: Elio Petri. Itália, 1971. 126 min./cor. O filme conta a história de um operário dedicado, e por tal razão odiado pelos seus colegas de trabalho. Lulu, ao mesmo tempo em que se alija dos movimentos de protesto de sua classe, vive os sonhos de consumo da classe média. Mostra, de forma no mínimo interessante, as tramas da alienação do chão da fábrica e da vida quotidiana.

**Tabela 1.3. População e taxa de crescimento demográfico anual em São Paulo e Subprefeitura do Butantã (1940 – 2010)**

<b>Ano</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Taxa de crescimento</b>	<b>Subprefeitura do Butantã</b>	<b>Taxa de crescimento</b>
<b>1940</b>	1.326.261	5,18	29.809	N/A
<b>1950</b>	2.198.096	5,58	24.372	9,54
<b>1960</b>	3.781.446	4,59	60.629	9,96
<b>1970</b>	5.924.615	3,67	156.693	6,17
<b>1980</b>	8.493.226	1,16	285.031	2,32
<b>1991</b>	9.646.185	0,88	366.737	0,32
<b>2000</b>	10.434.252	0,75	377.576	0,14
<b>2010</b>	11.244.369		383.061	

Adaptado de: *Infocidade/SMDU* (Prefeitura Municipal de São Paulo)

Dados de 2010: *Censo IBGE 2010* (Município de São Paulo) e *Fundação Seade* (Subprefeitura do Butantã)

Nesse período, percebemos o ritmo de crescimento demográfico quando comparamos a realidade das terras de Butantã ao município como um todo. Entre 1940 e 1980, o município de São Paulo apresentava altíssimas taxas de incremento demográfico anual (4,75% em média) e a Subprefeitura do Butantã, entre 1950 e 1991, apresentou taxas superiores às da cidade (6,84% em média). Contudo, observando o movimento verificado após o Censo de 1991, o Butantã passa a crescer em taxas inferiores ao município (0,23% em média na Subprefeitura contra média de 0,81% no município entre 1991 e 2010).<sup>266</sup>

O Butantã, ao despontar da década de 1970, guarda aspectos peculiares, que merecem algumas páginas. Um deles é a querela em torno de uma antiga paineira localizada no cruzamento entre as avenidas Vital Brazil e Francisco Morato, cujo mito constituía um dos símbolos mais presentes no Butantã; tão presente que, entre 1965 e 1974, figurou por algumas vezes na mídia impressa paulistana, por conta das festividades e honrarias criadas ao redor desse “símbolo” paulistano.

<sup>266</sup> “Para fins operacionais, assumimos que a fronteira corresponde às áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2000 que apresentam taxas de crescimento demográfico superiores a 3% ao ano no período de 1991 a 2000. Analogamente, denominamos ‘periferia consolidada’ as áreas com taxas de crescimento entre 0% e 3% ao ano e consideramos toda a área com crescimento negativo como sendo a ‘cidade consolidada’. [...] Na periferia consolidada grande parte dos equipamentos sociais está presente, e a política social tende a incluir outros elementos, como melhoria do ensino básico e das condições de moradia e acesso ao mercado de trabalho e ao crédito.” MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org.) **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**, 2005, p. 107-108.

Em 1965, a *Sociedade Amigos da Cidade* convidou “os homens de bairro” para participarem do primeiro Festival em homenagem à cidade de São Paulo, em seu aniversário. Daí, Vila Maria enviara suas “dançarinas portuguesas”, Santo Amaro as “danças típicas alemãs”, a Lapa seus “festejos tradicionais”, Pinheiros “com sua iluminação” etc. O Butantã, nesse ínterim, pede que seja também contemplada, no calendário das festividades, uma homenagem à velha paineira que, segundo lendas, teria abrigado os bandeirantes do século 17, ou ainda, as tropas de Duque de Caixas durante a Revolução Liberal de 1842.<sup>267</sup> Um dos maiores entusiastas de todo esse mito era o Sr. *José Barbosa Pupo*, que fez organizar seis edições da anual “Festa da Paineira”, entre 1967 e 1972, afirmando acreditar que aquela árvore “tinha uns 400 anos”. A rubiácea, medindo à época cerca de dez metros de altura e vinte metros de projeção da copa, continha duas placas de bronze, conforme reportagem de 1970:<sup>268</sup> uma com versos de Guerra Junqueiro<sup>269</sup> e outra aludindo à “II Festa da Paineira”, ocorrida em janeiro de 1968. Essa edição da festa incluía em sua programação uma caravana, chefiada por membros das Sociedades Amigos da Cidade, Amigos do Butantã e Amigos de Pinheiros; prestaram homenagem à direção do Hospital e seguiram em direção à ponte de Pinheiros, onde se realizou missa campal “e foi descerrada a placa comemorativa”. Essa festa antecedeu os festejos de 25 de janeiro e o I Encontro das Sociedades de Amigos de Bairro, no Teatro Municipal.<sup>270</sup> No ano seguinte, celebrava-se a III Festa da Paineira, com os mesmos procedimentos festivos e a mesma menção na mídia impressa: “uma árvore histórica sob a sombra da qual Caxias descansou em 1842, antes de

---

<sup>267</sup> A DESPEDIDA da paineira do Butantã. **Folha de São Paulo**, 13 dez. 1970, p. 31.

<sup>268</sup> PAINEIRA dos tropeiros. **Diário Popular**, 12 abr. 1970.

<sup>269</sup> Em 1956, o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e o *Grupo Escolar Alberto Torres* (atual EE Alberto Torres) instalaram seu tronco uma placa de bronze com os seguintes versos, do poeta português Guerra Junqueiro: “Esta árvore não pode ser tocada. Foi semente, embrião de monstro, alma latente na terra negra a germinar, aspirando num sonho obscuro vagamente, ao infinito, à venda, à luz vermelha, ao ar.” A DESPEDIDA da paineira do Butantã. **Folha de São Paulo**, 13 dez. 1970, p. 31.

<sup>270</sup> “A comissão que esteve no Hospital das Clínicas ofereceu doces às crianças internadas e o presidente dela, Walter Pereira, dirigiu algumas palavras de homenagem à direção, pelos serviços prestados à comunidade. A missa campal, iniciada às 9h30 ao lado da ponte, foi rezada pelo padre Sétimo Ramos Andrade, da paróquia de Pinheiros, e acompanhada por populares, representantes de diversas sociedades de outros bairros, membros da comissão organizadora da festa e 50 meninos abandonados do Centro de Assistência Social a Crianças Pobres e Lar Escola Santa Rita de Cássia, de Cotia. Depois da missa e da interpretação musical da Banda da Força Pública, o presidente do I Encontro de Sociedades de Amigos de Bairro, Eduardo de Campos Rosmaninho, o representante do administrador regional de Pinheiros e o coordenador da Comissão Organizadora, Mario Savelli, descerraram a nova placa da Paineira. O sr. Rosmaninho dirigiu-se aos presentes, dizendo, ‘Os frutos do trabalho do homem devem ser os frutos da honestidade, puros como os da paineira.’” BUTANTÃ homenageia símbolo hospitaleiro. **Folha de São Paulo**, 22 jan. 1968, p. 5.

seguir para Sorocaba a fim de sufocar uma revolta que estava sendo liderada pelo brigadeiro Tobias”.<sup>271</sup>

E por que tantos festejos, de forma tão intensa, em torno de uma paineira que estava condenada em seu ciclo natural de vida? Que ameaças poderiam rondar a paineira naquele momento, senão a sua morte iminente e a decorrente necessidade de removê-la de tão importante cruzamento de vias já plenamente urbanizadas naquele momento, ponto nodal de tantos caminhos vindos dos bairros e cidades da região oeste da Grande São Paulo?

Em 1969, corria a notícia de que a paineira seria derrubada com fins à construção de um viaduto pela Prefeitura Municipal. Em um artigo, o Sr. Antonio Lipranti, 73 anos à época, foi apresentado como um conhecedor contumaz da referida paineira, já que vivia defronte ao “Largo do Sossego”<sup>272</sup> havia 50 anos (desde 1919) e que ainda se lembrava da árvore quando era pequena (a árvore não tinha 400 anos?), quando naquela área só havia algumas casas rústicas, uma lagoa e o rio Pinheiros correndo em outro leito. Dizia ainda que trabalhava com uma carroça no transporte de tijolos fabricados numa olaria junto ao lago, e que a paineira fazia parte de um bosque rico em jabuticabeiras, laranjeiras e figueiras, além de um grande sobrado, sede do “Caloric Futebol Clube”, onde era zelador; conta, finalmente, que depois fora instalado no mesmo lugar um posto de fiscalização federal, extinto em 1942. Além disso, recorda que a paineira servia como ponto de importante referência para o bairro, além de servir para fornecer guarida aos carros que perdiam os freios na descida da estrada que em 1969 já se chamava Avenida Morumbi.<sup>273</sup>

Ao divulgar a quarta edição da Festa da Paineira, em 1970, a Folha de São Paulo entrevistou José Barbosa Pupo, que emitiu à ocasião algumas informações que merecem certo destaque. Em primeiro lugar, o “campineiro, estatístico, morador do Butantã, paulistano por devoção” afirmava que os moradores do Butantã teriam um sentimento de autonomia em relação a Pinheiros, já que não necessita atravessar aquele bairro para chegar ao centro; além disso, constituiria uma rota de partida e chegada obrigatória de importantes eixos rodoviários (BR-2<sup>274</sup> e Raposo Tavares). Ainda, segundo Pupo, “a classe rica escolheu

---

<sup>271</sup> FOLCLORE lusitano animou a III Festa da Paineira em Pinheiros. **Folha de São Paulo**, 20 jan. 1969, p. 3.

<sup>272</sup> Tanto em 1969 quanto em 2011, conhecido como “Praça Jorge de Lima”.

<sup>273</sup> VELHA paineira do Butantã pode ser substituída por um viaduto. **Folha de São Paulo**, 11 ago. 1969, p. 6.

<sup>274</sup> Atual Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), inaugurada em janeiro de 1961. Desde então faz a ligação entre São Paulo e Curitiba, e não mais a Estrada São Paulo-Paraná. Mais detalhes a respeito da abertura dessa rodovia serão apresentados no Capítulo 2.

locais dentro do bairro ou muito próximos a ele para morar”, e isso faria com que as benesses públicas chegassem mais depressa e, num tom profético, afirma que “seremos um dos bairros mais importantes de São Paulo em um futuro próximo”.<sup>275</sup> Em dezembro do mesmo ano, a prefeitura retirava os galhos secos que constantemente caíam no asfalto e ameaçavam os veículos que passavam embaixo da árvore, sob olhares de aprovação ou reprovação por parte da população.<sup>276</sup> As festas de 1971 e 1972 ocorrem seguindo o mesmo protocolo das festas anteriores, com as “autoridades” e as fanfarras comemorando a “hospitalidade bandeirante” simbolizada pela paineira, porém com a certeza de que, mesmo sem ter se concretizado o tal viaduto tão anunciado em 1969, o tempo se encarregaria de fazê-la cair definitivamente.

Em 1972, o Sr. João Gualberto Negreiros dos Passos (o mesmo que fez abrir a Avenida Benjamin Mansur e que deslocou o ponto final do ônibus para o Parque da Previdência) declara, como presidente da *Sociedade Amigos da Previdência*, que a posição da entidade é que se derrube a paineira, “para o bem do trânsito”. Segundo ele, a paineira causaria muitos engarrafamentos, devido à sua incômoda posição, justamente no encontro de cinco avenidas (Francisco Morato, Vital Brasil, Lineu de Paula Machado, Waldemar Ferreira e a Rodovia Raposo Tavares), estrangulando o tráfego. Dizia ainda que o “mito histórico” da paineira teria sido criado pelos comerciantes locais que, temendo ser desalojados com os planos municipais de alargamento dessas referidas avenidas, resolveram organizar a festa, porque evitaria que se derrubasse a paineira e, portanto, que comesçassem as obras de alargamento da avenida, já previstas em 1963.<sup>277</sup> Além disso, observou que nunca houve nenhuma menção ao “valor histórico” da paineira nos folhetos de anúncio das festividades, que sempre envolveram missa campal, entrega de flores aos médicos do Pronto Socorro do Hospital das Clínicas, competições esportivas e visitas aos monumentos históricos e institutos científicos da Zona Oeste.<sup>278</sup>

Em abril de 1973, Alberto Cezar, 73 anos, funcionário aposentado da Prefeitura e residente em Pinheiros, declarava que a paineira do Butantã fora plantada por ele mesmo havia sessenta anos, afirmando que seria “o valor de sua palavra a única prova para suas

---

<sup>275</sup> NO BUTANTÃ, a IV Festa da Paineira é da cidade também. **Folha de São Paulo**, 12 jan. 1970, p. 4.

<sup>276</sup> CAEM os galhos da velha paineira do Butantã. **Folha de São Paulo**, 15 dez. 1970, p. 19.

<sup>277</sup> Refere-se provavelmente à Lei Municipal nº 6.444, de 26/12/1963, que previa o alargamento da Rua Lemos Monteiro. Mais detalhes para o contexto dessa lei serão apresentados no Capítulo 2.

<sup>278</sup> O MITO histórico da velha paineira. **Folha de São Paulo**, 30 out. 1972, p. 6.

afirmações”.<sup>279</sup> No mês seguinte, um caminhão FNM carregado de madeira bateu frontalmente contra a paineira, que se manteve intacta; tombou o caminhão, mas o motorista teve apenas leves ferimentos.<sup>280</sup> Em 1974, a despeito de toda a polêmica e toda a mitologia envolvendo a “histórica” paineira do Butantã, abrangendo tantos manifestos e a interferência de tantas instituições, toda a copa da árvore fora retirada, em maio, porque estava deteriorada e oferecendo perigo de desabamento.<sup>281</sup> Em 14 de outubro de 1974, constatando diversos laudos técnicos a impossibilidade de sua recuperação, fora a paineira completamente removida,<sup>282</sup> gerando muitas discussões a respeito do “progresso”, da preservação do “patrimônio histórico”, de sua idade real e, ainda, das reais motivações que couberam aos defensores de sua não derrubada. Roberto D’Aquila, paisagista, declarou: “as instituições culturais de São Paulo deveriam se preocupar mais com as áreas verdes; afinal de contas milhares de árvores estão sendo derrubadas e ninguém fala nada; por que só a paineira merece tantas palavras?”<sup>283</sup>

No entanto, nem só de “símbolos históricos”, de “hospitalidades” e de fanfarras vivia as terras de Butantã na década de 1970. Muitos dos “problemas metropolitanos” apontados algumas páginas atrás, quando listamos as dificuldades iniciais do Sr. Álvaro (pai de Iracema) e da Sra. Maria José Querido nas lamacentas e desprovidas ruas do Butantã dos 1950, parecem ter se agravado nos vinte anos seguintes, dada a magnitude com que os tais “problemas da periferia” foram acontecendo, seguindo a velocidade da ocupação de suas terras, decorrente da explosão demográfica metropolitana.

O processo de afirmação da periferia no contexto paulistano já foi objeto de muitos estudos, inclusive de minha dissertação de mestrado,<sup>284</sup> quando intentei constituir o lugar do atual Distrito de Cidade Tiradentes, no extremo da Zona Leste de São Paulo, no contexto crítico da urbanização sob a égide da forma valor, tornando o solo mercadoria e constituindo a moradia ou o habitar uma benesse relativa, impedindo seu acesso a uma

---

<sup>279</sup> PLANTADOR da paineira revela a sua idade real. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1973, p. 39.

<sup>280</sup> VELHA paineira resiste a caminhão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 1973, p. 8.

<sup>281</sup> PAINEIRA do Butantã poderá ser derrubada. **Folha de São Paulo**, 16 jul. 1974, p. 13.

<sup>282</sup> A ANTIGA paineira não existe mais. **Diário Popular**, São Paulo, 15 out. 1974 e A VELHA paineira foi vencida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1974.

<sup>283</sup> TAMBÉM a paineira do Butantã chega ao fim. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1974, p. 14.

<sup>284</sup> SILVA, Marcio Rufino. **Mares de prédios e mares de gente...**, 2008.

enorme parcela da população em geral. E para muitos daqueles que a “conquistaram”, restaria uma constante negação do urbano, embora se viva no e do urbano.

E parece não ter sido muito diferente no Butantã. Grassavam os “problemas urbanos” desde a existência de uma pista simples na sinuosa, esburacada e mal sinalizada Rodovia Raposo Tavares daqueles tempos, já trafegada pelos chamados “domingueiros” que evadiam às terras de São Roque e Ibiúna, congestionando sobremaneira esta via de ligação de vários bairros da região com o centro da cidade aos sábados pela manhã (sentido interior) e aos domingos pela tarde (sentido capital)<sup>285</sup> aos dramas corriqueiros que começavam a se transformar num fenômeno de milhões (falta de saneamento básico, equipamentos públicos, transporte público etc.), presentes em lugares como Jardim Peri-Peri, Jardim Rio Pequeno, Vila Sônia, listados à época como “péssimas áreas carentes de tudo”.<sup>286</sup> Além disso, as periódicas enchentes do ribeirão Pirajussara, que invadiam bairros inteiros do Butantã e Vila Sônia até a década de 1990, e o seu curso a céu aberto, que corroía o asfalto da não-iluminada “avenida Pirajussara”, acesso dos moradores do Jardim Adhemar de Barros, constituindo-se outro grande risco aos motoristas e transeuntes da região.<sup>287</sup>

Outros problemas que mereceram a pauta de reivindicações das associações de bairro no Butantã (geralmente dos bairros de classe média) em fins da década de 1970 foi o surgimento de motéis<sup>288</sup> em vários pontos da Rodovia Raposo Tavares e das favelas que se multiplicavam rapidamente pelos fundos de vale dos rios e córregos e pelos demais terrenos públicos e privados desocupados (154% de crescimento entre 1975 e 1979), decorrentes provavelmente do estoque de terras que alimentavam as especulações decorrentes do processo de se construir a cidade nos vastos domínios ainda não ocupados da área da então *Administração Regional*. A bem dizer, mesmo os chamados bairros de “classe média” sofriam alguns problemas típicos de lugares de “classe baixa e média-baixa”: a Vila Gomes, por exemplo, um bairro central na contemporânea OUCVS, notoriamente noticiada entre 2009 e 2010 por conta das manifestações contrárias à implantação do túnel-avenida, bem no meio da atual *Praça Elis Regina*, aparece numa reportagem de 1976 como um local onde um córrego, chamado Pirassununga, banhando um trecho da rua Pereira do Lago, distribuía “sujeira, ratos e baratas pela rua Professor Lucas de Assunção afora”. Além disso, havia

---

<sup>285</sup> RAPOSO Tavares, o perigo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1973, p. 7.

<sup>286</sup> A PERIFERIA e seus velhos dramas. **Folha de São Paulo**, 3 set. 1973, p. 8.

<sup>287</sup> CÓRREGO ameaça até o concreto. **Folha de São Paulo**, 24 abr. 1974, p. 13.

<sup>288</sup> BUTANTÃ: motéis demais e esgoto de menos. **O Estado de São Paulo**, 28 jan. 1979.



somente duas “pinguelas” de madeira, muito estreitas e pouco seguras, que ofereciam “a possibilidade de quedas para os moradores que dela fazem uso”, contando ainda que, em linguagem irônica, “a queda [poderia] causar morte de algum rato, que assim deixará de transmitir leptospirose, resultando em menos lucros para certos setores da sociedade”.<sup>289</sup> Ironia do destino foi constatar que esse pedaço tão “insalubre” do Butantã, após justamente se transformar, alguns anos depois, na conhecida *Praça Elis Regina*, se veria novamente ameaçada pelo projeto do túnel-avenida, cujo embate entre os moradores da região e o Poder Público Municipal será largamente exposto no Capítulo 3.

De modo a encerrar esse rico período na constituição do Butantã, ficamos com o discurso do presidente da *Sociedade Amigos do Jardim Pinheiros* em 1979, Waldemar Miaguchi, sobre as favelas do Butantã em geral e, especificamente, a respeito de uma favela que até hoje ocupa uma íngreme vertente em seu bairro, entre as ruas Roberto Valentino de Camargo e Sebastião Martins, ligeiramente visível a partir do km 13 da Rodovia Raposo Tavares:

A favela do meu bairro é a única que conheço que em vez de aumentar, diminuiu. Isso porque desenvolvemos um trabalho de motivação entre seus moradores, incentivando-os a comprar seus próprios lotes ou a voltar para seu lugar de origem. [...] O favelado não paga prestação, não paga aluguel, não paga impostos e é livre de todas as taxas. Além disso, o serviço de assistência social presta atendimento médico, educacional, enquanto a Igreja se preocupa com a caridade. Com isso, eles não têm nenhuma motivação para deixar esta condição, melhorar de vida e atraem um número cada vez maior [de] pessoas sem condições de subsistência.<sup>290</sup>

Completando seu discurso, a reportagem afirma que “a maioria dos integrantes da SABs [sociedades de amigos de bairro] discordam do trabalho desenvolvido pela Cobes e pela Igreja”, argumentando que “ambos mantêm uma relação paternalista em relação ao favelado que, em vez de resolver, só aumenta o problema”; e, por último, a solução proposta por algumas SABs: “a retirada de todos os incentivos ao favelado, um intenso trabalho de motivação para melhores condições de vida e um maior controle na migração”.<sup>291</sup>

---

<sup>289</sup> VILA GOMES: presidente de SAB fala de seus problemas. *Diário Popular*. 12 jul. 1976.

<sup>290</sup> BUTANTÃ: motéis demais e esgoto de menos. *O Estado de São Paulo*, 28 jan. 1979.

<sup>291</sup> BUTANTÃ: motéis demais e esgoto de menos. *O Estado de São Paulo*, 28 jan. 1979.

Criminalização da pobreza, visão distorcida das questões sociais, estratégias de classe com vistas à eliminação do indesejável, do pobre, do sujo e do “estrangeiro” (um descendente de imigrante japonês tratando dessa forma os migrantes nacionais, que estupenda ironia!) compõem o quadro de um imaginário eminentemente burguês, ou, no caso desse representante de um bairro de “classe média” às franjas da Universidade de São Paulo e da Rodovia Raposo Tavares, tipicamente “pequeno-burguês”. Esse imaginário, formativo de uma categoria discursiva e prática nas tramas do cotidiano, pareceram compor o Butantã no momento de sua afirmação como um organismo urbanizado, onde as suas formas materiais contribuíram definitivamente para o crescimento e afirmação de São Paulo como uma das maiores metrópoles da Terra. E a formação desse imaginário classista, racista e egoísta preenhe em parte dos componentes dessa “classe média” paulistana parecer acompanhar a constituição dessa realidade material na qual vivemos nesses primeiros anos do século 21: uma metrópole segregada, monumentalizada, opressora e monstruosamente excludente de parcelas inteiras de uma população que, estigmatizada das mais variadas formas e aos “trancos e barrancos”, segue vivendo a sua vida, ao irredutível do corpo e da mera sobrevivência.

## A nova fronteira. O primado da produção espacial como reprodução do capital fictício (1980-2010)

No urbano, a terra deixa de ser um instrumento de produção imediata, um bem da natureza, como o é no campo. E mesmo a questão da terra ser um bem finito, que não pode ser criado pelo trabalho, no contexto urbano, ganha um novo sentido, na medida em que a reprodução do espaço urbano não ocorre apenas através da incorporação de novas áreas, mas também a partir de espaços construídos. O processo de verticalização é um exemplo.<sup>292</sup>

A partir de 1980, sobretudo, quando os estoques de terra tão vastos no Butantã de trinta anos antes começavam a mostrar seus sinais mais nítidos de esgotamento, foi a hora e a vez do mercado imobiliário modificar sua estratégia de reprodução (crítica) nessas terras que não cessavam de “valorizar”: era o momento de se investir na *verticalização*. Como um dos exemplos pioneiros nessa intensa verticalização das terras do “além-Pinheiros”, elencamos o caso do lançamento de um condomínio de apartamentos, com sete torres e 128 apartamentos em cada torre, totalizando 896 apartamentos no total. Tal empreendimento, intitulado *L’Abitare*,<sup>293</sup> foi lançado ao mercado em outubro de 1982, incluindo muito dos “conceitos” presentes nos lançamentos imobiliários verticais desse “padrão” no momento contemporâneo. Vejamos trechos da reportagem que apresentava esse “produto”:

A perda do poder aquisitivo dos salários forçou a classe média a mudar muitos de seus hábitos de alguns anos, obrigando as indústrias e empresas a se adaptarem à nova situação vivida pelos consumidores através da reprogramação de produção e de seus esquemas de vendas. Essa nova realidade também se reflete no mercado imobiliário, com as empresas procurando adequar-se rapidamente às mudanças. [...] Para Sandro Marcondes Pincherie [diretor de produção e marketing da Benedito Ferri de Barros, empresa que se dedicava ao estudo do comportamento e hábitos de consumo de diversos segmentos sociais], a perda de aproximadamente Cr\$ 200 mil mensais representou, para a classe média alta, menos viagens para a Europa, ou não ter mais dois carros novos. [...]

---

<sup>292</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**, 1994, p. 169.

<sup>293</sup> Esse conjunto de prédios de apartamentos está localizado na Rodovia Raposo Tavares, km 13,7, sentido capital.

“A pessoa de classe ‘média-média’ [engenheiros, médicos e profissionais liberais] – diz – quer morar na Zona Sudoeste, e a classe C procura as Zonas Norte e Leste”. Isso significa, do ponto de vista do construtor, a permanência em regiões que têm “status”. E esse é, segundo Sandro, um dos maiores problemas enfrentados pelas empresas imobiliárias: “Descobrir qual é o novo Itaim”,<sup>294</sup> pois o metro quadrado, nessa região, está a Cr\$ 200 mil, o que impossibilita qualquer empreendimento a preço acessível.<sup>295</sup>

Era uma época de severa crise econômica no Brasil. A década de 1980, afamada como a “década perdida”, significou uma real queda do preço dos salários e um momento em que um pressuposto básico da economia política, a necessidade de crescimento econômico constante, não se realizava plenamente em escala nacional. Espirando ao campo político nacional, significava também os últimos anos da Ditadura Militar e a crise de seus pressupostos perante a população, de uma forma geral. Se as classes mais depauperadas recorriam cada vez mais às favelas como “alternativa” à questão habitacional, ou ainda aos cruelíssimos programas habitacionais estatais da COHAB e do BNH daquele período (também em crise), as classes “média-média” e “média-alta”, no entender do consultor Sandro Pincherie, buscavam alternativas “mais baratas” para a sua moradia, porém, sem perder o “status”. Claríssimo o quanto a Zona Oeste, já àquele período e muito antes disso, sedimentara-se como o vetor preferencial dessas classes abastadas. E a reportagem continua: onde seria o “novo Itaim” para o mercado imobiliário?

“Para nós, o ‘novo Itaim’ é a regional do Butantã”, acrescenta, explicando: isso porque está encostada em Pinheiros, no Itaim, nos Shoppings, etc, tendo potencial para se tornar o novo “bairro fino” das classes médias da cidade. Essa constatação foi comprovada, segundo o diretor da Ferri de Barros, pelo lançamento do L’Abitare, no Jardim Bonfiglioli, onde, em 90 dias, foram vendidos 465 apartamentos, “a maior venda imobiliária da década”, enfatiza. [...] O L’Abitare funcionou como um laboratório para a Ferri de Barros, que procurou adaptá-lo ao novo conceito “de que é preciso fazer coisas pequenas, baratas e de boa qualidade *para um*

---

<sup>294</sup> Itaim Bibi, bairro cujo preço médio do metro quadrado é um dos mais altos do município de São Paulo, até os dias atuais.

<sup>295</sup> APESAR da crise, classe média não dispensa status. **Folha de São Paulo**, 3 out. 1982, p. 43.

*comprador que não é pobre, está apenas com pouco dinheiro”, diz Sandro Pincherie.<sup>296</sup>*

É até risível observar os argumentos de Pincherie quando da implantação do L’Abitare, lembrando situações tão exploradas nas teledramaturgias brasileiras: a família de classe alta e média-alta que perde boa parte de seus rendimentos e seus bens e, mesmo assim, “luta” para conseguir recuperá-los, a todo custo, fomentando o enredo dessas tramas que se arrastam por meses e meses nos canais de televisão tão conhecidos em nossa vida cotidiana dos últimos sessenta anos. Qual seria, afinal, a diferença entre o “pobre” e aquele que está “com pouco dinheiro”? Simplesmente a “origem” social? A cor da pele, dos olhos ou dos cabelos? Que elementos definem tamanha e absurda distinção socialmente posta? Enfim, trata-se de uma irracionalidade que busca reconstituir uma racionalidade, justamente a naturalização das relações sociais, eternizando o mundo da mercadoria. Mas, sabemos o quanto a forma valor nada tem de “fixa” e “imutável”, muito pelo contrário: ela é o próprio movimento, “efetiva-se desefetivando-se”,<sup>297</sup> o que mostra extraordinariamente os pressupostos da crise, imanente, intrínseca, própria de seu movimento e indutora, aliás, das constantes transformações que expomos até aqui. Assim, verticalizar o Butantã significou naquele período, assim como hoje, uma resposta à crise imanente do capital, à queda tendencial da taxa de lucro, à impossibilidade de sua reprodução no “singelo” chão da fábrica e do capital estritamente produtivo. Era preciso aceder, portanto, ao imaginário. E como o Butantã foi um fantástico indutor dessa metrópole da “classe média” empobrecida com ares burgueses! E como o L’Abitare simboliza, fulcralmente, esse “novo” momento do mercado imobiliário paulistano...<sup>298</sup>

Mas o L’Abitare pareceu não ser pioneiro da verticalização do Butantã, era um processo que mostrava seus primeiros sinais desde a década anterior. Em 1979, Djalma Floriano Machado, presidente da *União dos Amigos do Butantã*, e Oscar Euclides Gioielli, presidente da *Sociedade dos Amigos do Jardim Maria Luiza*, declaravam que eram contra a especulação imobiliária e que não gostaria que o Butantã se transformasse “num quintal de São Paulo”. O Sr. Djalma se referia à indiscriminada construção de edifícios residenciais na

---

<sup>296</sup> APESAR da crise, classe média não dispensa status. **Folha de São Paulo**, 3 out. 1982, p. 43.

<sup>297</sup> FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana**, 1997, p. 121.

<sup>298</sup> Por vezes, nosso local de moradia nos inspira a conhecer melhor o contexto em que estamos inseridos. Assim, residindo no Condomínio L’Abitare desde agosto de 2009, decidi empreender essa pesquisa sobre o Butantã e seu lugar no corpo metropolitano, dentro de uma mundialidade que se presentifica constantemente e duramente em nossa vida cotidiana.

cidade, e que, até aquele momento, o bairro seria uma “exceção” em São Paulo, já que ainda residiriam em um “bairro tranquilo, onde predominam as casas e onde ainda há muito verde”; dizia ainda que havia “bastante espaço para crescer horizontalmente, e, enquanto for possível, lutaremos para que o Butantã continue assim”. Já o Sr. Gioielli se referia ao “quintal de São Paulo” porque considerava os terrenos públicos da região muito mal aproveitados, pois embora detivesse uma das maiores quantidades de áreas verdes da cidade, “a Regional não se preocupa muito em sua manutenção” e havia pouco tempo quase perdera “uma área de 100 mil metros quadrados”; trata-se da mata da Previdência, que “estava tão abandonada que foi considerada terra devoluta”.<sup>299</sup> Essa mata abandonada já havia sido transformada no Parque da Previdência, cuja inauguração viria a ocorrer sete meses depois.<sup>300</sup>

Se a paineira provocou tantos manifestos pela sua não derrubada, rendeu seis edições da “Festa da Paineira” e esteve tanto tempo nos noticiários paulistanos entre 1967 e 1974, outras lutas se somaram a esta e conferiu aos moradores do Butantã uma característica muito presente naquele fim do período ditatorial no Brasil: as SABs eram vistas como realmente atuantes, e constantemente a Administração Municipal era “obrigada a partilhar com elas as decisões que atingem diretamente a população”.<sup>301</sup> E não foi diferente com os estigmatizados favelados daquele período. É interessante notar o quanto o movimento dos favelados parecia atuante e realmente cobrava do Poder Público municipal o atendimento de suas reivindicações. Em 1979, por exemplo, após uma reunião de oito representantes de favelas e loteamentos populares da região (Vila Dalva, Cambará, Sapé, São Domingos, Jardim São Remo, Educandário, Vila Nova Alba e do Jardim Ester) com o prefeito à época, Olavo Setúbal, a prefeitura prometera subsidiar a construção de casas em terrenos regulares, por intermédio dos programas da COHAB daquele período. No entanto, as entidades dos favelados pediam que a Prefeitura lhes vendessem as áreas já ocupadas por eles, o que era constantemente negado pelo Poder Público, que alegava

---

<sup>299</sup> BUTANTÃ: motéis demais e esgoto de menos. **O Estado de São Paulo**, 28 jan. 1979, p. 32.

<sup>300</sup> PARQUE da previdência será inaugurado dia 21. **Folha de São Paulo**, 12 set. 1979, p. 12.

<sup>301</sup> “O ano passado [1978] foi marcado por muitas brigas dos moradores contra irregularidades atribuídas à administração. O Butantã foi notícia várias vezes: quando os moradores não estavam protestando contra a instalação indiscriminada de motéis, lutavam para impedir o surgimento de mais uma favela ou moviam uma ação popular contra o desmatamento de áreas públicas. O espírito ativo da população fez com que muitas vezes Fiori Vita [Administrador Regional até 1978] sofresse agressões físicas, ações judiciais e promessas ameaçadoras de presidentes de SABs”. BUTANTÃ: motéis demais e esgoto de menos. **O Estado de São Paulo**, 28 jan. 1979, p. 32.

estarem os favelados ocupando “áreas verdes, em áreas de uso comum do povo, e que, por isso mesmo, não [poderiam] em hipótese nenhuma ser negociadas”.<sup>302</sup>

Tal embate teria começado no final do ano anterior, quando se tem conhecimento entre a população favelada do Butantã acerca do Decreto Municipal nº 15.086, de 5 de junho de 1978, que transferia para as Administrações Regionais a responsabilidade pela guarda e fiscalização dos bens de uso comum do Município; assim, o Decreto se valeria dos pressupostos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI, Lei Municipal nº 7.688, de 30 de dezembro de 1971), onde os terrenos públicos eram listados como “bens de uso comum” e, portanto, pretensamente impassíveis de “invasão por terceiros, favorecendo a instalação de favelas e gerando problemas sociais aos quais o Poder Público não pode se manter insensível”.<sup>303</sup> Aludindo, ainda ao princípio da “descentralização” administrativa, conferia às administrações regionais poder de recorrer, “quando necessário”, a forças policiais na remoção das favelas das áreas públicas.

Temendo as remoções que já começaram na favela do Jaguaré por força desse decreto, os favelados do Butantã se mobilizaram e constituíram pautas de reivindicações para entregar à prefeitura. Luiz Carlos Vioti, morador do Jardim São Remo e coordenador do movimento, afirmava que das 50 favelas existentes na região àquela época, apenas duas ocupavam terrenos particulares, e propunha, por isso, que a prefeitura vendesse essas áreas aos favelados e, dessa forma, no prazo de um ano, as casas estariam construídas. Além disso, reivindicavam escolas, creches, canalização dos córregos, coleta de lixo e policiamento, bem como a instalação regular de energia elétrica nas favelas.<sup>304</sup> A alternativa dada pelo prefeito à reivindicação dos favelados consistia na criação de um fundo (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal – *Funaps*),<sup>305</sup> que, vinculado à Coordenadoria do Bem-Estar Social da Secretaria das Administrações Regionais, atenderia as famílias cujos rendimentos não atingissem quatro salários mínimos e moradores de habitações subnormais, no que diz respeito à aquisição de terreno, edificação, material de construção e pagamento de mão-de-obra; além disso, tal fundo teria um conselho deliberativo, formado por quadros da administração pública indicados pelo prefeito. Os

---

<sup>302</sup> PREFEITURA subsidiará casas para favelados. **Folha de São Paulo**, 8 fev. 1979, p. 14.

<sup>303</sup> SÃO PAULO (Município). **Diário Oficial do Município**, 6 jun. 1978, p. 2.

<sup>304</sup> FAVELADOS pedem áreas. **Folha de São Paulo**, 5 mar. 1979, p. 9.

<sup>305</sup> O *Funaps* foi criado pela Lei Municipal nº 8.906, de 27 de abril de 1979. No entanto, foi extinto pela Lei Municipal nº 11.632, de 22 de julho de 1994, que criou o *Fundo Municipal de Habitação*, submetendo-o à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB/SP).

vereadores do MDB propunham substitutivo a esse projeto, colocando a necessidade de se incluir, no conselho deliberativo, um representante da União das Favelas para conferir maior transparência na alocação dos recursos.<sup>306</sup> Em abril, alguns favelados do Jardim São Remo e de outras favelas começaram a receber as ordens de despejo, o que denotava, na opinião de Luis Carlos Vioti, uma estratégia de “retirar os favelados aos poucos para evitar nossa união”; e a resistência desses consistia na estratégia de não saírem individualmente, apenas quando e se todos fossem despejados.<sup>307</sup>

Em 1981, há menção à “Favela da Fumaça”, onde o domínio de uma quadrilha tornava o local tão perigoso que alguns atentados teriam sido armados contra assistentes sociais da Prefeitura, “para que não pudessem levar sua ajuda e garantir melhorias à favela, que foi transformada em verdadeiro território dos marginais”; a mesma reportagem dá conta da “Favela do Sapé” (Distrito Rio Pequeno), apresentada como um local onde “o nível cultural dos moradores é alto, talvez porque 50% dos moradores da favela trabalham na Cidade Universitária”, e onde algumas melhorias teriam ocorrido a partir dos projetos da Prefeitura Municipal.<sup>308</sup> Em 1983, noticia-se surgimento da primeira federação dos favelados do Butantã, onde aparecia como candidato a presidente o Sr. Jacob de Almeida; o objetivo principal da Federação dos Favelados do Butantã, segundo Almeida, era “agregar todos os moradores de favelas da região, para desenvolver, entre outras coisas, um trabalho de conscientização e o encaminhamento melhor das reivindicações” dos favelados às autoridades municipais e estaduais.<sup>309</sup>

Enquanto os favelados lutavam pelo direito à moradia, as classes médias, potencialmente articuladas com os poderes públicos desde muito tempo, como vimos até aqui, se mobilizava na solução de um problema que, ao avanço da década de 1980, ficava cada vez mais patente: o aumento do tráfego de veículos das ruas do Butantã e o uso das ruas residenciais de classe média como desvio do pesado trânsito de caminhões e automóveis. Uma reportagem de 1989 elencava os principais problemas no tocante ao trânsito das ruas, avenidas e rodovias que atravessam o Butantã, como, por exemplo, a ondulação do asfalto do trecho final da Avenida Francisco Morato, em direção a Pinheiros, a inexistência de passarela no km 17 da Rodovia Raposo Tavares, em frente ao

---

<sup>306</sup> FUNAPS não resolverá problemas. **Folha de São Paulo**, 8 mar. 1979, p. 21.

<sup>307</sup> FAVELADOS prometem não sair da área. **Folha de São Paulo**, 11 abr. 1979, p. 12.

<sup>308</sup> BUTANTÃ, região de favelas, escorpiões e sofisticação. **Diário Popular**, 21 nov. 1981.

<sup>309</sup> SURGE no Butantã a primeira federação dos favelados. **Diário Popular**, 18 abr. 1983.



Hipermercado Carrefour, o afunilamento de tráfego causado pelo entroncamento da Praça Jorge de Lima (onde outrora se localizara a Paineira) e pela estreiteza da Ponte Eusébio Matoso, entre outros problemas infraestruturais desse setor.<sup>310</sup> O interessante é notar que, mais de vinte anos depois dessa reportagem, todos esses problemas elencados já foram sanados (o asfalto da avenida, de boa qualidade, as inúmeras passarelas da Rodovia Raposo Tavares e a segunda ponte sobre o Rio Pinheiros, inaugurada quatro anos depois – ponte Bernardo Goldfarb), menos um deles, que é o “lastimável trânsito do Butantã”, persistindo igualmente até os dias atuais.

Retornando às lutas da classe média, Carlos Wang,<sup>311</sup> morador da City Butantã e implicado em movimentos sociais de seu bairro e outros atuantes em toda a cidade, conta a trama de fatos que conduziram à lei dos “bolsões residenciais”.<sup>312</sup> Em uma disputa empreendida entre os moradores da City Butantã, a Associação Comercial, a Administração Regional do Butantã e a Prefeitura Municipal, envolvendo o fechamento das ruas do bairro pelos moradores e a exigência da reabertura pelo poder público,<sup>313</sup> ocorre toda uma posterior articulação entre esses entes que culminaria, alguns anos depois, na aprovação da referida lei dos bolsões. Outros bairros da região seguiriam a mesma lógica e igualmente implantariam os seus bolsões residenciais em 1990, ainda antes da aprovação da referida lei: após a City Butantã ter seu bolsão implantado, o Jardim Rizzo<sup>314</sup> e o Conjunto Residencial Butantã (INOCOOP).<sup>315</sup> Carlos Wang credita a Francisco Whitaker, vereador à época pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a articulação necessária à implantação da lei que regulamentara os bolsões, no final da gestão de Luiza Erundina.<sup>316</sup>

---

<sup>310</sup> O LASTIMÁVEL trânsito do Butantã e seus velhos problemas. **Jornal do Butantã**, São Paulo, 29 abr. 1989.

<sup>311</sup> Entrevista concedida ao autor em 3 de junho de 2010.

<sup>312</sup> Cf. Lei Municipal nº 11.322, de 22 de dezembro de 1992, alterada pela Lei nº 13.302, de 17 de janeiro de 2002 e novamente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 43.692, de 1º de setembro de 2003. O texto da lei de 1992 conceitua “Bolsão Residencial” da seguinte maneira: “uma área reurbanizada de forma a estabelecer-se uma hierarquização de suas vias de circulação destinando-as preferencialmente ao trânsito local, respeitado o determinado no Plano Diretor do Município de São Paulo e assegurada a plena utilização do sistema viário principal e secundário e da rede estrutural de transportes definidos em lei.” Trata-se, portanto, da inserção de barreiras em vias de trânsito local, reservando-as exclusivamente ao tráfego de seus moradores.

<sup>313</sup> Assunto largamente explorado pela grande mídia impressa e televisiva daquele período, conforme relatado por Carlos Wang. Cf. MORADORES impedem a remoção de barreiras em três ruas do Butantã. **Folha de São Paulo**, 1º abr. 1986, p. 24. Caderno Cidades.

<sup>314</sup> ABRUCIO JR, Milton. Butantã vai ter primeiro ‘bolsão residencial’ de SP. **Folha de São Paulo**, 4 jun. 1990. A reportagem afirma ainda que o bolsão da City funcionara como uma “experiência-piloto” para os demais bolsões da cidade.

<sup>315</sup> BOLSÃO divide os moradores do Butantã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 1991, p. C1.

<sup>316</sup> **Luiza Erundina de Sousa**, Prefeita do Município de São Paulo entre 01/01/1989 e 31/12/1992.

Tais “melhoramentos urbanos”, decorrentes das articulações postas na trama cotidiana, pareceram pavimentar o terreno da valorização do metro quadrado local e posterior verticalização dos bairros, processo talvez iniciado a partir da implantação do Condomínio L’Abitare, em 1982. Mitigados, então, alguns dos problemas elencados no tocante à infraestrutura dos bairros das camadas médias e altas do Butantã, a questão das periódicas enchentes dos ribeirões Pirajussara e Jaguaré, a partir de sua retificação e canalização e construídas, ainda, avenidas marginais em seus respectivos leitos (Eliseu de Almeida e Escola Politécnica, ambas concluídas nas décadas de 1980 e 1990), o Butantã desponta na rota dessa fatia do mercado imobiliário e passa a ter importante participação na massa desses investimentos desde então. Em 1988, publicava-se o crescente interesse das incorporadoras pela região, que ainda àquela época apresentava “grandes áreas e terrenos a preços acessíveis”, inclusive em áreas próximas ao Instituto Butantan e à Cidade Universitária, onde se encontrava “a maioria dos prédios residenciais lançados desde o plano cruzado”; no entanto, dúvidas quanto ao “potencial” do bairro ainda eram postas por José Raimundo de Souza, gerente de propaganda da Julio Bogoricin Imóveis, afirmando que a verticalização do Butantã seria ainda muito recente e que o bairro não se estaria consolidado o suficiente para garantir a rentabilidade de investimentos daquele porte. Até o final da década de 1980, inclusive, a maioria dos negócios imobiliários da região estavam ligados ao aluguel e venda de casas, principalmente os sobrados de dois e três dormitórios, sobretudo na área entre as avenidas Francisco Morato, Vital Brazil e Corifeu de Azevedo Marques.<sup>317</sup>

Cinco anos depois, as dúvidas começavam a se transformar em certezas, na opinião de Rafael Gallardo, diretor da imobiliária Pantheon, que assegurava que investimentos imobiliários no Butantã teriam “futuro certo”, já que a inauguração do Shopping Butantã (a primeira fase ocorrida em novembro de 1993 e a segunda em maio de 1994) e a construção de nova ponte paralela à ponte Eusébio Matoso poderiam valorizar substancialmente os terrenos da região, inaugurando, inclusive, o mercado imobiliário de alto padrão na região.<sup>318</sup> Em 1995, uma reportagem dava conta dos lançamentos imobiliários que pontuavam a Rua Corinto (aquela velha Estrada de Itu, até a década de 1910...), na Vila Indiana, onde “a proximidade com as áreas verdes” do Instituto Butantan e o campus da Universidade de São Paulo teriam colaborado para a ocupação da área; naqueles primeiros

---

<sup>317</sup> CONSTRUTORAS começam a apostar no Butantã. **Folha de São Paulo**, 19 jun. 1988, p. C14.

<sup>318</sup> MARQUES, Maria Teresa. Shopping e ponte valorizam o Butantã. **O Estado de São Paulo**, 4 jul. 1993, p. 1. Caderno Imóveis.

cinco anos da última década do século 20, nada mais nada menos do que 14 empreendimentos imobiliários foram lançados naquela rua, “transformando a região em um canteiro de obras”.<sup>319</sup> No mesmo ano, a tese da “valorização” do Butantã fora confirmada ainda por Luiz Antonio Pompéia, presidente da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp), devido às inúmeras obras que se encontravam em curso (canalização dos principais ribeirões e implantação das avenidas marginais já citadas) e a provável implantação de projetos de mobilidade e logística para a região (o Rodoanel e a linha 4 do metrô de São Paulo, que anunciara processo de licitação das obras em 1994<sup>320</sup>).<sup>321</sup>

A década de 2000 parece ter ratificado a tese levantada por essas figuras do mercado imobiliário desde a década de 1980. Em 2002, dava-se conta dos 34 empreendimentos simultaneamente aprovados pela prefeitura e a probabilidade de mais construções nos dois anos seguintes; um morador declarava que até dez anos antes, era comum abrigar moradores da região que fugiam das enchentes do ribeirão Jaguaré, adicionando que ele próprio declarava ter “vergonha de dizer que morava no Butantã”.<sup>322</sup> Em 2006, com a OUCVS já lançada a partir dos Planos Regionais Estratégicos de 2004, Carlos Wang, à época presidente da Associação de Bairro dos Moradores do Butantã e Cidade Universitária, via com preocupação as transformações que ocorreriam com a vinda da linha 4 do metrô, já em obras havia mais de um ano àquela época; já questionava o adensamento potencial previsto com a Operação Urbana e o aumento dos congestionamentos.<sup>323</sup>

E, finalmente, para encerrar este tópico, apresentamos um caso ocorrido entre os moradores do Jardim Christie, em 2005, envolvendo justamente o que fora discutido até aqui, sobre as associações e entidades de bairro e a especulação imobiliária, envolvendo os projetos públicos infraestruturais. Em outubro daquele ano, noticiou-se que o governo estadual havia “retirado” a Estação Três Poderes do projeto inicial da Linha 4 do metrô, seguindo “critérios técnicos” e, de certo modo, obedecendo à pressão exercida pela

---

<sup>319</sup> CORRÊA, Rodrigo Antunes. Verde ‘puxa’ verticalização na Corinto. **Folha de São Paulo**, 8 jan. 1995, p. 10-3.

<sup>320</sup> LANCHETA, Fernando. Metrô publica editais para a quarta linha. **O Estado de São Paulo**, 9 maio 1994, p. 1, Caderno Cidades. METRÔ abre concorrência para quarta linha. **Folha de São Paulo**, 10 maio 1994, p. 3-2 Irônico é constatar que, passados quase vinte anos, as estações da segunda fase de obras ainda não estão concluídas e sua inauguração completa tardará mais alguns anos...

<sup>321</sup> OBRAS viárias beneficiam Butantã. **O Estado de São Paulo**, 5 nov. 1995.

<sup>322</sup> BUTANTÃ é ‘inundado’ de novos lançamentos. **Folha de São Paulo**, 20 jan. 2002, p. 4. Caderno Especial Imóveis.

<sup>323</sup> MUDANÇAS preocupam associação. **O Estado de São Paulo**, 2 jun. 2006, p. Z5. Naquele momento, contudo, já estava em pleno curso algumas movimentações de associações e entidades de bairro quanto ao projeto da OUCVS, conforme se verá mais detalhadamente no Capítulo 3.

Associação dos Moradores do Jardim Christie, que não teria desejado uma estação de metrô conjugada a um terminal de ônibus naquele local. Além disso, deixando um “buraco” de 2,4 quilômetros entre as estações Butantã e Morumbi, tal exclusão teria recebido também algumas reclamações dos próprios moradores do bairro, que lamentaram o fato de terem perdido a estação. A arquiteta Nancy Miyahara, da Associação de Moradores, argumentou que “havia morador querendo sair do bairro por causa da estação Três Poderes”, pois o lugar seria “um bairro bem residencial”, e tal estação traria “muito movimento, viriam camelôs, além da quantidade de ônibus”, e que já “tinha um pessoal que queria fechar as ruas”. Outro morador afirmava: “de um lado, tem a questão do trânsito, de atrair bandido e marreteiro” e de outro, “dizem que pode valorizar e é uma facilidade”; concluía dizendo que ficava na dúvida se eram maiores as vantagens ou desvantagens.<sup>324</sup> Outro artigo dá conta de que a retirada da estação teria sido motivada pela assinatura de 520 moradores da zona oeste, de acordo com a ASSEC (Associação de Segurança e Cidadania), cuja presidente, Marcia Vairoletti, afirmava que a rejeição à estação “não era só de alguns moradores”, mas de um grupo que seria a maioria deles, dentre os quais a discussão sobre o projeto da Estação Três Poderes se estendera desde 2001. Enquanto isso, a reportagem afirmava que alguns moradores e representantes da Associação Comercial de São Paulo, seccional Butantã, contestavam essa afirmação.<sup>325</sup>

Anos depois, noticia-se que aquela movimentação, decorrente do projeto de “um terminal de ônibus que estava programado para ser construído em um terreno de 9,75 mil metros quadrados” teria levado aqueles moradores, que “até concordavam com o projeto da Estação Três Poderes”, segundo Vairoletti, a rejeitarem sumariamente o terminal que “descaracterizaria” e “acabaria com o bairro”. Assim, a líder comunitária relatava que foram colhidas mais de 600 assinaturas de moradores, “pedindo a exclusão da Estação Três Poderes”, que estava prevista para receber 50 mil passageiros por dia. Finalizando, Vairoletti, que participou ativamente das mobilizações contra a OUCVS, conforme será detalhado nos capítulos seguintes, reiterava que a discussão sobre a estação retirada teria uma “conotação séria”, e que foram encaminhados dossiês ao presidente do Metrô, naquela época, sobre os possíveis impactos negativos naquele bairro com a implantação daquela

---

<sup>324</sup> IZIDORO, Alencar. Alckmin ‘apaga’ metrô rejeitado por vizinho; Retirada de estação divide moradores. **Folha de São Paulo**, 29 out. 2005, pp. C1 e C3.

<sup>325</sup> MOVIMENTO contra Metrô teve 520 adesões. **Folha de São Paulo**, 1º nov. 2005, p. C-4, Caderno Cotidiano.

infraestrutura, e que “[seriam] os moradores que [deveriam] decidir o que é melhor para seus bairros”.<sup>326</sup>

É com essa *zona de sombra* que encerro esta discussão sobre o período da estruturação dos caminhos e fronteiras do Butantã na totalidade metropolitana contemporânea, indicando que o *movimento* seria a marca de uma região que, nos últimos séculos, esteve fulcralmente envolvida nas complexas tramas de comunicação entre o planalto e o sertão. As “terras de Butantã” estiveram, também, no centro de um empreendimento multissecular, empreendido inicialmente pelo colonizador e, posteriormente, pelo Estado nacional, de “conquista” das terras distantes e assecuração de territórios de dominação e controle, no âmago da reprodução da forma valor. Trata-se da reiteração de uma sociabilidade e uma reprodução social implicada a uma estratégia do espaço, de modo a se reafirmar tais pressupostos do valor. Essa concepção se ampara no sentido lógico e histórico que o Butantã adquirira numa longa trama espaço-temporal que o consolidou numa situação pronta à conquista das fronteiras, por intermédio dos caminhos que se puseram e sobrepuseram no constante fazer territorial. Revela-se, assim, a negatividade em ato, engendrando a reprodução das formas sociais de produção, sendo a contemporaneidade talvez uma rica amostra da possibilidade de apreensão de um devir, um possível implicado às novas formas que se anunciam.

Assim, uma simples crítica à verticalização, à retirada ou não da estação do metrô ou ainda às faltas de investimento no transporte público em benefício do particular, em si mesma, pode se constituir numa crítica formal, portando, dessa maneira, uma singela *lógica formal*, porque se torna incapaz de conceber os pressupostos lógicos e os fundamentos da reprodução das relações de produção: passa ao largo de uma crítica da economia política e ao valor, desconsiderando o caráter profundamente contraditório, conflituoso e crítico em seu movimento, próprio dessa reprodução social. Por conseguinte, ignorando os pressupostos lógicos da forma valor, combater isoladamente a verticalização “indiscriminada” poderia, inclusive, alimentar o falacioso argumento de “elitismo” quanto aos que combatem a especulação imobiliária. Este pretense “elitismo” seria apontado da seguinte maneira: os moradores de “áreas centrais”, mais “bem localizadas”, desejariam tais “benesses” a quem já estaria assentado nesses mesmos lugares, e que mais ninguém teria o

---

<sup>326</sup> MORA, Marcelo. Morador pode decidir melhor para bairro, diz líder sobre estação de Metrô. **G1**, 19 maio 2011.

direito de viver ali senão a “sua” comunidade, com as “suas” ruas tranquilas e com os “seus” iguais.

Trata-se, como se verá em vários momentos adiante, de um falacioso argumento, prontamente empreendido pelo Executivo Municipal na defesa incontestada das operações urbanas em curso ou em projeto, inclusive a OUCVS: uma pretensa defesa da “função social da propriedade”, da “maior variedade de formas de uso do solo” e, mais ainda, do adensamento “controlado”, com vias à “geração de empregos”, pelo incentivo à instalação de empreendimentos não residenciais, e o “combate ao déficit habitacional”, a partir da implantação de habitações de interesse social (HIS) ou a regularização fundiária e reurbanização de favelas ou loteamentos precários.<sup>327</sup> No entanto, sabe-se largamente o quanto o adensamento construtivo não possui relação direta, necessariamente, com adensamento populacional, e que o ideário da “cidade compacta”, ou ainda do “uso produtivo” do espaço, expõe seus reais objetivos na esquina seguinte, conforme será discutido mais amplamente nos capítulos a seguir.

A defesa da “compactação” da cidade e do “uso produtivo” do espaço como forma necessária à conquista do “direito à cidade”: não seria esse o maior desejo do setor imobiliário, ansioso por expandir suas fronteiras de valorização? Este setor da economia, a ponta de lança de investimentos de capitais internacionais ansiosos por novas possibilidades de investimento, cujas margens de lucro repõem a queda tendencial das taxas globais de lucro, revela a configuração de um *sujeito* ou *agente* em uma lógica na qual o grande sujeito seria, de fato, o *capital*. No entanto, verificando as fissuras, os pontos de ruptura, os desníveis, o estado crítico... não poderiam se constituir outros sujeitos? Por isso, existem os movimentos sociais, que, para além de uma simplificada leitura do “fetichismo”, lutam pelos direitos básicos de sobrevivência, que, tornados insuficientes, requerem os demais direitos, sobretudo o direito à vida.

---

<sup>327</sup> “A hipótese aqui sustentada e que se confirma pelas análises cada vez mais próximas do concreto, é que o Estado (político) toma em mãos a sociedade inteira, em primeiro lugar o crescimento econômico, por uma estratégia que muda em instituições todas as organizações e todas as atividades sociais. Esse Estado se comporta em centro de institucionalização, comportando-se paralelamente como centro de decisões. Ele só protege o funcionamento dos organismos sociais na condição de pô-los em tutela; ele só garante os membros de tal organização contra o arbítrio de outros agentes subordinando o conjunto. Ele só arbitra os debates e litígios de seus componentes afirmando-se sobre eles. Essa concentração e centralização do poder político (correspondente à concentração-centralização dos capitais, das unidades produtivas, da realidade urbana) não traz o ponto de vista essencial, o próprio lugar central, para compreender o Estado moderno? O que se chama ‘nacionalização’ e o que se nomeia ‘socialização’ se confundem sob a égide do Estado, na institucionalização generalizada. Assim caminha o Estado, assim se realiza metódica e sistematicamente”. LEFEBVRE, Henri. *De l’État – 3...*, 1977, pp. 212-213.

## **CAPÍTULO 2**

**A fronteira contemporânea. A estruturação da  
Operação Urbana Consorciada Vila Sônia (OUCVS)  
e seus desdobramentos**

Prepare-se! Você irá percorrer o caminho da evolução empresarial de São Paulo e participar de um acontecimento histórico: a formação do novo vetor de desenvolvimento corporativo da capital paulista. A evolução cria polos de desenvolvimento nas principais cidades do mundo. É assim em Nova York, Berlim, Londres, Tóquio e Paris. Lá fora, essa evolução é rápida e constante e aqui em São Paulo não é diferente. [...] Como São Paulo não para, começa a se formar agora um novo vetor de desenvolvimento na cidade: a Avenida Vital Brasil. Uma localização privilegiada. Ao lado do Jóquei e de frente para toda a região da Faria Lima. Na primeira quadra da Vital Brasil, muito próximo das Nações Unidas, a Epson e a Beisa lançam o primeiro empreendimento comercial corporativo desse novo vetor de desenvolvimento: o Vital Brasil Business Towers. No entorno da Vital Brasil, bairros conceituados, de excelente padrão, asseguram o alto índice de valorização do empreendimento. O Vital Brasil Business Towers está a apenas 30 metros da estação do Metrô, junto a uma excelente estrutura urbana, que facilita a sua atividade. A Vital de amanhã é a Faria Lima de hoje. A localização é acima de qualquer expectativa e o preço é imbatível, comparado a outras regiões. [...] Esse é o seu lugar. [...] Vital Brasil Business Towers: é vital comprar agora, porque o preço vai subir. Bons negócios!<sup>328</sup>

Este contundente anúncio do mercado imobiliário abre a argumentação a respeito da fronteira contemporânea, inscrita na acumulação ampliada financeirizada e desdobrada no território economizado. A base deste indefectível anúncio e a natureza dos negócios por ele pressupostos é a metrópole enquanto tal, sua materialidade e suas virtualidades, no campo de sua produção e reprodução.

Deste modo, questionamo-nos: por que este anúncio? A franqueza inscrita no discurso desses promotores imobiliários não poderia ser maior: não se vende simplesmente um prédio de escritórios e sim uma cidade, a metrópole inteira. A apresentação do empreendimento não se esgota em si ou mesma, em sua área de realização: é preciso afirmar o imaginário do “novo vetor de desenvolvimento corporativo”, conferir-lhe uma positividade intrínseca, naturalizar um processo eminentemente social, ou sócio-espacial. Faz-se mister reforçar a mundialidade do espaço: se “lá fora” (nas grandes metrópoles dos

---

<sup>328</sup> Empreendimento “Vital Brasil Business Towers”. Incorporação: Epson Engenharia e Beisa Empreendimentos e Participações S/A. Vendas: Elite Inteligência Imobiliária S/A. Disponível em: <<http://www.vitalbrasiltower.com.br/videos.asp>>. Acesso em: 4 jan. 2013.



países centrais, há que se frisar), a “evolução” é “rápida e constante”, por que haveria de ser diferente em São Paulo, metrópole do terciário avançado e dos fluxos mundializados? O tempo veloz dessa “evolução” exige uma corrida dos investidores, ávidos pelo maior retorno possível de suas inversões, o que, segundo o mesmo anúncio,<sup>329</sup> já acontecera em outros “vetores de desenvolvimento corporativo” de São Paulo: o Centro, na década de 1940, a Avenida Paulista, na década de 1950, a Avenida Faria Lima, nos anos 1970 e a Berrini na década de 1980. O jogo de palavras (Vital Brasil, é vital comprar...) conduzindo a uma biologia (a *vida*), à nova naturalização, reforça o sentido inexorável da valorização, devendo ao entorno, de estrutura urbana consolidada, os “360° de valorização”.

Assim, a estratégia do espaço, sua representação no tramo de uma valorização futura (a Vital de amanhã é a Faria Lima de hoje) marca um sentido indelével de um “desenvolvimento”, de uma “evolução”. Igualmente, considerando a estrita racionalidade da economia política, essa positividade se sustentaria no crescimento, na dinamização, nas benesses de uma forma econômica que aplaca as contradições, unifica os discursos, constrói os consensos e ruma a uma valorização eterna, natural. Afirmando-se plenamente como totalidade, totaliza-se. Nada mais transparente...

Transparência incluindo opacidade, partamos deste pressuposto. Ou seja: caminhando nas trilhas do materialismo dialético, indicando uma inversão de perspectiva como método analítico. E se a positividade, o crescimento inexorável, a “valorização certa”, o “novo vetor de desenvolvimento” etc., fossem vistos e analisados simplesmente como *crise do capital*? Como um momento de impossibilidade lógica de sua reprodução nos termos presentes, dados, ou como uma necessidade, inerente à sua natureza contraditória, de buscar novos limites, novas fronteiras de valorização do valor?

---

<sup>329</sup> Conforme o texto do vídeo de divulgação do empreendimento. “Veja o caminho do desenvolvimento na capital paulista, através dos tempos. Na década de 1940, o Centro da Cidade era o grande polo financeiro, empresarial e profissional de São Paulo. Nos anos 1950, o desenvolvimento subiu em direção à Avenida Paulista, região formada pelos barões do café. Registrou-se ali uma grande concentração de empresas nacionais e internacionais, transformando a Paulista no maior polo financeiro da América Latina. Na década de 1970, o desenvolvimento urbano de São Paulo chegou à Avenida [Brigadeiro] Faria Lima. Os empresários e profissionais de visão acreditaram no potencial desse novo polo, investiram e tiveram um ótimo retorno. O desenvolvimento continuou em direção à Zona Sul e nos anos 1980, fez da Avenida [Engenheiro Luís Carlos] Berrini um referencial de modernidade, com suas empresas de tecnologia e edifícios, que são ícones da nova arquitetura urbana. Avenida das Nações Unidas e Vila Olímpia, aqui o desenvolvimento estendeu-se de ponta a ponta. Grandes edifícios corporativos, instituições e negócios internacionais, vida intensa e seis shopping centers, os melhores da cidade. Hoje, essa região é um grande cartão postal de São Paulo.” Note-se a riqueza de elementos interposta a este curto trecho do vídeo: as estratégias do espaço, o tempo linear, a teleologia e o rumo incontestável à valorização do eixo Vital Brasil, como um apêndice natural aos eixos pretéritos de “desenvolvimento” da metrópole.

Deste modo, partamos rumo a uma discussão mais acurada desses termos: o urbano como fronteira de valorização do valor, neste momento crítico da reprodução ampliada financeirizada.<sup>330</sup> Assim, retomemos um complexo e importante debate sobre a renda fundiária, buscando uma localização desta problemática no interior da constituição da política pública urbana e, mais especificamente, da operação urbana e seus conteúdos.

---

<sup>330</sup> “Não se trata aqui de desconhecer a importância que o crédito tem para a economia capitalista, mas a sua tendência à hipertrofia, ou seja, sua centralização em grandes grupos financeiros de atuação mundial, sobretudo os fundos de pensões, direcionando e concentrando, a partir de suas estratégias, onde esses grandes montantes de mais-valia global vão ser investidos. Estes grupos assumem o poder de decidir sobre países e regiões que receberão esses investimentos ou não, submetendo esses lugares e excluindo milhões de pessoas nesse jogo global de interesses. Reproduz-se assim uma hierarquia mundial, centralizada nos países mais ricos, que concentram a maioria desses grandes grupos econômicos. Mas esse avançado estágio de financeirização, que a economia capitalista alcançou, como forma de superação de seus limites, não resolve as crises, apenas as empurram para outros níveis. A maior complexificação das relações capitalistas, com a crescente financeirização, tornou mais difícil para os trabalhadores (e todas as pessoas interessadas nessa problemática) a compreensão desse processo, mas o trabalho continua sendo o fundamento dessa economia. O trabalho também se transformou com esse processo, no qual se verifica uma super-exploração de mais-valia e uma grande exclusão de população e regiões, conseqüentemente disso derivando potencialmente o aumento das tensões e freqüências das crises”. DAMIANI, Amélia Luísa (coord.) et. al. **O futuro do trabalho...**, 2006, pp. 57-58.

## **Sobre a crise e a financeirização do urbano: os primórdios do instrumento *operação urbana***

Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente.<sup>331</sup>

A queda tendencial da taxa de lucro indica a barreira da valorização do valor, interposta ao momento em que o capital encontra criticamente seus próprios limites. O aumento da composição orgânica do capital em detrimento da queda contínua da alocação de trabalho vivo é apontado como um dos fundamentos incontestes da crise do capital.<sup>332</sup> Deste modo, superando a ideia ou a noção de que as crises seriam meramente conjunturais e que seriam aplacadas com um simples recurso a novos investimentos públicos ou privados, com incentivos fiscais e investimentos infraestruturais por parte do Estado.

Tal discussão e sua bibliografia a respeito é vasta, o que reflete o quanto o assunto é constante e reiterativo. Enquanto houver o modo de produção capitalista, haverá sua crise, o que denota a mola propulsora de novas fronteiras rumo à valorização. É uma das fronteiras dessa crítica necessidade do capital em buscar continuamente novos meios de sua reprodução ampliada seria justamente sua inversão no urbano e nos negócios urbanos. Sua inversão no urbano encontra precisamente a constituição de um mercado imobiliário – incluindo o mercado de terras e a indústria da construção civil – e as condições interpostas aos ritmos desse mercado. Outro debate que tem exigido esforços por parte de inúmeros pesquisadores nas últimas décadas e costumeiramente retornando à baila da discussão sobre a produção e reprodução do espaço é o primado da renda da terra e seu recurso ao espaço urbano.

---

<sup>331</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Livro Terceiro. Tomo 1, 1984, p. 164.

<sup>332</sup> “A enorme força produtiva, em relação à população, que se desenvolve dentro do modo de produção capitalista e, ainda que não na mesma proporção, o crescimento dos valores-capital (não só seu substrato material), que crescem muito mais depressa do que a população, contradizem a base cada vez mais estreita em relação à riqueza crescente, para a qual opera essa enorme força produtiva, e as condições de valorização desse capital em expansão. Daí as crises.” MARX, Karl. **O Capital**. Livro Terceiro. Tomo 1, 1984, p. 200.

Marx afirmava que “a propriedade fundiária pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras”.<sup>333</sup> Assim, quais os desdobramentos desse monopólio, com vistas à sua realização econômica, especificamente no espaço urbano?

A este respeito, Alain Lipietz, em sua obra *O tributo fundiário urbano*, constata que a cidade, sendo uma imensa aglomeração de capital constante, particularmente capital fixo, precipitaria, em seu crescimento, a baixa tendencial da taxa de lucro global. Prosseguindo seu raciocínio, afirma que inversamente, para cada capitalista particular, “se ele pode considerar a cidade como um ‘dom’ gratuito, sua presença na cidade é fonte de poupança em investimentos particulares [...]” e precipitaria uma divergência de interesses entre os capitais privados e o capital em geral. Esta divergência requereria, assim, a presença do Estado, figura política necessária a arcar com uma grande parte dos custos gerais de infraestrutura, como suporte a esses investimentos privados. Esses custos de infraestrutura abrangem certamente o pagamento pelo preço do solo que, para Lipietz, “não é um puro fato econômico”, já que a existência e o nível desse preço não seriam compatíveis com “os discursos justificativos habituais da economia capitalista”, sendo “as doutrinas usuais ao governo das sociedades burguesas impotentes diante de um fenômeno que aparece, de fato, ‘estranho’”.<sup>334</sup> Esta estranheza derivaria da impotência da própria teoria econômica neoclássica ou marginalista que, para o autor, tenderia para a busca de um equilíbrio intrínseco entre a oferta e a demanda. Desse modo, se há oferta e demanda tão simultaneamente equilibradas tendencialmente, por que a tão verificada “anarquia” de preços do solo urbano?

A grande contribuição de Lipietz para o debate desta Tese repousa justamente no fato de que, visando “[...] compreender a constituição das cidades, o crescimento urbano e a evolução dos preços fundiários não como ‘fatos econômicos’, mas como *produtos do conjunto das relações sociais*, em suma, principalmente, como fatos políticos” torna-se mister “substituir a noção pseudoeconômica de ‘preço do solo’ pelo conceito de ‘tributo fundiário urbano’”.<sup>335</sup> Prosseguindo com o autor, se jamais se busca o solo urbano *em si*, mas pela *inserção* que ele permite, quando dele se *dispõe*, na esfera das relações econômicas e sociais,

---

<sup>333</sup> MARX, Karl. **O Capital**. Livro Terceiro. Tomo 2, p. 124.

<sup>334</sup> LIPIETZ, Alain. **Le tribut foncier urbain**, 1974, pp. 11 e 28.

<sup>335</sup> LIPIETZ, Alain. **Le tribut foncier urbain**, 1974, p. 15.

o tributo fundiário seria “[...] a fração do sobrelucro que, por razões diversas, o capital promotor realiza na produção capitalista da habitação e que o proprietário fundiário é capaz de se apropriar”.<sup>336</sup> O tributo fundiário seria, portanto, uma parte da mais-valia e, do ponto de vista da reprodução, uma transferência entre capitalistas e proprietários fundiários.<sup>337</sup>

Tal transferência seria assegurada pelo Estado, validando juridicamente a imissão da propriedade, ao mesmo tempo em que se realizam investimentos em infraestrutura, ou, como diria Harvey, o necessário “ajuste espacial”.<sup>338</sup> O movimento do crítico comporta em si a valorização do valor, onde os nodais do mercado imobiliário seriam a saída para a desvalorização intrínseca, inerente ao capital. Esta é a potência do inerte posto no movimento da circulação do capital: suas taxas de desvalorização comportam a possibilidade (e a necessidade) de incluírem o espaço como elemento nodal na composição da reprodução das taxas de lucro. O urbano é a saída, sua produção se coloca na ordem do dia como a grande produção, ou a grande maquinaria.

Derivaria daí uma contradição: sendo a propriedade fundiária e o direito do proprietário em extrair a renda da mais-valia global, que se tornam “elementos constituintes da acumulação capitalista”, seja por meio da “especulação e incorporação imobiliária” ou ainda “através da circulação da renda capitalizada no mercado financeiro (hipotecas e títulos imobiliários)”, a propriedade e seu direito se configurariam em “um obstáculo à livre circulação do capital”. Igualmente, tais elementos constituintes “[...] são um obstáculo à propriedade social de um dos mais importantes meios de produção (a terra)”, o que contribui para a “[...] contínua reprodução da classe dos que não possuem os meios de subsistência e que têm de vender sua força de trabalho para reproduzir-se (o proletariado)”. Trata-se, portanto, de algo que “[...] é ao mesmo tempo obstáculo à livre aplicação do capital e à sua reprodução ampliada e meio de acumulação do capital, sendo

---

<sup>336</sup> LIPIETZ, Alain. **Le tribut foncier urbain**, 1974, p. 106, grifos do autor.

<sup>337</sup> LIPIETZ, Alain. **Le tribut foncier urbain**, 1974, p. 221.

<sup>338</sup> “Se a teoria marxista do ajuste espacial estiver correta, então, no século 20, a perpetuação do capitalismo foi obtida à custa de morte, da devastação e da destruição levadas a cabo em duas guerras mundiais. No entanto, cada guerra foi travada com armas de destruição sempre mais sofisticadas. Testemunhamos o crescimento da força destrutiva que mais do que se iguala ao crescimento da força produtiva que a burguesia também deve criar como condição da sua sobrevivência. De fato, nossa condição presente deve dar o que pensar, já que as tendências de crise do capitalismo mais uma vez fogem do controle, as rivalidades interimperialistas se aguçam e a ameaça de autarcia dentro de impérios comerciais fechados avulta. A batalha para exportar a desvalorização assume o primeiro plano e as beligerâncias dominam o tom dos discursos políticos em todos os níveis. Com isso, chega a renovada ameaça de guerra global, dessa vez travada com armas de tão grande e insano poder destrutivo, que nem mesmo o mais apto permanecerá vivo”. HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, 2006, p. 126.

também uma das condições para a reprodução das relações de produção capitalistas”.<sup>339</sup> Deste modo, a propriedade da terra, afirmando-se como uma esfera exclusiva da vontade privada do proprietário, necessitaria, no campo da lógica própria ao capital, de uma flexibilização de seus termos.

Não podemos tratar de modo tão desavisado os termos lógicos interpostos a um movimento de afirmação da propriedade no tramo da reprodução crítica do capital em seu período contemporâneo, quanto mais no âmbito da reprodução do próprio mercado imobiliário. Uma vasta literatura produzida nas últimas décadas, sobretudo decorrente das áreas do conhecimento que tratam do fenômeno urbano, dá conta de que a indústria da construção civil e o seu corolário, o mercado imobiliário, encontram demasiada dificuldade em reproduzirem suas condições de produção, dado que “para essa indústria a questão foi sempre a de manter um fluxo constante de terrenos, ou, dito de outra forma, de monopolizar localizações”. Assim, passamos a considerar que a propriedade da terra, impondo uma barreira ao livre fluxo dessa produção e que novas formas de financiamento fossem “a forma de enfrentar a contradição lógica das atividades desse setor produtivo”,<sup>340</sup> no jogo das grandes estratégias econômicas, urgiria *encurtar* o tempo de circulação do capital, encontrando, pela via da financeirização, o vetor de realização deste valor. As contradições *no e do* espaço constituem-se, assim, em um movimento intrínseco à sua produção. Seu movimento de homogeneização, fragmentação e hierarquização não superam as contradições, pelo contrário: ele as reacende, as significa em um plano superior.<sup>341</sup>

---

<sup>339</sup> BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**, 2007, p. 85.

<sup>340</sup> SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Apresentação**. In: BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**, 2007, p. 10.

<sup>341</sup> “*Homogeneidade*. É na escala mundial que o espaço engendrado na segunda metade do século 20 se repete: aeroportos, vias expressas, cidades verticais de concreto, cidades horizontais de pavilhões. A similaridade não necessita ser sublinhada e só diferem os detalhes das construções, edifícios funcionais, ou ainda monumentos. Ingressamos em um mundo combinatório cujos elementos são conhecidos e reconhecidos. As semelhanças vão até à identidade (abstrata, evidentemente) e à equivalência visível. Os sistemas de equivalência tomam uma existência sensível e se inscrevem no espaço. [...] *Fragmentação*. O espaço se parte em espaços separados, ocupados por funções que se exercem nos espaços distintos: trabalho, residência, lazeres, passagem e transportes, produção, consumo. [...] A separação dos elementos e componentes é às vezes *fictícia*, já que não se pode separar completamente as funções, os ‘equipamentos’ (ainda que cada função localizada se represente ou mesmo se efetive em si e para si, como dizem os filósofos), e de outra parte *real* (pois todos os fragmentos dos espaço com sua função, assim divididos à maneira dos trabalhos da empresa, obtêm e guardam uma autonomia). O espaço – como o trabalho – torna-se parcelar: justaposição de parcelas fixas, uma atividade parcelar cujo conjunto, o processo de habitá-lo, escapa aos participantes. [...] *Hierarquização*. Os espaços dissociados no homogêneo se hierarquizam: espaços nobres e vulgares, espaços residenciais, espaços funcionais ditos ‘equipamentos’, eles próprios classificados segundo sua importância, guetos diversos nomeados ‘conjuntos’ para a burocracia mistificadora, conjuntos de alto padrão, conjuntos para os imigrantes e os autóctones, conjuntos para as classes médias, espaços povoados de pavilhões de maior ou menor qualidade etc. Em resumo, segregação: espectro do urbano. A hierarquização toma formas gerais e específicas: a distinção entre os pontos fortes do espaço e os *centros* – (de poder, de riqueza, de trocas materiais ou espirituais, de lazeres, de informação), que aliás se multiplicam e se

Retomemos nosso debate sobre o Estado, o qual se aprofundará neste e em outros momentos desta Tese. A natureza da composição do Estado moderno, este grande operador das cadeias de equivalência, seguindo a introdução deste texto, se realizaria, do ponto de vista institucional, a partir dos diversos instrumentos de “políticas públicas”, “parcerias público-privadas”, planejamentos estratégicos”, “planos diretores”, entre outras formas de composição e reiteração dessas equivalências. Este seria o papel relegado ao Estado nas tratativas da reprodução social no interior do modo de produção capitalista, a composição basilar desta sociedade. A propósito, Lefebvre nos ensina:

Uma racionalidade (cartesiana) se vincula aparentemente às distinções e divisões administrativas do espaço. O zoneamento que precisamente fragmenta, cinde e separa numa unidade burocraticamente estipulada, se confunde com a capacidade racional de discernir. A repartição de funções, acompanhada de sua projeção dispersa “sobre o terreno”, se confunde com a atividade analítica que tem em conta as diferenças. O que recobre de fato uma ordem moral e política; uma potência agenciando essas condições, uma associação socioeconômica, parece provir diretamente do Logos, isto é, de um “consenso” ao racional. *A racionalidade clássica parece exacerbar-se em racionalidade tecnológica e tecnocrática. É o momento onde ela se transforma em seu contrário: o absurdo de um real aos pedaços. A ordem estatal-burocrática, ela própria cobertura do capitalismo de Estado (quando não é do socialismo de Estado) realiza-se e dissimula-se simultaneamente “sobre o terreno”.* Ela desfoca sua imagem no ar transparente da legibilidade funcional e estrutural. A unidade da razão (de Estado) cobre e abarca as múltiplas divisões administrativas, justapostas, superpostas, uma espécie de quebra-cabeça onde cada pedaço corresponde a uma “operação” (citemos de memória os ZAD, os ZAC, os ZUP etc.).<sup>342</sup>

Nada como a racionalidade estatal, o plano cartesiano, os recortes e divisões administrativos e suas múltiplas interconexões, a intercorrência das formas racionais, exatas e transparentes do Estado como formas necessárias à organização e definição dos rumos de um processo que parece caótico, indiferenciado, requerendo o “controle”, até mesmo para uma defesa incontestada contra o apetite voraz da indústria da construção civil e do mercado imobiliário! Interessante que naquele momento (1974) e lugar (França) de

---

hierarquizam – e as *periferias* (elas também hierarquizadas, mais ou menos afastadas de tal centro principal ou secundário, até assumir por vezes uma aparência desértica, abandonada dos deuses e dos homens)”. LEFEBVRE, Henri. **Une pensée devenue monde...**, 1980, pp. 151-155. Grifos do autor.

<sup>342</sup> LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**, 2000, p. 365-366. Grifos nossos. ZAD : *Zone d'aménagement différé*. ZAC : *Zone d'aménagement concerté*. ZUP : *Zone à urbaniser en priorité*.

onde Henri Lefebvre escrevia este texto, ocorre justamente a referência a essas políticas urbanas do Estado francês (ZAD, ZAC e ZUP), tão ajuizadas à gênese brasileira da política intitulada *operação urbana*.<sup>343</sup>

Sobre o “conceito” de operação urbana, tão largamente destrinchado nestas últimas décadas – assim como aludi ao debate a respeito renda da terra no urbano e às peripécias do mercado imobiliário e seus corolários, o que denota exatamente o sentido da crise imanente, ao qual me referi desde o início deste capítulo -, começo exatamente analisando os termos da Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia (OUCVS), datada de janeiro de 2006.<sup>344</sup>

Em sua “exposição de motivos”, logo no primeiro parágrafo, adverte-se o leitor de que haveria um respaldo legal, em nível federal, para a própria existência e os “motivos” da OUCVS: trata-se da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autointitulada *Estatuto da Cidade*, que, por sua vez, objetivaria regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo “diretrizes gerais da política urbana”<sup>345</sup> e estabelecendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio

---

<sup>343</sup> Cabe aqui uma importante ponderação quanto à gênese e os vínculos entre essas políticas públicas empreendidas pelo Estado francês e o seu real vínculo com as operações urbanas consorciadas, em solo paulistano e brasileiro. “Urbanistas com longa experiência na administração pública paulistana concordam que o exemplo francês, que se concretizou nas ZACs [...], teve alguma influência quando se iniciaram as discussões sobre as operações consorciadas no Brasil. Entretanto, as diferenças são enormes, e hoje dificilmente alguma comparação pode ser feita. Em primeiro lugar, porque assim como nos EUA, tais instrumentos envolvem a dinamização de um mercado que é muito mais incluyente do que o nosso. Em segundo lugar, porque a Europa e a França em especial têm longa tradição política e tecidos sociais altamente integrados, o que possibilita um efetivo engajamento da sociedade civil organizada nesses processos, contrabalançando o peso relativo da iniciativa privada. E em terceiro lugar, porque a longa tradição social-democrata do Estado-Providência fez com que o controle do Poder Público nessas operações se dê em níveis incomparáveis com o que ocorre nas Operações Urbanas brasileiras. As ZACs atingem diretamente a estrutura fundiária das áreas afetadas. O Estado adquire as terras em áreas ‘degradadas’ (por direito de preempção ou por simples desapropriação), faz as melhorias de infra-estrutura, e decide o uso para cada lote resultante de sua intervenção, realizando inclusive o projeto arquitetônico do edifício a ser construído no local, em alguns casos. Vende as áreas e os projetos destinados a equipamentos públicos aos respectivos órgãos responsáveis (ministério da educação para as escolas, da saúde para hospitais, setor de parques para praças, etc.), e as áreas destinadas a escritórios e outros estabelecimentos comerciais (também com os projetos prontos) à iniciativa privada. Cobrando desta última a plusvalia produzida pela valorização da intervenção, consegue recursos para amortizar financeiramente a operação como um todo e garantir a oferta de moradias. As diferenças com a realidade brasileira na qual se insere o instrumento das operações urbanas consorciadas são enormes. Fica claro que no Brasil a participação da sociedade civil organizada ainda é muito pequena, e raramente, mesmo na experiência dos orçamentos participativos, está presente uma visão para o desenvolvimento da cidade como um todo (sociedade e território). Como aqui o Estado serve historicamente aos interesses das classes dominantes, todas as leis, e não haveria de ser diferente com a das Operações Urbanas, tendem a responder aos interesses específicos dos lobbies dominantes e não a considerar as demandas generalizadas da sociedade. Por mais que essa perspectiva pessimista possa ser amenizada com o avanço da organização da sociedade civil, há de se ressaltar que uma mudança mais efetiva desse quadro dependeria de uma profunda reviravolta na própria estrutura social, política e econômica da nossa sociedade.” FERREIRA, João Sette Whitaker e MARICATO, Ermínia. **Operação Urbana Consorciada...**, 2002, p. 5-6.

<sup>344</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei da OUCVS**, 2006.

<sup>345</sup> BRASIL. Lei Federal nº 10. 257, de 10 jul. 2001. **Estatuto da Cidade**. Caput.



ambiental”.<sup>346</sup> Nada mais legível e transparente, do ponto de vista da tão perseguida “qualidade de vida” no meio urbano, nos termos apontados no início do Capítulo 1 deste texto.

Voltando à minuta referida, que cita, logo em seu início, o artigo 32 do Estatuto da Cidade, que trata justamente das *operações urbanas consorciadas*. Eis o trecho citado:

Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

A definição oficial para as operações urbanas consorciadas comporta exatamente o sentido inicial ao qual Lefebvre se refere no trecho citado logo atrás: a ordem moral e política, uma associação socioeconômica, um consenso provindo diretamente do Logos, garantindo e assegurando a participação dos *proprietários* (em primeiro lugar, note-se bem), *moradores*, *usuários permanentes* e *investidores privados*. Forma-se, daí, um conjunto “harmonioso” e “ideal” desses interesses tão díspares e conflituosos entre si, com vistas a alcançar objetivos de transformações estruturais e melhorias sociais (que são elencadas de modo racional e transparente nos termos da legislação e do discurso técnico sobre a operação urbana) e o corolário necessário, um componente basilar desse esquema e dessa estrutura, absolutamente lógicos e racionais: a *valorização ambiental*. As equivalências não cessam de repor seus termos nessa teia de definições, conceitos e “exposição de motivos”...

Expondo ainda seus motivos, a referida minuta cita, como legislatura menor e, portanto, submetida ao Estado nacional (as equivalências interpostas ao Estado requerem sua necessária hierarquização), a Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que institui nada menos que o *Plano Diretor Estratégico* e o *Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo*. Por sua vez, o Plano Diretor Estratégico (PDE) é definido como “instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no

---

<sup>346</sup> BRASIL. Lei Federal nº 10. 257, de 10 jul. 2001. **Estatuto da Cidade**. Art. 1º § único.

Município”.<sup>347</sup> Esta lei cita, ainda, o Estatuto da Cidade, promulgado um ano antes, como balizador principal de todas as diretrizes interpostas à legislação municipal.

A Minuta, se referindo ao Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, remete à Seção VII da referida lei, intitulada “Das operações urbanas consorciadas”, onde se pode ler:

Art. 225 - As Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, *com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o transporte coletivo, implantando programas habitacionais de interesse social e de melhorias de infraestrutura e sistema viário, num determinado perímetro.*

§ 1º - Cada nova Operação Urbana Consorciada será criada por lei específica, de acordo com as disposições dos artigos 32 a 34 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

§ 2º - Ficam delimitadas áreas para as novas Operações Urbanas Consorciadas Diagonal Sul, Diagonal Norte, Carandiru-Vila Maria, Rio Verde-Jacú, Vila Leopoldina, *Vila Sônia* e Celso Garcia, Santo Amaro e Tiquatira, além das existentes Faria Lima, Água Branca, Centro e Águas Espraiadas, com os perímetros descritos nas suas leis específicas e indicadas no Mapa nº 09,<sup>348</sup> integrante desta lei. (grifos nossos)

Seguindo o raciocínio do texto da minuta, iniciado pela legislatura maior (a União) e descendo à legislatura menor (o Município), vem à baila a regulamentação necessária exigida pelo Plano Diretor municipal, ou seja, ocorre a delimitação de mais *nove* áreas do município para a implantação de novas operações urbanas consorciadas, além das quatro já existentes e em funcionamento naquele período. Daí, atendendo a esse “quadro jurídico, técnico e institucional”, a Prefeitura de São Paulo enfatiza, na própria minuta, “a posição de *submeter os mecanismos de concessão ou outorga onerosa de índices e benefícios urbanísticos excepcionais ao propósito preeminente de estruturar e qualificar física, social e ambientalmente as áreas de atuação de cada operação urbana*” (grifos do texto original), pressupondo-se que a consecução do objetivo de alcançar as *transformações urbanísticas, melhorias sociais e a*

---

<sup>347</sup> SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 13.430, de 13 set. 2002. **Plano Diretor Estratégico**. Art. 2º.

<sup>348</sup> Nesta Tese, esses perímetros estão indicados no Mapa nº 2.2.

valorização ambiental seria, “[...] em grande medida, proporcionalmente dependente do efetivo interesse dos agentes econômicos” (grifos nossos). Selando a argumentação inicial, o texto afirma que “a contrapartida paga pela utilização dos benefícios de exceção [...] é o que pode garantir o fluxo de recursos necessários à realização das obras e ações de estruturação e qualificação urbana”.<sup>349</sup>

A grande questão que se coloca neste ponto, além do discurso coerentemente racional e pretensamente exato da ordem estatista-burocrática, poderia ser: como lidar, no tramo dessa política pública, desse consórcio de interesses, com o efetivo interesse dos agentes econômicos, sobretudo em seus investimentos e na geração das contrapartidas necessárias à realização das obras e ações de estruturação e qualificação urbana? Ou, ainda, como atrair tais investidores e incentivá-los em suas inversões neste “pedaço” da cidade, o *Butantã* e a *Vila Sônia*? Como se cria e se amplifica esse interesse, visto que, ao que parece, um dos maiores interesses do Poder Público, para além do discurso das “melhorias urbanísticas”, seria justamente aumentar seus próprios fundos de arrecadação?

Talvez, ao questionarmos dessa forma, patinamos no “óbvio”. Esse “óbvio” se inscreve na simples constatação de que o *Butantã* e região<sup>350</sup> se apresentam, no escopo das representações do mercado imobiliário contemporâneo, na indústria da construção civil e nos discursos midiáticos ora em voga como “a bola da vez na corrida imobiliária paulistana”.<sup>351</sup> E qual o significado deste termo, tão próprio exatamente do jargão dos investidores e agentes econômicos, conforme as letras do Estado?

O folheto virtual sobre o qual nos apoiamos – *Butantã: a bola da vez...* –, como porta desta análise a propósito do pensamento predominante no mercado imobiliário sobre a região, advém de uma empresa de consultoria denominada *Urban Systems*, que se autointitula “uma empresa de *Business Intelligence*, especializada em análise de dados em mapas digitais, para dimensionamento de mercados e levantamento de tendências em mercados e cidades”. Para tanto, utilizando tecnologias integradas de cartografia digital e análise de dados (geoprocessamento) coletados por intermédio “de sua unidade de negócios *Urban Mind*”, que “dispõe de tecnologias de robôs de busca que varrem as fontes 24 horas por dia, 365 dias por ano”, produzem informações a partir da plotagem em mapas digitais,

---

<sup>349</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Vila Sônia**, 2006, p. 1.

<sup>350</sup> Neste momento, tratamos de forma imprecisa este recorte espacial, embora tenhamos demarcado a Subprefeitura do *Butantã* como recorte de análise, no Capítulo 1.

<sup>351</sup> URBAN SYSTEMS. **Butantã: a bola da vez na corrida imobiliária paulistana**, 2011.

“através de uma plataforma própria, o *Urban Maps*”. Ao que parece, tal plataforma digital, o “*Urban Maps* oferece precisão na medida de sua necessidade, em ruas, bairros, cidades, estados ou mesmo uma área específica”, desenhada de acordo com a necessidade de seus clientes.<sup>352</sup> Negócios urbanos, numa era de tanta velocidade vinculada aos ritmos do grande capital, em sua mundialidade, requerem uma racionalidade (e uma velocidade) ao nível do reconhecimento do primado espacial sobre a realização desses negócios. O uso da tecnologia de geoprocessamento, tão comum e tão festejado entre muitos geógrafos e “geografias” contemporâneos, serve aqui perfeitamente à produção e reprodução desses negócios e ao alargamento de suas margens de lucro.

Mais racionalidade e coerência no discurso empresarial: o folheto virtual anuncia que “a cidade de São Paulo passa por um *problema* típico das grandes metrópoles: a supervalorização imobiliária”. É interessante notar o quanto se reconhece que poderia haver um limite ótimo a essa valorização, e que, ultrapassando este limite, estaria posto um *problema*. Prosseguindo. “O aumento dos preços dos imóveis na capital paulista sofre a influência da prosperidade econômica pela qual passa o país”, já que “o crescimento do emprego e do crédito descortinou o sonho da casa própria para uma nova parcela da população [...]”. Ainda, completando o raciocínio, “com a demanda tão alta, nem mesmo a grande quantidade de lançamentos imobiliários consegue desacelerar a especulação”.<sup>353</sup>

Vamos no ater um pouco mais neste ponto: o argumento da consultoria é que, dado o aumento da renda e do emprego formal no país nos últimos anos, teria aumentado a demanda pelos imóveis e lançamentos imobiliários que, incapazes de atenderem completamente a esta demanda, sobem *automaticamente* os preços. Contrapondo-se a este argumento, torna-se até desnecessário tratar do famoso *déficit habitacional* em nosso país, sobretudo na cidade de São Paulo, onde a questão da moradia é largamente discutida, há décadas, tanto no meio acadêmico quanto em meio aos movimentos sociais, *inclusive* no Butantã. Além disso, Flávia Elaine Martins nos adverte que:

Parte crescente da produção habitacional atual é mediada por grandes empresas e suportada por níveis de endividamento que se prolongarão por

---

<sup>352</sup> Informações extraídas da página da Urban Systems: <<http://www.urbansystems.com.br/quem-somos>> Acesso: em 4 jan. 2013. Outra importante informação a respeito desta empresa: ela está localizada no Distrito da Chácara Santo Antônio, próximo ao eixo dos negócios do terciário superior da Avenida das Nações Unidas, na confluência entre as Avenidas Roque Petroni Júnior e Santo Amaro. Mais uma vez, a “racionalidade” e a “coerência” das estratégias do espaço, sobretudo neste vetor de valorização tão aclamado no anúncio do “Vital Brasil Business Towers”, transcrito páginas atrás.

<sup>353</sup> URBAN SYSTEMS. **Butantã**: a bola da vez na corrida imobiliária paulistana, 2011, p. 2.

uma década ou mais. Por meio do consumo apoiado no endividamento em longo prazo, passa a fazer parte do cotidiano do morador da metrópole de São Paulo os ritmos de rentabilidade de grande montante de capital associado, ou ritmos de produção de grandes empresas com capital mundializado interno às suas estruturas.<sup>354</sup>

Trata-se, portanto, de ritmos de endividamento, nas mais diversas escalas. O aporte ao capital fictício, figura tão presente em tempos de “finanças desregulamentadas” (argumento utilizado também por quem requer o Estado, este grande “conciliador”, no controle das finanças) se inscreve notoriamente nos ritmos da vida quotidiana, conforme apontado pela autora. E, sendo fiel a uma das discussões mais centrais desta Tese, recorreremos ao *negativo* desta aparência de “pleno emprego pressupondo um mercado aquecido”, onde uma positividade inerente a um raciocínio linear e teleológico resolveria o jogo econômico em uma simples associação formal entre oferta e demanda, no caso da produção de moradias e de unidades comerciais pela indústria da construção civil. Superando as aparências, quando se volta o olhar em direção à *base* do processo em curso, interposto ao movimento, tal base produtiva requer necessariamente a compreensão dos ritmos de produção da mercadoria em circulação e realização no tramo dos negócios e estratégias do espaço, no tocante, sobretudo, ao espaço urbano. Quem produz e como são produzidas essas mercadorias, afinal de contas?

A concentração de capital e sua associação às incorporadoras têm provocado a necessidade de uma produção massiva de produtos imobiliários, sejam casas, apartamentos, lotes. A formação de banco de terras por estas incorporadoras em centros e periferias de metrópoles brasileiras dificulta, pelo aumento de preços, não só o acesso à habitação, mas também o acesso de empresas menores à produção de habitação em escalas menores. Nas duas pontas estamos falando da concentração de capitais.<sup>355</sup>

Sendo um setor da economia global como qualquer outro, a forma da produção, da concorrência e da articulação dos diversos capitais em ritmo de circulação neste mercado de produtos imobiliários, a concorrência entre esses diversos capitalistas conduziriam ao monopólio, conforme nos legado pelos escritos de Marx.<sup>356</sup> E a necessidade da manutenção

---

<sup>354</sup> MARTINS, Flavia Elaine da Silva. **A (re)produção social da escala metropolitana...**, 2010, p. 13.

<sup>355</sup> MARTINS, Flavia Elaine da Silva. **A (re)produção social da escala metropolitana...**, 2010, p. 14.

<sup>356</sup> “Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. *Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista*”

constante das taxas médias de lucro (que caem sobremaneira, outra importante contribuição de Marx à compreensão do fenômeno das crises, como vimos páginas atrás) conduz a uma taxa de produção cada vez mais ampliada de produtos imobiliários, nas escalas igualmente mais ampliadas, em intensidades cada vez maiores. E eis o espaço urbano, ele próprio servindo a essa reprodução, como forma de realização desses capitais mais e mais ociosos no tramo da reprodução crítica do capital em escala global.

E, para finalizar esta parte de nossa análise, lembremos que o atual momento da produção de moradias no Brasil passa por uma plêiade de formas de financiamento, securitização e crédito, que expressam sobremaneira o quão crítico se apresenta, sobretudo para a classe trabalhadora (aquela a quem só resta vender a sua força de trabalho) essa alocação de trabalho futuro, comprometendo os rendimentos e a vida inteira de famílias trabalhadoras, que, num momento histórico posterior à solução da habitação através do incremento de sua jornada de trabalho (a chamada “autoconstrução”), parecem recorrer cada vez mais ao financiamento como a forma predominante na efetivação do acesso à moradia. A casa própria, na verdade “lâmina de propriedade”, torna-se demasiado frágil em tempos de empregos precários e remunerações médias achatadas.<sup>357</sup>

Voltemos à leitura de outros trechos do folheto virtual da Urban Systems. Deste modo, a saída das construtoras e incorporadoras *nacionais* (frise-se bem este termo e esta escala) seria “[...] garantir terrenos para continuar lançando empreendimentos”.

---

*por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores.* Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração”. MARX, Karl. **O Capital**. Livro Primeiro, Tomo 2, 1983, p. 196. Grifos nossos.

<sup>357</sup> “Na última década, em especial nos últimos cinco anos, podemos considerar esta produção sendo redefinida, passando em parte para as mãos de grandes incorporadoras de capital aberto, que procuram atuar em ‘todos’ os segmentos de renda. Escolhemos abordar esta transformação por meio das incorporadoras, mas esse processo abarca outras formas pelas quais grandes empresas passaram a buscar a produção em escala massiva. A participação de Fundos de Investimento em empresas imobiliárias é apenas mais uma das formas de olharmos isso. Estas empresas passam a se organizar no sentido da produção massiva de habitações “populares”, ou seja, uma das formas de ampliação é a venda de imóveis para as classes de baixa renda. Este conceito de popular está distante do que os movimentos sociais consideram como movimento de habitação popular, é bom nos lembrarmos dessa diferença, uma vez que continuam insignificantes os imóveis destinados às famílias que ganham menos de 3 salários mínimos. Feita a ressalva, o último ‘Salão de Imóveis’ de 2010, que ocorre em âmbito nacional, confirma a ampliação em 25% da comercialização de tipologias e preços que giram em torno de R\$ 100.000,00. Esta ampliação tem suporte e estímulo no Programa Federal de Habitação chamada *Minha Casa Minha Vida*. Constatamos assim que a produção da habitação entrou em outro patamar de rentabilidade, considerando o que já foi exposto aqui, pois o acesso a ela é mediado pela compra, na forma do crédito, da unidade pronta. Devemos fazer o exercício de considerar que a imensa periferia produzida em outros tempos pelas horas de trabalho a mais, passa a ser produzida agora por grandes incorporadoras com a presença do capital adiantado, que se desdobra em valorização pela produção imobiliária e pela valorização fictícia. Muda a estrutura de pagamento das rendas, mudam as rendas que exigem remuneração. São horas futuras que remunerarão o capital e a terra, sendo o capital financeiro o senhor mais exigente no momento.” MARTINS, Flavia Elaine da Silva. **A (re)produção social da escala metropolitana...**, 2010, pp. 157-158.

Continuando, a formação constante de um banco de terras urgiria no sentido em que “[...] o fato mais influente para a atual supervalorização imobiliária [é] o óbvio: a cidade não tem mais para onde crescer.” Prosseguindo, no folheto consta que:

O esgotamento do potencial imobiliário envolve a escassez de terrenos, o crescimento da população e mesmo as mudanças no Plano Diretor, que, pelas novas regras, reduziu pela metade a disponibilidade de áreas para erguer edifícios.<sup>358</sup>

Um dado importante para a nossa análise. O folheto nos revela, ainda, a evolução dos preços médios praticados entre 2006 e 2011, na região do Butantã.

**Tabela 2.1. Evolução do preço do metro quadrado**

<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011*</b>
R\$ 2.846	R\$ 2.898	R\$ 3.093	R\$ 3.451	R\$ 4.540	R\$ 5.103

\*Projeção para 2011 realizada com base no crescimento ocorrido entre 2006 e 2010. Fonte: Urban Systems

Verifica-se que neste curto período de cinco anos, os preços médios subiram cerca de 79,3% (omitindo-se, aparentemente, os índices de inflação no período assinalado, que em todos os índices de preços utilizados pelo Banco Central do Brasil, não ultrapassam 40%), o que denotaria um processo de supervalorização em curso. Daí, a teia de especulações se abre em relação ao Butantã com a inauguração da Estação de Metrô (ocorrida em 28 de março de 2011) e com a expectativa, naquele momento, de que a Prefeitura enviasse o projeto de lei da Operação Urbana Vila Sônia à Câmara Municipal de Vereadores ainda em 2011. Como se verá adiante em detalhes, tais expectativas do mercado imobiliário foram parcialmente frustradas, pelo menos até o início de 2013, quando a Operação Urbana e todos os seus estudos estavam paralisados por determinação da Justiça, por intermédio de Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Estadual, em conjunto com movimentos e associações de moradores da região.

O que é sobremaneira interessante notar ainda neste folheto é o dado que de o Butantã teria ficado em 42º lugar entre os 96 distritos da cidade na quantidade de lançamentos imobiliários em 2010,<sup>359</sup> dado que é utilizado para argumentar que ainda

---

<sup>358</sup> URBAN SYSTEMS. **Butantã**: a bola da vez na corrida imobiliária paulistana, 2011, p. 2.

<sup>359</sup> URBAN SYSTEMS. **Butantã**: a bola da vez na corrida imobiliária paulistana, 2011, p. 3.

haveria condições de adensar cada vez mais essa região, tanto em quantidade de novos empreendimentos quanto pelo aludido incremento demográfico decorrente desse adensamento. O projeto da OUCVS, por exemplo, previa o incremento de 37.000 novos moradores até o ano de 2027.<sup>360</sup>

Para terminar, o folheto anuncia que “o processo de mudança da cara de São Paulo seria inevitável” e que “o planejamento e a participação de moradores nas decisões podem ajudar na consolidação de um desenvolvimento imobiliário sustentável que mantém a qualidade de vida de todos”. O recurso ao tema da “participação dos moradores”, que não foi gratuito, veio da constatação de que a mobilização dos moradores da região até aquela data, abril de 2011, alcançara resultados consideráveis quanto à alteração do projeto vigente da OUCVS. No entanto, o léxico da *sustentabilidade* e da *qualidade de vida* parece estar constantemente atrelado às justificativas tanto do mercado imobiliário quanto do Estado, do mesmo modo em relação às reivindicações da assim chamada “sociedade civil organizada”, conforme ainda será tratado em detalhes.<sup>361</sup>

Antes de passarmos às razões estruturantes da política pública ora em questão, detenhamo-nos um pouco mais sobre o próprio “conceito” de Operação Urbana, tão ricamente debatido em tantas áreas do conhecimento, sobretudo nesses tempos de proliferação dessa política pública em várias áreas do território paulistano e em outras metrópoles do país afora,<sup>362</sup> colocando de forma contumaz a urbanização na agenda de um ambiente de negócios altamente rentáveis para a composição e articulação dos mais

---

<sup>360</sup> BRANCATELLI, Rodrigo. Operação Urbana Vila Sônia vai atrair 37 mil moradores até 2027. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 mar. 2010, p. C1.

<sup>361</sup> “Nós preparamos para falar hoje da questão do Butantã, por conta também da inauguração da Estação do Metrô, por conta da Operação Urbana, que une lá a Eliseu de Almeida com a Corifeu, passando ali pela Praça Elis Regina. Então toda aquela região está numa grande modificação, os terrenos valorizam, e os empreendimentos imobiliários dão à cidade uma oportunidade de se desenvolver de uma forma equilibrada, e tendo no Butantã uma centralidade, evitando deslocamentos das pessoas que moram no Butantã para outros lugares da cidade. [...] Foi anunciado essa semana as operações urbanas da Zona Leste, a Operação [Urbana] Lapa-Brás, a Operação [Urbana] Jacu Pêssego, toda aquela região da Zona Leste a tendência é que exista uma valorização, exista uma nova repovoação com produtos equilibrados, entre residência, trabalho, lazer, compras, saúde, educação, de tal maneira a garantir que tal população da Zona Leste fique retida na Zona Leste, que não tenha um deslocamento, aliviando um pouco a qualidade de vida e a mobilidade urbana de São Paulo, que já está beirando o caos.” ASSUMPÇÃO, Thomaz. **“Boom” imobiliário do Butantã**. Rádio Estadão ESPN, São Paulo: O Estado de São Paulo, 19 abr. 2011. Mais uma vez, o discurso linear do desenvolvimento, do perfeito equilíbrio entre oferta e demanda e as quimeras do equilíbrio ambiental, da sustentabilidade e da qualidade de vida se colocam como a grande linguagem, o recurso à conciliação dos interesses entre o mercado, o Estado e a sociedade civil.

<sup>362</sup> “Outorgas onerosas, ‘operações urbanas’, estes são instrumentos colocados à disposição em diversos municípios espalhados pelo Brasil. Isso não significa dizer que estão sendo usados intensamente, significa dizer que estão disponíveis. Todos os municípios se tornaram metrópoles em potencial, na forma de negociar e produzir o espaço urbano, independentemente do seu tamanho. A realização desta metropolização no modo de vida urbano é o que falta pesquisar. Aqui, o olhar esteve nas relações de crédito e dívida, mas certamente existem outras formas de entender a alteração destes ritmos.” MARTINS, Flavia Elaine da Silva. **A (re)produção social da escala metropolitana...**, 2010, p. 156.



diversos capitais, desaguando mais diretamente na indústria da construção civil e no mercado imobiliário.<sup>363</sup>

Começamos pela constatação de que muito antes da aprovação e vigência do PDE 2002, já havia em discussão, pelo menos desde a década 1980, a composição de áreas ditas “estratégicas” para a composição desta política pública no município de São Paulo. No Brasil, vem de meados da década de 1970 a discussão sobre o instituto jurídico do *solo criado* e, desdobrando-se deste instituto, a *outorga onerosa*.

O *Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM)*, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de São Paulo, parece ter sido pioneiro neste sentido quanto à discussão e divulgação dessa concepção no país. Entre setembro de 1975 (publicação do documento “O Solo Criado”) e dezembro de 1976 (publicação da “Carta do Embu”), essa concepção foi debatida em numerosos encontros e simpósios realizados no Estado de São Paulo, sobretudo, tanto por profissionais ligados ao urbanismo quanto por juristas e outros estudiosos. Em um desses encontros, o ideia foi se delineando e se colocando a partir da seguinte perspectiva:

O que é o SOLO CRIADO? O avanço da tecnologia da construção e da climatização artificial amplia progressivamente as possibilidades de utilização do espaço em seu sentido tridimensional. Como resultado, nossas cidades, que foram concebidas para construção em 1, 2 a 3 pisos, acabam tendo que acomodar edifícios de 10, 20 e até 50 pisos. De um ponto de vista puramente técnico, toda vez que uma construção proporcionar uma área utilizável, maior do que a área do terreno, haverá criação do solo. De um ponto de vista prático, poderá ser considerado como SOLO CRIADO a área construída que exceder uma certa proporção de área do terreno. Baseado neste conceito de SOLO CRIADO podemos propor três novos instrumentos extremamente importantes para controle do uso do solo, a saber: *coeficiente*

---

<sup>363</sup> “Centro, Faria Lima, Água Branca e Água Espreiada formam as quatro Operações Urbanas pilotos de São Paulo. As Operações Urbanas Vila Leopoldina-Jaguarié, Butantã-Vila Sônia, Diagonal Sul e Carandiru-Vila Maria, projetadas pelo poder público, denunciam que esse instrumento de exceção em breve se tornará a regra disciplinadora do urbanismo paulista. A representação gráfica [...] nos permite afirmar – com segurança – que em futuro próximo quase que a totalidade da cidade estará disciplinada sobre regras que separam o direito de construir da propriedade imobiliária, cabendo aos proprietários adquirir títulos municipais que permitam a edificação em seus lotes. *E a centralidade? Na representação gráfica (mapa) ela se perderia, tornando a cidade policêntrica? Ao contrário. O centro se reforça. É preciso reconhecer a astúcia de uma rede hierarquizada, local e mundial, reforçando o centro, e portanto, o Estado e sua estrutura administrativa burocrática.* A descentralização administrativa ocorre mediante o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que permitem, como contraposição, a concentração do poder pelo político. A cidade, sob a ótica das Operações Urbanas que expressam o empreendedorismo urbano, se torna uma *maquinaria infernal* que colocará a urbanização definitivamente na ordem dos negócios.” BAITZ, Ricardo. **Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade...**, 2011, p. 203. (grifos nossos)

*de aproveitamento único; transferência de direitos de construir; proporcionalidade entre áreas construídas e áreas de uso público.*<sup>364</sup>

No entanto, não vamos nos resumir tão-somente à técnica, mesmo porque não seremos tão ingênuos em pensar que a eleição de um estrito conteúdo *formal* (maior tecnologia construtiva = mais pavimentos = *solo criado*) resolva o que se coloca em questão. Há um conteúdo político e social claramente colocado da mesma forma.

A Tese do Solo Criado não pretende revogar a lei da oferta e da procura. Obviamente, continuarão a existir diferenciações relativas à diferenciação provocada pela valorização natural de terrenos e que decorre, sobretudo, dos investimentos públicos e infra-estrutura e pela própria posição do lote na malha urbana, com relação à sensibilidade que ele pode ter, face à sua posição com relação ao centro principal e a outros centros de interesse. *A intenção da Tese do SOLO CRIADO, pelo contrário, é atenuar as diferenças existentes nos dias de hoje, provocadas pelas diferenciações decorrentes de fator institucional.* Tomemos, por exemplo, dois lotes contíguos, situados em zonas de coeficientes de aproveitamento muito diferenciados, por exemplo, uma zona-4 e uma zona-2. O coeficiente 4 num lote e, do outro lado da rua, coeficiente 1 ou 2. Obviamente, essa discrepância provoca uma diferenciação no valor dos terrenos, em grande medida artificial e que concorre para fortalecer as discrepâncias do ponto de vista social, com relação ao proprietário dos terrenos. Eliminando-se, então, através do estabelecimento de um coeficiente único de aproveitamento ou alternando-se, pelo menos, essa diferenciação institucional, obviamente, aquelas diferenciações decorrentes dos investimentos públicos, isto é, da valorização natural dos terrenos e mais eventual valorização suplementar que poderia decorrer do fato de que, em determinadas zonas, *onde se pode adquirir direitos suplementares ao do coeficiente único com relação a outras zonas onde não se pode alguma diferenciação poderia ocorrer, desde que a rentabilidade de empreendimentos em zonas onde se pode adquirir o coeficiente único suplementar demonstre a viabilidade de se adquirir, com benefícios crescentes, esse coeficiente suplementar isso também sucederia, mas de forma muito atenuada. A intenção*

---

<sup>364</sup> Exposição oral do Arquiteto Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira, durante o Seminário “O Solo Criado”, 2ª parte, realizado entre 28 e 29 de junho de 1976, em São Paulo – SP. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O Solo Criado / Carta do Embu**, 1977, pp. 45-46. Grifos nossos.

*básica, justamente, da tese é atenuar a discrepância existente hoje, favorecendo, em certa medida, certa fluidez no mercado de terreno.*<sup>365</sup>

O mais interessante é notar o quanto uma das discussões de centro desta série de debates era justamente a viabilidade política, jurídica e econômica do instituto do solo criado, desdobrando exatamente os estudos dos profissionais e técnicos vinculados ao CEPAM e à Fundação Prefeito Faria Lima. E a viabilidade política e jurídica decorria exatamente da questão de que uma provável taxaçoão sobre a criação de solo, ou seja, a construção para além do *coeficiente básico de aproveitamento* (pressuposto fundamental do solo criado) ou ainda mesmo a transferência do direito de construir conferida a um proprietário que não pudesse construir até atingir deste coeficiente básico, seriam instrumentos de “justiça social”. Como assim, “justiça social”?

Daí, a importância em se analisar os contextos. Segundo esses documentos, “a urbanização que hoje se processa no país” teria levado os técnicos e especialistas a “analisar o uso do solo em todas as suas peculiaridades e implicações, na busca de mecanismos e instrumentos que possibilitem o alcance de soluções para os diferentes problemas urbanos”.<sup>366</sup> Ou ainda, “a importância que os problemas urbanos assumiram nos últimos anos” e “a tomada de consciência de seu estreito relacionamento com o uso do solo”, considerando que “a urbanização crescente do país e a rápida concentração da população nas grandes cidades” teriam colocado, na ordem do dia, problemas tais como “o controle do desenvolvimento urbano [e] o controle do mercado da terra”, aliados à “provisão de transportes urbanos, [à] poluição dos recursos naturais e [às] condições sanitárias dos grandes aglomerados urbanos”.<sup>367</sup>

Estes problemas, colocados na ordem eminentemente estatista, recorrem necessariamente ao raciocínio desta lógica formal operada pelas formas do direito e do urbanismo, estes saberes parcelares sobre o urbano. Mas isso não é tudo. Uma das discussões mais importantes travadas ao tempo em que este instituto do solo criado começou a circular nesses meios institucionais foi justamente a questão da *propriedade* ou, mais especificamente, da *função social da propriedade*. E, coroando a lógica dos silogismos

---

<sup>365</sup> Exposição oral do Arquiteto Pedro Taddei Neto, durante o Seminário “O Solo Criado”, 2ª parte, realizado entre 28 e 29 de junho de 1976, em São Paulo – SP. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O Solo Criado / Carta do Embu**, 1977, p. 70. Grifos nossos.

<sup>366</sup> GRECCO FILHO, Vicente. **Apresentação**. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O Solo Criado / Carta do Embu**, 1977, p. 7.

<sup>367</sup> MOREIRA, Antônio Cláudio Moreira Lima e; AMBROSIS, Clementina de; NOGUEIRA FILHO, Dalmo do Valle e AZEVEDO NETTO, Domingos Theodoro de. **O solo criado**, 1975, p. 3.

operados na constituição deste conceito, como um corolário necessário para a realização da *função social da propriedade*, emerge a ideia da *separação* entre o direito de propriedade e o direito de construir.<sup>368</sup> Pressupostos mais do que lógicos para a flexibilização dos termos da propriedade.

No entanto, a formação social brasileira mostra acerbados exemplos do patrimonialismo e do usufruto absoluto da propriedade, desde os tempos iniciais da colonização, inclusive como foi demonstrado no Capítulo 1 desta Tese, quando se tratou da gênese da propriedade nas terras de Butantã.<sup>369</sup> Este patrimonialismo não poderia deixar de aparecer, tal como um “resíduo” mal resolvido, um “atraso” diante do fulgurante e implacavelmente necessário processo de modernização, que não seria compatível ao instituto da propriedade absoluta.

Este teria sido um dos principais motivos do relativo atraso entre a discussão operada pelo CEPAM, entre 1975 e 1976, e a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, onde se consolidaram o instituto da *outorga onerosa* e da *transferência do direito de construir*, entre outras formas de flexibilização dos termos da propriedade, ajuntado ao instituto da função social da propriedade, como afirmamos.<sup>370</sup>

---

<sup>368</sup> “O Conceito do SOLO CRIADO é novo e exige, portanto, um conceito de propriedade ligeiramente diferente do usual. Em primeiro lugar, temos que separar o direito de construir do direito de propriedade. Para muita gente, seria um absurdo como em ‘Alice no País das Maravilhas’, separar a imagem de um gato do seu sorriso. É a curiosa ideia de que, uma vez separados, os direitos de construir podem ser transferidos de um para outro local. Em consequência, pode-se admitir que esses direitos podem ser vendidos como um bem de mercado. Tais ideias nos levam a uma pergunta filosófica ou mesmo teológica: De onde vêm os direitos de construir? Será que nos vieram de Deus? Será que nos vieram do capitalismo do Século 18? São aspectos do modo de vida americano ou são um presente do Estado? Para mim, essa indagação ideológica, ‘de onde surgem os direitos de construir?’, nada resolve. A pergunta exige uma resposta pragmática e realista. Obviamente, certos aspectos dos direitos de construir são inerentes ao direito de propriedade em países como o Estados Unidos e o Brasil onde os direitos de propriedade são garantidos pela Constituição. Mas acontece também que a expectativa das pessoas quanto ao valor econômico de suas terras é em grande parte criada pela comunidade através dos investimentos públicos e mesmo privados.” Exposição oral do Prof. John Costonis, durante o Seminário “O Solo Criado”, 2ª parte, realizado entre 28 e 29 de junho de 1976, em São Paulo – SP. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O Solo Criado / Carta do Embu**, 1977, pp. 83-84.

<sup>369</sup> “Certamente, quando Pedro Álvares Cabral aportou à Bahia, o valor da terra no Amazonas era o mesmo que o de São Paulo, quer dizer, nenhum; e, foi a presença do homem trabalhando aqui, cultivando, beneficiado muitas vezes pela natureza, lutando contra ela outras vezes, valendo-se do que ela pode oferecer, foi essa evolução toda que permitiu que hoje a terra aqui em São Paulo viesse a valer, 10 mil, 20 mil cruzeiros o m<sup>2</sup>, na cidade, e milésimos de centavos na região amazônica.” Exposição oral do Prof. Geraldo Ataliba, durante o Seminário “O Solo Criado”, 2ª parte, realizado entre 28 e 29 de junho de 1976, em São Paulo – SP. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O Solo Criado / Carta do Embu**, 1977, p. 96. Interessante é notar neste aparte a demonstração de uma eternização da ordem burguesa, onde, segundo a declaração, o *homem*, chegado ao Brasil *somente* após Cabral e trabalhando a terra, teria valorizado o terreno e produzido a diferença de rendas, de modo pretensamente natural, numa teleologia versada na mais fina flor da economia política fisiocrática.

<sup>370</sup> “Um quarto de século passado, e a *Carta de Embu* ainda se mostra atual, talvez até mais avançada que o próprio Estatuto da Cidade. Desde sua edição formou-se um forte consenso entre os urbanistas em torno da necessidade da introdução do *solo criado* como mecanismo para disciplinar a ocupação do solo urbano. No mundo jurídico, porém, o debate se estagnou ou mesmo retrocedeu, estancado particularmente na discussão em torno da competência para legislar sobre a matéria. [...] A polêmica, por óbvio, pôe-se superada com o advento da nova legislação federal. Não podemos deixar de registrar, porém, que não perfilávamos com a tese de imprescindibilidade de lei federal para albergar

Aqui, ensaiamos outra tese: *há um desnível constante entre a temporalidade da realização da economia política e os termos da própria política, operada no campo social*. Em outras palavras, uma discussão que parecia tão viva e tão possivelmente realizável já àquele momento da publicação da *Carta do Embu*, em dezembro de 1976, inclusive com o apoio do Executivo do Poder Municipal de São Paulo e de outras capitais do Brasil quando da realização desse ciclo de seminários, pareceu não encontrar apoio o suficiente para vingar logo imediatamente. Não houve uma disciplina jurídica nacional quanto ao instituto do solo criado naqueles anos que se seguiram imediatamente. O tempo da economia política no Brasil daquele período ou, em escala mais local, da cidade de São Paulo daquele período, não requeria nenhuma forma de “controle” ou “limites” ao “direito” dos proprietários. Ou seja, o que estava em jogo era a consolidação de um mercado imobiliário assentado sobre os restos da política nacional desenvolvimentista, industrialista e tecnocrática das décadas de 1950 a 1970. A crise fiscal do Estado brasileiro e as baixas taxas de crescimento econômico nacional ainda não haviam constituído plenamente o ambiente onde floresceu, cerca de dez anos depois, a política pública intitulada *operação urbana*.

Tratemos, pois, do “conceito” de *operação urbana*, em seus primórdios. Embora o termo tenha aparentemente surgido no Brasil em 1976,<sup>371</sup> no Plano Diretor do Município de São Paulo de 1985 ele reaparece de um modo bem aproximado ao que se apresenta no contemporâneo Estatuto da Cidade e o congênere paulistano PDE 2002. Segundo o documento, diante da “[...] grande limitação do Poder Público para atuar de forma mais vigorosa, seja no sentido de induzir transformações no uso do solo, [...] seja no sentido de alterar efeitos sociais do mercado imobiliário”, que “[...] obrigam a população de baixa renda a se localizar na periferia extrema, a não ser que permaneça na forma inaceitável de favelas e cortiços”, tornar-se-ia necessário que se desenvolvesse “[...] uma forma *inovadora* de ação

---

o instituto do *solo criado* no direito positivo. [...] Porém, esse debate em torno de competências legislativas agora é história.” MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **Outorga Onerosa do Direito de Construir (Solo Criado)**. In: DALLARI, Adilson Abreu e FERRAZ, Sérgio (coord.). **Estatuto da Cidade...**, 2010, p. 230.

<sup>371</sup> “Dentre os instrumentos inovadores de maior importância, considerados necessários à política de estruturação metropolitana, destacam-se as chamadas ‘Operações Urbanas’. As Operações Urbanas foram concebidas como sendo, em essência, empreendimentos de natureza imobiliária através dos quais o Poder Público assume a iniciativa do processo de produção do espaço urbano e participa da valorização imobiliária que ajuda a provocar, visando a objetivos sociais e ao aumento de oportunidades para atuação da iniciativa privada. [...] Como resultados a serem obtidos pelas operações urbanas citam-se, entre outros: a produção de unidades habitacionais populares, obtenção de áreas para usos públicos, implantação dos equipamentos urbanos de infra e superestrutura, melhoria de condições ambientais, aproveitamento das áreas mais adequadas às potencialidades de sua posição e sítio, redução dos vazios urbanos e liberação de novas áreas para a iniciativa privada”. COSTA, Luiz Carlos. **Estrutura Urbana**. In: SÃO PAULO (Estado). Sistema de Planejamento e de Administração Metropolitana. **O desafio metropolitano**, 1976, pp. 73-74.

direta do Poder Público na urbanização de áreas determinadas, nas quais se pretenda obter alterações importantes no padrão de uso e ocupação do solo".<sup>372</sup>

Que forma inovadora seria essa? De certo modo, desdobrando o debate a respeito do uso do solo iniciado pela questão do solo criado, atravessado pela discussão da função social da propriedade e outros institutos decorrentes, propõe uma articulação entre o Poder Público e a iniciativa privada, na seguinte forma:

Esta forma coordenada de ação deverá inserir-se numa estratégia que viabilize a obtenção, em condições privilegiadas, de terras e recursos para fins públicos e de habitação popular, coerente com as diretrizes de política imobiliária apresentada no final desse Plano. Dentro desta perspectiva, o Plano Diretor propõe o desenvolvimento de um conjunto de Operações Urbanas, as quais são entendidas como conjuntos integrados de intervenções desenvolvidas em áreas determinadas da Cidade, sob a coordenação do Poder Público, visando a obtenção de resultados relevantes para os objetivos do Plano Diretor. Estes resultados são, principalmente:

- a. Viabilizar a produção de imóveis (notadamente habitação popular), infra-estrutura, equipamentos coletivos e espaços públicos, de difícil consecução nas condições correntes do processo imobiliário e da ação pública.
- b. Acelerar as transformações urbanísticas (físicas e funcionais) em determinadas áreas urbanas, particularmente no sentido indicado na Política de Desenvolvimento Urbano por Áreas Diferenciadas.

As Operações Urbanas caracterizam-se por propiciarem uma articulação especial de agentes públicos e privados, que aceleram a obtenção dos resultados pretendidos e minimizam o emprego de recursos públicos.<sup>373</sup>

---

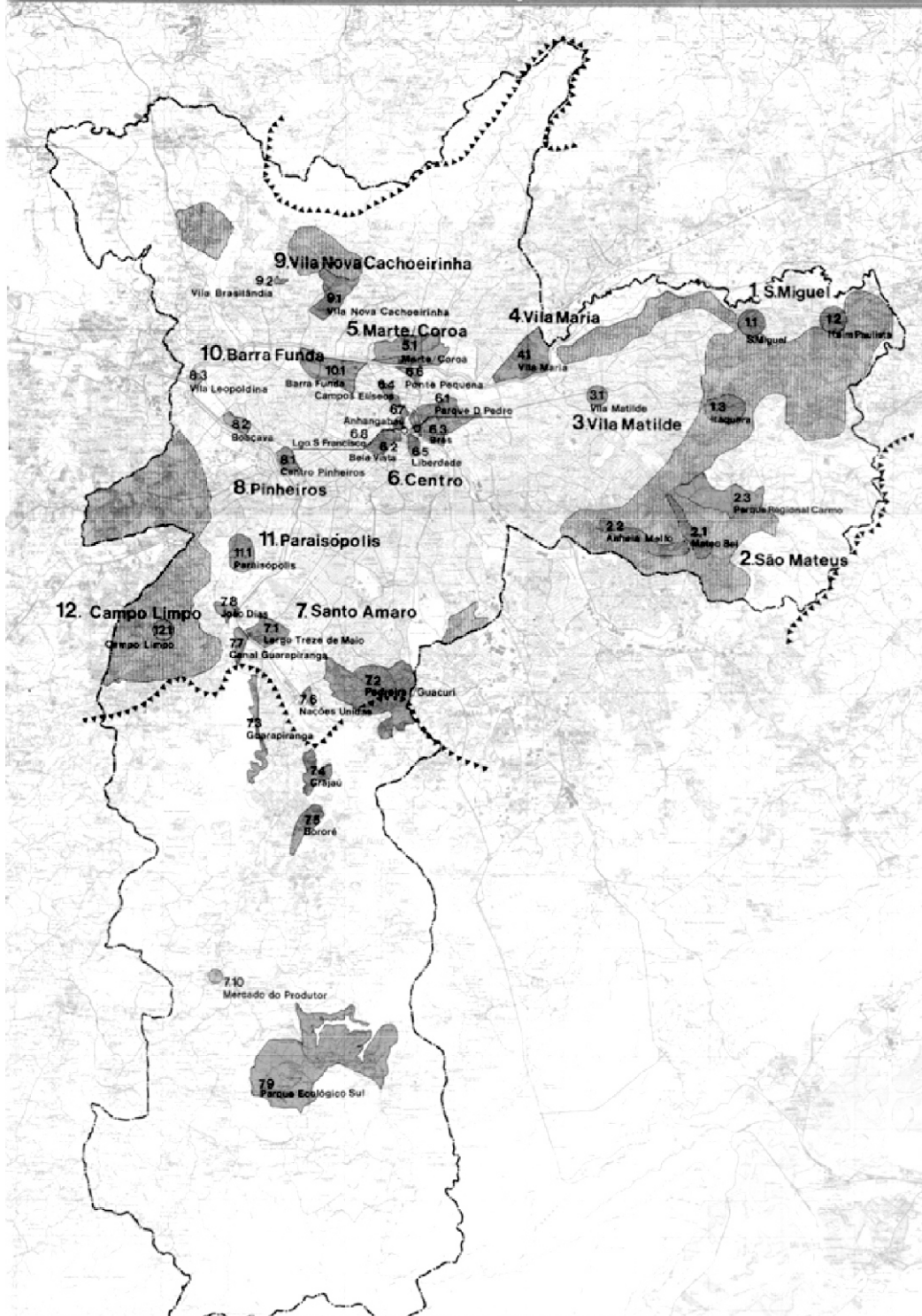
<sup>372</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Planejamento. **Plano Diretor do Município de São Paulo: 1985-2000**, 1985, vol. 1, p. 196. Grifo nosso.

<sup>373</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Planejamento. **Plano Diretor do Município de São Paulo: 1985-2000**, 1985, vol. 1, p. 196.



# Cidade de São Paulo

## Plano Diretor do Município de São Paulo



Propostas - Ano 2000

**Legenda de planta base**

Localização em escala

Escala: 0 0,5 1 2,5 5 KM

Fonte: IBGE

**Legenda**

- Áreas de Operações Urbanas
- Áreas de identificação e pré-condicionamento de glebas para operações urbanas voltadas à habitação popular
- Limite da zona de proteção de mananciais
- Limite do Município de São Paulo

Prefeitura do Município de São Paulo  
Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLAN  
Fernando Maria Cruz  
Secretário Municipal do Planejamento  
Plano Diretor do Município de São Paulo

Propostas  
Ano 2000

# P11

Operações Urbanas  
1985-2000

1984-85

O conjunto denota a linguagem e as intenções: a articulação entre o Poder Público e a iniciativa privada seria a *única* maneira de empreender a sorte de melhoramentos urbanísticos, principalmente a construção das chamadas Habitações de Interesse Social (HIS). Neste momento, foi sugerida a implantação de 35 operações urbanas, em todas as regiões da cidade, conforme mostra o *Mapa 2.1*, na página anterior. Os instrumentos principais de viabilização econômica dessas operações urbanas eram justamente o adensamento de certas áreas consideradas subutilizadas ou potencialmente centrais. Destaque-se a Operação Urbana Pinheiros, cuja área de atuação inscrevia-se ao entorno do Largo da Batata, visando ao “[...] adensamento residencial, assentamento de atividades terciárias e de equipamentos comunitários, bem como à adequação de espaços públicos da rede de circulação de pedestres”.<sup>374</sup>

No entanto, embora tenha demarcado de forma bem aproximada ao contemporâneo conceito de operação urbana, o referido Plano Diretor não pormenorizava a forma como se efetivaria essa articulação entre os órgãos públicos e a iniciativa privada na realização das operações urbanas. O que fica latente, porém, é exatamente essa associação, posta como uma indelével necessidade diante de um quadro fiscal estatal não compatível com as necessidades que se agigantavam naquele momento. E quanto a este Plano Diretor de 1985, cumpre destacar que o projeto de lei ao qual dava suporte fora retirado da Câmara Municipal de Vereadores, assim que a gestão seguinte – Jânio Quadros<sup>375</sup> – assumiu o poder municipal.<sup>376</sup>

Mas o afamado Plano Diretor parecia não se mostrar até este momento tão necessário à realização dos negócios urbanos. Embora os termos políticos da gestão anterior estivessem apostando em uma figura jurídica aos moldes do que seria consolidado posteriormente, a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade, de 2001, urgia aos negócios urbanos, sobretudo ao mercado imobiliário, a realização de sua constante reprodução. Em 9 de dezembro de 1986, foi promulgada a Lei Municipal nº 10.209, conhecida como *Lei do Desfavelamento*, introduzindo o conceito de *operações interligadas*. Em resumo, a referida lei previa que:

---

<sup>374</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Planejamento. **Plano Diretor do Município de São Paulo: 1985-2000**, 1985, vol. 1, p. 200. Quanto à localização desses empreendimentos, cumpre destacá-los: São Miguel Paulista (3), São Mateus (3), Vila Matilde (1), Marte-Coroa (1), Centro (8), Santo Amaro (10), Pinheiros (3), Vila Nova Cachoeirinha (2), Barra Funda (1), Paraisópolis (1) e Campo Limpo (1).

<sup>375</sup> **Jânio da Silva Quadros**, conforme exposto no Capítulo 1, foi prefeito do Município de São Paulo, nesta gestão, entre 01/01/1986 e 31/12/1988, sucedendo à gestão Mário Covas.

<sup>376</sup> SOMEKH, Nadia e CAMPOS FILHO, Cândido Malta (org.). **A cidade que não pode parar...**, 2002, p. 156.



Art. 1º. Os proprietários de terrenos ocupados por favelas ou núcleos poderão requerer, à Prefeitura do Município de São Paulo, a modificação dos índices e características de uso e ocupação do solo do próprio terreno ocupado pela favela, ou de outros, de sua propriedade, desde que se obriguem a construir e a doar, ao Poder Público, habitações de interesse social para a população favelada, observando o disposto nesta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se:

- a) Núcleos e Favelas os assim definidos e cadastrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no censo de 1980;
- b) Habitações de Interesse Social (HIS) aquelas conceituadas no Decreto nº 14.025, de 19 de novembro de 1976, alterado pelo Decreto nº 16.656, de 15 de maio de 1980; pela Lei nº 9.414, de 30 de dezembro de 1981, e pelo Decreto nº 17.810, de 4 de fevereiro de 1982.

Desdobrando-se dessa legislação, em 18 de maio de 1995 é aprovada a Lei Municipal nº 11.773, que previa que “os interessados em apresentar propostas de modificações de índices urbanísticos e de características de uso e ocupação do solo, com base na Lei nº 10.209, de 9 de dezembro de 1986”, deveriam, a partir daquele momento, destinar ao recém-criado *Fundo Municipal de Habitação* (Lei Municipal nº 11.632, de 22/07/1994), “[...] a importância relativa à totalidade dos valores estipulados como contrapartida para construção de Habitações de Interesse Social – HIS para atendimento de moradores de habitação sub-normal”.<sup>377</sup>

No final de 2001, a Câmara dos Vereadores de São Paulo convocou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apuração das Operações Interligadas, gerando um relatório que destacou de modo contundente os alegados danos dessa legislação ao planejamento urbano da cidade de São Paulo e reforçou o argumento da inconstitucionalidade de ambas as legislações, já que isso implicaria “[...] uma suposta legitimação do ato de derrogação da lei de zoneamento, sem qualquer consulta à Câmara Municipal”. Tal argumento jurídico já ganhara força com o deferimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) da Lei de 1995, interposta pelo Ministério Público Estadual ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.<sup>378</sup> Além dos referidos danos ao planejamento

---

<sup>377</sup> SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.773, art. 1º.

<sup>378</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as Operações Interligadas...**, 2002, p. 4.

urbano da cidade, já que vendia o potencial construtivo acima da lei de zoneamento sem critérios claros definidos por legislação para o cálculo das contrapartidas, o relatório desfila páginas inteiras sobre HIS construídas em lugares distantes das centralidades e das áreas mais valorizadas da cidade, sendo algumas delas inacabadas, construídas com materiais de má qualidade e com metragem menor do que a estipulada nos contratos, bem como sobre o destino indevido dessas habitações para não-favelados (advogados, guardas civis metropolitanos e policiais).<sup>379</sup> Quanto ao montante de recursos arrecadado por força da Lei nº 11.773, entre 1995 e 1998, período com a maior incidência de projetos de Operações Interligadas, denuncia-se que estes recursos simplesmente não teriam sido aplicados na construção de uma única HIS.<sup>380</sup>

Paralelo à política das Operações Interligadas, em 7 de novembro de 1988 fora promulgada a Lei Municipal nº 10.676, que aprovava o *Plano Diretor* e instituía o *Sistema de Planejamento do Município de São Paulo*. Embora no texto da lei não contivesse expressamente o conceito de operação urbana, tal política aparecia pulverizada em alguns artigos da lei, sempre ligadas às diretrizes de urbanização. Nas justificativas técnicas, publicadas em 1987, cabe destacar algumas passagens sobre o elemento estratégico *operação urbana*.

Como já se afirmou antes, não basta definir objetivos estratégicos gerais para a cidade e tentar aplica-los sobre todo o território. A questão de por onde começar é vital para o êxito de qualquer *estratégia* – é na verdade a sua tática. Mas, como na *guerra*, essa questão comporta uma ambiguidade. *Não é de bom método atirar todo o exército numa só batalha; mas também será um erro grave*

---

<sup>379</sup> “É terrível falar isso, porque a gente não sabe o que espera, quando chega lá no bairro, mas é verdade. Moram advogados, moram policiais, guarda civil metropolitano, pessoas que foram indicadas pelas Secretarias, pelas próprias assistentes sociais.” Depoimento de Maria Aparecida da Silva. In: SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as Operações Interligadas...**, 2002, p. 228. Outros depoimentos ratificam os critérios obscuros dos sorteios e posterior ocupação das habitações, onde parece que tais critérios atendiam justamente a demandas clientelistas e fisiologistas por parte do Poder Público Municipal.

<sup>380</sup> “Os Termos de Compromisso fundados na Lei nº 11.773/95 - de acordo com o referido estudo - foram 237 (duzentos e trinta e sete), sendo que deste total 227 (duzentas e vinte e sete) contrapartidas referentes aos mencionados termos, foram quitadas gerando uma receita no valor de US\$ 78.988.810,21 (setenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e dez dólares e vinte e um cents), quantia que daria para construir 5.811 (cinco mil oitocentos e onze) Habitações de Interesse Social. A este total soma-se ainda, 10 (dez) Termos de Compromisso que na época não haviam ainda sido quitados, cujas contrapartidas correspondiam ao valor de US\$ 4.759.678,96 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e nove, seiscentos e setenta e oito dólares e noventa e seis cents), montante suficiente para construção de 367 Habitações de Interesse Social. Porém, até meados de 1.998, ano em que foi concluído o estudo, estes US\$ 78.988.810,21 (setenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e dez dólares e vinte e um cents), não haviam gerado a construção uma única Habitação de Interesse Social.” SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as Operações Interligadas...**, 2002, p. 237.

*atacar timidamente de tal sorte a desvincular a operação tática da estratégia, estacando-a.* Significa: não basta ganhar uma batalha; é necessário que o ganho se entrelace ao processo de vitória da guerra mesmo. *A Operação Urbana significa, esquematicamente, o mesmo na guerra da Cidade. Por seu caráter único, específico, foi anexada aos elementos da Estratégia Principal de Plano Diretor.* Ela deve ser implementada resolvendo sua própria ambiguidade. Onde está e como superá-la? A Operação Urbana visa renovar a cidade – é seu fim.<sup>381</sup>

A franqueza deste texto não poderia ser maior. A operação urbana se assemelha, de fato, a uma *operação de guerra*, uma guerra urbana, a uma guerra da cidade. É uma política eminentemente do espaço, comportando a estratégia e carregando o léxico e a semântica das incursões militares, ao gosto do Estado e de sua festa mortal.<sup>382</sup> Agora, expondo os limites bélicos e militares do instrumento urbanístico operação urbana em seus primórdios conceituais, vale a pena continuar esta demonstração.

Mas, na verdade, todos os dias a cidade é renovada. Sempre que alguém ergue um simples muro no lote ou uma edificação de alto porte, está renovando a Cidade. Processo[s] mais evidentes e significativos dessa renovação urbana podem ser vistos na Cidade, como em Cerqueira César nos anos sessenta ou no Itaim-Bibi nos anos setenta, para falar dos mais recentes. Não são bons, julgados a partir dos impactos sociais e ambientais produzidos. Congestionamentos crônicos, a ponto de atravessarem o período integral no dia comercial e mesmo parte da noite; prédios amontoados, de duvidosa qualidade ambiental e de padrões de saúde questionáveis; ausência de estacionamentos internos ao lote, com os veículos estacionados anarquicamente na via; adequações insuficientes de edificações velhas e novas a usos diversos; destruição do verde; ausência de espaços livres e abertos, enfim, um retrato de uma renovação urbana não desejável. Trata-se, nesses casos, de uma renovação urbana espontânea, a partir de decisões individuais dos agentes econômicos. Eis aqui uma das fases da ambiguidade

---

<sup>381</sup> SÃO PAULO (Município). Plano Diretor do Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 22 jul. 1987, p. 24. Grifos nossos.

<sup>382</sup> “No Estado reinou e reina ainda com a teatralidade a monumentalidade, o Estado sendo ele mesmo um monumento que domina o pensamento, a vida (mental) e o espaço (social). Outrora, o Estado e os Mestres desperdiçavam os recursos dos países, dos povos e das nações, às vezes com mediocridade (os dois Napoleões), às vezes com uma grandeza que não pode deixar qualquer nostalgia. No Estado moderno, as despesas são controladas. A festa do Estado é a guerra. Paradas e desfiles militares anunciam a festa mortal”. LEFEBVRE, Henri. **De l'État – 1...**, 1976, p. 283.

referida. *A batalha foi ganha – renova-se a área, mas os soldados estão à morte, o exército combalido: a guerra está perdida.*<sup>383</sup>

O “caos urbano” que se apresenta neste diagnóstico não poderia ser mais taxativo: a renovação empreendida pelos agentes privados, sem organização e orientação, de modo espontâneo, *gera uma guerra perdida, de soldados combalidos e deixados à morte*. Não poderiam ser metáforas gratuitas essas metáforas de guerra. Elas possuem um significado muito profundo, ainda mais se resgatarmos o histórico das operações urbanas efetivamente postas a cabo em São Paulo.

Em 16 de setembro de 1991, já na gestão Erundina,<sup>384</sup> a Lei Municipal nº 11.090 institui a primeira operação urbana de São Paulo, intitulada *Operação Urbana Anhangabaú*. Tinha como objetivo estabelecer “[...] programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú”, criando incentivos e formas para a sua implantação. Nesta operação urbana, que tinha uma área objeto plenamente demarcada, já havia a menção à forma contemporânea, conforme inscrita no Estatuto da Cidade, de como se efetivaria esta política: “com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando a melhoria e valorização ambiental da área de influência imediata do Vale do Anhangabaú”.<sup>385</sup> Embora não tivesse dado resultados financeiros muito satisfatórios, suas principais características seriam replicadas nas operações urbanas seguintes<sup>386</sup>: Faria Lima (1995), Água Branca (1995), Centro (1997), Águas Espraiadas (2001) e Rio Verde-Jacu (2004).

Sobre a Operação Urbana Faria Lima, inicialmente aprovada por conta da Lei Municipal nº 11.732, de 18 de março de 1995, cabem alguns comentários. Trata-se de uma das políticas de intervenção urbana mais comentadas, “bem-sucedidas” (no campo das contrapartidas e dos recursos gerados) e mais polêmicas no campo social, político e acadêmico. O trabalho de Ana Fani Carlos ilustra muito bem um dos pontos de vista a propósito desses significados:

Os habitantes dos bairros atingidos pela OUFL, por exemplo, percebem a mudança morfológica como ruína – ela aparece como “operação arrasa

---

<sup>383</sup> SÃO PAULO (Município). Plano Diretor do Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 22 jul. 1987, p. 24.

<sup>384</sup> **Luiza Erundina de Sousa**, Prefeita do Município de São Paulo, entre 01/01/1989 e 31/12/1992, sucedendo à gestão de Jânio Quadros, conforme apontado no Capítulo 1.

<sup>385</sup> SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.090, de 16 set. 1991. Caput e art. 1º.

<sup>386</sup> CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. **Operações Urbanas em São Paulo...**, 2006, p. 81.

quarteirão”. Aqui, a ruína significa que a metrópole implodida/explodida perde, em seu movimento de reprodução, os traços e marcas do passado, que criaram os referenciais que sustentam a prática humana, possibilidade de realização do uso dos lugares da vida cotidiana. Nesse processo de transformação, a metrópole vai-se constituindo na condição de exterioridade para o cidadão. A obra do homem se contrapõe a ele e é percebida nas transformações da vida cotidiana. Esse fato revela a constituição da metrópole como abstração, como potência estranha ao cidadão.<sup>387</sup>

Assim, bem adequada é a ideia de “arrasa-quarteirão”, típica de uma “operação de guerra”, conforme estampado naquele sincero documento de 1987.<sup>388</sup> E esta operação urbana foi também objeto de uma CPI entre os anos de 2002 e 2003 e empreendida, à semelhança daquela das Operações Interligadas, pela Câmara de Vereadores de São Paulo. Afora todas as consequências também apontadas como danosas ao processo de “planejamento urbano”, embora de modo ligeiramente distinto às críticas às Operações Interligadas, causam a mesma azia os fatos, os números e os depoimentos contidos nesse referido relatório, um grosso volume de 741 páginas. A título de contextualização dos problemas com o “planejamento urbano”, cabe destacar a seguinte passagem:

Ruas congestionadas e infra-estrutura saturada podem levar a Prefeitura a rever o estoque de metros quadrados disponível para construção na Operação Urbana Faria Lima. Segundo especialistas, a operação como instrumento que permite mudar o zoneamento (com a concessão de coeficientes construtivos até quatro vezes maiores do que os permitidos, em troca de dinheiro para obras de infra-estrutura na região) teve bons resultados imobiliários e já rendeu R\$ 246 milhões ao Município em contrapartidas. Mas deixou de lado o planejamento urbano. Para mudar o estoque é preciso mexer na lei que criou a operação. O principal problema é viário. Segundo informações da Prefeitura, as ruas da região já não comportam o movimento extra trazido pelos edifícios construídos a partir da Operação Urbana Faria Lima. Os empreendimentos têm sido aprovados individualmente na Comissão

---

<sup>387</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole...**, 2001, p. 57.

<sup>388</sup> “O prolongamento da avenida [Brigadeiro Faria Lima] se deu nos dois lados do antigo traçado, com a destruição de 380 casas: o *trecho Pinheiros* se inicia no largo da Batata e vai até a Praça Roquete Pinto, na intersecção da avenida Pedroso de Moraes, cortando o bairro de Pinheiros, derrubando 104 casas e destruindo algumas ruas. [...] Na outra vertente, o *trecho Itaim/Vila Olímpia*, que vai da avenida Cidade Jardim até a avenida Hélio Pelegrino, cortando os bairros de Itaim e Vila Olímpia, destruiu 167 casas no Itaim e 109 casas na Vila Olímpia. [...] As desapropriações nesse trecho se referem em sua maioria ao uso residencial (70%).” CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole...**, 2001, p. 72. Grifos da autora. Muito semelhante, como vimos, a um cenário de guerra, à “guerra da cidade”.

Normativa de Legislação Urbanística (CNLU). Muitas vezes a Comissão não leva em conta o impacto do conjunto na circulação de veículos.<sup>389</sup>

A concentração dos holofotes sobre a questão do viário certamente confirma a ideia de um espaço posto como distância, apto a abrigar os fluxos e a fluidez necessária à circulação das mercadorias. O processo de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço encontra seu ápice em intervenções desse quilate, perfeitamente “operadas” na associação entre o Estado e a iniciativa privada. Uma colonização do político pelo econômico. Para aquecer ainda mais o debate:

A Operação Faria Lima foi feita sem um plano urbanístico. É apenas uma obra viária, de importância até questionável, porque, em vez de desafogar o trânsito na região, deixou a circulação complicada. A OUFL foi uma iniciativa de valorização imobiliária, com os empreendedores preocupados apenas em saber quantos metros a mais poderiam construir e quanto poderiam lucrar. Faltou uma composição de usos que mesclasse as atividades, de forma que a região tivesse qualidade de vida. Hoje a região caracteriza-se por uma super movimentação no horário comercial e um deserto no fim de semana.<sup>390</sup>

O projeto urbanístico é tido como a forma necessária de equacionamento dos problemas advindos da má instauração da Operação Urbana Faria Lima, e um projeto mais bem elaborado e fiscalizado seria o necessário para fazer, afinal de contas, que a Operação Urbana realmente realizasse suas benesses sociais, políticas e econômicas para toda a população. Uma “boa administração” e uma “boa participação social” seriam suficientes para tanto, o que pressupõe a boa economia de mãos dadas com a boa política. Seguindo essa hipótese, a propriedade finalmente cumprira a sua função social, pois atende aos desígnios da boa propriedade, a bem de todos, indistintamente. *A equivalência nivela os desiguais e a conta se fecha, o cálculo se integraliza, o eterno presente.* Muito bem. A despeito das boas intenções do legislador ou dos embates políticos que constantemente afirmam o Estado como presença necessária, indiscutível (mesmo no neoliberalismo, que não prescinde, *nunca*, do Estado, visto que ele se fortalece pelo menos ao nível da repressão: a polícia, o exército, as “operações”...), podemos tomar alguns depoimentos advindos do mercado imobiliário. Aliás, como se produz a cidade? Qual a base, o fundamento dessa produção e reprodução do espaço? Vejamos o resumo do depoimento de *Ronaldo Dumani*,

---

<sup>389</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, p. 68.

<sup>390</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, p. 69.

vinculado havia 25 anos ao *Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo* (SECOVI-SP):

Afirma o depoente que a única forma da operação urbana dar certo é existir parceria entre o poder público e a iniciativa privada. *Exista um atrativo real à indústria imobiliária, pois caso contrário não funciona. Ex: Operação Urbana Vale do Anhangabaú.* [...] Afirma também o depoente, que as formas de avaliações são extremamente compatíveis, se respeitadas todas suas especificações, e que caso seja acusado um tipo de irregularidade, como por ex: laudo, o mesmo é devolvido para o seu respectivo laudista, ou seja, na CNLU não passa nada que não esteja correto. Quanto ao saldo de R\$ 118 milhões, que aparentemente constam nos cofres públicos, referentes à OUFL, afirma o depoente desconhecer o paradeiro de tal montante. Afirma o depoente, que *o poder público Executivo exerce grande parte na culpa da demora da conclusão desta operação urbana, criando assim um desinteresse muito grande por parte dos empresários em vir a participar deste tipo de parceria, causando assim prejuízo a nossa cidade. E que, se existe algum erro neste tipo de parceria, está em quem fiscaliza, aprova, e não nos investidores.*<sup>391</sup>

Seria uma forma de chantagem acusar o Poder Público pela “demora” da conclusão da operação urbana? Seria uma forma de procurar reverter as acusações de irregularidade nos contratos firmados, nas contrapartidas recolhidas ou mesmo nas obras executadas pelos particulares quando se acusa a Prefeitura de não fiscalizar o suficiente e assim, com essa insegurança jurídica, afastar os investidores, aqueles que efetivamente viabilizam a operação urbana? Talvez essa não seja uma resposta, mas um complemento a essas questões: muitas páginas à frente, o Relatório aponta o mesmo depoente, *Rolando Dumani*, integrante da *Comissão Normativa de Legislação Urbana* (CNLU),<sup>392</sup> órgão público responsável, àquela época, pela análise e aprovação dos projetos conexos à Operação Urbana, numa situação embaraçosa. Segundo o texto, estava constatado que a CNLU seria “um instrumento não eficaz de apreciação da matéria”, pois a CPI havia notado, no

---

<sup>391</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, p. 69. Grifos nossos.

<sup>392</sup> A *Comissão Normativa da Legislação Urbanística* (CNLU), criada pelo Plano Diretor de 1988 (Lei Municipal nº 10.676, art. 20) incorporava as competências do Conselho Orientador do Planejamento (COPLAN), criado em 1972, a saber: a) analisar questões de aplicação do Plano Diretor; b) emitir parecer sobre proposta de alteração do Plano Diretor; c) aprovar projetos de Operação Urbana e d) acompanhar a aplicação daquela Lei, sugerindo adoção de medidas que entendesse necessárias. O PDE 2002 (Lei Municipal nº 13.430, arts. 285 e 286) instituiu, em seu lugar, o *Conselho Municipal de Política Urbana* (CMPU) e a *Câmara Técnica de Legislação Urbanística* (CTLU), ampliando o campo de atuação da extinta CNLU e abrindo mais espaço, aparentemente, à participação de representantes diversos da sociedade civil. Ambos órgãos são atualmente regulamentados pelo Decreto Municipal nº 43.230, de 22/05/2003, alterado pelo Decreto Municipal nº 43.415, de 02/07/2003.

transcorrer da investigação, que “profissionais que participavam da CNLU, mantendo escritórios de arquitetura” aprovavam, junto à própria comissão, projetos por eles próprios assinados. *Ronaldo Dumani* aparecia como um exemplo de quem “aprovou o projeto que ele mesmo elaborou”.<sup>393</sup>

Na parte de sugestões quanto aos rumos futuros da OUFL, além das reclamações quanto à ausência de projeto urbanístico, o excessivo adensamento, a falta de participação da sociedade civil<sup>394</sup> e as reivindicações por regras claras e automáticas, definidas em lei, para o cálculo e a forma das contrapartidas e a estabilidade dessas regras, a criação do Conselho Gestor e a obrigatoriedade da aplicação dos recursos arrecadados na região em infraestrutura,<sup>395</sup> chama atenção o depoimento de duas pessoas diretamente ligadas ao mercado imobiliário.

O primeiro, Cláudio Bernardes, atual presidente do SECOVI, é taxativo quanto ao modo de manutenção e viabilidade econômica da própria Operação Urbana:

“[...] Primeiro, ter regras claras e bem definidas; desenvolver mecanismos operacionais que minimizem a possibilidade de contestações tanto do Ministério Público quanto do Tribunal de Contas. Um exemplo é a fórmula automática do pagamento da contrapartida. Segundo. *Manutenção de estoque para garantir o valor do CEPAC: se esse parâmetro não tiver uma certa garantia de continuidade e puder ser alterado a qualquer momento, o investidor de um papel mobiliário perde a garantia do seu investimento porque se tudo foi montado em cima de um cenário e este sofre mudanças contínuas, o valor do papel nesse caso pode variar muito.* Portanto, tem de haver um compromisso de manutenção dos parâmetros que foram estabelecidos no lançamento dos papéis”.<sup>396</sup>

---

<sup>393</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, p. 590.

<sup>394</sup> “O que temos como claro? Não há uma gestão da arrecadação. Disso não há dúvida. Mas o que também ocorre na Operação Urbana Faria Lima? Não temos a participação do cidadão. Acho que é um sistema de intervenções urbanas, de operações urbanas, e que hoje deve ter, no mínimo, três parceiros. Você tem de ter a sociedade civil representada, porque vai lutar para que haja melhoramentos na região, e conhece bem a região. A iniciativa privada, o investidor, que tem de ter uma forma de participação, de debater, de assento. O governo tem de ter. Então, na realidade, essa Operação Urbana Faria Lima não tem um conselho gestor ou, como costumam chamar, grupo gestor. Um investidor não vai entrar se a sociedade não quer aquele empreendimento e por isso fará ações. Então o investidor ficará com medo de aplicar o seu dinheiro. Já a sociedade que está convencida de que a operação é interessante para a sua região, e dela participou, debatendo formas de desenvolvimento, é a primeira que estará à frente para que os investimentos se realizem num curto espaço de tempo. Um conselho gestor, é o que faltou – não existe na Operação Urbana Faria Lima -, teria dado muito mais agilidade. Teria resolvido problemas. O governo tem fama de mau gestor, mas, na realidade, é que ele tem uma estrutura lerdá. É complicado. Isso realmente traz prejuízos como um todo para a sociedade.” Depoimento de Roberto Saruê, urbanista e Diretor de Urbanismo da Sociedade Amigos dos Jardins. SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, pp. 601-602.

<sup>395</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, p. 604.

<sup>396</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, pp. 608-609. Grifos nossos.



O cálculo estrito da economia política é o cálculo dos ativos negociados em esfera altamente financeirizada: os CEPAC's em largo estoque garantem a rentabilidade e o valor do próprio título. A oferta condiz à demanda: quanto mais papéis disponíveis para a livre negociação, maior expectativa de lucros extraordinários, decorrente da baixa dos preços iniciais. Mais uma vez, a hipotética “chantagem” operada pela figura dos investidores: sem a rentabilidade futura garantida, não há possibilidade de atraí-los para o investimento.

CEPAC? Trata-se tão simplesmente do *Certificado de Potencial Adicional de Construção*, uma novidade implantada justamente pela Operação Urbana Faria Lima, em 1995. Pode-se considerar uma derivação financeirizada do instituto da outorga onerosa, onde o potencial adicional de construção é negociado como um título financeiro, plenamente regulamentado em nível nacional a partir da Instrução CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 401, de 29 de dezembro de 2003. Foi consolidado, em âmbito nacional, como um instrumento necessário à viabilização financeira de operações urbanas a partir do Estatuto da Cidade, como possibilidade aberta ao adiantamento de recursos para as intervenções urbanísticas necessárias aos investidores. A forma de descrever esse instituto não poderia ser tão economizada, já que se trata de economia política em sua forma mais puramente acurada.

Recordemos o Projeto de Lei Municipal nº 259, de 7 de junho de 1994, de autoria do então Vereador Marcos Cintra, um ferrenho defensor do CEPAC, cujo intento foi aprovado na Câmara de Vereadores e vetado, em 3 de agosto de 2001, pela prefeita Marta Suplicy.<sup>397</sup> Um dos argumentos principais do postulante da lei seria exatamente o enfrentamento à crise fiscal, um modo de “alavancagem financeira para os investimentos no metrô”, onde as regiões lindeiras às obras de expansão do metrô poderiam ser alvo de grandes operações urbanas, “permitindo seu adensamento oneroso, através de venda dos direitos adicionais de construção”.<sup>398</sup> O argumento da crise fiscal é reforçado em artigo publicado seis anos depois, onde o peso do endividamento das prefeituras seria responsável pelo seu pouco poder de investimento frente às demandas sociais, e que aquele seria “[...] um momento que exige muita criatividade na gestão financeira por parte das administrações municipais”, onde até

---

<sup>397</sup> **Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy**, prefeita de São Paulo entre 01/01/2001 e 31/12/2004. As razões para o veto explicitam que “[...] compete privativamente ao Prefeito propor à Câmara projetos de lei sobre as atribuições das Secretarias Municipais, a teor do inciso XIV do referido dispositivo legal [...] [e] a lei decretada pela Câmara contraria a Lei Maior do Município e afronta o princípio de independência e harmonia dos poderes, devendo, portanto, ser vetada”. SÃO PAULO (Município). Gabinete do Prefeito. **Ofício nº 250/01**, 3 ago. 2001. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qplaweb.com.br/iah/fulltext/veto/VEPL0259-1994.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

<sup>398</sup> CINTRA, Marcos. O casamento de São Paulo com o Cepac. **Folha de São Paulo**, 27 abr. 1995, p. 2-2.

mesmo a recém-aprovada Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>399</sup> restringiria ainda mais as ações das administrações municipais. E, o que não deixa de ser altamente notável, é o reforço ao argumento da “equanimidade” e de “apropriação da mais-valia urbana” posto pelo instituto do solo criado e da outorga onerosa:

Em geral, o governo custeia seus gastos com arrecadação e impostos extraídos de toda a coletividade. Mas os benefícios acabam sendo absorvidos de forma diferenciada por alguns segmentos privados. Todos pagam, mas poucos usufruem. A valorização imobiliária é um exemplo típico. O governo investe em obras urbanas com recursos de toda a comunidade. Mas a valorização beneficia apenas os proprietários localizados na área que recebeu os investimentos do governo. Com o Cepac os direitos adicionais de construção gerados por alterações no zoneamento só poderão ser exercitados mediante a apresentação destes certificados previamente adquiridos. O Cepac soluciona dois problemas: 1) *transfere para a coletividade parte dos benefícios e lucros gerados por investimentos públicos, que, historicamente são totalmente absorvidos por grupos específicos do setor privado*; 2) *gera recursos para o financiamento não-tributário dos gastos públicos*.<sup>400</sup>

Não tardaria muito para que uma resposta a tamanho entusiasmo com o mecanismo viesse à tona. João Sette Ferreira e Mariana Fix escreveram, um mês depois, que o CEPAC “institucionaliza a especulação imobiliária como elemento motivador da renovação urbanística da cidade”, onde a “mina de ouro” só renderia a “se os investimentos públicos urbanos forem condicionados pelos interesses do mercado imobiliário”, que ocorrem tão-somente “sobre uma pequena parte de São Paulo, pois 70% da cidade é economicamente excluída, não faz parte do mercado”.<sup>401</sup>

O mercado? Pois bem, essa discussão ainda rende muitas páginas. Voltando ao conteúdo do Relatório da CPI da Operação Urbana Faria Lima, a cruzeza e a franqueza do discurso sobre a economia política implicada diretamente aos negócios do urbano aparecem explicitamente no depoimento de João Freire D’Ávila Neto, vinculado ao *Instituto de Engenharia*.

---

<sup>399</sup> BRASIL. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 maio 2000.

<sup>400</sup> CINTRA, Marcos. O Cepac é alternativa para as prefeituras. **Jornal da Tarde**, 6 mar. 2001. Grifos nossos.

<sup>401</sup> FERREIRA, João Sette Whitaker e FIX, Mariana. A urbanização e o falso milagre do Cepac. **Folha de São Paulo**, 17 abr. 2001, p. A3.

Hoje as grandes grifes procuram estar estabelecidas, aquelas grandes grifes que valorizam a sua imagem corporativa valorizam esses dois corredores comerciais – Faria Lima e Marginal Pinheiros. A gestão não vem sendo feita como deveria. Por quê? Porque se isso tivesse sido feito no decorrer do processo, o valor do Cepac seria maior. Por quê? Porque teríamos mais pessoas investindo; a valorização seria muito mais intensa, e isso seria revertido no valor do Cepac que tanto foi questionado. Então, se todos nós e as próximas operações urbanas tivessem mais transparência, regras rígidas e definidas em lei, tirando a subjetividade, haveria um maior interesse do mercado em participar. Do contrário, é o mercado que eu estou perdendo, mas eu até prefiro perder esse mercado, para não correr o risco de avaliar subjetivamente um empreendimento e depois sofrer consequências sérias.<sup>402</sup>

Neste momento, aparece o discurso das *grifes corporativas* que valorizam sua imagem ao se instalarem nessa expansão do Vetor Sudoeste, uma economia pura do espaço, a razia de uma produção avassaladora de quaisquer outros conteúdos. E a menção à necessidade de se produzir, constantemente, as condições para a rentabilidade dos títulos postos à venda, de modo a atrair os investidores e realizar um objetivo absurdamente claro nas entrelinhas do discurso corporativo da produção de imóveis: *produzir mais e mais imóveis, numa escala ampliada, reproduzindo necessariamente as condições para viabilizar essa produção*. Um CEPAC não se resume somente a um conjunto limitado de títulos postos à venda e negociados em bolsas de valores, com toda a ordem especulativa que lhe é inerente: esses títulos precisam se desgarrar desses limites para render novos e novos títulos, ou ainda, *novas e novas operações urbanas*, até o limite máximo do território do município e de outros municípios, em escala nacional (e internacional)!

E este é o sentido da extensão do mecanismo, deste instituto em escala ampliada: não se trata de um processo linear, onde a economia política do espaço vai se realizando de modo infinito, já que os próprios idealizadores do instituto do solo criado, lá nos idos da década de 1970, afirmavam que o solo seria “o único bem inelástico e portanto o único bem onde a incidência do interesse público [...] se faz sentir de um modo especialmente particular, porque não há sucedâneo para o solo”.<sup>403</sup> No entanto, o próprio instituto do *solo*

---

<sup>402</sup> Depoimento de João Freire D’Ávila Neto. In: SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, p. 614.

<sup>403</sup> Exposição oral do Prof. Geraldo Ataliba, durante o Seminário “O Solo Criado”, 2ª parte, realizado entre 28 e 29 de junho de 1976, em São Paulo – SP. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O Solo Criado / Carta do Embu**, 1977, p. 96.

*criado* demonstrou, como vimos, que era possível, sim, “elasticizar” o solo e que a separação entre o direito de propriedade e o direito de construir veio a ser o momento mais adequado a essa “socialização” da propriedade, dessa realização da *função social da propriedade*. A matemática e o cálculo integral fecham seu sentido na composição de uma economia que se julga linear por ser cumulativa, por se reproduzir de modo ampliado.

A operação urbana hoje é um instrumento urbano muito inteligente. Após a entrada do Estatuto da Cidade, existe a possibilidade de se lançar mão de Cepacs em bolsa, na CVM, no caso, através de *um título*, que realmente seja regido *por quem tem que ser regido, que é o mercado*. Por um bom período, houve muito poucas apresentações de projetos lá em Sempla. Por quê? Porque o mercado ficou desarticulado. A pessoa que tinha o terreno passou a cobrar pelo benefício que poderia vir a ter pela sua máxima potencialidade, e isso desarticulou, e a adoção do CEPAC como um título resolveria este problema.<sup>404</sup>

Sem meias palavras, o trecho acima: franco e cru tanto quanto o discurso sobre a guerra urbana, daquele texto institucional de 1987. Seria apenas o *título* (CEPAC) que deveria ser comandado, necessariamente, pelo mercado? Não poderemos estender esse raciocínio ao *território inteiro*? Não seria a plena realização, dentro do domínio da economia política do espaço, ou ainda da economia política do urbano, da *função social da propriedade*? Não seriam as categorias do mundo moderno (o valor, a forma valor) recobrando sua fatura, operando negativamente, estendendo seu sentido crítico aos limites possíveis?

Remetemo-nos, até de modo insistente, na *função social da propriedade* exatamente porque este é um nó na compreensão do conteúdo do solo criado, outorga onerosa, operação urbana etc. Trata-se de uma linha evolutiva, espaço-temporal mesmo, do conceito e da prática se instalando e compondo o tecido sócio-espacial, produzindo e reproduzindo espaço. O Estado resume a ordem social, se estabelece como a grande linguagem, o grande conciliador entre os não-conciliados. O mercado é a forma necessária, *social*, da realização do valor. Num exercício claro de aprofundamento dos termos da lógica formal, o político aparece em sua colonização pelo econômico, a ele atado, por se tratar fundamentalmente do modo de produção desta sociedade e, conseqüentemente, deste espaço. E se trata de uma reprodução crítica, uma resposta à crise da própria reprodução das relações de produção.

---

<sup>404</sup> Depoimento de João Freire D'Ávila Neto. In: SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final...**, 2003, p. 614. Grifos nossos.

E é justamente neste contexto, da reprodução de novas operações urbanas, de modo a manter um estoque de potenciais adicionais de construção, sob o discurso da qualificação e renovação urbanas, que surge justamente a proposta de uma operação urbana nas terras de Butantã: a Operação Urbana Consorciada Vila Sônia, objeto desta análise.

## A estruturação da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia

Cedo, a Geografia reconheceu o plano das estratégias. Ele era combinado com o tratamento do objeto no interior de uma lógica formal. O que é próprio desta lógica e difícil de romper é a separação entre os elementos de uma relação e o estabelecimento da exterioridade recíproca desses elementos, no seu desenvolvimento. É possível reconhecer certas relações de causalidade, mas não a relação constitutiva interna dos elementos entre si, nos termos da compreensão da dupla e interna determinação entre eles e de um processo negativo implicado. E, por isso, se torna mais complicado encontrar um tratamento do objeto em movimento, uma noção de processo. Pode ser elucidativo verificar, por exemplo, o tratamento dos elementos constitutivos da mercadoria – valor de uso e valor de troca –, como um conceito básico e presente numa geografia mais crítica; entretanto, é comum manter esses elementos autônomos, como se fosse possível falar de um ou de outro separadamente. Tal coisa tem valor de uso; tal outra, valor de troca... A relação interna e negativa entre esses elementos, na definição da mercadoria, ainda é de difícil discernimento. Uma Geografia que inclua a dialética e, ainda, a relação entre estratégia e dialética pode nos ajudar a compreender os termos da modernização do mundo. É necessário examinar o processo de modernização extensiva e intensivamente. E, neste duplo, os termos da deterioração da vida social e humana e da própria economia.<sup>405</sup>

Esse debate nos inspira a exatamente esclarecer os termos da estratégia do espaço, implicados a uma lógica de reprodução, compreendendo os seus nexos e internos e externos, reconhecendo o modo negativo do *continuum* desta economia e seu dilacerante modo de ocupar a totalidade da vida social. Este texto busca demonstrar exatamente a operatividade do Estado como uma estratégia posta ao capital, de um processo de *alienação*, *fetichização*, *mistificação* e *reificação* que se reitera, que se coloca como um corolário ao processo de modernização em curso.

Reafirmamos: a discussão do solo criado vingaria anos mais tarde com a instituição do CEPAC, um ativo financeiro em busca de constante rentabilidade e valorização. *A função social da propriedade apareceria tempos depois como uma socialização pelo mercado, numa economia pura, abstrata, de modo pretensamente transparente, sem meias palavras, quase uma ideologia zero.* O discurso estatista sobre o espaço se adequa a esta ordem, assegurando sua

---

<sup>405</sup> DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia...**, 2008, p. 33.

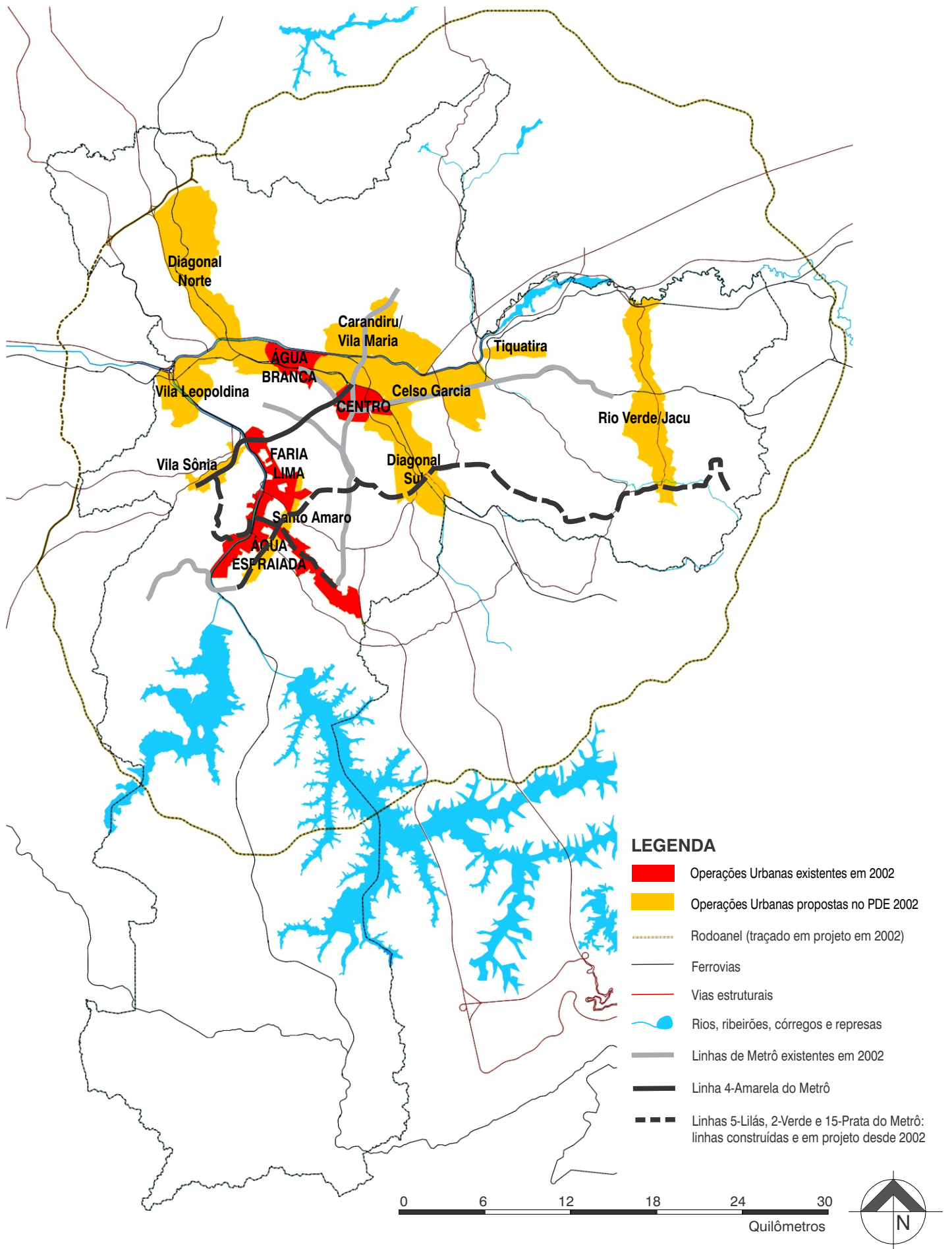
própria reprodução: *o Estado reafirma a economia política a partir do planejamento*. O planejamento é a própria forma estatista de reiterar essa mesma totalidade, esse Estado e essa linguagem da eficiência, da gestão, da articulação entre os entes públicos e privados, de suas parcerias e das formas de conciliação no interior da “sociedade civil”. Para tanto, a estruturação dessa política, da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia estritamente, demonstra alguns elementos, constantes na Minuta do Projeto de Lei, ao qual retomo sua análise.

O texto afirma que “a primeira (e mais direta) razão pela qual o Plano Diretor Estratégico 2002 de São Paulo elegeu a região Butantã-Vila Sônia [...] como lugar (tema e marco) da futura operação urbana” seria decorrente da “implantação da nova linha – 4, amarela – do metrô”.<sup>406</sup> Como não recordar a recomendação de Marcos Cintra em seus argumentos, referentes à defesa intransigente do CEPAC, para que operações urbanas ocorressem ao longo de linhas de metrô sendo implantadas? No entanto, seguindo este argumento, todas as expansões recentes do Metrô de São Paulo, tanto pela Linha 2-Verde, em direção à Vila Prudente e, por meio da construção de uma linha de Monotrilho – Linha 15 – até o Hospital de Cidade Tiradentes, ou pela expansão da Linha 5-Lilás, entre Santo Amaro e Chácara Klabin, também estariam contempladas, na racionalidade deste Plano Diretor, como áreas sujeitas à política de Operação Urbana. No entanto, como veremos no mapa a seguir, as outras operações urbanas previstas em 2002 se assentam em outras tramas viárias, principalmente o ferroviário (Lapa-Brás, Diagonal Norte e Diagonal Sul) e o rodoviário (Rio Verde/Jacu e Vila Leopoldina/Jaguareé); cabe exceção à Operação Urbana Santo Amaro, acompanhando a extensão da Linha 5-Lilás do Metrô até a Chácara Klabin, cujo projeto não foi adiante. Isso significa que a Linha 4 possui uma singularidade em relação às outras linhas de metrô, no que se refere especialmente ao elemento indutor da OUCVS.

---

<sup>406</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei da OUCVS**, 2006, p. 1.

Mapa 2.2. Operações Urbanas no PDE 2002 e articulação com projetos de expansão do Metrô





O documento afirma que a Linha 4 interconectaria a região da Vila Sônia à Estação da Luz, centro da cidade, interligando quatro outras linhas metroviárias e ferroviárias existentes,<sup>407</sup> iniciando “a conformação de uma verdadeira rede no sistema de transportes sobre trilhos em São Paulo”, o que condicionaria, por sua condição diferencial em relação às outras linhas, que “a área ao longo da extensão percorrida pela linha seja mais intensamente afetada por processos de valorização e transformação”. Prosseguindo o raciocínio, “esta possibilidade se afirma (e fortalece) na medida em que possa representar abertura às alternativas de correção de deficiências urbanas estruturais e/ou históricas”, que seriam, segundo o documento, “a constituição fragmentária do tecido urbano, a descontinuidade do traçado viário, a excessiva sobrecarga nos corredores radiais de entra/saída da cidade e a polarização exógena, além-rio”. Esses representariam “fatores marcantes do processo de estruturação, configuração e funcionamento daquela parte da cidade”.

Sobre as “deficiências históricas” e a “excessiva sobrecarga dos corredores radiais de entrada / saída da cidade”, já dissertamos no Capítulo 1 desta tese. O que ora reforço aqui é uma hipótese em parte anunciada neste texto: o processo de urbanização do “além-rio” Pinheiros, intensificado somente após a década de 1940, *tem profundas raízes na questão da propriedade, sobretudo em escala local, e na configuração e estruturação da própria metrópole como um todo, no decorrer do século 20*. Os caminhos de tropeiros, largamente utilizados até o início do século 20, não foram substituídos, em grande parte das vezes, pelos caminhos de ferro. Estes antigos caminhos teriam servido, assim, a outras formas de acumulação que prescindiram dos loteamentos voltados às classes trabalhadoras da indústria florescente em São Paulo. Os negócios com a terra envolviam outras estratégias, sobretudo aquelas operadas pela Light e pela Cia. City, articuladas inclusive pela implantação do campus da Universidade de São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950. Nas várzeas do Rio Pinheiros, os negócios foram se realizando no sentido de configurar um território plenamente economizado, atraindo os loteamentos de moradias voltadas para as classes mais abastadas, consolidando paulatinamente uma base para a reprodução futura de novos negócios do urbano. O Vetor Sudoeste, em plena consolidação, estendeu sua influência e sua pujança econômica em direção ao “além-rio”, onde até 2011 não havia em funcionamento uma única via férrea servindo ao transporte de massa.

---

<sup>407</sup> A saber: Linha 9-Esmeralda (Osasco-Grajaú), Linha 2-Verde (Vila Madalena-Vila Prudente), Linha 3-Vermelha (Palmeiras/Barra Funda-Corinthians/Itaquera) e Linha 1-Azul (Tucuruvi-Jabaquara).

Resumindo: em relação aos negócios do urbano, o metrô chegou *tardamente* às terras de Butantã (e Vila Sônia, localidade “nascida” já no contexto da metrópole), e serviu de pretexto, portanto, para o incremento desses negócios. Trata-se, neste momento, de uma renda diferencial a ser auferida pelos investidores imobiliários, por uma barreira (dificultosamente transposta desde o século 16, como vimos) que ora se consolida como uma das mais importantes áreas de escritórios e do setor terciário avançado da cidade de São Paulo: a Avenida das Nações Unidas, marginal ao rio Pinheiros.

No entanto, não seria o rio Pinheiros a única barreira a ser transposta para a realização desses negócios, mesmo porque a espacialidade de tais negócios do terciário avançado superou há tempos os estritos limites municipais de São Paulo. Pelo menos pela Rodovia Raposo Tavares, a composição de um hipermoderno (e ainda relativamente pequeno) eixo empresarial na Granja Vianna, em Cotia, sucede temporalmente ao eixo industrial implantado nas políticas de desconcentração industrial do município de São Paulo, a partir da década de 1970.<sup>408</sup> Outra barreira seria justamente o tramo radial-concêntrico partindo da Praça Jorge de Lima (antiga “paineira”) em direção aos demais bairros da Subprefeitura do Butantã e municípios vizinhos, que requereriam a implantação de eixos perpendiculares a essas vias, paralelas à Avenida das Nações Unidas.

Enfim, negócios pretéritos pareceram dar suporte a negócios do presente. Assim, a OUCVS se propunha a implantar um novo padrão de uso e ocupação do solo, a saber:

- Criar alternativa ao subcentro Pinheiros/Largo da Batata, mediante a implantação de dois pólos: Vila Sônia – articulado ao terminal intermodal – e Butantã – em torno da estação de metrô, desponta como espaço apto para atender demandas complementares às atividades da Cidade Universitária.
- Propor reestruturação do sistema viário principal, destacando-se principalmente a implantação de nova conexão norte-sul, mediante interligação, em túnel sob o Parque da Previdência, das avenidas João Jorge Saad e Corifeu de Azevedo Marques: essa interligação não só melhorará o

---

<sup>408</sup> “Podemos ver que os loteamentos de alto padrão (correspondentes a Cr\$ 10.000,00 o metro quadrado), têm seu pico de implantação em 1970 e 1971, decorrente do fato de que na primeira metade da década de 70, depois do *boom* da bolsa de 1969, 1971, os investimentos se voltam para a terra; e Cotia oferece terrenos adequados à ocupação urbana-industrial. A partir daí assistimos a abertura indiscriminada de loteamentos, a maioria sem infra-estrutura, com o intuito de baratear o custo do empreendimento; o que transforma paulatina e indiscriminadamente a fisionomia e o papel da cidade no sistema urbano da região metropolitana. *No período (1970, 1975) ocorre a instalação de indústrias beneficiadas com lei de isenção, acompanhada pela inauguração da linha interurbana que parte de Pinheiros em direção à Cotia, e do alargamento da Raposo Tavares.* Esses elementos, somados à disponibilidade de terra, com preço inferior ao da cidade de São Paulo, colocam Cotia como um vetor de deslocamento para a expansão da metrópole paulista.” CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**, 1994, pp. 176-177. Grifos nossos.

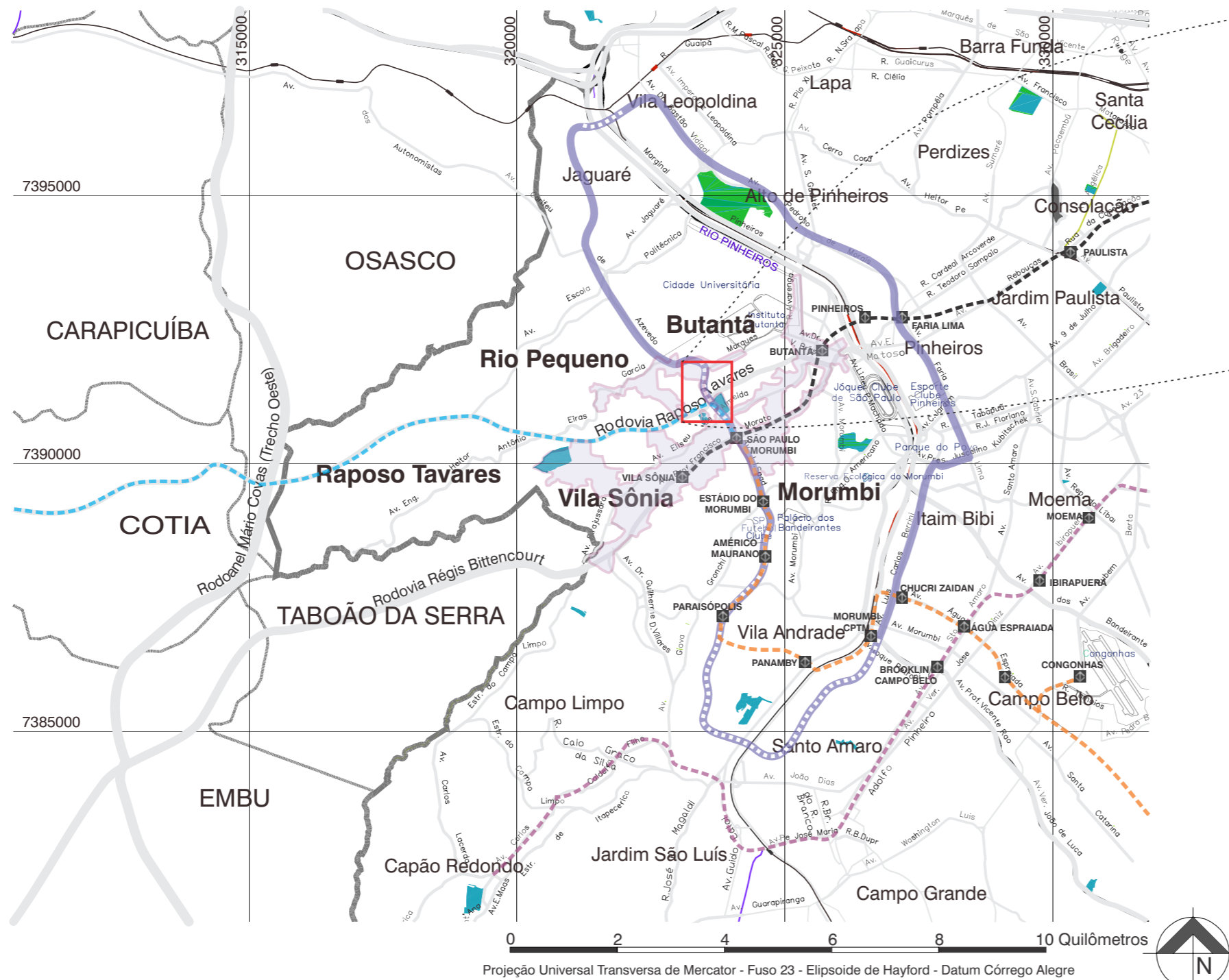
sistema geral de circulação do setor urbano em pauta com propiciará acesso mais fácil das áreas vizinhas, situadas ao norte e ao sul das estações do metrô.<sup>409</sup>

Dentre esses objetivos, que merecem destaque pelo seu viés estratégico – criação de novas centralidades (polos), a partir da alteração dos coeficientes máximos de aproveitamento, permitindo o adensamento desses locais no entorno da Vila Sônia e da Avenida Vital Brasil – nota-se o aceno à principal alteração viária da região, pela implantação do *Túnel Norte-Sul*, ligando a Praça Elis Regina à Avenida Jacob Salvador Zveibil, conformando uma verdadeira via perimetral à Marginal Pinheiros, partindo dos limites com o município de Osasco, indo em direção ao Estádio do Morumbi, atravessando a Favela de Paraisópolis, a região do Cemitério do Morumbi e a do Panamby, prosseguindo até os confins do Morumbi, na conexão à Ponte João Dias. Destaque-se também que este seria o caminho a ser percorrido pela Linha 17-Ouro: uma outra linha de monotrilho, ligando a Estação de Metrô São Paulo-Morumbi, Paraisópolis, Paranamby e, atravessando o Rio Pinheiros, encontra a Avenida Jornalista Roberto Marinho, passando pelo Aeroporto de Congonhas, chegando até a Estação de Metrô Jabaquara. Os eixos de transporte de massa, constituindo suas tramas e redes, também pressupõem vários negócios do urbano, envolvendo as empreiteiras e fabricantes dos veículos necessários ao funcionamento do sistema. O mapa e as ilustrações a seguir mostram a articulação desses projetos.

---

<sup>409</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei da OUCVS**, 2006, p. 2.

Mapa 2.3. Projetos de mobilidade e a OUCVS e projetos para o túnel-avenida (2004 e 2011)



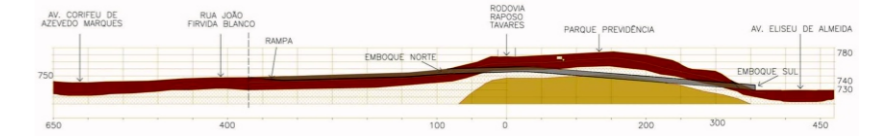
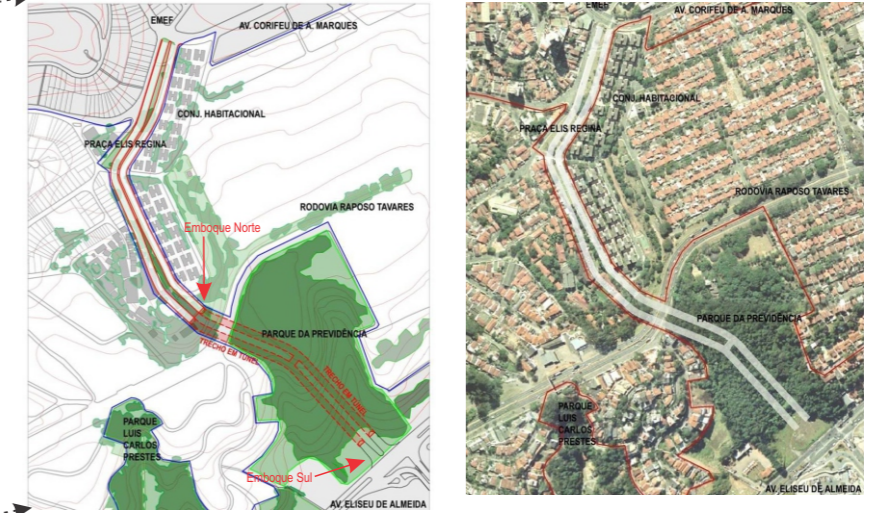
**PROJETOS VIÁRIOS: EIXO NORTE-SUL**

- Limite do Município de São Paulo
- Limites dos Municípios da RMSP
- Vias urbanas e rodovias
- Eixo Norte-Sul (apoio à Marginal Pinheiros): ligações existentes
- Eixo Norte-Sul (apoio à Marginal Pinheiros): ligações previstas
- Parques Municipais
- Operação Urbana Consorciada Vila Sônia Perímetro em estudo a partir de 2005

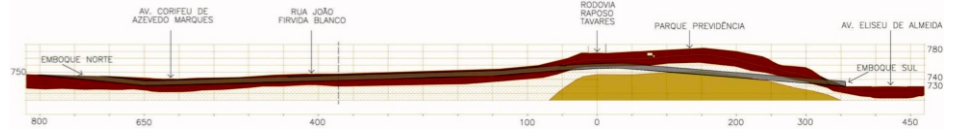
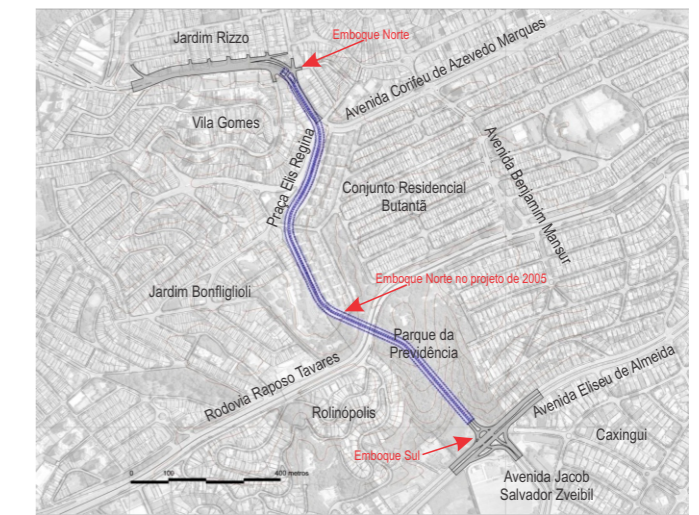
**PROJETOS DE MOBILIDADE: METRÔ E MONOTRILHO**

- Linha 4-Amarela (em operação parcial)
- Linha 5-Lilás (em operação parcial)
- Linha 17-Ouro (monotrilho em implantação e parte em projeto)
- Linha 22 - São Paulo-Cotia (monotrilho em projeto)
- Estações do Metrô e Monotrilho (em operação e implantadas)
- Ferrovia

Túnel Norte-Sul (túnel-avenida) segundo projeto do PRIOU 2004



Túnel Norte-Sul (túnel-avenida) segundo projeto da SMDU apresentado em 2011



Fontes: SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). **Infocid@de;** SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento. **Operação Urbana Vila Sônia...**, 2005, 2007 e 2011; e SÃO PAULO (Estado). Companhia do Metropolitano de São Paulo. **Concorrência Internacional nº 40442213...**, 2012. Elaboração: SILVA, Marcio Rufino, 2013.

Para além do suposto incentivo à criação de novas centralidades no entorno dessas estações “além-rio” da Linha 4 do Metrô e das intervenções viárias dessa ordem, a OUCVS se propunha, ainda, a(o):

- Requalificar o sistema de áreas verdes, recuperando (Previdência, Luiz Carlos Prestes, Raposo Tavares) e criando parques (Água Podre);
- Regularização e reurbanização das favelas Jardim Jaqueline e Vale da Esperança;
- Estabelecimento de padrões diferenciados por setor para o adensamento demográfico e construtivo, bem assim para a localização e diversificação das atividades: dentro desta linha de raciocínio ficam excluídas da área de operação as ZER [*Zonas Estritamente Residenciais*, de acordo com a Lei Municipal nº 13.885, de 25/08/2004] situadas entre Eliseu de Almeida e Francisco Morato: no entanto, os imóveis com frente para esses corredores serão considerados como integrantes da operação, conformando faixa de transição entre as duas situações;
- Ampliação e diversificação das possibilidades redistributivas na área de influência da linha do metrô: isso levou à redefinição do perímetro de atuação da Operação Urbana previsto no PDE, mediante a inclusão de setores a oeste – em direção à divisa de Taboão da Serra-, bem como da AIU – Sistema Viário 02 prevista no PRE da Subprefeitura do Butantã, passando a constituir o setor Eiras Garcia na referida operação urbana.<sup>410</sup>

Recordemos, neste ponto, os principais objetivos de uma operação urbana consorciada, conforme consolidado no Estatuto da Cidade, artigo 32, §1º: *alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental*. Notemos, ao mesmo tempo, as alterações do perímetro da OUCVS entre 2002 (data da proposta inicial) e 2006 (data da última proposta), conforme o *Mapa 2.4*.

Além de ter havido um incremento de 106,7% do perímetro constante na Minuta do Projeto de Lei de 2006 em relação ao perímetro do Plano Diretor Estratégico de 2002, podemos notar *de que modo e para onde* cresceu o perímetro da Operação Urbana. Por exemplo, foi somente na proposta de 2006 que houve o abarcamento dos parques existentes na região (Previdência, Luís Carlos Prestes e Raposo Tavares), bem como as áreas de *Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)* Jardim Jaqueline e Vale da Esperança, além da Área de

---

<sup>410</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei da OUCVS**, 2006, p. 3.

Intervenção Urbana 02 (BT-AIU-02) referente ao Jardim Bonfiglioli, Jardim Esmeralda e Vila Madeiral, compreendendo uma Zona de Centralidade Polar, assim definida pelo Plano Regional Estratégico de 2004. Note-se também que o perímetro de 2006 excluiu os bairros Instituto Previdência e Jardim Caxingui, definidos no PRE 2004 como Zonas Exclusivamente Residenciais (ZER). O perímetro de 2004 já havia incorporado os bairros Jardim Oriente e Ferreira, bem como a chamada *Chácara do Jockey* e parte da Área de Intervenção Urbana (AIU) próxima ao Largo do Taboão, que fora concebida no PRE 2004 para uma provável ligação entre a Avenida Escola Politécnica e o Terminal João Dias.

Em suma, o perímetro apresentado na Minuta de janeiro de 2006 pareceu reunir outros dispositivos que viessem a confirmar os objetivos legais e institucionais de uma operação urbana: como parte das “transformações urbanísticas principais”, objetivou implantar e requalificar parques e áreas verdes, além de “melhorias sociais” por meio de reurbanização de favelas e construção de Habitações de Interesse Social. Esse é o discurso institucional, e ainda vamos nos aprofundar neste discurso.

**Mapa 2.4. Evolução do perímetro e setores da OUCVS segundo projeto de janeiro de 2006.**



**Plano Diretor Estratégico  
(Lei nº 13.430, de 13/09/2002)**  
327 hectares

Retirada do Caxingui, antigo loteamento da Companhia City, e do bairro Instituto Previdência, indicados no PRE 2004 como Zona Estritamente Residencial de Baixa Densidade (ZER-1)

Inclusão de trecho da Rua Alvarenga, entre as avenidas Vital Brasil e a Ponte da Cidade Universitária, bem como de quadra situada na confluência das avenidas Prof. Francisco Morato e Lineu de Paula Machado.

Inclusão de quadras do bairro Instituto de Previdência, em trecho próximo à Rodovia Raposo Tavares.

Inclusão de algumas quadras na Vila Progredior e exclusão de outras no Jardim Colombo.

Inclusão da totalidade dos bairros Jardim Oriente e Ferreira e de quadras do Jardim Maria do Carmo próximas à Avenida Eliseu de Almeida. Inclusão de área tangente ao limite de São Paulo com o município de Taboão da Serra, indicada no PRE 2004 como Área de Intervenção Urbana Sistema Viário 09 (BT AIU 09) - Ligação Avenida Escola Politécnica/Terminal João Dias.

**Planos Regionais Estratégicos  
(Lei nº 13.885, de 25/08/2004)**  
424 hectares

Inclusão de quadras adjacentes à Avenida Eliseu de Almeida e dos parques da Previdência e Luís Carlos Prestes.

Inclusão de quadras adjacentes à Avenida Prof. Francisco Morato, indicada no PRE 2004 como Área de Intervenção Urbana Sistema Viário 04 (BT AIU 04) - Sistema Viário Avenida Prof. Francisco Morato.

Inclusão de quadras adjacentes à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, da totalidade dos bairros Vila Gomes, Jardim Esmeralda e Vila Madeiral, um trecho do Jardim Bonfiglioli e o traçado do túnel-avenida sobre a Praça Elis Regina. Essas áreas, em conjunto, foram indicadas no PRE 2004 como Área de Intervenção Urbana Sistema Viário 02 (BT AIU 02) - Sistema Viário Avenida Corifeu de Azevedo Marques e como Zona de Centralidade Polar (ZCP).

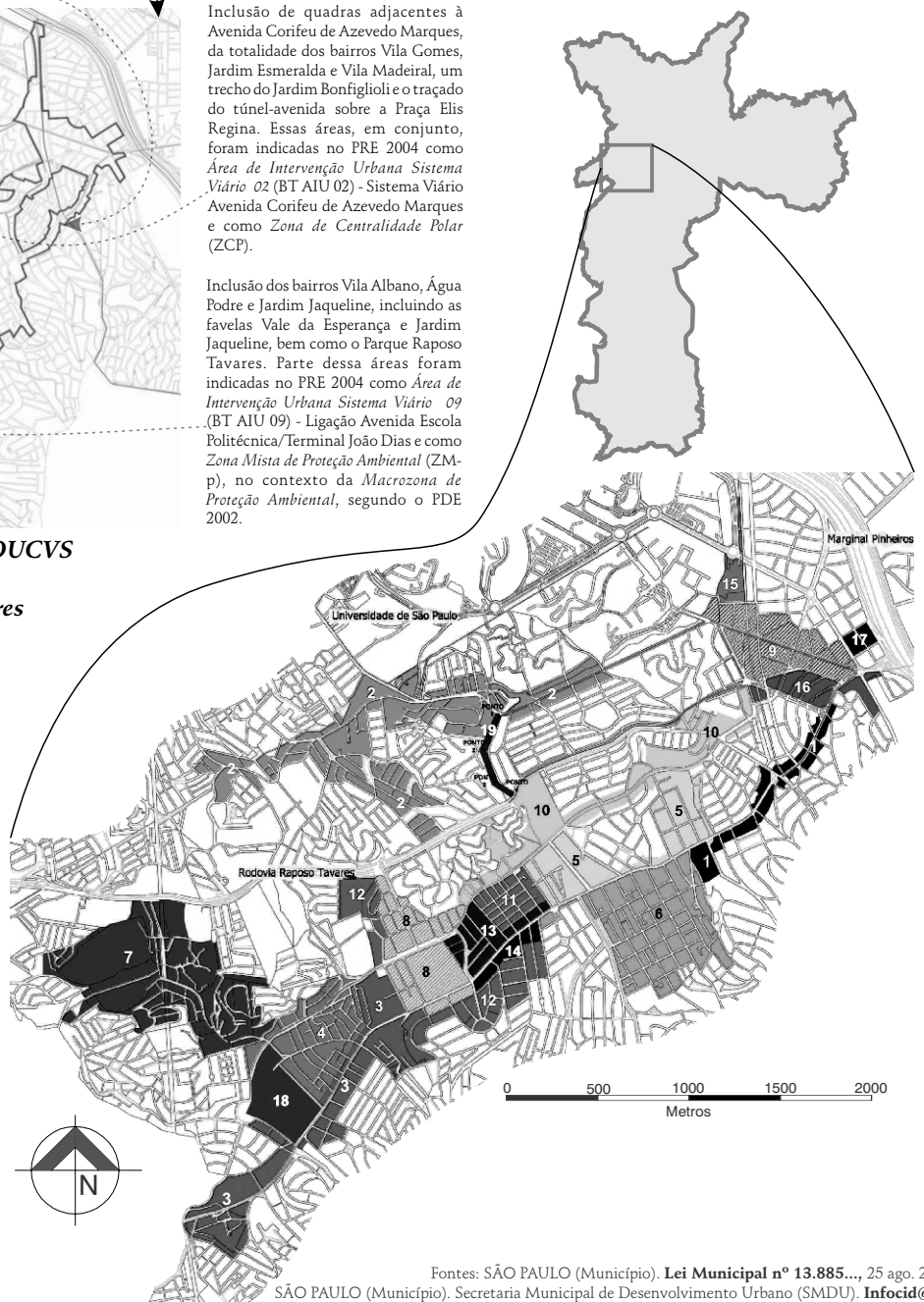
Inclusão dos bairros Vila Albano, Água Podre e Jardim Jaqueline, incluindo as favelas Vale da Esperança e Jardim Jaqueline, bem como o Parque Raposo Tavares. Parte dessa áreas foram indicadas no PRE 2004 como Área de Intervenção Urbana Sistema Viário 09 (BT AIU 09) - Ligação Avenida Escola Politécnica/Terminal João Dias e como Zona Mista de Proteção Ambiental (ZM-p), no contexto da Macrozona de Proteção Ambiental, segundo o PDE 2002.



**Minuta de Projeto de Lei da OUCVS  
(janeiro de 2006)**  
676 [637 ou 673?] hectares

**Setores da OUCVS**

1. Caxingui
2. Eiras Garcia
3. Francisco Morato
4. Jardim Jussara
5. Morumbi 1
6. Morumbi 2
7. Parque Raposo Tavares
8. Polo Vila Sônia
9. Polo Vital Brasil
10. Vale Pirajussara
11. Vila Sônia 1
12. Vila Sônia 2
13. Vila Sônia 3
14. Vila Sônia 4
15. Vital Brasil 1
16. Vital Brasil 2
17. Vital Brasil 3
18. Parque do Jôquei
19. Túnel



Na manhã de sábado de 27 de agosto de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)* e mediação da *Subprefeitura do Butantã*, realizou uma Audiência Pública, no Auditório do *Centro Educacional Unificado (CEU)* do Butantã. Nesta audiência, estavam presentes cerca de 200 pessoas, que *ouviram*<sup>411</sup> por mais de três horas, entre às 10:30 e 13:20, uma apresentação e uma teia de argumentações do Executivo Municipal a respeito dos propósitos e significados daquele projeto. Naquele momento, o projeto se anunciava rumo à sua discussão no *Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES-SP)*,<sup>412</sup> etapa necessária à aprovação do *Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA)* da OUCVS e sua respectiva Minuta de Projeto de Lei, para posterior encaminhamento ao Legislativo Municipal, a Câmara dos Vereadores. O passo seguinte seria aprovar na edilidade municipal para que se instituísse formalmente, a partir da sanção do Executivo, a *Lei Municipal* referente à *Operação Urbana Consorciada Vila Sônia*.

E, para a compreensão do desdobramento desta complexa trama, esta é uma informação importante: os estudos e trabalhos referentes ao projeto da OUCVS, pelo menos até maio de 2013, estavam *embargados*, por decisão advinda do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde novembro de 2011, pois se considerou que, neste processo, *não teria havido participação popular o suficiente na formulação e apreciação do projeto da OUCVS como um todo, conforme se exige no próprio Estatuto da Cidade*. As razões para este embargo, bem como sua intercorrência às ações do Executivo Municipal entre 2005 e 2012, serão largamente discutidas no Capítulo 3 desta Tese. Ou seja, o empreendimento não chegou sequer a se materializar formalmente, constituindo-se apenas, portanto, em uma virtualidade neste campo formal. No entanto, seus efeitos já se faziam sentir criticamente no próprio desenrolar de diversos acontecimentos operados entre o Poder Público Municipal, a chamada “grande mídia” (geralmente os “grandes” jornais e revistas, impressos ou eletrônicos) e os promotores imobiliários, o que era sintetizado pelas declarações destes últimos e por todas as formas de pressão quanto à “urgência” na aprovação deste projeto

---

<sup>411</sup> O sentido de que uma Audiência Pública deveria ser um momento onde a sociedade civil meramente “ouviria” o que o Poder Público teria a apresentar, se “informasse”, apresentasse poucos questionamentos, prontamente “anotados” pelos representantes do Executivo Municipal etc., foi uma das maiores críticas das entidades e movimentos que questionaram a legitimidade da OUCVS: a falta de canais efetivos de participação popular, conforme será discutido mais amplamente no Capítulo 3.

<sup>412</sup> O CADES foi criado em 1993, por meio da Lei Municipal nº 11.426, em paralelo à criação da *Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente (SVMA)*. Segundo esta lei, no Título V, arts. 22-29, o Conselho teria Câmaras Técnicas, “destinadas a apreciar as propostas de resoluções, estabelecidas pelo Regimento Interno” (art. 22 § único), além de lhe competir, entre várias atribuições, “apreciar e pronunciar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental – EIA/RIMA no âmbito do Município de São Paulo”. (art. 23, IV).



de lei.<sup>413</sup> Inclusive, a própria ocorrência daquela Audiência Pública pareceu ter sido fruto da constante mobilização da sociedade civil local naquele período.

Após as primeiras palavras, proferidas pelo Subprefeito do Butantã àquela época, o Coronel Daniel Barbosa Rodrigues,<sup>414</sup> apresentaram-se à “plateia” os membros do Executivo ocupantes da mesa principal, composta pelo Secretário Municipal (*Miguel Luiz Bucalem*) técnicos da SMDU (com destaque para *Lisandro Frigério*, então chefe da Assessoria Técnica de Operações Urbanas – ATOU da SMDU, que apresentou os 63 slides com os textos, mapas, gráficos e tabelas referentes ao projeto da OUCVS).

Tomando a palavra, Bucalem afirma que assumira, desde o início, a recém-criada SMDU<sup>415</sup> e que, em agosto de 2009, “após ter feito uma primeira reanálise da Operação Urbana”, estivera presente “na comunidade, no Parque da Previdência” e que, naquele momento, “a comunidade [fizera] um grande número de questionamentos sobre a Operação Urbana”. Tomando esses *questionamentos da comunidade* por base, assevera que a secretaria teria iniciado, a partir daquele momento, um “um trabalho técnico liderado então pelo Lisandro [Frigério], mas que contou com a colaboração de várias secretarias, porque essa Operação Urbana envolve várias secretarias”, a *Secretaria Municipal do Verde e Meio*

---

<sup>413</sup> Um exemplar típico da “pressão” do mercado imobiliário, de modo a agilizar a aprovação da OUCVS, são notas e artigos como este. “Até os empreendedores estão descontentes com a indefinição da Prefeitura a respeito da organização urbana da região. ‘Parece sempre que a nossa cidade está com o freio de mão puxado quando lida com assuntos urbanísticos, principalmente no que diz respeito à ocupação do solo’, observou João Crestana, presidente do Secovi, que representa as empresas do setor imobiliário. O mercado imobiliário tem grande interesse na região, mas, sem regras claras e sem a definição de um projeto urbanístico, não pode explorar todo o potencial dos bairros.” ATRASO na Operação Urbana. **O Estado de São Paulo**, 4 mar. 2010, p. A3.

<sup>414</sup> A militarização das subprefeituras, sobretudo nos últimos anos da segunda gestão de Gilberto Kassab frente à Prefeitura Municipal, foi um tema muito debatido, sobretudo, na chamada *mídia alternativa*. Eis alguns exemplos. NETO, José Francisco. Especialista fala da militarização nas subprefeituras de São Paulo. **Brasil de Fato**, 22 ago. 2012. Entrevista com o “analista criminal e especialista em segurança pública” Guaracy Mingardi, que considerava as nomeações de militares para os cargos de Subprefeito “uma tentativa errada de fazer funcionar a máquina pública”, já que teriam “partido do princípio de que o coronel sabe mandar”. REDE 2 DE OUTUBRO. Manifesto pelo fim dos massacres. **Caros Amigos**, 27 set. 2012. Entre as denúncias do cruelíssimo sistema prisional brasileiro e de chacinas e massacres entre a população “pobre, preta e periférica”, bem como das remoções ocasionadas pelas operações e requalificações urbanas em São Paulo e outras cidades Brasil adentro, denuncia-se “a proliferação dos CONSEC’s”, que seriam, segundo o documento, “estruturados [e] comandados por quadros diretos dos policiais, da secretaria de segurança pública e [...] das subprefeituras militarizadas”, além de serem “cada vez mais associados ao enorme exército de segurança privada, atualmente cerca de 5 vezes maior do que o já enorme efetivo de policiais civis e militares no estado de São Paulo”. SÃO PAULO: conheça os oficiais da PM que dirigem a sua Subprefeitura. **Casa de Cultura Digital**, ago. 2012. Infográfico apresentando todos os ocupantes de cargos de subprefeito, lembrando que militares estariam ocupando chefias de gabinete das subprefeituras e algumas secretarias e órgãos municipais. Em contraposição, um *legítimo* representante da “grande mídia”. FRAZÃO, Felipe. Kassab joga holofote no “voto de farda”. **O Estado de São Paulo**, 22 abr. 2012, p. A10. Afirma que o “sucesso” da “Operação Delegada”, um “convênio entre município e Estado que autoriza policiais a trabalhar em horário de folga” teria agradado a Polícia Militar e “aproximado” o então prefeito Kassab de seus aliados da corporação. Tal sorte de associações e “convênios” teriam projetado alguns militares para a disputa de eleições para o Legislativo Municipal, em outubro de 2012.

<sup>415</sup> Criada pela Lei Municipal nº 14.879, de janeiro de 2009, a partir de seu desmembramento da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA).

*Ambiente* (SVMA), a *Secretaria Municipal de Habitação* (SEHAB), a *Secretaria Municipal de Transportes* (SMT), já que “as questões urbanas [...] permeiam todas essas áreas”. Confirma daí que “a orientação foi que re-olhássemos essa Operação Urbana com bastante profundidade” considerando que “os questionamentos que foram colocados naquela reunião, e que também foram encaminhados por escrito, logo após e durante todo esse período”. Assim, o projeto apresentado naquele momento seria justamente, no entender das palavras do Secretário, um resultado da *interação* entre o Estado e a sociedade civil.

Mais uma vez aos fundamentos. O objetivo do instrumento urbanístico “operação urbana” é apresentado à plateia da seguinte maneira: “*requalificar uma área da cidade que tem potencial de ser ainda melhor do que já é*”. Assim, “as prioridades que foram dadas, pelas características da área, foram atender primeiro o aspecto social, o aspecto ambiental e o aspecto urbanístico”. E como se materializariam esses aspectos, *o social, o ambiental e o urbanístico*, nessa ordem de prioridades?

Vamos ao “social”. Em relação à Minuta do Projeto de Lei de 2006, a SMDU propunha, em 2011, um aumento dos recursos alocados às Habitações de Interesse Social, alterando de 10% para 30% dos recursos arrecadados nas contrapartidas. No tocante ao “ambiental”, havia outra novidade: além da implantação de parques lineares e da requalificação dos parques municipais existentes, havia sido anexado ao projeto da OUCVS a implantação de dois novos parques, a *Chácara do Jockey*, no bairro do Ferreira, Vila Sônia, e a *Chácara da Fonte*, na Vila Pirajussara (Morro do Querosene), Butantã, porque seriam “duas novas áreas significativas de grande relevância ambiental e de grande qualidade que podem ser incorporadas à Operação”. Assim, a implantação de ambos os parques, objeto de mobilizações da sociedade civil local, as quais serão tratadas mais detalhadamente no Capítulo 3, estaria *diretamente* condicionada à aprovação da OUCVS... Finalmente, quanto ao aspecto urbanístico, o Secretário Bucalem reforça a polêmica em torno do túnel-avenida, *Eixo Norte-Sul*, asseverando que a execução do túnel “não cabe nos recursos da Operação Urbana” e que, portanto, ele seria recomendado como “uma obra importante do ponto de vista viário”, já que constava inclusive no PDE 2002. A prioridade, então, seriam “as intervenções de habitação e as intervenções nos parques” e que, *sobrando* recursos, uma parte deles “poderiam ser alocados para o túnel”. Além disso, o túnel-avenida, que entre 2004 e 2009 estava previsto para suplantiar a Praça Elis Regina, um conjunto habitacional e parte do terreno da Sociedade Beneficente Alemã, apareceu projetado, naquele novo projeto de agosto de 2011, com um trajeto maior, partindo diretamente da Avenida Corifeu de Azevedo Marques, conforme as ilustrações inscritas no *Mapa 2.3* desta Tese. Pois, deste

modo, essa obra, considerada “importante do ponto de vista viário”, só poderia ser implantada se não causasse “os impactos negativos que tinham sido identificados, com razão”.

Concluimos que, no campo formal, o “rearranjo” do projeto da OUCVS seria, no discurso do Secretário Bucalem, uma forma de “atender” aos anseios da sociedade civil durante aqueles anos de mobilização: aumentam-se os recursos destinados às HIS e à regularização fundiária das ZEIS, priorizam-se a implantação dos parques lineares, a requalificação de parques existentes e “atende-se” às demandas e lutas da sociedade civil da região, com a implantação do *Parque Chácara do Jockey* e *Parque Chácara da Fonte* e, finalmente, retira-se o projeto do túnel-avenida, o que justamente causou tanta polêmica entre 2009 e 2010, destinando-o a outras secretarias do governo municipal.

Sobre a questão da retirada do túnel-avenida do projeto da OUCVS, cabe um comentário de Lúcia Martins Campos, moradora da região e participante ativa de grande parte do processo de discussão e mobilização contra o andamento desse projeto. Ela afirma que, retirando o túnel-avenida, diminuiria a interferência e a discussão da comunidade sobre a OUCVS, além do deslocamento da obra para a *Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras* (SIURB),<sup>416</sup> que seria menos democrática e aberta à interlocução com a sociedade civil do que a própria SMDU.<sup>417</sup>

Contudo, antes de avançarmos no conteúdo específico da Audiência Pública de agosto de 2011, ou ainda nos detalhes interpostos ao próprio projeto de lei, proponho os seguintes questionamentos: *como foi possível a Operação Urbana Consorciada Vila Sônia?* Ou ainda, *como nasceu o projeto e sob quais pressupostos teriam sido montados essa arquitetura no campo da ação estatista em escala municipal?* Aliás, como buscamos rastrear, no início deste capítulo, a gênese da ideia de “operação urbana”, verificamos o quanto o significado político, social e econômico desse instrumento urbanístico ou política pública em muitos aspectos se difere, na segunda década do século 21, daquele apresentado nos seus primórdios, no Brasil, desde a década de 1970, sobretudo no campo das possibilidades de sua própria aplicabilidade no meio urbano brasileiro. Evidentemente que, desde as Operações Interligadas de 1986, passando pela pioneira experiência da Operação Urbana

---

<sup>416</sup> A SIURB foi criada pela Lei Municipal nº 15.056, de dezembro de 2009, que autorizava, também, a cisão da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) em duas novas empresas públicas, a São Paulo Urbanismo (SP Urbanismo), vinculada à SMDU, e a São Paulo Obras (SP Obras), vinculada à nova SIURB.

<sup>417</sup> Entrevista concedida ao autor em 20 de novembro de 2012.

Anhangabaú, em 1991, muito foi se aprimorando e se adequando ao próprio contexto histórico, no interior da formação social brasileira, em sua totalidade. Deste modo, a despeito das comparações e paralelos que se podem fazer em relação à origem e ao desenvolvimento dessa política pública em outros países e sua influência no Brasil, podemos afirmar que o instrumento urbanístico “operação urbana”, tal como se apresenta nos dias atuais, é condição e resultado de mais de duas décadas de *experiências práticas* e certos *refinamentos teóricos*, no campo das políticas e estratégias do espaço urbano brasileiro, sobretudo o paulistano. Tal afirmação pode ser lida, inclusive, no próprio discurso da SMDU sobre a OUCVS, no qual seria, ela própria, um elemento de ordenamento do espaço, aproveitando as potencialidades postas pela implantação da Linha 4-Amarela do Metrô e seu correspondente atrativo ao mercado imobiliário, e que essa política não seria acordada sem a necessária participação popular e a consideração das experiências anteriores.<sup>418</sup> Cumpre lembrar que foi justamente a ausência dessa “participação popular” a motivação central do processo judiciário levantado pelos movimentos de moradores do Butantã e o Ministério Público Estadual contra a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Sobre a origem da Operação Urbana Vila Sônia, podemos nos remeter à primeira menção encontrada, de forma indireta, como uma ideia a ser estudada em detalhes, publicada em 1996, onde o então Secretário de Planejamento, Roberto Paulo Richter, na gestão Maluf,<sup>419</sup> declarava desejo de elevar o coeficiente de aproveitamento do município de *quatro* para *oito*, desde que o proprietário pagasse pela compra do direito de construir e esta operação estivesse condicionada à aprovação da Câmara. Desse modo, “o dinheiro gerado pela venda do direito de construir mais em um terreno” poderia “financiar o poder público na expansão da infraestrutura urbana”, elencando a hipótese de que, caso fosse implantada uma Operação Urbana “ao longo da futura linha quatro do Metrô, entre Clínicas e Vila Sônia”, poderia ser levantado R\$ 400 milhões (em valores da época), um terço do valor da obra da própria linha de metrô.<sup>420</sup> Em reportagem de 15 de janeiro de 1998,

---

<sup>418</sup> “O entendimento é que a Operação Urbana, ela vai disciplinar a ocupação desta região de forma ordenada, para não permitir que uma dinâmica desta se perpetue, ou seja, criar as áreas onde você tem os nós de transporte público de alta capacidade para esta sim serem ocupadas. E as áreas onde você não tem a infraestrutura necessária, você limitar a ocupação. É isso que se deseja, é isso que está nos estudos e é isso que dá a discussão. De novo, aqui ninguém tem pretensão de ser o dono da verdade, a gente quer colocar as questões. Nós não temos... Tanto é que nós fizemos com muito cuidado, por isso que demorou dois anos, porque havia um conjunto de questões muito complexas e que a assessoria técnica exigiu este tempo para fazer as adequações.” Discurso de Miguel Bucalem na Audiência Pública de 27/08/2011.

<sup>419</sup> **Paulo Salim Maluf**, Prefeito do Município de São Paulo em duas gestões: de 08/04/1969 a 07/04/1971 e 01/01/1993 a 31/12/1996.

<sup>420</sup> AUGUSTO, Cláudio. Maluf quer verticalizar a região central. **Folha de São Paulo**, 7 maio 1996, p. 3-7.

constava a “Operação Urbana Vila Sônia” como uma das “novas propostas para São Paulo [...] em estudo”, no contexto da revisão do Plano Diretor, que se encontrava em curso naquele período, início da gestão Celso Pitta,<sup>421</sup> em um conjunto de 21 novas operações urbanas. Nessa reportagem, inclusive, constam as críticas do arquiteto e urbanista Cândido Malta Campos Filho e da Profa. Nadia Somekh, para quem a proposta seria um “tratado genérico”, não estabelecendo “diretriz alguma para a cidade” e mantendo o “estímulo ao adensamento”. No final, uma palavra do então Secretário de Planejamento, *Gilberto Kassab*,<sup>422</sup> afirmando que “nunca haverá unanimidade”.<sup>423</sup> Um ano antes, o mesmo secretário afirmara que São Paulo teria espaço para “outra” São Paulo, por intermédio de operações urbanas e estímulos ao adensamento, ampliando a “oferta de moradia em regiões com predominância de atividades econômicas”.<sup>424</sup>

No início da gestão Marta, ressurgem algumas menções ao projeto, novamente no interior do processo de reformulação do Plano Diretor do município. Em 2001, o então Secretário de Planejamento, Jorge Wilhelm, afirmava que “a construção [da Linha 4] do metrô atrairá uma série de investimentos para as duas áreas”, a saber, a região da Luz e a região da Vila Sônia, os dois extremos da referida linha. Dizia ainda que havia “o projeto de construção de um novo terminal rodoviário, que atenderia os ônibus que chegam ou partem da cidade pelas rodovias Régis Bittencourt e Raposo Tavares”. Na Luz, o projeto seria a “revitalização da região”, abrangendo a área conhecida como “cracolândia”.<sup>425</sup> Interessante notar que, 12 anos depois, tais ideias renderam muitos frutos e muitas batalhas pela cidade, tanto pela querela em torno da Rodoviária da Vila Sônia quanto pelo Projeto Nova Luz, aprovado em regime de *Concessão Urbanística*, no ano de 2009.<sup>426</sup>

Em agosto de 2001, com o andamento das negociações em torno do início das obras da Linha 4-Amarela, a Prefeitura anuncia uma parceria com o Governo do Estado (primeira gestão Alckmin<sup>427</sup>), no sentido de implantar a operação urbana, objetivando a

---

<sup>421</sup> **Celso Pitta**, Prefeito do Município de São Paulo entre 01/01/1997 e 31/12/2000.

<sup>422</sup> **Gilberto Kassab**, Deputado Federal por São Paulo, entre 01/02/1999 e 01/01/2005, vice-prefeito entre 01/01/2005 e 31/03/2006 e Prefeito do Município de São Paulo entre 31/03/2006 e 31/12/2012.

<sup>423</sup> MELLO, Flávio. Plano Diretor recebe críticas de urbanistas. **O Estado de São Paulo**, 15 jan. 1998, p. C4.

<sup>424</sup> SP tem espaço para outra SP, diz secretário. **Folha de São Paulo**, 15 abr. 1997, p. 3-3.

<sup>425</sup> LINHA do Metrô pode estimular duas novas operações urbanas. **O Estado de São Paulo**, 16 mar. 2001, p. C5.

<sup>426</sup> Constante na legislação paulistana desde o PDE 2002 (Lei nº 13.430), art. 239, o instrumento “concessão urbanística” foi regulamentado na Lei Municipal nº 14.917 e a sua aplicação na “área da Nova Luz” foi autorizada pela Lei Municipal nº 14.918, ambas de 7 de maio de 2009.

<sup>427</sup> **Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho**, Governador do Estado de São Paulo em três gestões: de 22/01/2001 a 31/12/2002, 01/01/2003 a 31/03/2006 e de 01/01/2011 até a atualidade.

complementação financeira para as obras do Metrô e a construção do Terminal Rodoviário da Vila Sônia, posta a declarada falta de recursos tanto por parte da Prefeitura quanto pelo Governo do Estado naquele momento.<sup>428</sup> Em outubro, noticiou-se que a proposta fora entregue para a prefeita e apresentada publicamente, constando que o número de operações urbanas saltaria de *três* para *onze*, ratificando o projeto do Terminal Rodoviário e da estação terminal da Linha 4 do Metrô para a Vila Sônia. Apresentava outra novidade: o *coeficiente básico de aproveitamento*, estimado em *uma* vez a área do terreno, cuja ultrapassagem seria limitada a *quatro*, nas áreas destinadas a operações urbanas, mediante pagamento de contrapartidas. Tratava-se da aplicação, no Plano Diretor, do princípio do solo criado e sua correspondente outorga onerosa. E, no caso específico das operações urbanas, a contrapartida seria arrecadada via emissão de CEPACs.<sup>429</sup>

Quanto ao solo criado, ao coeficiente mínimo e à outorga onerosa, figuras tornadas *independentes* das operações urbanas a partir do PDE 2002, cumpre destacar as dificuldades que esses institutos impuseram à própria discussão e aprovação daquele Plano Diretor. Segundo Flávio Villaça, a questão do coeficiente básico de aproveitamento causou uma “inundação” de notícias no primeiro semestre de 2002, onde a palavra “guerra” (mais uma vez, a “guerra urbana”...) teria aparecido várias vezes nesses noticiários.<sup>430</sup> A acusação geral era de que a Prefeitura havia criado esse mecanismo geral de contrapartidas sobre o coeficiente básico de modo a tão-somente aumentar a sua arrecadação.<sup>431</sup> Ao que parece, seria renovada toda a querela do início dos anos 1980 sobre o instituto jurídico do solo criado (de que seria meramente mais um instrumento arrecadatário, que feriria o direito à propriedade etc.), com explícitas manifestações de incômodo por parte de uma boa parcela do empresariado da construção civil.

---

<sup>428</sup> MUG, Mauro. Parceria pode levar metrô da Vila Sônia à Luz. **O Estado de São Paulo**, 24 ago. 2001, p. C4.

<sup>429</sup> PITTA, Iuri. Marta recebe projeto sobre Plano Diretor. **O Estado de São Paulo**, 9 out. 2001, p. C1 e PITTA, Iuri. Plano Diretor reduz áreas de zoneamento. **O Estado de São Paulo**, 19 out. 2001, p. C1.

<sup>430</sup> VILLAÇA, Flavio. **As ilusões do Plano Diretor**, 2005, p. 56.

<sup>431</sup> “São Paulo precisa de um novo Plano Diretor. E a prefeitura necessita de recursos. Até aí, tudo bem. O problema surge quando o governo municipal quer urgência na aprovação de um projeto que mistura iniciativas positivas com um apetite arrecadatário. Se aprovado, deverá diminuir os recursos da cidade, paralisar a incorporação imobiliária, afugentar as atividades produtivas e aumentar o desemprego.” SINDUSCON-SP. Apetite arrecadatário. **Folha de São Paulo**, 16 jun. 2002, p. B8. “Faria, de fato, diferença se esse debate [sobre o Plano Diretor] se prolongasse por mais seis meses ou um ano, numa cidade que cresce 10 milhões de metros quadrados de construção por ano, e vem fazendo isso sem esse plano há tanto tempo? Certamente, nenhuma. Mas faria enorme diferença para o PT, que só tem quatro anos à frente do governo, ficar mais um sem arrecadar o que espera arrecadar com o seu golpe do coeficiente de construção. Não é o ordenamento da cidade que preocupa a Prefeitura. É o caixa.” POR que tanta pressa? **O Estado de São Paulo**, 4 jul. 2002, p. A3.

O ponto alto da polêmica teria sido, em um domingo de junho de 2002, a publicação de quatro páginas inteiras nos dois maiores jornais do Estado de São Paulo, de um manifesto intitulado “Quem perde com o novo Plano Diretor de São Paulo?”, onde uma autodenominada “Frente pela Cidadania”<sup>432</sup> peremptoriamente apontava que o Plano Diretor Estratégico rebaixaria “os coeficientes de aproveitamento de toda a cidade, para em seguida vender este potencial construtivo e arrecadar mais”. Em seguida, asseverava que “os setores da Construção Civil empregam mais de 640 mil trabalhadores em São Paulo”, e que parte deles perderia seus trabalhos, além de estampar que tal medida encareceria o preço dos imóveis, e que “o sonho da casa própria vai ficar mais longe para milhares de paulistanos”. Encerrava afirmando que “a atual proposta gera confusão e insegurança”, pois “os cidadãos terão parte do preço de seus terrenos confiscada, para ser cobrada dos próprios proprietários depois”, e que haveria fuga de investimentos...<sup>433</sup> Ou seja, um cenário apocalíptico montado sobre a figura da outorga onerosa, aquela que estaria a serviço do cumprimento da aludida *função social da propriedade*, ou ainda, como escreveu Nabil Bonduki, “uma nova concepção de planejamento – baseada na participação [...] e no reconhecimento da cidade real -, que é hoje consensual entre os urbanistas”.<sup>434</sup>

Não tardaria para que a Prefeitura respondesse à publicação da “Frente pela Cidadania”, que claramente representava os interesses do mercado imobiliário, com a publicação “Quem ganha com o novo Plano Diretor”, onde afirmava que o Plano havia sido apresentado à Câmara após oito meses de “um amplo debate”, e quem ganharia seria a construção civil, os trabalhadores, os moradores de bairros, os moradores de loteamentos clandestinos, as famílias de classe média, o meio ambiente, os moradores em cortiços, os “empreendedores imobiliários de visão”, os moradores das Z-1 (atuais ZER – *Zonas Estritamente Residenciais*), o trânsito, o Centro, a segurança do cidadão e o futuro do jovem, bem como “toda a cidade”. E, adotando uma posição mais incisiva contra o manifesto de 30 de junho, afirma que só perderia “quem especula, quem não se importa com os congestionamentos, quem acha que bairros sufocados e sem sol são ‘ótimos’, quem não liga

---

<sup>432</sup> Assinado por 30 entidades, sindicatos patronais e associações, o manifesto contava com o apoio de representantes diretos do setor da construção civil (ANAMACO, APEOP-SP, SINDUSCON-SP, SINDIMASP, entre outras), de comercialização de imóveis (SCIESP e SECOVI, entre outras), e de outros campos de atuação (Associação Comercial de São Paulo, Associação Paulista Viva, Instituto de Engenharia e OAB-SP).

<sup>433</sup> QUEM perde com o novo Plano Diretor de São Paulo? **O Estado de São Paulo**, 30 jun. 2002, pp. B7-B10; e **Folha de São Paulo**, 30 jun. 2002, pp. A19-A22.

<sup>434</sup> BONDUKI, Nabil. Um plano para o futuro da metrópole. **O Estado de São Paulo**, 9 jul. 2002, p. A2.

para a perpetuação de favelas e quem, por isso, acha que não há pressa em aprovar o Plano”.<sup>435</sup>

Nessa queda de braço, entretanto, como afirmou Flávio Villaça,

Para derrubar a proposta do coeficiente de aproveitamento igual a 1, a atuação do Secovi foi, como se viu, leonina. Nas negociações a respeito, a Prefeitura chegou a propor um coeficiente de aproveitamento igual a 1,7 mas o Secovi rechaçou a proposta. Finalmente chegaram a um acordo, com o coeficiente igual a 2.<sup>436</sup>

Este acontecimento em torno da discussão e aprovação do coeficiente básico de aproveitamento só vem a se somar às nossas suspeitas a respeito da colonização do político pelo econômico, onde o pesado braço do SECOVI impôs, de maneira a burlar todo o “processo participativo popular” interposto às intenções do Poder Executivo Municipal.<sup>437</sup> É que todas as boas intenções parecem se subjugar, no final das contas, a uma lógica de reprodução das relações de produção: a economia e o Estado, sendo o segundo o suporte necessário à realização e reprodução ampliada do primeiro.

Em 2003, antes mesmo do início da construção da Linha 4-Amarela, uma preocupação aparece novamente estampada em um canal da grande mídia impressa. Noticiou-se que certos moradores do Morumbi, Butantã e Vila Sônia não desejariam que seus bairros se transformassem em “fim de linha do metrô”, sob o argumento de que o desembarque obrigatório nesse “fim de linha” provocaria “grande desordem urbana em ruas como a Jorge João Saad” e que “o aumento do trânsito, do comércio e da ocupação ilegal de imóveis” seria “fator determinante da degradação de bairros predominantemente residenciais”. Deste modo, considerando os anseios dos moradores desses bairros, recomendava-se que o “fim de linha” se localizasse no município de Taboão da Serra, já que “grande parte dos 940 mil passageiros diários previstos para a Linha 4” teriam como origem

---

<sup>435</sup> QUEM ganha com o novo Plano Diretor de São Paulo. **Folha de São Paulo**, 2 jul. 2002, p. C5.

<sup>436</sup> VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**, 2005, p. 57.

<sup>437</sup> “O que se pretende destacar neste Capítulo é a desigualdade de poder e a falta de democracia da dita ‘Participação Popular’ e a diferença entre as participações dos diferentes setores da sociedade. Essa desigualdade não se manifesta apenas no abismo que separa os poderes econômico e político desses setores. O movimento dos Sem Teto teria, por exemplo, as mesmas condições de definir o que é ‘problema’ e as mesmas condições de acesso à imprensa escrita, que tiveram as entidades que pagaram aquelas quatro páginas? Manifesta-se também nos métodos de sua participação, nos canais de divulgação aos quais têm acesso e nas suas possibilidades de pautarem os problemas levados a debate. A escolha dos problemas, por seu lado, é de vital importância, já que é ela que define quem participa e quem não participa dos debates. Quem pressiona dentro e quem pressiona fora deles. Finalmente é de se notar que a matéria de 4 páginas inteiras parece mostrar que ‘O Trabalhador’ e as ‘Famílias’ não têm condições de defender seus interesses e precisam da Frente para a Cidadania para fazê-lo. A Frente pretende assim aparecer como uma espécie de ‘anjo da guarda’ da maioria.” **As ilusões do Plano Diretor**, 2005, p. 62.



e destino aquele município.<sup>438</sup> Ressalte-se que essa mesma preocupação, quanto à “desordem urbana” e o “caos” gerado pelas novas estações de metrô seriam razão daquela articulação do Estado em 2005, quando da retirada da Estação Três Poderes do projeto da Linha 4-Amarela. E a “solução” conferida pelo Estado, desta vez pelo Executivo Municipal, fora a concepção do próprio projeto da OUCVS, com vistas a “ordenar o caos” e “qualificar a região”, atraindo novos investimentos imobiliários (a causa de tudo, como demonstramos) e capitalizando benefícios para toda a população... Esse discurso ainda vai longe.

Em 24 de maio do mesmo é publicado, no Diário Oficial do Município, um Edital de Contratação de serviços para elaboração de *Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística* (PRIOU) para três operações urbanas indicadas no Plano Diretor aprovado oito meses antes. Além da *Operação Urbana Vila Leopoldina* e *Carandiru-Vila Maria*, contratava-se justamente uma empresa para elaborar o projeto básico da *Operação Urbana Vila Sônia*.<sup>439</sup> Três dias depois, publica-se o Extrato de Edital de Tomada de Preços, onde os envelopes contendo as propostas deveriam ser entregues até o dia 04/07/2003.<sup>440</sup> Em 25/07/2003, publica-se convocação para que os licitantes participem de sessão da Comissão Permanente de Licitações da SEMPLA, que seria realizada em 30/07/2003, onde seria divulgada a pontuação das propostas técnicas atribuídas às empresas e consórcios participantes e, caso possível, a abertura dos envelopes contendo as propostas de serviço.<sup>441</sup> Em 31/07/2003, publica-se a Ata da Reunião ocorrida no dia anterior, onde ocorrera a abertura dos envelopes e divulgara-se a pontuação atribuída a cada proposta de cada empresa ou consórcio; nesta reunião, informa-se que os dois primeiros colocados foram: *OPUS Oficina de Projetos Urbanos Consultores Associados S/C Ltda* e *CNEC Engenharia S/A*, seguindo a lista com os demais. Informa-se, ainda, que três empresas/consórcios foram desclassificadas, por não terem recebido pontuação mínima exigida no Edital de Licitação (80 pontos) e que havia o

---

<sup>438</sup> O MORUMBI no fim da linha. **O Estado de São Paulo**, 22 maio 2003, p. A3.

<sup>439</sup> Edital referente à Operação Urbana Vila Sônia nº **2003-0.072.836-7**. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 24 maio 2003, p. 31.

<sup>440</sup> Extrato de Edital de Tomada de Preços nº 04/03/SEMPA. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 27 maio 2003, p. 16, republicado na edição de 28 maio 2003, p. 47.

<sup>441</sup> Comunicado da Comissão Permanente de Licitações (CPL)/SEMPA. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 25 jul. 2003, p. 45.

prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, sendo franqueada vista dos autos do processo aos postulantes.<sup>442</sup>

No dia 8 de agosto, informa-se que o *Consórcio Opera-Ação*, terceiro colocado na pontuação divulgada em 31 de julho, havia interposto recurso contra a referida classificação,<sup>443</sup> conferindo cinco dias úteis para os demais postulantes interporem impugnação ao recurso, se assim desejassem, conforme legislação federal.<sup>444</sup> Em 26 de agosto, publica-se o indeferimento da SEMPLA ao recurso do consórcio, consonante à manifestação de Comissão Especial constituída na própria Secretaria.<sup>445</sup> Em 25 de setembro, a CPL convoca nova reunião com os licitantes, para o dia 29,<sup>446</sup> onde se teria discutido e ratificado, com a presença dos licitantes, a decisão da SEMPLA quanto ao resultado final das pontuações no tocante aos preços oferecidos; considerou-se a inexecutabilidade do preço ofertado pelo Consórcio OperaAção e se confirmou, após análise e divulgação da média ponderada final, o primeiro lugar para a *CNEC Engenharia S/A*.<sup>447</sup> Em 9 de outubro, publica-se homologação do processo licitatório, adjudicando seu objeto à empresa classificada em primeiro lugar na tomada de preços, a CNEC Engenharia, por R\$ 128.124,00.<sup>448</sup> Em 22 de outubro é publicado Extrato de Contrato firmado entre a SEMPLA (nº 11/2003/SEMP) e a *CNEC Engenharia S/A*, com nota de empenho no valor referido dias antes, além de estabelecer o prazo para entrega do produto em 90 dias corridos.<sup>449</sup>

Em 5 de fevereiro de 2004, informa-se que, devido à modificação do perímetro da OUCVS no projeto do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã, com o acréscimo de 97 hectares ao perímetro definido no Plano Diretor Estratégico, a SEMPLA publica autorização para aditamento do Contrato firmado com a CNEC Engenharia,

---

<sup>442</sup> Ata da 9ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação da SEMPLA, 30 de julho de 2003. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 31 jul. 2003, p. 77. Ressalte-se que, na mesma data, fora publicada ata referente à tomada de preços do projeto básico da *Operação Urbana Carandiru-Vila Maria*, onde os dois primeiros colocados foram: Hector Vigliecca e Associados S/C Ltda e CNEC Engenharia S/A, as duas empresas que, ao final de tudo, elaboraram efetivamente o PRIOU da OUCVS.

<sup>443</sup> Comunicado da CPL/SEMP. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 8 ago. 2003, p. 55.

<sup>444</sup> O Comunicado se refere à Lei Federal nº 8.666, de 21 jun. 1993 (Licitações e Contratos para a Administração Pública), citando expressamente o art. 109 (Capítulo V, Dos Recursos Administrativos), § 3º: "Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

<sup>445</sup> SEMPLA. Despachos do Gabinete. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 26 ago. 2003, p. 18.

<sup>446</sup> Comunicado da CPL/SEMP. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 25 set. 2003, p. 59.

<sup>447</sup> Ata da 16ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação da SEMPLA, 29 de setembro de 2003. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 30 set. 2003, p. 79.

<sup>448</sup> SEMPLA. Despachos do Gabinete. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 9 out. 2003, p. 22.

<sup>449</sup> SEMPLA. Extrato de Contrato. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 22 out. 2003, p. 18.

acrescendo R\$ 29.837,84 ao valor original compactuado.<sup>450</sup> O extrato do Termo de Aditamento nº 02/04/SEMPA é publicado no final do mesmo mês.<sup>451</sup> Em janeiro de 2006, já na gestão José Serra,<sup>452</sup> o processo referente à elaboração da PRIOU é finalmente arquivado.<sup>453</sup>

Iniciamos o ano de 2005 com dois artigos advindos novamente dos dois maiores jornais de São Paulo, para ilustrar o quanto um terreno se preparava para justificar e ilustrar o avanço dos trabalhos com vistas à aprovação da OUCVS, e o quanto essa “grande mídia” parecia *antecipar*, de modo ímpar, as iniciativas do Poder Executivo Municipal naquele período.<sup>454</sup> A “Folha de São Paulo” noticiava o “desbravamento” do “eixo leste-oeste da cidade” pela “classe média”, elencando as regiões de Morumbi/Vila Andrade e do Tatuapé (Zona Leste de São Paulo) como “os grandes alvos dos incorporadores”, líderes do ranking de lançamentos imobiliários residenciais em 2004, a despeito da emigração de moradores desses distritos, justificado no artigo pela “verticalização de alto padrão”. Logo em seguida, as regiões de operações urbanas eram apresentadas como áreas de “investimentos da prefeitura para melhorias de infraestrutura”, sugerindo o Butantã (especialmente a região do Jardim Bonfiglioli), “o entorno da [Avenida] Escola Politécnica e o Parque dos Príncipes” pelas “facilidades” presentes e futuras de locomoção, devido ao Rodoanel Oeste e a Linha 4 do Metrô.<sup>455</sup>

Paralelamente, editorial do jornal “O Estado de São Paulo” afirmava que, em função da “rígida contenção de gastos”, devido às “dívidas herdadas” da gestão anterior, a Prefeitura de São Paulo *não teria outra alternativa* senão o recurso às operações urbanas, conforme determinado desde 2002, para realizar “projetos de ordenamento, revitalização ou reurbanização de áreas da cidade onde há ainda potencial de crescimento”. Destaca a Operação Urbana Água Espreiada, aprovada e em funcionamento havia três anos (Lei

---

<sup>450</sup> SEMPLA. Despachos do Gabinete. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 5 fev. 2004, p. 19.

<sup>451</sup> SEMPLA. Extrato de Termo de Aditamento. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 26 fev. 2004, p. 15. De modo semelhante, a mesma página contém extratos de Termos de Aditamento de Contrato, para incremento de área de estudo nos perímetros da *Operação Urbana Carandiru-Vila Maria*, também a cargo da CNEC Engenharia.

<sup>452</sup> **José Serra**, Prefeito do Município de São Paulo entre 01/01/2005 e 31/03/2006 e Governador do Estado de São Paulo entre 01/01/2007 e 02/04/2010.

<sup>453</sup> SEMPLA. Despachos do Gabinete. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 4 jan. 2006, p. 19. Igualmente, determinou-se arquivamento dos processos referentes à *Operação Urbana Vila Leopoldina* e *Carandiru-Vila Maria*.

<sup>454</sup> A propósito, como veremos adiante nesta Tese, a referida “grande mídia” exerceria primorosamente esse papel de “antecipador” das intenções do Executivo Municipal e sua sintonia com os setores ligados ao mercado imobiliário durante os oito anos seguintes a 2005, período em que encerro a análise das movimentações, tanto pelo poder público quanto pelo poder econômico e pela sociedade civil, em torno da OUCVS.

<sup>455</sup> VALENTE, Edson. Classe média desbrava o eixo leste-oeste da cidade. **Folha de São Paulo**, 23 jan. 2005, p. 4.

Municipal nº 13.260, de 28/12/2001) e a Operação Urbana Vila Sônia, ambas apontadas como aquelas que “despertam maior interesse do setor privado” e que “reúnem condições de assegurar melhorias para a cidade”. A OUCVS, pela primeira vez apontada como abrangendo “633 hectares” (perímetro ampliado em relação a apenas seis meses antes!), é justificada pelo fato da região ter se transformado “em uma extensão do nobre bairro de Alto de Pinheiros”, e que “o trânsito da região do Butantã-Vila Sônia [...] será o setor mais beneficiado com a operação urbana prevista para a região”, anunciando, em seguida, o projeto do túnel-avenida e a construção do Terminal Rodoviário de Vila Sônia.<sup>456</sup>

Recordando: o perímetro aprovado na Lei Municipal nº 13.885, de 25/08/2004, aquela dos Planos Regionais Estratégicos, já continha o *primeiro* acréscimo em relação ao perímetro do PDE 2002. No entanto, além dessa elencada pelo “antecipador” jornal, outra menção encontrada referente ao perímetro atual, sobre o qual se baseou o Projeto de Minuta de Lei de 2006 e, conseqüentemente, o EIA-RIMA da OUCVS, ocorre num texto publicado em maio de 2005, no portal eletrônico Vitruvius, no periódico intitulado *Arquitextos*. Este texto faz parte de uma série de oito artigos, intitulada “*Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projeto*”, publicados entre abril e novembro daquele ano. O primeiro artigo da série enuncia:

Os textos que seguem, prenunciados e articulados por essa introdução, pretendem dar uma idéia geral das indagações, hipóteses, limites e proposições suscitadas pelo trabalho no campo das operações urbanas, realizado no período 2001/2004, dentro do Departamento de Projetos Urbanos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo. Seguindo uma certa ordem (cronológica e temática), e sempre desde o ponto de vista do urbanismo, esse conjunto de artigos vai do processo de reavaliação crítica das operações urbanas então vigentes na cidade (aqui focado no exemplo Faria Lima) até as proposições para a formulação de novas operações previstas no Plano Diretor Estratégico de 2002. Este itinerário inclui o esforço de construção de linhas analítico-propositivas, na tentativa de explicitar e sistematizar conceitos e instrumentos técnicos que nutriram e balizaram teórica e operativamente o trabalho.<sup>457</sup>

---

<sup>456</sup> OPERAÇÕES urbanas. **O Estado de São Paulo**, 27 jan. 2005, p. A3.

<sup>457</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 1 – Introdução, abril de 2005.

Definindo a linha de ação adotada e estudada no interior da própria SEMPLA, o autor questiona a *precedência e sucessão* no campo da operação urbana como instrumento urbanístico. Ou seja, o que viria antes: o investimento privado, por meio das contrapartidas exigidas ou a execução das transformações urbanísticas que seriam atraentes aos investimentos do setor privado, por meio das obras e demais transformações no tecido urbano? Ao que parece, trata-se de um questionamento operado por profissionais que estão diretamente a serviço do Estado, na execução e exercício de suas carreiras no campo de sua ação cotidiana: são *profissionais*. Continuemos.

O texto aborda ainda as reflexões advindas da experiência da Prefeitura de São Paulo nos então quatorze anos de execução de operações urbanas em seu território, que teriam levado o autor a enumerar tais resultados a partir dessas reflexões: a fuga da “armadilha arrecadatória”, ou seja, de uma intitulada “lógica tributarista e/ou especulativa que muitas vezes acabam se sobrepondo às decisões e interesses públicos”; a garantia da “recuperação e distribuição da mais-valia gerada pelo próprio investimento público”, o que regularia as “distorções de valorização geradas por esses mesmos investimentos” (o solo criado, mais uma vez); e, finalmente, a promoção de “formas de ocupação mais intensa, qualificada e inclusiva do espaço urbano articuladas a medidas que racionalizem e democratizem a utilização das redes de infraestrutura e equipamentos sociais”.<sup>458</sup> Mais uma vez, o reforço aos elementos basilares da ótica formal do instrumento “operação urbana”: solo criado, apropriação da mais-valia urbana e equidade social. E como isso se materializou nas legislações urbanas paulistanas de 2002 e 2004?

Naquele momento, Sales aponta a definição de quatro novas áreas<sup>459</sup> como “objeto de estudos e proposição”, onde tal definição suscitaria “uma linha de indagações e hipóteses de atuação que põem sob outra perspectiva [...] o processo de formulação desse instrumento de política pública e desenvolvimento urbano”, de um modo “diverso, senão divergente, da até então dominante”.<sup>460</sup> Assim, novamente o discurso do autor (representando, de certo

---

<sup>458</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 1 – Introdução, abril de 2005.

<sup>459</sup> A saber: Butantã-Vila Sônia, Vila Maria-Campo de Marte, Vila Leopoldina-Jaguareé e Diagonal Sul (esta última incorporando áreas adjacentes à Linha 10-Turquesa, Brás-Rio Grande da Serra, no trecho do município de São Paulo). Ressalte-se que as demais Operações Urbanas previstas no PDE 2002 e PRE 2004 (Santo Amaro, Diagonal Norte, Celso Garcia, Tiquatira e Rio Verde-Jacu) são indicadas como pertencentes a outros órgãos municipais, como a extinta EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) e o Gabinete da então Prefeita, Marta Suplicy, e não constam na referida série de artigos. Cf. Nota 6, in SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 1 – Introdução, abril de 2005.

<sup>460</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 1 – Introdução, abril de 2005.

modo, o discurso oficial do Executivo Municipal) sustenta que *essas novas operações urbanas não seriam iguais às precedentes, já que elas incorporam elementos advindos da crítica às outras operações urbanas e qualificariam este instrumento para além do mero instituto da especulação imobiliária e segregação urbana, invertendo seus efeitos perversos, configurando-se numa verdadeira política de desenvolvimento urbano*. Prossigamos.

Elencando as condições e escolhas dessas novas quatro áreas, o autor afirma que as razões e objetivos se remeteriam a processos de mudança que afetariam “extensas partes da metrópole”, condicionados às “tendências que se verificam na constituição de sua base produtivo-econômica” e que teriam exigido, portanto, “avançar [...] estratégias de atualização, qualificação e integração da base territorial, técnica e social da cidade de São Paulo”. Em que consistiria essa “atualização, qualificação e integração”? Tal seria conferido pela “promoção, valorização e democratização do capital fixo social e, logo, a coerente construção e articulação dos sistemas gerais e territorialidades diversas que constituem o espaço urbano: habitação, mobilidade, produção, centralidade e ‘verde’”. Assim, estaria posta a imperiosa necessidade de “submeter a série privada dos interesses mercadológicos (ou corporativos) à série pública de objetivos físico-territoriais, sócio-ambientais e econômicos de maior abrangência e alcance transformador e distributivo”. Resumindo, o movimento inerente ao mercado imobiliário deveria estar submetido à “série pública”, ou seja, ao interesse público, conforme prescrito no PDE e no PRE, consonante ao Estatuto da Cidade.

Finalmente, os *procedimentos analíticos e propositivos*, o grande filão da ação estatista neste momento. Indica-se a elaboração, para cada uma das quatro novas operações urbanas, de um *Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística (PRIOU)*, justamente o objeto de contrato das licitações indicadas páginas atrás, entre 2003 e 2004. Afinal, PRIOU, de que se trata? Segundo o autor, seria onde:

- i) Discrimina-se o perímetro de atuação de determinada operação, bem como os diversos setores que ele inclui.
- ii) Identificam-se e caracterizam-se os problemas urbanos e os objetivos a serem alcançados.
- iii) Definem-se as diretrizes de intervenção pública.
- iv) Estima-se o potencial de construção adicional a ser alienado, distribuindo-o por setor e por uso.
- v) Determinam-se os parâmetros urbanísticos e financeiros para sua realização.

- vi) Estabelecendo um programa de prioridades que correlaciona e encadeia investimento público e empreendimento privado.<sup>461</sup>

Seria um pré-plano, um “planejamento antecipador do projeto urbano”, dizendo respeito à capacidade de “pré-figurar e experimentar [...] hipóteses e alternativas de estruturação e configuração urbanas”, de modo a propor e avaliar formas e relações de “compatibilidade e incompatibilidade, de proximidade e distância, de inclusão e exclusão, de agregação e conexão, de conjunção e disjunção dos materiais, sistemas, sujeitos e atividades”, e assim prever e regular “a geração e distribuição dos valores posicionais e da mais valia urbana, quando não, por vias de cooperação ou associação, constituir matéria e fator de indução da atuação privada”. Tratar-se-ia, assim, de uma régua ou de um cálculo mais preciso das virtualidades de cada uma das operações urbanas, no interior da concertação alavancada e operada pelo Poder Público. Uma sofisticação da política, um “a mais” no processo de planejamento, uma crítica constante ao papel do Poder Público neste sentido. Essa seria uma das grandes diferenças entre as quatro novas operações urbanas e as precedentes, inclusive pela novidade das legislações de base, embasando desde o início a concepção inicial dessas operações, inclusive a OUCVS. *Esse era parte do discurso apresentado pelo Estado*. Ao final, o próprio autor adverte, a propósito da série de publicações que se iniciava a partir daquele texto:

Portanto, mas não só por isto, e mesmo que o ponto de partida já vá relativamente distante, os artigos seriados [...] estão longe de constituir um ponto de chegada. Antes, compõem uma espécie de relato intermediário, de mapa provisório, fragmentário e parcial, de experiências em curso, que tenta apontar alguns problemas da atuação urbanística na cidade contemporânea brasileira, sugerindo linhas (ou hipóteses) de desdobramento, prolongamento e, quem sabe, renovação dessa atuação.<sup>462</sup>

Seguindo uma hipótese apontada nesta Tese, segundo a qual haveria um *desnível* entre o tempo da economia política e os termos da política no campo social, é realmente notável que o autor daquele texto, diretamente vinculado ao Estado, vinculado funcionalmente a um departamento técnico-administrativo, reconheça a necessidade de se colocar o *caminho* da reflexão e o *processo* do conhecimento, o ponto *intermediário* em que se

---

<sup>461</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 1 – Introdução, abril de 2005.

<sup>462</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 1 – Introdução, abril de 2005.

declarava encontrar a equipe técnica naquele momento quanto à elaboração do plano urbanístico das operações urbanas em questão. Vejamos como se deu essa crítica, no segundo texto da série.

Mais uma vez, a inevitável menção à Operação Urbana Faria Lima, objeto da CPI indicada páginas atrás. O mesmo autor indica a reavaliação da OUFL feita entre os meses de maio e setembro de 2001, a partir de convocação do Executivo Municipal de um “grupo de trabalho”, composto por representantes de várias secretarias e autarquias municipais, mais o *Tribunal de Contas do Município* (TCM) e o *Movimento Defenda São Paulo*. O relatório final, redigido pelo próprio autor, fora apresentado e debatido no âmbito do antigo CNLU, em setembro do mesmo ano. Assim, o artigo do periódico virtual seria um resumo e sistematização dos “dados e conclusões obtidas pelo esforço de reavaliação crítica da OUFL”. Continuando, o autor reconhece e questiona o mérito do suposto “êxito” da referida operação urbana, quando o limita ao “ponto de vista imobiliário-financeiro” e propõe, logo em seguida, uma revisão e aprimoramento dos “critérios e procedimentos de análise e aprovação dos projetos”, com especial atenção a “determinadas ‘regras’ de compatibilidade próprias à estrutura e à dinâmica urbanas, (no sentido de conter ou diminuir os efeitos e novas demandas da transformação)”.<sup>463</sup>

Recordando a justificativa técnica original para a OUFL, por intermédio de seus objetivos e diretrizes (prolongamento da Avenida Faria Lima, adensamento e ocupação do solo como forma de otimizar a utilização da nova capacidade infraestrutural e venda de potencial construtivo adicional), o autor lista o “quadro problemático” dessa intervenção, entre 1995 e 2001, a saber: *inexistência de projetos urbanos articulados, tratamento homogêneo de partes urbanas nitidamente desiguais, análise “caso-a-caso”, inexistência de diretrizes urbanísticas e de normas de avaliação pré-fixadas, fixação arbitrária e superestimada do estoque de potencial de construção adicional, inexistência de mecanismos de controle da sobrevalorização do preço da terra, concentração espacial e especialização funcional, renovação urbana reduzida à conformação de paisagem de “edifícios-torre” e, finalmente, perdas de escala quanto às volumetrias e áreas construídas excessivamente em relação ao tecido preexistente.*<sup>464</sup>

---

<sup>463</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 2 – Operação Urbana Faria Lima, abril de 2005.

<sup>464</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 2 – Operação Urbana Faria Lima, abril de 2005.



Diante deste “quadro problemático”, logo vem a exposição de uma “contradição geral”: o esvaziamento populacional do perímetro da OUFL, decorrente do “processo de mudança de uso e ocupação do solo”, teria sido acompanhado por uma “sobrecarga sobre o sistema viário e a circulação, a despeito do aumento da superfície destinada ao tráfego”. E um “paradoxo” apontado seria “a correlação entre a uniformização da forma urbana, [...] a crescente cacofonia da paisagem e a perda do sentido (e qualidade) do espaço público”. Daí, a listagem de outros “problemas” decorrentes: “a persistência e fortalecimento de um modelo de desenvolvimento urbano que [...] concentra e limita as oportunidades a pontos restritos do território”, além de drenar os recursos disponíveis “em favor de seletos e exclusivos beneficiários” e dificultar “alternativas urbanísticas”, por não deixar margens “para a diversidade da forma urbana ou sequer [atender às] pendências vinculadas à própria operação, como por exemplo, as provocadas pelo aumento das novas densidades construídas”. E, para selar a argumentação do “quadro problemático”, a constatação de uma “redução do interesse da iniciativa privada nesta Operação”. Seria, ao final, uma “conta de soma zero (quando não *negativa*)”.<sup>465</sup>

Diante da exposição do “quadro problemático”, são prontamente apresentadas as “diretrizes de desenvolvimento da Operação Urbana”, como “propostas”: melhoramentos viários (pela interligação das avenidas Hélio Pelegrino e Luiz Carlos Berrini), a reconversão urbana do Largo da Batata (de modo a prever e articular as novas condições infraestruturais, estando aberta “à multiplicidade e imprevisibilidade dos usos”, reafirmando “sua condição de espaço de referência metropolitana”) e revisão normativa da OUFL, de modo a considerar, em novos moldes, a capacidade de suporte (tetos máximos de potencial adicional edificável a cada setor), a compatibilidade de tipologias e usos (pela subdivisão da “Área Indiretamente Beneficiada” em setores) e a contrapartida financeira (definição de “novos critérios para o cálculo do valor, diferenciado por setor, de contrapartida à exceção, de modo a promover [...] a redistribuição equilibrada dos novos empreendimentos”, perseguindo o objetivo de estimular a “fixação da população residente – de diversos estratos de renda”). Assim se encerra a “avaliação crítica” à Operação Urbana Faria Lima, ainda completando que, a despeito das sugestões indicadas no relatório de reavaliação de 2001 (setorização, compartimentação do estoque disponível e diferenciação do valor de contrapartida por setor e uso – habitacional e não-habitacional) terem sido incorporadas à

---

<sup>465</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 2 – Operação Urbana Faria Lima, abril de 2005.

Lei Municipal nº 13.769, de 26/01/2004 e nº 13.871, de 08/07/2004, os parâmetros sugeridos pareceriam “antes atender a supostas expectativas do mercado que propriamente aos critérios e objetivos urbanísticos que o fundamentaram”. Em tom amargo, o autor constata que “o esforço de reavaliação crítica da Operação Urbana Faria Lima teve pouco resultado prático na correção dos seus rumos e distorções”, mas que poderia sugerir “linhas por onde foi possível seguir e traçar um mapa de alternativas conceituais e operativas na formulação das novas operações urbanas”, e que os textos seguintes conformariam material para avaliação desta afirmação.<sup>466</sup>

Assim como é notável, no teor dos textos apresentados, a preocupação com a crítica e a reflexão, além de uma expressa humildade teórica quanto à análise do instrumento “operação urbana”, é interessante ver o quanto se insiste nesse instrumento, o quanto se acredita na viabilidade e na “positividade” dessa forma de concertação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Deste modo, a despeito das experiências paulistanas anteriores de operações urbanas apresentarem rotundos “quadros problemáticos”, tanto pelo pouco interesse demonstrado pelo “mercado” na Operação Urbana Anhangabaú, por exemplo, quanto pelo eminente sucesso imobiliário-financeiro e fracasso urbanístico (na falta de um termo melhor) de outras, como o caso da OUFL, conforme apresentado, insiste-se peremptoriamente na legitimação dessa política. Parece que é a partir dessa *insistência institucional* em “restituir a mais-valia urbana” que a ação estatista assenta seus pressupostos, no tocante à composição dos planos urbanísticos básicos das quatro novas operações urbanas indicadas por Pedro Sales nesses artigos.

O terceiro texto da série começa apresentando duas hipóteses, que remeteriam à Seção VII do PDE 2002, que trata especificamente das Operações Urbanas Consorciadas (arts. 225 a 234), a saber:

*Hipótese 1:* a decisão de ampliar e generalizar a aplicação de tal instrumento, já vigente na cidade em quatro perímetros, busca responder ao processo de re-orientação da dinâmica e desenvolvimento urbano municipal que se verifica seja como tendência em vias de consolidação – afeita à base produtiva da economia –, seja como opção e estratégia administrativa em ato de reconstrução – referida principalmente ao campo das políticas públicas.

*Hipótese 2:* no nível operativo, tal decisão parece apostar na atuação

---

<sup>466</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo:** crítica, plano e projetos. Parte 2 – Operação Urbana Faria Lima, abril de 2005.

urbanística, supondo avanço e precisão de suas razões, natureza e objetivos: assim, como elemento intrínseco, vertebrador, do instrumento operação urbana, tal atuação representaria resposta necessária – embora não suficiente – à tendência de mudanças econômicas e à correlata (senão indispensável) estratégia de atualização e qualificação, integração e democratização da base territorial e social da cidade contemporânea.<sup>467</sup>

Seguindo o raciocínio implicado a essas hipóteses, o autor afirma que uma perspectiva mais ampla a propósito da “abrangência territorial de cada operação” e da “natureza dos problemas a serem enfrentados”, que seriam “infraestrutura, meio-ambiente, transporte e habitação de interesse social”, buscou-se associar “mecanismos de promoção de uma ocupação mais intensa e inclusiva do solo urbano a medidas que racionalizem a utilização das redes de infra-estrutura, instaladas ou previstas.” E fora essa associação (leia-se bem: *ocupação mais intensa e racionalização das redes de infraestrutura*) que teria dado “uma primeira medida dos critérios de seleção e delimitação das novas áreas de operação urbana”, bem como ajudado a ressaltar os “problemas e possibilidades implícitas de cada área, a estabelecer uma certa hierarquia e um primeiro programa de atuação”. Nessa hierarquia de prioridades do Poder Executivo Municipal, após a instituição da *Operação Urbana Rio Verde-Jacu* (Lei Municipal nº 13.872, de 12/07/2004), os esforços teriam se direcionado na formulação das quatro referidas operações urbanas, “todas elas – cada um a seu modo -, buscando responder ao processo de mudanças por que passam essas extensas e importantes partes da cidade”.<sup>468</sup>

Retomando, mais uma vez, o debate sobre a precedência entre as chamadas duas séries (interesse privado/objetivos públicos), o autor coloca que a tarefa pública seria justamente a de “elaborar e formular diretrizes urbanísticas, coordenar e/ou realizar estudos e projetos urbanos, definindo prioridades e fases de implantação e promover sua divulgação e debate público”, tarefas impostas à fase de formulação de uma operação. Ainda, o debate de prefiguração e antecipação do projeto (materializado na execução do PRIOU) seria reposto no sentido não “da sua defesa tecnocrática, pois sem capacidade de ser socialmente mediado e sustentado não passa de desenho”, e sim no sentido de que a constituição da “hipótese a ser corroborada ou falseada na relação com os diversos grupos de interesse é onde reside a

---

<sup>467</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 3 – Plano-Referência e proposições, maio de 2005.

<sup>468</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 3 – Plano-Referência e proposições, maio de 2005.

conveniência e atualidade do projeto urbano”. Assim, estaria reforçado o caráter o plano básico: fomentar o debate público e subsidiar a ação efetiva no campo da concertação entre o interesse privado e os objetivos públicos (aqueles mediados pelo Estado), criando um ambiente propício à atração dos investidores privados e a aplicação das contrapartidas em benefícios públicos. Adiante na linguagem estatista.

Quanto ao PRIOU, seu objetivo seria “subsidiar a redação de lei específica para cada uma das operações”, além de “fazer parte do próprio texto legal, constituir termo que possa antecipar, balizar ou controlar as futuras ações dos agentes públicos e privados no âmbito espacial e legal de atuação de cada operação”. Ou ainda, seu objetivo seria também “*prever e prefigurar a constituição e articulação do espaço público e privado, construído ou não, interno ou externo, em termos de estrutura, forma e paisagem urbana*” (grifos do autor), de modo a “constituir subsídio que informe previsões quanto à geração e regulação da mais valia-urbana, antecipando formas de sua produção e apropriação”. Um cálculo que comportaria inúmeras variáveis no escopo urbanístico, uma técnica alinhavada à mensuração da política do espaço. E o que deve contemplar o PRIOU? A caracterização prévia do território de atuação, desdobrando-se em *sistemas gerais* (solo público: infraestrutura básica, saneamento e abastecimento, sistema viário, meio ambiente e paisagismo) e *sistemas edificados* (solo privado: constituição física, funcional e socioeconômica da área e sua articulação com os sistemas gerais); desenvolvimento e estudo de viabilidade das diretrizes de intervenção; estudo do potencial de nova construção e, finalmente, o plano geral de implantação.<sup>469</sup>

Percebe-se que o raciocínio desenvolvido nos textos anteriores conduz, de forma basilar, à constituição do quarto texto da série, que aborda especificamente a OUCVS, denominada então *Operação Urbana Butantã-Vila Sônia*. Percebe-se que o texto do artigo é semelhante ao texto do Projeto de Minuta de Lei, aquele de janeiro de 2006, listando, portanto, os mesmos argumentos: a implantação da Linha 4-Amarela do Metrô e sua transposição a oeste do Rio Pinheiros, a ligação da Vila Sônia com a Estação da Luz, cruzando a Linha 9-Esmeralda da *Companhia Paulista de Trens Metropolitanos* (CPTM), a Linha 2-Verde e a 3-Vermelha do Metrô e a criação de uma “verdadeira” rede no sistema de transportes sobre trilhos em São Paulo. Além disso, a descontinuidade do traçado viário no Eixo Norte-Sul, a “excessiva sobrecarga” nos eixos radiais (sobretudo nas pontes) e a

---

<sup>469</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 3 – Plano-Referência e proposições, maio de 2005.

polarização exógena (além-rio, em Pinheiros).<sup>470</sup> São razões suficientemente apontadas, neste texto, essas que aparecem no início desse quarto artigo.

O refinamento das características locais reconhece alguns elementos notáveis, como “processos especulativos, autônomos e desconexos de crescimento urbano promovido pelas novas linhas de ônibus e efetuado pelos novos loteamentos”, o que precipitaria uma “dificuldade de articulação e integração urbana, descontinuidade, segmentação e compartimentação do tecido; existência de vazios intermediários”. Outra característica atribuída à área seria a “justaposição e contraste entre escalas e padrões da edificação e diversidade de conteúdos sociais e ambientais”, bem como uma “estrutura dominante linear: ausência de pólos e centralidade fraca e difusa, polarização espacio-funcional exterior (Largo da Batata-Pinheiros)”.

Poderíamos destacar duas dessas características, para o tratamento do terreno onde pisamos neste momento: de um lado, desarticulação e desconexão entre os lugares e, de outro, ausência de centralidades ou polos, precipitando a sobrecarga nos sistemas viários radiais, confirmando a característica de “rota de passagem”. E qual seria a solução?

Em primeiro lugar, indica-se o aumento da densidade construtiva e populacional, precipitando maior diversidade social e funcional nos lugares no entorno das estações; produzir conexões entre os lugares desconexos, incluindo escalas mais ampliadas em termos metropolitanos; criação de subcentralidades, ou seja, os polos (verticalizados e adensados) no entorno das estações Butantã (Polo Vital Brasil) e Vila Sônia (Polo Vila Sônia) e, finalmente, “elevar a qualidade ambiental e paisagística da região, criando, recuperando e interligando os sistemas verdes e de fundo de vale”.<sup>471</sup>

Adiante, o texto descreve a elaboração do PRIOU da OUCVS, executada sob o desenho das “diretrizes preliminarmente concebidas e sistematizadas por SEMPLA/Projetos Urbanos e sob sua coordenação”, pela empresa contratada CNEC (a vencedora das licitações, conforme apontamos), em parceria com a Vigliecca Associados. Tal estudo teria sido “revisto, ajustado e consolidado” e contemplaria as “ações de intervenção direta referentes aos sistemas técnicos gerais e orientações de ordenação urbanística interessadas aos sistemas locais edificados”, conforme esquema demonstrado no terceiro artigo da série.

---

<sup>470</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 4 – Operação Urbana Butantã-Vila Sônia, maio de 2005.

<sup>471</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo**: crítica, plano e projetos. Parte 4 – Operação Urbana Butantã-Vila Sônia, maio de 2005.

Quanto ao “solo público”, apontam-se as obras de mobilidade: terminais de ônibus articulados à Estação-Pátio de Metrô Vila Sônia (de modo a desafogar estações mais centrais), implantação de anel viário em torno dessa estação de metrô, interligação da Avenida Jorge João Saad com a Corifeu de Azevedo Marques (o túnel-avenida), melhoria das condições técnicas e ambientais dos corredores (proposta de destamponamento do Córrego Pirajussara, ao longo da Avenida Eliseu de Almeida, criando-se um “bulevar” ajardinado, uma “avenida-jardim”) e implantação de ciclovia ao longo dessa mesma avenida. Ainda no tocante ao chamado “solo público”, o projeto habitacional-social, contemplando programas de reurbanização das ZEIS Jardim Jaqueline e Vale da Esperança (não contempladas no perímetro de 2004, constantes nesse projeto de 2005), a criação e o reforço de centralidades (Polo Vila Sônia e Polo Vital Brasil) e o paisagístico-ambiental, com a recuperação do Parque Raposo Tavares (também incluído após 2004), interligação e recuperação paisagística dos Parques da Previdência e Luís Carlos Prestes e implantação do Parque Linear ao longo do Córrego da Água Podre.

Quanto aos chamados “sistemas locais” ou “solo privado”, previa-se a divisão do (novo) perímetro da OUCVS em seis setores de zoneamento normativo, “estabelecidos segundo padrões de homogeneidade físico-funcional e de acordo com critérios de compatibilidade e capacidade de suporte relativos à estrutura urbana existente e projetada”, a exemplo do argumentado e defendido na “avaliação crítica” da OUFL, a setorização. Contando com o provável interesse do mercado imobiliário em adensar a região, propunha-se, neste domínio, a verticalização linear da área lindeira à Avenida Prof. Francisco Morato, “aproveitando as desapropriações do Metrô”, assim como a “consolidação de uma verticalização já em curso” no entorno do terminal do Metrô e pátio Vila Sônia, o que conectaria, “do ponto de vista do zoneamento”, as vias Francisco Morato, Raposo Tavares e Eliseu de Almeida. Outra aquisição de área ao perímetro da OUCVS, a Área de Intervenção Urbana (AIU-02: Sistema Viário Avenida Corifeu de Azevedo Marques, conforme o PRE 2004) do entorno da confluência entre as avenidas Corifeu e a Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, abrangendo os bairros Vila Gomes, Jardim Bonfiglioli, Vila Indiana, Jardim Rizzo, Jardim Esmeralda e Vila Madeiral, também incluída posteriormente ao PRE 2004, seria destinada ao adensamento de “função residencial”, ressaltando que “30% das áreas construídas, por empreendimentos com mais 1.000m<sup>2</sup> de terreno que utilizem os

mecanismos de operação, deverá ser destinada às modalidades habitacionais sociais ou de mercado popular”.<sup>472</sup>

Após a publicação desses artigos divulgando as novas operações urbanas em projeto (respectivos PRIOU's executados) e explicitando as “razões e objetivos” para essas novas intervenções no espaço urbano paulistano, e a OUCVS já com o perímetro acrescido pela segunda vez em relação ao original de 2002, ainda no final de 2005 é publicado Edital de Abertura de Processo Licitatório, na “modalidade Tomada de Preços”, visando “contratação de serviços técnicos especializados para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia”.<sup>473</sup> Em 23/02/2006, publica-se a designação de quatro servidores municipais “para compor a Comissão Técnica encarregada de auxiliar a Comissão de Licitação no julgamento das propostas técnicas”, cabendo justamente a Pedro Sales, o autor dos artigos, a coordenação dos trabalhos.<sup>474</sup> No dia seguinte, publicando-se o Extrato de Edital de Tomada de Preços, informa-se que “os envelopes da documentação relativa à Habilitação, à Proposta Técnica e à Proposta de Preços” deveriam ser entregues até o dia 06/04/2006, na sede da SEMPLA e que, neste mesmo dia, uma hora após do término do prazo estabelecido, seria dado início à sessão de abertura do certame.<sup>475</sup> Em 07/04/2006 é publicada Ata da Reunião ocorrida no dia anterior, onde consta que, até o horário estabelecido no Edital publicado em fevereiro daquele ano, fora apresentada apenas uma proposta, que seria a da empresa COBRAPE – *Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos*, e que a mesma encontrava-se habilitada no campo da documentação exigida, e que logo após fora aberto o envelope da proposta técnica, que seria encaminhada para análise de comissão auxiliar.<sup>476</sup> Em 10/05/2006, informa-se que, “tendo em vista que a empresa COBRAPE [...] declinou do seu direito de recorrer do resultado do julgamento técnico da licitação referente à Tomada de Preços n° 01/06”, a abertura do envelope contendo a proposta de preços estava marcada

---

<sup>472</sup> SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 4 – Operação Urbana Butantã-Vila Sônia, maio de 2005.

<sup>473</sup> SEMPLA. Despacho do Gabinete. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 8 dez. 2005, p. 23. Edital n° 2005-0.079.985-3.

<sup>474</sup> SEMPLA. Despacho do Gabinete. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 23 fev. 2006, p. 64. Os outros servidores indicados foram: Daniel Montandon, Olga Gross, Rita Ogera e Carlos Kiyomoto.

<sup>475</sup> Extrato de Edital de Tomada de Preços n° 01/06/SEMPLA. SÃO PAULO (Município). **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 24 fev. 2006, p. 67.

<sup>476</sup> Ata da 1ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação da SEMPLA. SÃO PAULO (Município). **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 7 abr. 2006, p. 116.

para 12 de maio.<sup>477</sup> Em 13 de maio é publicada Ata de Reunião da CPL, onde consta que “aberto o envelope e rubricada a proposta de preço no valor global de R\$ 129.851,92 [...] e verificada a sua regularidade formal, a Comissão [CPL] declarou a proposta exequível [...]”; logo depois, considerando a nota final do licitante, declarou a empresa COBRAPE a vencedora do certame.<sup>478</sup> Em 31 de maio, publica-se o Extrato de Contrato entre a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da SEMPLA e a COBRAPE, no mesmo valor indicado, estabelecendo prazo de doze meses.<sup>479</sup> Note-se que em novembro de 2006, registra-se uma solicitação, por parte da COBRAPE, na dilação de prazo de entrega da “Etapa 3 do produto”, “passando de 20 dias para 40 dias”.<sup>480</sup>

Com o “prazo dilatado”, verificamos que há uma versão do referido EIA-RIMA disponível para consulta no meio eletrônico.<sup>481</sup> Salientamos que tal disponibilidade, para a sociedade civil em geral, só ocorrera após muita insistência por parte dos movimentos e entidades sociais do Butantã, durante os anos de 2007 e 2008, conforme será mais detidamente analisado no Capítulo 3. Assim, o texto ao qual nos referiremos a partir deste momento é justamente o que se encontra disponível em rede, e que aparece como o conjunto indicado à avaliação do CADES-SP. Foi justamente neste órgão municipal que, por intermédio do Parecer Técnico nº 24/CADES/2008, datado de 30 de outubro do mesmo ano, se “deliberou pela devolução do material apresentado pelo empreendedor por considerá-lo *insuficiente para uma avaliação de impacto ambiental*”, conforme prescrito, segundo o parecer técnico, “nos termos da Resolução 01/CONAMA/86 e Resolução 237/CONAMA/97”, normatização federal quanto aos “critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental”.<sup>482</sup> Assim, como seria possível um EIA-RIMA contratado por uma empresa especializada para tanto, conforme mostramos páginas atrás,

---

<sup>477</sup> SEMPLA. Despacho do Gabinete. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 10 maio 2006, p. 60.

<sup>478</sup> Ata da 3ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação da SEMPLA. SÃO PAULO (Município). **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 13 maio 2006, p. 132.

<sup>479</sup> SEMPLA. Extrato de Contrato. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 31 maio 2006, p. 107. Contrato nº 04/2006/SEMPPLA.

<sup>480</sup> SEMPLA. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 17 nov. 2006, p. 78 e 18 nov. 2006, p. 103.

<sup>481</sup> *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)* disponível em: <http://solourbano.wordpress.com/2010/04/11/estudo-de-impacto-ambiental-eia-da-operacao-urbana-vila-sonia-2007/>; e *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)* disponível em: <http://solourbano.wordpress.com/2010/04/11/relatorio-de-impacto-ambiental-da-operacao-urbana-vila-sonia/>. Acesso em: 30 jan. 2013.

<sup>482</sup> **Parecer Técnico nº 24/CADES/2008**, referente à análise do EIA/RIMA Operação Urbana Vila Sônia. O parecer se refere à reunião da Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação, com a presença de Conselheiros do CADES, ocorrida em 15 de outubro de 2008. Disponível em: <http://solourbano.wordpress.com/2010/04/12/parecer-cades-indeferindo-o-eia-rima-da-op-urbana-vla-sonia/>. Acesso em: 30 jan. 2013.



poderia ser apresentado ao CADES, um órgão vinculado à Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura em condições tão inadequadas para efetiva análise desse órgão e posterior encaminhamento do Projeto de Lei para a Câmara de Vereadores?

Essa é a mesma pergunta a qual se faziam os movimentos sociais de bairro e, de forma semelhante, o Ministério Público do Estado de São Paulo. Tanto que, em setembro de 2010, avançadas as discussões e as polêmicas a respeito do andamento do projeto da OUCVS, publica-se uma reportagem informando que, para além do túnel-avenida, outro problema para aquele projeto seria justamente o seu EIA-RIMA, que aparecia como objeto de investigação pelo próprio Ministério Público e que, decorridos dois anos da devolução do EIA-RIMA original pelo CADES, um substituto não havia sido reapresentado até aquele momento. Na reportagem, ainda, Lisandro Frigério, da ATOU, afirmava que o novo estudo já estava pronto, incorporando as alterações do túnel-avenida, e que brevemente seria apresentado.<sup>483</sup> Tão “breve” que nova manifestação por parte da SMDU sobre o projeto da OUCVS só seria apresentada à população do Butantã quase um ano depois daquela reportagem de setembro de 2010...

Sobre a versão do EIA-RIMA, que analisaremos a partir daqui, trata-se de *quatro volumes*, numerados de *Relatório 2 a Relatório 4*, todos datados de *7 de fevereiro de 2007*. O *Relatório 2*, intitulado “Desenvolvimento de Impacto Ambiental”, se divide em dois volumes: o volume 1 especifica o “Diagnóstico e Impactos Ambientais”, e o volume 2, os “Documentos Anexos”, onde constam sobretudo relatórios fotográficos, listagens diversas e legislação referentes à região e a política a ser diagnosticada. O *Relatório 3*, intitulado “Medidas Mitigadoras e Plano de Monitoramento”, volume único, intenta demonstrar “as estratégias para minimizar impactos previstos pela análise dos diversos diagnósticos efetuados pela equipe de especialistas da COBRAPE na área de abrangência da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia”.<sup>484</sup> Já o *Relatório 4*, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), se propõe como uma síntese do desenvolvido no EIA, que compõe os relatórios anteriores.

A proposta aqui é aprofundar alguns aspectos já elencados nos textos, reportagens e depoimentos de páginas atrás, utilizando como referência o EIA-RIMA da Operação Urbana, demonstrando exatamente os termos do discurso estatista, no interior de sua

---

<sup>483</sup> RIBEIRO, Bruno. Promotor investiga estudo de impacto. **O Estado de São Paulo**, 10 set. 2010, p. C3.

<sup>484</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 3.

lógica formal, que, conforme vamos percebendo no desenrolar de nossa análise, opera constantemente na catalogação e classificação, uma espécie de “encaixotamento” da realidade, conforme ela se torna presente e no seio de suas virtualidades, para servir exatamente à reprodução da própria ordem estatista, assegurando-se a acumulação.<sup>485</sup> Classificações e catalogações, bem como a linguagem racional posta no discurso estatista serve muito bem a uma reprodução social em todos os níveis, inclusive ao *quotidiano*, este nível da prática social. Assim, Lefebvre nos adverte que:

“*Sociedade burocrática de consumo dirigido*”, esta é a definição aqui proposta para “nossa” sociedade. Registra-se desse modo e o caráter racional dessa sociedade, e os limites dessa racionalidade (burocrática), e o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção), e o *plano* sobre o qual concentra seu esforço para assentar-se sobre ele: o cotidiano. A essa definição atribuímos, portanto, um caráter científico. Ela não depende mais da literatura que de uma “filosofia social” externa, em relação ao conhecimento da realidade social.<sup>486</sup>

Com a racionalidade burocrática reproduzindo-se a si mesma, operando diretamente na trama do cotidiano, destituindo seus elementos e colocando-os, em sua fragmentação, à mostra da ação estatal, se revela para o domínio da economia política os termos dessa mesma reprodução. Ou seja: prepara-se o terreno para que os “instrumentos urbanísticos” estejam perfeitamente “calibrados” e “ajustados”, de modo a promover toda a sorte de “requalificações”, “revitalizações” ou ainda, de modo menos eufêmico, verdadeiras *varreduras do espaço*. Parte-se, portanto, de uma lógica cumulativa, operando um salto qualitativo das forças produtivas: a *temporalidade da produção* para a *espacialidade da reprodução*, no campo da vida cotidiana e de seus elementos constituintes. Este seria o ambiente em que o EIA-RIMA sintetizaria, diante do Estado, a “situação atual”, uma espécie de “quadro geral” das diversas realidades concernentes à “área de estudo” (*o meio físico, o meio biótico e o meio antrópico*) e as suas possibilidades, racionalmente mensuradas a

---

<sup>485</sup> “O conhecimento constitui um processo cumulativo e também a tecnicidade. Os dois pressupõem a elaboração de uma forma e fazem parte, por sua vez, das condições de um processo particular: a acumulação do capital, isto é, dos meios de produção, em princípio no seio do modo de produção capitalista. O processo cumulativo, que nos aparece primordialmente único, se diferencia sob nossos olhos em vários processos ligados. É um feixe, um maço. Os componentes, uma vez distintos, aparecem, por sua vez, como processos cumulativos. *O que chamamos de racional, numa expressão global, tem um caráter cumulativo.* Entre essas atividades, processos parciais no processo global, nós podemos inscrever o conhecimento, as técnicas, a produção e a produtividade, isto é, o econômico, a cultura no sentido habitual da palavra (ligada à racionalidade e ao conhecimento) e talvez a ação política, como operando a partir de superestruturas estabelecidas, jurídicas e burocráticas, que as fazem também ‘bolas de neve’.” LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II...**, 1980 [1961], p. 327, grifos do autor.

<sup>486</sup> LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidienne dans le monde moderne**, 1968, p. 117. Grifos do autor.

partir de “cenários prospectivos”, incorporando elementos quantitativos e até mesmo qualitativos, contudo sem jamais perder o horizonte do cálculo racional. Além disso, consciente da relação existente entre as diversas intervenções operadas pelo Estado, o EIA-RIMA considera o “impacto” e as “possibilidades” dos “projetos co-localizados”, ou seja, aqueles conexos à intervenção racionalmente avaliada pelo Estudo, que são as intervenções viárias, as obras de mobilidade urbana e transporte de massa, os programas de saneamento e abastecimento, os planos de macrodrenagem dos corpos d’água etc., em se tratando especificamente da “área” da OUCVS.

Nesse sentido, o *Relatório 2*<sup>487</sup> expressa de modo contundente essa racionalidade da linguagem estatal, no interior da “sociedade burocrática do consumo dirigido”. Inicia afirmando que o relatório “demonstra os resultados dos levantamentos e diagnósticos efetuados pela equipe de especialistas setoriais e profissionais da COBRAPE na área de abrangência da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia”, através da reunião de dados e informações “sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos relevantes” (grifo nosso). Continuando, assevera que será “apresentado e analisado o conjunto de impactos ambientais que, preliminarmente, já foram identificados, de modo a amparar as discussões e debates que ocorrerão nas fases subsequentes” do projeto, principalmente a “definição das medidas mitigadoras que serão apresentadas nos próximos relatórios”.<sup>488</sup> Na verdade, deve-se creditar essa abordagem do EIA-RIMA também à legislação maior que lhe dá suporte, ou seja, ao estabelecido e consolidado no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), sobretudo na Resolução nº 1, de 23/01/1986, que “dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental” e a Resolução nº 237, de 19/12/1997, que “dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental”. Confirmando, portanto, que as legislações maiores condicionam as normais gerais, “mínimas”,<sup>489</sup> para a elaboração desses estudos e relatórios.

Prosseguindo no *Relatório 2*, assinala-se que houve um refinamento dos estudos desenvolvidos no PRIOU, complementando e confrontando o plano-base aos aspectos levantados pela COBRAPE, referentes a:

---

<sup>487</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007. A partir de agora, todas as referências textuais a respeito do Relatório 2 se referirão exclusivamente ao seu volume I, já que o volume II (Anexos) não apresenta elementos textuais que servem diretamente à nossa análise.

<sup>488</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 3.

<sup>489</sup> Na Resolução 01/CONAMA/86, os arts. 6º e 9º determinam as atividades técnicas mínimas a serem desenvolvidas no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, respectivamente.

Análise da ocupação existente; setoriz[aç]ão proposta; inserção urbana; elementos estruturadores e agregadores do espaço público; estrutura fundiária e ocupação do espaço privado; volumetria e área de projeção [de] lotes por setor; definição do perímetro da intervenção; projeção dos estoques; definições das intervenções por setor; definição dos incentivos de uso e ocupação do solo por setor; áreas de desapropriação; estimativa de custo das intervenções; projeção dos estoques de área construída e de população para o período de implantação, estimado em 20 anos.<sup>490</sup>

Tais aspectos teriam sido levantados em órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos, tanto municipais quanto estaduais, nas legislações federal, estadual e municipal, bibliografia de referência e em páginas eletrônicas. Além disso, o texto informa que muitas informações constantes no Projeto de Lei estariam sendo alteradas, por conta de novas “necessidades das obras do metrô”, pela possível revisão do Plano Diretor Estratégico de 2002 e dos Planos Regionais Estratégicos de 2004 (revisão que não ocorreu, devido à mobilização de inúmeras entidades e movimentos sociais em todo o Município de São Paulo, entre 2007 e 2010) e pelo pretense acolhimento das reivindicações da população que, “organizada em diversas Associações Locais”, estava acompanhando a elaboração do Estudo.

Indicando a necessidade de abordagem em relação às *Áreas de Influência Direta* e de *Influência Indireta* ter um enfoque “holístico” (integrando todos os componentes ambientais e processos “comprometedores da qualidade ambiental”), junto ao enfoque “sistêmico” (identificando “impactos sobre cada um destes componentes”), o texto discute “métodos e técnicas de apoio” (matrizes, redes, sistemas, *overlays*, *checklists*... o campo semântico da fina flor da lógica formal), “subsídios e fundamentos legais” (listando a longa legislação de apoio, tanto no campo “civil-administrativo” quanto no campo “penal”).<sup>491</sup> Encerrando esse momento, afirma que a própria exigência de um EIA-RIMA, “em função das características e porte do empreendimento considerado”, e sua apreciação e análise pela SVMA seria um modo de instrumentalizar tal secretaria na “criação de procedimentos capazes de orientar os estudos ambientais relativos ao desenvolvimento urbano local e regional”, por intermédio do “estudo de possibilidades de alterações no espaço público e no espaço privado”. Tal empreitada seria indicada, portanto, como uma “iniciativa inédita”, pois as

---

<sup>490</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 11.

<sup>491</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 11, 12 e 14.

operações urbanas “tratam de um conjunto de empreendimentos de ocorrência provável, a longo prazo, que envolvem um conjunto de obras de portes diversos”.<sup>492</sup> Parece estar feito o desejo da “integração entre as secretarias de governo”, da “comunicação entre os diversos órgãos, institutos e autarquias” que integram o Poder Público, um alinhavar de interesses, propósitos, projetos, obras, prospectos etc. dentre os diversos órgãos do Estado. Aqui, caberia uma pergunta: *se o Estado se pretende tão integrado, tão totalizador, qual seria a natureza real, então, desse denunciado “descompasso” ou “desintegração” entre esses órgãos?* Continuando a análise do EIA-RIMA, outros elementos vêm à tona, talvez não para responder completamente a essa questão, e sim a coloca-la em níveis superiores, supondo novas inquietações quanto à ação do Estado, em plena consonância aos chamados “interesses privados”.

O texto prossegue afirmando que, devido ao fato da “adesão dos moradores e empreendedores” não ser compulsória e sim opcional, o conjunto de obras em análise guardaria “um grau de incerteza quanto à probabilidade de sua realização (parcial ou total)”, condicionando a geração de “diferentes possibilidades de implantação no tempo” e induzindo “à verificação de cenários hipotéticos, construídos por projeção de dados, para avaliação e previsão dos impactos ambientais que poderão ocorrer”. Desse modo, o texto indica que trabalharia com a hipótese de 100% das obras executadas, no período de 20 anos, o tempo máximo de vigência proposto no Projeto de Lei,<sup>493</sup> e que cenários intermediários, como o consumo de 50% do estoque de CEPACs ou ainda implantação parcial das obras, poderiam ser avaliadas a critério da SEMPLA.<sup>494</sup>

Quanto às obras e projetos co-localizados, que são indicados como potencializadores possíveis de “efeitos ambientais positivos aos previstos pela Operação Urbana em questão”, destacam-se as obras de mobilidade urbana, pois seria justamente a construção da Linha 4-Amarela do Metrô “o fato gerador” da operação, compreendendo ainda que ela “pode ser entendida como um conjunto de diretrizes de intervenções urbanas desejáveis”, de modo a assegurar “adequação e acompanhamento das transformações de uso e ocupação do solo que serão geradas pela alteração das condições de mobilidade da Vila

---

<sup>492</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 14.

<sup>493</sup> “Art. 43 - O tempo de vigência da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia é de 20 anos ou quando se der o esgotamento total do estoque de potencial adicional de construção previsto no artigo 15 desta lei, prevalecendo aquele que vencer primeiro.” SÃO PAULO (Município). Secretaria de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei da OUCVS**, 2006.

<sup>494</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 17.

Sonia e da Zona Oeste da cidade”. Veremos o quanto esse tom de *aprovação* das justificativas e objetivos do projeto (basicamente materializado no PRIOU), quase tendendo ao seu *enaltecimento*, ou ainda propaganda positiva, uma espécie de *marketing* oficial, aparece em várias e várias páginas, tanto deste relatório em questão quanto dos demais. Levando isso em consideração, seria talvez até desnecessário concluir que o EIA-RIMA da OUCVS, elaborado pela COBRAPE, acabara por julgar a *plena viabilidade* da operação, indicando todas as chamadas “medidas mitigadoras” como forma de abrandar os efeitos negativos decorrentes das transformações daquela “área de estudo”.

Prosseguindo, desta questão da mobilidade urbana, pretende-se que a consolidação da rede metro-ferroviária, com o traçado da Linha 4, juntamente ao “Sistema Integrado”, implantado a partir de 2003 pela SPTrans, compondo a bilhetagem eletrônica (Bilhete Único) e os corredores de ônibus municipais, incluindo os intermunicipais (sob responsabilidade da *Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU*) mais a implantação da Estação Terminal Vila Sônia, permita “o acesso de passageiros a toda a cidade, com significativa redução de tempo e custo das viagens”, já que essa “melhoria de acessibilidade” representaria o vetor de transformação local e regional, atraindo “novos investimentos imobiliários” e “mudança de uso do solo pelo incremento das atividades comerciais e de serviços”.<sup>495</sup> Alguma semelhança com o discurso a respeito da Operação Urbana Faria Lima ou ainda a Operação Urbana Água Espraiada? O padrão “torres de escritórios”, elevação dos preços, expulsão da população original, adensamento construtivo, remoções e desapropriações...<sup>496</sup> Adiante.

Nada como obras de “requalificação ambiental”, outra coqueluche do mundo moderno, como álibi de cunho universalista (a “bem da humanidade”, pelo “planeta” etc.)

---

<sup>495</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 17-18.

<sup>496</sup> A esse respeito, podemos ficar com parte do depoimento de José Orlando, morador do Jardim Aeroporto, relatando de modo inflamado sua experiência com a Operação Urbana Água Espraiada, na Audiência Pública de 27/08/2011. “[Referindo-se aos moradores do Butantã, presentes na Audiência] Vocês se preparem... Vocês se preparem, porque a única coisa que vocês têm direito a fazer na Operação Urbana é um Grupo de Gestão. E no Grupo de Gestão é uma... não existe paridade. Porque a Prefeitura coloca oito ou dez membros dela e coloca dois membros da comunidade ou três. Então, as votações nunca são paritárias! Então fiquem atentos! E a única coisa que, depois de uma hora de explanação, ninguém falou. Secretário quantas casas vão ser desapropriadas? [aplausos] Quero saber, outra coisa para você aprenderem! Eles não falam em desapropriação, eles não falam quando vão pagar e uma coisa importantíssima, em todos os estudos dos meus colegas engenheiros, não é levado em conta o custo da desapropriação. E vou responder a pergunta que alguém fez, sabe quem é que fez os estudos? Quem é quem planeja estes estudos nessa... na nossa Prefeitura? SE-CO-VI! Chama-se SECOVI. Então, porque tudo isso, a Operação Urbana é maravilhosa, mas é para aumentar o poder de estoque da cidade de São Paulo. Vai fazer apartamentos nos melhores locais e o dinheiro, aí depois que vai para a conta da Prefeitura ninguém sabe como que é usado. Porque na nossa Operação Urbana, de 1 bilhão, sabe quanto eles têm em caixa? 900 milhões. E há oito anos, tem gente que está esperando casa, viu, há oito anos! Na nossa região, são 10 mil famílias não são 3 [mil], Muito obrigado!” Este é um momento em que o drama atinge o seu ápice, onde o vivido explode em contraposição ao concebido.

à inversão e alocação de capital ocioso, azeitamento das estratégias do espaço. Nesse sentido, aparece menção ao *Plano de Macrodrenagem da Bacia do Pirajussara*, tributário do *Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê* (PDMAT), lançado inicialmente no ano de 1999, encontrando-se atualmente em vias de execução a sua terceira fase.<sup>497</sup> Ambos os planos, executados em nível estadual, abrangem a implantação de 16 reservatórios de águas pluviais (piscinões), sendo que, àquela época, cinco já haviam sido implantados, e já teriam diminuído sensivelmente as inundações do Ribeirão Pirajussara em seu baixo curso, área-objeto da OUCVS. Além disso, o texto ressalta a paulatina implantação do Subsistema Barueri de coleta de esgotos, do qual a região faz parte desde o ano de 1988, que, em 2006, atendia a 4.460.000 habitantes, de oito municípios diferentes, e cujos coletores-tronco se encontravam paralelos à margem direita e esquerda do Ribeirão Pirajussara, sob a Avenida Eliseu de Almeida, dirigindo-se, pelas margens do Rio Pinheiros, em direção à Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de Barueri.<sup>498</sup>

Para efeito de análise dos condicionantes ambientais, o EIA-RIMA estabeleceu critérios para a definição das Áreas de Influência Direta (AID) e Áreas de Influência Indireta (AII) da seguinte maneira:

- 1) AID: correspondente ao perímetro da OUCVS, com seus 637 hectares<sup>499</sup> “definidos no Projeto de Lei e com informações digitais disponíveis”.
- 2) AII. *Meio antrópico*: Subprefeitura do Butantã, em seus cinco distritos. *Tráfego e transporte*: dados das pesquisas Origem-Destino do Metrô, por zonas ou bacias de tráfego, em conjunto com dados dos setores censitários do IBGE e dados da SEMPLA. *Geotecnia, drenagem e esgotamento sanitário*: bacia hidrográfica do Pirajussara. *Aspectos climáticos*: estações climáticas da *Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental* (CETESB) mais próximas (Pinheiros, Osasco e Taboão da Serra).<sup>500</sup>

---

<sup>497</sup> Informações sobre o PDMAT3: <<http://www.pdmat3.com.br/>>. Acesso em 30 jan. 2013. Note-se que esse plano, coordenado pelo *Departamento de Águas e Energia Elétrica* (DAEE) do Estado de São Paulo, tem a colaboração de um consórcio formado pelas empresas Engecorps, Maubertec e... a COBRAPE, a mesma que fez e refez o EIA-RIMA aqui em análise. Informações disponíveis em: <[http://www.cobrape.com.br/det\\_noticia.php?id=133](http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=133)>. Acesso em 30 jan. 2013.

<sup>498</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 20.

<sup>499</sup> Aqui aparece uma das grandes incongruências do EIA-RIMA. Na página anterior do texto, a área do perímetro é estimada em 676 hectares. No *Relatório 3*, estimam-se 636 hectares (p. 127) e no *Relatório 4*, aparece a estimativa de 673 hectares (p. 12). Esse foi um dos questionamentos do CADES-SP quanto à qualidade do EIA-RIMA apresentado para análise e apreciação daquele órgão.

<sup>500</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 21.

Procede-se, daí, a análise do “Meio Físico”, considerando as condições climáticas e a qualidade do ar, conclui-se que o efeito das intervenções seria mínimo e que a arborização das calçadas e dos recuos dos edifícios amenizaria a provável formação de uma “ilha de calor” na AID.<sup>501</sup> Quando à hidrologia e plano de macrodrenagem, nota-se a ausência de grandes áreas de preservação ambiental permanente no Alto Pirajussara, o que comprometeria a permeabilidade do solo nesse curso; junto a isso, nota-se a “heterogeneidade socioeconômica da ocupação urbana” no curso do rio, onde a ocupação de média e alta renda predomina no curso inferior, a jusante e a de baixa renda, a montante, no alto curso. Quanto à política de macrodrenagem e controle das enchentes, ressaltam-se as obras de canalização do curso superior e da reconstrução do fundo da galeria no curso inferior, que inclusive tiveram larga duração nos últimos anos, na Avenida Eliseu de Almeida, entre 2007 e 2012, de modo independente da OUCVS. Ressalta-se também que o controle dos processos erosivos locais pode ser auxiliado com a implantação da OUCVS, cujas obras previam a “ocupação disciplinada, evitando o escorregamento e aumentos de resíduos, pela contenção de encostas e proteção de alguns pontos críticos da Bacia com cobertura vegetal adequada”, ou seja, a implantação dos Parques Lineares do Córrego Água Podre e Itararé.<sup>502</sup> Procedendo-se à análise dos aspectos geológico-geotécnicos e geomorfológicos, listam-se longamente áreas sujeitas a escorregamentos e inundações, sobretudo as áreas ocupadas por favelas/ZEIS, o Jardim Jaqueline e Vale da Esperança, cujos “impactos negativos” poderiam ser prontamente solucionados com a alocação dos recursos arrecadados nos projetos de reurbanização,<sup>503</sup> sucedendo as desapropriações projetadas (que não são poucas) para a implantação do “bulevar” Eliseu de Almeida, dos parques lineares e sua conexão com o Parque Raposo Tavares.

Quanto à análise de ruído, destacam-se cinco curiosas colocações. A primeira é a citação expressa do trecho de uma carta da *Associação de Moradores Amigos do Parque da Previdência* (AMAPAR), emitida em 21/08/2006, questionando exatamente a SVMA quanto ao real impacto da OUCVS, e que ressaltava “[...] o alívio de tráfego e a redução do trânsito de caminhões pela Avenida Eliseu de Almeida, propiciados pela implantação do Rodoanel”, utilizada no texto do EIA para exemplificar a diminuição do ruído, devido ao

---

<sup>501</sup> “No entanto a recomendação de arborização de calçadas e incremento das áreas verdes propostas pelo sistema de áreas verdes proposto na lei deverá compensar essa variação. De qualquer modo a área está bem protegida pela área da Cidade Universitária ao Norte e pelas zonas exclusivamente residenciais ao Sul, que são área com pouca tendência de mudança de uso.” SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 34.

<sup>502</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 39 e 50.

<sup>503</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 68-69.



“benefício mitigador” da construção do Rodoanel Oeste. A ironia está no fato de que fora justamente a AMAPAR uma das primeiras associações de moradores a se posicionarem terminantemente *contra* a OUCVS! Outra colocação curiosa seria o “impacto positivo” da verticalização junto aos corredores de transporte, pois, segundo o texto, ela “pode funcionar como um anteparo à propagação do som gerado nos corredores” e que “no caso da propagação do som, os edifícios lindeiros aos corredores tornam-se obstáculos á ondas sonoras”. Terceiro, a “medida mitigadora” apontada para o incremento do ruído nos principais corredores de transporte da área seria “a proteção das novas construções com tecnologia apropriada, como janelas acústicas, que reduzam os prejuízos causados à saúde humana pela convivência com índices elevados de ruído”!<sup>504</sup> A esta “recomendação”, resta uma pergunta: e como ficariam os pedestres e ciclistas nesses lugares? A quarta colocação é que, “considerando que o padrão de consumo local tendencial é dado por população de classe de renda média e alta”, previa-se aumento na quantidade de veículos em circulação; no entanto, o texto indica que “o nível de ruído não deverá ser significativamente maior, [...] devido ao incremento da frota por veículos mais modernos, e, portanto, que geram menor nível de ruídos”! A quinta e última colocação, selando a questão dos ruídos, enfatiza que os bairros residenciais no entorno imediato do Pátio de Manobras da Vila Sônia, “devido ao ruído” das manobras dos trens, frenagens etc., deverão sofrer os maiores impactos negativos de ruído, e que, *logo*, “deverão sofrer substituição de usos, tornando-se comerciais e de serviços, de modo a evitar o uso noturno dessas edificações”. Esse silogismo exemplar leva a concluir que *uma* obra certamente *leva a outra* e a várias e várias *outras*, num processo interminável, numa verdadeira maquinaria urbana infernal!

Na análise do meio biótico, quanto à flora, o texto ressalta a “alta” quantidade de metros quadrados de áreas verdes por habitante na Subprefeitura do Butantã, “acima do mínimo proposto pela OMS de 12 m<sup>2</sup> por habitante” e que as obras públicas o adensamento correspondente impactariam negativamente na maioria dos 18 setores da OUCVS, destacando-se negativamente o Parque da Previdência (desmatamento na borda, interferência direta no subsolo, vibração e ruído do tráfego impactando-o constantemente), a Praça Elis Regina e área verde da Sociedade Beneficente Alemã (pela supressão de ambos) na execução do túnel-avenida. No entanto, para o Setor Parque Raposo Tavares, onde se encontra o referido Parque e as favelas Jaqueline e Vale da Esperança, o impacto sobre a flora é classificado como “positivo, a médio prazo e permanente”, devido à implantação do

---

<sup>504</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 97-98.

Parque Linear e à requalificação do Parque Raposo Tavares.<sup>505</sup> A propósito da análise do comportamento e impactos sobre a avifauna, após o relatório ter indicado um cenário desolador para a sobrevivência dessas espécies, devido à supressão vegetal das áreas a serem adensadas,<sup>506</sup> o mesmo texto propõe, sem meias palavras, que “um benefício em particular que ocorre com o aumento da relação m<sup>2</sup> de área-verde por habitante, e com o conseqüente aumento no número de indivíduos da avifauna, é a *valorização imobiliária* da área afetada”, devido “ao valor de existência atribuído à vegetação e às aves, pelos potenciais compradores ou locadores, tanto de áreas residenciais quanto comerciais”. Traduzido por uma tentativa de “salvar as espécies de avifauna”, parece que o redator do texto se rende à “inevitabilidade” da OUCVS, a posição oficial do texto, recomendando “o aumento das áreas de cobertura vegetal como uma medida mitigadora das possibilidades de impacto negativo na avifauna, causado pelas obras a serem executadas”.<sup>507</sup>

Tratando do “meio antrópico”, o *Relatório 2* começa desfilado uma batelada de dados, indicadores e outras estatísticas referentes a IDH, rendimento médio das famílias, cobertura de equipamentos sociais (escolas, creches, pré-escolas, leitos hospitalares e equipamentos de esporte e cultura)<sup>508</sup> sem, contudo, indicar, em *nenhuma* parte deste mesmo relatório e sequer nos relatórios seguintes, qualquer plano ou projeto específico na atuação dessas áreas indicadas no meio dessa sopa de números: *promoção social, educação, saúde, esporte e cultura*, nem mesmo considerando, a exemplo dos “planos de mobilidade e infraestrutura de transportes”, “projetos de saneamento” ou ainda “projetos viários”, os “projetos co-localizados” referentes a cada uma dessas áreas, no campo mesmo das políticas e práticas estatistas. Aqui, torna-se demasiado evidente que não se tratava de um projeto que visasse equipar melhor escolas ou hospitais públicos ou ainda implantar e/ou fortalecer centros culturais, pois a prioridade já está dada desde o início, antes da concepção do PRIOU: o incremento do potencial construtivo, o adensamento e a verticalização, o aporte à indústria da construção civil e ao mercado imobiliário: a velha e bem conhecida *varredura*. Destarte, o enobrecimento do texto e o destaque às “boas intenções” da Poder Executivo

---

<sup>505</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 119-120.

<sup>506</sup> “A supressão de árvores e áreas-verdes inteiras (praças, passeios públicos e canteiros) eliminará o abrigo, a alimentação e os locais de pouso de muitos indivíduos da comunidade de aves. Estes indivíduos irão se refugiar então nas áreas circunvizinhas, assim competindo com as aves que lá já vivem. Na competição por alimento, território ou outros recursos, entre as aves residentes e as ‘refugiadas’, podem ocorrer *mortes, perda de ovos e abandono da prole*. Neste mecanismo, os efeitos da supressão de vegetação dentro da AID podem se estender para a AII da OUCVS.” SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 130. Grifos nossos.

<sup>507</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 131-132.

<sup>508</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 134-144.

aparecem justamente naquilo ao que a OUCVS *não* se propõe a fazer, *efetivamente*, ou seja, “preservar as áreas verdes” e “atender a população mais carente com a moradia e os empregos”.

Quanto ao segundo objetivo ao qual a operação efetivamente *não* se propõe, o texto elenca a possibilidade de “compatibilização das propostas da OUCVS à Revisão do PDE/PRE Butantã” e das propostas da Secretaria de Habitação, bem como da utilização dos recursos arrecadados com a venda dos CEPACs para aquisição das Áreas de Preempção<sup>509</sup> indicadas no PRE 2004.<sup>510</sup> Nas páginas seguintes, disserta-se sobre a necessidade de atualização do cadastro das ZEIS na SEHAB,<sup>511</sup> a complexidade envolvida no processo de regularização fundiária, indicando tal impossibilidade em áreas consideradas de risco, a necessidade jurídica de formalização de associação de representantes para tal regularização e, finalmente, colocam-se as virtudes do uso da transferência de potencial construtivo, conforme experiência “positiva” de Paraisópolis,<sup>512</sup> o que soa como uma atualização da Lei das Operações Interligadas de 1986. Páginas adiante, o relatório sugere, após relatos de visitas às favelas da região, que sejam também incluídas as favelas do entorno no plano de ação e investimentos da OUCVS, o que deveria passar por uma necessária redefinição do perímetro do Setor 7 (Parque Raposo Tavares), com vistas a definir “propostas de intervenção que deverão ser discutidas e aprovadas junto a HABI/SEHAB e à Subprefeitura local, bem como junto à comunidade”.<sup>513</sup> Acrescendo o perímetro para essas outras favelas, o texto recomenda que a OUCVS deveria “reconhecer as proposições existentes” de ambos os órgãos públicos referentes à habitação, “levantamentos e projetos, enquadrando as ações a serem propostas nesses núcleos pela Operação Urbana aos Programas Habitacionais em andamento ou projetados de modo a somar esforços, na mesma direção”, com o objetivo de “otimizar recursos a serem investidos a médio e longo prazos pela Prefeitura”.<sup>514</sup> Esse seria o caminho percorrido pela pesquisa que embasou o Relatório 2 quanto à promoção de

---

<sup>509</sup> No Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 2001), na Seção VIII (arts. 25-27) consta que o “direito de preempção” conferiria ao Poder Público municipal “preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares”, e que “lei municipal, baseada no plano diretor”, delimitaria as áreas nas quais incidiria o direito de preempção e fixaria prazo de vigência.

<sup>510</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 145.

<sup>511</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 154. SEHAB: Secretaria Municipal de Habitação.

<sup>512</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 145-148.

<sup>513</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, pp. 162-163. HABI: Superintendência de Habitação Popular. É dividido em cinco regionais no município de São Paulo: Habi Centro, Habi Norte, Habi Sudeste, Habi Leste e Habi Sul, esta última abrangendo também a Subprefeitura do Butantã.

<sup>514</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 172.

urbanização de favelas, regularização fundiária, construção de HIS etc., onde aponta o *aumento do perímetro* da OUCVS como forma de “promover o bem-estar social da população mais carente”. Seja pelas “boas intenções” do autor do texto ou ainda pelas *segundas* intenções que rastreamos nas entrelinhas, outro álibi e justificativa até mesmo *moral* na inexorável aprovação da OUCVS estaria no atendimento às populações empobrecidas e de moradias precárias. E, para selar o argumento, o texto sugere em vários momentos que a população desses núcleos desejava assim e que poderia *participar*, inclusive, da *gestão da OUCVS*... Será mesmo?

Dissertando de modo descritivo a respeito do estado atual das redes de saneamento e abastecimento e de aspectos urbanísticos, o texto recupera o debate sobre a questão do viário e mobilidade, questionando inclusive a real importância e relevância do traçado proposto no Projeto de Lei ao túnel-avenida e propondo reavaliação dessa ligação norte-sul.<sup>515</sup> Adiante, ao repor os vínculos entre a política de mobilidade e a questão do uso do solo, o texto levanta questões sobre maneira interessantes, no que se trata de um dos debates mais importantes internalizados ao instrumento “operação urbana”: afinal, adensamento populacional e adensamento construtivo seriam entes paralelos? Ou, ainda, qual a vitalidade do conceito e do debate a respeito da “cidade compacta”?

Em primeiro lugar, advoga-se da crítica largamente feita por estudiosos da questão urbana, nas últimas quatro décadas, sobre a política de construção de conjuntos habitacionais. O texto afirma “a necessidade de articular política de transportes com uso do solo” já que ainda naquele momento verificava-se “mudanças ainda tímidas na política habitacional”, esta mesma que “anteriormente privilegiou a implantação de conjuntos habitacionais em locais distantes da área central, onde o preço da terra era mais baixo devido a falta de infra-estrutura urbana e oferta de transporte”, e que a OUCVS seria capaz de “cuidar para que esse fenômeno não seja acentuado, depois do rio”.<sup>516</sup> Mais adiante, estima-se o elevado interesse imobiliário presente nos bairros Jardim Guedala (loteamento da Companhia City, como vimos no Capítulo 1, indicada como *Zona Estritamente Residencial* no PRE 2004) e Vila Progredior (área de verticalização intensa, nas imediações da futura Estação São Paulo-Morumbi) e que, aliado a esse pronunciado interesse

---

<sup>515</sup> “Recomenda-se que esse cenário seja reavaliado pela CET, para que, diante de dados atuais, seja verificada a relevância dessa ligação. Preliminarmente considera-se que hoje, o vetor de interesse de viagens entre as avenidas Corifeu A Marques e a av. Francisco Morato é baixo, exceto para escapar de congestionamentos.” SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 203.

<sup>516</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 203.

imobiliário nessas áreas, verifica-se que nos distritos de Butantã e Morumbi (os mais centrais), durante a década de 1990, teria havido um decréscimo populacional, refletido na queda de 53 para 51 habitantes por hectare, entre 1991 e 2000, em ambos os distritos. Assim, considerando o crescente interesse do mercado imobiliário nas áreas “nobres” do perímetro da OUCVS, incrementado após a inauguração das Estações de Metrô e a conclusão dos “projetos co-localizados” indicados páginas atrás, o relatório constata que “adensamento populacional e adensamento construtivo [...] não se comportam do mesmo modo, haja vista o esvaziamento populacional de bairros centrais da Capital”, locais onde o texto indica ter havido aumento de área construída.

E qual o enfrentamento proposto pelo Estado, diante desse quadro? Explicitando o objetivo da SEMPLA, “aumentar a potencialização do uso do solo a partir da instalação da Linha 4 do Metrô, bem como melhorar e otimizar o uso do novo transporte de massa”, e considerando a tendência da região, após a instalação “definitiva” da Linha 4 do Metrô, à verticalização “com projetos comerciais”, devido à proximidade da área à Marginal Pinheiros, o texto ressalta que “é bastante provável que aumente a oferta de empregos no setor de serviços e comércio”.<sup>517</sup> Cria-se ao leitor, mais uma vez, um clima de inexorável urgência na aprovação da OUCVS, referindo-se inclusive ao intervalo de tempo existente entre a implantação das diferentes estações de metrô da Linha 4 (Estação Butantã fora inaugurada somente em 2011, São Paulo-Morumbi e Vila Sônia estão previstos para 2014, após várias mudanças de prazo, desde a primeira licitação, em 1994!), afirma que “esse descompasso no tempo é relevante, pois o ciclo imobiliário, em geral, não se antecipa em muito aos grandes projetos de transporte de massa”, e que, ao contrário, “começam ocorrer num crescendo, sendo um ciclo imobiliário em áreas no entorno de uma linha de metrô visível e significativo somente em prazos de cerca de uma década”, que seria “o tempo necessário para o retorno de capital investido em imóveis”.<sup>518</sup> Ou seja, *tempo é realmente dinheiro* e esses desníveis temporais alimentam efetivamente certos ciclos especulativos que deverão ser observados e considerados pelo Poder Público... E assim termina o *Relatório 2*.

O *Relatório 3*, subintitulado “Medidas Mitigadoras e Plano de Monitoramento”, parece reforçar ainda mais o sentido da inexorabilidade da aprovação da OUCVS. Ressaltam-se em várias páginas os impactos negativos (provisórios e permanentes) da implantação das obras, as remoções das áreas de risco, do cuidado necessário a essa

---

<sup>517</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 216.

<sup>518</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 2...**, vol. I, 2007, p. 225.

população removida (por exemplo, desencoraja-se a construção de abrigos provisórios a essa população, elencando as experiências negativas de outros tempos), a prospecção de cenários possíveis para os vinte anos vindouros à aprovação da operação e a consideração de um caminho alternativo ao túnel-avenida, recuperando um antigo “Plano Rodoviário Municipal”, do longínquo ano de 1947, que previa um percurso alternativo entre as atuais Avenida Francisco Morato e Rodovia Raposo Tavares. São inúmeras “medidas mitigadoras” apontadas neste texto, onde posso destacar algumas principais, denotando o sentido apontado até aqui na redação deste EIA-RIMA: *a OUCVS é viável, é boa e ela mesma é a própria “mitigadora” dos efeitos adversos das obras e demais intervenções.* Vejamos.

Podemos ressaltar, por exemplo, que uma das “medidas mitigadoras” e de monitoramento ao andamento das obras, quanto ao ruído, seria suspender a operação das máquinas e equipamentos antes das 22:00, em locais a menos de 200 metros das residências. Quanto ao meio biótico, malgrado o pesado adensamento proposto à Avenida Eliseu de Almeida, sobretudo no Polo Vila Sônia, o relatório propõe observância quanto aos índices de ocupação do solo previstos no Projeto de Lei da OUCVS, que exigiria a implantação de pequenas praças e jardins nos lotes, além de ressaltar o programa de implantação de um grande parque linear na margem esquerda do Pirajussara, no setor Vale do Pirajussara.<sup>519</sup> Mais uma vez, aparece à menção à grande virtuosidade incutida no projeto da OUCVS: “a implantação do projeto urbano ora proposto [...] permite buscar uma forma de *controle do processo de adensamento* que deverá ocorrer na área de estudo pela melhoria das condições de acessibilidade local às diversas regiões da cidade”. Como exemplo, podemos citar o Setor Eiras Garcia (convenientemente “adicionado” ao perímetro da OUCVS após o PRIOU de 2004), onde o texto indica que “as taxas de ocupação máximas e de absorção são mais exigentes na Operação Urbana (0,50 e 0,25) do que no Plano Regional (0,70 e 0,15), além de uma pretensa restrição maior à altura máxima das construções, em 51 metros, inexistente no PRE 2004”. Outra “medida mitigadora”, quanto ao túnel-avenida, é novamente indicado: “alteração da construção da abertura do mesmo, fora dos domínios do Parque [da Previdência]”, devido aos impactos negativos de supressão da vegetação e de movimentação de solo e lençol freático.<sup>520</sup>

Quanto ao “meio antrópico”, o relatório novamente aborda o “diferencial” do Projeto de Lei da OUCVS, que seria a “proposição, inédita, de destinação de uma parte dos

---

<sup>519</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, pp. 47 e 54.

<sup>520</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 54, 56 e 64.

recursos arrecadados pela alienação de CEPACs, conforme o estoque for sendo consumido, para investimentos sociais”. Aprofundando este “diferencial”, mais uma vez o texto caminha no sentido da valoração *moral* do projeto, já que “a maior parte do perímetro da operação urbana em questão é ocupada por classes de renda mais abastadas, das faixas média e média alta”, e que “a população que será atingida pelas obras propostas, como a implantação do túnel sob o Parque da Previdência, uma das únicas áreas de desapropriação com remoção de famílias e supressão de áreas verdes, é da classe média.” Assim, *considerando* que “o maior impacto” seria “para essa população diretamente afetada, que vem se manifestando contra a execução do túnel, o projeto objeto deste EIA, e se organizando em ONGs e Associações de Bairro” e *considerando* que “o adensamento das construções não é aceito pela comunidade”, que estaria temerosa quanto ao “risco de aumento do número de veículos, de desvalorização e de popularização das áreas residenciais, bem como a perda da tranqüilidade da condição atual”, o *desafio* do projeto consistiria em “reverter essa posição, demonstrando que é possível adensar, sem aumentar os conflitos de tráfego promovendo também a segurança dos pedestres” e *convencer* a população de que o Projeto de Lei da OUCVS “propõe formas de apoiar a população moradora das favelas de forma a implementar ações que promovam a inclusão social e a integração na malha urbana desses núcleos”, garantindo “a participação de todos os moradores na melhoria da qualidade de vida a ser proporcionada pela Operação Urbana”!<sup>521</sup>

Aqui, o objetivo parece se tornar cada vez mais claro: conciliar todos os interesses pelo Estado, pelo *consenso*, ou ainda pela *política média*. Como um projeto que se pretende “ordenador do espaço urbano”, diante das ameaças e pressões do mercado imobiliário quanto à implantação da Linha 4 do Metrô, dos interesses desse mesmo mercado em estender o polo do terciário avançado da Marginal Pinheiros para o outro lado do rio, caminhando paralelamente ao Rio Pinheiros em direção norte-sul (túnel-avenida?) ou pelas vias radiais (Raposo, Eliseu de Almeida, Francisco Morato...), como esse projeto poderia ser questionado? Um projeto que qualifica o “meio-ambiente”, “amplia as áreas verdes” e “atende a população carente”, promovendo sua “permanência” no local (a despeito da pressão dos novos projetos imobiliários) e “gerando empregos”, por intermédio do incremento dos polos Vital Brasil e Vila Sônia, poderia ser questionado por essas “classes altas e médias” que querem “manter seus privilégios”? Ainda mais, este projeto utilizando, de modo aprimorado, “os modelos de intervenção social já propostos pela Operação Urbana

---

<sup>521</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, pp. 72 e 74.

Consoiciada Águia Espriada (2003), e pelo modelo desenvolvido pela intervenção em curso na favela Paraisópolis (2004/2006)”, que evitariam “a lógica depredadora e segregativa tradicional, que constrói ainda hoje espaço metropolitano desta cidade”. Como e por que questionar esse modelo, festejado e aprovado (pelo Estado e iniciativa privada) nas outras operações urbanas?

O relatório insiste: o discurso do “combate à desigualdade social” é reiterado constantemente, e a busca do *consenso*, pela *política média*, é o grande alvo do texto. Analisando detidamente o “perfil demográfico” da região, constata que ele “mostra um nível alto de desigualdade social, densidades baixas e em queda nos distritos do perímetro da Operação Urbana”, aliado a “densidades altas e altas taxas de crescimento populacional nas áreas mais pobres, particularmente nos núcleos de ocupação irregular, entorno do Parque Raposo Tavares”, ou seja, a “Favela Jaqueline, Morro da Fumaça, Mandioquinha ou Raposo Tavares, Nella Murari Rosa e Jardim Dracena”, justamente as áreas propostas pelo Relatório 3 a serem incorporadas ao perímetro da OUCVS. Assim, baixa densidade e taxas negativas de crescimento demográfico (apesar do incremento construtivo) nas áreas “nobres” e a alta densidade e taxas maiores de crescimento demográfico nos “núcleos de ocupação irregular” seriam indicativos da constituição de “ilhas de pobreza”, ocupando, em geral, “os fundos de vale da Bacia do Pirajussara”. Logo, o relatório indica como prioridade da OUCVS a “utilização plena da infra-estrutura existente, e das novas opções de transporte coletivo, em implantação”, de modo a alcançar “maior equidade na ocupação do espaço urbano dentro do perímetro e a garantia de melhoria na qualidade de vida para todos os seus habitantes e usuários”, expandindo “as oportunidades imobiliárias para a construção e lançamentos de edifícios habitacionais, impulsionados pelo aumento do potencial construtivo”. E mais: o texto afirma que o *Plano Diretor* recomenda “o adensamento populacional nas áreas da cidade que contam com ampla oferta de infra-estrutura urbana”, e que ocorra “o adensamento populacional nessa área”, que “continua recebendo uma série de investimentos públicos nas redes de infra-estrutura é urbanisticamente desejável”.<sup>522</sup> Aqui, parece emergir outra equação, aquela que adviria exclusivamente da aprovação da OUCVS: *adensamento construtivo se tornaria equivalente ao adensamento populacional, invertendo a lógica operada até o momento, sem a necessária*

---

<sup>522</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 75.



ordenação urbana. Artíficos e mais artíficos da lógica formal, posta a pleno serviço da racionalidade burocrático-estatista, referente ao consumo dirigido!

Mas, não sejamos tão injustos com o relatório. Novamente reconhecendo, na página seguinte, que “nem sempre o adensamento construtivo vem junto com o adensamento populacional”, e que a verticalização para a classe média alta, por exemplo, seria “sinônimo de diminuição da densidade populacional” (ou seja, expulsão da população original, o que tanto os movimentos de “classe média e média alta” quanto os de “moradores de áreas subnormais” denunciaram contundentemente), essa tendência não seria relevante na AID, pois o projeto prevê a implantação de HIS no setor Raposo Tavares e a “instalação de uma diversidade social maior, [...] com residências de padrão construtivo acessíveis às populações de baixa renda”. E mais: permanecendo a segregação constatada na convivência de “áreas de alto padrão construtivo” com as “ilhas de pobreza”, permaneceriam relações sociais “conflitantes entre os diferentes segmentos sociais envolvidos” e muitas vezes uma “complementaridade funcional negativa entre eles, exemplificada na relação fornecedores (os mais pobres) / compradores (classes média e alta) de *drogas*”.<sup>523</sup> E o projeto se mostrava disposto a “enfrentar” essas questões, através da operacionalização dos objetivos de “inclusão social”...

Quanto às “expectativas e formas de implantação do empreendimento”, o relatório menciona o problema da “desinformação popular sobre o projeto e das formas de implementação desse programa”, o que seria altamente negativo e poderia “comprometer as negociações entre o Poder Público e os atores envolvidos a curto e médio prazo na aprovação do projeto da Operação Urbana em questão”. Cita também o “impacto negativo” do “deslocamento compulsório da população afetada” de suas moradias, bem como “das dificuldades de transações imobiliárias para os proprietários, deterioração do imóvel e provável redução do valor real do patrimônio”, um drama que é prontamente “mitigado” com os “programas de reurbanização e reassentamento”, destinado às populações carentes, mantendo suas “relações da comunidade, com sua liderança”.<sup>524</sup> Para a questão da “desinformação e insegurança” quanto aos rumos do projeto, o relatório propõe a criação de um “Programa de Comunicação Social”, de modo a evitar o desconhecimento e a falta de participação; aliás, pretende-se integrar essa participação ao Projeto da OUCVS, já que o texto indica que “a experiência de implantação dessa Operação Urbana pode se tornar

---

<sup>523</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 76.

<sup>524</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, pp. 78-80.

uma experiência ímpar no sentido de implementar uma gestão participativa da qual a cidade de São Paulo ainda carece de exemplos efetivos”.<sup>525</sup> E foi exatamente pela falta de participação que o projeto foi embargado na justiça.

Recorrendo a cenários apocalípticos, no tópico “cenário sem o empreendimento” (maior elitização, segregação, aumento dos conflitos sociais, mais déficit habitacional para as populações carentes, expulsão de população etc.), o “cenário com o empreendimento” se manifesta, logo em seguida, como um verdadeiro redentor a esses “problemas urbanos”: se a OUCVS for efetivamente “implantada de modo a concretizar seus objetivos sociais propostos”, ela se transformaria “num símbolo positivo da real possibilidade do controle efetivo do Poder Público sobre a dinâmica de estruturação e ocupação do solo urbano”. De que modo? “Diminuindo a perversidade atual dessa ocupação, garantindo uma maior equidade sócio-espacial e, desse modo, preservando uma qualidade ambiental positiva que alcancem todos e cada um dos segmentos que povoam o espaço da cidade”.<sup>526</sup> E para encerrar este tópico dos “estudos socioeconômicos”, uma cabal demonstração de objetivos não tão evidentes nesse discurso tão exato e transparente do EIA: talvez munido de uma *ideologia zero*, o autor do texto revela que “a preocupação com a inclusão social” seria “uma das diretrizes atuais do Banco Mundial [!], financiador da linha 4 do Metrô, obra co-localizada”... E ainda, tal “inclusão social” seria mais eficiente quando houvesse a efetivação da integração entre o Metrô e o sistema de ônibus municipal e intermunicipal, com a implantação de “subsídio tarifário” à “população carente”, considerando-se, inclusive, a criação de um “auxílio-transporte” a ser incorporado a programas públicos.<sup>527</sup> Impressionante essa passagem do texto, o quanto essa *política média* se reafirma, quando o autor do texto se sente bastante à vontade, até mesmo destituído de *mínimo* senso crítico, que um organismo financeiro internacional do quilate do Banco Mundial esteja efetivamente preocupado com a chamada “inclusão social”. Além das evidentes questões que se colocam necessárias à compreensão e à crítica desses fundamentos tão financeirizados e abstratos no campo do vivido, da vida quotidiana, essa dilaceração e essa violência constante que estamos expondo aqui, com a análise do EIA-RIMA da OUCVS, do que se trata, afinal, essa inclusão? Inclusão ao quê? Ao mundo fantasmagórico e colorido

---

<sup>525</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, pp. 82-84.

<sup>526</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 87.

<sup>527</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 88.

das classes “média e média alta”, *numa sociedade que não se reproduz senão a partir dessa fragmentação e hierarquização?*

Mais uma vez passando pelos sistemas de abastecimento e saneamento (e avaliando a viabilidade da OUCVS), e os aspectos urbanísticos (constatando que o adensamento controlado pela própria operação será bom para a região, melhor inclusive do que o PRE), discute-se os aspectos de mobilidade e infraestrutura viária, com especial destaque ao eixo norte-sul, aquele do túnel-avenida.

No tópico “estrutura econômica e dinâmica populacional e imobiliária”, o relatório cita novamente a área total da OUCVS (aparecendo aqui 636 hectares) e a previsão da Minuta do Projeto de Lei para o potencial construtivo adicional (PAC), um total de *1.356.000 metros quadrados*, sendo *65% para uso habitacional e 35% para não habitacional*, a serem consumidos em *vinte anos*.<sup>528</sup> Uma grande cifra de metros adicionais, a serem transformados em CEPACs e alienados em leilões públicos, conforme as outras operações urbanas em vigor. Para se ter uma ideia do que isso significa, o PRE 2004 estabeleceu, para *toda* a Subprefeitura do Butantã, a oferta de *140.000 metros quadrados* adicionais para os *dez anos* seguintes à aprovação da lei (*100.000 habitacional e 40.000 não-habitacional*) a serem adquiridos no regime de outorga onerosa, figura jurídica da qual já tratamos no início deste capítulo, e cujo consumo de estoque é mensalmente publicado na página do SMDU da internet.<sup>529</sup> Pode-se perceber, daí, a agressividade que o incremento de potencial construtivo adicional da OUCVS imprimiria a essa região do Butantã,<sup>530</sup> em termos de adensamento e todos os outros problemas que as entidades e movimentos sociais de bairro magistralmente souberam levantar e defender.

Esta parte do relatório se presta justamente a “avaliar” as possibilidades e os impactos dessa indubitavelmente elevada quantidade de PAC sobre a região. Confrontando aos cálculos efetivados na SEMPLA e divulgados na Minuta do Projeto de Lei de 2006, a COBRAPE afirma ter executado sua própria pesquisa, utilizando métodos próprios, de modo a avaliar a possibilidade de absorção, pelo mercado, dos PAC a serem alienados em leilão. Assim, considerando que o perímetro detinha, em 2007, cerca de 16% da população

---

<sup>528</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 127.

<sup>529</sup> Disponível desde o mês de julho de 2007, em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento\\_urbano/legislacao/estoques\\_de\\_potencial\\_construtivo/index.php?p=1384](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/estoques_de_potencial_construtivo/index.php?p=1384)>. Acesso em: 31 jan. 2013.

<sup>530</sup> A oferta de PAC a ser ofertado na operação seria, descontadas as diferentes temporalidades do PRE (10 anos) e OUCVS (20 anos), seria aproximadamente 400% maior, no perímetro da OUCVS, do que o previsto em outorga onerosa para toda a área da Subprefeitura do Butantã!

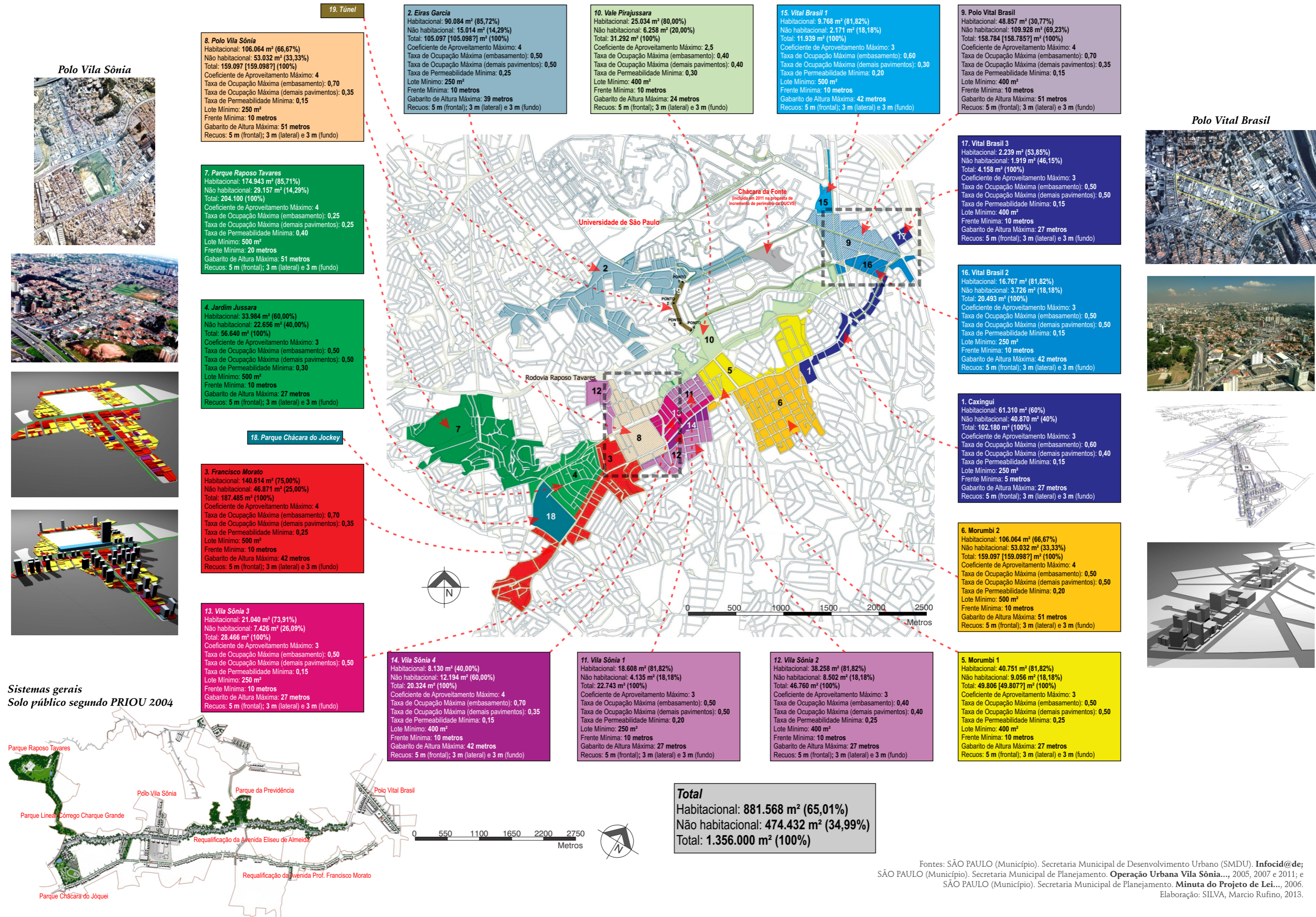
e aproximadamente 17% da área da Subprefeitura do Butantã, constatou-se que essa situação tenderia a mudar com a implantação da Linha 4-Amarela do Metrô, e que haveria a tendência de predominar o uso não habitacional nos setores mais próximos à via metroviária, “devido ao aumento da verticalização a ocorrer baseada em imóveis com área construída menor”. Adicione-se ainda o fato da área construída na Subprefeitura ter incrementado 885.000 metros quadrados, entre 1991 e 2000, sendo 582.000 m<sup>2</sup> de construção horizontal (65,76%) e 303.000 m<sup>2</sup> de construção vertical (34,24%), e que, devido ao metrô, a área teria um forte apelo do capital imobiliário, sobretudo no Polo Vital Brasil e Polo Vila Sônia. No caso do Polo Vital Brasil, tal apelo decorre do fato de que a região receberia “vários benefícios”, como o atendimento pelo metrô (Estação Butantã), o alívio do trânsito com a construção de uma ponte ligando a Avenida Valentim Gentil, no Butantã, à Avenida Prof. Frederico Herman Junior,<sup>531</sup> em Pinheiros, além da distância “da poluição sonora e aérea da Marginal Pinheiros”, ou seja, “uma área alternativa aos pretendentes a incorporar edificações comerciais mistas de alto padrão na marginal, que tem pouca oferta de terrenos de porte”.<sup>532</sup> O mapa a seguir mostra a oferta de PAC para cada setor da OUCVS.

---

<sup>531</sup> Obra não executada, e que aparece nos pacotes de obras da segunda gestão municipal de Paulo Maluf, conforme: MELLO, Flávio. Prefeitura anuncia novo “pacotão” de obras. **O Estado de São Paulo**, 25 jul. 1995, p. C1. Um conjunto de obras viárias para a Zona Oeste, onde continha: passagem sob a Praça Pan-Americana, ponte Frederico Hermann Junior (citada no texto do *Relatório 3*), passagem sob a Praça Vicente Rodrigues e viaduto de conexão com a Raposo Tavares, no km 16. Destas obras, orçadas à época em R\$ 45 milhões, somente a última foi executada e inaugurada, em dezembro de 2000, já no fim da gestão Pitta.

<sup>532</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 135.

Mapa 2.5. Setores da OUCVS e PAC por setor, segundo Minuta de Projeto de Lei de janeiro de 2006



**8. Polo Vila Sônia**  
 Habitacional: 106.064 m<sup>2</sup> (66,67%)  
 Não habitacional: 53.032 m<sup>2</sup> (33,33%)  
 Total: 159.097 [159.098?] m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,70  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,35  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 250 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 51 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**7. Parque Raposo Tavares**  
 Habitacional: 174.943 m<sup>2</sup> (85,71%)  
 Não habitacional: 29.157 m<sup>2</sup> (14,29%)  
 Total: 204.100 (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,25  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,25  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,40  
 Lote Mínimo: 500 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 20 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 51 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**4. Jardim Jussara**  
 Habitacional: 33.984 m<sup>2</sup> (60,00%)  
 Não habitacional: 22.656 m<sup>2</sup> (40,00%)  
 Total: 56.640 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,30  
 Lote Mínimo: 500 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 27 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**3. Francisco Morato**  
 Habitacional: 140.614 m<sup>2</sup> (75,00%)  
 Não habitacional: 46.871 m<sup>2</sup> (25,00%)  
 Total: 187.485 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,70  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,35  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,25  
 Lote Mínimo: 500 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 42 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**13. Vila Sônia 3**  
 Habitacional: 21.040 m<sup>2</sup> (73,91%)  
 Não habitacional: 7.426 m<sup>2</sup> (26,09%)  
 Total: 28.466 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 250 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 27 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**14. Vila Sônia 4**  
 Habitacional: 8.130 m<sup>2</sup> (40,00%)  
 Não habitacional: 12.194 m<sup>2</sup> (60,00%)  
 Total: 20.324 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,70  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,35  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 400 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 42 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**2. Eiras Garcia**  
 Habitacional: 90.084 m<sup>2</sup> (85,72%)  
 Não habitacional: 15.014 m<sup>2</sup> (14,29%)  
 Total: 105.097 [105.098?] m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,25  
 Lote Mínimo: 250 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 39 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**10. Vale Pirajussara**  
 Habitacional: 25.034 m<sup>2</sup> (80,00%)  
 Não habitacional: 6.258 m<sup>2</sup> (20,00%)  
 Total: 31.292 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 2,5  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,40  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,40  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,30  
 Lote Mínimo: 400 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 24 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**15. Vital Brasil 1**  
 Habitacional: 9.768 m<sup>2</sup> (81,82%)  
 Não habitacional: 2.171 m<sup>2</sup> (18,18%)  
 Total: 11.939 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,60  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,30  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,20  
 Lote Mínimo: 500 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 42 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**9. Polo Vital Brasil**  
 Habitacional: 48.857 m<sup>2</sup> (30,77%)  
 Não habitacional: 109.928 m<sup>2</sup> (69,23%)  
 Total: 158.784 [158.785?] m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,70  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,35  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 400 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 51 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**17. Vital Brasil 3**  
 Habitacional: 2.239 m<sup>2</sup> (53,85%)  
 Não habitacional: 1.919 m<sup>2</sup> (46,15%)  
 Total: 4.158 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 400 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 27 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**16. Vital Brasil 2**  
 Habitacional: 16.767 m<sup>2</sup> (81,82%)  
 Não habitacional: 3.726 m<sup>2</sup> (18,18%)  
 Total: 20.493 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 250 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 42 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**1. Caxingui**  
 Habitacional: 61.310 m<sup>2</sup> (60%)  
 Não habitacional: 40.870 m<sup>2</sup> (40%)  
 Total: 102.180 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,60  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,40  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 250 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 5 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 27 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**6. Morumbi 2**  
 Habitacional: 106.064 m<sup>2</sup> (66,67%)  
 Não habitacional: 53.032 m<sup>2</sup> (33,33%)  
 Total: 159.097 [159.098?] m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,20  
 Lote Mínimo: 500 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 51 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**12. Vila Sônia 2**  
 Habitacional: 38.258 m<sup>2</sup> (81,82%)  
 Não habitacional: 8.502 m<sup>2</sup> (18,18%)  
 Total: 46.760 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,40  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,40  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,25  
 Lote Mínimo: 400 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 27 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**11. Vila Sônia 1**  
 Habitacional: 18.608 m<sup>2</sup> (81,82%)  
 Não habitacional: 4.135 m<sup>2</sup> (18,18%)  
 Total: 22.743 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,20  
 Lote Mínimo: 250 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 27 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**14. Vila Sônia 4**  
 Habitacional: 8.130 m<sup>2</sup> (40,00%)  
 Não habitacional: 12.194 m<sup>2</sup> (60,00%)  
 Total: 20.324 m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 4  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,70  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,35  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,15  
 Lote Mínimo: 400 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 42 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**5. Morumbi 1**  
 Habitacional: 40.751 m<sup>2</sup> (81,82%)  
 Não habitacional: 9.056 m<sup>2</sup> (18,18%)  
 Total: 49.806 [49.807?] m<sup>2</sup> (100%)  
 Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 3  
 Taxa de Ocupação Máxima (embasamento): 0,50  
 Taxa de Ocupação Máxima (demais pavimentos): 0,50  
 Taxa de Permeabilidade Mínima: 0,25  
 Lote Mínimo: 400 m<sup>2</sup>  
 Frente Mínima: 10 metros  
 Gabarito de Altura Máxima: 27 metros  
 Recuos: 5 m (frontal); 3 m (lateral) e 3 m (fundo)

**Total**  
 Habitacional: 881.568 m<sup>2</sup> (65,01%)  
 Não habitacional: 474.432 m<sup>2</sup> (34,99%)  
 Total: 1.356.000 m<sup>2</sup> (100%)

**Sistemas gerais**  
 Solo público segundo PRIOU 2004



Fontes: SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). **Infocid@de**; SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento. **Operação Urbana Vila Sônia...**, 2005, 2007 e 2011; e SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei...**, 2006. Elaboração: SILVA, Marcio Rufino, 2013.

Em sua análise do quadro de incremento populacional, confrontando com os dados da SEMPLA, a empresa calcula a quantidade de população residente adicional, conforme tabela abaixo:<sup>533</sup>

**Tabela 2.2. Quadro comparativo de cenários de crescimento populacional: 2007, 2017 e 2027**

Cenário	2007	2017	2027	Variação 2017/2007		Variação 2027/2017		Variação 2027/2007	
				Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Tendencial (sem metrô)	65.269	59.862	59.711	-5.407	-8,28418	-151	-0,25225	-5.558	-8,51553
Induzido pelo Metrô	65.475	73.028	85.334	7.553	11,5357	12.306	16,85107	19.859	30,33066
Induzido pela OUCVS	65.475	80.331	93.866	14.856	22,68958	13.535	16,84904	28.391	43,36159

Desenvolvendo o seu próprio modelo, o relatório chega a uma notável conclusão, de que “o mercado tem plena capacidade de absorção de todo o PAC habitacional no horizonte de 20 anos ou pouco mais”, o que dependeria “do cronograma de implantação do Metrô e também de que as políticas públicas voltadas para área, inclusive de empresas de habitação privadas e governamentais” se voltassem para a realização de um “planejamento integrado para desenvolver um novo tipo de ocupação da área da [OUCVS], com centralidades polares bem organizadas e estruturadas e onde se possa caminhar com segurança e conforto visual”, ou seja, “um ambiente construído com intervenções urbanas que facilitem a circulação e que tudo isso seja um convite para investidores imobiliários e de ramos diversos, do comércio e serviços, empreendam”.<sup>534</sup> As vitrines arrumadas, o campo varrido e higienizado, a passagem livre aos negócios urbanos: tudo a serviço dos prováveis consumidores-espectadores, de modo a atraí-los cada vez mais, numa escala sempre ampliada.

Constatada a possibilidade real de atração de consumidores ao PAC, o relatório mais uma vez apela à inexorabilidade da aprovação da OUCVS, devido ao seu caráter ordenador, disciplinador e redistributivo da mais-valia decorrente dos novos negócios imobiliários que intentam se apropriar dessas vantagens locais. Mais ainda: o relatório afirma peremptoriamente que “a Operação Urbana pode ser considerada em si, uma Medida Mitigadora dos efeitos adversos a serem provocados pelo adensamento gerado linha 4 do metrô”.<sup>535</sup> Para tanto, reafirmando, seria preciso, efetivamente, construir um “Plano de Comunicação

<sup>533</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 144.

<sup>534</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 145.

<sup>535</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 150. Grifos nossos.

Social”, com a execução de duas cartilhas diferentes sobre a OUCVS: uma para o público de “investidores, financiadores, projetistas, técnicos de governo, das concessionárias, entre outros”, com uma linguagem técnica, onde constasse “a lei com desenhos e gráficos ilustrativos capazes de esclarecer os interessados”, e outra para a “população em geral, inclusive a população mais carente, numa linguagem coloquial, também ilustrada, porém com uma *história em quadrinhos*, para que ela fique ciente de seus direitos e participação no empreendimento”, de modo a poder divulgar tais informações. A linguagem do Estado completaria, assim, o perfeito círculo dos negócios do espaço: a comunicação deve ser eficiente, convincente, de modo a enfatizar os aspectos positivos da OUCVS (a requalificação ambiental, a valorização social etc.), além de familiarizar tal população do significado e potencialidades do instrumento “operação urbana”.<sup>536</sup>

Para terminar este *Relatório 3*, recomenda como última “Medida Mitigadora” a implantação de um “Programa de Educação Ambiental”, visando “atrair o interesse da população envolvida”, sobre quem o relatório expressa que “muitas vezes desconhece o que é a própria Operação Urbana, tomando posições precipitadas”. De modo a evitar tais “posições precipitadas”, dever-se-ia buscar, por intermédio do Programa de Educação Ambiental, “o esclarecimento, informação da população é fundamental para despertar seu interesse em participar e acompanhar o processo de desenvolvimento urbano almejado”.<sup>537</sup> Sobre quais bases se assenta essa “Educação Ambiental”? Começando pela Lei Federal nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a “Política Nacional de Educação Ambiental”, cujo projeto o texto ressalta ser do então Deputado Fábio Feldman,<sup>538</sup> e que esta lei “reconhece, enfim, a educação ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não-formal”, seguindo os artigos 205 e 225 da

---

<sup>536</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, pp. 150 e 152. Grifos nossos.

<sup>537</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 175.

<sup>538</sup> Ressalte que, em pelo menos duas edições do jornal Folha de São Paulo, publicou-se uma nota de autoria de sindicatos de trabalhadores vinculados à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), órgão vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, endereçada ao Sr. Governador Mário Covas e o Sr. Secretário do Meio Ambiente, Fábio Feldman, se posicionando contra o “desmonte do Sistema Estadual de Meio Ambiente [...] seja material, por falta de investimentos e de prioridade política, seja em seus recursos humanos com a demissão de um grande número de profissionais”. A nota afirma, ainda, que aqueles sindicatos lutavam “para impedir que um instrumento de desenvolvimento de qualidade de vida fundamental para a população brasileira se transforme em objeto de negócio para um governo e de catapulta política para alguns, enquanto o poder econômico amplia seus lucros incentivado pela complacência e a ausência de uma fiscalização rigorosa e da observância e aplicação das leis” e que “a decisão de demitir em massa é um ato de vandalismo institucional, na ausência de um projeto que demonstre a capacidade da empresa em cumprir suas importantes atribuições no campo da gestão ambiental”. Encerrando, afirma ser “imperioso que o senhor governador Mário Covas e o senhor secretário de Meio Ambiente Fábio Feldmann dê à Cetesb a chance de ser avaliada através de uma audiência pública como ocorreu em todas as demais empresas estatais”. DESMONTE do Sistema Estadual de Meio Ambiente. **Folha de São Paulo**, 6 mar. 1996, p. 3-5 e 8 mar. 1996, p. 3-3. A economia política, portanto, colonizando o político, no campo social.

Constituição de 1988. Um pouco mais a respeito dessa “educação ambiental”: o relatório assevera que a implantação desta Lei Federal “necessita ir além do processo educacional formal e das iniciativas pontuais, mas estar presente em todas as atividades do homem”, e que “isso só se dará quanto estivermos todos convictos da importância do equilíbrio e da sustentabilidade ambiental para a nossa sobrevivência de forma digna sobre a Terra”.<sup>539</sup> O “equilíbrio da natureza” e a “sobrevivência digna sobre a Terra”, nestes termos, só poderia ser equivalente ao “equilíbrio das taxas médias de lucro”<sup>540</sup> e a “sobrevivência do fetiche”, socializando a sociedade e reafirmando uma universalidade abstrata a partir da ideia de “homem” e “Terra”: o *valor* e a *forma valor*! E os fundamentos dessa mesma sociedade se repõem e se reproduzem a partir dessas médias, desse equilíbrio, desse *consenso* no campo político, e a abertura de mais e mais vias para a acumulação ampliada.

O *consenso* deverá ser buscado, assim, pela “importância e o crescimento das associações comunitárias e a necessidade de valorizar a solidariedade social e a vida comunitária como espaço privilegiado de educação, mudança e promoção social”. De que modo? Com a participação das “ONG’s como expressiva área de atuação dos educadores ambientais e como elemento dinâmico de ligação entre o poder público e a sociedade, fortalecendo parcerias e novos projetos”. A cisão operada no campo político, entre a sociedade civil e o Estado, servindo à reprodução da ordem econômica, só poderá ser “superada”, no chamado *neoliberalismo*, a partir da mediação dos conflitos (criação de consensos, a *política média*, mais uma vez) operada por essas organizações que contam sobremaneira com investimentos de graúdos capitais de grandes corporações (bancos, empreiteiras, grandes indústrias etc.), vinculados direta ou indiretamente ao que se chama de “economia real”, buscando a todo o momento novas formas de alocação (sempre rentáveis, porque o cálculo assim exige) desse capital ocioso. E, certamente, a criação desse *sujeito sujeitado*, ou *sujeito resiliente*, é a condição básica para a completa dominação da economia na totalidade da vida quotidiana, submetendo ainda mais o campo político.

---

<sup>539</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, p. 177.

<sup>540</sup> “Mostramos, pois: que em diferentes ramos industriais, em função da diferente composição orgânica dos capitais e, dentro dos limites indicados, também em função de seus diferentes períodos de rotação, reinam taxas de lucro desiguais e que portanto também com taxa de mais-valia, apenas para capitais com composição orgânica igual – pressupostos períodos de tempo iguais –, vale a lei (como tendência geral) de que os lucros variam de acordo com as grandezas dos capitais, e portanto capitais de igual grandeza. O exposto vale sobre a base, que até aqui foi a base geral de nossa análise: que as mercadorias são vendidas por seus valores. Por outro lado, não há dúvida de que na realidade, abstraindo diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, a diversidade das taxas médias de lucro nos diferentes ramos industriais não existe nem poderia existir, sem abolir todo o sistema de produção capitalista. Parece, portanto, que aqui a teoria do valor é incompatível com o movimento real, incompatível com os fenômenos factuais da produção, e portanto haveria que renunciar de todo a compreender estes últimos.” MARX, Karl. **O Capital**. Livro Terceiro. Tomo 1, 1984, p. 118.



Longe demais com essa constatação? Vejamos o plano de “educação ambiental” um pouco mais. O texto insiste num “enfoque holístico, democrático e participativo”, repondo “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”, “conscientização e apoio ao Plano de arborização de rua que deverá ser desenvolvido pelo Grupo Gestor da OUCVS, de forma a manter, renovar e ampliar a arborização existente”<sup>541</sup> etc. Agora, como relacionar todo o perfume dessas “ações” ao *Banco Mundial* ou ainda à *valorização imobiliária*, ou mesmo ao padrão urbanístico de “torres de escritório”, ou ainda à reconhecida *expulsão* da população original e *desapropriações* advindas com essas concertações entre o Poder Público e a “série” privada, como conceituou Pedro Sales, um dos mentores dessa operação urbana?

No *Relatório 4*, o derradeiro, que é o resultado das proposições desenvolvidas aos relatórios predecessores, há poucos dados, informações e análises que já não tenham sido desenvolvidos no EIA. Assim, este relatório, que é o RIMA, expõe os antecedentes, ou seja, as “experiências de captação de recursos extraorçamentários para investimentos em infraestrutura urbana, obras e equipamentos públicos” que a Prefeitura do Município de São Paulo vinha fazendo nos últimos quinze anos, e que “em determinados perímetros da cidade, onde existe interesse da Prefeitura em incentivar a formação de polos de desenvolvimento”, o Executivo Municipal resolvera adotar “condições especiais de uso da legislação em vigor, flexibilizando normas e procedimentos”, atraindo investidores pela concessão de PAC.<sup>542</sup> Até aí, novamente aparece o jogo mais conveniente, tanto para o Estado quanto para a iniciativa privada, manipulando pedaços ou fragmentos da cidade, reais ou virtuais, conforme um tabuleiro ou um jogo de quebra-cabeças. O que pressupõe, evidentemente, como vimos até aqui, a conformação de normas jurídicas referentes a esse jogo, os acordos tácitos entre as partes, os contratos. Adicionando, o texto afirma que “pelo PDE, a lei específica de uma Operação Urbana prevalece sobre a lei local”, já que “envolve o interesse da municipalidade, e neste caso, também metropolitano, excedendo o interesse meramente local”.<sup>543</sup> Do mesmo modo que certas regiões de fronteira entre países podem

---

<sup>541</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 3...**, 2007, pp. 179-182. Após terem derrubado muitas e muitas árvores, como vemos no próprio EIA...

<sup>542</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 4...**, 2007, p. 16.

<sup>543</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 4...**, 2007, p. 20. Cf. Lei Municipal nº 13.430, arts. 231-234. Tais artigos confirmam a “exceção” posta ao zoneamento a partir da lei específica de uma Operação Urbana Consorciada. Contudo, reiteramos que *não* se trata de uma exceção ao Plano Diretor Estratégico, já que é esse próprio Plano Diretor o *primeiro* a definir quais áreas são passíveis de políticas de exceção por parte da Prefeitura Municipal e, no caso do

ser consideradas “áreas de interesse do Estado”, na defesa contra o possível ataque dos inimigos estrangeiros.<sup>544</sup> O sentido de “guerra urbana”, de “política de exceção” parece permanecer latente o tempo todo quando tratamos de operações urbanas.

Mais uma vez, ressalta o pretense “pioneirismo” do Projeto de Lei da OUCVS, pois, tendo acumulado as experiências das operações urbanas anteriores, coloca a Operação Urbana Consorciada Água Espriada como um laboratório de “metodologia de análise das questões que envolvem impactos ambientais provocados por intervenções urbanas futuras”, estas “relacionadas à probabilidade de execução total ou parcial de diretrizes de projeto”. Tal procedimento teria servido de base ao EIA da OUCVS, que é apontada como “a primeira das novas Operações propostas pelo PDE que está sendo encaminhada à SVMA, através deste RIMA, para obtenção da Licença Prévia Ambiental”.<sup>545</sup>

Desfilando as características, impactos e medidas mitigadoras quanto ao meio físico, biótico e antrópico, a exemplo do EIA, chegamos a uma interessante conclusão por parte do RIMA: o relatório afirma que “o modelo adotado por SEMPLA para o incremento projetado de área construída é *conservador*, pois está referenciado ao crescimento verificado na última década, no Distrito do Butantã” e que, portanto, “estimou-se um crescimento de habitações abaixo das tendências de crescimento verificadas na década de 90”. *Conservador?* O texto considera que, segundo os dados da própria SEMPLA, entre 1991 e 2000, em toda a Subprefeitura do Butantã, houve um incremento construtivo residencial adicional da ordem de 4.327.000 m<sup>2</sup>, e que a OUCVS previa, para os dez anos seguintes à provável aprovação do Projeto de Lei, um incremento de “apenas” 440.784 m<sup>2</sup>, ou seja, 10% do incremento verificado na década de 1990.<sup>546</sup>

Ao final do RIMA, conclui-se novamente que a OUCVS poderá ser considerada como “uma medida mitigadora dos efeitos deletérios provocados por obras co-localizadas e potencializadora de benefícios sinérgicos gerados pelas mesmas”;<sup>547</sup> que é “um elemento

---

Município de São Paulo, é o PDE 2002 que orienta a Lei de Uso e Ocupação do Solo (PRE 2004 em vigor em janeiro de 2013), ou seja, aquela que, entre outras atribuições, define o zoneamento.

<sup>544</sup> “O segredo de Estado, oculto em sua evidência, não se encontra no espaço? A interação entre o Estado e o território é tal que se pode afirmar que um engendra o outro. O que explica a ilusão e a aparência dos homens de Estado. Eles parecem administrar, gerir, organizar um espaço natural. De fato, isto é, na prática, eles subsistem em um outro espaço, primeiramente econômico e social e depois político. Eles acreditam obedecer o que têm em mente: uma representação (do país etc.). De fato, eles estabelecem uma ordem: a sua”. LEFEBVRE, Henri. **De l'État – 4...**, 1978, pp. 278-279.

<sup>545</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 4...**, 2007, p. 24.

<sup>546</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 4...**, 2007, p. 150.

<sup>547</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 4...**, 2007, p. 223.

regulador do crescimento da área de estudo”; que “pode ser entendida como uma forma da municipalidade aproveitar a oportunidade para requalificação de uma localidade estratégica”; que representaria uma “oportunidade ao planejamento municipal de aplicar os instrumentos urbanísticos aprovados pelo Estatuto da Cidade”, que “representa um esforço do planejamento municipal em avançar na construção de uma lei mais completa” e que seu fato gerador do empreendimento é “a alteração da mobilidade local dada pela inserção de uma linha de transporte de massa com articulação metropolitana”, pois “essa ligação permite transpor o Rio Pinheiros” que seria “considerado como uma barreira natural ao crescimento da cidade a oeste, melhorando o desempenho das ligações existentes”.

Então, o “crescimento da cidade” e a “superação da barreira natural do Rio Pinheiros” a esse crescimento, por intermédio do adensamento, não deveria “impactar de modo deletério as redes de serviços na área de estudo” e sequer comprometer a “boa” disponibilidade de áreas verdes e parques públicos para a população da área de estudo. Além disso, o relatório reafirma que “as condições climáticas são boas, com temperaturas amenas de amplitude média relativamente estreita” e “que os níveis de poluição atmosférica atingem os menores índices anuais, em relação às demais áreas da cidade”. Demonstra também que o projeto urbanístico da OUCVS iria “ao encontro dos interesses da comunidade ao demonstrar preocupação” ao limitar as construções em altura, recomendar recuos generosos entre as edificações, “proteger e dar conforto ao caminamento de pedestres nas calçadas”, “incentivar a proteção e incremento das áreas verdes existentes”<sup>548</sup> etc. E, encerrando:

Salienta-se a finalidade precípua da aplicação desse instrumento urbanístico que é evitar a expansão horizontal da malha urbana, otimizando a ocupação da área já urbanizada, contribuindo também para reverter a tendência de evasão populacional que vem se verificando nas últimas décadas na cidade de São Paulo.<sup>549</sup>

Retornado àquela ensolarada manhã de sábado do dia 27 de agosto de 2011, onde todos esses argumentos levantados, esgotados e repetidos pelo EIA-RIMA foram novamente defendidos na fala do Secretário Miguel Bucalem, que, respondendo a um questionamento sobre os reais e efetivos fundamentos do instrumento “operação urbana”, defende a seguinte perspectiva:

---

<sup>548</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 4...**, 2007, pp. 221-223.

<sup>549</sup> SÃO PAULO (Município). **Relatório 4...**, 2007, p. 223.

Sobre a questão de como a cidade se desenvolve, qual é o padrão que ocorreu de desenvolvimento da cidade nas últimas décadas? Você tem uma dinâmica de crescimento muito grande e a cidade se espalhou, ocupando áreas de preservação e criando este grande desequilíbrio entre emprego e população, que é o grande desafio que nós temos hoje para a cidade. Não é possível que uma cidade possa ser *competitiva* e possa ser *justa* se parte da sua população tem que perder 3, 4 ou 5 horas para poder ir trabalhar e voltar. Este é o principal desafio, isto é ruim do ponto de vista ambiental e essa é a grande questão que precisamos acordar junto com outras, como habitação, etc., mas esse é um grande desafio. E qual deve ser na visão, uma estratégia, é ocupar de forma mais eficiente as áreas que tem infraestrutura. Por quê? A população da região metropolitana cresce, ela cresce a 1% ao ano, são 200.000 novos habitantes ao ano que vão se localizar nessa região. Ela cresce economicamente, então, gera novas atividades econômicas. Essas atividades econômicas têm também que se instalar na cidade. E o que cabe, elas devem... Se a gente não fizer nada, elas cada vez mais, as habitações vão ser colocadas mais nas áreas periféricas e você vai perpetuar esta dinâmica perversa de deslocamento na cidade.<sup>550</sup>

Sobre *competitividade* e *justiça social* poderemos traçar algumas hipóteses. Em uma sociedade onde a separação é a marca primordial de sua própria reprodução, ou seja, onde o produto se torna estranhado, alienado, de seu produtor, e onde tal produto se apresenta contendo o mistério próprio dessa alienação primordial, tornado representação, só poderia operar pela via da *equivalência*. Assim como o *consenso* e a *política média*, formas basilares da reprodução social, política e econômica dessa sociedade, operados a partir das estratégias do espaço, incluindo suas primordiais contradições, somente uma sociedade desse nível poderia reproduzir, via pronunciamento de um “homem de Estado”, que a *competitividade* (uma categoria carregada de sentido econômico, com vistas à própria mundialidade do capital, sua reprodução ampliada) possa sugerir, imediatamente, no plano do discurso, o auge à figura da *justiça social*. E ambas as categorias, apresentadas de modo afeito ao cálculo racional, aos 200.000 novos habitantes que exigem nova expansão do tecido urbano, e que essa racionalidade prontamente nomeia de “crescimento horizontal” ou “crescimento vertical”, se questiona quanto às “soluções” e se pensa em produzir as “políticas públicas” necessárias ao enfrentamento do “crescimento urbano”, por meio da administração do “caos

---

<sup>550</sup> Pronunciamento do Secretário Miguel Luiz Bucalem na Audiência Pública sobre a OUCVS, em 27 ago. 2011.

urbano” e ao controle dos ímpetos exclusivistas e elitizantes do mercado imobiliário. Desse ponto, a insistência no adensamento, via operações urbanas, forneceriam a solução formal mais adequada a regiões que poderão atrair maior interesse por parte dos investidores e seus negócios urbanos, auferindo a *mais-valia urbana*, realizando a *justiça social* e a *função social da propriedade* a partir do *solo criado*. Como nos ensina Lefebvre:

O Estado moderno necessita de uma história porque ele a detém e dela resulta. Ao mesmo tempo, ele requer a mundialidade em formação e de várias formas; mundializado ele mesmo, ele caminha com o mercado mundial, com as firmas mundiais, com a constituição do espaço mundial. Quem diz “mundialidade” diz *espacialidade* e não *temporalidade*. O tempo domina o espaço no decorrer da história, depois, o espaço predomina sobre o tempo. Espacialidade, temporalidade, historicidade, mundialidade, esses conceitos globais, esclarecedores, são pouco “operacionais”, como dizem os pragmatistas e os tecnocratas, e pouco “pontuais”.<sup>551</sup>

A racionalidade necessária, as políticas do espaço, a espacialidade predominando sobre a temporalidade... O Estado reafirma a sua completude quando se totaliza produzindo e reproduzindo espaço, realizando a fusão entre o político e o econômico, operado no campo social. Assim nasceu a OUCVS e desse modo sobreviveram seus pressupostos, pelo menos enquanto este empreendimento esteve em um horizonte mais palpável, tanto aos “proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados”, conforme os balizam formalmente nos textos legais o instrumento “operação urbana consorciada”.

---

<sup>551</sup> LEFEBVRE, Henri. *De l'État 4...*, 1978, p. 326. Grifos do autor.

## A política urbana: os planos de ontem e de hoje

Em 19 de junho de 2012, realizou-se, na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, uma Audiência Pública, convocada pelo Vereador Eliseu Gabriel, cujo tema versaria sobre “as possíveis soluções para o desafio da mobilidade na Rodovia Raposo Tavares e seu entorno”. Segundo a própria nota de convocação da Audiência, a rodovia fora construída para conectar a cidade de São Paulo a outros municípios, e que “funciona hoje como uma grande avenida, lançando grande volume de veículos sobre vias que não comportam tal fluxo, na chegada à cidade”. Deste modo, constata-se que “gigantescos congestionamentos diários causam enorme transtorno não só aos que trafegam por ela, mas também aos que vivem em bairros do entorno”. Além disso, prevê que “a tendência é de piora, considerando o crescente adensamento populacional ao longo da Rodovia e a falta de transporte coletivo e não motorizado para atender a essa população”. Quanto ao Poder Público, a nota afirma que “Estado e Município têm propostas para tentar resolver o problema, mas as informações para a população são escassas e desconstradas”.

Diante deste quadro, os questionamentos a serem debatidos entre os participantes, “especialistas, representantes de governo, do legislativo, do ministério público, da sociedade civil organizada e da comunidade em geral”, seriam da seguinte ordem:

1. Quais as propostas dos órgãos que representam, para resolver as dificuldades de trânsito na Rodovia Raposo Tavares.
2. Em que estágio se encontram essas propostas e qual seria o cronograma de desenvolvimento das mesmas.
3. De que forma acreditam que essas medidas atenderão à população afetada, e em que estudos se baseiam para essa análise de resultados.<sup>552</sup>

Ao iniciar a Audiência Pública, o Vereador Eliseu Gabriel reforça que o encontro decorria da “solicitação, por pressão dos moradores e pessoas do entorno”, e que considerava positivamente tal reivindicação, pois dizia acreditar que “certamente a solução pra região vai ser muito melhor se houver essa participação democrática”. Procede à apresentação dos componentes da mesa principal, a maioria representante de órgãos públicos municipais e estaduais: *Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), São Paulo*

---

<sup>552</sup> SÃO PAULO (Município). Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo. Comissão de Administração Pública. **Convite**. Mais informações a respeito dos preparativos e convite para esta audiência, bem como sua gravação integral, podem ser acessados em: <<http://www.eliseugabriel.com.br/novo/news.php?id=1447>> e <http://www.eliseugabriel.com.br/novo/news.php?id=1455>>. Acesso em 2 fev. 2013.

*Transporte* (SPTTrans) e *Companhia de Engenharia de Tráfego* (CET). Questionando aos presentes se a dinâmica da Audiência poderia ser invertida em relação ao que ocorre “de praxe”, ou seja, conferindo as primeiras falas aos inscitos da plateia (de modo a “levantar o problema”) e depois às respostas e/ou exposições das autoridades, o Vereador convoca três pessoas, inicialmente, para exporem suas falas e questionamentos.

O primeiro a falar, Pedro Falsarella, representante da *Associação de Amigos do Jardim Olympia* (ASAJO),<sup>553</sup> expõe sua preocupação quanto aos crescentes congestionamentos da rodovia, afirmando que “o crescimento que ocorreu na região foi muito grande, muitos prédios, muitos condomínios”, que a região teria recebido “um fluxo de carros muito grande, vindos do anel viário, do Rodoanel”, e que a situação da rodovia estaria “impossível”. Afirma também que teria organizado na página eletrônica *Petição Pública* um abaixo assinado que, em pouco mais de um mês, teria colhido cerca de 6.000 assinaturas “de pessoas que passam pelo mesmo problema”, e que já havia sido encaminhado a “várias autoridades, governador, prefeito, secretarias, prefeituras de todos os municípios em torno da rodovia”, onde haveria propostas de alternativas para “a solução dos graves problemas de congestionamento”.<sup>554</sup>

A segunda fala, de Délia Costa, do *Movimento em Defesa da Granja Vianna*, se reporta à leitura de um artigo publicado on-line, intitulado “urbanização e circulação na Rodovia Raposo Tavares”.<sup>555</sup> Questionando as razões dos congestionamentos diários do trecho urbano da Rodovia Raposo Tavares, o autor do artigo, Daniel Nobre, responde que tais congestionamentos decorreriam do “descontrolado processo de urbanização na região oeste da metrópole”, ao longo dos eixos tanto da própria Raposo Tavares quanto da Rodovia Presidente Castello Branco, o que colocaria em tais rodovias “milhares de novos veículos

---

<sup>553</sup> Bairro localizado no km 14 da Rodovia Raposo Tavares, sentido capital, ao lado do Shopping Raposo.

<sup>554</sup> O abaixo-assinado em questão, intitulado “**A Rodovia Raposo Tavares pede socorro (km 10 – km 62)**”, esteve circulando, no mês de abril de 2012, em listas de e-mails, sobretudo na lista da *Rede Butantã*, que será detalhadamente apresentada no Capítulo 3. O abaixo-assinado, inicialmente hospedado no link <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=raposo>>, e indisponível neste momento, propunha, entre outras medidas, a “implantação de um monotrilho ou assemelhado na Raposo ligado ao Metrô e a rede de trens da CPTM”, bem como de “vias alternativas à Raposo entre os municípios de São Paulo e Cotia” e a “criação de alternativas para o acesso direto da rodovia Raposo Tavares de/ou para a Marginal Pinheiros, as avenidas Francisco Morato e Morumbi e rua Alvarenga, de maneira a eliminar o farol existente no início/fim da rodovia”. Ressalte-se que muitos desses termos receberam críticas de outros participantes da própria Rede Butantã, dentre elas que a construção de “vias alternativas” ou “complexos viários” serviriam tão-somente de incentivo ao uso do transporte individual, o automóvel, além de servir às concessionárias de rodovias que porventura teriam interesse em administrar esse trecho específico da Rodovia Raposo Tavares e torna-la rentável, instalando praças de pedágios e se utilizando de obras de altíssimo impacto social e ambiental, como a duplicação do referido trecho. Este debate será igualmente retomado no Capítulo 3 desta Tese.

<sup>555</sup> NOBRE, Daniel. Urbanização e Circulação na Raposo Tavares. *Jornal D'Aqui*, 4 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.jornaldaqui.com.br/materia.php?id\\_artigo=5374&id\\_categoria=10](http://www.jornaldaqui.com.br/materia.php?id_artigo=5374&id_categoria=10)>. Acesso em: 2 fev. 2013.

todo ano”. Afora às críticas ao “mau planejamento” do tecido urbano dos municípios adjacentes a ambas as rodovias (má infraestrutura de circulação, falta de “espaços de trabalho”, “estrutura de abastecimento adequada” e “serviços públicos e privados necessários”), lista a “ausência de intervenções significativas na última década para melhoria do tráfego na Raposo e nas demais vias estruturais da região” como “mais um reflexo da falta de controle e planejamento sobre a urbanização”. Assim, aprofundando essa perspectiva a respeito das “causas do mau planejamento”, o autor do texto assevera que “na história da metrópole paulistana [...] a urbanização”, entendida no texto como “a ocupação do território”, chegaria antes da infraestrutura, “contrariando todos os conhecimentos em urbanismo, engenharia, saúde, economia, sociologia” e que, “sob o enfoque da busca pela lucratividade”, haveria “uma lógica bastante objetiva dessa história”, que seria, conforme destacado no texto pelo autor: “cria-se o problema para depois vender a solução”. Coroando a argumentação, o autor relata que “toda a região oeste é alvo hoje de pesados investimentos de abastecimento de água e energia para atender aos projetos do mercado imobiliário nas próximas décadas”, destacando “projetos de instalações e infraestrutura logística de âmbito metropolitano, desenvolvidos em parte pelo governo estadual”, projetos esses que seriam “escondidos da discussão pública por conta os enormes impactos ambientais [...] e por conta da especulação imobiliária”. Após essas importantes críticas às contradições inerentes ao processo de urbanização nos termos da valorização do valor, mais uma vez, o autor insiste no “bom planejamento”, que seria a necessidade do Poder Público “orientar, controlar e dirigir o mercado imobiliário”, de que modo que ele “produza uma urbanização ambientalmente adequada, socialmente justa, garantindo a qualidade de vida das pessoas”. Aqui cabem duas questões: não seria exatamente esse o discurso do “bom planejamento”, prontamente absorvido pela economia política do urbano, este que se mostra exatamente incutido à própria concepção da OUCVS? Não seria a OUCVS aquela que realizaria um “controle do mercado imobiliário”, visando “uma urbanização ambientalmente adequada” e “ambientalmente justa”, devido à chegada da Linha 4 do Metrô e os outros “projetos co-localizados”?

Mais ainda sobre as *soluções* ao problema dos congestionamentos da *rodovia-avenida* em questão, conforme levantados por participantes da plateia. A terceira fala, de Rodolfo Melo, representante do *Movimento Voto Consciente Cotia*, se reporta à sua preocupação com “os estreitamentos que estão acontecendo” na própria rodovia e pelos “fechamentos de área pública”. Constatando que a Rodovia Raposo Tavares teria se tornado uma “grande avenida”, assevera que suas vias laterais “são fechadas com condomínios que se tornam



bairros”, que a própria rodovia tem curvas de geometria inadequada, um tráfego pesado de caminhões e ausência de acostamentos. Finalizando, afirma a pretensa necessidade da abertura do trânsito interno entre os bairros do município de Cotia, muitas vezes interditados pela própria existência dos condomínios, asseverando que se “antigamente” um loteamento (de classe média e média alta) crescia e se tornava um bairro aberto, “atualmente” este se tornaria um bairro fechado.

Essa fala bem que se remete ao discutido no Capítulo 1 desta Tese, onde se apresentou a economia operada pelos caminhos de tropeiros das terras de Butantã entre os séculos 18 e 19, momento em que os constantes fechamentos desses mesmos caminhos por “cercas e vallos” produziam pesadas querelas, muitas vezes a serem debatidas e resolvidas exatamente na mesma Câmara de Vereadores da Cidade de São Paulo. E remete também à própria economia se forjando a partir da composição e controle dessas vias de circulação, entre a metrópole e o “sertão”. Consciente do salto quantitativo e qualitativo das forças produtivas entre o século 18 e o contemporâneo século 21, seja em relação à mundialidade do capital, seja em relação aos aspectos inerentes à formação social brasileira no período, é de se notar o quanto certas formas persistem, o quanto se operam as contradições do espaço. Retomemos, a partir de alguns notáveis acontecimentos a respeito dessas estratégias, uma importante discussão do Capítulo 1: *caminhos e fronteiras em sua territorialidade*, a partir da constituição da própria territorialidade do Estado brasileiro.

No início do século 20, mais precisamente no ano de 1908, chega ao Rio de Janeiro um jovem piloto francês, chamado *Conde de Lesdain*,<sup>556</sup> que havia acabado de realizar “um longo reide no norte da África”. Logo, teria feito “o seu círculo de amizades” e teria sido acolhido por um grupo de automobilistas, que, pertencendo ao “mais alto escalão social”, haviam fundado o *Automovel Club do Brasil*, em 27 de setembro de 1907, naquela mesma cidade.<sup>557</sup> Conversando a respeito de suas “aventuras na Argélia, no Marrocos e até na China”, Lesdain anunciou que iria subir de automóvel o morro do Corcovado; no entanto, essa empreitada seria um imenso desafio, já que não haviam leitos carroçáveis para automóvel entre a base e o topo daquele morro. Assim, acompanhando o leito da “pequena ferrovia do Corcovado”, consta que “em alguns trechos mais difíceis, o Brasier [automóvel

---

<sup>556</sup> **Jacques-Gustave-Joseph Bouly de Lesdain** (1880-1974). Diplomata e colaborador do periódico francês *L'illustration*. Traços biográficos desse interessante personagem podem ser conferidos em: <<http://histpresseillustrree.blog.lemonde.fr/2010/07/21/jacque-de-lesdain-itinerare-dun-collaborateur/>>. Acesso em 2 fev. 2013.

<sup>557</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, p. 40.

conduzido pelo Conde] salta fora dos trilhos e quase despenca nos abismos, sendo então puxado e empurrado por trabalhadores da ferrovia”.<sup>558</sup> Chegando ao alto do morro, a façanha se torna notícia e, logo em seguida, o Conde anunciava outro empreendimento: a primeira viagem rodoviária do Brasil, justamente entre as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>559</sup>

Tendo pesquisado que havia alguns caminhos existentes, desde o ano de 1574, e que foram “percorridos a cavalo pelo Príncipe Regente, algumas semanas antes de proclamar a independência em São Paulo”, planejou que, em sendo tais caminhos inviáveis em alguns trechos, colocaria seu automóvel “sobre os trilhos da Central do Brasil”. No dia 7 de março, pela madrugada, partia do Rio de Janeiro com mais três companheiros: Trotet, Conte e Vivès. Enfrentando muitas dificuldades em transpor as áreas de lamaçais e desconhecendo as rotas que partiam de certas localidades, os quatro aventureiros encontram, muitos quilômetros adiante do Rio de Janeiro, o Major Luís Barbosa da Silva, “um fazendeiro e chefe político”, que conheceria todos os caminhos e se oferecera a se juntar aos quatro na viagem até São Paulo. Logo após, passando por valas, áreas alagadas, outros lamaçais e um lajedo de dois quilômetros à beira de um precipício, conseguem alcançar a cidade fluminense de Barra Mansa.<sup>560</sup> Atravessam o leito de outra estrada de ferro, atingindo a cidade paulista de Bananal, onde permanecem três dias, devido a problemas com abastecimento. Entre São José do Barreiro e Areias, os quatro, com pás e enxada “praticamente têm de restaurar três quilômetros de estrada, por onde nem animais com cargueiros conseguem passar”. Nas cidades seguintes, os aventureiros foram recebidos de modo festivo em algumas delas, em outras, os moradores “fazem o sinal da cruz ouvindo o ronco” do automóvel.

Nas cidades do Vale do Paraíba paulista, as estradas seriam, em geral, bem conservadas, embora alguns atoleiros e rampas elevadas se apresentassem esporadicamente, como em Pindamonhangaba ou ainda entre Jacareí e Santa Isabel. Entre Poá e São Miguel, bem próximo a São Paulo, “lançam mão de picaretas para tornar acessíveis alguns trechos da estrada”. Em Conceição de Guarulhos, “o Brasier é escoltado por dois motociclistas” e, na vila da Penha, os “habitantes se sobressaltam com o ronco que vem da velha estrada do

---

<sup>558</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, p. 41.

<sup>559</sup> Os acontecimentos dessa viagem estão detalhados em: O RAID Rio-São Paulo: impressões do Conde Lesdain. **O Estado de São Paulo**, 13 abr. 1908, p. 4.

<sup>560</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, p. 42.

Rio”, onde logo mais “centenas de moradores cercam o automóvel, que para perto da Matriz”, já nas 17 horas do dia 11 de abril de 1908. Às 18:30, Lesdain e sua comitiva passam pela Rua 15 de Novembro, centro de São Paulo; no dia seguinte, 12 de abril, domingo, todos foram se encontrar com jornalistas e uma considerável multidão no Parque Antártica, que foi cumprimentá-los pela aventura de 36 dias, entre as duas maiores cidades do Brasil.<sup>561</sup>

Em 13 de abril, Antônio Prado Junior, “líder dos automobilistas paulistanos”, convocou alguns “dos seus amigos mais íntimos para uma reunião urgente” na Chácara do Carvalho, na Barra Funda, onde Prado Junior afirmou que Lesdain viria colocá-los diante de “um dilema patriótico e de amor-próprio paulista”, ao que Clóvis Glicério teria concordado, pois, tendo estudado nos Estados Unidos, “onde havia observado a crescente influência das rodovias”, aproveitou a oportunidade para ponderar:

Não podemos ficar para sempre da dependência da São Paulo Railway. Afinal, pelo porto de Santos se escoam a maior parte da riqueza do Brasil que é o café. Portanto, devemos fazer alguma coisa para estimular as autoridades, o comércio e a indústria. Precisamos iniciar o plano rodoviário estadual e o caminho mais rápido é a ligação sem trilho entre a Capital e Santos.

Mário Cardim, redator do Jornal “O Estado de São Paulo” questionava porque não se faria de automóvel, pela primeira vez, esse caminho entre São Paulo e Santos. Daí, Beto Canabarro, “homem rude do sertão que enriquecera vendendo bois em Goiás e Mato Grosso”, teria assentado sua mão na mesa e dito, “com seu sotaque caipira”: “*Pois é, vancês homes da cidade, armofoadinhas, pode tê medo do mato. Eu é que nan tenho. Bamo pr’a Santos*”.<sup>562</sup> A partir daí, começaram os preparativos para a empreitada, cuja viagem seria trilhada por uma antiga estrada que, desde seu primeiro uso, em 1553, fora restaurada inúmeras vezes, até 1852, data da sua remodelação pelo Comendador José Vergueiro. A partir de 1867, momento da inauguração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, “começa o declínio da ligação rodoviária entre São Paulo e o seu porto marítimo” e o Caminho do Mar, esquecido pelas autoridades, é utilizado tão-somente por carros de boi e pelas tropas de bestas que descem carregadas para Santos. Em 16 de abril de 1908, às 6:30 da manhã, partiam dois automóveis do centro de São Paulo e, depois de muitos atoleiros, caminhos estreitos e repletos de obstáculos, próprios de uma estrada abandonada havia quarenta anos, mais a desistência de um dos condutores (Paulo Prado) ao se deparar com o Alto da Serra do Mar, o veículo

---

<sup>561</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, pp. 44 e 46.

<sup>562</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, pp. 50 e 52.

remanescente, conduzido por Bento Canabarro, Mário Cardim e Clóvis Glicério chegava a Santos, no dia 17 de abril, às 19:00, 36 horas e meia após a partida de São Paulo.<sup>563</sup>

Ainda em 1908, o então Secretário Estadual da Justiça e Segurança Pública, *Washington Luís Pereira de Sousa*,<sup>564</sup> então com 38 anos de idade, costumava fazer excursões de automóvel pelos arredores de São Paulo, de modo a “respirar um pouco de ar puro e retemperar as energias exgotadas durante a semana e tão indispensáveis ao seu systema de trabalho intenso”. Conduzindo um Berliet, era com dificuldade que o motorista conseguia vencer os caminhos tortuosos e esburacados e, por onde seu carro passava, os moradores lhe pediam que mandasse consertar as estradas para que pudessem levar “os seus productos da pequena lavoura ao mercado da Capital”.<sup>565</sup> Consta que os chacareiros dessas regiões cansavam de reclamar das condições das estradas, ao que as autoridades não atendiam e que somente nas câmaras municipais do interior era onde se faziam consertos nas estradas, auxiliados pelos fazendeiros, a exemplo do que ocorria na São Paulo do Período Imperial, conforme verificamos no Capítulo 1. Enquanto que, na Capital, as prioridades pareciam ser “os serviços de calçamento, água, esgotos e luz elétrica” das áreas centrais, para uma população que já estava na casa dos 400 mil habitantes naquela primeira década do século 20, o então secretário Washington Luís teria intercedido junto ao Prefeito de São Paulo na época, Raimundo Duprat, de modo a restaurar alguns caminhos e estradas pela cidade.<sup>566</sup> Nas estradas por onde Luís teria trafegado em um desses passeios dominicais, entre Santo Amaro, passando pela Estrada de Itapecerica e chegando ao M’Boy (Embu) e voltando para São Paulo via Taboão, Itararé, Barreira (os dois últimos eram bairros rurais do trecho paulistano da Estrada de M’Boy, conforme o *mapa 1.3* desta Tese) e Pinheiros, as condições de tráfego eram copiosamente difíceis para os automóveis. À época, publicou-se que essas estradas estavam abertas pelo menos desde o século 18, segundo atestavam alguns documentos e “velhas construções, relíquias admiravelmente conservadas, existentes em M’Boy e Itapecerica”, e que ninguém “se havia lembrado de percorrer, em automóvel, essas

---

<sup>563</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, p. 54.

<sup>564</sup> **Washington Luís Pereira de Sousa**, (26/10/1869 – 04/08/1957) Secretário de Justiça e Segurança Pública de São Paulo entre 13/03/1906 e 01/05/1912; Prefeito do Município de São Paulo entre 15/01/1914 e 15/08/1919; Presidente do Estado de São Paulo entre 01/05/1920 e 01/05/1924 e Presidente do Brasil entre 15/11/1926 e 24/10/1930.

<sup>565</sup> FONSECA, Luiz Antonio Pereira da. **Memoria**. CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 3. **Anais...**, 1924, v. 2, pp. 245-246.

<sup>566</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, p. 58. **Raimundo da Silva Duprat**, prefeito de São Paulo entre 16/01/1911 e 14/01/1914. Consta que, em 1908, o Barão de Duprat exercia inteiramente esse cargo, que naquele momento era ocupado oficialmente por **Antônio da Silva Prado**, prefeito entre 07/01/1899 e 15/01/1911.

vias de comunicação entre S. Paulo e taes localidades”. Igualmente, afirmava-se que “todos hesitavam diante do imprevisto, receiosos de inutilisar suas machinas, sujeitando-se, em taes condições, á situação grotesca do voltarem humilhados, com as machinas rebocadas por juntas de bois”. Assim, “ninguém se aventurava”, porque “os mais corajosos chegavam até Pinheiros [!] e, na volta, á noite, nas rodas de sport, contavam o grande acontecimento sportivo...”<sup>567</sup>

Diante daquele quadro, no início de junho de 1908, Washington Luís teria se reunido com o Antônio Prado Junior, Sílvio Álvares Penteado, José Paulino Nogueira Filho, Numa de Oliveira e Clóvis Glicério, a quem Luís relatava sua experiência nessa excursão. Antônio Prado Jr. teria respondido que já havia imaginado que as Estradas de Santo Amaro, Itapeperica da Serra e Embu seriam o percurso ideal para uma corrida de automóveis e que, acrescentando a saída e a chegada na cidade de São Paulo, teria um completo circuito automobilístico; Luís respondeu, porém, que as estradas estavam em condições muito precárias. Em contra-resposta, Prado Júnior indicou a ajuda do prefeito interino Duprat, juntamente com o Secretário da Agricultura, Antônio Cândido Rodrigues, cuja competência se estendia à manutenção das estradas estaduais.

Iniciados os trabalhos, Clóvis Glicério, diplomado nos Estados Unidos e conhecedor do sistema prático do trabalho rodoviário, “[começou] a dirigir o serviço de reparação das estradas de Santo Amaro, Itapeperica da Serra e Embu”, ao passo que, no perímetro urbano, trabalham “técnicos e operários da Prefeitura de São Paulo”, de modo a melhorar o calçamento das “principais vias públicas em que vai ser desenvolvida a competição”.<sup>568</sup> Assim, estava finalmente preparado o cenário para a realização da primeira corrida automobilística da América do Sul: após a fundação do *Automovel Club de São Paulo*, em 11 de junho, tal instituição organizou e realizou o “Circuito de Itapeperica”, no dia 26 de julho de 1908, um domingo.<sup>569</sup>

---

<sup>567</sup> CIRCUITO de Itapeperica – A grande corrida. **O Estado de São Paulo**, 26 jul. 1908, p. 4.

<sup>568</sup> GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**, 1988, p. 60.

<sup>569</sup> Note-se o entusiasmo e o ufanismo do anúncio deste acontecimento, ao gosto de uma aristocracia que se queria afirmar a partir dos símbolos da modernidade eurocêntrica e confirmando uma espécie de nacionalismo paulista (ou paulistano?). Vejamos. “S. Paulo realisa hoje o maior acontecimento sportivo da America do Sul, pois é a primeira vez que no continente sul-americano se faz uma corrida de automoveis em estrada de rodagem. Exultem os paulistas, exultem os organizadores de tão notável acontecimento sportivo, com a honrosa primazia desse empreendimento, digno dos nossos mais sinceros applausos, pois é justo o seu jubilo. Hoje o nome de S. Paulo será levado aos pontos mais longinquos do Universo, colocando assim o mais importante Estado do Brasil ao lado das principaes capitaes europeas em que, quasi que exclusivamente, se têm feito corridas de automóveis.” CIRCUITO de Itapeperica – A grande corrida. **O Estado de São Paulo**, 26 jul. 1908, p. 4.

Essas experiências pioneiras com o mundo do automobilismo esportivo vão, certamente, muito além do mero esporte. Como vimos, vários desses personagens detinham, àquele momento, notável proeminência política e/ou econômica sobre aquela próspera cidade, que crescia explosivamente, tanto econômica quanto demograficamente. Assim, tendo assumido a Prefeitura de São Paulo no ano de 1914, sucedendo à gestão Duprat, Luís teria herdado “um sem-número de problemas a serem resolvidos, destacando-se o colossal passivo”, que se dava ao “endividamento exacerbado” nas duas gestões anteriores, “decorrente de empréstimos onerosos para obras de embelezamento da cidade, com prazo curtíssimo de amortização e juros exorbitantes, efetuados com base na previsão de receita, crescente nessa época”. Após 1916, tomando empréstimo no exterior, “com a finalidade de consolidar a dívida existente” e melhorar as condições de pagamento, resolve-se esse “grave dilema financeiro”.<sup>570</sup>

Assim, entre 1917 e 1919, consegue desenvolver melhor “seus projetos de modernização com a realização de grandes eventos de impacto”, como a *Primeira Exposição Industrial de São Paulo* e o *Congresso Paulista de Estradas de Rodagem*, ainda no ano de 1917. Assevera-se que o envolvimento de Luís com a estética conhecida no Brasil como neocolonial, a partir do “incentivo a arquitetos, pintores e escultores por intermédio de obras encomendadas”, expressaria “uma tendência nacionalista que começava a se manifestar na produção do meio intelectual paulista”, decorrente do resgate de “um mito de origem regional, o do bandeirante” e da exaltação de “suas façanhas, intrepidez e espírito de aventura que possibilitaram o avanço da fronteira”. Tais características seriam naturalmente justificativas da pretensa hegemonia de São Paulo sobre o restante do país.<sup>571</sup>

É exatamente neste contexto que se abrem os trabalhos do *1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem*, realizado em São Paulo, entre os dias 31 de maio e 7 de junho de 1917. No início daquele mesmo ano, um dos principais organizadores e incentivadores do evento, o então Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Sr. *Cândido Motta*, tomara a iniciativa de reunir em um congresso “os representantes das câmaras municipais, engenheiros, industriais, lavradores etc.”, para estudo e discussões de teses a respeito da questão rodoviária, de modo a obter estradas construídas sob um plano previamente determinado e em condições técnicas convenientes, de modo a serem

---

<sup>570</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. **O Prefeito do Progresso...**, 2005, pp. 29-30.

<sup>571</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. **O Prefeito do Progresso...**, 2005, p. 30.

plenamente trafegáveis em qualquer época do ano.<sup>572</sup> Abrindo a Primeira Sessão Plenária, o Sr. Cândido Mota dá o tom das discussões que se processavam naquele momento, sobre o “problema rodoviário”.

As estradas dizia um velho e notavel parlamentar paulista, são como que arterias fecundas no seio do paiz, inoculando-lhe a seiva, imprimindo-lhe a força, despertando-lhe o movimento, a actividade. São portas vastas por onde tem de penetrar a luz que deve esclarecer o povo. O homem nasceu para a sociedade, os individuos reúnem-se na familia; as familias reúnem-se no povo; os povos reúnem-se na humanidade. A familia tem o lar, o povo a Patria, a humanidade o Mundo. Todos os que vivem sobre a terra devem unir-se pelo amor: o genero humano constitue a familia universal. Abri vias de comunicação, pois, entre os povos, e será cumprida a lei eterna da organização social. As estradas serão laços poderosos que prenderão os povos pela fraternidade e pela coadjuvação em bem da felicidade commum. Mantendo relações entre si, aproximando-se, unindo-se, os povos firmam a paz e a alliança que os devem tornar fortes e respeitadas. [...] As estradas serão braços robustos entrelaçando os filhos de um mesmo lar em torno da chaminé da familia; serão cadeias de ouro prendendo o povo á sua nacionalidade e constituindo uma nação unida, forte e poderosa. Feche as estradas de um paiz, segregae as cidades e povoações, e as cidades e povoações serão tumultos sem ar e sem luz. Acostumando-se a viver de si e para si, sem a força que nasce da união, sem o progresso que se deriva do esforço commum, ellas não sentirão a chamma do patriotismo, que purifica o povo, não sentirão o amor da Patria que faz o bom homem para ser o bom cidadão!<sup>573</sup>

O nacionalismo, o naturalismo e o positivismo parecem ser a retórica mais contundente deste anúncio, onde as estradas teriam a função primordial de conectar os diversos lugares, primar pela “fraternidade” e “solidariedade” entre os diferentes povos, com vistas à consolidação do poder do Estado sobre o território, onde a “família” e a “chaminé” da fábrica formariam uma unidade indissociável. Continuando, o mesmo orador apela ao “atavico character” do “paulista”, que conjuntaria ao caráter de povo “essencialmente conservador”, pois adicionando à rede de estradas de ferro existentes haveria a premente necessidade de se aperfeiçoar (ou mesmo reconstruir) as estradas de rodagem do Estado de

---

<sup>572</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. **Histórico e Situação da Rede Rodoviária...**, 1940, p. 9.

<sup>573</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. **Anais...**, 1917, v. 1, p. 37.

São Paulo. E mais: “fazendo o automóvel o complemento e o mais poderoso auxiliar da estrada de ferro”, ao que o conferencista reconhece as dificuldades daquela empreitada, questionando: “algum dia, encontrou o paulista barreiras insuperáveis aos seus nobres desígnios?”<sup>574</sup>

Adiante, após ter apresentado os crescentes investimentos em manutenção das estradas de rodagem, entre 1910 e 1916, o conferencista Mota afirma que as estradas vicinais, comparáveis aos “capillares do organismo animal”, mereceriam especial cuidado. Lembra que em tempos mais antigos, “taes estradas eram feitas e conservadas pelo systema de mão commum”, onde os fazendeiros de cada bairro mandavam seus escravos, “em certo dia do anno”, fazer os caminhos de parceira com os vizinhos e que, enquanto perdurou a escravidão, “esse methodo si bem que de resultados relativos, preenchia os seus fins”. Completando, afirma que o fim da escravidão e o advento do “trabalho livre” e com “o salario mais pesado”, a situação foi se modificando de tal monta que se teria chegado à quase falência do processo da *mão comum*, pois “si uns mandavam seus camaradas, outros, contando aproveitar o serviço do vizinho, não o faziam”, ocasionando abandono, por todos, do trabalho de conservação das estradas, tornando-as “pessimas com prejuizo dos proprios interessados”.<sup>575</sup>

De fato, o problema noticiado pelo egrégio conferencista fora também relatado, alguns anos depois, por *Carlos Quirino Simões*, ao afirmar que, tendo ingressado na Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo, no ano de 1913, teria tido a incumbência de fiscalizar as estradas municipais subvencionadas pelo Governo do Estado, já que este oferecia auxílio pecuniário para conservação e melhoramentos das ligações intermunicipais. Afirmava, também, que esta subvenção conferia ao Estado o poder de exigir certos preceitos e condições gerais que tornassem as estradas, “gradativamente, vias de comunicação fáceis e rápidas”, exigindo largura uniforme (4 metros), valetas de drenagem, sarjetas, empedramento dos trechos úmidos ou atoláveis, além da construção de pequenas variantes “tendentes a suprimir fortes subidas ou encurtar trechos sinuosos em favor do tráfego dos veículos” que majoritariamente circulavam naqueles primeiros anos do século 20: o tróli e a carroça.

---

<sup>574</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. *Anais...*, 1917, v. 1, p. 39.

<sup>575</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. *Anais...*, 1917, v. 1, pp. 40-41.



Simões relata também que, tendo chegado os primeiros automóveis a São Paulo, haveria a necessidade de se compor novas condições para seu livre tráfego, e que as estradas percorridas por trólis e carroças não condiriam mais às condições técnicas necessárias a veículos automotores, conforme apontado no Capítulo 1. Assim, no mesmo ano de 1913, o então Deputado Estadual Washington Luís reclama na Assembleia Legislativa o projeto que se converteu na Lei Estadual nº 1.406, de 26 de dezembro daquele ano, que “estabelece o regimento penitenciário do Estado de S. Paulo”, destinando, em seu artigo 6º, que, enquanto não estivessem prontas as edificações da penitenciária ora em construção no Carandiru, “os condenados a que se refere o artigo 1º desta lei, trabalharão de preferencia na abertura, construção e conservação de estradas publicas de rodagem”, e que tais estradas seriam designadas em forma de decreto pelo próprio Governo Estadual. Neste regime, teria sido reformada a antiga Estrada do Vergueiro, entre São Paulo e Santos, logo depois substituída por outra, construída a partir da iniciativa particular do “Dr. Rudge Ramos”, “inteiramente nova e exclusivamente destinada ao veículo-motor no mesmo trecho citado”, a que se deu o nome de “Caminho do Mar”.<sup>576</sup> Após a regulamentação da referida lei, pelo Decreto Estadual nº 2.585, de 15/07/1915, “a que deu normas para os trabalhos dos sentenciados, foi em 1916 “atacada a estrada São Paulo-Campinas” pelos condenados, na presidência de Altino Arantes,<sup>577</sup> sendo o Secretário de Justiça o “Dr. Eloy Chaves”, e essa teria sido a primeira via pública a ter obedecido as condições técnicas e a única estrada a ter sido construída pelos sentenciados nos termos dessa legislação.<sup>578</sup>

Voltando à sessão plenária inicial do Congresso de 1917, o então prefeito Washington Luís tomou a palavra e iniciou o seu pronunciamento, exaltando as virtudes do “aproveitamento do motor a explosão nos vehiculos” que, trazendo o “transporte independente” e a “grande velocidade nas grandes distancias”, possibilitou o automóvel, tendo este feito “resurgir na Europa e [...] nascer nos Estados Unidos as boas estradas de rodagem”, sendo necessário, portanto, acompanhar esse movimento. Afirmava também que era preciso aproveitar aquele “novo elemento de circulação”, fazendo-o trabalhar em conjunto à estrada de ferro, já que a dita grandeza e prosperidade da “terra de S. Paulo”

---

<sup>576</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. **Histórico e Situação da Rêde Rodoviaria...**, 1940, p. 8. Atualmente, a *Rodovia Caminho do Mar* (SP-148), é interdita à circulação de automóveis de passeio particulares em seu trecho serrano, sendo facultado o passeio de visitantes a pé ou de bicicleta. Compõe o “Polo Ecoturístico Caminhos do Mar”, administrado pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), entre 2004 e 2011 e é atualmente administrada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

<sup>577</sup> **Altino Arantes**, Presidente do Estado de São Paulo, entre 01/05/1916 e 01/05/1920.

<sup>578</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. **Histórico e Situação da Rêde Rodoviaria...**, 1940, pp. 8-9.

possibilitava a vida e a riqueza das estradas de ferro. Exaltou, ainda, as qualidades de um meio de transporte pessoal “rápido, com independência de horário entre centros movimentados, [...] as comunicações entre centros agrícolas só servidos por estradas de ferro paralelas ou quasi”, ou ainda “as ligações entre cidades proximas, mesmo com serviço de linhas ferreas sem baldeações que encareçam, sem transbordos dispendiosos, as comunicações commerciaes de domicilio a domicilio”, que só poderiam ser executadas pelo automóvel, já que, “como afirmam todos os economistas, que a produção cresce na razão geometrica da rapidez da circulação”. Reforçando o sentido da necessidade de um plano geral de estradas de rodagem, Luís encerrou sua fala ratificando que era preciso “fazer estradas obedecendo ás exigencias technicas da rodagem moderna, e conserval-as permanentemente para que ellas sejam *boas estradas para todo o anno*”, já que “*a boa estrada para todo o anno*” permitiria a velocidade, além encurtar as distancias e aumentar as horas, “e neste só enunciado está a sua justificação: economiza as reparações e os concertos dos vehiculos, minorar-lhes o custeio”.<sup>579</sup>

Chama também a atenção o discurso do Sr. Júlio Prestes, então Deputado Estadual:

Os primitivos caminhos na aspereza dos montes e na desolação dos valles onde as tropas sob o retinir dos guisos, ao canto dos tropeiros e ao estridente martelar das arapongas, cadenciaram o passo pelos caldeirões de lama, foram furando as mattas e formando povoados e cidades num esforço só capaz do caboclo brasileiro. Esses caminhos desoladores, que mais pareciam estradas de miséria e de morte, longe de actuarem como deprimentes, actuaram como tônicos na alma dos paulistas! (*Muito bem! Muito bem!*). S. Paulo é um amalgama de audacias e vontades, de esperanças e de ambições; e é por isso que elle recebe a joeira e aproveita e assimila tudo quanto é intelligencia e vida, seiva e mocidade, força e energia. (*Muito bem! Muito bem!*)<sup>580</sup>

Na sessão solene de encerramento, o Sr. Sousa Reis exaltou outras virtudes do automóvel, quando disse que o automóvel “representa o progresso, o progresso quer dizer novos habitos, novos costumes, mais conforto, maiores benefícios, maior efeito util, capacidade e effiçencia máxima”. Prosseguindo, afirmou que “é a vertigem da celeridade, a vida tumultuosa e exigente, o bem estar do homem”, a partir da “reducção do tempo, a diminuição do salário, augmento do commercio, accrescimo da oferta, restricção da

---

<sup>579</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. **Anais...**, 1917, v. 1, pp. 45-46.

<sup>580</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. **Anais...**, 1917, v. 1, p. 50.

procura, é a vida barata”, além de significar “os grandes mercados, o accrescimento da lavoura”. Seria ainda “solidariedade e elevação moral, porque, tornado faceis e rapidas as relações, desenvolve o espirito de associação, de conciliação e tolerancia”, porque “tanto maior é a facilidade de comunicação entre as localidades, melhor é a sua moralidade”. Encerrou sua fala declamando que “estradas e machinas sejam os nossos objetivos constantes”, pois “só assim, e revestido o solo desta terra de malhas de aço e de estradas modernas, o Brasil será grande, será forte e será feliz”.<sup>581</sup>

A modernidade se achega, suportando valores nacionalistas, higienistas, moralistas, naturalistas, elitistas e racistas, com uma racionalidade própria de um Estado que se deseja onipresente, prestando-se de modo premente às possibilidades de realização da economia política. Além disso, o moderno se põe como eficiente, organizado a partir de uma burocracia eficaz, controladora, racional e exata, que seria o caminho direto rumo às aspirações da realização desse “homem”, já na teia das cisões, fragmentações e alienações. E é deveras interessante observar o quanto a constituição de uma rede de estradas de rodagem admitia esse ideal civilizatório e colonizador dos interiores incautos a uma modernidade eurocêntrica e, simultaneamente, própria dessa formação social, a brasileira, com seus ides patrimonialistas e clientelistas, próprios de uma elite que desejava se perpetuar na ordem urbano-industrial que ora se afirmava naquele país cuja população ainda vivia majoritariamente em meio rural, mas virtualmente afeita ao moderno próprio do urbano. A rede de estradas de rodagem, condição, meio e produto do *automóvel*, expressa a ordem estatista e suas estratégias do espaço.

Os trabalhos discutidos nesse primeiro congresso versavam, por ora, sobre a precária situação da maior parte das estradas de rodagem do Estado de São Paulo (essa “locomotiva”), onde quase todas eram “feitas sem o criterio preciso, cheias de curvas vivas e rampas fortes”, não obedecendo a “noção alguma da technica”. Vias de fato, reclamava-se ainda das “celebres valetas atravessando o leito” e das “maçantes porteiras”, impedindo o livre trânsito, e que poucos eram os municípios dotados de boas estradas. Deste modo, Fernando Costa afirma a imprescindibilidade de “fazer o governo estadual o traçado das nossas estradas de rodagem, dividindo-as em estradas estaduais e em estradas municipaes”, onde as primeiras deveriam ligar a capital às principais cidades do interior, “tendo uma largura de 10 a 12 metros, com boa declividade, bons raios de curvas, construção solida e

---

<sup>581</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. *Anais...*, 1917, v. 1, p. 200.

superfície bem regularizada”, além de serem quilometradas e ter, “em todas as encruzilhadas, um marco que indique ao viandante o rumo a seguir”. Recomendava, ainda, serem imprescindíveis a drenagem em terrenos alagadiços e baixos, a supressão das rampas fortes, o abaulamento suave das estradas, sem valetas profundas dos lados e, menos ainda, valetas transversais. Recomendava, também, a retirada de porteiras em estradas públicas, pois “além de ser desagradável”, tal parada forçada constituiria “um sério perigo para os transeuntes”, pois nas estradas circulariam, constantemente, “individuos atacados de morphéa, os quaes abrem as porteiras varias vezes com suas mãos em chagas, deixando ali, quem sabe, o germen do terrível mal de Lazaro”.<sup>582</sup>

Outro artigo recomendava a abertura de uma estrada de rodagem de São Paulo às divisas com o Paraná, passando por Cotia, Una (Ibiúna), Piedade, Pilar (do Sul), São Miguel Arcanjo, Capão Bonito, Rio Branco e Apiaí, no Estado de São Paulo, irradiando depois outras estradas para Serro Azul e Curitiba, no Estado do Paraná, e São Miguel, Cananea, Iporanga, Xiririca (Eldorado) e para Itararé, no Estado de São Paulo.<sup>583</sup> Ao que parece, *concebia-se*, pela primeira vez, o atual trecho da Rodovia Raposo Tavares, entre São Paulo, Cotia e Vargem Grande Paulista, e a contemporânea Rodovia SP-250, em direção a Ibiúna, Piedade e todas essas cidades citadas, até a divisa com o Estado do Paraná.

Passados dois anos, entre os dias 2 e 5 de outubro de 1919, na cidade de Campinas, ocorreu a segunda edição do Congresso, no qual “novos estudos vieram melhorar as conclusões do Primeiro”, destacando-se a resolução de orientar os governos da República e do Estado a mandarem “organizar o plano geral de viação de rodagem no Brasil e em São Paulo”.<sup>584</sup> Na seção inaugural, novamente o Sr. Candido Motta reforça a necessidade de revisão e remodelação das vias de transporte rumo ao interior do Estado, e que tais empreitadas seriam essenciais “ante a imperiosa injuncção, o reclamo premente do augmento assombroso da produção, das nossas riquezas, que só se podem considerar taes pelas facilidade creadas á sua circulação”, pela segurança pública e, inclusive, “como uma incontestavel conveniencia para o *tourismo*”. O Sr. Heitor Penteado, então prefeito da cidade de Campinas, exaltava “as bases da vida hygienica das cidades” conforme fora realizado em Santos as obras de saneamento, uma marca de “nossa emancipação intelectual e pratica da

---

<sup>582</sup> COSTA, Fernando. As Estradas de Rodagem. (31 de maio de 1917). CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. **Anais...**, 1917, v. 2, pp. 6-7.

<sup>583</sup> GALVÃO, José Ayrosa. Contribuição para o plano de viação de rodagem do Estado de S. Paulo (31 de maio de 1917). CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 1. **Anais...**, 1917, v. 2, p. 339.

<sup>584</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. **Histórico e Situação da Rede Rodoviaria...**, 1940, p. 9.

tutella estrangeira” e que, naquele momento, voltavam-se os olhos para “o problema do interior, onde existe guiando o trabalho que fructifica e não tem, em proporção equitativa, na compensação natural de sua applicação, o proveito completo do fructo produzido”, onde as populações rurais teriam “uma justa participação nos beneficios de uma riqueza que se lhe deve em grande parte”. Afirmava, ainda, que a estrada de rodagem, entre o campo e a cidade, seria “o elo mais forte, o mais vigoroso laço, que jámais prendeu, em destino unificador, almas de brasileiros afastados pelas distancias, distanciados pelo confronto desigual”, e que a engenharia, com o cuidado sobre essas estradas, exercia um “papel elevado”, preenchendo o “seu fim principal”, estendendo “os beneficios da natureza conquistada ao goso egualitario dos povos”.<sup>585</sup>

Mais uma vez, cita-se a “zona do Ribeira”, a qual estaria “isolada do resto do Estado”, pela precariedade de suas comunicações e as dificuldades de navegação fluvial via Cananea, a despeito da construção e operação da ferrovia da *Southern São Paulo Railway*, entre Santos e Juquiá. Assim, o expositor Paulo de Moraes Barros sugere novamente a abertura de uma estrada de rodagem ligando diretamente as cidades de São Paulo e Apiahy, passando por Cotia, Una, Piedade, Capão Bonito, Pilar etc., o que “não só concorreria para a prosperidade da região, como encurtaria sobremodo o actual trajecto ferro viario”.<sup>586</sup> Um artigo sugeria, ainda, a elaboração de “um plano prévio delineado e que satisfaça não só aos múltiplos interesses do Estado, como aos de cada um dos municípios desta prospera região” do Vale do Ribeira, articulando e conectando vias já existentes a novos trechos que poderiam ser adicionados, conformando uma verdadeira rede de estradas de rodagem para essa região considerada, àquela época, tão isolada do restante do Estado.<sup>587</sup>

No entanto, não se havia chegado a algum resultado prático para a execução dessas obras até o início da gestão de Washington Luís no Governo Estadual, em maio de 1920, quando foi determinada a paralisação dos trabalhos pelos sentenciados na estrada para Campinas e iniciou-se, por intermédio de trabalhadores livres e de modo mais intenso, a continuação da mesma estrada, cujas obras teriam avançado 63 quilômetros em apenas um ano.<sup>588</sup> Além disso, durante a campanha eleitoral para aquele mandato, Luís teria dedicado parte de sua plataforma de governo à questão rodoviária, “demonstrando a relevância que

---

<sup>585</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 2. *Anais...*, 1919, pp. LXXXV-LXXXVI.

<sup>586</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 2. *Anais...*, 1919, pp. CXLVI-CXLVII.

<sup>587</sup> AMERICO, Celestino. Memória (27 de setembro de 1919). CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 2. *Anais...*, 1919, pp. 43-44.

<sup>588</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. *Histórico e Situação da Rede Rodoviária...*, 1940, p. 10.

desejava imprimir a uma das principais metas de sua administração”, visto que era o próprio governante quem procurava “apontar sugestivamente para a possível função econômica que essas estradas desempenhariam, complementando o sistema viário existente”, direcionando seu olhar às possibilidades de “abertura, incorporação e valorização de terras inacessíveis, não cobertas pelas ferrovias”.<sup>589</sup> Assim, o plano de viação rodoviária elaborado pela referida gestão compreendia, como dito, “estradas para todas as horas do dia e para todos os dias do ano”, onde previam-se as conexões da Capital do Estado “aos seus pontos mais extremos”. As rodovias projetadas em 1920, portanto, perfariam 9.000 quilômetros e extensão e eram formados pelos seguintes troncos principais: *São Paulo-Rio de Janeiro*, pelo Vale do Paraíba; *São Paulo-Minas Gerais*, ligando a Capital a Ribeirão Preto e Igarapava; *São Paulo-Mato Grosso*, ligando a Capital a Botucatu, Bauru e Araçatuba; *São Paulo-Paraná*, em direção a Itapetininga e Ribeira e *Estradas do litoral*, conectando Iguape, Cananeia e Santos à capital paulista.<sup>590</sup>

O Decreto Estadual nº 3.336, de 14/04/1921, listava as instruções para construção, conservação, “commodidade e segurança de transito nas estradas construídas, restauradas e conservadas pelo Governo” e a Lei Estadual nº 1.835-C, de 26/12/1921, criava, no interior na Diretoria de Obras Públicas da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, uma *Inspetoria de Estradas de Rodagem*,<sup>591</sup> órgão ao qual estavam incumbidos todos os serviços técnicos para estudos, projetos, orçamentos, locação, construção, reconstrução, conservação e fiscalização das estradas de rodagem do Estado. Naquela ocasião, também foi criado o “imposto estadual de veículos, que passava a constituir renda municipal nos municípios que adotassem as disposições” da Lei e Decreto referidos. A empreitada, conduzida atentamente por Luís, demonstra “a face econômica da questão”, onde este não desejava que seu governo fosse “censurado por despesas improdutivas caso fracassasse um empreendimento de que, com firmeza, assumia inteira responsabilidade e para o qual, de todos os lados, recebia críticas as mais variadas”.<sup>592</sup>

---

<sup>589</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. **O Prefeito do Progresso...**, 2005, pp. 270.

<sup>590</sup> MENDES, Renato da Silveira. **As estradas de rodagem do Estado de São Paulo**, pp. 592-593. Desse plano, depreende-se que tenha nascido o atual traçado da Rodovia Raposo Tavares (São Paulo-Paraná), entre São Paulo e Sorocaba, e a atual Avenida Corifeu de Azevedo Marques, continuando em direção a Osasco, Barueri e pela Estrada dos Romeiros, até a cidade de Itu (São Paulo-Mato Grosso).

<sup>591</sup> “Para Inspetor é nomeado o Eng. Thimoteo Penteado, inciando-se assim o período que lhe deu renome como construtor de estradas. Na Diretoria de Obras Públicas continua o Eng. Alfredo Braga, outro elemento dinâmico, que muito fez e contribuiu para as soluções dos assuntos rodoviários de então”. SIMÕES, Carlos Quirino. **Histórico e Situação da Rede Rodoviária...**, 1940, p. 11.

<sup>592</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. **Histórico e Situação da Rede Rodoviária...**, 1940, p. 11.

Entre 12 e 18 de outubro de 1923, realizou-se a terceira edição do Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, no Palácio das Indústrias, novamente em São Paulo. Neste momento, já era possível apresentar resultados práticos, “pois já haviam sido construídos e tinham conservação permanente 917 quilômetros de estradas”.<sup>593</sup> No discurso de abertura, o então Governador Washington Luís exaltava as realizações de sua gestão nesse campo, afirmando que “o trabalho adquiriu intensidade notável e que o momentoso problema das estradas entrou francamente na phase da solução” e que “os tristes caminhos de antanho, trilhados pelas tropas ou charruados pelas paralelas dos carros de bois, nos atoleiros dos vales ou nas encostas ásperas das collinas empinadas” pertenceriam àquele momento a um “passado confuso, parte miúda da história da nossa viação”. Adicionando, ressaltava a positividade da saída rodoviária aos tempos de carestia da Primeira Guerra Mundial, devido aos altos preços do aço e do carvão, além de citar a própria organização da Inspetoria de Estradas de Rodagem e toda sua estrutura burocrática, financeira e operacional.<sup>594</sup>

O então Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Sr. Heitor Penteado, adicionou à fala de Luís o suposto pioneirismo na organização legislativa de um sistema completo de “viação de rodagem”, com as suas “grandes linhas de penetração e os seus ramaes”, prefixados num “diagramma racional e simples determinado simultaneamente pelos acidentes da nossa topografia” e pela “distribuição dos centros productivos”, observando as normas e condições técnicas das obras, sob o “tríplice aspecto financeiro, administrativo e regulado”. Citando que naquele momento já se encontravam inauguradas, por exemplo, 156 quilômetros da Estrada São Paulo-Mato Grosso e 105 quilômetros da São Paulo-Paraná, encontrando-se em Sorocaba, reafirmou a incapacidade das ferrovias competirem às estradas de rodagem, seja pela inflexibilidade do traçado e dos horários de trens da primeira, seja pela suposta praticidade no transporte de “porta-a-porta” possibilitado pelo transporte rodoviário.<sup>595</sup>

O Inspetor Timóteo Penteado publicou um relatório listando as condições presentes ao sistema de viação do Estado de São Paulo, exatamente no início da gestão de Washington Luís, em maio de 1920. Segundo seu relato, o que havia era a estrada entre São Paulo e

---

<sup>593</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. **Histórico e Situação da Rede Rodoviária...**, 1940, p. 12.

<sup>594</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 3. **Anais...**, 1924, v. 1, p. 54.

<sup>595</sup> CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 3. **Anais...**, 1924, v. 1, pp. 62-64. No 2º Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, no Rio de Janeiro, em novembro de 1922, afirmava-se que o trecho da estrada São Paulo-Mato Grosso estava inaugurado até Itu, com 97 quilômetros e 6,5 m de largura. Quanto à estrada São Paulo-Paraná, já estava inaugurado, naquele momento, o trecho até São Roque, passando por Pinheiros e Cotia, com 68 quilômetros de extensão, largura de 6,5 m e rampas de 6%.

Santos com recente restauração, a partir da Estrada do Vergueiro, onde o trecho de serra encontrava-se em más condições técnicas, e o trecho do planalto (entre Ipiranga e Rio Grande) sendo explorado comercialmente pela “Sociedade Anônima Caminho do Mar”; o “Circuito de Itapeirica” já se encontrava em péssimas condições técnicas, provavelmente devido à falta de manutenção; dentre os 30.000 quilômetros de caminhos mais ou menos carroçáveis no interior do Estado, a manutenção de 3.419 quilômetros era subvencionada pelo governo estadual; havia também um trecho de estrada em regulares condições técnicas construído pelo Estado, entre Vila Galvão e Guarulhos; e, finalmente, lista-se a estrada entre São Paulo, Osasco e Barueri, mantida em parte pela Prefeitura de São Paulo, parte pelo Governo do Estado e outra parte pela Light & Power. Além disso, relatava que as estradas do Interior do Estado, subvencionadas pelo governo, eram via de regra meros caminhos em péssimas condições técnicas, inclusive com rampas superiores a 40% de declividade, e que a estrada de São Paulo a Jundiaí, iniciada em após lei de 1913, utilizando mão-de-obra dos sentenciados, havia chegado tão-somente ao bairro de Perus, a apenas 30 quilômetros do centro da cidade. Ao listar as “realizações” da gestão da qual participara, Penteado destaca as obras da estrada de São Paulo às divisas do Paraná, a qual, em junho de 1921, relatava ter iniciado a “construção do trecho entre Cotia e São Roque, com aproveitamento, melhorando as suas condições técnicas, da estrada existente”; relata ainda que “de São Paulo a Cotia foi aproveitado, melhorando-o e alargando-o, o trecho até o kilometro 24, da estrada construída pela Repartição de Águas”, e que “entre o kilometro 24 e Cotia foi construída uma nova estrada”. Afirmava, ainda, que o trecho até São Roque estava entregue e que as obras prosseguiam até Itapetininga, estando o trecho de Sorocaba próximo da inauguração.<sup>596</sup>

Quanto à estrada de Mato Grosso, relata que o primeiro trecho a ser iniciado foi o trecho entre Pirapora e Cabreúva, aproveitando, no que fora possível, a antiga estrada existente, e que posteriormente, “foi atacada a construção do trecho entre Cabreúva e Itú, trecho esse completamente novo e aberto em matta e rocha”, perfazendo o trabalho mais dispendioso das estradas de rodagem. Simultaneamente, foi melhorado e alargado o trecho entre Barueri, Parnaíba e Pirapora; em 1º de maio de 1922, fora inaugurado o trecho até Itu e, em 9 de setembro, o trecho até Tietê, já tendo sido iniciados os trabalhos até Laranjal

---

<sup>596</sup> PENTEADO, Timoteo. **As estradas de rodagem no Estado de S. Paulo**. CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 3. **Anais...**, 1924, v. 2, pp. 207 e 212.



Paulista.<sup>597</sup> O mesmo inspetor relata, ainda, uma das “primeiras consequências da bôa estrada”, que seria “a valorisação da propriedade”, a qual já teria sido percebida em “todos os terrenos atravessados pelas novas vias de comunicação abertas pelo Estado. Relata preços de terras encarecidos *20 vezes* em Guararema, *400 vezes* em Itaquaquetuba, em *três anos*, e *cinco vezes* nas terras entre Cabreúva e Itu. Tratando da segunda consequência da “bôa estrada”, cita o “desenvolvimento da pequena lavoura e a redução do preço de generos de primeira necessidade, como batatas, fructas”, lembrando o caso das terras agricultáveis em Cotia, onde, “antes da construcção da nova estrada” para essa cidade, quem percorresse a zona “que vae de Pinheiros áquella cidade, veria uma vastidão de terra completamente abandonada e um ou outro oásis de pequenas roças, de pouca producção” e que depois da “nova estrada”, o cenário teria se transformado: percorrendo a mesma zona, o viajante veria a terra coberta de plantações e encontraria “os caminhões automoveis, que conduzem toda a producção para o mercado de Pinheiros”. Penteado declara, ainda, que a produção agrícola das terras de Cotia, antes da rodovia, era trazida a Pinheiros em “cargueiros que davam uma viagem por dia”, ao passo que a mesma produção, aumentada, era transportada em veículos automotores “com vantagens, quer quanto ao custo, quer quanto ao tempo empregado”.<sup>598</sup>

Encerrando, o autor afirma que a “bôa estrada” aumentaria o fluxo de passageiros nas estradas de ferro, tomando o exemplo do aumento da frequência dos romeiros às “festas de 6 de agosto” em Pirapora. Se antes, tais romeiros, em número muito limitado, “se arriscavam a fazer o percurso em trollys [...] nos incomodos e lerdos carros de bois”, depois dos melhoramentos os carros passaram a sair da estação de trem de Barueri e levar tais romeiros às festas, num serviço de táxi.<sup>599</sup>

Carlos Quirino Simões afirmou que “termina o Govêrno Washington com a maior produtibilidade obtida” no Estado, com a entrega de 1.535 quilômetros de rodovias entregues, “já sendo realidade uma rêde rodoviária do sistema radial que, atendendo às condições naturais de sua topografia e acompanhando os cursos dos grandes rios, atinge extremos bem distantes da Capital”, entre 154 e 344 quilômetros. Afirma, ainda que a

---

<sup>597</sup> PENTEADO, Timoteo. **As estradas de rodagem no Estado de S. Paulo**. CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 3. **Anais...**, 1924, v. 2, p. 212.

<sup>598</sup> PENTEADO, Timoteo. **As estradas de rodagem no Estado de S. Paulo**. CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 3. **Anais...**, 1924, v. 2, pp. 218-229.

<sup>599</sup> PENTEADO, Timoteo. **As estradas de rodagem no Estado de S. Paulo**. CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM. 3. **Anais...**, 1924, v. 2, p. 221.

gestão seguinte, de Carlos de Campos,<sup>600</sup> entregara apenas 591 quilômetros de estrada, ao passo que operara as obras de concretagem do trecho de serra da estrada para Santos.<sup>601</sup> Destacava, ainda, a criação da *Diretoria das Estradas de Rodagem* em 1926, substituindo a Inspetoria, o que teria “reunido tudo que a experiência de quase 7 anos havia ensinado, adaptando preceitos gerais de códigos estrangeiros, reunindo conclusões votadas em convenções a que o Brasil tomara parte”, regulamentando os trabalhos de construção e classificando as rodovias por categorias. Ao mesmo tempo, com a criação do “Fundo Especial para os serviços das Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo”, conferia-se verbas especiais para conservação e melhorias das estradas, organização da polícia rodoviária, postos de assistência e socorro etc.<sup>602</sup> Na gestão Júlio Prestes, seriam ainda inaugurados trechos da São Paulo-Paraná, até Apiaí, a estrada *São Paulo-Bragança*, em maio de 1927, chegando até às divisas de Minas Gerais e a estrada *São Paulo-Rio*, a primeira ligação interestadual do Brasil, com 506 quilômetros, em 5 de maio de 1928.<sup>603</sup>

Avançando alguns decênios, ultrapassando diversos momentos políticos e consequentes reestruturações econômicas e político-administrativas em escala mundial, nacional e local, durante as décadas seguintes, retomemos esta análise na década de 1950, quando inúmeros projetos rodoviários configuravam mais claramente a atual estruturação viária e de uso e ocupação do solo da atual região oeste da Grande São Paulo, tendo como eixo de análise principal, neste momento, a Rodovia Raposo Tavares.

Ainda no ano de 1957, o Presidente Juscelino Kubitschek assina o Decreto Federal nº 41.562, de 22 de maio, criando a “*Comissão Especial de Construção do Trecho da rodovia BR-2, entre São Paulo e Curitiba*”, diretamente subordinada ao Diretor-Geral do *Departamento Nacional de Estrada de Rodagem* (DNER), como parte do Plano Rodoviário Nacional empreendido por seu governo. Uma das razões alegadas para tanto seria justamente as condições técnicas de traçado e implantação da nova rodovia e o caráter urgente que tal rodovia teria adquirido “como um imperativo da economia e segurança nacionais”.<sup>604</sup> Em agosto, noticia-se o início das obras do primeiro trecho da rodovia, com os trabalhos da

---

<sup>600</sup> Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo entre 01/05/1924 e 27/04/1927.

<sup>601</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. *Histórico e Situação da Rede Rodoviária...*, 1940, pp. 12-13.

<sup>602</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. *Histórico e Situação da Rede Rodoviária...*, 1940, pp. 13-14. Trata-se da Lei Estadual nº 2.187, de 30/12/1926, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 4.216, de 13/04/1927.

<sup>603</sup> SIMÕES, Carlos Quirino. *Histórico e Situação da Rede Rodoviária...*, 1940, pp. 15. Cf. também: A INAUGURAÇÃO da Estrada S. Paulo-Rio. *O Estado de S. Paulo*, 6 maio 1928, p. 6.

<sup>604</sup> Decreto Federal nº 41.562, de 22/05/1957, caput.

Construtora Rabelo, que teria vencido a concorrência para implantação dos primeiros 44 quilômetros, sendo que, poucos dias antes da notícia, a Companhia Brasileira de Pavimentação e Obras (CBPO) ganhara concorrência de outro trecho, de 60 quilômetros, no Estado de São Paulo.<sup>605</sup> Outra notícia anunciava a licitação quase completa de todos os trechos da rodovia, afirmando que esta seria uma rodovia de primeira classe (curvas de raio mínimo de 200 metros, rampa máxima de 6%, largura da pista pavimentada em 7 metros, entre outras características técnicas) e que seriam poucas as “obras de arte”, sem túneis e com poucos viadutos. Afirmava, ainda, que a BR-2 daquele tempo era uma “estrada muito antiga” e, para que não se tornasse obsoleta, fora contratado serviço técnico de reparos do traçado três anos antes; no entanto, os altos índices pluviométricos entre Capão Bonito e Apiaí obrigaram os motoristas da rodovia a percorrerem um desvio de 62 quilômetros, passando por Itapeva e Ribeirão Branco, aumentando a distância entre São Paulo e Curitiba de 479 para 540 quilômetros.<sup>606</sup> Em 24 de janeiro de 1961 a nova Rodovia é inaugurada,<sup>607</sup> desviando definitivamente o fluxo entre São Paulo e Curitiba da Rodovia Raposo Tavares<sup>608</sup> e servindo mais uma vez de paradigma à engenharia rodoviária e aos interditos da ordem industrial, representados pela figura incontestante do automóvel e pelo viés do nacional-desenvolvimentismo em questão, naqueles inícios da década de 1960.<sup>609</sup> No mesmo ano, o

---

<sup>605</sup> OS TRABALHOS na rodovia BR-2 no trecho São Paulo-Curitiba. **O Estado de São Paulo**, 13 ago. 1957, p. 7. O novo traçado da então Rodovia BR-2, atual BR-116, substituiria a antiga Estrada São Paulo-Paraná.

<sup>606</sup> 400 QUILOMETROS de estrada ligando S. Paulo a Curitiba. **O Estado de São Paulo**, 27 out. 1957, p. 27. A matéria informa, ainda, um antigo projeto para a BR-2, que previa a ligação entre São Paulo e Santos, pela Via Anchieta e que de Santos seria construída uma rodovia passando por Praia Grande, Itanhaém, Peruíbe, Itariri e Miracatu, e que as obras de terraplanagem referentes a esse projeto, iniciadas em 1952, estavam abandonadas naquele momento. Este trecho corresponde à atual Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055).

<sup>607</sup> FORAM superadas enormes dificuldades na abertura da Rodovia São Paulo-Curitiba. **Folha de São Paulo**, 17 jan. 1961, p. 12, e KUBITSCHER hoje em S. Paulo para inaugurar a BR-2. **O Estado de S. Paulo**, 24 jan. 1961, p. 48.

<sup>608</sup> Esta rodovia recebeu o nome “Raposo Tavares” a partir da Resolução nº 1.991, de 17/08/1954, do Conselho Rodoviário do Estado, aprovado pelo então Secretário da Viação e Obras Públicas, prof. Nilo Andrade do Amaral, durante a gestão de Lucas Nogueira Garcez (1951-1955).

<sup>609</sup> Este texto, extraído de um informe publicitário de um grupo de empresas responsáveis pela obra (*Sondotécnica S/A, Hidrologia Comercial Ltda. e Sogebrol Sociedade de Estudos Geofísicos do Brasil Ltda.*) é uma amostra da potência deste discurso e desta prática. “Inaugurada há poucos dias pelo governo federal, já se acha aberta ao tráfego a rodovia São Paulo Curitiba, que só constitui incontestavelmente numa das obras mais espetaculares do desenvolvimento brasileiro. Ligando a capital paranaense ao maior centro industrial do país, que é São Paulo, esta nova estrada reveste-se de excepcional importância econômica para a Região Sul, representando também mais uma etapa vencida no sentido de nossa unificação territorial. Servindo assim uma zona onde se encontra grande parte de nossas riquezas naturais, onde a atividade fabril se torna cada dia mais atuante, e onde, em consequência, se concentra uma ponderável massa demográfica, trata-se de uma via que vem oferecer amplas facilidades para o intercâmbio comercial, o crescimento da produção e o tráfego regional. Com um moderníssimo traçado e pavimentação impecável, obedecendo aos padrões mais avançados, a São Paulo-Curitiba superpõe-se historicamente às antigas trilhas e rotas bandeirante, numa demonstração de que as estradas são os rumos irreversíveis do progresso. [...] O desenvolvimento brasileiro ganha dimensões decisivas com a mentalidade rodoviária que se implanta no país. Compreendemos finalmente, que nossa grandeza territorial será tanto mais valiosa quanto mais estradas a cortarem, conduzindo às riquezas, facilitando os transportes, criando mercados e são verdadeiras veias irrigando todo o organismo nacional com o vigoroso sangue

então Prefeito Prestes Maia aprovou estudos efetuados pelo Departamento de Urbanismo, “relativos ao plano de alargamento de trecho da Rua Lemos Monteiro”, bem como da Avenida Prof. Francisco Morato, com vistas ao acesso à recém-inaugurada rodovia São Paulo-Curitiba; nestes estudos estavam previstos, inclusive, a “radial sudoeste do metrô”, que deveria atingir a Francisco Morato na altura da Rua Alvarenga, “seguindo em superfície, pelo canteiro central, na direção da divisa com o município de Itapeverica”.<sup>610</sup> A virtualidade da contemporânea Linha 4-Amarela do Metrô parecia estar posta já naquele momento, mais de cinquenta anos atrás!

Em junho de 1963, publicou-se que o então governador paulista Adhemar de Barros mostrava-se eufórico com aprovação de uma “lei de caráter financeiro”, pois a partir daquele momento disporia de recursos para “as obras de ampliação da rede de água e esgotos, de energia e transporte”, incluindo a construção da chamada *Estrada do Oeste*.<sup>611</sup> No mês seguinte, declarava que a construção dessa estrada seria “vital para o desenvolvimento da região Oeste do Estado”, e que aquela seria uma rodovia com “características inéditas”, com duas pistas, 10,5 metros de largura, canteiro central e amplos acostamentos, exigindo o primeiro trecho necessária retificação do rio Tietê, de Osasco até a barragem Edgard de Souza, em Santana de Parnaíba, pertencente à Light.<sup>612</sup> Após anunciar a liberação de verbas, ainda em julho,<sup>613</sup> o governador proclamava o início das obras para o dia 29 de outubro, dia em que seria instalado o marco inicial da nova rodovia.<sup>614</sup> Em visita ao canteiro de obras, no mês de novembro, o governador afirmava que a estrada, “com suas características modernas e arrojadas, vai implantar um novo conceito de rodovia no país”, cuja velocidade máxima de tráfego seriam 120 quilômetros por hora; naquele momento, a obra avançava em direção a Torre de Pedra.<sup>615</sup> No início de 1964, anunciando as “realizações” do primeiro ano de seu governo frente ao Estado, exalta a construção da *Estrada do Oeste*, reforçando que se tratava de uma “obra rodoviária de incalculável utilidade e de grande envergadura”, sendo um “empreendimento gigantesco, destinado a atender o tráfego rodoviário de vastíssima região

---

do progresso”. **RODOVIA São Paulo Curitiba: obra que enaltece a engenharia brasileira!** **Folha de São Paulo**, 17 mar. 1961, p. 13.

<sup>610</sup> PLANO para obras de conservação das vias públicas. **O Estado de São Paulo**, 30 set. 1961, p. 12. Ressalte-se que as obras de ampliação da praça situada na confluência da Rua Lemos Monteiro, no Butantã, foi aprovada na Lei Municipal nº 6.444, de 26/12/1963.

<sup>611</sup> POSSÍVEL modificação de secretariado de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, 27 jun. 1963, p. 3.

<sup>612</sup> ENERGIA: não haverá cortes em S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, 6 jul. 1963, p. 10.

<sup>613</sup> O GOVERNADOR fala do que faz: verbas, imposto e hospital. **O Estado de São Paulo**, 18 jul. 1963, p. 14.

<sup>614</sup> A AUTO-ESTRADA do Oeste terá início dia 29. **Folha de São Paulo**, 15 out. 1963, p. 6.

<sup>615</sup> 120 KM será a velocidade da Estrada do Oeste. **Folha de São Paulo**, 13 nov. 1963, p. 15.

do Estado” que viria “sofrendo as consequências da imperfeição dos troncos de acesso à Capital” e ainda que “em demanda dos sistemas rodoviários da Bolívia e do Paraguai, a Estrada do Oeste terá influência decisiva”; afirmava, ainda, que o canteiro de obras detinha “a maior concentração de máquinas de terraplenagem que se verificou no Continente Sul-Americano” e que já se encontrava em elaboração o traçado definitivo dos “anéis rodoviários” da Capital, “outro empreendimento de extraordinária importância”.<sup>616</sup>

Após cassação do governador Adhemar de Barros, em junho de 1966, as obras foram paralisadas. Em 1967, já na gestão Abreu Sodré,<sup>617</sup> retomaram-se as obras, conforme anunciado pelo Secretário de Transportes Firmino Rocha de Freitas, que afirmava que “a Estrada do Oeste é irreversível” e “parar obras deste vulto e nesta situação é mais lesivo do que continua-las”, e que a Estrada do Oeste seria entregue ao tráfego em 1968, com 211 quilômetros, desde a ponte da Via Anhanguera até o entroncamento São Manoel-Avaré.<sup>618</sup> Logo após, Abreu Sodré assinava contratos para a retomada das obras e, ao mesmo tempo, os contratos para o início da construção do “Anel Rodoviário” de São Paulo, cuja primeira etapa seria uma via expressa partindo da ponte da Via Anhanguera, passando pela confluência entre os rios Tietê e Pinheiros e indo em direção à ponte do Jaguaré.<sup>619</sup> No mês seguinte, publicava-se o Decreto Estadual nº 48.275, de 21 de julho, denominando a nova rota “Rodovia Presidente Castello Branco”, em “homenagem” ao ex-presidente recentemente falecido, em um contexto de afirmação e consolidação do regime autoritário estabelecido em 1964.<sup>620</sup> No ano de 1968, o noticiário dá conta de uma obra “absorvida” pelo governo sucessor e posta como meta de fim de mandato, onde corriam a todo vapor as obras da

---

<sup>616</sup> ADHEMAR DE BARROS anuncia suas realizações na data do primeiro aniversário de governo. **Folha de São Paulo**, 1 fev. 1964, p. 10. O “ritmo das obras” era tão “intenso” que não poderia deixar de noticiar suas vítimas, como a morte de quatro pessoas devido ao deslizamento de um aterro das obras da estrada, na cidade de Barueri. DESMORONAMENTO de atêro mata quatro pessoas em Barueri. **O Estado de São Paulo**, 23 jul. 1964, p. 12.

<sup>617</sup> **Roberto Costa de Abreu Sodré**, Governador do Estado de São Paulo entre 31/01/1967 e 15/03/1971.

<sup>618</sup> ESTRADA do Oeste será concluída. **O Estado de São Paulo**, 23 maio 1967, p. 38.

<sup>619</sup> VIA do Oeste e Anel Rodoviário vão sair. **O Estado de São Paulo**, 9 jun. 1967, p. 30.

<sup>620</sup> **Marechal Humberto de Alencar Castello Branco**, Presidente do Brasil entre 15/04/1964 e 15/03/1967 e falecido em 18/07/1967. Interessante observar o teor do caput do Decreto, em termos semelhantes ao ufanismo e aos elementos positivistas dos escritos e discursos da época de Washington Luís. “ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, legais, considerando que as sendas conducentes à grandeza e à glória se fazem por vias ásperas e trabalhosas: considerando que no coração do Estado de São Paulo se constrói sua maior rodovia, para a aproximação dos brasileiros da região centro-ocidental do país, e seu progresso; considerando que é também pelo exemplo de uma vida reta e de ação resoluta, devotada ao engrandecimento da Pátria, que se desvendam ao espírito do homem os caminhos para a união; considerando a contribuição do Presidente Umberto de Alencar Castello Branco, em seu testemunho pessoal e como Chefe de Estado para restaurar os critérios de autoridade, honestidade e operosidade na Administração Pública, desvendando os horizontes de uma nova era política, e lançando as pontes para a integração e desenvolvimento do Brasil.”

ponte sobre o Rio Tietê, em Barueri,<sup>621</sup> e as do o anel viário,<sup>622</sup> de onde partiria a Rodovia Castello Branco, cujo complexo viário já se batizara de “Cebolão”,<sup>623</sup> bem como as obras de extensão da rodovia até a cidade de Avaré.<sup>624</sup> Finalmente, em 10 de novembro de 1968, inaugurou-se oficialmente a rodovia<sup>625</sup> e, mais uma vez, um grande fluxo de veículos é desviado da Rodovia Raposo Tavares, que parece ter se tornado, em curtíssimo espaço de tempo, em uma rota turística, com direito a quiosques de piquenique no trecho entre São Paulo e Cotia. Naquele tempo, recomendava-se que o motorista que se dirigisse rumo a Cotia não ultrapassasse os 50 quilômetros por hora, “sempre encostando à direita da estrada para não atrapalhar quem precisa andar depressa”, para desfrutar das “belas paisagens da estrada”,<sup>626</sup> ou ainda, que o turista fosse visitar os ateliers de pintores e de artistas plásticos na Granja Vianna.<sup>627</sup> Essa “paz”, contudo, não duraria muito tempo.

Em 1974, dava-se conta das adiantadas obras de duplicação da Raposo Tavares, entre os quilômetros 11,5 e o 21, e que, após ter sido “esquecida” com a inauguração da Régis Bittencourt e da Castello Branco, estaria sendo novamente “descoberta pelos paulistanos”, que começavam a “fugir do barulho, do trânsito e da poluição”, e que “as chácaras de fim-de-semana se transformaram em residências, os bairros multiplicaram-se e [surgira] até um conjunto habitacional”; afirmava-se, ainda, que devido ao “aumento da procura”, possivelmente a Raposo Tavares se tornaria uma “estrada residencial” até o quilômetro 60, nos cinco anos vindouros.<sup>628</sup> Noticiava-se, ainda, que os preços dos terrenos negociados nos loteamentos ao longo da pista teriam triplicado em dois anos, fato confirmado pela presença dos 20 escritórios de imobiliárias “espalhados pela rodovia”, que rapidamente conseguiam vender seus lotes, principalmente para a classe média (Jardim Bonfiglioli) e a “alta burguesia” (Granja Vianna), que migravam inclusive de bairros mais

---

<sup>621</sup> RODOVIA d’Oeste sai antes de Sodré. **O Estado de São Paulo**, 27 abr. 1968, p. 38.

<sup>622</sup> ACESSO à Via do Oeste pronto em setembro. **O Estado de São Paulo**, 9 jun. 1968, p. 31.

<sup>623</sup> CIDADE terá maior trevo rodoviário. **O Estado de São Paulo**, 2 jul. 1968, p. 48. “Este complexo viário, denominado oficialmente *Heróis de 1932*, constituído de duas pontes sobre o rio Tietê e de uma ponte sobre o rio Pinheiros, foi construído pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) no período de abril de 1976 a maio de 1978”. ZMITROWICZ, Witold e BORGHETTI, Geraldo. **Avenidas 1950-2000...**, 2009, p. 103.

<sup>624</sup> RODOVIA avançará 60 km. **O Estado de São Paulo**, 26 jul. 1968, p. 16.

<sup>625</sup> RODOVIA do Oeste abre-se. **O Estado de São Paulo**, 10 nov. 1968, p. 41. NOVA estrada traz o Oeste para perto da Capital. **Folha de São Paulo**, 11 nov. 1968, p. 3.

<sup>626</sup> A ARTE está no Embu, a paz na Raposo Tavares e as flores na Roselândia, que estão aqui. **Folha de São Paulo**, 14 fev. 1969, p. 23.

<sup>627</sup> VÁ ainda hoje ver o artesanato paulista. **O Estado de São Paulo**, 5 out. 1969, p. 4.

<sup>628</sup> ATÉ Cotia, uma estrada-bairro. **O Estado de São Paulo**, 10 mar. 1974, p. 42.

centrais da cidade.<sup>629</sup> No entanto, mesmo no final dessa década, ainda haviam notificações do perigo que o tráfego pela Raposo Tavares representava, sobretudo entre o fim de seu trecho duplicado à época, no km 20, e sua intersecção com a estrada para Ibiúna, no km 45, “quando a pista fica extremamente perigosa”: sem sinalização, esburacada, repleta de curvas de curto raio e com acostamentos precários ou ainda em desnível com a pista principal.<sup>630</sup> No ano seguinte, anunciavam-se investimentos para a construção de passarelas nos quilômetros 15 e 16, o adiantamento da duplicação até o km 25 e a instalação de uma terceira faixa até o km 45,<sup>631</sup> de modo concomitante à instalação de novos loteamentos voltados às classes altas, com um apelo ao álibi ambiental, e a instalação de algumas indústrias no eixo da Granja Vianna.<sup>632</sup> O reclamo pela instalação de passarelas de pedestres passa a ser uma constante a partir do início da década de 1980, quando provavelmente o tráfego de veículos pela rodovia já impossibilitava sua travessia a pé, conforme podemos verificar em algumas reportagens, até mesmo pela transformação da antiga estrada de rodagem de 6,5 metros em uma “verdadeira pista expressa”.<sup>633</sup> Ao mesmo tempo, são anunciadas e mais tarde executadas novas obras de duplicação da rodovia, desta vez até o km 32, próximo ao centro da cidade de Cotia.<sup>634</sup>

---

<sup>629</sup> Observa-se a reprodução do urbano em ato, no âmbito do plano metropolitano, onde as desapropriações constituiriam novas territorialidades para essas frações de classe e constituíam, paulatinamente, o tecido sócio-espacial dessa parte da região oeste da Grande São Paulo. “Orestes Zanotti, funcionário público, está há dois anos no Jardim Bonfiglioli. Ele deixou o seu apartamento em Pinheiros (*muitos dos que vivem no km 14 da rodovia vieram de Pinheiros e entre os moradores há vários desapropriados para a construção da avenida Faria Lima*), porque já estava cansado do barulho da Rebouças, da fumaça dos ônibus e das buzinas insistentes. E explica que agora, além de viver melhor, num bairro que tem tudo – desde escola até supermercado – gasta apenas 20 minutos para chegar ao centro da cidade.” **MAIS** do que um terreno, vende-se um tipo de vida. **O Estado de São Paulo**, 10 mar. 1974, p. 42. Grifos nossos.

<sup>630</sup> RAPOSO Tavares: perigo. **O Estado de São Paulo**, 3 fev. 1978, p. 34.

<sup>631</sup> DER promove a recuperação da rodovia Raposo Tavares. **O Estado de São Paulo**, 3 mar. 1979, p. 21.

<sup>632</sup> TRANSURBANISMO, uma fuga da cidade grande. **O Estado de São Paulo**, 30 ago. 1979, p. 68.

<sup>633</sup> RAPOSO Tavares terá passarelas em Cotia. **O Estado de São Paulo**, 24 jul. 1980, p. 20. PASSARELAS e trevos. **O Estado de São Paulo**, 21 abr. 1981, p. 13, noticia a construção de uma passarela na Granja Vianna e a conseqüente comemoração dos moradores. RODOVIA Raposo Tavares receberá três passarelas. **O Estado de São Paulo**, 3 abr. 1981, p. 18, anuncia promessa da Secretaria Estadual dos Transportes em construir passarelas nos quilômetros 12, 21 e 24. E OS PEDESTRES vão morrendo. **O Estado de São Paulo**, 26 set. 1984, p. 38, noticia os atropelamentos e mortes quase diários no km 13,5 da Rodovia, em frente ao recém-implantado Condomínio L’Abitare, por conta da ausência de passarelas e a alegada falta de verbas pelo Governo Estadual da época para execução dessas obras.

<sup>634</sup> RODOVIA Raposo Tavares será duplicada até Cotia. **O Estado de São Paulo**, 15 abr. 1981, p. 17, anuncia a liberação de verba pela Secretaria de Transportes, para completar a duplicação entre os quilômetros 24 e 32, bem como a instalação de luminárias de vapor de sódio ao longo do trecho urbano da rodovia; a reportagem afirma, ainda, que já circulavam diariamente naquele trecho 25.000 veículos por dia. TRECHO da Raposo Tavares será duplicado. **O Estado de São Paulo**, 3 mar. 1982, p. 20, anuncia promessa da Secretaria de Transportes em completar a obra em 300 dias úteis, como parte do “Plano de Rodovias Estaduais”, compondo um lote de 132 obras contratadas ou em fase de licitação pelo DER naquele momento; noticia também as constantes manifestações dos moradores, trabalhadores e frequentadores da Granja Vianna pela construção de passarelas. DUPLICAÇÃO da Raposo. **O Estado de São Paulo**, 6 mar. 1982, p. 19, comenta o anúncio das obras, afirma que a Raposo teria se transformado em uma “prima pobre” da Castello Branco e reafirma a necessidade de aumentar a fluidez do tráfego e diminuir o número de acidentes e

Passados trinta anos, voltando à Audiência Pública na Câmara Municipal ocorrida em junho de 2012, verifica-se que a preocupação com a segurança no tráfego pela rodovia foi novamente exposta pelo representante do contemporâneo DER, Gerson Sancinetti de Oliveira, afirmando que fora implantado nos três anos anteriores um conjunto de intervenções (novas passarelas, adequações geométricas da pista, baias de ônibus etc.), que viria a somar ao alegado *foco* do órgão àquele momento: minimizar o número de acidentes e a quantidade de vítimas, bem como o socorro aos veículos quebrados, de modo a incrementar a fluidez do tráfego. No entanto, quanto ao escoamento da rodovia, Oliveira afirmou que, depois a implantação do Rodoanel Oeste, em outubro de 2002, a quantidade de veículos circulando pela rodovia praticamente dobrara em dez anos, atingindo picos superiores a 170.000 veículos por dia no trecho administrado pelo DER, entre os quilômetros 10 e 34. Afora os constantes congestionamentos e a geometria das curvas da pista, afirmou também que os maiores problemas de segurança seria o abuso da velocidade, responsáveis por 70 a 80% dos acidentes no trecho.

As questões referentes à mobilidade urbana, outro grave problema que motivou a própria audiência, foram discutidas a partir das falas de representantes da SPTrans, começando pelo Sr. Roberto de Moura, que afirmou a necessidade de se pensar não somente os bairros do entorno da rodovia, mas também em suas adjacências menos imediatas. Complementando, anunciou que estava em licitação um pacote de 15 grandes empreendimentos para mobilidade urbana, espalhados por toda a cidade de São Paulo, incluindo a construção de corredores de ônibus e terminais urbanos e multimodais. Outra representante, Cristina, iniciou exposição de slides sobre os projetos da SPTrans para a região da Rodovia Raposo Tavares, afirmando que a estrutura viária concebida no PDE 2002 previa anéis viários, estando alguns já prontos em 2012 e outros ainda a serem completados; reforça a previsão do PDE para a Linha 4-Amarela nas estações do trecho da Subprefeitura do Butantã, onde haveriam dois terminais de ônibus e um terminal rodoviário e o projeto de execução do *Corredor Vila Sônia/Campo Limpo/Capão Redondo*, um dos 15 empreendimentos anunciados por Moura, com vias à integração da Linha 4 à Linha 5 do Metrô.<sup>635</sup> Cristina citou, ainda, a construção do Terminal Pinheiros, junto à estação metroferroviária, e o corredor Itapevi-Butantã, em desenvolvimento pela EMTU, bem

---

atropelamentos entre os quilômetros 24 e 32 da rodovia. NOVO trecho da R. Tavares será duplicado. **O Estado de São Paulo**, 20 out. 1982, p. 18, anuncia o início das obras de duplicação do trecho citado nas reportagens anteriores.

<sup>635</sup> Em maio de 2012, o “Programa de Mobilidade Urbana” foi lançado pela *SP Obras* na forma de editais de contratação e concorrência pública. Esse programa era constituído de 15 empreendimentos, entre corredores de ônibus e terminais urbanos em vários pontos da cidade de São Paulo.



como o projeto de monotrilho sobre a Rodovia Raposo Tavares, conectando a Estação São Paulo-Morumbi ao centro de Cotia, a chamada Linha 22, operada pelo Metrô.<sup>636</sup> Questionados pela plateia a respeito dos projetos de monotrilho, Moura respondeu que “definitivamente, EMTU, Metrô, SPTTrans, são ações distintas, e são capacidades distintas de transporte”, e que seria “óbvio” que esses órgãos trabalhavam em conjunto, mas que sua explanação não chegaria aos detalhes. A outro questionamento da plateia, a respeito da atual situação do Terminal Butantã, Cristina afirmou a incompletude da Linha 4 como causa dos problemas de lotação daquele terminal e que o *Terminal Vila Sônia*, em projeto na SPTTrans, seria construído sobre o Pátio de Manobras, de modo a evitar desapropriações.

Sérgio Reze, morador do Butantã, participante da AMAPAR e do Movimento Defenda São Paulo, tomou a palavra, agradecendo pela realização da Audiência Pública, conforme solicitação de entidades da sociedade civil e questionando se a Raposo Tavares, sendo uma rodovia “bem resolvida”, com três pistas em cada lado, seria “a culpada de tudo”, completando que se não se atentasse ao “adensamento desgovernado” e à “dinâmica do setor imobiliário”, seria inócuo pensar em novos alargamentos da pista,<sup>637</sup> já que existiria “uma falta de controle e planejamento, de fato, na construção da cidade”. Depois, questiona o significado do morar, “para as pessoas normais, para os indivíduos e famílias, o que

---

<sup>636</sup> SILVA, José Benedito e GERAQUE, Eduardo. Novas linhas somam 99 km à rede de metrô. **Folha de São Paulo**, 4 ago. 2012, p. C3. Anuncia lançamento de licitações, por parte do Governo do Estado de São Paulo, para contratação de projeto funcional para novas linhas de metrô: 16-Prata, Cachoerinha-Ipiranga; 19-Celeste, Campo Belo-Guarulhos; 20-Rosa, Moema-Rudge Ramos; 22, São Paulo-Cotia e 23-Cinza, Lapa-Dutra. O texto da Concorrência Internacional nº 40442213, referente à “prestação de serviços para o desenvolvimento do projeto funcional da Linha 22: São Paulo-Cotia para Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô”, encontra-se disponível em: <[https://extranet.metrosp.com.br/licitacao/40442213/CR\\_40442213.pdf](https://extranet.metrosp.com.br/licitacao/40442213/CR_40442213.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2013. Consta ainda, na página 72 deste relatório, as 16 estações previstas, ao longo da Rodovia Raposo Tavares: *Parque Jardim Previdência, Jardim Bonfiglioli, L’Abitare, Educandário Ester, Monte Belo, Jardim Boa Vista e COHAB Raposo Tavares*, em São Paulo, *Santa Maria*, em Osasco, *Estrada da Aldeia, Granja Viana, Mesopotâmia, Estrada do Embu, Parque Alexandria, Sabiá, Rotary e Cotia (Centro)*, no Município de Cotia.

<sup>637</sup> TOMAZELA, José Maria. Plano prevê duplicar Raposo até Cotia. **O Estado de São Paulo**, 7 set. 2011, p. C1. Divulga provável plano do Governo do Estado em implantar, nos 20 quilômetros entre São Paulo e Cotia, “seis pistas de cada lado, o dobro do número atual, e sobre o canteiro central trens rápidos em um monotrilho suspenso [e] no lugar de cabines de pedágio, sensores que cobram tarifa conforme a distância percorrida”, ao custo anunciado de R\$ 1,5 bilhão, conforme proposta apresentada ao governo estadual pela CCR, “empresa com nove concessões de estradas, incluindo as do Rodoanel e dos Sistemas Castelo-Raposo e Anhanguera-Bandeirantes”. Informa ainda que “líderes políticos de Cotia, em reunião na Granja Vianna”, já teriam sido “informados do plano”. WARTH, Anne. Moradores reclamam de duplicação da Raposo Tavares. **O Estado de São Paulo**, 7 set. 2011. No mesmo dia, publica-se que “moradores da região do Butantã e da Vila Sônia pretendem pedir uma audiência com o secretário estadual de Transportes, Saulo de Castro Abreu Filho, para discutir o projeto da duplicação de trecho de 20 quilômetros da Rodovia Raposo Tavares”, considerando que o projeto foi apresentado sem que houvesse consulta alguma à população do entorno da rodovia. Em nota no mesmo jornal, três dias depois, a *Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo* (ARTESP) alegava não ter recebido e sequer ter estudado “nenhum projeto para duplicação do trecho da SP-270 entre a capital e o município de Cotia”, já que aquele trecho “pertence ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER). O PROBLEMA da Raposo Tavares. **O Estado de São Paulo**, 15 set. 2011, p. A3. Afirma que “o plano da CCR atende [...] aos interesses de boa parte dos moradores da região”, mas que seria “enorme a distância entre esse projeto e a realidade”, pois nos últimos anos “foi autorizada a construção de grandes empreendimentos à margens da rodovia”, entre shopping centers, condomínios verticais e centros empresariais; encerra reiterando que a região metropolitana precisaria “é de transporte público capaz de estimular as pessoas a deixar seus veículos em casa”.

significa adquirir, alugar, morar”, ao que responde que significaria um lar, “segurança, paz, tranquilidade, repouso, afeto, estabilidade, perspectiva de longo prazo”, e que em São Paulo, existindo um grave problema habitacional, existiria a necessidade em se considerar o entorno da casa, “a vizinhança, a formação de laços e vínculos comunitários” e o “direito da preservação da identidade local”. Questionando, depois, o significado do imóvel para o mercado imobiliário, responde que seria o *lucro* e que o mercado imobiliário necessitaria, para manter suas taxas de lucro, “vendas e volumes de vendas, giros de mercadorias, investimento e retorno rápido e a necessidade de fomentar o consumo e trocas de imóveis em maior escala e velocidades possíveis”. Completando, afirmou que “não existe sociedade que vai crescer com ordenamento dessa forma”, pois o resultado “de uma cidade que amplifica os investimentos ao bel-prazer ou às escuras é uma cidade caótica, sem infraestrutura”. Recorrendo a reportagens, expôs que 25% da área construída em São Paulo pertence a garagens e estacionamentos,<sup>638</sup> que a cada um real investido em transporte público, os governos investem doze em transporte individual,<sup>639</sup> e que o estímulo ao automóvel engendraria graves problemas ambientais, como o corte de árvores para ampliação das pistas, aumento da poluição atmosférica e sonora, menos permeabilidade do solo, aumento da intensidade das “ilhas de calor”, além de “maior deterioração dos bairros às margens, da rodovia no caso, maior deterioração da paisagem urbana, mais segmentação e segregação” dos espaços. Como uma solução para readequação viária da Raposo Tavares, afirmou que a AMAPAR propõe melhor utilização da Avenida Escola Politécnica e a construção de um complexo viário conectando a avenida às duas marginais do Rio Pinheiros. Propôs também a criação de um fórum permanente de debate sobre as questões envolvendo a Rodovia Raposo Tavares, de modo a “criar um debate continuado”, de modo que essas decisões fossem tomadas “em consenso, no melhor, no maior consenso, dentro do possível, pra que a gente crie, de fato, um Estado de bem-estar, levando em consideração as demandas das pessoas que vivem no local”, e que a legislação ampararia esse modo de participação popular.

---

<sup>638</sup> BRANCATELLI, Rodrigo. SP: ¼ da área construída é dos carros. **O Estado de São Paulo**, 21 mar. 2012, p. C3. A mesma reportagem, divulgando pesquisa da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli), afirma que o índice de 2012 (25%) era ainda menor do que o índice máximo da série histórica analisada (1985-2012), verificado em 2001, quando as garagens e estacionamentos representavam 29,59% da área construída no município de São Paulo.

<sup>639</sup> “A constatação foi feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) no estudo sobre a mobilidade urbana no Brasil, divulgado na última quarta-feira (25). A pesquisa considera as três esferas de governo do país: municipal, estadual e federal. A pesquisa considera esse desequilíbrio de valores gastos em incentivos como um dos fatores responsáveis pelo aumento do número de carros e motos no país e, por consequência, dos congestionamentos”. A CADA R\$ 1 investido em transporte público, governo dá R\$ 12 em incentivo para carro e moto. **Portal R7**, 27 maio 2011.

Sílvio Leme, representante da CET e morador do município de Cotia, iniciou sua fala expondo suas próprias dificuldades em transitar pela rodovia, abordando a questão da retirada do semáforo do quilômetro 11, de modo a incrementar a fluidez viária no local, implantando uma passarela de pedestres; conjuntamente, aborda o projeto de um túnel substituindo a travessia dos veículos provenientes da Avenida Benjamin Mansur em direção à Raposo Tavares, sentido capital, projeto também criticado pela AMAPAR, e outro projeto de readequação viária da Rua Sapetuba, ligação entre a Raposo Tavares e a Avenida Francisco Morato, rumo à Marginal Pinheiros e às pontes.

Wladimir Farias, da *Associação Ecoexistir* e vice-presidente do recém-regulamentado *Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Rural do Município de Cotia* (COMDAR), reclamou da “incipiente” divulgação da Audiência Pública e reivindicou que a “próxima rodada” da audiência ocorresse no município de Cotia, argumentando que aquele município detinha 50% do trecho da rodovia discutido naquele encontro, e que fosse realizado em um local amplo, devido ao grande interesse da população de Cotia nas questões sobre a Rodovia Raposo Tavares. Cita o projeto de construção de um aeroporto em Ibiúna<sup>640</sup> e de outros projetos e empreendimentos adjacentes à rodovia, que, “sem os devidos Estudos de Impacto Ambiental e de Impacto de Vizinhança”, estariam sendo aprovados “à revelia das questões ambientais”. Ulisses Silva, da *Associação de Moradores do Vale do Sol*, de Embu das Artes, citou a aprovação relâmpago do Plano Diretor do município do Embu, aumentando a densidade construtiva residencial nos principais corredores de tráfego da cidade e, a seu ver, o incentivo à criação de polos logísticos integrados ao Rodoanel, onde se desmatariam grandes áreas, se contrataria pouca mão-de-obra e de baixa qualificação, além de gerar tráfego de caminhões; tais críticas teriam sido levadas à justiça, para que todo o processo seja barrado.

---

<sup>640</sup> As primeiras menções a esse projeto aparecem na mídia em março de 2012, a partir de dois artigos. FREIRE, Rafael. São Paulo terá mais um aeroporto para até 100 mil passageiros. **Isto É Dinheiro**, 23 mar. 2012; e TOMAZELA, José Maria. Grupo planeja novo aeroporto em Ibiúna. **O Estado de São Paulo**, 29 mar. 2012, p. B11. Anunciam investimentos da ordem de R\$ 500 milhões para construção de um aeroporto no município de Ibiúna, na altura do km 59 da Rodovia Bunjiro Nakao (SP-250, antiga estrada São Paulo-Paraná, até 1960), cuja operação estaria prevista para 2015. FERREIRA, Rosenildo Gomes. Terminal privado. **Isto É Dinheiro**, 5 out. 2012. Novamente, aparece menção ao projeto deste aeroporto em Ibiúna, afirmando desta vez que o megaempreendimento contaria, a princípio, “com shopping center, faculdade, torres de apartamentos, hotel de alto padrão e até hospital”, localizado às margens de uma rodovia “que possui uma faixa simples de rolamento que mal dá conta do tráfego atual de moradores da cidade, pequenos sitiantes e donos de chácaras de lazer”; no entanto, a direção do grupo empresarial Eiko, responsável pelo projeto, teria afirmado que havia um compromisso do Governo do Estado em duplicar aquela rodovia. Ao que parece, alocação de capital ocioso por meio de implantação de megaempreendimentos. Ao que parece, existem algumas resistências à implantação desse projeto, conforme pode ser conferido em: <<http://www.aeroportodeibiuna.com.br/>>, divulgando um manifesto “Aeroporto de Ibiúna, diga não!”. Acesso em: 6 mar. 2013.

José Calazans, arquiteto e então participante da *Rede Santo Amaro*, citou o projeto do megaparque linear entre o Parque Ecológico do Tietê e as nascentes desse rio, em Salesópolis, argumentando que o próprio rio seria “o grande eixo histórico” da metrópole paulistana e propondo que se priorizassem as ligações entre “cada bairro da Raposo” a esse eixo, “sem baldeações”, eliminando o “absurdo” projeto do monotrilho sobre a rodovia. Propõe, ainda, a formação de uma comissão entre os órgãos estatais e a sociedade civil para discussão e elaboração de projetos diretrizes urbanísticas para a região metropolitana, obedecendo inclusive ao artigo 180 da Constituição Estadual de 1989.<sup>641</sup>

Em outras falas, aparecem queixas em relação ao sobrepeso de caminhões que circulam pela rodovia, sobretudo entre os quilômetros 21 e 28 da rodovia, em Cotia, e a necessidade de balanças para coibir essa prática, bem como a reivindicação de ônibus executivos, “com tarifa diferenciada”, entre os condomínios fechados lindeiros à rodovia, de modo a “incentivar” o uso do transporte coletivo por “esse público”. Outra proposta levantada foi a criação de uma faixa exclusiva de rodagem de transporte público entre o Terminal Metropolitano de Cotia e a futura Estação Vila Sônia do Metrô.

Lucila Lacreta, arquiteta e participante do *Movimento Defenda São Paulo*, lamentou a “desarticulação entre os vários setores que cuidam da questão do transporte na nossa cidade”, constatando a “ineficiência dessa conversa entre os próprios órgãos” e argumentando a necessidade “óbvia” de criação de “uma instância metropolitana que cuide do transporte de massa na nossa cidade”, já que a SPTrans e a CET seriam insuficientes para tanto. Alegou perplexidade com o anúncio da SPTrans a respeito dos “15 empreendimentos” de mobilidade urbana em licitação, sem que a população tivesse informação alguma e, conseqüentemente, sem o debate público correspondente. Lembra, ainda, que sem este debate com a população, seriam esses projetos “fadados ao fracasso”, a exemplo dos projetos de instalação de monotrilhos, uma “praga” que, segundo Lacreta,

---

<sup>641</sup> “Artigo 180 - No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão: I - o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes; II - a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, plano, programas e projetos que lhes sejam concernentes; III - a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural; IV - a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública; V - a observância das normas urbanísticas, de segurança, higiene e qualidade de vida; VI - a restrição à utilização de áreas de riscos geológicos; VII - as áreas definidas em projetos de loteamento como áreas verdes ou institucionais não poderão ter sua destinação, fim e objetivos originariamente alterados, exceto quando a alteração da destinação tiver como finalidade a regularização de: a) loteamentos, cujas áreas verdes ou institucionais estejam total ou parcialmente ocupadas por núcleos habitacionais de interesse social destinados à população de baixa renda, e cuja situação esteja consolidada ou seja de difícil reversão; b) equipamentos públicos implantados com uso diverso da destinação, fim e objetivos originariamente previstos quando da aprovação do loteamento; c) imóveis ocupados por organizações religiosas para suas atividades finalísticas [...]” SÃO PAULO (Estado). **Constituição (1989)**.

estaria condicionada a acordos pouco transparentes firmados entre o Governo do Estado e a corporação canadense Bombardier, cuja fábrica de vagões desses monotrilhos fora recentemente instalada na cidade de Hortolândia, interior de São Paulo. André Ianni, participante da AMAPAR e do Conselho Gestor do Parque da Previdência, complementa a crítica de Lacreta sobre a pouca integração entre os diversos setores do Estado, bem como o prejuízo causado pelo desempoderamento das subprefeituras na gestão então vigente.

Jane Figueiredo, do *Parque Ipê Associação*, relatou a insegurança da travessia de pedestres da rodovia pelo viaduto do quilômetro 19, onde não haveria gradil de proteção. Outra queixa foi pela retirada de diversas linhas de ônibus entre os bairros do Distrito Raposo Tavares e o centro de São Paulo, privilegiando sua conexão com a Estação Butantã; no entanto, tal medida, com a promessa de diminuir os percursos, de modo a otimizar a frequência dos ônibus, teria implicado na diminuição da quantidade desses veículos, ocasionando maior superlotação, fato agravado pelo aumento dos congestionamentos e do tempo percorrido entre o próprio quilômetro 19 e a Estação Butantã. Antônio de Carvalho, morador do quilômetro 16 e gestor de saúde, constata que as discussões daquela Audiência Pública referem-se constantemente ao metrô e lamenta não haver a presença de nenhum representante do Metrô ou mesmo da CETESB, órgãos estaduais.

Lúcia Martins Campos, moradora do Jardim Bonfiglioli e militante dos movimentos de bairro do Butantã, apresentou a proposta de *municipalização* da Rodovia Raposo Tavares no trecho paulistano, de modo a “encontrar uma gestão mais unificada” desse trecho da rodovia, após uma “conversa” em termos metropolitanos, com representantes e a população dos outros municípios envolvidos. Roni Aldrin, morador do Condomínio L’Abitare, relata os problemas referentes à sinalização do retorno do quilômetro 13, à formação de espelhos d’água na pista durante as chuvas e a má iluminação da rodovia, diminuindo sensivelmente a visibilidade durante à noite.

João Lino, morador da Granja Vianna havia 15 anos e participante do *Viva Granja*, informou que organizara, no final de 2007, o Fórum “A Raposo Tavares pede socorro!”, onde este presente, segundo seu relato, “todo tipo de pessoas”, *técnicos, arquitetos, engenheiros* etc. Asseverou, ainda, que teria faltado “vontade política” na execução dos projetos propostos naquele seminário e que um dos problemas principais da rodovia seria a ausência de vias paralelas. Apresentou também uma carta que teria sido respondida, em abril de 2011, pela *Subsecretaria de Relacionamento com Municípios*, vinculado à Casa Civil do Governo do Estado, após redação de vinte cartas “pedindo solução para a Raposo”, assinadas pela

Viva Granja, pelo *Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo* (SCIESP), o *Movimento Defenda São Paulo* e outras entidades. Na carta, a Subsecretaria afirmava ter entrado em contato com a Secretaria de Estado de Logística e Transporte, que teria se manifestado a partir do DER, que anunciava ter investido nos últimos anos em intervenções pontuais e que estaria estudando alternativas de ligação direta entre a rodovia e a Marginal Pinheiros.

Chegado o momento das respostas das autoridades presentes à mesa, Gerson Sancinetti, do DER, reforça as intervenções e os investimentos em segurança que este órgão teria feito nos últimos anos na rodovia. Afirmou ter investido na iluminação, entre os quilômetros 14 e 30 (competência do DER) e que estariam em implantação os radares de velocidade; afirmou não haver projeto para instalação de balanças para os caminhões que trafegam pelo trecho da pista. Roberto Moura, da SPTrans, rebateu as críticas sobre a desarticulação entre os órgãos e os projetos, afirmando que todos os projetos da SPTrans estariam plenamente sincrônicos aos projetos do Estado e que havia sim discussão de tais projetos com a população, e que a fase naquele momento era de “detalhamento” dos 15 empreendimentos de mobilidade urbana. Sobre o estágio licitatório desses empreendimentos, afirma que a Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, prevê a pré-qualificação das empresas e que, no tocante ao licenciamento ambiental, caberia tal debate ao órgão licenciador; além disso, asseverou que essas intervenções estariam previstas no PDE 2002 e que estavam aguardando “momento oportuno” para a realização de Audiências Públicas. Logo depois, tanto Roberto Moura, da SPTrans, quanto Gerson Macambira, da CET, agradeceram aos vereadores pela “oportunidade de ter a conversa com a população” e pelos “esclarecimentos”, afirmando que anotaram as sugestões e críticas e que as levariam a seus órgãos, de modo a “enriquecer” o trabalho em seus gabinetes.

Sérgio Reze, participante da mesa, agradeceu o “esforço da Câmara dos Vereadores de São Paulo” e reforçou a necessidade de constituição do fórum de debates. O Vereador Celso Jatene afirmou que “não tem governo nenhum que dá nada para a população”, que é “a população que conquista”, e que apoiava a ideia do Sérgio Reze na constituição do Fórum. Afirmou, ainda, que uma eventual próxima reunião sobre a Raposo Tavares deveria contar, necessariamente, com a presença de representantes do Metrô, da CPTM, da EMTU, da CETESB e SEHAB. O Vereador Eliseu Gabriel, coordenador da audiência, encerrou sua fala confirmando a importância do tripé “pressão legítima da sociedade”, o Parlamento e o Executivo, e que estava “muito otimista”, pela “possibilidade de êxito nesse processo de trabalho”, e que “o lado da sociedade civil mais preparada, mais articulada” e o “Poder

Público já sensibilizado” facilitariam novos canais de comunicação e legitimaria formas de decisão, a partir da articulação deste referido tripé.

\*\*\*

O longo caminho percorrido neste capítulo indica-nos a composição do instrumento urbanístico “operação urbana”, a sua instrumentalização no campo da prática social, operada a partir dos fundamentos lógicos e históricos dessa mesma sociedade. Percorrendo essa trilha, portanto, a proposta foi perseguir, inicialmente, os fundamentos do tributo fundiário urbano, expondo alguns elementos formais da propriedade e sua interface com a produção e a reprodução do urbano. Nesse momento, ao resgatarmos a noção de *solo criado* e sua interface ao debate a respeito da *função social da propriedade*, reconhecemos o quanto a sua sofisticação no campo político e jurídico acompanhava simultaneamente os novos pressupostos econômicos da realização do capital em sua mundialidade: trata-se do momento (crítico) de sua financeirização, recurso básico à queda tendencial à taxa de lucro.<sup>642</sup> Não se trata, portanto, de meros investimentos isolados em imóveis, trata-se de um momento de uma composição de uma espacialidade, o espaço como estratégia, o campo da valorização do valor. Assim, desde as operações interligadas e as primitivas operações urbanas em São Paulo, essa concepção política, jurídica e fundamentalmente econômica foi se constituindo a partir do *desnível constante entre a temporalidade da economia política e a temporalidade da própria política, operada no campo social*, conforme mostramos páginas atrás.

Assim, a sofisticação do instituto do *solo criado* e sua conversão em *outorga onerosa* passaria por um longo período de debates e reflexões entre urbanistas e juristas, ao passo em que a dinâmica da *produção* da cidade punha a urgência de novos mecanismos e estratégias a serem operadas no campo social. Assim, a *outorga onerosa* se converteu no título financeirizado intitulado CEPAC e, a partir daí, com os arranjos políticos e jurídicos necessários, o Estatuto da Cidade consolidou tais instrumentos em escala nacional, e o PDE 2002 e PRE 2004, em escala municipal e metropolitana. Nasce, assim, a Operação Urbana Consorciada Vila Sônia.

---

<sup>642</sup> “Quando exploramos, passo a passo, o processo de acumulação e suas contradições, concluímos que o capital fictício está contido no próprio conceito de capital. A formação e circulação de capital fixo são necessárias para a acumulação. A barreira do capital fixo criada para a acumulação futura [...] só pode ser superada por meio do sistema de crédito em geral e pela criação de formas fictícias de capital em particular. Ao permitir que o capital fictício floresça, o sistema de crédito pode apoiar a transformação do capital circulante em capital fixo e atender às crescentes pressões que surgem à medida que mais e mais do capital social na sociedade comece a circular em forma fixa. O capital fictício é tão necessário para a acumulação quanto o capital fixo em si”. HARVEY, David. **Limits to Capital**, 2006, p. 269.

Apresentando os pressupostos da formulação da OUCVS, como a Linha 4-Amarela do Metrô e os chamados “projetos co-localizados” indicados no EIA-RIMA, discutiu-se os fundamentos do discurso estatista a partir do aprofundamento e das consequências práticas da articulação entre o político e o econômico, ou ainda, a colonização do primeiro pelo segundo. Assim, sugerimos a *política média*, indicada neste capítulo como uma possibilidade no campo de análise desses “acordos” e “consensos” entre o crítico de uma economia ansiosa por novos limites de valorização do valor e um político submetido e condicionado a esta forma valor.

Derivando o campo analítico, procuramos mostrar a forma das contradições do espaço a partir da análise das questões de mobilidade urbana, vinculadas especialmente à *Rodovia Raposo Tavares*, um dos principais eixos viários da Subprefeitura do Butantã e da região oeste da Grande São Paulo. Assim, regressando aos planos rodoviários do início do século 20, intentamos recuperar o sentido da modernização a partir da re-funcionalização dos fluxos e seu suporte físico-territorial, operados pelos investimentos em obras viárias, e seu rebatimento à constituição identitária de uma elite patrimonialista-industrial florescendo naqueles momentos da República Velha, assim como o seu íntimo vínculo à sintética figura do *automóvel*, tema-chave dessa modernização que acompanharia todo o século 20 e o início deste século 21. O tema da modernização, ainda vinculado a essa figura do veículo automotor, ganharia novos significados a partir do ideário desenvolvimentista, entre as décadas de 1950 e 1980, quando apontamos a implantação de novas vias paralelas à antiga *estrada São Paulo-Paraná*, intitulada, desde 1954, *Rodovia Raposo Tavares*, em “homenagem” ao *bandeirante* desbravador dos sertões, cuja figura fora largamente discutida no Capítulo 1. E, aliado à ruptura política ocorrida em 1964 e sua consequente instalação do regime autoritário, verificamos a continuidade desse ideário modernizante, consolidando exatamente a figura do Estado planejador e da iniciativa privada como suporte a esse projeto territorial estratégico.

E, finalmente, retornando às discussões levantadas na Audiência Pública de junho de 2012, apontamos os limites e as virtualidades intrínsecas a essa modernização, tomando como referência certas questões da política urbana contemporânea, indicado pontualmente pelo viés da mobilidade, e puxando seus fios adjacentes. Ou seja, coloca-se em xeque, a despeito de todas as mediações da linguagem e da própria prática do vivido, a civilização do automóvel e o modelo de urbanização vinculado a uma lógica de *fragmentação, homogeneização e hierarquização*. A temática da “participação popular” e do tripé apontado pelo Vereador Eliseu Gabriel, “*sociedade civil articulada e organizada*”, *Parlamento e Executivo*,



parece indicar uma complexificação dos termos da afirmação do Estado e seu corolário, a *política média*, tendo como suporte exatamente o ideário das classes médias. Este será o principal assunto a ser discutido no terceiro e último capítulo desta Tese, que se inicia a seguir.

## **CAPÍTULO 3**

**Continuidades e descontinuidades. Presenças e virtualidades nas tramas do vivido.**

## A cidade compacta e o sentido da governança

No início do mês de agosto de 2010, fui informado de que haveria uma reunião, organizada pelo *Movimento Butantã Pode*, a se realizar no salão paroquial da *Igreja Nossa Senhora de Fátima*, no bairro do Ferreira, distrito de Vila Sônia.<sup>643</sup> Essa reunião, uma continuidade do *Seminário Operação Urbana Consorciada Vila Sônia*, organizado pelo mesmo movimento e apoiado pela *Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais* (Rede Butantã), *Associação de Educadores da USP* (AEUSP) e *Movimento de Moradia da Cidade* (MMC) e ocorrido em 25 de junho de 2010, estava marcada para o dia 13 de agosto, uma noite de sexta-feira.

Nessa reunião, que foi a primeira dos movimentos sociais de bairro da região do Butantã da qual participei, estiveram presentes cerca de 40 pessoas, muitas delas lideranças desses movimentos e *peessoas-chave*, que tempos depois fariam parte do conjunto das entrevistas concedidas para este trabalho, e que continuariam presentes nas reuniões seguintes, até o final de 2012, momento em que encerro esta análise a respeito dos rumos dos estudos, projetos e polêmicas da OUCVS. Aquela reunião tinha, a princípio, quatro pautas principais: informes sobre a recente decisão judicial que suspendeu a validade do projeto de revisão do PDE 2002; breve esclarecimento sobre as implicações da OUCVS na alteração do cotidiano do bairro; discussão e aprofundamento a respeito da elaboração de uma pauta de desenvolvimento local e definição dos próximos passos e das estratégias de mobilização.

No início da reunião, discutiu-se a ideia de agregação dos movimentos em torno de uma agenda de prioridades, incluindo a elaboração de um documento unificado das entidades do Butantã e o posicionamento da comunidade em relação ao próprio projeto da OUCVS. Algumas falas apontaram o sentido da ausência de contrapropostas ao projeto, argumentando que um simples posicionamento *contra* tais projetos não descartaria a premente necessidade política em se conhecer as entranhas técnicas dos grandes empreendimentos imobiliários. Outra manifestação reforçava o período eleitoral então vigente como um momento crucial na colocação das demandas da sociedade civil, considerando que o Estado não teria justificativas suficientes e convincentes para legitimar as operações urbanas diante da população em geral. Em contraposição, outra fala afirmou

---

<sup>643</sup> Neste mesmo local aconteceram, entre 2010 e 2012, reuniões referentes a outras questões envolvendo direta e indiretamente a OUCVS, principalmente a mobilização envolvendo a Chácara do Jockey e o Terminal Rodoviário da Vila Sônia, que serão tratadas mais detalhadamente em outros momentos deste capítulo.

que o instrumento “operação urbana”, conforme concebido naquele projeto vigente da OUCVS, seria desnecessária e até mesmo danosa à região, mas que se fosse concebido de outro modo, ela poderia ser um “instrumento interessante” a todos. Assim, o movimento poderia se questionar: *afinal, propor outro projeto de operação urbana ou recusar todo e qualquer projeto nesse sentido?*

Surgiram, ainda, durante os debates da reunião, as menções ao indeferimento do EIA-RIMA no CADES, e a imprescindibilidade de participação popular na elaboração da OUCVS, o que não vinha ocorrendo desde 2006, já que desde então todas as reuniões e audiências públicas simplesmente apresentavam o que já estava decidido nos gabinetes das secretarias. Complementando, outra fala manifestou o completo descrédito no diálogo com o Poder Público e que nem o túnel-avenida e muito menos o monotrilho do Morumbi seriam obras desejáveis ou ainda necessárias à região.

Manifestou-se, ainda, que o *Movimento Butantã Pode* teria nascido como necessidade de esclarecimento da população a respeito da OUCVS e que suas ações efetivas estavam centradas na questão do túnel-avenida e que, a partir daquela reunião, deveria se apontar oficialmente o posicionamento dos movimentos e entidades a respeito do projeto da OUCVS: totalmente *contra* ou a *favor* de um projeto *alternativo* de operação urbana. Esse argumento apontava para a necessidade de um posicionamento oficial diante do fato de que, independentemente da operação, o adensamento da região seria inevitável. Assim, apresentava-se uma proposta que fosse para além da *reatividade*, ou seja, que se construísse um corpo de estudos e proposições para outro modelo de planejamento e que se acionasse a grande mídia, se espalhasse banners e se esclarecesse as pessoas, de modo a unificar os discursos dos movimentos e entidades em torno da matéria.

Daquela reunião, surgiu a ideia de formação de um Grupo de Trabalho dentro do *Butantã Pode*, visando compor essas estratégias; além disso, aventou-se a necessidade de aproveitar o encontro do dia 21 de agosto, no *Educandário Dom Duarte*, com vistas à realização do *Projeto São Paulo 2022*, promovido pelo então *Movimento Nossa São Paulo*. Diante das resoluções tomadas naquela reunião, outra fala assevera que aquele não seria mais um momento de simples protocolos de cartas endereçadas ao Poder Público, como acontecera desde os primórdios das “manifestações da comunidade do Butantã”, em 2006: o momento exigiria, *agora*, ações mais contundentes de mobilização de toda aquela comunidade.

Sobre o encontro do *Educandário Dom Duarte*, cabe ainda alguns esclarecimentos, que apontam ao sentido inicial deste capítulo. Vinculado à *Liga das Senhoras Católicas*,<sup>644</sup> o Educandário iniciou suas atividades em 12 de abril de 1937, tendo a sua inauguração oficial ocorrida em dezembro daquele mesmo ano. No início, suas atividades se voltavam ao abrigo de meninos órfãos ou provenientes de “famílias portadoras de problemas socioeconômicos”.<sup>645</sup> O primeiro terreno cogitado para a instalação do Educandário, ainda intitulado “Cidade dos Menores”, localizava-se no bairro da Água Funda, Zona Sul de São Paulo, e tinha sido destinado à doação para a *Liga das Senhoras Católicas* (atualmente conhecida como *Liga Solidária*), a partir do Decreto Estadual nº 6.505, de 19/06/1934.<sup>646</sup> No entanto, “vários problemas” teriam inviabilizado o seguimento dos planos iniciais e foram realizados, então, novos estudos e a busca de novas áreas. Surgia, daí, a figura do Sr. *Bráulio Silva* e a Sra. *Noemia Sampaio Silva*, que doam para Liga Solidária seu “Sítio Monte Alegre”, com 54 alqueires de terra e outros 18 alqueires doados pelo Governo do Estado, ambos localizados na então intitulada Estrada Velha de Cotia (atual Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia), para a construção da “Cidade dos Menores”. A construção do complexo, envolvendo seus arruamentos internos e as edificações, teriam sido entregues aos engenheiros Francisco Azevedo e F. Palma Travassos, sendo que os estudos preliminares foram realizados pelos arquitetos Alexandre Albuquerque e Luiz Anhaia Melo,<sup>647</sup> bem como os engenheiros Anselmo Amaral e Edmur Souza Queiroz.<sup>648</sup>

---

<sup>644</sup> “A Liga Solidária, fundada em 10 de março de 1923 como Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, é uma organização social sem fins lucrativos que desenvolve programas socioeducativos e de cidadania que beneficiam mais de 3.200 pessoas. Nosso foco é a educação para a construção gradual do conhecimento e preparo para autonomia, em sintonia com as Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Acreditamos que por meio da educação é que se alcança a verdadeira cidadania. Envolvermos as famílias dos beneficiários de todos os nossos programas, pois uma relação de confiança e o trabalho em parceria são fundamentais para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional, além de possibilitar a compreensão das suas características individuais e suas demandas. No papel de articuladores, trabalhamos para fortalecer e defender os direitos da comunidade onde estamos, participando de diversas redes sociais, como Conselho Estadual dos Direitos da Infância e do Adolescente (CONDECA), Conselho de Segurança Comunitária, Fórum de Educação Infantil (FEI), Fórum da Criança e do Adolescente (FOCA), entre outros”. Texto institucional. Disponível em: <<http://www.ligasolidaria.org.br/a-liga/default.aspx>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

<sup>645</sup> QUERIDO, Maria José Silva. **Butantã e suas veredas**, 1999, p. 158.

<sup>646</sup> Este decreto, assinado pelo Interventor Armando de Salles Oliveira, previa a doação de um terreno, de propriedade do Estado, medindo 10 alqueires, ou 242.000 m<sup>2</sup>, cuja finalidade estaria exatamente na instalação de colônias agrícolas e escolares “para a educação dos menores abandonados”, o que constituiria, segundo o caput do Decreto, “uma iniciativa de alta finalidade social”.

<sup>647</sup> **Luiz Ignacio de Anhaia Mello**, Prefeito do Município de São Paulo entre 06/12/1930 e 25/07/1931 e entre 14/11/1931 e 04/12/1931. Foi também fundador e o primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

<sup>648</sup> QUERIDO, Maria José Silva. **Butantã e suas veredas**, 1999, p. 160.

Assim, esse grande complexo, denominado *Educandário Dom Duarte* (EDD), em homenagem ao fundador da Liga Solidária, Dom Duarte Leopoldo e Silva,<sup>649</sup> funciona até os dias atuais como um importante referencial para os bairros do Distrito Raposo Tavares e concentra 90% das atividades da Liga, dentre as quais se incluem atendimento psicossocial, qualificação profissional, trabalho com relações sociais e comunitárias e diversas outras atividades.<sup>650</sup> E foi justamente nesse local onde ocorreu, no dia 21 de agosto de 2010, o terceiro encontro regional do *Projeto São Paulo 2022*, sendo que os dois primeiros haviam ocorrido na Zona Sul (no Jardim Ângela, em 18 de junho) e na Zona Leste, empreendido pelo então *Movimento Nossa São Paulo*,<sup>651</sup> em conjunto com mais quatro entidades: *Escola da Cidade*, *Instituto Arapyaú*, *Instituto Ethos* e *Instituto Socioambiental – ISA*. Segundo o texto final, lançado em 23 de novembro de 2011, o objetivo desses encontros e da publicação do próprio texto seria “discutir caminhos para o município de São Paulo e de sua Região Metropolitana”, reunindo “um conjunto de diretrizes e indicadores de monitoramento estratégico para orientar o planejamento e desenvolvimento da cidade”, incluindo “exemplos de boas práticas nacionais e internacionais que podem subsidiar a discussão sobre o que buscamos para a cidade nos próximos dez anos”, de modo a “demonstrar a viabilidade das propostas” incluídas no documento final.<sup>652</sup>

O Encontro, com a presença de mais ou menos 200 pessoas, iniciou-se com apresentação de Mário Martini, diretor do EDD, expondo a ordem dos trabalhos para aquela manhã: primeiro, falariam representantes dos movimentos e organizações do Butantã; segundo, haveria uma exposição dos participantes do Movimento Nossa São Paulo, de modo a “estimular das demandas” para que cada um escrevesse, em “filipetas”, as demandas que cada um considerasse; terceiro, haveria a reunião em mesas organizadas de

---

<sup>649</sup> **Dom Duarte Leopoldo e Silva**, (Taubaté, 04/04/1867 – São Paulo, 13/11/1938) sacerdote católico, segundo bispo de Curitiba (1904-1906), décimo terceiro bispo de São Paulo e seu primeiro arcebispo (1907-1938).

<sup>650</sup> Informações sobre as atividades, relatórios de administração, histórico e estatuto da entidade podem ser consultados em: <<http://www.ligasolidaria.org.br/>>. Acesso em 9 mar. 2013.

<sup>651</sup> “O *Movimento Nossa São Paulo* foi lançado em maio de 2007 a partir da percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população. Constatamos que é necessário promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa. Em outubro de 2010 o movimento passou a se chamar *Rede Nossa São Paulo*, com o objetivo de fortalecer a articulação de um amplo campo social para objetivos comuns e, ao mesmo tempo, preservar a manutenção de diferenças para questões específicas, conjunturais, regionais, etc, assegurando a ampla liberdade de expressão e manifestação a seus integrantes. A Rede pretende construir uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas a fim de oferecer melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade. Nosso propósito é transformar São Paulo em uma cidade segura, saudável, bonita, solidária e realmente democrática.” Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/quem>. Acesso em 9 fev. 2013. Grifos nossos.

<sup>652</sup> REDE NOSSA SÃO PAULO et al. *São Paulo 2022...*, 2011, p. 5.

acordo com os grupos de interesses em demandas, para que se constituísse uma síntese e uma proposta em cada grupo de interesse de cada mesa; o quarto e último momento consistiria em apresentar os resultados de cada um dos grupos de discussão no plenário, com vistas a fechar um documento “para o Butantã todo”. Após esta apresentação inicial, Mario expressa:

Eu vou ler uma frase que está ali, “*A plena democracia é um referencial a ser perseguido. A participação é a nossa forma de exercê-la, respeitando as diferenças e coordenando os interesses, para a construção do bem comum.*” Este é um ato apolítico-partidário. Nós temos uma ação para o bem comum, pra coletividade, pra melhoria da qualidade de vida das pessoas, essa é a nossa prática. Então, este ato aqui hoje é um ato apolítico, no sentido partidário. Muito mais no sentido do bem comum para as pessoas, ok? Claro, isso? Então vamos tocar?

Prossigamos nessa construção da “plena democracia” a partir do “respeito às diferenças e coordenação de interesses” visando a “construção do bem comum”. Passou-se a palavra a Martha Pimenta, que apresentou a *Rede Butantã* e suas reuniões mensais, que aconteciam desde julho de 2000, “sempre na primeira quarta-feira do mês, às 9 da manhã, em locais itinerantes, em todo o território da Subprefeitura do Butantã”. Martha afirmou considerar que “a Rede foi um dos primeiros movimentos com essas características de rede no Butantã”, visando “discutir o que é uma rede horizontal, apartidária, com participação de todos e que discuta as questões relativas à nossa região”, adicionando que a Rede seria um espaço aberto à “participação de todos” e que o tema da reunião seguinte, que ocorreria em 08/09/2010, seria “moradia”. Afirmou, ainda, que as reuniões da Rede já tinham muitas demandas levantadas e debatidas, e que os participantes já teriam suas ideias a preencherem nas “filipetas”. Logo após, tomou a palavra Luís Alberto, educador profissional do EDD e participante do *Fórum da Criança e do Adolescente do Butantã* (FOCA-BT), apresentando as atividades do FOCA, dentre as quais: conferências em defesa da criança e do adolescente, evento bianual, eleição de Conselho Tutelar e organização da *Semana do Estatuto da Criança e do Adolescente do Butantã*, evento anual, bem como a formação dos grêmios nas escolas. Depois, Dirce Assis, médica especializada em dependência química e terapia familiar, relatou cruamente sua experiência profissional com usuários de crack, afirmando as graves dificuldades no trato desta área, como os obstáculos para a internação dos dependentes, seja pela falta de vagas no serviço público de saúde, seja pelo seu próprio processo de internação. Logo após, Eduardo relatou os resultados da mobilização pela instalação de

escolas técnicas estaduais na região, citando especificamente a recente implantação da ETEC Raposo Tavares, na COHAB Raposo Tavares, quilômetro 19 da rodovia, e a ETEC João XXIII, no interior do CEU Uirapuru.

Pedro Guasco, representando o *Butantã Pode*, lembrou as mobilizações em torno do túnel-avenida e da OUCVS, bem como da revisão do PDE 2002, que estava sendo empreendida de modo autoritário pelo Poder Público municipal. Estendendo, afirmou que já estaria ocorrendo uma expulsão de moradores da Vila Sônia, devido ao aumento dos preços dos imóveis, o que implicava em uma mudança de perfil da população daquele local, na “perda de qualidade de vida” e na “perda mesmo do nosso espaço enquanto cidadão”, com seu êxodo para as periferias mais distantes.

Depois, abriu a palavra Maurício Broinizi Pereira, da Secretaria Executiva do *Nossa São Paulo*, afirmando que um dos trabalhos empreendidos pelo então “movimento” seria “organizar um conjunto de informações que [o movimento considerava] fundamentais pros movimentos sociais, para as organizações da sociedade civil e para os próprios políticos”, de modo a, em se apropriando dessas informações, conseguir “elaborar melhor as nossas linhas de ação, as nossas propostas, as formas com que a gente consegue construir um diálogo e também uma pressão política sobre os poderes públicos”, para que os recursos arrecadados e o orçamento do município seja alocado “naquilo que é prioridade pra cidade de São Paulo”, no que seria “mais necessário para a população, na perspectiva da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da *democracia participativa*”. Pela primeira vez escutava falar deste termo, “democracia participativa”, termo que outras vezes seria mencionado tanto naquele encontro quanto em muitos outros dos quais participei nesse processo de pesquisa. Assim, valem alguns questionamentos: qual seria, então, o sentido e o significado deste misterioso termo, na perspectiva da constituição moderna no sentido da democracia? Democracia não implicaria, *necessariamente*, em participação? Aprofundemos, então, um pouco mais esses termos.

Nesta seara, Maurício afirma que o movimento trabalhava com quatro eixos distintos: a *organização e análise de dados e indicadores*, de modo a estabelecer “o diagnóstico da cidade” e as metas para “melhorar a qualidade de vida, melhorar as condições sociais, ambientais e também da participação política da nossa cidade”; o *acompanhamento cidadão*, a partir da divulgação desses trabalhos na página da internet, nas publicações e nas reuniões plenárias realizadas em vários locais da cidade, de modo que as organizações sociais e os movimentos populares pudessem se apropriar dessas informações e pudessem “construir



um monitoramento” e “fiscalização da boa aplicação desses recursos públicos nas nossas regiões”, numa perspectiva da “democracia participativa”, avançando a *mobilização cidadã*, o terceiro eixo; o quarto seria a *educação cidadã*, corolário do terceiro eixo, para que “o público seja realmente o foco da política, o interesse público, não interesses outros com os quais nós estamos tão acostumados a conviver”.<sup>653</sup> Para tanto, Maurício ratificou que o movimento seria “totalmente apartidário”, de modo a dialogar com “todas as forças políticas da cidade”, especialmente o Executivo e o Legislativo municipais. Afirmou que o movimento “faz política” e que política “é bom que todos façam”, pois a política seria “o exercício da democracia, o exercício da cidadania no nosso cotidiano” e, mais uma vez, asseverou que o movimento não se aliava a “nenhum partido político”.

Assim, inicia apresentação das informações do “observatório cidadão”,<sup>654</sup> um compilado de indicadores e dados de todas as subprefeituras do município de São Paulo, com os dados tabulados especificamente para a Subprefeitura do Butantã, nas seguintes “áreas”: *assistência social, cultura, educação, habitação, inclusão digital, orçamento, áreas verdes, saúde e trabalho e emprego*. Após apresentação e comentários sobre esses dados, asseverou que o *Projeto São Paulo 2022* teria esse horizonte temporal por considerar a obrigatória revisão decenal do PDE 2002, e que o próximo Plano Diretor vigoraria justamente até 2022, e que “se a gente quiser construir as diretrizes pra onde essa cidade deve ir, como é que as nossas regiões devem melhorar”, essas diretrizes deveriam constar no próximo Plano Diretor, onde estariam determinadas “as linhas de crescimento e do desenvolvimento e das políticas públicas sociais e ambientais da cidade”. Afirmou desejar que o próximo Plano Diretor, vigente de 2013 a 2022, fosse “construído de uma forma participativa, democrática, com uma visão de futuro, uma visão avançada, onde a gente contemple os problemas ambientais, sem desliga-los dos problemas sociais”, já que “atualmente” não se poderia mais “fazer oposição entre crescimento e desenvolvimento e preservação do meio ambiente”.<sup>655</sup>

---

<sup>653</sup> Esses eixos de ação da Rede Nossa São Paulo podem ser vistos de modo mais detalhado em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/eixos>>. Acesso em: 9 fev. 2013.

<sup>654</sup> Esse compilado pode ser acessado em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/>>. Acesso em: 9 fev. 2013.

<sup>655</sup> Cabe aqui uma consideração a propósito de uma leitura lefebvriana da obra de Marx, exatamente a respeito da íntima relação entre *crescimento* e *desenvolvimento*. “O movimento se busca e se prova na *práxis*. Não tem por “sujeito” a consciência de si ou o Espírito absoluto. Seu sujeito, se podemos ainda empregar este vocabulário filosófico, é a classe operária. Por este motivo, ele depende do estudo sociológico. O movimento assim concebido tem dois aspectos, sobre os quais não devemos insistir muito: um aspecto qualitativo e um aspecto quantitativo. O aspecto quantitativo é o *crescimento* econômico (aperfeiçoamentos técnicos, aumentos da produção material calculada em toneladas de trigo, de aço etc.). O aspecto qualitativo é *desenvolvimento* social (intensidade da vida social, atividade das organizações que substituem o político pelo social através da democracia e sua superação, produção de obras “espirituais”). Estes dois aspectos não marcham inevitavelmente juntos, ao mesmo passo. O crescimento quantitativo (forças produtivas) pode desenrolar-se gradualmente durante certo tempo, após o que sobrevêm saltos qualitativos. Contudo, no pensamento

*Crescimento e desenvolvimento* aparecem, assim, como uma relação necessariamente mediada pelo “meio ambiente”, já que “não [existiria] possibilidade de crescimento econômico e desenvolvimento se a gente não preservar a fonte de tudo isso, que é o nosso próprio Planeta, que está em risco”. Seria o “Planeta”, então, “a fonte de tudo isso”? Continuando. Considerando que “nós temos que compatibilizar as necessidades sociais com a preservação ambiental”, Maurício afirma que seria “muito importante que a gente [fizesse] esse exercício pensando localmente, pensando na nossa região, pensando na cidade e pensando no futuro, inclusive na sobrevivência das próximas gerações”, de modo a garantir que “os que estão vindo aí [...] também tenham direito à vida e aos recursos naturais do planeta”. Encerra sua fala convidando a *Rede Butantã*, “as organizações sociais, os indivíduos, as pessoas, mesmo que não estejam vinculadas a uma organização” a se “integrarem” com o *Nossa São Paulo*, pois seria este um movimento que “se organiza em rede, ele não substitui outros movimentos, ele não fala em nome de outros movimentos”, já que o objetivo seria “criar uma sinergia, criar uma união, uma força pra gente fazer avançar as nossas propostas e as nossas reivindicações”.

Ladislau Dowbor, economista e professor da *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* (PUC-SP), iniciou sua fala listando as “abertas” possibilidades técnicas, econômicas e políticas (como as motocicletas elétricas utilizadas na China, que poderiam “silenciar” São Paulo) e a questão do saneamento básico em São Paulo, ressaltando a “burrice” da venda de apartamentos a “R\$ 14 milhões a unidade” no Morumbi, cuja varanda defronta-se à poluição do Rio Pinheiros, bem como da “aliança entre grandes empreiteiras, montadoras de automóveis e os políticos, digamos assim, flexíveis” como responsável pela velocidade média de 14 km/h, “a mesma velocidade das carroças do início do século passado”, onde o custo de manutenção dessa “burrice” poderia servir a outras prioridades mais urgentes. Citou o exemplo do debate ocorrido dois meses antes no Jardim Ângela, onde a população teria demandado, ao invés da melhoria dos grandes meios de transporte “para eles poderem sair mais rápido da sua região”, que “uma série de infraestruturas [voltasse] para a região”. Afirmou também que, durante a Ditadura Militar, estando exilado em alguns países em diversos continentes, teria conhecido várias experiências do chamado “socialismo real” em países comunistas e que essas experiências o teriam feito desconfiar de todos os “ismos”. Prosseguindo, asseverou que, na Suécia, “o sueco se administra bem”, e que “o sueco médio”

---

de Marx, estes dois aspectos do movimento jamais se separam. Um vir a ser unilateral seria um vir a ser mutilado (em termos filosóficos: alienado). Se pode haver crescimento sem a intervenção da classe operária, sem ela não pode haver desenvolvimento”. LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**, 1968 [1966], pp. 120-121. Grifos nossos.

participaria, em média, de “quatro associações comunitárias”, pois além dos comícios políticos, “o sueco médio” participaria da “reunião do bairro dele” para “decidir que computador vai pôr na escola do filho dele, que árvore vai plantar na rua dele, coisas do gênero”, e que este seria um modo da política “embaixar”, ou seja, ser “apropriada”, não mais pertencer “a alguns grupos de grandes empresas que financiam as campanhas políticas” e que deteriam, assim, os “seus” vereadores, deputados e políticos em geral.<sup>656</sup> Partindo daí, concluiu que a ausência de dados e informações é nociva, pois “a gente fica com raiva mas a gente não age, a gente só xinga” e “cada um de nós elege o seu inimigo, o culpado é fulado, o culpado é sicrano, aí pode tomar cerveja à vontade que já sabe, vai ficar esperando que saia da frente aquele culpado”, e que a política deveria superar esse imobilismo, para que “a organização social” passasse a tomar “as rédeas para nós, pra começar a controlar como as coisas se transformam”.

Odilon Guedes, também professor e economista, ex-vereador de São Paulo, afirmou compor o *Grupo de Trabalho sobre Orçamento* do Nossa São Paulo. Afirma que, durante a Ditadura Militar, esteve também na clandestinidade, indo “trabalhar na periferia” e “lutar contra a Ditadura”, o que lhe teria garantido a oportunidade de “conhecer a cidade”. Especializando-se, logo depois, em finanças públicas, asseverou que “a arma mais importante do ser humano é a informação”, e que no Brasil “quem paga imposto é pobre, porque a carga tributária é indireta”. Sobre o orçamento paulistano, expôs que um estudo feito pelo *Nossa São Paulo*, em 2007, revelara que as subprefeituras de áreas mais “nobres” da cidade detinham maior orçamento, em média, do que as áreas mais empobrecidas e periféricas, e que o peso dos gastos com a dívida municipal impediria novos investimentos em educação, saúde, habitação e outras áreas. Reforçou, ao final, a importância da população em geral em se apropriar dessas informações e discussões, de modo a acompanhar e exigir os investimentos públicos necessários.

Maurício Piragino, conhecido como Xixo, foi o último representante do *Nossa São Paulo* a tomar a palavra. Afirmou ser vinculado à *Escola de Governo de São Paulo* e coordenar

---

<sup>656</sup> Aparecendo quase sempre como exemplos de “boa governança”, esses países, os “nórdicos” – Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia – e algumas ex-colônias britânicas, como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, possuem em comum o fato de deterem altos índices de “desenvolvimento, riqueza e qualidade de vida”, além de possuírem “baixa propensão nacional expansiva ou imperialista”. Assim, segundo José Luís Fiori, esses países operariam como “pequenas dobradiças felizes” da estrutura militar e do poder global dos EUA, fabricando e fornecendo armamentos, ou ainda, se aliando a este país em suas incursões militares, conforme demonstra o passado e o presente desse grupo de países em suas relações internacionais. Cabe aqui questionar o próprio “modelo de desenvolvimento” desses países, que em momento algum poderiam ser considerados isoladamente da mundialidade do próprio capital e da valorização do valor. Mais detalhes em: FIORI, José Luís. O capitalismo feliz. **Carta Maior**, 29 nov. 2012.

o *Grupo de Trabalho Democracia Participativa*. Assim, verticalizando essa perspectiva, asseverou a insuficiência do “paradigma” da *Democracia Representativa*, já que essa delegação de poderes ter-se-ia revelada muito problemática, do ponto de vista histórico. Deste modo, reforçou a importância de “se antecipar” às discussões e decisões do Poder Público, de modo a desbloquear os obstruídos canais de participação, “[democratizando] a sociedade brasileira [e desobstruindo] os mecanismos de democracia direta”, de modo a “descentralizar a cidade”, que teria re-centralizado demasiadamente o poder naqueles últimos anos. Finaliza sua fala lamentando o desempoderamento das Subprefeituras, naquela gestão vigente, e reclamando a necessidade da eleição do *Conselho de Representantes*, conforme garantiria a própria legislação municipal.<sup>657</sup>

Após essas manifestações, os grupos se reuniram, debateram, sintetizaram as demandas coletadas nas “filipetas” e expuseram os resultados. Após a primeira fala se manifestar em relação ao túnel-avenida, sugeriu a demanda de criação do *Parque da Chácara dos Pequeninos do Jockey*, que estava “correndo o risco de ter ali um conjunto residencial de alto padrão”, e que o local teria “potencial para ser uma área de lazer, uma área da comunidade, que tem quadras, tem jogadores de futebol, [...] uma área lindíssima”. Logo

---

<sup>657</sup> A *Lei Orgânica do Município de São Paulo*, de 1990, indica, na *Seção VIII – Dos Conselhos de Representantes* (arts. 54-55), que “a cada área administrativa do Município, a ser definida em lei, corresponderá um Conselho de Representantes, cujos membros serão eleitos na forma estabelecida na referida legislação”. Assim, a estes Conselhos competiria “participar, em nível local, do processo de Planejamento Municipal e em especial da elaboração das propostas de diretrizes orçamentárias e do orçamento municipal bem como do Plano Diretor e das respectivas revisões”. Além disso, “participar, em nível local, da fiscalização da execução do orçamento e dos demais atos da administração municipal” e “encaminhar representações ao Executivo e à Câmara Municipal, a respeito de questões relacionadas com o interesse da população local”. A Lei Municipal nº 13.881, de 2004, dispunha sobre a “criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho de Representantes”. No entanto, em janeiro de 2005, o Ministério Público do Estado de São Paulo impetra Ação Direta de Inconstitucionalidade para os artigos 54 e 55 da Lei Orgânica do Município e, conseqüentemente, à Lei nº 13.881, (processo 118.997.0/4-00) acolhida e ratificada em “votação unânime” pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A alegação para este acordo assenta-se em um aludido “vício de iniciativa”, já que “o desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo legislativo, que resulte da usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integralidade do ato legislativo eventualmente editado”, segundo entendimento do Ministro Celso de Mello, do Superior Tribunal Federal (STF), cf. SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. Parecer nº 1975/2012 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação participativa sobre o Projeto de Lei nº 304/10. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 13 dez. 2012, p. 86. A *Rede Nossa São Paulo* se mostra empenhada na campanha junto à implantação efetiva desse instrumento nas subprefeituras de São Paulo, cf. GOES, Airton. Conselho de Representantes nas Subprefeituras será tema de debate. **Rede Nossa São Paulo**, 1º mar. 2013. Segundo artigo publicado em sua página, “o argumento [para ajuizamento de inconstitucionalidade] é que só o Executivo tem a prerrogativa de criar cargos na administração. No entanto, pela lei, os conselheiros não receberiam vencimentos e, portanto, não onerariam os cofres públicos. Eles teriam função deliberativa no planejamento e fiscalizariam a atuação da Prefeitura. Atualmente, o processo está no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, e o relator já recebeu o parecer do Ministério Público Federal que avaliou a favor da inconstitucionalidade. O Movimento Nossa São Paulo já mobilizou organizações para enviar um documento ao STF a fim de sensibilizar os juízes por uma decisão favorável à implantação dos conselhos. Outra estratégia defendida pelo Movimento é a mobilização para que a Prefeitura envie outro projeto à Câmara Municipal, pois assim não haveria a inconstitucionalidade alegada”; noticia-se, ainda, a existência de uma *Frente Parlamentar para a Implementação do Conselho de Representantes* entre os vereadores do município, criada em abril de 2009, cf. <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/5435>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

após, manifestou-se a área de “assistência social”, mencionando a necessidade de mais centros de acolhida de população em situação de rua, de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), com atendimento prioritário às famílias em situação de “vulnerabilidade social”, centros de convivência de idosos, além de maior combate à violência sexual e doméstica, sobretudo em relação a crianças e adolescentes e também de políticas de “segurança alimentar”. No quesito “gestão pública”, Lúcia Campos apresentou a necessidade de implementação de uma política de *Planos de Bairro*, da retomada do Planejamento Estratégico da Subprefeitura, o qual teria sido interrompido a partir de 2009, além de maior participação popular na proposição e formulação de operações urbanas, a exemplo da OUCVS, e “democracia participativa direta com participação popular e fóruns” na formulação das políticas públicas em geral, descentralizando os mecanismos decisórios e executores dessas políticas.

Na área de “Cultura”, apareceram propostas que se resumiram à sua democratização. Em “Transportes”, discussões semelhantes, ratificando mais uma vez a rejeição ao projeto do monorail da Linha 17-Ouro, alegando que este deveria ser substituído por metrô subterrâneo. Em “Moradia”, surge Lia, moradora da *Vila Nova Esperança*, que exigiu regularização fundiária e o atendimento da proposta dos moradores da própria vila, de conceber um projeto de “vila ecológica”, utilizando o “preceito da sustentabilidade”. Em “Educação”, as propostas se sintetizaram também em participação e democratização, bem como a integração dessa área a outras áreas de ação.

Dias depois, em 8 de setembro, ocorreu uma reunião no próprio EDD, com a presença de cerca de 40 pessoas, onde a pauta discorreria, inicialmente, sobre a formação de um “conselho” e de um “grupão”, bem como a quantidade de pessoas a participarem de cada um desses, bem como a representatividade dos “27 bairros” do *Distrito Raposo Tavares* (DRT) em cada um desses grupos. De que se trataria esse “conselho” e esse “grupão”, afinal? É neste momento que Edgar von Buettner, mediador daquele encontro, iniciou agradecendo “o calor e o carinho” com os quais ele teria sido recebido nas comunidades do DRT, encontros onde as lideranças presentes naquela reunião teriam mostrando seu trabalho, frisando o seu impacto diante das graves situações observadas, de fortes disparidades sociais, e dizendo às líderes comunitárias presentes naquela reunião que elas seriam “verdadeiras guerreiras”, diante dessas situações tão adversas. E, mais uma vez, retomou a discussão da dicotomia entre o “conselho” e o “grupão”, afirmando que não se poderia “sempre querer decidir todas as questões operacionais com o grupo de 35 ou 40 pessoas” e que seria também necessário “ter um grupinho menor, pra tomar decisões que forem

necessárias”, para “coisas pragmáticas” durante as reuniões seguintes, como definir encaminhamentos, por exemplo, quando as reuniões atingirem um teto de horário.

Logo depois, como parte do processo de sensibilização daquele grupo reunido, Edgar questionou aos participantes a noção de “problema”, conduzindo aos presentes a considerarem que qualquer “problema”, para sua *superação* ou *resolução* de fato, requereria o “saber”, o “poder” e o “querer”, sendo a coletividade seria uma saída para tanto, conforme resumido em seu declarado “slogan”: *“a sua motivação é a minha energia”*. Tendo o grupo definido que as etapas do “saber” e do “querer” resolver os problemas do DRT estariam superadas, Edgar questiona, “como é que formamos um grupo que resolva problemas de um território que definimos, que é o DRT, e como é que nós vamos estruturar esse grupo?” Deste questionamento, Edgar propôs, então, a sua “proposta de metodologia”, *que seria todos se reunirem a partir de uma sexta-feira à noite e continuarem o encontro até domingo à noite, de modo a trabalhar com “o sonho”,* ou seja, “como é que sonhamos com o DRT, para fazer um levantamento dos problemas e para definir objetivos, pra onde é que nós queremos ir, e como é que nós vamos ir até pra onde queremos ir”. Assim, com essa “metodologia participativa”, com o auxílio de “quadros fixadores”, seria possível todos terem o “passo-a-passo da discussão”, para que se chegasse ao domingo à noite com um “bom resultado”.

Nesse momento, iniciou-se uma longa discussão nos presentes, novamente pautada na dicotomia entre “conselho” e “grupão”, ao que Mário Martini esclarece que o “conselho” não significaria “status, medalha e estrela”, mas sim, “mais trabalho”, ou “secretariar o consultor”. Logo após, Martini propôs que se definisse, de uma vez por todas, o “grupão” a participar do encontro de três dias proposto por Edgar Buettner. Logo depois, listando as pessoas presentes e potenciais participantes daquele “grupão”, chegou-se ao total de 60 pessoas. Em seguida, iniciou-se uma longa discussão a respeito da possível elaboração de uma carta para convocação de mais pessoas ligadas a organizações, entidades e instituições públicas do DRT. Janete Lima, moradora e militante em movimentos de moradia da COHAB Raposo Tavares, reiterou a dificuldade em se fazer encaminhamentos, e que o objetivo daquela reunião e do encontro de três dias seria se organizar para “cobrar intervenção do Poder Público, porque a gente quer entrar no orçamento da cidade e a gente quer que as coisas aconteçam aqui”.

Após outras considerações sobre a possível “carta-convite”, Mario afirmou que era preciso construir uma “personalidade e capacidade de convencimento das pessoas que estão perto”, porque os movimentos daquela comunidade “pipocam e somem” a todo instante.

Além disso, reforçou que, a partir daquele momento, seria preciso trabalhar no “sonho coletivo”, de “fazer um Raposo Tavares decente, que tenha qualidade de vida para as pessoas” e que não seria mais “Kassab”, “Lula”<sup>658</sup> ou “qualquer político” ou “empoderados”, mas sim cada uma das pessoas que vivem o DRT. Mais inflamado, reiterou ainda que “este grupo tem a responsabilidade de construir a unidade do DRT, a decisão político-partidária é segundo plano pra nós, é terceiro plano”, e que desejava que se dissesse “no gabinete do prefeito ou em qualquer lugar do país” que no DRT “tem grupo organizado, [...] tem gente forte e gente de base comunitária”. Após este discurso altamente inflamado e a instauração de um clima de êxtase coletivo de motivação para mobilização, os presentes finalmente definiram as datas (15, 16 e 17/10/2010) e o nome para o encontro de três dias: “Primeiro Encontro para a Construção do Futuro do DRT”.

Mais de um ano depois, em dezembro de 2012, a já consolidada *Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Raposo Tavares* (PIDS-DRT), construída a partir daquele encontro de três dias e pensada como um modo de congregar e fortalecer as lutas e os movimentos do distrito em diversas frentes,<sup>659</sup> convocou uma *Plenária Aberta* “a toda a população da região” com o objetivo de “organizar ações para solucionar o problema do transporte público” daquela região, “incluindo a Rodovia Raposo Tavares”, a se realizar nas instalações do EDD. E, nessa plenária, o folheto informativo esclarecia que seu objetivo seria “fazer um calendário de ações, tendo em vista a discussão do transporte público de qualidade” para a região, bem como a criação de “um grupo de trabalho que realize debates, promova esclarecimento e mobilize os encaminhamentos na busca de soluções em conjunto” com a população prejudicada com “o precário sistema de transporte público e os congestionamentos” daquela região. Assim, de modo a informar, sensibilizar e mobilizar a população convocada à “plenária aberta”, o folheto questiona qual seria a “melhor saída”, ou seja, “metrô, monotrilho, veículo leve sobre trilhos [VLT] etc.” e que o necessário seriam soluções de “curto, médio e longo prazo para este problema que se agrava diariamente”. Finalizando o convite, o folheto reforça que “a melhor solução” só ocorreria com a participação daquela população e “o envolvimento de toda a sociedade”.

---

<sup>658</sup> **Luiz Inácio Lula da Silva**, Deputado Federal por São Paulo entre 15/03/1987 e 15/03/1989 e Presidente do Brasil entre 01/01/2003 e 31/12/2010.

<sup>659</sup> Janete Lima, então presidenta da PIDS-DRT, reforça nessa plenária de 01/12/2012 a luta empreendida alguns anos antes pela instalação de escolas técnicas na região, e que, naquela luta, as reivindicações foram centradas nos governos federal e estadual. Desde então, relata que deste esforço, foram instaladas cinco escolas técnicas na região oeste da Grande São Paulo, as quais: ETEC Raposo Tavares, na COHAB Raposo Tavares; ETEC Uirapuru, no Jardim João XXIII; ETEC CEPAM, na Cidade Universitária; ETEC Abdias do Nascimento, em Paraisópolis e ETEC de Cotia.

Assim, iniciada a plenária, com a presença de cerca de 30 pessoas, Mario Martini informou que o encontro seguiria com a apresentação dos membros da PIDS-DRT sobre a própria associação, continuando com uma exposição de um estudioso de mobilidade urbana sobre as possibilidades de meios de transporte e, finalizando, haveria o levantamento de um “painel de prioridades coletivas”, visando à constituição do referido “grupo de trabalho”, “reforçando” o GT que já se encontrava constituído naquele momento. Janete Lima, apresentando a associação, afirmou que existiam, naquele momento, dois focos principais de trabalho: um deles seria na área de *Educação*, reforçando a problemática dos usos atuais da *Vila Olímpica “Mário Covas”*<sup>660</sup> e a questão dos *Transportes*. Wilson Santos, tomando a palavra, afirmou que constantemente se ouve dizer pela mídia, do modo desconexo, sobre os projetos e diretrizes para a questão dos transportes, e que a questão de mobilidade na Rodovia Raposo Tavares só teria se agravado nos últimos anos. Assim, segundo ele, a ideia seria superar a “passividade” daquela população e se fortalecer, e “aí começar a movimentar o nosso distrito”, e que, nas reuniões da associação nos diversos bairros, a população já estava reconhecendo que a PIDS “vem pra ficar” e que “a gente precisa da colaboração de todo mundo”, e que “com a mudança de governo” em nível municipal,<sup>661</sup> o momento seria avaliar qual “a melhor forma da gente se organizar e se encontrar”. João Batista, se apresentando como tesoureiro da associação, informou que aquele grupo começara a se reunir no EDD a partir de 2009, um local com “um espaço agradável”, e que teria se transformado em “incubadora dessa associação”, reforçando que o convite para aquela plenária não seria mais do EDD, e sim da PIDS-DRT, naquele momento instalada em salas cedidas pelo próprio Educandário. José Adão de Oliveira, vice-presidente, expôs que a PIDS congregaria “28 bairros” e mais de “60 entidades de lideranças”, em um universo de 100.000 habitantes, e que aquela associação representaria “uma inovação”, pois seria “a primeira iniciativa” de “um distrito como um todo estar pensando em se unir” e “servir de exemplo para outros distritos”. Retomando a palavra, Mario Martini afirmou que a Liga Solidária e o EDD se constituiriam tão-somente como mais uma associação naquele amplo universo do DRT, e que só se tornaria possível “um mundo organizado como a gente está fazendo,

---

<sup>660</sup> Localizada na altura do quilômetro 19,5 da Rodovia Raposo Tavares, sentido capital, a referida *Vila Olímpica* fora inaugurada em 14 de outubro de 2005, com a presença do então governador Geraldo Alckmin e o então Secretário Estadual da Juventude, Esporte e Lazer, Lars Graef. Atualmente, uma das organizações atuantes no local é a Associação dos Amigos das Crianças pelo Esporte Maior (AMEM). Janete afirma, ainda, que a principal reivindicação da PIDS-DRT naquela área seria a integral instalação de seus equipamentos e a existência de projetos educacionais e esportivos mais sólidos e estruturados para a população usuária do local.

<sup>661</sup> Naquele momento, encerrava-se a gestão de **Gilberto Kassab** e se preparava a gestão seguinte, de **Fernando Haddad**, eleito em 31/10/2012 e apto a assumir o cargo em 01/01/2013.



desta ótica que a gente está fazendo aqui”, pensando que “o ser importante é o ser pleno, o ser total” no momento em que se considerasse que “todo mundo é um ser total”. Reiterou, ainda, que se deveria vislumbrar, inclusive na gestão municipal que se avizinhava, um “olhar a cidade como um todo”, sendo necessário que as secretarias necessitariam trabalhassem de forma “integrada”, já que, de outro modo, as políticas públicas certamente estariam fadadas ao fracasso.

Em seguida, Evaristo Almeida, da *Comissão de Transportes* da bancada do *Partido dos Trabalhadores* (PT) na *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo* (ALESP), iniciou longa apresentação sobre transportes, partindo de uma discussão sobre conjuntura econômica do país e enfatizando outros debates empreendidos, tanto na própria ALESP quanto em outros municípios do Estado, reiterando que “o Brasil” estaria vivendo um momento “já vivido” em outras sociedades “mais maduras”, com o “sucesso” econômico “a partir de 2003”, onde “mais empregos” teriam produzido “mais deslocamentos”. A partir de então, resvalou para apresentação de “soluções” de mobilidade urbana em outros países, combinando os diversos modais possíveis para as diversas situações e necessidades de sistemas de “alta, média e pequena capacidade”. Em certa altura de sua bem-intencionada exposição, afirmou que “o transporte [público] tem que ser bonito, o passageiro tem que ser cliente, ele tem que ser bem-tratado”, adicionando-se ao fato de que “o transporte tem que estar dentro do planejamento urbano, não pode falar de transporte isoladamente, acabou a fase em que a gente discutia cada coisa isoladamente”; um mau exemplo histórico nesse sentido, de “desconexão” entre as políticas e setores públicos, citado por Evaristo, seria justamente a implantação de complexos habitacionais nas periferias distantes no município de São Paulo entre as décadas de 1960 e 1980 e, à época, destituídas de várias infraestruturas: Itapevi, Carapicuíba e Cidade Tiradentes.

À parte de manifestações nitidamente imediatistas por parte da plateia, como “qual o plano do prefeito eleito Haddad para 2013” e prontamente respondidas com “não estamos aqui para fazer política partidária ou discutir essa ou aquela gestão, pois o objetivo é para além dos partidos e gestões”, a apresentação seguiu seu curso e, encerrando-se, foi retirado daquele grupo presente os participantes do GT sobre Transportes. Renê Costa, na plateia, fez a alusão à OUCVS, afirmando que esta seria “uma questão importante”, pois a operação teria sido idealizada, inicialmente, “para facilitar os fluxos das pessoas” que trafegam pelos corredores viários principais do Butantã, de modo a facilitar seu acesso às estações de metrô projetadas e em construção na Avenida Francisco Morato, e que teria havido, em determinado momento, uma “modificação da concepção dessa operação”, enfatizando mais

os investimentos imobiliários potenciais na região. Lembrando aos presentes que a OUCVS se encontrava paralisada na justiça, Renê asseverou que não via “o pessoal do DRT” participando dessa discussão e mobilização, excetuando algumas pessoas que, de modo isolado, reivindicavam o debate sobre execução de políticas do acesso da população do DRT às estações de metrô; finalizou afirmando que a discussão sobre a OUCVS, a despeito de se localizar “no miolinho do Butantã”, afetaria, e muito, os destinos do DRT.

Esse debate sobre a OUCVS e sua necessária interconexão aos “destinos” do DRT, bem como às questões aventadas pela própria *Rodovia Raposo Tavares*, no final do Capítulo 2 desta Tese, bem que sugere, de um modo mais ou menos indireto, a questão da *cidade compacta* e da *governança*, e de suas infáveis relações. De que modo poderíamos compreender as relações entre temas aparentemente tão díspares? Aliás, seriam esses temas tão díspares assim? Partamos, então, de uma perspectiva muito discutida no campo dos saberes sobre a cidade,<sup>662</sup> que é justamente aquela apregoada em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, publicado originalmente em 1961 pela jornalista autodidata estadunidense *Jane Jacobs*, ex-diretora associada da revista *Architectural Forum* e criticamente distanciada, ainda que não completamente, do círculo cotidiano dos urbanistas, o que lhe teria conferido o privilégio de ter escrito “um dos mais belos libelos contra as palavras-de-ordem do urbanismo moderno ortodoxo”.<sup>663</sup> No geral, suas críticas ao urbanismo moderno ortodoxo se constituem na seguinte monta: contra o funcionalismo modernista, que prevê a alocação diferenciada segundo os diversos “usos” do solo urbano ou ainda contra a “Grande Praga da Monotonia”, que, decorrente desse planejamento e desenho urbanos ortodoxos, metaforicamente consistiria em “longas faixas de insipidez e trevas [...] com uma bocarra vistosa” ou ainda “a praga urbana” mais “devastadora” das cidades.<sup>664</sup> Para além dessas figuras metafóricas, a crítica a essa monotonia recairia, logo em seguida, à defesa pela diversidade como “antídoto” a essa “praga”, sendo que essa diversidade ocorreria, fundamentalmente, a partir da maior atenção às ruas e calçadas, pois “desde que a rua esteja

---

<sup>662</sup> “O *urbanismo*, quase tanto quanto o sistema, está na moda. As questões e reflexões urbanísticas saem dos círculos dos técnicos, dos especialistas, dos intelectuais que pretendem estar na vanguarda dos fatos. Passam para o domínio público através de artigos de jornais e de livros de alcance e ambição diferentes. Ao mesmo tempo, o urbanismo torna-se ideologia e prática. É, no entanto, as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram *politicamente* a importância e o significado que têm no *pensamento* (na ideologia) e na *prática* (mostraremos uma estratégia urbana já em obra e em ação). Este pequeno livro não se propõe apenas passar pelo crivo da crítica os pensamentos e as atividades que dizem respeito ao urbanismo. Tem por objetivo fazer com que estes problemas entrem na consciência e nos programas políticos”. LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**, 2008 [1968], pp. 9-10. Grifos do autor.

<sup>663</sup> SEGAWA, Hugo. O livro de cabeceira do prefeito Serra. **O Estado de São Paulo**, 16 jan. 2005, p. J6.

<sup>664</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, pp. 199 e 258.

bem preparada para lidar com estranhos, desde que possua uma demarcação boa e eficaz de áreas privadas e públicas e um suprimento básico de atividades e olhos, quanto mais estranhos houver, mais divertida ela será”.<sup>665</sup>

E, por falar em calçadas, foi justamente no início de 2005 que correu na imprensa que o recém-empossado prefeito José Serra declarava que “uma de suas prioridades” seria “resgatar o apreço da população pelos espaços públicos”, já que “somente com envolvimento dos munícipes” seria possível “recuperar a paisagem urbana paulistana”.<sup>666</sup> Deste modo, teria adotado como *referência* justamente essa obra de Jacobs e a teria recomendado a seus “secretários e assessores” como “dever de casa” a leitura desse livro.<sup>667</sup> Estendendo esta questão, tal “referência” teria motivado a gestão que se iniciava a elaborar uma recuperação e padronização do “passeio público”, culminando, ainda em 2005, com o “1º Fórum Paulistano de Passeio Público”, onde fora apresentado o *Programa Passeio Livre*, instituído pelo Decreto Municipal nº 45.904, de 19 de maio daquele ano, a partir do qual se realizou “um novo conceito de passeio público”, com padronização das calçadas e organizando “a localização do mobiliário urbano, melhorando a drenagem e garantindo a livre circulação de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida”.<sup>668</sup>

Ainda nesta monta, destaquemos, no interior do texto de Jacobs, mais alusões às ruas e às calçadas como a possibilidade do contato, do compartilhamento das experiências, ao enriquecimento da “vida na rua” e à integração entre as crianças (muito maior “na rua”, segundo a autora, do que nos “monótonos” e desvigiados *playgrounds*). Estendendo sua crítica, elenca os parques públicos impopulares e genéricos como chamarizes da monotonia, do perigo e do vazio, e que esses parques, dentro de uma realidade monofuncional do urbanismo ortodoxo, são vistos como “um bem em si” e que, neste raciocínio, “quantidade equivale a qualidade”. Resumindo, “torrar dinheiro” em “parques, playgrounds e vazios urbanos muito extensos, muito abundantes, supérfluos e mal localizados e portanto muito monótonos e incômodos de usar” valeria muito menos do que a cidade “conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários do dia-a-dia nas ruas”, pois deste modo a população conseguiria “animar e sustentar com sucesso e naturalidade (e também economicamente)

---

<sup>665</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, p. 41.

<sup>666</sup> AS CALÇADAS e a cidadania. **Boletim Informativo IAB-SP**, 2006, p. 18.

<sup>667</sup> GURU de Serra. **Veja São Paulo**, 19 jan. 2005. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/vejasp/190105/misterios.html>>. Acesso em 19 dez. 2010.

<sup>668</sup> Texto oficial apresentando o *Programa Passeio Livre* disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/passeiolivre/conheca.asp>>. Acesso em 12 fev. 2013.

os parques bem-localizados, que assim poderão dar em troca à vizinhança prazer e alegria, em vez de sensação de vazio”.<sup>669</sup>

Sobre os bairros, a autora inicia sua discussão abordando o fato de que “a teoria urbanística ortodoxa está profundamente comprometida com o modelo de “bairros supostamente acolhedores e voltados para si”, e que tais unidades de vizinhança pretensamente autônomas negligenciaria o fato de que “os moradores urbanos [...] não se prendem ao provincianismo de um bairro” e que esta seria justamente “a variedade de opções e a fartura de oportunidades” no corpo metropolitano”.<sup>670</sup> Partindo daí, discorre sobre a escala do “distrito”, onde sua possibilidade em tornar-se “competente e capaz de se autogerir democraticamente” dependeria do fato de “conseguir ou não vencer o isolamento de seus pequenos bairros”. Dessa forma, a autora afirma que “não surpreende que os distritos razoavelmente prósperos acumulem com o tempo um poder político considerável”, já que “conseguem produzir indivíduos capazes de atuar simultaneamente na vizinhança próxima e no distrito inteiro e também no distrito e bairro da cidade como um todo”.<sup>671</sup> Cabe aqui mais uma consideração a respeito do PIDS-DRT.

Mario Martini, em entrevista concedida em setembro de 2010, afirmou que naquele momento estaria ocorrendo um surto de catapora no DRT, e que, naqueles dias, havia vitimado fatalmente uma criança que frequentava a creche do EDD. Atentou, ainda, para o fato de não ter havido mobilização, campanhas públicas ou sequer menções na grande mídia no tocante àquele surto, “a dez quilômetros da Cidade Universitária”, e que atendendo às crianças do DRT, era possível vislumbrar a dimensão da “vulnerabilidade da cidade”, como que a cidade estaria lidando “com a incivilidade que ela provoca”. Continuando a conversa, afirmou ainda que o próprio EDD teria lidado, desde 1937, com diversas demandas nesse campo da infância e adolescência, desde os primórdios rurais até o que Mario denominou de “esgarçamento” da metrópole, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, quando “o bolo do Delfim”<sup>672</sup> só havia sobrado “para alguns”, e se iniciara a “década perdida”, momento em que a própria Liga Solidária teria sofrido uma “crise de

---

<sup>669</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, p. 121.

<sup>670</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, pp. 126-127.

<sup>671</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, p. 140.

<sup>672</sup> Famosa expressão atribuída a **Antônio Delfim Neto**, Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974 e Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, entre 1979 e 1985, de modo a justificar o perseguido crescimento econômico pelos governos militares: seria preciso fazer primeiro o bolo da economia crescer para depois dividi-lo.

identidade”. Dessa forma, com a sua chegada ao EDD em 2000 e o início do novo projeto pedagógico da entidade, a partir de 2001, assumiu-se a superação dessa “crise de identidade”:

Pra criança de abrigo, desabrigar, certo, trabalhar as famílias. Para ter desabrigo. Para meninos que não tinham situação familiar, pensar transição comunitária. Pras famílias, olhando as famílias você vai entender a questão, em primeira instância, da falta de recursos, a falta de recursos de grana. Olhando um pouco mais de perto, você vai entender a falta de recurso emocional, educacional, certo? Aí, olhando um pouco mais de perto, você vai ver, habitacional, você vai olhando, você vai mergulhando... Depois, pra frente a gente vai perceber, melhora o olhar para a demanda, aumenta trabalho técnico de base.

E como seria empreendido, afinal de contas, esse “trabalho técnico de base”, com demandas tão amplas e tão complexas? Mario responde que isso só seria possível a partir de “uma comunidade razoavelmente organizada e com disposição, porque quando eu estou mexendo com educação, renda e saúde, relacionamento pai e mãe, desenvolvimento, eu estou mexendo com tudo”. Assim, a partir de um complexo trabalho, vinculado a esse projeto pedagógico, seria necessário trabalhar as comunidades de modo a construir “uma ideia de mundo, uma ideia de homem, que todos os homens têm condição de serem incluídos” e que “todas as pessoas têm capacidade de produzir”, e “que todas as pessoas, independente de cor, credo ou raça, nível de escolaridade, têm condição de percepção da realidade e de alteração da realidade”. O passo seguinte, então, seria “empoderar as pessoas disso”, estabelecendo grupos, dentro de “um tipo de respeito e troca”, fazendo a “horizontalidade das relações” e focando “no objeto de trabalho”, pois aquela seria “uma comunidade educadora”. No entanto, evitando a “formação de associações chapa branca”, o trabalho seria evitar “institucionalizar essa comunidade” a partir da marca do EDD, pois, a despeito de se ter constituído um distrito onde os índices socioeconômicos (IDH, trabalho e emprego, habitação, bens culturais etc.) serem, em geral, inferiores aos dos outros distritos da própria Subprefeitura do Butantã, um consenso para quem conhece a região e suas transformações, sobretudo nos últimos dez anos, avaliaria que aquele distrito tende transformar seu perfil socioeconômico majoritário em “*classe média*”. Assim, para a própria Liga Solidária, o desafio seria “*manter os pobres [naquela região] para que o benefício se estenda às pessoas que estão aqui, então para que elas se elevem ao que está trazendo de benefício*”, ou ainda “*fazer as pessoas crescerem junto, acompanhar*” as transformações que ocorriam e que ocorreriam naquele distrito.

Quanto à sua experiência profissional, Mario relatou que, após ter migrado de sua cidade natal, no interior do Estado de São Paulo, à Região Metropolitana de São Paulo, em julho de 1970, e ido morar no bairro do Capuava, em Santo André, começara a trabalhar em escritórios e indústrias locais e, ao mesmo tempo, a se envolver com alguns movimentos sociais locais. Ingressando na Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo, no curso de Psicologia, envolveu-se com o movimento estudantil e com projetos de “comunidades terapêuticas” em Diadema. Depois de graduado, declarou ter trabalhado em uma empresa privada e, logo após, como educador de rua, função que desempenhara por oito anos, sobretudo na região da Zona Leste de São Paulo. Tempos depois, tendo passado por outras comunidades terapêuticas e em projetos sociais, foi contratado pela Liga Solidária, onde suas experiências acadêmicas e profissionais anteriores serviram de base para a execução desse trabalho com a comunidade do DRT.

E esse trabalho não aconteceria sem a mediação de outras organizações, institutos, entidades e movimentos sociais. Embora Mario tenha citado um grande número dessas coletividades, como atuantes constantes, tanto no que se refere à organização de eventos quanto a encontros periódicos nas instalações do EDD, com o apoio da Liga Solidária, é possível citar dois exemplos de organizações que, de um modo ou de outro, serviram de mote à análise inicial deste Capítulo, a respeito das *continuidades*, *descontinuidades*, *presenças* e *virtualidades* no campo do vivido. O primeiro é justamente a atual *Rede Nossa São Paulo*, que, segundo o relato de Mário, teve vínculos iniciais com projetos empreendidos no âmbito da *Fundação Abrinq*, entidade fundada em 1990 e atuante na área de “educação, saúde e proteção” da infância em âmbito nacional.<sup>673</sup> O segundo é a procedência de Edgar von Buettner, quem justamente mediou e viabilizou, no início, a formação da PIDS-DRT, proveniente então da *UNAS-Heliópolis*, “entidade sem fins lucrativos decretada de utilidade pública municipal, estadual e federal” e “dirigida por lideranças comunitárias de Heliópolis e militantes da área social”, tendo em seu quadro “advogados, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos”.<sup>674</sup> E, aparte dos méritos de seus respectivos campos de atuação, o que não podemos minimamente deixar de notar é justamente a questão do *financiamento* direto e indireto dessas entidades, todas elas invadidas por grandes capitais de corporações multinacionais, em diversos segmentos e setores da economia global. Quanto à UNAS, por exemplo, chama a atenção um programa constante em sua página da internet, denominado

---

<sup>673</sup> Conforme expresso em: <<http://www.fundabrinq.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em 12 fev. 2013.

<sup>674</sup> Conforme expresso em: <<http://unas.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 12 fev. 2013.

“Coletivo Coca-Cola”, que seria responsável pela formação anual de “80 jovens da comunidade de Heliópolis”, trabalhando “a formação empreendedora com foco nas áreas de vendas em varejo”, objetivando “a formação para o mercado de trabalho, despertando aptidões de organização, planejamento e metas”.<sup>675</sup>

Quanto à *Rede Nossa São Paulo*, aquela que organizou o encontro de agosto de 2010, com vistas à elaboração do *Projeto São Paulo 2022*, “com as ideias, diretrizes, indicadores e metas para os próximos 10 anos da cidade”, incluindo os ideais de “participação cidadã”, “democracia participativa”, no próprio documento final resultado desse e dos outros três encontros em outras regiões, verificamos os cinco pontos principais destacados, divididos em capítulos: 1) *cidade democrática, participativa e descentralizada*; 2) *cidade saudável, cuidadora dos bens naturais e consumidora responsável*; 3) *cidade compacta, ágil e policêntrica*; 4) *cidade inclusiva, segura e próspera*; e finalmente 5) *cidade educadora, criativa e conectada*. Tais como camadas de certos programas de “monitoramento urbano” utilizando tecnologias e *softwares* de geoprocessamento,<sup>676</sup> esses “atributos” de uma cidade “ideal” se apresentam em um universo onde, segundo o “Diário de um Paulistano de 25 de janeiro de 2022”, não foi preciso “reinventar a roda”, pois os dados e informações foram sistematizados e a gestão fora “descentralizada” e ficara “bem mais próxima das pessoas”, com a “câmara de representantes” e tudo mais; além disso, “foi possível captar e tratar todo o esgoto” e limpar o Rio Tietê, e a cidade passou a ter fiação elétrica enterrada e “mais árvores” e “mais espaços livres” ao longo das ferrovias. Não poderia faltar o “transporte público”, onde a priorização do metrô e dos corredores de ônibus teria incentivado que mais pessoas “andassem de bicicleta”, já que “as ruas ficaram mais tranquilas”.<sup>677</sup>

E o que é muito importante, principalmente no âmbito das representações do discurso estatista, é que a “vida cotidiana” teria sido completamente “repensada”, pois “moradia, trabalho, estudos” se voltavam a “valorizar o que está próximo”, porque o “*Poder Público e a sociedade começaram a reorganizar a cidade para que o cotidiano coubesse no bairro*”. Assim, menos horas no trânsito, mais horas com a família, o cinema, o teatro, enfim, significa que “voltamos a viver”... Em 2022, as escolas teriam “melhorado em qualidade”

---

<sup>675</sup> Conforme expresso em: <<http://unas.org.br/projetos/projeto-coletivo-coca-cola/>>. Acesso em 12 fev. 2013.

<sup>676</sup> No XVII Encontro Nacional de Geógrafos, em julho de 2012, na cidade de Belo Horizonte, tive a oportunidade de assistir a uma interessante apresentação sobre o *Centro de Operações Rio*, que se tratava exatamente disso: a articulação entre essas técnicas de “análise espacial” e as políticas de “segurança pública” da cidade do Rio de Janeiro. Mais informações, ver: SOUZA, Livia Vargas de. **Centro de Operações Rio: uma análise espacial do controle de fluxos por câmeras na cidade do Rio de Janeiro.**

<sup>677</sup> REDE NOSSA SÃO PAULO et al. **São Paulo 2022...**, 2011, p. 7.

por conta dos conhecimentos “acumulados em rede”, não sendo mais necessário “buscar boas escolas em bairros distantes”. Não morriam mais motociclistas no trânsito, pois “todos se deram conta que assinaturas e documentos também viajam pela internet”, e “as empresas passaram a levar a sério as creches”, já que “o apoio integrado às mães existe em todos os bairros”. Quanto à “segurança”, passariam a tratar os problemas de “jovens sem perspectiva” por meio de “políticas sociais”, tendo o sistema de segurança superado a perspectiva de “contenção violenta”, de modo a se concentrar em “redução dos ambientes de violência”. Com menos desses “jovens sem perspectiva” vulneráveis socialmente à “criminalidade”, a inteligência colaborativa se concentraria no combate ao “crime organizado”.<sup>678</sup>

Seria o *Paraíso* na Terra? O “reencontro” do homem (e da mulher) com o homem (e a mulher) total, do humano com a sua própria raiz, ou seja, o próprio homem (e a própria mulher)? O completo fim das alienações? Uma sociedade de paz eterna e conflitos definitivamente apaziguados e controlados pela *política média*? Um mundo de paz pela realização do dever das classes médias, esse anteparo da perpetuação da ordem estatista em direção ao infinito do espaço-tempo? A reverberação de uma sociedade fundada na cisão fundamental entre o “fazer” e o “saber”, entre a “política” e a “economia”, entre a “sociedade civil” e o “Poder Público” (Estado)? Que sociedade seria essa que se desenharia em 2022 para a cidade de São Paulo, com ausência de “poluição sonora”, atmosfera e hidrosfera “limpos”, menos deslocamentos, “tudo cabendo no bairro”, “paz social”, e onde a vida cotidiana permanece cindida em *família-trabalho-lazeres*? Como diria Henri Lefebvre:

A única coisa que se afirma, sensivelmente, brutalmente, trivialmente, é a *ordem próxima*. Consolida-se como ordem. Torna-se *instituída*. É a vida cotidiana com sua decupagem e sua disposição do tempo (família, trabalho, lazeres). Eis a evidência. A *ordem distante*? Ela aparece com brilho, é o mundo da mercadoria e a lógica do dinheiro. *Mas não aparece como ordem*. Transparece através de uma linguagem e mesmo através de uma metalinguagem: a retórica da publicidade e da propaganda, os comentários do mundo da mercadoria e da hierarquia do dinheiro. Apegamo-nos sólidamente à ordem próxima. Agarramo-nos e unimo-nos a ela. Quanto à ordem distante, fala-se dela, ouve-se falar dela. Tem-se informações sobre ela. Está fora de alcance, livre de ascendências. Nem o cidadão, nem o consumidor podem realizar essa

---

<sup>678</sup> REDE NOSSA SÃO PAULO et al. *São Paulo 2022...*, 2011, p. 8.



passagem do “micro” ao “macro”, da ordem próxima à ordem distante. Só o conhecimento pode encarregar-se disso, não sem dificuldades.<sup>679</sup>

*Ordem próxima e ordem distante.* Seria essa a chave a desvendar as armadilhas da linguagem? Ou ainda dessa economia política, que não aparece como ordem? Aliás, por que tratar da *economia política*, afinal? Simplesmente porque na própria página da Rede Nossa São Paulo aparece uma polpuda lista de “organizações participantes” dessa “rede”, sendo 697 entidades de diversas ordens e cepas, incluindo *hotéis, associações educativas, entidades ambientalistas, siderúrgicas, consultorias empresariais, entidades profissionais, bancos, incorporadoras, construtoras e sindicatos patronais* (incluindo, por exemplo, o *SECOVI-SP*). Muitas “parcerias” para uma só “rede”, elas podem revelar, assim como pretendo mostrar nesta discussão inicial a respeito da “governança”, de que modo os grandes capitais (essa “ordem distante”) ampliam constantemente suas fronteiras de alocação de ativos ociosos para novos investimentos. Como poderíamos separar essas temporalidades, a do político e do econômico, das estratégias do espaço, nem sempre tão evidentes, tão transparentes? De que modo essas *organizações de utilidade pública*, aparentemente “o outro do Estado”, seriam justamente o modo mais eficiente, neste momento e nessas determinações históricas vigentes, de *manter e eternizar* a ordem estatista?

Alcindo Gonçalves, discutindo a noção de governança, ilustra suas raízes semânticas às reflexões conduzidas principalmente pelo *Banco Mundial*, nas quais, nos últimos 30 anos, a ação estatal teria sido amplificada de um foco estritamente econômico para outras dimensões sociais e políticas da gestão pública. Destarte, “a capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos *resultados das políticas governamentais*, e sim também pela *forma pela qual o governo exerce o seu poder*”.<sup>680</sup> Documento assinado pelo próprio Banco Mundial, a respeito do tema, afirma que “uma definição geral de governança é o ‘exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo’”, e uma definição mais abrangente seria “a maneira pela qual o poder é exercido na administração da economia e dos recursos sociais para o desenvolvimento de um país”.<sup>681</sup> Sendo também a governança “meio e processo de produzir resultados eficazes”, a partir da totalidade das diversas formas de atuação, ela englobaria, predominantemente, “a dimensão não-estatal” na “formulação de

---

<sup>679</sup> LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**, 1969, p. 91. Grifos nossos.

<sup>680</sup> GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**, 2006, p. 1.

<sup>681</sup> BANCO MUNDIAL. **Governance and development**, 1992, p. 3.

políticas e ações nos planos nacional e internacional”. Conclui-se, daí, o destaque do papel das chamadas “organizações não governamentais”.<sup>682</sup>

Afora as discussões largamente conduzidas envolvendo a dicotomia “Estado-mercado”, que, aliás, poderia ser representada por uma balança que penderia, em determinados contextos, para um polo ou outro,<sup>683</sup> percebe-se, no teor desses debates sobre a governança, a existência de um sentido de administração e controle da vida social que não se resume apenas à ação estatista em seu, digamos, *estado puro*. Dessa forma, a inferência de “outros atores”, que nada mais é do que a ação mais incisiva de grandes corporações e de capitais cada vez mais derivativos, sem muitas mediações ou mesmo possibilidades de um debate mais transparente ou mais franco a respeito da própria natureza desses “atores”, torna-se a tônica principal e muitas vezes *insuficientemente* questionada. Esses “atores” aparecem em um contexto onde a referida “falência do Estado” e a “descentralização do poder”, operada no âmbito da pálida “globalização econômica”, concomitante a temporalidades do político que, de modo *desnivelado* em relação ao econômico, requereria maior “participação” e “controle” social das políticas públicas de Estado. Resumindo, parece que a ação dessas organizações, tanto no DRT quanto no Butantã e Vila Sônia, como veremos a seguir, refletiu uma *desconfiança* no Poder Público, no poder estatal enquanto tal, seja pela baixa transparência de seus planos e ações, seja pelo real bloqueio aos canais de participação, e uma pendência mais *amigável* a esses “atores” não-estatais, que aparecem como “mais eficientes e eficazes” e até mesmo “mais transparentes e competentes” no trato das questões que envolviam as “comunidades” e seus “indivíduos”. Uma questão, derivada desta percepção a respeito desses movimentos: *poderia ser diferente?*

Retornemos a Jacobs, não para *responder* a essa questão, mas para *derivá-la* em outros planos. A autora reclama os “geradores de diversidade”, de modo a “prover a segurança urbana, o contato do público e a interação de usos”, propondo a “necessidade de usos principais combinados”, “quadras curtas”, “prédios antigos” (sendo estes, segundo sua concepção, desvalorizados “a partir da ação do tempo”) e “concentração”, contra o *mantra*

---

<sup>682</sup> GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**, 2006, pp. 6-7.

<sup>683</sup> “Essa contradição de Estado e mercado, que como contradição interna do Estado reproduz-se a si mesma e em que se manifesta o antagonismo irreconciliável da modernidade, produz então aquele movimento histórico ondulatório em que domina ora o estatismo, ora o monetarismo, sem que jamais se alcance o equilíbrio de uma reprodução imperturbada: isso, desde o estatismo absolutista e revolucionário da modernidade primitiva até o liberalismo de Manchester e o ‘Estado dos guardas noturnos’ do capital industrial ascendente; mais tarde, desde o estatismo da economia de guerra da época imperialista até o Estado anticrise do keynesianismo e, por fim, a reação monetarista e a ‘desregulação’ global, que hoje já parece tornar-se obsoleta. No fim de sua história, o sistema produtor de mercadorias tem fôlego cada vez mais curto. Estatismo e monetarismo revezam-se com frequência crescente, conforme ainda será mostrado”. KURZ, Robert. **O colapso da modernização...**, 1996, p. 45.

ortodoxo das “baixas densidades”, nas quais esse contrapeso entre altas e baixas densidades deveriam ser encaradas, em Jacobs, como “as calorias e as vitaminas”, cujas “doses corretas são corretas por causa da eficácia delas”.<sup>684</sup> Avançando algumas páginas, Jacobs afirma que, seguindo este receituário de “calorias e vitaminas” na dose “correta”, “nos bairros de baixas densidades, pode-se aumentá-la e ampliar a variedade acrescentando simultaneamente novos edifícios em pontos diferentes, separados”, pois “as densidades devem ser aumentadas – e novas construções erguidas com esse fim – paulatinamente, não como uma elevação repentina, assombrosa”, pois esse processo poderia “resultar também em variedade crescente e, portanto, dar lugar a densidades finais altas sem padronização”. Continuando, a associação dos “recursos” a seguir, “maior frequência de ruas, parques movimentados em lugares movimentados e vários usos não-residenciais combinados, junto com uma grande variedade das próprias moradias”, poderiam ocasionar “resultados totalmente diferentes com altas densidades sinistramente inabaláveis e alta ocupação do solo” e que tal combinação ocasionaria também “vários resultados totalmente diferentes se as altas densidades forem ‘aliviadas’ por certo número de terrenos residenciais livres”.<sup>685</sup>

Defendendo maiores densidades? Após gracejar que defender altas densidades habitacionais e alta ocupação do solo seria “normalmente considerado mais grave do que defender quem come criancinhas”, assevera que “as coisas mudaram desde a época em que Ebenezer Howard observou os cortiços de Londres e concluiu que, para salvar as pessoas, a vida urbana deveria ser abandonada”. Nada mais nada menos que *o planejamento urbano, a medicina, o saneamento e a epidemiologia, as legislações sobre os alimentos e a legislação trabalhista* teriam revolucionado “profundamente as condições perigosas e degradantes que já foram inseparáveis da vida urbana sob alta densidade populacional”. Além disso, afirma que as estatísticas mostram o quanto mais e mais populações afluíam em direção às metrópoles nos próximos anos.<sup>686</sup> Ou seja, a redenção da *técnica* e da *higiene* seria a salvaguarda necessária às maiores densidades construtivas. Alguma semelhança entre essas considerações de Jacobs ao escarpado EIA-RIMA da OUCVS, que, do mesmo modo, defendia os parques, “as calçadas”, a “diversidade de usos” e as maiores densidades construtivas? Talvez não reste mais nenhuma dúvida ao fato do recém-empossado José Serra ter manifestado tanto entusiasmo com essa obra, que, segundo Segawa, não deveria

---

<sup>684</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, p. 230.

<sup>685</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, pp. 239 e 241.

<sup>686</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, p. 241.

ser “a única indicação”, mas a “primeira leitura de uma série”, como deveria promover “um bom professor”, de obras que tratem de “realidades mais recentes”.<sup>687</sup> Vale ainda o breve comentário de Maricato, afirmando que esta obra *não* se referiria “à realidade urbana e metropolitana de países como o Brasil”, mas que “a leitura do livro é útil além de prazerosa”, já que “é sempre gratificante um contato com alguém que vê a cidade como uma construção complexa e valoriza a ação social sobre a realidade”.<sup>688</sup>

Diante desse quadro, é possível inferir que as utopias modernistas ortodoxas tão criticadas por Jacobs pareceram ser prontamente substituídas por uma utopia mais flexível, dinâmica, mais afeita a uma economia política do espaço que incluía, necessariamente, maior fluidez, fluxos menos embarreirados. Ou seja, parecem cair na *nova utopia do capital fictício e seu primado espacial, a partir da alocação de ativos ociosos nas políticas públicas de renovação ou revitalização das cidades*, com nomenclaturas mais ou menos nobres não interferindo no sentido e na lógica dessas políticas. Trata-se da realização de novas estratégias do espaço, de certas utopias pendentes às morfologias espaciais,<sup>689</sup> considerando no máximo os “usos” de cada setor ou fragmento desse espaço homogeneizado, hierarquizado e fragmentado. A dicotomia “Estado-mercado” e a dicotomia “altas densidades-baixas densidades” parecem ser, ao final das contas, falsas dicotomias, pois não incluem, necessariamente, as *contradições* do espaço, estas referentes ao próprio processo de *produção e reprodução* do espaço. A certa altura de sua festejada obra, Jacobs afirma, num relativismo revelador das intenções deste livro, que “o dinheiro” não compraria “o sucesso intrínseco de que carecem certos lugares das cidades, nos quais o uso do próprio dinheiro não consegue propiciá-lo” ou ainda que “por trás do uso do dinheiro em construções e hipotecas existe, sem dúvida, a preocupação com o lucro – na maioria das vezes, uma preocupação legítima com lucros legítimos”.<sup>690</sup>

Mais uma vez, a exemplo da pergunta feita algumas páginas atrás a respeito dos “novos atores” em composição com o Estado: *seu pensamento poderia ser diferente?* Quais eram seus propósitos e para qual público escrevia Jacobs? Pelo sim e pelo não, lucros

---

<sup>687</sup> SEGAWA, Hugo. O livro de cabeceira do prefeito Serra. **O Estado de São Paulo**, 16 jan. 2005, p. J6.

<sup>688</sup> MARICATO, Ermínia. **Morte e vida do urbanismo moderno**, 2001, p. 3.

<sup>689</sup> Jane Jacobs, embora não seja uma urbanista profissional ou acadêmica e esteja simplesmente criticando o urbanismo funcionalista ortodoxo, bem que inspiraria um comentário desse quilate. “Os urbanistas se dividem em técnicos da circulação e em estetas que arrumam, nos planos de massa, contrastes de linhas, volumes e côres, como se o ‘habitar’ se definisse pelo consumo desses contrastes espetaculares. Ignora-se o que seja um tempo social, um espaço social apropriado e quer-se construir cidades novas”. LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**, 1969, p. 14.

<sup>690</sup> JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2007, p. 329.

“legítimos” ratificam essa forma social, a da valorização do valor, a da lógica da equivalência, a sociedade burocrática de consumo dirigido, a mesquinhez dessa vida social reduzida, empobrecida, alienada, fetichizada, infantilizada, apequenada. Parece não haver, nesse *deserto* (relativo, frise-se bem)<sup>691</sup> apontado aqui, nenhuma direção efetiva a uma alternativa, um projeto para além dessas determinações formais do valor. Para encerrar este tópico, podemos ficar com o que diz Lefebvre a respeito da *técnica* e/ou da *tecnocracia* e do *sacrifício* das massas humanas:

As massas humanas que se deixam fascinar pelas explorações espaciais revivem, sob novas condições, um fenômeno religioso. Talvez elas redescobrem, em plena inconsciência (etnólogos, antropólogos, sociólogos e psicólogos negligenciam essa admirável inconsciência enquanto se inclinam com tanto deleite sobre o “inconsciente”) o fato religioso por excelência. Essas massas *sacrificam*. O que sacrificam? Sua passagem do fato consumado para o possível, de sua condição atual para a felicidade.<sup>692</sup>

---

<sup>691</sup> Relativo porque não poderia deixar de considerar, *em nenhuma hipótese*, o grande mérito da Liga Solidária, do EDD, da atuação de Mario Martini e, sobretudo, das pessoas que lutaram e continuam lutando, bravamente, por uma existência digna no Distrito Raposo Tavares, destacando a atuação de Janete, Adão, João Batista, Wilson Santos, Lia da Vila Nova Esperança, Angélica, Diva e tantos e tantos outros que tornaram essa “pesquisa de campo” muito mais do que uma simples pesquisa, e sim um aprendizado para toda a vida. O mérito é de todos eles, eles são responsáveis pela luta da PIDS-DRT. Eles conduzem, certamente, a um novo projeto de sociedade, a um possível, a outra virtualidade.

<sup>692</sup> LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**, 1969, p. 10. Grifo do autor.

## Os “movimentos de bairro”: as grandes estratégias e a vida cotidiana

No Auditório do Parque da Previdência, em 29 de setembro de 2012, sábado, após alguns meses de ausências nas reuniões e debates sobre a OUCVS, participei de uma reunião temática da Rede Butantã, convocada com vistas a debater o novo momento em que se encontrava o processo judicial de embargo daquela operação e a deliberar os novos passos quanto a este processo. Tratava-se ali, portanto, de concertar ações no tocante ao fato da Prefeitura do Município de São Paulo ter proposto um “acordo” diante do juízo, cerca de dois meses antes, com os movimentos e entidades de bairro, para que o Executivo acelerasse o processo de licenciamento ambiental e, posteriormente, a discussão e aprovação do Projeto de Lei na Câmara Municipal de Vereadores, de modo a ser finalmente sancionado pelo Executivo.

Assim, abriu a reunião Martha Pimenta, esclarecendo que a Rede teria “como objetivo discutir políticas públicas para esta região e atuar, então analisar, aplicar e especialmente facilitar que a informação corra”, possibilitando “que todo mundo tenha a informação”, além de “incentivar que as pessoas se mobilizem nos grupos possíveis”. Além disso, afirma que a ideia não seria que a Rede abrigasse e equacionasse todas as demandas, e sim que “esta Rede facilite ou incentive a formação de outros grupos, a formação de outras redes e uma atuação mais organizada ou pelo menos mais ativa da população dessa região”. Conforme apresentado em outras reuniões, inclusive na entrevista concedida em abril de 2011, Martha lembra que fora justamente a partir da Rede que mais pessoas puderam entrar em contato com o projeto e os procedimentos para a execução da OUCVS, sobretudo a partir do primeiro semestre de 2009. Afirma que “era uma coisa que a gente não entendia no início”, e que lembrava da insistência de Pedro Perez, gestor do Parque da Previdência, em discutir a OUCVS, ao que era respondido com “ah, daqui a pouco a gente discute”, até que finalmente chegara o momento crítico para tanto, porque teria se tornado “uma coisa muito clara e muito necessária”.

Tomando a palavra, Sérgio Reze afirmou que apresentaria “todo o histórico, o que gerou o processo, uma Ação Civil Pública, que é fruto da nossa parceria Rede Butantã e diversas entidades da sociedade civil” junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), através da *Promotoria de Habitação e Urbanismo*, com a mediação do *Promotor Público Maurício Antônio Ribeiro Lopes*. Afirma, ainda, que aquele trabalho, o da compilação dos “documentos e histórico de solicitações, pela sociedade civil, ao Poder Público, de

informações e estudos relativos [à OUCVS]”, referente ao Inquérito Civil nº 172/2007, fora apresentado àquele Promotor em 7 de novembro de 2011, e que justamente essa apresentação de slides o teria convencido a converter o *Inquérito Civil* então aberto junto ao Ministério Público em *Ação Civil Pública*. Reze asseverou, ainda, que aqueles slides seriam reapresentados e comentados naquela reunião com a “comunidade”, no Parque da Previdência, devido a um pedido do próprio Promotor, de modo a construir “uma uniformização do conhecimento”, para que os presentes pudessem levá-lo às diversas localidades do Butantã.

Iniciando a apresentação propriamente dita, afirmou que, desde o final de 2005, a “sociedade civil organizada” teria encontrado inúmeros obstáculos em “*obter, do Poder Público, informações, estudos, esclarecimentos e efetiva participação na formulação acompanhamento e execução do projeto da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia*”. Tendo isso em vista, retorna ao processo de construção do PDE 2002 e seu amparo legal no Estatuto da Cidade, de 2001, cujo objetivo do primeiro seria “obter um ordenamento no crescimento da cidade e contenção do adensamento predatório e da excessiva verticalização”. Lembra, ainda, que anos depois houve uma tentativa, por parte do Executivo Municipal, em suplantá-lo por um projeto de revisão, de modo “unilateral”, revisão a qual “afrouxava as regras de zoneamento e uso do solo” e que esta tentativa fora frustrada devido a uma “forte e inédita atuação de entidades representativas da população em conjunto com o Ministério Público”,<sup>693</sup> em agosto de 2010. Prosseguindo, ao apontar os fundamentos econômicos que pressionam “maiores densidades construtivas” e um possível “desvio” dos nobres objetivos do instrumento “operação urbana”, conforme previsto no Estatuto da Cidade, PDE 2002 e PRE 2004, expôs uma notícia, infelizmente sem referências de publicação e data, afirmando que o “apagão de terrenos” seria responsável pela “queda de vendas de imóveis”.<sup>694</sup> Sua exposição reforça que haveria “uma pressão muito grande desse segmento imobiliário para fazer com que a Operação Urbana seja desvirtuada de sua destinação”, que seria “a

---

<sup>693</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 2-3.

<sup>694</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 4. Poderíamos pinçar, em paralelo, outra notícia dessa “grande imprensa”, tão afeita aos interesses do mercado imobiliário: MATOS, Carolina. SP sofre “apagão” de terrenos comerciais. **Folha de São Paulo**, 3 ago. 2010, p. B1. Nesta reportagem, aponta-se a “escassez” de terrenos nas áreas de escritórios nos eixos Faria Lima, Marginal Pinheiros e Paulista, incluindo Marginal Tietê (entre Pirituba e Limão) e Alphaville, como responsáveis pelo aumento dos preços médios nessas localidades, numa demonstração daquilo que Marx denominaria de *economia política vulgar*, onde o simples “equilíbrio” entre oferta e demanda garantiria o “equilíbrio” dos preços médios de mercado. Podemos reiterar, então, retomando a imagem da “cidade compacta” tão contundentemente extraída dos escritos de Jane Jacobs e de seus congêneres expelidos nessa “grande imprensa”, que esse potencial adicional construtivo seria a redenção aos “problemas de fluidez” de terrenos a se construir em São Paulo.

requalificação de um território”, se fosse executada com “regramento e bom senso”. Em seguida, apresenta os artigos e seções referentes às operações urbanas indicadas tanto na legislação do PDE 2002 quanto naquela do PRE 2004, nos termos apontados no Capítulo 2 desta Tese, bem como o ainda inexplicado aumento de perímetro da OUCVS entre os projetos de 2002, 2004 e 2005. Quanto a isso, consta que “para colocar em prática este novo perímetro faz-se necessária a revisão e aprovação do Plano Diretor e Regional vigentes”, o que não ocorrera até aquele momento, final de 2012,<sup>695</sup> e este teria sido um dos principais motivos pelo qual “a sociedade civil reclamou”, ao que Reze questiona: “*como é que você dobra o perímetro, a área de abrangência de uma intervenção tão pesada como essa, sem consultar a população, se era isso que deveria ser feito?*” Então...

Estamos agora no ano de 2005, quando a *Associação dos Moradores Amigos do Parque da Previdência* (AMAPAR), “que havia participado do processo de elaboração” do PDE 2002 e do PRE 2004 “junto de outras entidades da sociedade civil” teria tomado conhecimento da alteração do perímetro determinado no próprio PRE para a OUCVS, e assim “demonstra suas preocupações e a intenção de participar da elaboração de seu projeto junto ao poder público”.<sup>696</sup> Conforme ofício da própria entidade, datado de 10/01/2006 e endereçado ao Sr. Ricardo Teixeira, então “Chefe de Gabinete do Secretário Municipal das Subprefeituras”, a AMAPAR teria como objetivo “melhorar a qualidade de vida dos moradores” daquela região, zelando “pela integridade do bairro” e defendendo “os interesses dos [...] associados”, o que incluiria “preservar as características” daquele bairro, “criado há aproximadamente 50 anos<sup>697</sup> e projetado como uma ZER, [...] com ruas totalmente arborizadas e contando com o Parque Previdência como parte de seu projeto urbanístico”. O mesmo ofício relata, ainda, que representantes da entidade estiveram reunidos com o então Secretário de Planejamento, *Francisco Luna*, em 19/10/2005, e o Secretário das Subprefeituras, *Walter Feldman*, em 03/11/2005, quando essas preocupações iniciais teriam sido a eles apresentadas. No entanto, “a orientação recebida por parte das Secretarias de Governo” fora no sentido de levar tais questões diretamente à Subprefeitura do Butantã e, desta forma, esses questionamentos foram protocolados em Audiência Pública de revisão do PRE 2004, ocorrida em 07/01/2006, junto à própria Subprefeitura. Destaque-se que uma das reivindicações principais da associação naquele momento, a elaboração do *Plano de Bairro*,

---

<sup>695</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 7.

<sup>696</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 9.

<sup>697</sup> Conforme entrevista concedida por Maria José Querido e os documentos analisados no Capítulo 1 desta Tese.



“previsto pelo Estatuto da Cidade”, nunca fora atendido nem até dezembro de 2012, quase sete anos depois daquelas primeiras cartas protocoladas. Prosseguindo, o documento demonstra, já naquele momento, preocupações quanto à construção de prédios com 27 metros de altura em lotes lindeiros a uma ZER ou ainda quanto a problemas geológicos, de instabilidade de terrenos, e à contenção de águas pluviais daquele bairro. Por estas e por outras questões, se delineiam as primeiras solicitações da “sociedade civil organizada” em participar do processo de elaboração da OUCVS, bem como *a proposta em manter seu perímetro original*, conforme “discutido com a comunidade e aprovado no PRE do Butantã”.<sup>698</sup>

Assim, “devido à falta de respostas e à falta de continuidade dos encaminhamentos solicitados à Subprefeitura do Butantã”, de acordo a orientação da Secretaria das Subprefeituras, novamente a AMAPAR teria procurado a SEMPLA, onde ocorreu, em 24/03/2006, uma reunião entre essa associação e a *Assessoria Técnica de Operações Urbanas (ATOU)*.<sup>699</sup> Questionados a respeito do incremento do perímetro da OUCVS, os “técnicos da SEMPLA” responderam que “as razões pela inclusão desses lotes” derivaria de “questões mais abrangentes relativas tanto às complexidades envolvidas nas intervenções e regulamentações públicas do projeto urbano, quanto ao rebatimento territorial dos efeitos dessas intervenções e regulamentações”, que seriam “a obrigatoriedade de aplicação dos recursos originados em função das contrapartidas ou da emissão de CEPACs”, o que implicaria em “melhorias funcionais e paisagísticas” ao eixo Eliseu de Almeida, bem como a exigência de gabaritos máximos de 24 metros, permeabilidade mínima de 30% e obediência de um espaçamento lateral entre os edifícios. Além disso, foi respondido que o adensamento do Setor Vale do Pirajussara seria um dos menores do projeto da OUCVS, além de ser, em maior parte, destinado ao uso residencial.

---

<sup>698</sup> AMAPAR. [Ofício] 10 jan. 2006, São Paulo [para] Sr. Ricardo Teixeira, São Paulo. 3p. Apresenta a AMAPAR e propõe mudanças no projeto da Minuta de Lei da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 9-11.

<sup>699</sup> “Estiveram presentes na reunião: Sra. Darcy C. D. Correa, consultora jurídica da AMAPAR; Sra. Lúcia Martins Campos, membro da AMAPAR; Sr. Marcelo Coutinho, diretor de fotografia da AMAPAR; Sra. Evangelina Oliveira, membro do conselho de moradores da AMAPAR; Sr. José Geraldo Martins de Oliveira, Assessor Chefe da ATOU/SEMPA; o Sr. Pedro Manuel Rivaben de Sales, arquiteto e coordenador técnico do projeto da OUCVS e Daniel Todtmann Montandon, arquiteto e assistente técnico da SEMPLA”. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPA). ATOU. Ata da reunião realizada no dia 24/03/2006 para discussão de determinados aspectos do projeto urbano da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 14-15. Ressalte-se que, como vimos no Capítulo 2, entre os meses de dezembro de 2005 e maio de 2006, já estavam a pleno vapor as licitações para contratação de empresa para elaboração do EIA-RIMA da OUCVS.

Quanto aos questionamentos sobre o túnel-avenida, são apresentados os mesmos argumentos exaustivamente apontados no EIA-RIMA e na Audiência Pública de agosto de 2011, conforme explorado no Capítulo 2. E quanto aos questionamentos sobre “a possibilidade de serem estabelecidas dotações orçamentárias do Tesouro Municipal para a viabilização de obras da OUCVS”, caso não ocorresse a venda de CEPAC ou ainda a probabilidade de um baixo interesse do mercado imobiliário em aderir ao projeto, os técnicos responderam que existiria “uma certa classificação de obras que são estratégicas estruturais, de maior prioridade técnica quanto à transformação decorrente do projeto urbano” e que “esse raciocínio técnico”, no entanto, não pressuporia “uma ação política de investimentos” e que talvez seria “pertinente a incorporação de algumas dessas intervenções no próprio Plano Regional Estratégico do Butantã”.<sup>700</sup> Tal resposta por parte dos técnicos da SEMPLA foi interpretada, pela AMAPAR, como uma “concordância dos técnicos” em relação ao fato de que o mecanismo de comercialização de CEPACs seria frágil e ineficiente, comprometendo, inclusive, a própria execução das obras decorrentes da OUCVS.<sup>701</sup>

Após essa reunião, a AMAPAR enviou ofício ao Secretário Municipal de Verde e Meio Ambiente, Sr. Eduardo Jorge, em abril de 2006, “alertando para os riscos referentes ao projeto do túnel sob o Parque da Previdência” e solicitando “o acesso aos estudos de impacto ambiental”.<sup>702</sup> Na mesma data deste ofício, ocorrera uma reunião plenária ordinária do CADES, onde ocorrera a apresentação de três das novas operações urbanas em projeto, incluindo a OUCVS, para os conselheiros daquele órgão municipal. Naquele encontro, a Sra. Márcia Vairoletti questiona o tratamento inadequado conferido à Bacia do Pirajussara naquele projeto, afirmando que ele não seria “um problema de gestão municipal e sim de gestão metropolitana”, já que essa bacia envolve os municípios de Embu, Taboão da Serra e o próprio município de São Paulo, completando que “a comunidade não está participando como deveria e o aspecto social não está sendo levado em consideração”. José Geraldo de Oliveira, responsável pela apresentação do projeto àquele órgão, responde que o projeto da OUCVS foi o primeiro no qual estaria sendo contratado um Estudo de Impacto Ambiental

---

<sup>700</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA). ATOU. Ata da reunião realizada no dia 24/03/2006 para discussão de determinados aspectos do projeto urbano da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 15.

<sup>701</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 15.

<sup>702</sup> AMAPAR. **[Ofício]** 27 abr. 2006, São Paulo [para] Sr. Eduardo Jorge, São Paulo. 3p. Solicita à secretaria atenção especial sobre os estudos dos aspectos estruturais e funcionais da OUCVS, bem como acesso ao EIA-RIMA e a realização de Audiências Públicas. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 20.

e, para elaboração do Termo de Referência, teriam pedido a colaboração da SVMA que, após ter recebido este termo, o teria devolvido com todas as suas observações. Terminando sua intervenção, afirma considerar “um grande avanço a proposta de olhar o conjunto” daquelas operações urbanas “sob a ótica da contribuição que elas [poderiam] dar para a melhoria ambiental da cidade”.<sup>703</sup>

Meses depois, em agosto, novamente a AMAPAR, já ciente de que o EIA-RIMA já estava sendo realizado pela empresa COBRAPE, contratada pela SEMPLA,<sup>704</sup> endereçou ofício ao Sr. Eduardo Jorge, já citando o “Guia de Implementação do Estatuto da Cidade”<sup>705</sup> e o artigo 37 do próprio Estatuto, a respeito do *Estudo de Impacto de Vizinhança*. Neste ofício, cita novamente o problema geológico da Rua Manoel Gonçalves Mão Cheia,<sup>706</sup> paralela à Avenida Eliseu de Almeida, o destamponamento do Ribeirão Pirajussara (intervenção posteriormente abandonado no projeto), a necessidade de estudos mais sistemáticos “sobre o efeito de borda de degradação ambiental em áreas como as ZERs e o Parque da Previdência”, bem como a “análise técnica sobre impactos socioambientais da implantação de outros túneis já construídos” em outras áreas da cidade. Ratifica, ainda, os graves prejuízos que seriam causados pela supressão da Praça Elis Regina e seu entorno.<sup>707</sup> Em outro documento manuscrito e assinado pela “representante legal da AMAPAR”, Aline Sasahara Coutinho, e entregue ao então subprefeito Maurício de Oliveira Pinterich durante a *Assembleia Regional de Política Urbana*, no contexto da revisão do PRE 2004, manifesta-se discordância em relação ao perímetro ampliado e à elaboração de um EIA-RIMA baseado

---

<sup>703</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Ata da 77ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 26 maio 2006, p. 22.

<sup>704</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 22.

<sup>705</sup> “É fundamental analisar o impacto dos novos empreendimentos nos sistemas de infraestrutura, particularmente nos sistemas de circulação – viário e transporte coletivo. Para isto é necessário construir modelos de circulação de fluxos, de acordo com a simulação dos cenários pretendidos de densificação de usos. Aqui é necessário lembrar que a área da operação não é uma ilha e dimensionar apenas os impactos internos à própria operação, considerando as obras necessárias em seu interior. Neste ponto, o parágrafo primeiro é um enorme limitador, já que os impactos externos à região da operação não podem ser absorvidos e pagos com os recursos por ela gerados”. CAMARA DOS DEPUTADOS e INSTITUTO POLIS. **Estatuto da Cidade...**, 2002, p. 84.

<sup>706</sup> “O processo erosivo que se verifica sob forma de rachaduras/fendas, nas residências da Rua Manoel Gonçalves Mão Cheia (via lateral ao morro da Previdência). Esse processo havia se estabilizado com o alívio de tráfego e a redução do trânsito de caminhões pela Avenida Eliseu de Almeida, propiciados pela implantação do Rodoanel. Ele deve, porém, se agravar com o Impacto da Operação Urbana Vila Sônia, pelo aumento, agora ainda maior, do fluxo de veículos e construções, em função tanto do adensamento nessa via, quanto da construção do túnel sob o Parque Previdência”. AMAPAR. **[Ofício]** 21 ago. 2006, São Paulo [para] Sr. Eduardo Jorge, São Paulo. 3p. Questionamentos da AMAPAR referentes ao Impacto da Operação Urbana Vila Sônia e parâmetros locais para o EIA-RIMA. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 24. Este é exatamente aquele texto citado no EIA-RIMA da OUCVS, conforme apontado no Capítulo 2 desta Tese.

<sup>707</sup> AMAPAR. **[Ofício]** 21 ago. 2006, São Paulo [para] Sr. Eduardo Jorge, São Paulo. 3p. Questionamentos da AMAPAR referentes ao Impacto da Operação Urbana Vila Sônia e parâmetros locais para o EIA-RIMA. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 23-25.

em uma operação “em estudo”, não constante em lei e “que nunca foi discutido publicamente”. Desse modo, o documento solicita que “seja mantido o traçado da Operação Urbana Vila Sônia”, conforme o PRE 2004, “lembrando que é posição apoiada pela Subprefeitura do Butantã e encaminhada à SEMPLA”.<sup>708</sup> Este seria mais um dos inúmeros documentos entregues e protocolados que nunca seriam respondidos. Nesta mesma Assembleia, outras entidades teriam solicitado acesso à Minuta do Projeto de Lei da OUCVS, ao que a própria Subprefeitura prometera disponibilizar até certa data; na data seguinte, informa-se que essa minuta ainda não estava disponível para consulta da população.<sup>709</sup> Essas atitudes por parte dos órgãos da Prefeitura, de prometer o acesso aos documentos da OUCVS às entidades e organizações da sociedade civil local no contexto dos encontros e assembleias e depois *cumprir em parte* ou simplesmente *não cumprir* o prometido se repetiria constantemente, conforme veremos no desenrolar dos fatos.

Assim, após o comparecimento de “entidades e membros da comunidade do Butantã” a essa *Assembleia* de agosto de 2006 e o aumento de suas preocupações quanto aos “impactos ao meio ambiente urbano que poderiam ser causados devido à grande ampliação no perímetro originalmente proposto para a OUCVS”, e deparando-se com a “incapacidade de obter informações consistentes e detalhadas, apesar das inúmeras solicitações feitas ao poder público”, tais entidades decidiram formar o *Movimento União Butantã*, de modo a “atuar de forma articulada na defesa de seus direitos como cidadãos, de acordo com o que está estabelecido no Estatuto da Cidade”.<sup>710</sup> Em outubro de 2006, o recém-formado *União Butantã* encaminha seu primeiro ofício à SEMPLA e à Subprefeitura do Butantã, apresentando as entidades, associações e organizações participantes daquele movimento e ressaltando a atuação de seus membros em várias reuniões e encontros envolvendo os órgãos do Executivo, sobretudo na Subprefeitura, no CMPU e no CADES, desde o “conhecimento da primeira minuta propondo a Operação Urbana Vila Sônia”.<sup>711</sup> O mesmo ofício reclama a ausência de “estudos científicos sobre os impactos” de operações urbanas

---

<sup>708</sup> AMAPAR. [Ofício] 26 ago. 2006, São Paulo [para] Sr. Maurício de Oliveira Pinterich, São Paulo. 2p. Solicita manutenção do perímetro original da OUCVS no contexto de elaboração do EIA-RIMA. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 27.

<sup>709</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 28.

<sup>710</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 29.

<sup>711</sup> UNIÃO BUTANTÃ. [Ofício UNIBT-001/06] 5 out. 2006, São Paulo [para] Sr. Francisco Vidal Luna (SEMPLA) e Sr. Maurício de Oliveira Pinterich (Subprefeitura do Butantã), São Paulo. 3p. Apresenta o Movimento União Butantã, suas considerações a respeito do projeto da OUCVS e solicita sustação dos procedimentos relativos à implantação da Operação Urbana Vila Sônia. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 30.

em vigor naquele momento (Faria Lima, Água Espraiada, Água Branca, Rio Verde-Jacu e Centro) e “que justifiquem a continuidade deste tipo de procedimento na Cidade”, bem como de “argumentos técnicos ou qualquer estudo científico, publicamente divulgado e debatido, que justifique o adensamento proposto pela Operação Urbana Vila Sônia” (para recordar: *1.356.000 metros quadrados a mais*) e estudos conclusivos “sobre a capacidade de suporte da infraestrutura urbana”. Temendo, “como decorrência da própria mecânica do mercado imobiliário, a expulsão dos moradores desta região nitidamente consolidada do ponto de vista demográfico e habitacional” e desconhecendo “a dimensão definitiva” do novo perímetro, o documento entende “plenamente justificável” o pedido de sustação dos “procedimentos relativos à implantação da Operação Urbana Vila Sônia”, até o momento em que os pontos indicados “sejam esclarecidos e até que se faça uma apresentação formal, para efetiva apreciação e discussão por toda a comunidade do Butantã”.<sup>712</sup> Outro ofício, derivado deste último e da reunião correspondente ocorrida em outubro, informa que o Subprefeito Pinterich recomendara ao União Butantã a composição de uma comissão para “debater a operação em questão, junto a essa Subprefeitura, tendo em vista as inúmeras dúvidas que ainda persistem sobre o assunto”. Em seguida, o mesmo documento lista os integrantes dessa comissão proposta pelo subprefeito, “com seus respectivos e-mails, para a convocação das reuniões”.<sup>713</sup> No entanto, essa comissão nunca seria convocada e, conseqüentemente, nenhuma reunião aconteceu.<sup>714</sup>

Em abril do ano seguinte, após meses de espera pela convocação para “as reuniões de debates propostas pela Subprefeitura e pela SEMPLA”, o União Butantã decide tentar estabelecer “um canal alternativo de diálogo com o poder público”, procurando a EMURB e apresentando novo documento, “desta vez mais rico em conteúdo e dados a respeito da

---

<sup>712</sup> UNIÃO BUTANTÃ. [Ofício UNIBT-001/06] 5 out. 2006, São Paulo [para] Sr. Francisco Vidal Luna (SEMPA) e Sr. Maurício de Oliveira Pinterich (Subprefeitura do Butantã), São Paulo. 3p. Apresenta o Movimento União Butantã, suas considerações a respeito do projeto da OUCVS e solicita sustação dos procedimentos relativos à implantação da Operação Urbana Vila Sônia. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 30.

<sup>713</sup> UNIÃO BUTANTÃ. [Ofício UNIBT-002/06] 16 nov. 2006, São Paulo [para] Sr. Maurício de Oliveira Pinterich (Subprefeitura do Butantã), c/c [para] Sr. Francisco Vidal Luna (SEMPA) e Sr. Eduardo Jorge Sobrinho (SVMA), São Paulo. 3p. Apresenta a Comissão Sub-Butantã, com vistas a discutir a Operação Urbana Vila Sônia. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 32. Foram listados mais de 15 representantes de diversas entidades de vários bairros da Subprefeitura do Butantã, incluindo o Parque da Previdência, Jardim Christie, City Butantã, Jardim Londrina, COHAB Raposo Tavares, Jardim Jaqueline e Vale da Esperança, bem como representantes do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) do Morumbi, da CMPU, do SOS Mata Atlântica e da FAU-USP.

<sup>714</sup> Cabe aqui um excerto da fala de Sérgio Reze durante sua apresentação: “Não houve nenhuma reunião depois, essa comissão... Sabe o que é você se sentir simplesmente tratado excluído, ignorado! Você faz todo esse trabalho, reuniões com as pessoas, entrega documento a pedido do subprefeito e ‘necas pitibiriba!’”

questão”, já que àquele grupo havia se unido “arquitetos e urbanistas, professores da USP que moravam na região”.<sup>715</sup> Este documento, intitulado “Operação Urbana Vila Sônia, o Impacto na Comunidade”, mostra algumas inquietações já ocorridas na comunidade em 2003, quando a OUCVS já apareceria, “em mapas e textos”, e que teriam sido apresentadas pelo então Subprefeito Carlos Alberto da Silva a essa comunidade como “apenas ideias”. No ano seguinte, com a discussão e aprovação do PRE, aquele traçado teria refletido os debates e audiências públicas realizados na região e na Câmara dos Vereadores, “bem como o traçado do túnel sob o Parque da Previdência e Avenida Eliseu de Almeida”. No entanto, embora a Subprefeitura e a SEMPLA seguissem, segundo o documento, “reafirmando que não havia ainda um projeto para o OUCVS”, em 2005 chega às mãos de integrantes da União Butantã, “por obra do acaso”, um caderno “bastante detalhado”, cuja data informava que o projeto estaria pronto antes mesmo das audiências públicas de 2004.<sup>716</sup> E o documento prossegue citando as ações da AMAPAR entre 2005 e 2006 e a da própria União Butantã a partir de outubro do ano anterior, bem como seu pedido de “sustação de todo o processo de desenvolvimento do projeto da OUCVS”. Citando a série dos oito artigos publicados no portal *Vitruvius*, “Operações Urbanas em São Paulo”, os mesmos analisados no Capítulo 2 desta Tese, o documento lista cada uma das operações urbanas já existentes na cidade para “mostrar que o histórico de operações urbanas até então era muito ruim”, segundo a fala de Sérgio Reze, que destacou, inclusive, o rotundo “fracasso urbanístico” da paradigmática Operação Urbana Faria Lima, também demonstrado no capítulo anterior desta Tese.

Além disso, o documento afirma que “as [operações urbanas consorciadas] são intervenções profundas, concebidas para revitalizar regiões degradadas, em estado de obsolescência na cidade”, listando o exemplo das “linhas de trem”, e “antigas áreas industriais”. Ainda, segundo teria explanado o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki no *Fórum da Paisagem* realizado na FAU-USP em dezembro de 2006, a OUCVS “foge do arco de obsolescência de zonas industriais sendo reocupadas de forma qualificada” e seria, então, “uma intervenção muito agressiva, inadequada para uma região consolidada como esta”. Ainda, consta que “o motivo propulsor para esta [operação urbana consorciada] [...] é a chegada da Linha 4 do Metrô [...], tendo como primeiro argumento a maximização dos

---

<sup>715</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 34.

<sup>716</sup> UNIÃO BUTANTÃ. **Operação Urbana Vila Sônia**. O Impacto na Comunidade. São Paulo, 3 abr. 2007. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 37.

retornos financeiros” e que “não existe um planejamento conjunto Metrô/SEMPLA/Subprefeitura para execução e integração dos projetos, havendo um descasamento nos cronogramas e objetivos”, o que causaria “uma situação caótica [...] em uma região já bastante adensada”.<sup>717</sup> E o documento segue regendo sua crítica ao “adensamento excessivo”, pela anulação do alívio à mobilidade urbana ocasionada pelas novas estações de metrô, à provável supervalorização das regiões no entorno e o incentivo à especulação imobiliária e expulsão da população original ou ainda à inadequação de adensamento em áreas de várzea, como a Bacia do Pirajussara, sobretudo pela construção de garagens subterrâneas e o seccionamento daquela “complexa bacia hidrográfica”. Critica, ainda, o encurtamento da Linha 4 do Metrô que, “como estava previsto no PITU 2020” iria até o município de Taboão da Serra, e seu consequente impacto negativo em área “com uso e vocação residencial”, que poderia abrigar “um projeto habitacional ou de interesse social”, a destruição da Praça Elis Regina e o impacto negativo na EMEF Desembargador Amorim Lima, “referência hoje para o Ensino no Brasil”, a ausência de um Estudo de Impacto de Vizinhança e a inadequação do PRIOU elaborado “por um escritório de arquitetura contratado, que não conhece e nem procurou conhecer as características da comunidade que habita a região há anos, suas necessidades e anseios”, bem como, mais uma vez, a ausência de participação da comunidade local na “elaboração deste projeto”, conforme “determinado pelo Estatuto da Cidade”.<sup>718</sup>

Sobre o EIA-RIMA da OUCVS, o qual já se encontrava concluído e em poder da SEMPLA no início de 2007, a AMAPAR solicita, por meio de ofício datado de 26/04/2007, uma cópia deste documento, para que “a sociedade civil organizada” pudesse se “preparar para discuti-lo na instância cabível, segundo reza o Estatuto da Cidade”.<sup>719</sup> Lembrando o caminho de tramitação do processo: *SEMPLA – CADES – Câmara de Vereadores – sanção pelo Executivo*; era daí que surgia a preocupação com o teor do EIA-RIMA, que ainda permaneceria completamente indisponível à população por mais de um ano. Tanto que, saltando para agosto de 2008, um contundente ofício assinado por várias entidades da região solicita “cópias completas, em arquivo eletrônico, do EIA-RIMA do empreendimento

---

<sup>717</sup> UNIÃO BUTANTÃ. **Operação Urbana Vila Sônia**. O Impacto na Comunidade. São Paulo, 3 abr. 2007. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 41.

<sup>718</sup> UNIÃO BUTANTÃ. **Operação Urbana Vila Sônia**. O Impacto na Comunidade. São Paulo, 3 abr. 2007. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 42-45.

<sup>719</sup> AMAPAR. **[Ofício]** 26 abr. 2007, São Paulo [para] Sr. Maurício de Oliveira Pinterich (Subprefeitura do Butantã), São Paulo. 1p. Solicita cópia de EIA-RIMA da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 52.

OUCVS”, já que este implicaria em “profundos impactos para a região e toda a comunidade nela inserida, destacando-se assim a importância dos estudos contidos no EIA-RIMA, por tratar-se de um complexo projeto” com várias facetas ambientais e urbanísticas, o que tornaria imprescindível “o minucioso estudo e profundo conhecimento por parte da sociedade civil organizada para a realização do amplo debate com a mesma”. Logo depois, cita novamente o Estatuto da Cidade, acrescido de artigos da Constituição Federal de 1988 sobre meio ambiente e o direito à informação.<sup>720</sup> O mesmo ofício seria encaminhado, ainda, para a SVMA, que, tanto quanto a Subprefeitura, não respondeu a essa solicitação. Pouco depois, cientes de que o EIA-RIMA encontrava-se no CADES, pronto para ser analisado e licenciado, as entidades do Movimento União Butantã requereram à conselheira Ros Mari Zenha que solicitasse formalmente, na reunião plenária ordinária do CADES do dia 21/08/2008, uma cópia do EIA-RIMA referente à OUCVS, para que “as referidas entidades possam fazer uma análise criteriosa e com o devido tempo deste material”, já que “todos têm seus compromissos de trabalho cotidianos” e os estudos teriam que ser realizados “nos dias de semana à noite e aos finais de semana”, o que justificaria a disponibilização de “cópias impressas e/ou em formato digital”.<sup>721</sup> Naquela reunião, Ros Mari rebateu o pedido aos presentes e, adicionando, reforçou que seria um absurdo “ter que ficar pedindo cópia impressa”, já que “os movimentos de cidadania” incluem pessoas que trabalham e têm que fazer esses estudos à noite ou nos finais de semana, o que impossibilitaria a consulta “in loco”, não havendo condição de “consultar [oito] volumes”. No meio desse debate, aparece também uma menção à questão de *direitos autorais*, no tocante à impossibilidade de disponibilização irrestrita do EIA-RIMA, prontamente refutado pelo conselheiro Marco Antônio Barbieri, ao afirmar que “o EIA-RIMA é um processo público [...] um estudo público que deve pertencer à sociedade”.<sup>722</sup>

Ressalte-se que, desde meados daquele mesmo mês, constaram editais da SVMA publicados no Diário Oficial do Município e em jornais de grande circulação, informando que o EIA-RIMA estaria “à disposição dos interessados para consulta”, em dias úteis e

---

<sup>720</sup> UNIÃO BUTANTÃ. [Ofício] 18 ago. 2008, São Paulo [para] Sr. Manuelito Pereira Magalhães Júnior (SEMPA), São Paulo. 1p. Solicita cópia de EIA-RIMA da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 53.

<sup>721</sup> UNIÃO BUTANTÃ. [Ofício] 21 ago. 2008, São Paulo [para] Ros Mari Zenha (CADES). 1p. Solicita cópia de EIA-RIMA da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 55.

<sup>722</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Ata da 105ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 23 out. 2008, p. 35.



horário comercial.<sup>723</sup> Ao que parece, mesmo depois dessas solicitações pelas cópias digitais, alguns membros do Conselho Gestor do Parque da Previdência, conforme decisão coletiva proferida em reunião desse mesmo conselho, se dispuseram a ir ao local indicado nos Editais, em 12 de setembro, para consultar o EIA-RIMA. No entanto, “encontram o conteúdo ali apresentado de forma incompleta”,<sup>724</sup> e redigem novo ofício endereçado ao Secretário Eduardo Jorge, onde consta que não estariam disponíveis todos os volumes do EIA-RIMA, já que “dos oito volumes que, tem-se informação, compõem o estudo”, apenas três “estão no CADES para análise”, o que estava demonstrado em fotografias no próprio ofício, e que “os atendentes não souberam informar onde estavam os outros [cinco] volumes do Estudo”. Mais uma vez, criticam a impossibilidade do acesso às cópias digitais, o que encareceria e dificultaria demasiadamente a difusão do conteúdo dos estudos e solicitam, ao final, que o texto seja disponibilizado na íntegra, em cópias digitais e em tempo hábil “para ser analisado pela população antes da audiência pública”.<sup>725</sup>

Logo após, tendo acesso finalmente à cópia digital completa do EIA-RIMA, “e mesmo contando com um tempo bastante curto para estudá-lo”, essas pessoas teriam passado “a se reunir em finais de semana e horários noturnos”, de modo a “preparar suas considerações e participação para a etapa de análise do documento pelo CADES, em que deveriam ocorrer audiências públicas”.<sup>726</sup> Novos ofícios são endereçados ao CADES e à SVMA, solicitando a participação das entidades “em todas as reuniões promovidas por esta Secretaria”, iniciando-se pela reunião da Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação, que seria realizada em 15 de outubro; este pedido é reforçado pela Conselheira do CADES Ros Mari Zenha, em carta endereçada

---

<sup>723</sup> SÃO PAULO (Município) Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Edital. **O Estado de São Paulo**, 11 ago. 2008, p. B6; e SÃO PAULO (Município) Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Edital. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 12 ago. 2008, p. 70.

<sup>724</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 56.

<sup>725</sup> CAMPOS, Lúcia Maria e SANTOS, Lisa Yazigi de Barros. [Ofício] 15 set. 2008, São Paulo [para] Secretário Eduardo Jorge Sobrinho (SVMA). 2p. Informa incompletude dos exemplares disponibilizados e solicita cópia digital do EIA-RIMA da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 57.

<sup>726</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 58.

ao Secretário Eduardo Jorge.<sup>727</sup> Foi nesta mesma reunião que o EIA-RIMA fora rejeitado pelo CADES, nos termos já expostos no Capítulo 2, “por total inconsistência técnica”.<sup>728</sup>

No primeiro semestre de 2009, a questão da OUCVS teria maior repercussão e “participação da sociedade civil do Butantã” e passou a ser incluída “na agenda da Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais”, onde “a precariedade do EIA-RIMA” apresentado meses antes e o projeto do túnel-avenida passaram a gerar “uma onda de protestos”, a formação do “Movimento Butantã Pode” e a ocupação da Praça Elis Regina e do Parque da Previdência “por diversas ocasiões”, o que teria feito o movimento colher em poucos dias mais de 2.000 assinaturas em abaixo-assinado contra a OUCVS e o túnel-avenida.<sup>729</sup> Como se teria dado esse movimento, que teve tamanha repercussão entre 2009 e 2010? Martha Pimenta, em entrevista, relata que tudo isso “começou em uma reunião da Rede”, onde teria sido dado o “start” de alguém que comparece e que está preocupado, no caso o Sr. Pedro Perez, conforme relatado no início deste tópico. Naquele momento, Pedro Guasco, participante das reuniões da Rede e implicado a outros movimentos sociais da região, inclusive no DRT, teria estendido tais questionamentos nas reuniões seguintes e outras pessoas acabaram se agregando à causa.

Daquele ponto em diante, após mobilizações paralelas, como reuniões organizadas na EMEF Amorim Lima e festas e outras intervenções na Praça Elis Regina entre junho e julho de 2009,<sup>730</sup> a Rede Butantã protocola ofício requisitando a presença do Secretário Miguel Luiz Bucalem, da recém-criada SMDU, em reunião a ocorrer em 5 de agosto de

---

<sup>727</sup> AMAPAR e demais entidades. **[Ofício]** 3 out. 2008, São Paulo [para] Secretário Eduardo Jorge Sobrinho (CADES/SVMA). 1p. Solicita participação em reunião de Câmara Técnica no CADES; e ZENHA, Ros Mari. **[Mensagem]** 3 out. 2008, São Paulo [para] Secretário Eduardo Jorge Sobrinho (CADES/SVMA). 1p. Reforça pedido de ofício das entidades. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 59-60.

<sup>728</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 61.

<sup>729</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 65.

<sup>730</sup> Este interessante depoimento bem que retrata o espírito daquele momento e todos os seus desdobramentos posteriores, bem que refletiriam a noção lefebvriana de “momento”. “Sobre o túnel, especificamente... ah, e do lado de cá da Raposo Tavares, estava mobilizadíssimo e tal e isso provocou também a AMAPAR, porque eles estavam cansados, eles estavam esgotados da conversa com a prefeitura que não dava, de repente um monte de gente revoltada e aí eu fiquei surpresa, realmente me chamou a atenção porque a gente sempre estava envolvido com o movimento, ah, de comunidade tradicional, de agricultura familiar e não sei quê, e é um processo que você precisa capacitar as pessoas, não sei quê, *daí foi que eu entendi o que um movimento de classe média é: naquela reunião se formaram as comissões, a gente tinha um site, a gente tinha data para outra mobilização, a gente tinha a proposta de um abaixo-assinado, foi tão rápido, saíram tantos encaminhamentos, as pessoas estavam tão esclarecidas sobre o que a gente tinha que fazer, que mobilizar...* E outra pessoa já disse que conhecia vereador, não sei quê, nessa reunião já tinha assessor do Zaratini e do Donato, participando, então, assim, aconteceu a reunião”. Depoimento concedido em 11 mar. 2011 ao autor.

2009,<sup>731</sup> para que se esclareça à população “os projetos urbanísticos e obras previstas para a região do Butantã”, a OUCVS e a “sua relação com o Plano Diretor Regional” e “política habitacional para a região, especialmente nas áreas de parque linear”.<sup>732</sup> No entanto, esse “ousado” convite à SMDU só seria acatado pelo secretário após uma nota publicada no jornal Folha de São Paulo, onde constava que a mobilização daqueles moradores incluía uma página na internet<sup>733</sup> e o referido abaixo-assinado.<sup>734</sup> No dia seguinte a esta publicação, o próprio Secretário teria entrado em contato com Pedro Guasco, quem protocolara o ofício de requisição da Rede Butantã, e os convocou para uma reunião para que a própria secretaria “conhecesse” o que era e o que representaria, afinal, a Rede Butantã.<sup>735</sup> Dois dias antes da reunião marcada para 5 de agosto, a Rede envia ao Secretário as pautas de reivindicação, que muito se assemelham àquelas levantadas pelo União Butantã, no já distante ano de 2006: as obras e intervenções propostas, a articulação entre as secretarias e os níveis de governo (sobretudo municipal e estadual), o adensamento e coeficientes de aproveitamento previstos, mobilidade urbana e transportes públicos, desapropriações previstas, boulevard Eliseu de Almeida e o que se pretenderia com a Revisão do PDE 2002 e PRE 2004, já a pleno vapor naquele momento.<sup>736</sup>

---

<sup>731</sup> Ideia que teria vindo a partir da reunião da Rede Butantã ocorrida em julho de 2009, após muitos presentes terem considerado que naquela reunião e naquele espaço só caberia discutir o túnel-avenida, ao passo que as outras demandas acabavam ficando em segundo plano, segundo o depoimento de março de 2011 concedido ao autor.

<sup>732</sup> REDE BUTANTÃ. **[Ofício]** 14 jul. 2009, São Paulo [para] Secretário Miguel Luiz Bucalem (SMDU). 1p. Solicita participação do secretário em reunião mensal da Rede Butantã. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 66.

<sup>733</sup> *Movimento Butantã Pode! dizer não ao túnel-avenida*. Página: <<http://www.butanta.com.br/>>. Acesso em 16 fev. 2013. Compõe textos, imagens e vídeos sobre o projeto do túnel-avenida e da OUCVS, bem como as mobilizações e reivindicações.

<sup>734</sup> NALON, Tai. Moradores da Vila Sônia criam abaixo-assinado e até site contra obra viária. **Folha de São Paulo**, 21 jul. 2009, p. C4.

<sup>735</sup> A descrição dessa reunião entre os representantes da Rede Butantã e os representantes do Executivo Municipal (SMDU e outras secretarias e órgãos) bem que marca o nível de tensão entre a sociedade civil e o Estado. “Aí a gente foi conversar com a SMDU e a nossa posição foi a seguinte: a gente não está indo lá pra pedir esclarecimento de nada, a gente está indo lá explicar pra eles o que é a Rede Butantã pra eles virem prestar esclarecimento pra comunidade em tudo. A gente não vai resolver nada, a gente não vai encaminhar nada, foi isso o que a gente acordou. [...] A gente chegou lá, na sala de reunião deles, [...] e sentou uma equipe inteira deles, sentou a equipe de ATOU inteira dele e eles queriam encaminhar, eles queriam resolver naquela hora o assunto e a gente falou não, a gente veio aqui só pra dizer [...] o que é a Rede... [...] [Questionaram se a Rede Butantã tem CNPJ] e então] fica essa coisa, e isso já foi colocado em pauta algumas vezes, a tentativa de estabelecer alguns princípios, alguns critérios, enfim, mas a Rede não quer ter CNPJ, acho que faz... não tem sentido ter CNPJ. [...] Porque a gente saiu da reunião com o Bucalem e foi definido o seguinte, eles queriam uma relação exata do que a gente queria saber deles para irem preparados para a reunião para poderem nos responder aquelas questões”. Depoimento de março de 2011.

<sup>736</sup> REDE BUTANTÃ. **[Ofício]** 3 ago. 2009, São Paulo [para] Secretário Miguel Luiz Bucalem (SMDU). 2p. Expõe reivindicações quanto a esclarecimentos sobre o Parque Linear do Sapé e a OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 69-70.

A reunião de 5 de agosto, ocorrida no Auditório do Parque da Previdência, contou com a presença de representantes da SMDU, SVMA e Subprefeitura<sup>737</sup> e se inicia com a fala de Miguel Bucalem, que afirma que o objetivo daquela reunião seria “iniciar um canal de diálogo permanente para apresentarem o que a SMDU tem projetado para a comunidade em relação à OUCVS e o Plano Regional Estratégico”. A exemplo do que seria exposto dois anos depois, na Audiência Pública do CEU Butantã, relatada no Capítulo 2 desta Tese, onde se afirmava estar aberto “o canal do diálogo”, o secretário expõe a origem do projeto, a intenção em “potencializar intervenções em âmbito ambiental”, de regularizar “habitações precárias” e melhorar o “padrão urbanístico da região”. Sobre o EIA-RIMA rejeitado no CADES no ano anterior, afirma que a empresa que desenvolvera o estudo o teria reformulado “a partir das observações” do CADES e que naquele momento haveria uma outra versão do RIMA em análise no âmbito da SMDU. Quanto ao projeto do túnel-avenida, afirmou que o projeto estaria sendo reavaliado “do ponto de vista da necessidade”, e que havia sido solicitado “o estudo de traçados alternativos”, já que os impactos seriam considerados e a SMDU não permitiria que o túnel fosse executado “em prejuízo das características ambientais consolidadas”. Em seguida, Pedro Salles afirmou que não haveria previsão de alargamento de vias, apenas de calçadas e que não seria possível saber detalhadamente quais as desapropriações necessárias, já que isso poderia ser medido exclusivamente após o projeto executivo, e que o cenário 2017/2027 não seria tão rigoroso quanto uma previsão, já que dependeria da “adesão financeira por meio das contrapartidas”. Aline Sasahara, que acompanhava a OUCVS desde 2006, reforçou a importância de um *Estudo de Impacto de Vizinhança* junto ao EIA, e que muitas questões levantadas pela população em audiências públicas anteriores “tem sido ignoradas pelo Poder Público”.

Após longa série de discussões a respeito de adensamento, plano de obras, transporte público, urbanização de favelas e construção de HIS, Janete Lima, a atual presidenta do PIDS-DRT, conforme apresentado no tópico anterior, sugeriu que se formasse uma comissão que “saia com data marcada para dar continuidade ao diálogo”, já que a discussão não deveria se ater tão-somente ao túnel-avenida e que o Movimento de Moradia estaria com “muita dificuldade de agendar conversas”. Ao final daquela reunião, Bucalem afirmou que conversaria com os técnicos “para propor agendamento de uma nova

---

<sup>737</sup> Representantes do poder público presentes: Secretário Miguel Bucalem (SMDU); José Geraldo de Oliveira, Pedro Salles e Lisandro Frigério (ATOU/SMDU); Alejandra Devecchi (DEPLAN/SVMA) e Pedro Agustín Perez (Núcleo de Gestão Descentralizada Centro Oeste); Subprefeito Régis de Oliveira e Assessor Maurício. REDE BUTANTÃ. [Ata] 5 ago. 2009. Reunião da Rede Butantã realizada com representantes do poder público para esclarecimentos à comunidade sobre aspectos referentes à OUCVS e Parques Lineares. Documento em formato digital.

reunião”, e que essa data seria proposta em breve, já que haveria interesse em “caminhar com o projeto, não com pressa, mas dentro de uma evolução necessária para o encaminhamento dessas questões”.<sup>738</sup>

Com este compromisso firmado pelo Poder Público de “manutenção do diálogo”, novo ofício da Rede Butantã, datado de 26 de agosto, informa que “as redes sociais existentes no Butantã” constituiriam essa comissão com os representantes do Butantã Pode, União Butantã, Movimento de Moradia e AMAPAR. O documento lista, ainda, a falta de esclarecimentos quanto à “realização, regulamentação e definição de metodologia do Estudo de Impacto de Vizinhança”, “projeto detalhado de urbanização previstos para a implementação dos recursos advindos dos CEPACs nas áreas de ZEIS e parques”, ao novo projeto de obras e intervenções da Eliseu de Almeida e seu plano de adensamento lindeiro a uma ZER e à “troncalização do transporte público e passagem de pedestres”.<sup>739</sup> Diante da falta de respostas quanto a convocação para novas reuniões, em outubro é emitido novo ofício pela Rede Butantã, propondo desta vez a reunião para o dia 17 de outubro, “em local a ser definido”.<sup>740</sup> Em 21 de outubro, novo ofício requer agendamento de reunião, o que novamente não seria atendido,<sup>741</sup> em um comportamento “viciado do Poder Público”, segundo Sérgio Reze, o qual consiste em “fazer que a comunidade vá e grite bastante, depois que gritou, dá a chupeta e a mamadeira pro nenê não chorar”, ou seja, “fazer uma reunião, assumir um compromisso de participação real e nunca dar continuidade”.

No ano seguinte, entra novamente em ação um grande informante privilegiado das intenções do Executivo Municipal: a grande imprensa. Publica-se matéria de jornal, em março de 2010, informando que a OUCVS seria “lançada” ainda naquele semestre, já que, segundo declaração de Bucalem, seria preciso aproveitar o “boom” imobiliário da região,

---

<sup>738</sup> O resumo das falas e intervenções nessa reunião constam em: REDE BUTANTÃ. **[Ata]** 5 ago. 2009. Reunião da Rede Butantã realizada com representantes do poder público para esclarecimentos à comunidade sobre aspectos referentes à OUCVS e Parques Lineares. Documento em formato digital.

<sup>739</sup> REDE BUTANTÃ. **[Ofício]** 26 ago. 2009, São Paulo [para] Secretário Miguel Luiz Bucalem (SMDU). 2p. Lista as entidades participantes de comissão convocada e expõe questionamentos não esclarecidos e novos tópicos a serem debatidos em próximo encontro. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 72-73.

<sup>740</sup> REDE BUTANTÃ. **[Ofício]** 5 out. 2009, São Paulo [para] Secretário Miguel Luiz Bucalem (SMDU). 1p. Solicita reunião da comissão convocada e sugere data para o encontro. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 74.

<sup>741</sup> REDE BUTANTÃ. **[Ofício]** 21 out. 2009, São Paulo [para] Secretário Miguel Luiz Bucalem (SMDU). 1p. Após contato telefônico de Bucalem, em 7 de outubro, solicita agendamento de reunião da comissão convocada. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 75.

cujo metro quadrado a reportagem afirma ter “valorizado” 45% nos cinco anos anteriores.<sup>742</sup> Naquele momento, entra em ação novamente o *Movimento Defenda São Paulo*, do qual Sérgio Reze também participa, que emite um ofício remetendo a outro, encaminhado em agosto de 2009<sup>743</sup> pela Rede Butantã, que solicitava acesso à nova versão do EIA-RIMA da OUCVS e tinha este pedido reforçado logo após a ciência da matéria publicada no jornal e as declarações de Bucalem.<sup>744</sup> Este pedido também não foi acatado. Em abril, o Movimento Butantã Pode solicita novamente “agendamento da reunião dos representantes de entidades do Butantã” com a ATOU, “a fim de dar prosseguimento ao diálogo iniciado a respeito do projeto da OUCVS”. O mesmo documento relata que teria havido contato telefônico do Sr. Lisandro Frigério, “atual coordenador da ATOU/SMDU”, com Pedro Guasco, integrante da Rede Butantã, marcando a reunião para o dia 9 de abril, sexta-feira de manhã, e esta fora novamente postergada.<sup>745</sup> Em junho, uma mensagem eletrônica é enviada por Frigério, onde se lia que durante aqueles longos sete meses, a ATOU teria buscado “soluções mais elaboradas ou na elucidação das indagações pertinentes levantadas naquela oportunidade”, e que “nenhuma outra medida” seria tomada “no sentido de dar andamento ao processo, que resultará ao final na instituição da OUCVS, sem que antes discutamos cada um desses aspectos”, em reunião que seria realizada “em breve”, a qual Frigério declarava prever que ocorreria naquele mês de junho, e que era necessário aguardar estabelecimento de data para nova reunião.<sup>746</sup> Este compromisso também não seria cumprido. No entanto, em julho daquele ano, publicava-se que a pressão dos moradores teria revisto a decisão da Prefeitura em alterar o projeto do túnel, e que o Secretário Bucalem “teve de ir ao bairro para negociar mudanças no projeto”.<sup>747</sup> Outras estratégias estavam em curso naquele momento, e só o

---

<sup>742</sup> BRANCATELLI, Rodrigo. Operação Urbana Vila Sônia vai atrair 37 mil moradores até 2027. **O Estado de São Paulo**, 1 mar. 2010, p. C1. No mês seguinte, outra matéria dava conta da “procura” de espaço para novos lançamentos imobiliários comerciais em São Paulo, citando a implantação da OUCVS para aquele semestre. SPINELLI, Evandro. Prefeitura vai recalcular bônus de operação urbana. **Folha de São Paulo**, 11 abr. 2010, p. C3.

<sup>743</sup> REDE BUTANTÃ. **[Solicitação]** 12 ago. 2009, São Paulo [para] CADES e SVMA. 1p. Solicita cópia do novo EIA-RIMA da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 80.

<sup>744</sup> MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO **[Ofício]** 4 mar. 2010, São Paulo [para] Sr. Eduardo Jorge Sobrinho (CADES), Miguel Luiz Bucalem (SMDU), Darci Ribeiro (Promotor de Meio Ambiente do MPSP) e Régis de Oliveira (Subprefeitura do Butantã). 2p. Solicita cópia do novo EIA-RIMA da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 78-79.

<sup>745</sup> MOVIMENTO BUTANTÃ PODE **[Ofício]** 9 abr. 2010, São Paulo [para] ATOU/SMDU. 1p. Solicita agendamento de reunião de comissão para discutir o projeto da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 81.

<sup>746</sup> FRIGÉRIO, Lisandro. **[Mensagem eletrônica]** 1 jun. 2010, São Paulo [para] Rede Butantã. Informa que daria continuidade à discussão sobre a OUCVS e apresenta a possibilidade de reunião para junho de 2010. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 81.

<sup>747</sup> GALVÃO, Vinícius Queiroz. Pressão de moradores para salvar praça faz prefeitura mudar túnel. **Folha de São Paulo**, 20 jul. 2010, p. C4.

tempo demonstrou que estratégias seriam essas: por exemplo, o alongamento do percurso subterrâneo do túnel avenida e a retirada desta intervenção do plano de obras da OUCVS, conforme apresentado na Audiência Pública de agosto de 2011.<sup>748</sup>

Naquele mesmo ano, a revisão do PDE 2002 se encontrava invalidada na justiça, desde agosto de 2010, e as investidas dos movimentos e organizações sociais contrárias a essa revisão tinham movimentado consideravelmente várias entidades em toda a cidade, inclusive essas do Butantã; encontravam-se, também, em estágio avançado, as discussões e debates a respeito da Linha 17-Ouro, que se estenderiam e se aprofundariam ainda mais em boa parte do ano de 2012; estava em pauta, ainda, a querela em torno da Chácara do Jockey, a ciclovia da Avenida Eliseu de Almeida e o processo de emissão do DUP para a Chácara da Fonte. Eram muitas discussões e debates levados a curso naquele momento, e que concerniam de modo direto e indireto ao andamento do próprio projeto da OUCVS, e esses questionamentos foram todos levantados ou lembrados naquela Audiência Pública de agosto de 2011. A apresentação de Sérgio lembra o momento em que a população recebera a convocação, por parte da SMDU, para participar dessa audiência, “transcorridos dois anos desde a reunião de 2009” e que “a comunidade, já ressentida e incrédula”, compareceu à reunião em que foi apresentado, “de forma precária e pouco informativa”, um PowerPoint com um resumo pouco esclarecedor sobre o projeto.<sup>749</sup> Outra crítica é que “os documentos e estudos fundamentais até então solicitados, que trariam o embasamento técnico e as justificativas sobre a viabilidade de um projeto de tamanha magnitude e impactos” não foram apresentados naquela audiência. Desdobrando, então, os questionamentos apresentados pela população naquela audiência, o Secretário Bucalem propôs “a realização de quatro encontros temáticos com um grupo de aproximadamente da comunidade, onde o projeto seria explicado em detalhes” e seriam coletadas “sugestões e solicitações”.<sup>750</sup>

---

<sup>748</sup> Relembramos um momento da exposição de Lisandro Frigério naquela audiência, quando trata do túnel-avenida, ilustrando o impressionante artil argumentativo do discurso estatista e suas *transparências* e *opacidades*. “Aqui, apenas destacar rapidamente, o Apoio Oeste, chamado Apoio Oeste à Marginal do Rio Pinheiros, e o Apoio Leste, trabalho que a CET realizou, com ligações de diversas características, vias existentes e ligações previstas, que podem permitir uma melhor articulação e distribuição das viagens, de modo individual e coletivo, nessa região. Então, o túnel faz parte dessa lógica, de alcance maior, por isso que a gente está considerando que não é uma obra da Operação Urbana, é uma obra da cidade, que vai ser tratado dessa maneira”. Ou ainda, o relato de Miguel Bucalem. “O túnel não é essencial para a Operação Urbana. Ele não é entendido como uma obra da Operação Urbana, tanto é que nós vamos colocar na lei, que só poderá recursos da Operação Urbana serem colocados nessa obra desde que todas as outras intervenções tenham sido feitas”.

<sup>749</sup> Durante essa apresentação, uma curiosa fala de Pedro Guasco. “Sérgio, você está sendo injusto, porque pulou um capítulo, que em dezembro de 2010, o Lisandro telefonou pra gente pra se desculpar, porque nunca fez a reunião, e pra desejar Feliz Natal pra todo mundo que estava no movimento. Inesquecível!”

<sup>750</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 83.

No primeiro encontro dessa série, realizado em setembro de 2011, seria definida “uma metodologia para a realização das reuniões temáticas” e as entidades apresentaram um ofício solicitando, novamente, os “estudos e documentos que subsidiariam os próximos encontros e cujo conhecimento prévio”, com tempo mínimo para análise, “seria fundamental para garantir a real participação dos representantes da sociedade civil no processo que ali se iniciava”. Este ofício requeria, baseando-se no Estatuto da Cidade, uma “cópia completa do processo administrativo referente à OUCVS” e o seu respectivo o EIA-RIMA, bem como a apresentação dos “diagnósticos e prognósticos de intervenção, para todo o perímetro e entorno do projeto”.<sup>751</sup> Dias depois, as mesmas entidades requerem documentos não apresentados na primeira solicitação, de modo a subsidiar o tema “Mobilidade e Transportes”, e estes documentos novamente não foram apresentados.<sup>752</sup> Em outubro, novamente se requer esses documentos, de modo que com singelas apresentações de slides dos técnicos da SMDU durante as reuniões temáticas ocorridas, sem o conhecimento e análise prévios do “material que fundamenta a exposição feita”, as reuniões ficariam reduzidas à assistência, “sem possibilidade de crítica e discussão”.<sup>753</sup> Registra-se, ainda, uma falha de comunicação da Subprefeitura quanto à data de uma das reuniões temáticas, o que acabou por esvaziar esta reunião e postergá-la, bem como a falta de confirmação em outra reunião.<sup>754</sup> Além disso, sequer o próprio arquivo eletrônico dos slides apresentados na Audiência Pública havia sido disponibilizado, naquele momento, para subsidiar as reuniões temáticas posteriores.

---

<sup>751</sup> ENTIDADES DIVERSAS [Ofício] 3 set. 2011, São Paulo [para] Miguel Luiz Bucalem (SMDU). 3p. Solicita documentos diversos de modo a subsidiar as discussões a respeito da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, pp. 84-86.

<sup>752</sup> ENTIDADES DIVERSAS [Ofício] 11 set. 2011, São Paulo [para] Miguel Luiz Bucalem e Lisandro Frigério (SMDU). 1p. Solicita documentos diversos de modo a subsidiar as discussões a respeito da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 87. Trata-se de “estudos detalhados de Capacidade de Suporte Viário no Perímetro e Região de Influência da OUCVS”.

<sup>753</sup> ENTIDADES DIVERSAS [Ofício] 6 out. 2011, São Paulo [para] Miguel Luiz Bucalem (SMDU). 2p. Solicita documentos diversos de modo a subsidiar as discussões a respeito da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 88.

<sup>754</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 89. Troca de mensagens eletrônicas entre pessoas da sociedade civil e Luiz Felipe de Moraes Neto (atual Subprefeito do Butantã, desde janeiro de 2013), que relata ter ocorrido “problemas com a rede” e que “vários e-mails não chegaram aos destinatários e alguns chegaram dias depois”, e que a reunião do dia 24/09/2011, sobre o tema “aspectos ambientais”, teria tido a presença de apenas “duas pessoas da sociedade civil”, e que nova reunião seria realizada “em data a ser agendada”. No entanto, até o final de outubro, consta que essa reunião temática não tivera sua data remarcada, conforme ofício das entidades. ENTIDADES DIVERSAS [Ofício] 28 out. 2011, São Paulo [para] Miguel Luiz Bucalem e Lisandro Frigério (SMDU) e Luiz Felipe de Moraes Neto (Subprefeitura). 2p. Solicita reagendamento de reunião temática sobre “Aspectos Ambientais e Áreas Verdes” no projeto da OUCVS. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 90.



Assim, a crítica feita a essas reuniões foi que “mais uma vez”, teria sido “negado o pleno direito de acesso aos estudos, documentos e informações”, e conseqüentemente “a plena participação da comunidade no processo de elaboração do projeto da OUCVS”; outra crítica foi quanto à ausência de registros em atas ou gravações, por parte da SMDU e da Subprefeitura, daquilo que fora discutido, além da ausência de qualquer “metodologia ou prazo para a realização de devolutivas às questões e propostas feitas pela comunidade”. Ainda, as justificativas dos representantes do poder público para a não disponibilidade desses documentos de embasamento para a comunidade seriam a ausência de tempo hábil para a discussão de extensos documentos e estudos, “alguns ainda em fase de elaboração”, já que “a disponibilização dos mesmos geraria polêmicas e dúvidas por parte da sociedade civil”. No entanto, esta alegação é dada como “insuficiente e pouco convincente diante de cidadãos” que batalhavam já havia seis anos “de forma organizada e em consonância com a legislação vigente”, sempre embasando-se em princípios do Estatuto da Cidade, “em busca da preservação da qualidade de vida, do meio ambiente urbano, dos valores e da identidade locais e do pleno exercício da cidadania”.<sup>755</sup>

Durante a apresentação, Reze destaca ainda que a Prefeitura poderia ter “contratado especialistas em como fazer processos participativos”, já que gastara “milhões de reais para fazer um projeto chamado SP 2040, contratando consultores internacionais [e] a Faculdade de Economia da USP para fazer um projeto embasado”,<sup>756</sup> mas não o teria feito porque,

---

<sup>755</sup> REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 92.

<sup>756</sup> “A elaboração de um plano de longo prazo para a cidade de São Paulo, cuja versão completa é agora oferecida à sociedade, marca o compromisso da Prefeitura Municipal de São Paulo com o planejamento. Isso significou um forte trabalho no sentido de orientar a gestão pública, em que pese a iminência dos desafios cotidianos, para a revisão dos problemas estruturais da cidade – que pedem uma estratégia de longo prazo para que a cidade ofereça qualidade de vida para todos. O presente plano marca também uma concepção de desenvolvimento da cidade marcada por uma governança compartilhada entre administração pública, sociedade civil e setor privado. Elaborado a partir de um amplo processo de consulta aos mais diversos segmentos da sociedade, o SP2040 procura fomentar um processo de planejamento estratégico que envolva a todos e que tem na Prefeitura o agente facilitador. Construir o futuro da São Paulo que queremos envolve a articulação de diferentes níveis e ciclos de governo, bem como a participação de todos os paulistanos. [...] Os resultados das consultas públicas reforçaram o conceito fundamental da iniciativa: a Cidade deve ter um plano de Estado e não apenas planos de governo. Ter um plano de Estado que oriente os planos de governo e a forma de harmonizar esse falso conflito, adotando uma estratégia de longo prazo para enfrentar os grandes desequilíbrios estruturais da Cidade. A superação desses desequilíbrios exige priorizar continuamente, durante décadas, políticas consistentes. Neste ponto reside a grande utilidade do plano. O SP2040 pretende servir de orientação sobre o futuro desejado, contribuindo para integrar, articular e reforçar as sinergias entre os planos e as decisões setoriais, de modo a assegurar o uso mais coerente e inteligente dos recursos da cidade. E, portanto, uma referência não somente para o Poder Público Municipal, mas para a sociedade, para outros níveis de governo e para o planejamento das ações dos agentes privados. Mais: e o instrumento adequado para atrair investimentos, promover parcerias, envolver governos, cidadãos, empresas e organizações de modo que trabalhem na mesma direção”. KASSAB, Gilberto e BUCALEM, Miguel Luiz. *Apresentação*. In: SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **SP 2040...**, 2012, pp. 4-6. Na Audiência Pública de 27/08/2011, Sérgio Reze fez o seguinte relato, a respeito desse projeto, se dirigindo ao próprio Miguel Luiz Bucalem. “Secretário, ontem, por uma feliz coincidência eu estive no Ministério Público, onde ocorreu a reunião... Tem um grupo de trabalho lá, multidisciplinar e multi-institucional, a respeito de questões urbanísticas, e já pensando no futuro Plano Diretor. E, na reunião de ontem, quem apareceu foi o Prof. Oswaldo Massambani. E aí, eu fiquei sabendo pelo Professor, que eu ainda não

segundo Reze, “não interessava politicamente, não interessava abrir, dar poder à população, para que a população decidisse o que ela deseja também”. Neste momento, apresenta o embasamento legal que teria motivado aquelas pessoas e entidades naquele percurso, como o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e o artigo 314 do Código Penal de 1940, que garantiriam o direito e o pleno acesso à informação, e alguns artigos do Estatuto da Cidade, em especial aqueles que garantiriam a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade” na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.<sup>757</sup> Segundo Reze, a apresentação de todo aquele longo histórico fartamente documentado, junto a essa legislação e, em especial, esses artigos, teria motivado ao Promotor Público Maurício Lopes a conversão do Inquérito Civil de 2007 em Ação Civil Pública.

No texto da referida ação civil, datada de 18 de novembro de 2011 e endereçada à 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, estava textualmente referido todo o percurso dessa apresentação documental e se asseverava que aquele histórico demonstrava “os obstáculos que têm sido encontrados pela sociedade civil organizada da região do Butantã, desde o ano de 2006, quando entidades iniciaram procedimentos” empenhando-se em “obter do Poder Público informações, estudos, esclarecimentos e efetiva participação na formulação, acompanhamento e execução do projeto da OUCVS”.<sup>758</sup> O texto da ação, citando a mesma legislação e artigos expostos na apresentação de Reze, ressalta que “a tendência da administração pública em sobrepor os seus atos ao consentimento do cidadão” viria a ser substituída “por novos modelos de gestão em que o papel do cidadão passa de mero espectador para colaborador ativo, co-gestor, prestador e fiscalizador”, já que após a

---

conhecia, que é uma autoridade em urbanismo e tal [...], ele está trabalhando com você na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. E o professor fez uma exposição, ele está responsável por toda, vamos dizer assim, de uma maneira sintética, pelo pensamento da cidade de São Paulo para daqui a 20 ou 40 anos, que é um trabalho que está sendo feito em conjunto com a USP, e também, sobre a questão do G-40 das cidades que se juntaram para discutir os problemas da metrópole. [...] Eu tenho um pedido. Secretário Bucalem, ontem eu fiquei muito entusiasmado com o que eu ouvi do Prof. Massambani. Vamos fazer um trabalho conjunto com a visão São Paulo 2040 e não com a visão apressada da Operação Urbana. Obrigado!” Mais detalhes a respeito desse projeto em: <<http://sp2040.net.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2013. Comentário: é deveras notável certas associações entre a universidade e o Estado...

<sup>757</sup> BRASIL. **Constituição (1988)**. Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]”, inciso XXXIII: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. BRASIL. Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 dez. 1940. **Código Penal**. Título XI (*Dos crimes contra a administração pública*), Capítulo I (*Dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Geral*), art. 314. “Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente: Pena - reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave”.

<sup>758</sup> SÃO PAULO (Estado). Ministério Público Estadual. **Ação Civil Pública contra a OUCVS**, 2011, p. 19.

Constituição de 1988, teria havido no país “uma tendência à proliferação de sistemas de gestão democrática, mediante a criação de conselhos, comissões, comitês”. Assevera, ainda, que “a democracia participativa tem como premissa o interesse básico dos indivíduos na autodeterminação política e concebe a formação de vontade política de baixo para cima, num processo de estrutura com a participação de todos os cidadãos”.<sup>759</sup> Selando a argumentação, afirma que a “Municipalidade de São Paulo” denegara “a participação popular em todas as fases da OUCVS, maculando definitivamente sua possibilidade de existir no mundo jurídico por foça de tal impedimento”.<sup>760</sup> Destarte, o texto requeria:

[...] deferimento de medida liminar antecipatória de tutela para *sustar toda e qualquer tramitação administrativa sem que se garanta a efetivação da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano relacionado à Operação Urbana Consorciada Vila Sônia*.<sup>761</sup>

Este pedido de liminar de sustação é prontamente deferida pelo juiz *Marcos de Lima Porta*, da 5ª Vara, advertindo a ré, a Prefeitura do Município de São Paulo, “do prazo de 60 dias para apresentar a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial”.<sup>762</sup> Não tardaria, então, para que a Prefeitura impetrasse *Agravo de Instrumento* “da decisão que concedeu tutela antecipada ao requerente na ação civil pública”, argumentando que “de impressionante leviandade, as assertivas causam espécie, e se perfilham em demanda cuja fundamentação na parece conduzir de modo congruente ao pedido”, já que a OUCVS estaria consagrada no PDE 2002 e PRE 2004, elaborados com “ampla participação popular” e que foram “efetivamente promovidas reuniões, audiências e debates, não apenas com as entidades ora patrocinadas pelo Ministério Público, como ainda com diversas outras de representatividade igual ou superior”. Mais ainda: o texto se refere ao “intenso [...] curso de tais eventos participativos no que precedeu o ajuizamento da demanda” e as “intenções” das “entidades nominadas na Exordial” em “exercerem influência irrestrita sobre o planejamento urbanístico, sendo a demanda antes a nódoa do inconformismo de interesses particulares contrariados que o fruto da combativa atuação de

---

<sup>759</sup> SÃO PAULO (Estado). Ministério Público Estadual. **Ação Civil Pública contra a OUCVS**, 2011, pp. 23-25.

<sup>760</sup> SÃO PAULO (Estado). Ministério Público Estadual. **Ação Civil Pública contra a OUCVS**, 2011, p. 26.

<sup>761</sup> SÃO PAULO (Estado). Ministério Público Estadual. **Ação Civil Pública contra a OUCVS**, 2011, p. 28. Grifos nossos.

<sup>762</sup> SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça da Comarca de São Paulo. **Decisão-Mandado**, 18 nov. 2011.

segmentos da sociedade civil”. Prosseguindo, aponta “a característica dialógica” do projeto como motivadora da “devolução do primeiro EIA-RIMA” pelo CADES em 2008 e que “a obliteração voluntária da visão do fenômeno” por parte das entidades que “vociferavam” ausência de participação “só se justificaria” pela “debutante noção de que a OUCVS teve gênese tão-só quando se iniciou o PRIOU, em 2006”. A certa altura, lista “todas as reuniões, encontros e eventos”, naqueles últimos sete anos, desde a “exposição pública de projetos de Operações Urbanas [...] no saguão do edifício Matarazzo, sede da prefeitura, com exposição de maquetes físicas e painéis”, em 2004, passando pelas reuniões de 2006, em março, com a ATOU, e em outubro, na Casa de Cultura do Butantã; cita-se também o “processo de licenciamento ambiental”, entre 2007 e 2008, a reunião no Parque da Previdência com a Rede Butantã, em agosto de 2009, uma reunião em abril de 2010 na Vila Sônia, a respeito de transportes públicos, a Audiência Pública de agosto de 2011 e as consequentes reuniões temáticas.<sup>763</sup>

Nessas descrições, o texto afirma as incorporações e “avanços alcançados” no projeto da OUCVS desde a reunião de agosto de 2009, como a elevação do percentual mínimo de 12 para 30% “para investimentos em programas de interesse social”, a inclusão de dois novos parques públicos e o “novo traçado proposto para a conexão viária norte-sul”. Adiante, insinua que “a ênfase posta pelo autor nas sucessivas ‘solicitações’ das entidades, apresentadas como irrespondidas” estaria encobrendo “o verdadeiro móvel”, ou seja, a intenção de “tais grupos” em “ditar os rumos do projeto, irredimidos com a acolhida de interesses difusos mais abrangentes”. Questionando “qual a razão para a abrupta interrupção do canal consensual e inauguração da via litigiosa, exatamente quando a colimada participação alcançara seu mais elevado grau”, o texto torna a argumentar que o incremento do perímetro da OUCVS entre 2004 e 2006 se devia a “interesses da coletividade em geral”, sendo “aí compreendidos os futuros habitantes dos bairros envolvidos” e que o Poder Público deteria a obrigação de atender aos “interesses das camadas hipossuficientes da população”, a quem se destinaria os 30% dos recursos arrecadados com a OUCVS, insinuando rispidamente que as entidades seriam portadoras da “síndrome” do *not in my backyard*.<sup>764</sup> Acusando tais entidades de “elitismo” e assumindo uma “defesa da população hipossuficiente”, o documento encerra argumentando que o efeito suspensivo da liminar teria

---

<sup>763</sup> SÃO PAULO (Município). Procuradoria Geral do Município. **Agravo de Instrumento**, 2011, pp. 3-17.

<sup>764</sup> SÃO PAULO (Município). Procuradoria Geral do Município. **Agravo de Instrumento**, 2011, pp. 15-31. Tradução: *não no meu quintal*.

gerado “insegurança entre potenciais investidores”, que seriam a “fonte dos recursos a serem aplicados em HIS, construção de parques e infraestrutura urbana” e que poderiam “ser afugentados também das demais operações urbanas em projeto”, sendo que a “insurgência de alguns grupos” atingiria “a sociedade como um todo”, ao “impedir a consecução dos objetivos de política urbana do Município”.<sup>765</sup> Assim, o texto requeria:

- 1) Ao Eminent Relator, que seja o agravo recebido e processado com a *atribuição de efeito suspensivo*, na forma do art. 527, III do CPC, permitindo-se a sequência do licenciamento ambiental e das reuniões de discussão do Projeto Urbanístico da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia, tendentes à elaboração do projeto de lei específica.
- 2) À Colenda Câmara, que seja o recurso ao final *provido*, desfazendo-se a medida antecipatória e se reconhecendo assegurada a participação democrática da comunidade [...].
- 3) *Subsidiariamente*, seja a decisão reformada para se esclarecer que meios tornariam efetiva a participação e, adotados pela Administração Municipal, desobstruiriam a tramitação da política urbanística em apreço.<sup>766</sup>

Passados os meses, em maio de 2012 foi publicado *Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*, negando provimento ao Agravo impetrado pela Prefeitura, onde se afirmava que “o princípio político da participação, que inclui as modalidades legislativas e judiciais, está diretamente referido à legitimidade das instituições democráticas”, de modo que esta participação tenderia “a aproximar o administrado de todas as discussões e decisões em que seus interesses estejam diretamente envolvidos”. Assevera, ainda, que “a implantação da OUCVS” seria “um instrumento de participação” e que, portanto, deveria “ser dada publicidade de seu teor e questionada pela população residente”, que inclusive poderia “obstar a instalação de equipamentos que causem impacto negativo” e confirma, após análise dos autos, que “a Municipalidade não ofertou a possibilidade de gesto participativa aos representantes da sociedade civil [...] sobre a OUCVS”.<sup>767</sup> Contrariando, ainda, o argumento da Prefeitura quanto à suposta inexecutabilidade do efeito suspensivo da liminar, dado o “estado avançado” do projeto da operação, o documento é contundente:

---

<sup>765</sup> SÃO PAULO (Município). Procuradoria Geral do Município. **Agravo de Instrumento**, 2011, p. 36.

<sup>766</sup> SÃO PAULO (Município). Procuradoria Geral do Município. **Agravo de Instrumento**, 2011, pp. 39-40. Grifos do autor.

<sup>767</sup> SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Acórdão**, 9 maio 2012, fls. 6.

Ademais, não há que se falar em impossibilidade do *cumprimento da liminar, sendo ela inexecutável*, uma vez que existem inúmeras formas de a Administração cumprir a determinação liminar. Uma delas é garantir à população e associações representativas acesso e tempo hábil para fazerem a necessária análise dos estudos, relatórios, documentos e informações sobre o objeto do encontro. A participação não é apenas receber panfletos e assistir *power point*; não é somente ser espectador. A participação da comunidade e das associações representativas, na formulação dos projetos (garantia prevista no artigo 2º, inciso II, do Estatuto da Cidade), *significa permitir à sociedade civil interferir diretamente no seu resultado*.<sup>768</sup>

Prosseguindo com a citação de trecho de uma obra do geógrafo Marcelo Lopes de Souza,<sup>769</sup> o texto conclui que não poderia “a Administração relegar os direitos dos habitantes da cidade sob o argumento do *jus imperi*”, ao qual caberia a Administração Pública “determinar a conduta da coisa pública e apenas informar como e quando bem entender os motivos de sua conduta, [informação] muitas vezes prestada após o fato consumado”.<sup>770</sup> Em 29 de agosto, sob “presidência da *MM. Juíza de Direito Dra. Cristiane Vieira*”,<sup>771</sup> ocorreu “audiência de instrução e julgamento, [...] com apresentação de memoriais pelas partes”, onde a Prefeitura, “estrategicamente”, segundo a apresentação de Reze, propôs um *acordo de conciliação* com o Ministério Público; em resposta, o Promotor Maurício Lopes, pediu o prazo de 90 dias “para o fim de serem realizadas reuniões e audiência pública com a população afetada”, já que “não poderia o Ministério Público substituir-se no natural direito da população afetada de decidir sobre a proposta ofertada pela Municipalidade”. Assim, o Promotor Público conclamava ao Movimento Defesa São Paulo “a deliberar sobre a proposta apresentada e, se possível, de modo fundamentado, com ata de reunião, lista de participantes e de inscritos à manifestação, áudio e/ou imagem”, apresentar as conclusões das reuniões realizadas até o dia 15 de outubro e “divulgar, desde

---

<sup>768</sup> SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Acórdão**, 9 maio 2012, fls. 7-8. Grifos do autor.

<sup>769</sup> “[...] sob pena de inconstitucionalidade e ilegalidade da ação governamental, não há dúvida de que a participação da população e das associações representativas de vários segmentos da comunidade é norma geral da qual o administrador municipal não pode se esquivar na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, projetos e programas de desenvolvimento urbano. Em outros termos, como concretização do 'direito à cidade' e exercício da democracia direta, a efetiva (nem meramente consultiva, em 'teatral') participação popular no planejamento e na gestão das cidades é um direito inalienável.” SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 33. Apud SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Acórdão**, 9 maio 2012, fls. 8.

<sup>770</sup> SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Acórdão**, 9 maio 2012, fls. 8.

<sup>771</sup> Conforme consulta de movimentações do processo nº 0043626-27.2011.8.26.0053, referente ao pedido de sustação da OUCVS, na página <<https://esaj.tjsp.jus.br/cpo/pg/open.do>>. Acesso em 17 fev. 2013.

já, a audiência pública designada para o dia 12 de novembro, às 19:00, em lugar a ser determinado na região da Vila Sônia”, de modo a realizar “debate entre todas as entidades e envolvidos para construção de resposta de acordo proposto pela Municipalidade”.<sup>772</sup>

Em que termos se deu, então, esse acordo de *conciliação* da Prefeitura? Consistia em disponibilizar o EIA-RIMA e Complemento no *site* da SMDU, até o dia 14 de setembro; “realização de reuniões de discussão do material disponibilizado” após cerca de 70 dias, com sugestão de data para a primeira reunião em 26 de novembro; estabelecimento de “meta para conclusão do processo de discussão a se iniciar em setembro de 2012”, com encaminhamento de EIA-RIMA e Complemento ao CADES e discussão de projeto urbanístico “no âmbito da CMPU e CTLU”, para fevereiro de 2013; e, finalmente, a realização obrigatória de audiências públicas após licenciamento ambiental no CADES.<sup>773</sup> Na opinião de Sérgio Reze e de todos os presentes que se manifestaram naquela reunião e nas seguintes, a proposta da Prefeitura consistiria tão-somente em retomar o processo exatamente do ponto de onde ele parou, ou seja, até a publicação da liminar em novembro de 2011. E o que parecia candente era a manutenção do ardiloso jogo da Prefeitura na manutenção das posturas verificadas desde outubro de 2005, quando se iniciaram as primeiras movimentações que foram longamente descritas aqui.

Para encerrar sua apresentação, Reze expôs duas reportagens: uma relacionando o “bom momento econômico” do Brasil à atração de capitais para o setor imobiliário e outra afirmando que “para setor imobiliário, casa sozinha vira ‘mico’”, ou seja, a desvalorização de casas unifamiliares que “resistem” ao constante assédio do mercado imobiliário no remembramento de lotes e na posterior verticalização, sobretudo em bairros mais atraentes ao setor imobiliário.<sup>774</sup> Logo após, fazendo referência à “crise na Europa e crise nos Estados Unidos”, expõe que “os fundos de investimentos de bancos estrangeiros [...] que antes tinham lá um retorno sobre um investimento alto” não os teriam mais, e que, a exemplo

---

<sup>772</sup> SÃO PAULO (Estado). Ministério Público Estadual. **Ofício PJHURB** n° 3441/2012 [para] Diretoria/Presidência do Movimento Defesa São Paulo. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 108.

<sup>773</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Proposta de encaminhamento**. In: REZE, Sérgio e REDE BUTANTÁ. **Documentos e histórico de solicitações...**, 2012, p. 110.

<sup>774</sup> IMÓVEIS atraem capitais. **O Estado de São Paulo**, 8 jan. 2012, p. A3. Neste editorial, consta que São Paulo teria se tornado a quarta cidade do mundo mais atraente para os investidores de imóveis e que “os investidores que escolheram o Brasil como um mercado muito atrativo não acreditam que exista aqui o risco de formação de uma bolha imobiliária”. Nesta mesma edição, ainda, consta o “otimismo do mercado” com o Brasil, que atraía, apenas naquela primeira semana de 2012, a quantia de US\$ 2,6 bilhões. CANCIAN, Natália et al. Para setor imobiliário, casa sozinha vira “mico” e VIZONI, Adriano. Construção se adapta a contorno de imóveis isolados. **Folha de São Paulo**, 25 set. 2011, pp. C3-C4. Essas matérias adicionam ainda um comentário sobre as “casas-ilha”, que diversificariam “a utilização” da cidade.

do que aconteceria desde o período colonial no Brasil, tais investimentos seriam expelidos “no quintal do Terceiro Mundo”. Assim, questiona: “será que vamos continuar vendo esse filme, nós vamos ser quintal do mundo, nós vamos ser quintal pra fundos de investimento de bancos estrangeiros, de aposentados estrangeiros?” e ainda “para eles garantirem uma renda de juros alta, destruindo nosso ambiente urbano, poluindo nosso ambiente, causando mais e mais dificuldades, como nós já temos aqui?”

Após essa bela exposição, e que nos prestou um inestimável serviço em organizar, sistematizar e expor toda a movimentação dessas entidades e movimentos nesse longo período, o discutido naquela reunião foi exatamente a posição a ser acordada entre os presentes, as entidades e população em geral do Butantã, para a realização da Audiência Pública, dali a um mês e meio, e para elaboração de documento final como resposta ao “acordo conciliatório” proposto pela Prefeitura. Martha Pimenta, retomando a palavra, demonstra preocupação quanto às populações mais empobrecidas direta ou indiretamente atingidas pelo projeto, afirmando que nas reuniões da Rede Butantã no Distrito Raposo Tavares teriam procurado “discutir especialmente o que atinja uma população que talvez tenha mais dificuldade de se posicionar, de se colocar, do que esta [população] que dá conta de fazer documento, de se colocar assim”. Além disso, revela queixas contra o excessivo adensamento, que não se sabe exatamente o quanto está ou não devidamente fiscalizado e dentro da legislação vigente, e que existe uma reivindicação de dez anos para construção de uma creche que atendesse “a comunidade São Remo”, ao que a Prefeitura sistematicamente respondia “não possuir terreno” para tanto, ao passo que são constantemente lançados empreendimentos em terrenos “livres” da região. Outra intervenção reclama das inúmeras vezes em que “a gente se pegou levantando todos os dados, informações, as nossas demandas, para apresentar ao Poder Público”, atribuição essa que seria dos próprios órgãos da administração pública. Lúcia Campos relata o trabalho de leitura e discussão do PRE 2004 empreendido no âmbito do CADES regional, afirmando que “o documento é estruturado através de eixos, existem eixos estruturadores, rede hídrica, transporte público, os polos de centralidades” e o que ligaria tudo isso, “dentro de uma instância de planejamento”, seria o “plano de bairro” e que não seria possível executar uma operação urbana democrática sem antes fazer esse plano mais localizado, que mostraria “as demandas locais”; relata ainda a “experiência piloto” de execução desse plano na Vila Madalena, com a mediação da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik.

Marcia Vairoletti, da *Associação de Segurança e Cidadania* (ASSEC), critica duramente o projeto da Linha 4-Amarela, taxando-o como “um dos piores projetos de



transporte que ocorreu na cidade de São Paulo”, com uma “parceria público-privada desastrosa desde o dia em que foi apresentada a licitação”, sendo uma linha “mal planejada, mal executada, mal monitorada”, ultrapassando “várias campanhas eleitorais e todo mundo apresentando a Linha 4 como um grande projeto para a região e ele não sai do papel”; cita ainda a incompletude das obras e a condução conjuntural motivada pela Copa de 2014 e motivando o projeto do monotrilho da Linha 17-Ouro. Diva Nunes, da COHAB Raposo Tavares, participante do movimento de saúde e da Rede Butantã, afirma ter participado da elaboração do PDE 2002 e que suas reivindicações sempre estiveram pautadas na questão da moradia e de transportes, problemas muito discutidos no DRT, como vimos no primeiro tópico deste capítulo. Surgem outras falas, como “um dos princípios da operação urbana é recuperar áreas degradadas e me parece que não Butantã não temos nenhuma área degradada”, e uma queixa quanto a um lançamento imobiliário de grande amplitude no Jardim Londrina, Distrito Vila Sônia, bairro este que seria “registrado em cartório” e não poderia “ser feito o que está sendo feito lá, que é uma degradação, com a autorização dos vereadores”. Renê Costa intervém afirmando que será preciso ter atenção quanto ao fato dos bairros “querendo se fechar, as ruas querendo definir o seu perfil, esquecendo a questão do coletivo, a questão do todo” e atentar para “as questões dos fluxos, do deslocamento dos carros, das pessoas, para acessar estações”, ao que Lúcia responde que na própria apresentação de slides da SMDU da OUCVS, na audiência de agosto de 2011, embora precária, existiam referências de estudos de transporte que não foram disponibilizados e que era preciso garantir o acesso à integralidade de tais estudos.

Após outras intervenções, Sérgio Reze retoma o foco, “pensando na Ação Civil”, já que se a prefeitura fizera uma proposta, “nós vamos dizer a nossa contraproposta”, e que não seria relativo ao “desenho da operação urbana”, mas quanto ao conceito de “participação popular”, o que aquele coletivo iria deliberar após reuniões em seus respectivos bairros ou com as entidades. A reunião seguinte, para acertar esses detalhes e as preparações para a audiência de novembro, estava marcada, então, para o dia 16 de outubro. No entanto, dias antes dessa reunião, foi publicado um Decreto de Utilidade Pública visando à desapropriação de “imóveis particulares situados no Distrito de Vila Sônia [...] necessários à implantação de terminal rodoviário”, situados numa área de 16.988 metros quadrados.<sup>775</sup> Esta seria mais uma das lutas a serem incorporadas ao processo contra a OUCVS: a provável desapropriação de 74 imóveis no entorno do Pátio de Manobras do

---

<sup>775</sup> SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 53.451, de 1 out. 2012. Caput.

Metrô na Vila Sônia, para a implantação de um terminal rodoviário com 250 partidas diárias de ônibus interestaduais e a circulação de 28 mil passageiros por dia, um terço dos usuários da Rodoviária do Tietê.<sup>776</sup>

A reunião do dia 16 de outubro de 2012 iniciou-se com a rememoração do apresentado e discutido na reunião anterior e a acolhida quanto à recém-surgida questão do Terminal Rodoviário da Vila Sônia, bem como a necessidade de definição do local para a realização da Audiência Pública do mês seguinte, definida posteriormente na Casa de Cultura do Butantã. Sérgio Reze apresenta algumas notícias sobre a superlotação da Linha 4-Amarela, a condição essencial para a OUCVS, e sobre um estudo que mostra o elevado número de potenciais desapropriados devido às intervenções em São Paulo, estimado em 100 mil pessoas, e ainda sobre as tentativas do Governo do Estado de São Paulo em usar legislação da década de 1940 para economizar com as desapropriações de imóveis comerciais.<sup>777</sup> Outra senda de notícias mostra o desamparo de famílias removidas por operações urbanas em São Paulo, a coincidência entre os vários incêndios em favelas e os perímetros de operações urbanas em execução ou em projeto, o financiamento de construtoras na campanha de vereadores participantes de CPI dos incêndios em favelas e, finalmente, um anúncio de que construtoras investem em “bairros planejados” em grandes terrenos vazios em lugares mais “valorizados” da cidade.<sup>778</sup> Após as considerações sobre esse noticiário, onde o anúncio desses grandes empreendimentos (bairros “privativos”) aliado às “áreas de incêndios nas favelas, operações urbanas e [à] necessidade de se conseguir grandes porções de território na cidade, que estão escassas, você monta um quebra-cabeça que é muito perverso”. Adicionaria que mostram, cruamente, as estratégias do espaço e seu campo de contradições, dentro de uma lógica constante da *varredura* ou ainda de uma *destruição criativa*, como já salientamos em outras partes deste texto.

---

<sup>776</sup> VALLE, Caio do. Rodoviária na V. Sônia exigirá 74 remoções. **O Estado de São Paulo**, 3 out. 2012, p. C5.

<sup>777</sup> GARCIA, Janaina. Um mês após ampliar horário, linha amarela do metrô registra lotação e desorganização. **UOL Notícias**, 29 jul. 2011. RIBEIRO, Bruno. Governo do Estado recorre a ônibus grátis para desafogar trem e metrô. **O Estado de São Paulo**, 20 set. 2012, p. C1. RIBEIRO, Bruno e COSTA, Nataly. Lotação da Estação Paulista já supera, proporcionalmente, a da Sé. **O Estado de São Paulo**, 27 abr. 2012, p. C1. SOUZA, Jéssica Santos de. Já lotada, Linha 4 do Metrô-SP ganha novas estações e promessa de mais usuários. **Rede Brasil Atual**, 15 set. 2011. OJEDA, Igor. Remoções podem afetar mais de 100 mil pessoas em São Paulo. **Carta Maior**, 4 out. 2012. LEAL, Carolina e BENEVIDES, Bruno. Advogados tentam evitar desapropriações “a jato”. **Folha de São Paulo**, 29 set. 2012, p. 1. Caderno Cotidiano 2. Trata-se do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 1941.

<sup>778</sup> BRITO, Gisele. Desamparo segue famílias removidas por operações urbanas de São Paulo. **Rede Brasil Atual**, 30 set. 2012. FERNANDES, Sarah. Mapa revela “coincidência” entre favelas incendiadas e operações urbanas de SP. **Rede Brasil Atual**, 28 set. 2012. NASSIF, Fábio. Membros da CPI dos Incêndios em Favelas são financiados pelo setor imobiliário. **Carta Maior**, 27 set. 2012. MATOS, Carolina. Construtoras investem em bairro planejado. **Folha de São Paulo**, 14 out. 2012, p. B5.

Marion Lautenberg, da City Butantã, afirmou a posição de não concordância da entidade daquele bairro com os termos do acordo conciliatório da Prefeitura, reforçando que os empreendimentos consumidos em áreas de operações urbanas, pela venda de CEPAC's, são “sempre de luxo, para que o retorno financeiro da operação seja interessante para os investidores” e que “a necessidade de habitações populares ficam anunciadas, mas sempre proteladas e usualmente preteridas, como [...] já se viu em todas as demais operações urbanas que ocorreram e ocorrem na cidade”. Cecília Pellegrini, representando o Morro do Querosene, afirmou que a entidade daquele bairro não concorda com a discussão do projeto da OUCVS somente a partir do EIA-RIMA, e que esta discussão deveria ser completamente refeita, desde o início da concepção do projeto; além disso, afirma que sua entidade deliberou que a situação de “poucas estações de metrô” aliado ao discurso da “cidade compacta” e do corolário adensamento no entorno da Estação do Butantã, a única em funcionamento até então, não condiria com a já verificada saturação daquele ponto, e que se deveria, então, estender as estações de metrô para onde moram as pessoas, não trazer as pessoas para perto das poucas estações de metrô existentes.

Martha Pimenta, tomando a palavra, retomou sua preocupação com a divulgação desses dados e informações a respeito da OUCVS para a população do Jardim Jaqueline, que supostamente seria beneficiária do plano de investimentos da operação. Afirma que, na reunião seguinte da Rede Butantã, no *Centro de Triage* no próprio Jaqueline, teria como pauta a discussão específica desse projeto e suas implicações para aquela localidade, e que “a Rede Butantã tem uma metodologia de disseminação do debate, na tentativa de ampliar a participação popular”, que ela considerava ser “interessante para gente fazer também e [enviar] para o Ministério [Público]”. Lúcia Campos, tomando a palavra, relatou mais uma vez o plano de estudos, no âmbito do CADES regional, do PRE 2004, e colocou a possibilidade da operação urbana funcionar, hipoteticamente, como disciplinadora e promotora do planejamento real da área, o que só se daria com efetiva participação popular; prosseguindo, cita a necessidade de regulamentação dos Conselhos de Representantes e o estudo sistemático dos PRE regionais, onde constariam vários mecanismos de participação. Após várias intervenções, muitas delas demonstrando dúvidas e tecendo algumas considerações quanto ao que se entenderia como “participação popular”, pareceu ser um consenso entre os participantes daquela reunião de que seria tarefa primordial do Poder Público oferecer esses canais e metodologias de participação. Neste momento, entra em discussão a Rodoviária da Vila Sônia.

Jean Briant, morador da região, afirmou que a fonte inicial de informação a respeito do projeto do terminal rodoviário fora o Jornal do Butantã, logo no início de 2011. Em março daquele ano, publica-se uma reportagem anunciando a construção de “nova rodoviária” e estampando um mapa das “quadras que poderão sofrer desapropriações”.<sup>779</sup> Naquele momento, Jean relata ter entrado em contato com a Subprefeitura, onde a ausência de informações teria motivado a organização de um abaixo-assinado, posteriormente encaminhado à Secretaria de Transportes; novamente, diante da falta de respostas por parte dessa secretaria, o passo seguinte foi procurar o Ministério Público. Levantaram-se, então, os questionamentos a respeito da real necessidade de um terminal rodoviário naquela região, a viabilidade do projeto devido à já saturada infraestrutura viária local e a promessa da SPTrans, na Audiência Pública sobre mobilidade na Raposo Tavares, ocorrida na Câmara Municipal de Vereadores em junho de 2012, em não efetivar desapropriações na região da futura Estação Vila Sônia, conforme apontado no Capítulo 2 desta Tese. André Briant, também morador da região e filho de Jean, relatou o vínculo desse terminal rodoviário com o de Itaquera, aliado a um suposto plano de “descentralizar os ônibus” que transitam pelas marginais; relata, ainda, que a execução dessa “nova rodoviária” consumiria R\$ 450 milhões e que seria necessário discutir o local e a real necessidade desse terminal. Eduardo, outro morador da região, relatou que existem estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que demonstravam circular entre as duas marginais 890.000 veículos e que as rodoviárias de Itaquera e Vila Sônia retirariam apenas 3.000 veículos, e que mesmo quanto à localização das desapropriações, a Prefeitura se recusava a divulgar os mapas constantes no DUP. O mais interessante é que um veículo da “grande imprensa” detivesse, com tanta precisão, o local “exato” do novo terminal rodoviário!<sup>780</sup> Várias manifestações depois, quanto a encaminhamentos e outras questões, define-se data e local para a reunião específica do grupo que discutiria a mobilização contra a Rodoviária da Vila Sônia: 24 de outubro, na Igreja Nossa Senhora de Fátima, mesmo local daquela primeira reunião indicada no início deste Capítulo.

Encerrando a reunião e após a resolução de todos os encaminhamentos daquela reunião, toma a palavra Heitor Tommasini, diretor do Movimento Defenda São Paulo,

---

<sup>779</sup> SILVA, José Benedito da. Com passageiros em queda, SP pode ter nova rodoviária. **Folha de São Paulo**, 6 mar. 2011, p. C10.

<sup>780</sup> SILVA, José Benedito da. Kassab desengaveta projeto para duas novas rodoviárias. **Folha de São Paulo**, 8 jun. 2012, p. C3. Na mesma edição, uma crítica ao projeto das duas rodoviárias, lembrando que o terminal Bresser fora fechado em 2001, por estar “às moscas”. SOUZA FILHO, Altair Moreira de. São Paulo não precisa de mais rodoviárias. **Folha de São Paulo**, 8 jun. 2012, p. A3.

relatando sua experiência com a elaboração de plano de bairro no Jardim da Saúde, em 1997, cujo trabalho estivera exposto da IV Bienal de Arquitetura, entre novembro de 1999 e janeiro de 2000, e culminando com seu tombamento no *Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo* (CONPRESP) no ano de 2002. Relata ainda que seria preciso que aqueles movimentos e entidades também considerassem a instância do Governo do Estado de São Paulo, que, segundo sua avaliação, “não discute nada com ninguém” e “não discute nem com a Prefeitura, eles simplesmente apresentam o projeto”. Além disso, mencionou que a rodoviária estaria certamente relacionada a outros projetos “megalomaniacos”, em uma sequência de obras: sextuplicação da Rodovia Raposo Tavares, bombeamento de água do Vale do Ribeira para a Grande São Paulo e outros megaprojetos que serviriam de alocação de capital ocioso de investidores estrangeiros. Seria, assim, um conjunto de “más intenções”, já que estariam sendo divulgadas e apontadas como “bandeiras políticas” se realmente fossem “boas intenções”. Afirmou, ainda, que os “conceitos” de operação urbana, “absolutamente infundados”, não foram previamente discutidos com a sociedade e que, em certa reunião, um presidente do SECOVI teria afirmado que ele próprio teria “trazido o ‘conceito’ de operação urbana” e entregue à Prefeitura... Tommasini asseverou, ainda, que os EIA-RIMAs, que deveriam servir para que a população compreenda de fato o resultado daquele empreendimento proposto, só estariam servindo para ratificar as vontades do Executivo. Criticou também a falta de cuidado e de metodologia e mesmo regulamentação para a realização de Audiências Públicas, que jamais deveriam servir tão-somente a exposições por parte do Poder Público. Reafirmou o que estava sendo discutido desde 2005 por aquelas entidades e movimentos, especialmente a partir da reunião de 29 de setembro de 2012, que seria preciso construir, de fato, novos modelos de participação, ainda inexistentes, contudo necessários, de modo a atender essas demandas que estavam se agigantando nesse processo. Para embasar esse diálogo, cita a Resolução nº 25 do Ministério das Cidades, de 18/03/2005, onde se orienta e recomenda procedimentos na elaboração de planos diretores municipais, enfatizando sobremaneira o viés da participação popular. Não me proponho, neste texto, a abstrair um pretense *conceito* de participação popular, já que a pergunta “o que é participação popular” poderia ser menos potente do que o questionamento “como se daria essa participação popular”, este talvez já incluindo a própria materialidade do processo; isso se evidenciará, de modo mais acurado, na Audiência Pública a qual servirá de mote ao encerramento deste tópico.

Em 12 de novembro de 2012, enfim, chega o momento do encontro entre as entidades e o Promotor Público, de modo a definir a resposta ao acordo conciliatório com a Prefeitura. Diante de uma plateia de cerca de 200 pessoas e contando com a presença do Subprefeito Daniel Rodrigueiro, o Promotor Maurício Lopes afirma que a OUCVS seria a “única operação urbana que não saiu do papel na cidade de São Paulo e por força exclusiva da forma como a sociedade local se mobilizou e documentou a ausência dessa efetiva participação popular” e que aquela decisão judicial de embargo da OUCVS seria “um ponto de honra, um paradigma” para o próprio Ministério Público, já tendo motivado, inclusive, “outras ações” que formariam jurisprudência no caso específico da “participação popular”. Além disso, referendou e justificou sua decisão no tocante ao acordo conciliatório proposto pela Prefeitura diante da juíza, pela solicitação do prazo de 90 dias, asseverando que “não poderia [se] sobrepor à vontade e à decisão” das entidades reclamantes e que, inclusive, estaria em desacordo, pessoalmente, com os termos daquele acordo conciliatório. Mais adiante, descrevendo a proposta desse acordo da Prefeitura e avaliando que esta seria mais uma artimanha sua para imposição do projeto “do jeito que ele está hoje”, afirmou se constituir aquele “um acordo entre a corda e o pescoço”. Logo após, chama a palavra para “os autores da formação intelectual desta Ação pelo Ministério Público”, a *Rede Butantã*, representada por *Martha Pimenta* e o *Movimento Defenda São Paulo*, representado por *Sérgio Reze*.

Sérgio Reze, iniciando a fala, reafirmou os pressupostos legais de embasamento à participação popular quanto às políticas urbanas e as dificuldades encontradas naquele trajeto, conforme já colocado em outras reuniões. Cita também uma reportagem onde Ana Fani Carlos afirmava que “operação urbana é uma ideia dos anos [19]80” e que “essa ideia era usada para verticalizar, [e que] até [haveria] adensamento, mas ele se faz em detrimento da população que aí morava”.<sup>781</sup> Martha Pimenta apresenta a Rede Butantã, as suas reuniões mensais entre fevereiro e dezembro, “sempre abertas, justamente para que possa ter um canal aberto, constituído pela sociedade civil, para interlocução com o governo”, onde as 30 ou 40 pessoas que participam regularmente dessas reuniões seriam, em geral, “lideranças da região [...] que repassam essas questões discutidas na reunião para os seus locais de atuação”; adiciona ainda que “a Rede Butantã não tem um estatuto, um contrato, uma diretoria” e que isso inclusive teria sido discutido e deliberado várias vezes pela própria

---

<sup>781</sup> OPERAÇÃO urbana é uma ideia dos anos 80. Entrevista com Ana Fani Alessandri Carlos. Revista São Paulo. **Folha de São Paulo**, 4 a 10 nov. 2012, p. 22.

Rede, já que seu objetivo não seria “angariar fundos [ou] apresentar projetos que necessitem de financiamento” e assim se constitui enquanto “um espaço de organização” e que primária pela “horizontalidade”, sem “nenhum padrão hierárquico”.

Logo após intervenção do Promotor, no sentido de organizar as falas seguintes na Audiência, tomou a palavra Márcia Vairoletti, listando a plêiade de obras e projetos paralelos à OUCVS, da própria Prefeitura e de outros níveis de governo, e a falta de integração entre eles, asseverando que restaria da OUCVS tão-somente “um EIA-RIMA ultrapassado, que não tem mais sentido, [...] um mapinha que tem um traçadinho vermelho, que diz que é a área de abrangência da operação”, além de “um texto que está totalmente desatualizado” e que “a única coisa que resta à OUCVS é um carimbo de ‘arquivado’”. Lucila Lacrete refaz o histórico das operações urbanas em São Paulo, desde a Lei do Desfavelamento (Operações Interligadas), de 1986, até as operações mais recentes, criticando seus resultados negativos, com “metros quadrados construídos, congestionamento, esgotamento do solo urbano, sem a correlata melhoria urbanística, [...] sem a geração de uma cidade e de um bairro urbanisticamente e ambientalmente qualificados”. Ros Mari Zenha ressalta a falta de participação da comunidade desde a elaboração do PRIOU, entre 2004 e 2005, até a apreciação, análise e avaliação do EIA-RIMA no CADES, no final de 2008. O arquiteto Luiz Carlos Costa, aquele que participara ativamente dos seminários sobre *Solo Criado* em 1976, aparecendo também como a primeira autoria do termo “operação urbana” no Brasil em publicação daquele mesmo ano, conforme indicado no Capítulo 2 desta Tese, toma a palavra e cita a “operação urbana La Défense”, em Paris, como sendo de “grande impacto” e “grande sucesso”, e que seria o paradigma, a partir do final da década de 1950, para as outras políticas semelhantes nas cidades dos países centrais; logo após, narra sua experiência na EEMPLASA na década de 1970 e o surgimento do interesse do setor imobiliário nas operações urbanas, encerrando sua fala apoiando e comemorando o pleito da “participação popular”.

Lúcia Campos expôs sua experiência teórica e prática no campo da “participação popular” em diversos contextos de sua trajetória profissional, incluindo este tema em sua já concluída pesquisa de Mestrado. Indica algumas obras e referências teóricas nesse campo, incluindo dois autores brasileiros e estadunidenses<sup>782</sup> especialistas desta seara, lembrando

---

<sup>782</sup> BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. 2ª ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. ARNSTEIN, Sherry. **Uma escada da participação cidadã**. Tradução de Markus Brose. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/fileview/607/>>, na página da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL), associação muitas vezes citada por Lúcia tanto em reuniões quanto na

a experiência de elaboração de plano de bairro participativo na Vila Madalena, que estava ocorrendo naquele momento. Encerrando, afirmou que “a Prefeitura deveria possibilitar a capacitação de atores nas comunidades, de modo a criarmos estrutura institucional para instituição de oficinas de projetos e planejamento participativo”, junto ao poder local das subprefeituras. Nabil Bonduki, recém-eleito vereador naquele momento, afirmou que a “reestruturação e requalificação”, conforme previstas no PDE 2002 para o perímetro da OUCVS, não requereriam, necessariamente, a execução de uma operação urbana, e que esse instrumento, “um meio”, estaria sendo utilizado excessivamente como “um fim”, e que, naquele momento, diante “do atraso de todo o processo, pela não implementação do Plano Diretor”, a operação urbana teria perdido “a sua razão de ser”; encerrando, afirma que diante do momento de “mudança de administração” e de “repensar o desenvolvimento da cidade” por conta da obrigatória revisão do PDE em 2013, a OUCVS deveria “seguir esse novo calendário e não o calendário antigo”. Pedro Guasco lembrou a árdua trajetória de organização de reuniões nas comunidades e ressaltou que mesmo as discordâncias e interesses diversos se uniram contra o projeto da operação, e que seria necessário, a partir daquele momento, “para a gente pegar esse processo, com bastante maturidade, que a gente não vai chegar numa unanimidade, porque algumas intervenções serão necessárias e nem tudo vai agradar a todos”.

Renato Astray apresenta algumas informações a respeito da Rodoviária da Vila Sônia, onde um projeto de terminal de 1.000 metros quadrados teria sido convertido em 27.000 metros quadrados, maior ainda que o Terminal Barra Funda; além disso relata que o original custaria R\$ 1.000.000,00, enquanto que o último estaria orçado em R\$ 126.000.000,00, e que as informações prestadas pelo Poder Público são sempre vagas e imprecisas, questionando porque os jornais teriam informações mais privilegiadas nesse sentido. Neste momento, o Promotor Maurício declarou que incorporaria o pleito contra a construção da Rodoviária da Vila Sônia à Ação Civil Pública da OUCVS, de modo independente ao Inquérito Civil aberto em outra instância do próprio Ministério Público. Ao final da audiência, Renata Esteves efetiva leitura de carta, assinada pelas entidades presentes, onde se consideram as decisões judiciais nas duas instâncias que deram causa às próprias entidades e considera-se também que o acordo conciliatório da Prefeitura:

---

entrevista concedida em 20/11/2012. Acesso em: 11 mar. 2013. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo**. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA/Ministério das Cidades, 2004.



[...] visa claramente não reiniciar a análise da operação urbana desde sua fase inicial, mas apenas prosseguir, a partir da disponibilização do EIA-RIMA, convalidando todos os projetos já formulados unilateralmente pela Prefeitura, sem participação popular e com fundamento em dados colhidos em 2007, e só permitir essa participação daqui pra frente, quando a Municipalidade já pretende praticamente iniciar sua fase de execução, o que significa desconsiderar os preceitos e direitos até agora conquistados na referida Ação Civil Pública.

Assim, considerando também que “as necessidades de habitações populares, prementes em algumas áreas da região, ficam anunciadas nas operações urbanas, mas sempre proteladas e usualmente preteridas”, a exemplo das operações urbanas passadas e presentes, o texto final resultado dessa audiência afirma que *“as sociedades, associações e entidades da região que esta subscrevem, deliberaram se manifestarem contrariamente ao acordo apresentado pela Prefeitura Municipal de São Paulo”*, entendendo ainda que o processo de revisão do Plano Diretor imporia nova reavaliação daquele projeto e que, “se for deliberada sua realização”, que se fizesse “utilizando-se de dados atualizados [e] obedecendo-se todos os procedimentos de participação popular”, desde a concepção inicial do novo projeto, conforme legislação vigente ratificada pelas decisões judiciais apontadas. E assim, pareceu encerrar-se esse longo processo, o que parece ter dado vazão a novas discussões neste ano que se inicia (2013), com uma nova gestão em âmbito municipal e com novas demandas abertas à discussão e ao debate, centradas, talvez, no processo de revisão do PDE 2002.

Mais um desses editoriais que aparecem sem assinatura em veículos da “grande imprensa” publica, no último dia de 2012, que o adiamento “por tempo indeterminado” de licitação de “15 obras viárias importantes destinadas a melhorar o transporte público na capital”, o que incluía o Terminal Rodoviário da Vila Sônia, seria “mais um caso de judicialização da administração pública”, com a participação do Ministério Público Estadual. Citando a insatisfação e a não-concordância exposta por moradores das imediações desse terminal rodoviário, inclusive devido à subutilização dos terminais rodoviários já existentes, o editorial afirma que “não parece razoável que a Prefeitura tenha cometido um erro tão grosseiro na avaliação da capacidade dos terminais, em especial o do Tietê”. Adiantado o raciocínio, o texto afirma que “fala-se muito em participação popular”, que “virou moda” e que “até agora não se determinou com precisão como ela deve se dar na prática”. Põe em dúvida se seria preciso ouvir associações de moradores e se estas de fato representariam “a maioria”, além de questionar: “se prefeito e vereadores foram eleitos para

governar e legislar, por que essas consultas, esses plebiscitos?” Encerra a nota remetendo a outro artigo, onde estaria asseverado que “o povo elege o governante e o governante governa”, e que “se governa mal, o povo, em eleições democráticas periódicas, removerá [...] o governante que lhe desagrade”, já que o Poder Judiciário não poderia “servir de trampolim para o exercício arbitrário e ilegítimo do poder político por quem não foi eleito”.<sup>783</sup>

Talvez a primeira questão que se coloque o leitor, sobretudo após todas as páginas desta Tese que demonstraram as tentativas da sociedade civil em participar dos rumos de sua cidade, questionando a OUCVS e seus projetos corolários, bem como até mesmo formas de constituir associações, organizações ou entidades que, de algum modo, pudessem “empoderar” esses cidadãos, seria “*por que a insistência em formas tão autoritárias, por parte desse Estado, de fazer política*”? É uma questão um tanto quanto complexa, ampla, e que conduziria a raízes muito mais profundas no campo da Filosofia Política ou ainda da própria Ciência Política, quando se questiona ou se problematiza a representação, a constituição do Estado, uma Teoria do Estado e do Direito etc. Enfim, são inúmeras áreas do conhecimento que se debruçam há tempos nesses princípios do poder público e da administração pública no contexto moderno.

No entanto, não pretendo apontar respostas definitivas, e sim outros questionamentos a respeito dessas formas, talvez algumas hipóteses. O trabalho de Thamy Pogrebinschi disserta a respeito do conteúdo eminentemente político da obra de Marx, numa rara concepção refutadora do pretense “corte epistemológico” entre o “jovem” e o “maduro” Marx, ou ainda entre o “filósofo”, o “político” e o “econômico”.<sup>784</sup> Ao que parece, a unidade da obra de Marx é restituída exatamente de modo a potencializar a compreensão dos termos do “enigma do político” no interior de sua obra. Apresentando seu texto, Pogrebinschi afirma que:

Este livro busca fazer da crítica marxiana da política uma afirmação da essência do político. Denominarei essa tarefa projeto dialético de negação criadora. Isso consiste, de certo modo, em submeter a obra de Marx ao princípio hegeliano da negação. Assim como a filosofia só poderia ser

---

<sup>783</sup> JUDICIALIZAÇÃO da administração. **O Estado de São Paulo**, 31 dez. 2012, p. A3.

<sup>784</sup> “A interpretação restrita (sectária) que separa o marxismo das suas origens e que, ao mesmo tempo, separa da sua formação e da sua história o marxismo constituído, perde assim uma riqueza filosófica infinitamente preciosa. Todo o marxismo fica mutilado. Juntando de modo unilateral a filosofia à ciência, acaba-se por não se compreender como esta ciência se liga à filosofia, como ela se enriquece com o contributo da filosofia (quer dizer, como os temas filosóficos passam para a obra económica, histórica e política de Marx).” LEFEBVRE, Henri. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**, 1975, p. 26.

realizada pela negação da filosofia, a política só pode ser compreendida – e realizada – pela negação da política. Chamarei, portanto, de “o político” a negação marxiana da política. Ao promover um *Aufhebung* do pensamento de Marx, busco perguntar: no processo da negação da negação, o que se afirma? Ao transcender-se a política, quais conteúdos são preservados que possibilitam pensar o político? Como o político pode constituir-se em uma unidade de opostos, a partir da política?<sup>785</sup>

Assim, pensar a política, esta ainda entranhada aos ditames da modernidade, incluiria necessariamente o seu vir-a-ser, pela sua supressão, rumo ao político. Deste modo, não pareceria a Marx ser suficiente “conquistar o poder”, já que “derrubar o governo”, sobretudo após sua experiência analítica em relação à Comuna de Paris de 1871 se diferenciaria de “derrubar o Estado”, esta última acepção tornada mais potente no pensamento político marxiano. Como se realizaria esse projeto? Pogrebinschi já o revela desde o início: seria o *desvanecimento* do Estado, ou seja, a superação da separação moderna entre a “força social de si” dos homens (da “sociedade civil”, digamos assim) e o “poder político”, essa figura tornada abstrata e erigida acima de toda a sociedade. Deste modo, “é essa unidade entre o homem e o social que o político – e não a política – expressa”.<sup>786</sup>

Como se daria, então, esse desvanecimento do Estado? Em seu texto se aponta que o Estado seria abolido “na medida em que e uma vez que o Estado abole a si mesmo”, já que “a contradição que define o Estado em oposição à sociedade civil é o fundamento de sua própria abolição” e que “o Estado moderno consolida-se por meio daquela contradição e erige-se sobre esse fundamento, de modo que o desvanecimento é seu destino inexorável”.<sup>787</sup> E um debate derivado dessa concepção adviria de uma das críticas de Marx a Bakunin, onde o primeiro assevera que “o fim do Estado não pode ser imediato e não pode, sobretudo, ser desvinculado de condicionantes econômicas e sociais”, já que “seria leviano fazer como os anarquistas e defender pura e simplesmente o fim do Estado, sem que essa postulação estivesse associada a outros movimentos históricos”, a saber, “o fim da divisão do trabalho e a eliminação da propriedade privada”. Assim, no pensamento marxiano, conforme exposto por Pogrebinschi, “a abolição do Estado não deveria ser a primeira palavra da revolução, mas a última” e “o Estado não precisa ser abolido para que então a revolução seja

---

<sup>785</sup> POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político...**, 2009, pp. 19-20.

<sup>786</sup> POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político...**, 2009, p. 32.

<sup>787</sup> POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político...**, 2009, pp. 48-49.

feita, mas a própria revolução tem como fim – tanto no sentido de finalidade como no sentido de estágio final – a abolição do Estado”, visto que “a revolução acontece para que o Estado seja abolido, pois só assim a divisão do trabalho, a dominação de classe e a propriedade privada serão também abolidas”.<sup>788</sup>

O caminho para a revolução, portanto, não é imediato e sequer apreensível por intermédio de uma ação destituída da materialidade das relações sociais, do dado, do estabelecido e de suas virtualidades no próprio campo do político. Neste ponto, Henri Lefebvre nos adverte a respeito do contexto em que viveu o próprio homem Karl Marx, já que sua “obra e pensamento” não poderiam jamais “separar-se da sua acção, das suas lutas, das polémicas que sustentou contra os ‘ideólogos’ do seu tempo”,<sup>789</sup> considerando ainda que:

A vida tempestuosa de Marx, revolucionário perseguido, escorraçado de sua pátria, condenado ao exílio, permitiu-lhe confrontar todas as ideias de uma época de profunda fermentação teórica, social e política. Foi assim que pôde compreender e fundir num só corpo de doutrina o materialismo francês do século 18, a tradição francesa de pensamento racional e o socialismo francês do século 19, com a filosofia alemã no seu apogeu (hegelianismo) e a economia política inglesa ‘clássica’.<sup>790</sup>

Nada de separações ou “cortes epistemológicos”: o marxismo, ou melhor, o materialismo dialético nada mais seria do que, segundo Henri Lefebvre, uma “concepção de mundo”, assim como a outras duas grandes concepções de mundo, a “cristã” e a “individual”. No campo metodológico, o materialismo dialético consistiria em “adotar de modo coerente o *método dialético*”, ou seja, “estudando uma realidade objetiva determinada, [analisando] os aspectos e os elementos contraditórios dessa realidade”, distingue-se tais aspectos ou elementos, “sem negligenciar seus liames, sem esquecer que se tratava de uma única realidade”, refaz-se a sua unidade, isto é, “no conjunto de seu movimento”.<sup>791</sup> Essa discussão remete àquela da Introdução desta Tese, onde o movimento implica o *entrelaçamento dos espaços sociais*, reconhecendo própria a *negatividade*, a contradição como motor do desenvolvimento das forças produtivas e do sentido do político.

---

<sup>788</sup> POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político...**, 2009, pp. 81.

<sup>789</sup> LEFEBVRE, Henri. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**, 1975, p. 99.

<sup>790</sup> LEFEBVRE, Henri. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**, 1975, p. 101.

<sup>791</sup> LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**, 2009, p. 30.

O político, o movimento, o materialismo dialético e a práxis. Em carta escrita a W. Bracke, em maio de 1875, Marx afirma que “cada passo de movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”.<sup>792</sup> Na sua *Crítica do Programa de Gotha*, texto que reunia “um conjunto de notas de Marx ao texto do projeto de unificação dos partidos socialistas alemães numa única agremiação operária”, onde o autor “denuncia um recuo liberal na plataforma, que seria apresentada naquele mesmo mês e ano na cidade de Gotha, e a submissão dos socialistas revolucionários aos ‘revisonistas’ lassallianos”,<sup>793</sup> consta que:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então *o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’.*<sup>794</sup>

Além disso, afirma que “o socialismo vulgar” herdara da “economia burguesa” o procedimento de “considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de

---

<sup>792</sup> Carta de Marx a W. Bracke, 5 maio 1875. In: MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**, 2012, p. 20.

<sup>793</sup> Nota da Editora. In: MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**, 2012, p. 7. Vale a pena, ainda, a leitura desse trecho de Lefebvre, a respeito da matéria. “Também se poderia dizer que Marx e Engels lutaram em duas frentes: contra um certo ‘esquerdismo’ (que negava as nações, os problemas nacionais, as questões relativas à independência dos povos e a seu direito de dispor de si mesmos); contra um certo ‘desvio de direita’, que aceitava a limitação nacional, com seus representantes elevando sua própria nação acima das outras, como bandeira ou modelo. [...] Por outro lado, ao tempo de Marx, essas tendências não têm a nitidez que assumirão ou parecerão assumir mais tarde. [Ferdinand] Lassalle [1825-1864], esquerdista em certo sentido (a ‘lei de bronze’), também é nacionalista alemão e estadista inveterado. Quanto aos direitistas partidários de Proudhon, eles estendem ao conjunto dos países capitalistas sua tese (sobre o papel das cooperativas, dos bancos populares etc.) e não aceitam as particularidades nacionais. Ao tempo da Primeira Internacional, o reformismo adotava uma atitude filosófica mais oposta ao nacionalismo, e o extremismo tendia a aceitar a noção de Estado como dado fundamental da política. O que não simplifica o problema. Será que descobriremos uma resposta nas *Notas marginais ao programa de Gotha*, último grande escrito político de Marx, posterior de quase trinta anos ao *Manifesto Comunista*, e que não era destinado à publicação? O movimento torna-se partido; traz em si as promessas e esperanças da revolução; pretende inspirar-se em Marx; e Marx, ainda vivo, embora já esgotado pela doença, deve afastar-se deste programa. Ele faz uma advertência privada, logo solene, aos dirigentes: seu programa não está à altura da teoria; sua ação não está ao nível da ciência; sua prática política se compõe de compromissos. Sobre que assunto se estabelece o litígio? Sobre o Estado, sobre o conceito do Estado, ligado à nacionalidade e à realidade nacional. Contra quem Marx luta? Contra o espectro de Lassalle, morto há dez anos, e que continua presente no ‘movimento’. Existe um ‘lassallismo’, bastante diverso do ‘marxismo’, e que na prática política, ganha para os conceitos elaborados por Marx. Lassalle jamais pôde elevar-se ao nível dos conceitos. Ele não *sabia* o que é o salário – ou o que é o Estado. Ele confiava em sua imaginação, em seus sentimentos, em suas impressões. Mesclava uma fraseologia radical com um empirismo político, aceitando os quadros existentes da sociedade, do Estado e mesmo do governo. Mais demagogo do que revolucionário, malgrado suas qualidades, desde as origens do movimento ele conseguiu arrastá-lo para um caminho desastroso”. LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**, 1969, pp. 130-131.

<sup>794</sup> MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**, 2012, pp. 31-32. Grifos nossos.

produção”, o que teria como consequência a exposição “do socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição”.<sup>795</sup> O que dizer, então a partir desse “enigma” observado e exposto por Pogrebinski? Como se daria essa passagem da política ao político, a partir do desvanecimento do Estado? Como se superaria, nas palavras de Marx, o “estreito horizonte jurídico burguês”, em direção a uma sociedade comunista, onde a produção e a reprodução não estariam mais aliadas aos ditames da economia política, na perspectiva da valorização do valor?

Voltando àquele editorial de jornal, que reduzia drasticamente a dimensão do político a um mero referendar eleitoral, quando assume os discursos do Executivo Municipal nesses sete longos anos quanto à OUCVS e a sua pretensa “legitimidade” de “governar”, quase plagia aquele “agravo de instrumento” da Prefeitura e instaura um pensamento legitimamente autoritário. No entanto, pelo que já se expôs nesta Tese, em todos os momentos em que apareceu o componente da “participação popular”, havia um sentido de legitimidade dessas demandas que eram levantadas e das reivindicações quanto ao “empoderamento” da sociedade civil (organizada ou não, como se disse em algumas dessas reuniões) que parece pouco questionável. Os discursos que referendavam a necessidade de se superar a “democracia representativa” e se caminhar em direção à “democracia participativa” pareciam comportar, *à primeira vista*, exatamente esses pressupostos quanto à possibilidade de se constituir uma *democracia direta* (como se disse expressamente em algumas reuniões) e, indo muito longe, ao *desvanecimento do Estado*.

No entanto, cabe aqui outro questionamento, que nos conduzirá ao último tópico deste Capítulo e desta Tese: todo esse leque de movimentos, entidades, associações e organizações, tanto no Distrito Raposo Tavares quanto no Butantã, Vila Sônia e Morumbi, que compôs o mosaico exposto nessas páginas, será que alguns deles caminhariam *efetivamente* em direção ao desvanecimento do Estado? Caminhariam em direção a uma sociedade *comunista*, nos termos indicados por Marx, desde seus escritos da década de 1840 até este, de 1875, onde o “maduro” Marx ainda se referia a uma “futura” comunidade? Afinal, seria este o objetivo desses movimentos sociais de bairro, associações, entidades etc.? Ou ainda, quais as efetivas possibilidades e impossibilidades que se colocam até mesmo para as reivindicações mais “imediatas” (garantir a “qualidade de vida”, controlar o adensamento, integrar os planos de mobilidade urbana à questão da moradia e do

---

<sup>795</sup> MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**, 2012, p. 33.

desenvolvimento local, preservar o meio-ambiente etc.), quando o horizonte dessas reivindicações parece, *à segunda vista*, não conduzirem ao desvanecimento do Estado, e sim ao *reforço* do Estado, como figura que se erige acima da vida social, e que assegura exatamente as condições de *reprodução das relações de produção*? Assim, permanecer na lógica do valor, restituir continuamente a equivalência, “disciplinar” e “humanizar” o capital, não seriam formas de adiar a explosão da crise, atirá-la ao horizonte mais e mais crítico da super-exploração da mais-valia?

Tratamos de possível-impossível, do campo cego,<sup>796</sup> da forma urbana como expressão dessa unidade de contraditórios, da negatividade em ato e, francamente incluído neste debate, ainda que de modo embrionário ou muitas vezes latente no percurso deste texto: a materialidade das relações de produção, conforme se manifesta na vida quotidiana de paulistanos e... brasileiros. Falemos, então, a respeito da *formação social brasileira*, o mote desse derradeiro tópico e o fechamento desta Tese.

---

<sup>796</sup> “Entre os campos, que não são aprazíveis, mas campos de forças e de conflitos, existem *campos cegos*. Não somente obscuros, incertos, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão e, contudo, sua negação. paradoxos. O olho não vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. Esses paradoxos não se estendem ao pensamento, à consciência, ao conhecimento? Assim, ontem, entre o rural e o industrial; hoje, entre o industrial e o urbano, não existe *campo* que não se vê? Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo – o urbano -, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, *reduz* da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos; impedimo-la de nascer e de se desenvolver. [...] Campos cegos? Não se trata de uma imagem literária, nem de uma metáfora, apesar do paradoxo da união entre um termo subjetivo, ‘cego’, e um termo objetivo, o ‘campo’ (o qual, ademais, só se imagina iluminado). Trata-se de uma noção que se encontra ou reencontra por vários caminhos, que emerge ao mesmo tempo *filosófica e cientificamente*, isto é, na análise dita filosófica e no conhecimento. Não se trata mais da distinção trivial entre o que fica na sombra e o que é iluminado, mesmo se acrescentarmos que a ‘iluminação’ intelectual tem limites, afasta ou menospreza isto ou aquilo, projeta-se aqui e não ali, põe aquilo entre parênteses e isto em evidência. E isso não é tudo: há o que não se sabe e o que não se pode elucidar”. LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**, 2008, pp. 35-37.

## Sobre as classes e a implicação dos espaços sociais

Em certa altura daquela Audiência Pública de agosto de 2011, tomou a palavra Nívia, uma representante do Jardim Jaqueline e participante ativa das reuniões, oficinas e debates que deram início ao PIDS-DRT. Iniciando sua fala, solicitou aos presentes na plateia que todos os moradores daquela localidade se pusessem em pé, de modo a destacar o peso quantitativo daquela população que seria “beneficiada” com projetos de urbanização e construção de habitações de interesse social com a aprovação da OUCVS. Acatado o pedido da oradora, pôde-se notar que, naquela audiência, parecia ser maciço o comparecimento dos moradores que se puseram em pé, de modo a destacar a “presença” do Jardim Jaqueline e Vale da Esperança nos rumos da política urbana que estava sendo (simplesmente) apresentada naquela audiência. E eis que diante de tamanha demonstração de “força” e “presença”, tendo talvez a metade daquela plateia se destacado diante dos demais como “moradores do Jaqueline e Vale da Esperança”, das ZEIS a serem “beneficiadas” pela operação, um vigoroso aplauso foi arrancado da plateia. Questões de *classe* começaram a se colocar em outros patamares a partir daquele momento, conforme veremos mais adiante em seu discurso e no contexto que pareceu ter lhe dado suporte.

Iniciado seu discurso, afirmou que estava presente naquela audiência “na condição de moradora e também de representante na comunidade onde vivia”, que não deteria o conhecimento técnico “como os demais companheiros” que tomaram a palavra de modo a se manifestar, mas que deteria “o conhecimento essencial, que é o conhecimento de vida”. Prosseguindo, listou que durante as suas lutas e de suas “companheiras” muito teria se “ouvido falar” em Plano Diretor, o que “se modificou” em operação urbana, e que todos ali estariam interligados “como se fosse uma rede”, não havendo mais hierarquias, e sim onde todos estariam relacionados e que, “mais cedo ou mais tarde”, as vidas de todos ali “iriam se cruzar” naquela rede e que, finalmente, todos fariam parte, “independente de ser a Vila Sônia, independente de ser na classe média ou na classe baixa, ou nas ZEIS, onde eu moro, vamos fazer parte deste processo de urbanização”.

Em seguida, afirma não ser “contra esse processo de urbanização” e que não desejava “que a cidade volte para trás”, afirmou estar “muito feliz” em participar daquela audiência, em “estar discutindo com os representantes do governo, com representantes da comunidade civil e realmente fazer parte disso, desse processo”. Asseverou, ainda, que “quando se fala em operação urbana”, se voltando “aos doutores” da mesa, que a sua “comunidade” estaria na “fila do transplante”, ou seja, “uma qualidade de vida para os



nossos filhos e nossos netos”. Emendou com um “apelo”, para que aquela operação urbana não fosse “uma mutilação dos nossos direitos como cidadãos”, que não fosse uma “violação” ao direito de moradia daquelas comunidades. Enfaticamente e de modo a concluir a sua fala, colocou que:

Moramos numa área de ZEIS, sim. Mas em primeiro lugar, nós não devemos nada à sociedade, *a Terra é nossa, viemos primeiro*. A modernização e a urbanização está vindo, queremos fazer parte dela. Queremos também falar para autoridade que a fase de panelada, de passeata, de queimar pneu, de fazer protesto acabou, hoje em dia somos uma comunidade extremamente organizada. Estamos nos qualificando cada vez mais e queremos fazer parte também desta democracia. Então hoje eu queria que fosse muito claro para essas pessoas desta reunião, quando realmente vai ter uma implantação de habitação dentro do Jardim Jaqueline, como vai ser esse processo. Em primeiro lugar deixar claro que não vamos nos render a “cheque-despejo”, que não vamos sair da nossa casa [aplausos] e em primeiro lugar se hoje somos pacientes é porque tivemos saúde para trás. E a saúde foi justamente usada para construir o nosso bairro, que antes não tinha nada: não tinha água, não tinha luz, não tinha asfalto. Hoje em dia o Jardim Jaqueline tem tudo: tem comércio, tem asfalto e a maioria das casas é de alvenaria. Então foi um processo junto ao Ministério das Cidades e estamos trabalhando com a regularização da área, estamos trabalhando o usucapião para realmente mostrarmos para a cidade, não em caráter de favor, mas de direito. *Nós somos donos desta terra. Como donos desta terra, eu queria que esta operação urbana nos tratasse com respeito e com qualidade*. Então é assim: queremos data, o que vai ser feito, conjunto habitacional? O que é que tem para o Jardim Jaqueline? As desapropriações porque é área de risco. Queremos sentar-se à mesa com vocês e dizer que temos propostas de habitação, temos projeto. *E a comunidade, mais do que nunca, do Jardim Jaqueline está unida. Aqui no Jardim Jaqueline não vai acontecer o que aconteceu no Brasil: os portugueses chegaram e mandou os índios embora*. Nesta operação e no Plano Municipal, vamos usufruir sim, mas como moradores.

Tempos depois, ajuntando algumas falas em reuniões das entidades e movimentos do Butantã e Vila Sônia sobre a OUCVS a depoimentos de entrevistas concedidas, no sentido de evidenciar as dificuldades que aquelas entidades compostas por moradores de “classe média” teriam para “esclarecer” ou ainda “compor” uma agenda conjunta de lutas entre os tais “bairros enobrecidos” e as favelas englobadas pelo perímetro da OUCVS, é

possível partir de algumas hipóteses. Em primeiro lugar, tais “dificuldades” de mobilização pareceram também atingir os moradores de “classe média”, não somente aqueles das “classes mais baixas”, que se mobilizaram e se movimentaram, sobretudo nos momentos mais “críticos”, quando, por exemplo, o túnel-avenida se avizinhava como uma ameaça real à condição daqueles moradores e daqueles bairros atingidos. Em segundo lugar, pareceu que o simples ritmo da vida quotidiana afastava esses moradores de localidades diferentes e impedia tais encontros, que preferencialmente se deram entre “os pares” dos bairros e localidades, ou ainda entre “os iguais”.

Assim, não foi muito visível a integração efetiva entre as entidades, organizações e os moradores dos bairros mais centrais ou enobrecidos do Butantã com aqueles moradores de áreas mais carentes ou empobrecidas da mesma Subprefeitura do Butantã, sobretudo no tocante às discussões, debates e polêmicas a respeito do projeto da OUCVS, que parecia justamente interpor uma lógica da cisão, da separação entre as diferentes classes sociais, entre os movimentos de “classe média” e os movimentos “populares”. É evidente que uma das estratégias da Prefeitura pareceu ser justamente essa, de trabalhar em uma suposta “contrariedade de interesses” entre as diversas camadas sociais, da seguinte forma: como se posicionar contra um projeto que trabalha com requalificação urbana e ambiental, e ainda com investimentos em *moradia popular*? Ao que parece, essa rica intervenção de Nívia demonstra os elementos contraditórios e conflitantes da ação estatista no tocante à execução da política urbana, onde o Ministério das Cidades, de cunho federal, parecia ser a instância pública tangente ao processo de regularização fundiária e reurbanização dessas áreas mais precárias. E cite-se também um processo de aquisição de instrumentos de mobilização e luta, por parte dessa população, de modo a “superar” a “fase de panelada, de passeata e queimar pneus” e ir em direção a uma negociação em termos mais sofisticados, ou seja, de promover a essa população um *conhecimento* das estruturas do Estado, seja pela prática política direta, seja pela via da “capacitação de lideranças comunitárias”, conforme pareceu ser o trabalho da Liga Solidária e do Educandário Dom Duarte em associação com os movimentos e lideranças comunitárias existentes na formação do PIDS-DRT, sendo o próximo passo a luta pelo campo jurídico, essa fronteira que parece se colocar diante dos movimentos sociais de bairro e suas querelas diante da ação do Estado. Hipótese: *a forma de luta das classes médias indica as classes médias como devir, com a governança a caminho do possível-impossível das tensões entre a sociedade civil e o Estado. Não se superaria o Estado, portanto, pelo menos à primeira vista. Ele se mantém e se reforça enquanto ente em separado,*

*necessariamente, da sociedade civil, que buscaria novas formas ou novas estratégias de barganhas com o Estado.*

No entanto, não foi sem razão ou ao acaso que grifei aquelas passagens de Nívia a respeito de “nossa terra” ou “não vamos sair daqui” ou ainda “chegamos primeiro”. Não poderia destituir completamente dessa fala, tornada texto escrito, o tom de voz, o olhar e os olhares, o contexto da coletividade que se encontrava naquele auditório do CEU Butantã e, mais ainda, de suas diversas origens sociais quanto à classe ou a natureza de sua participação no interior da maquinaria da reprodução das relações sociais de produção. Releva-se, então, um componente essencial para a compreensão da formação social brasileira, que absolutamente nada tem de banal: qual a *cor da pele* ou ainda a *origem étnica* daqueles que falam e daqueles que escutam. Não é um debate simples e muito menos resolvido dentro do pensamento social crítico brasileiro, que muitas vezes insiste em simplesmente destacar a suposta “questão racial” de outras questões consideradas “diferentes”, como, por exemplo, a própria *reprodução das relações sociais de produção*.

Jacob Gorender, historiador marxista notoriamente conhecido no campo da historiografia, sobretudo, traz um consistente trabalho a respeito da própria formação social brasileira, em seus primórdios coloniais. Em *O escravismo colonial*, obra volumosa e fonte de interessantes concepções a respeito, a principal seria:

O modo de produção feudal, dominante no Portugal da época [da conquista], não se transferiu ao país conquistado. Tampouco os portugueses deixaram subsistir o modo de produção das tribos indígenas nas áreas que, sucessivamente, submetiam ao seu domínio. Resta a hipótese da síntese. O modo de produção resultante da conquista – o escravismo colonial – não pode ser considerado uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil. [...] Impõe-se, por conseguinte, a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo em do difusionismo. Bem ao contrário, o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravo colonial emergiu como um modo de produção de características *novas*, antes desconhecidas na história humana. [...] [O escravismo colonial] se tratou de um *modo de produção historicamente novo*, pois a outra conclusão

não cabe chegar se esse estudo puser em relevo leis específicas distintas das leis de outros modos de produção.<sup>797</sup>

Em sua acepção, portanto, um modo de produção historicamente novo, derivado das condições que se impunham ao próprio projeto colonial português e às condições materiais do território que se almejava tornar produtivo: o *modo de produção escravista colonial*. Lembrando uma passagem de Marx, nos *Grundrisse*, onde este autor afirmava que seria uma “ideia tradicional a de que, em certos períodos, viveu-se unicamente de pilhagem” e que, no entanto, “para poder pilhar, deve existir algo a ser pilhado, logo, produção” e que “o próprio tipo da pilhagem é, por sua vez, determinado pelo tipo da produção”. Assim, remetendo-se à pilhagem de escravos,

No [caso do] escravo, o instrumento de trabalho é roubado diretamente. Entretanto, a produção do país para o qual o escravo foi roubado deve ser estruturada de modo a admitir o trabalho escravo, ou (como na América do Sul etc.) deve ser criado um modo de produção correspondente ao escravo.<sup>798</sup>

Gorender lembra ainda outras duas passagens na mesma obra de Marx, sendo a segunda, esta “referente sem dúvida aos Estados Unidos”:<sup>799</sup>

*A escravidão de negros* – uma escravidão puramente industrial -, que, em todo caso, desaparece com o desenvolvimento da sociedade burguesa e é incompatível, *pressupõe o trabalho assalariado*, e se outros Estados livres, com trabalho assalariado, não existissem ao lado de tal escravidão, mas a isolassem, imediatamente todas as condições sociais nos Estados escravistas se converteriam em formas pré-civilizadas”.<sup>800</sup>

E esta terceira citação, a respeito de considerações de Marx a respeito das relações escravistas, conforme praticado em “plantações” (ou “plantagens”,<sup>801</sup> como prefere Gorender) no continente americano, logo após este autor tecer considerações a propósito do *conceito* de capital e a impropriedade cometida por estudiosos ao tratar do capital na

---

<sup>797</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, pp. 84-85. Grifos do autor.

<sup>798</sup> MARX, Karl. **Grundrisse...**, 2011 [1857-1858], p. 52.

<sup>799</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 85.

<sup>800</sup> MARX, Karl. **Grundrisse...**, 2011 [1857-1858], p. 168. Grifos do autor.

<sup>801</sup> “Foi ela a forma de organização *dominante* no escravismo colonial. Dela o trabalho escravo irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. As unidades produtoras não plantacionistas se modelaram conforme a plantagem e todas as formas econômicas, até mesmo as não escravistas, giraram em torno da economia de plantagem. Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental do modo de produção escravista colonial.” GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, pp. 119-120. Grifo do autor.

Antiguidade, de falar em capitalistas romanos e gregos. Trata-se de um trecho dos escritos sobre as “formas que precederam a produção capitalista”:

Se atualmente não só chamamos os proprietários de plantações na América de capitalistas, mas se eles de fato o *são*, isso se baseia no fato de que eles existem como uma anomalia no interior de um mercado mundial fundado no mercado livre.<sup>802</sup>

Comentando tais os trechos, Gorender afirma que o segundo expressa o quanto Marx considerava a sociedade burguesa o “pressuposto da escravidão moderna, sem implicar a identificação entre ambas” e que o terceiro apelaria “discursivamente ao conceito de *anomalia*, sob argumento de sua inclusão no mercado mundial capitalista”. No entanto, Gorender assevera que “as anomalias sociais são inconcebíveis” e considera “implausível” essa definição a “um modo de produção que representou uma tendência dominante, durou séculos, avassalou enormes extensões territoriais, mobilizou dezenas de milhões de seres humanos” e, conforme um dos aspectos mais importantes de sua tese, “serviu de base à organização de formações sociais estáveis e inconfundíveis”.<sup>803</sup> Assim, este autor considera tal classificação de *anômalo* por parte de Marx tão-somente um aspecto imaturo de sua concepção a respeito do escravismo da América, que teria amadurecido de modo homogêneo no texto de *O Capital* e no *Capítulo VI Inédito*.

Assim, remetendo a tais escritos de Marx e dialogando com diversos autores que produziram reflexões a respeito do fenômeno do escravismo, Gorender indica que no curso do desenvolvimento destas linhas interpretativas, elas teriam chegado a “contradições teóricas insuperáveis nos limites da orientação metodológica”. Uma delas seria “a interpretação sob a categoria de feudalismo”, o que condicionaria a “uma reprodução do escravismo antigo, greco-romano e não do medievalismo”, conforme essa mesma interpretação se propõe.<sup>804</sup> Outra linha interpretativa, “que se concentrou no mercado e dele fez a chave explicativa da economia colonial”, teria se concentrado na circulação, em detrimento da produção, ao passo em que alimentava raciocínios dedutivos “no sentido da concepção do capitalismo colonial”. Ambas as linhas de interpretação, segundo o autor, teriam feito “avançar o processo cognoscitivo da realidade histórica, mas o travaram, cada qual delas, com o seu unilateralismo próprio”, além de terem travado e desviado “pelo

---

<sup>802</sup> MARX, Karl. **Grundrisse...**, 2011 [1857-1858], p. 422. Grifo do autor.

<sup>803</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 86.

<sup>804</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 52.

obstáculo que opuseram ao estudo da categoria central de todas as formações sociais: a categoria de *modo de produção*".<sup>805</sup>

Dentro dessa perspectiva, o autor assevera que "a desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque", ou seja, considerando que "as relações de produção da economia colonial [precisem] ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito" e refutando o raciocínio dedutivo de partir da família patriarcal, do regime jurídico da terra, ou mesmo do mercado e do sistema colonial, coloca-se que "a inversão do enfoque é que [permitiria] correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença", o que levaria a "elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica".<sup>806</sup> Tratar-se-ia, portanto, de um *salto qualitativo* em relação ao método, considerando-se a centralidade do materialismo dialético no desvendar daquele modo de produção vigente no país até, segundo Jacob Gorender, a abolição da escravidão de 1888, um dos raros momentos revolucionários na história do Brasil.<sup>807</sup>

Sobre a plantagem, figura central do modo de produção escravista colonial, cabem algumas características que lhe são peculiares. Em primeiro lugar, essa forma de organização dominante no escravismo colonial, segundo Gorender, seria adequada ao trabalho escravo e a ele se associou "não só na América, mas antes na própria Europa"; contudo, seria o continente americano, oferecendo "imenso fundo de terras fertilíssimas inapropriadas", onde a viabilidade dessa empresa seria "muitíssimo maior do que nas ilhas mediterrâneas e atlânticas" e essa viabilidade só se compreende "por ser o continente americano um continente *colonizado*".<sup>808</sup> Em segundo lugar, o próprio trabalho escravo, fundamento desse modo de produção, não somente impediria o avanço tecnológico no campo da produção e

---

<sup>805</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, pp. 53-54.

<sup>806</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, pp. 54-55.

<sup>807</sup> "A revolução abolicionista fez as vezes da revolução burguesa no Brasil. De maneira mais taxativa, cabe afirmar que a revolução abolicionista *foi* a revolução burguesa no Brasil. Ao eliminar a propriedade escrava, retirou o entrave econômico e jurídico à formação do mercado de trabalho assalariado. Em consequência, caiu o maior obstáculo à expansão das relações de produção capitalistas e à estruturação dos elementos econômicos requeridos pelo modo de produção capitalista. No Brasil, o modo de produção capitalista realizou o processo de acumulação originária no seio da formação social escravista. A partir da acumulação permitida pelo trabalho escravo, surgiram, no século 19, empreendimentos industriais de tipo capitalista incipiente. Eliminado o entrave representado pelo trabalho escravo, o capitalismo agromercantil e as empresas fabris darão impulso ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. [...] Na fase imediata após o desaparecimento do escravismo colonial, o capitalismo brasileiro continuou a girar em torno da exportação de produtos agrícolas. Somente a partir de 1930 – quando se consumou o que seria permissível classificar como revolução burguesa *complementar* – é que o eixo da economia começou a se deslocar para o mercado interno. Num processo concluído na década de 50 do século 20, a supremacia, no seio da classe dominante, passou da burguesia agromercantil para a burguesia industrial." GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**, 1991, p. 188. Grifo do autor.

<sup>808</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 178.

beneficiamento de gêneros agrícolas (tomando o exemplo da cultura canavieira) como, “em face da concorrência, impunha o retrocesso técnico, e o engenho escravista estava condenado a ceder lugar às grandes usinas centrais baseadas no trabalho assalariado” e as próprias “usinas modernas” foram fundadas somente no final do século 19, após a escravidão.<sup>809</sup> Em terceiro lugar, um elucidativo da permanência desse modo de produção em território brasileiro mesmo após a Independência política do país seria o fato de que “o escravismo colonial não comportava a mercantilização total, pois subsiste nele um setor de economia natural, porém o comércio intensificado não exerce efeito desagregador na sua estrutura”, já que esse modo de produção “baseado na escravidão é compatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado *externo* apropriado” e a existência prévia desse mercado externo constituiria, assim, “premissa incondicional”.<sup>810</sup>

Quanto ao papel do *escravo* na produção geral, a condição essencial de sua existência em um modo de produção escravista seria a *contradição entre coisa e pessoa*, já que “na sua condição de propriedade, o escravo é uma *coisa*, um bem *objetivo*”, ao passo em que “sendo uma propriedade, também possui corpo, aptidões intelectuais, subjetividade”, sendo, em suma, um ser humano; no entanto, enquanto *pessoa*, o escravo, “quando não se aplicava o castigo privado e se devia levá-lo aos tribunais, eram julgados com todo rigor e, seja no Brasil como nos Estados Unidos, numerosos acabaram a vida na forca”.<sup>811</sup> Quando à reação subjetiva ao trabalho compulsório, tem-se que “trabalho e castigo são termos indissociáveis no sistema escravista”, já que o escravizado “é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente a sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado” e a “reação ao trabalho é a reação da humanidade do escravo à coisificação”. Deste modo, quanto às representações quanto ao mundo do trabalho no interior do modo de produção escravista, ressalta-se que:

O escravo exterioriza sua revolta mais embrionária e indefinida na resistência passiva ao trabalho para o senhor. O que, aos olhos deste último, aparece como vício ou indolência inata. Daí se tornarem indispensáveis a ameaça permanente do castigo e sua execução exemplar, conforme o arbítrio do senhor. Uma característica dos regimes escravistas, sem exceções nacionais, é que conferem ao senhor o direito *privado* de castigar fisicamente o escravo.

---

<sup>809</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 138.

<sup>810</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 201.

<sup>811</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 97.

Nem poderia ser senão direito privado, aplicável no dia a dia comum, sem intermediação da autoridade pública, pois, doutra forma, o funcionamento da economia escravista ficaria irremediavelmente emperrado.<sup>812</sup>

O que denotaria, ainda, para o autor, o “alto custo de vigilância” como um fator essencial no trato da produtividade que, devido ao prolongamento do próprio modo de produção e todas as pressões internacionais quanto à extinção do tráfico negreiro e todas as leis quanto à rigidez da mão de obra escrava (picos de sobretrabalho, perda parcial de plantéis e manutenção do plantel de escravo nos períodos de baixa produtividade), teria constituído uma “desacumulação, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos para investimento”, denotando inclusive um “caráter anticapitalista do regime escravista colonial”. Tais efeitos negativos quanto à acumulação, postos a termo pelos efeitos da “conservação da estrutura escravista” e da “continuação da espoliação colonialista”, teriam “explicado o retardo do desenvolvimento econômico do Brasil na mesma época em que a economia capitalista avançava impetuosamente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos”.<sup>813</sup>

Uma das marcas mais contundentes da organização da estrutura produtiva da plantagem escravista, “uma forma social mercantil-doméstica”, seria o *patriarcalismo*, que consiste em tomar o plantador ou o patriarca em “chefe autoritário de um grande núcleo social”, que residia “quase todo o tempo nos engenhos e fazendas, só acorrendo às cidades e vilas em ocasiões especiais”. Com um “padrão tradicional e regular de satisfação das necessidades pelos recursos advindos da economia natural, o fator que a limitava era a economia mercantil”, já que esses produtos não detinham valor de troca, “a noção de custo de produção era menos palpável ao plantador”. Deste modo, o excesso não significava exatamente desperdício, “ainda que os produtos não consumidos simplesmente apodrecessem”, e nem assim se considerava a prodigalidade ou ainda a dádiva dos produtos sobranes, já que sua distribuição detinha inclusive “objetivos de mera ostentação”; e, peculiar ao patriarcalismo, o clientelismo se dava a partir “da distribuição de presentes como prêmio à fidelidade” e inclusive “o sustento de bandos de capangas”, criando-se, em torno da casa-grande, “uma clientela fiel ao grande proprietário rural”. Além do mais, a hospitalidade, já que “ao viajante não se costuma negar o que sobra e não foi produzido para ser vendido” e “alimentar e acolher o viajante integrou uma etiqueta obrigatória e um

---

<sup>812</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, p. 99.

<sup>813</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, pp. 240-241.



sistema de reciprocidades”.<sup>814</sup> Congênere à instituição do patriarcado e ao regime sesmarial, alia-se ainda a figura dos homens livres agregados e de pequenos cultivadores não escravistas independentes, descritos em relatos de viajantes pela sua indigência e miserabilidade, tomada pelas parcas culturas de subsistência, a insegurança da permanência em terras senhoriais e o nomadismo de “sítios volantes” ocasionados pela coivara e esgotamento da fertilidade superficial dos solos, conforme verificamos inclusive no chamado “cinturão caipira” de São Paulo existente até inícios do século 20, abordado no Capítulo 1 desta Tese.

Desfilando longas páginas de uma violência ímpar no tocante às populações dominadas a partir da ordem colonial, o autor aponta tormento a essas populações quando se dava, ciclicamente, o crescimento da demanda de produção, o que significava mais sobretrabalho, menos horas e dias de “descanso”, mais castigos físicos e maior super-exploração concernente à população escrava. Ao mesmo tempo, aponta um altíssimo nível de miserabilidade entre as populações “livres”, muitas vezes percebida pelos viajantes europeus como mais alta do que a dos camponeses mais pobres da Europa Ocidental daqueles períodos.

Assim, a manutenção de três séculos e meio de escravidão legalizada no Brasil partia de uma estrutura econômica, social e política que só poderia se reproduzir naqueles termos: a estrutura da plantagem colonial, impondo baixo incremento tecnológico, atrofia dos centros urbanos e baixa dinâmica transformadora no campo econômico, político e social. O Brasil nasce e se forja, portanto, dessa violência extrema, dessa absoluta coisificação das populações trabalhadoras, da concentração de terras e de renda por parte de poucos proprietários e/ou privilegiados sesmeiros de terras fertilíssimas, adequadas à grande e lucrativa produção de gêneros primários pela empresa colonial. Relações azeitadas pela prática do clientelismo e do fisiologismo, tanto em relação à administração pública quanto em relação aos demais agentes econômicos ou ainda em relação a essas populações dominadas: escravizados negros, homens livres empobrecidos, agregados, populações indígenas aldeadas etc. Neste ponto, se prefiguram as características principais da gênese da formação social brasileira.

No que tange ao Estado de São Paulo e à política do imigrantismo, Gorender indica o tratamento de uma seara de historiadores conferido aos cafeicultores do Oeste Paulista,

---

<sup>814</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, pp. 303-304.

onde supostamente se gestaria uma nova classe de fazendeiros, supostamente mais afeita ao trabalho livre e, conseqüentemente, aos ditames do modo de produção capitalista. Discordando frontalmente dessa perspectiva da suposta baixa rentabilidade dos planteis de escravos no trato cafeeiro, indica que fora justamente nesses cafezais onde “o braço servil continuava a propiciar a mais alta rentabilidade”, tanto que “fazendeiros de Minas Gerais se transferiam com seus escravos para o Oeste novo, chegando a constituir os mineiros 80% da população num dos distritos da região”, entre as atuais cidades de São Carlos, Franca e Ribeirão Preto. Assim, a pretensa “racionalidade empresarial” atribuída a tais fazendeiros se mostraria uma falsa premissa, já que “o trabalho do escravo negro constituiu a base das fazendas do Oeste novo até às vésperas da Abolição” e a solução imigrantista, de introdução do trabalhador advindo de países europeus, “operou como fonte alternativa de mão de obra tão somente suplementar, *sob formas de escravidão incompleta*”.<sup>815</sup> Ressalte-se, portanto, que a solução imigrantista adveio diante das sucessivas ofensivas a partir do movimento abolicionista, sobretudo após a década de 1870.<sup>816</sup>

O Brasil deteria, para o autor, duas singularidades importantes no que tange ao modo de produção escravista colonial. A primeira fora a sua longevidade, “a mais prolongada no continente”, e a sua função quanto à “acumulação originária de capital”, se realizando no “próprio seio do escravismo colonial, numa proporção superior a outras áreas das Américas” e vislumbrando, na segunda metade do século 19, o fato de que “o nascente modo de produção capitalista se desenvolveu ainda no quadro da economia dominante”.<sup>817</sup> Outra singularidade seria que o Brasil se constituiu, entre 1822 e 1888, como “o único Estado independente plenamente escravocrata”, ainda “sob forma de monarquia rigidamente centralizada”, o que, para Gorender, seria um “fator que potenciou a coesão interna da formação social escravista”.<sup>818</sup> No entanto, o movimento abolicionista,

---

<sup>815</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**, 2011, pp. 602-606.

<sup>816</sup> “Em meio a discussões sobre vantagens e desvantagens dos trabalhadores nacionais, a opção pela imigração europeia se reavivou. Milhões de europeus se transferiam aos Estados Unidos e à Argentina. Fazendeiros paulistas descobriram a grande reserva de trabalhadores disponível na Itália. O nó górdio foi cortado pela subvenção do governo de São Paulo, que aprovou verbas para o pagamento da passagem transatlântica e começo da hospedagem aos imigrantes. Em consequência, os imigrantes recém-chegados ao Brasil ficavam desonerados da dívida inicial, pesadelo dos sistemas anteriores aplicados pelos agenciadores particulares. A partir de 1886, a introdução de trabalhadores europeus nas fazendas paulistas cresce em proporção geométrica.” GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**, 1991, p. 181.

<sup>817</sup> “A instituição escravista estava tão arraigada como fato ‘natural’ na consciência social até dos homens livres mais pobres e miseráveis, que, mesmo quando eles se lançavam a uma luta de vida e morte, não apelavam à colaboração dos escravos. Daí por que os movimentos sociais e políticos mais vigorosos da primeira metade do século 19 não puderam ser inseridos na trajetória histórica da luta abolicionista.” GORENDER, Jacob. **Brasil em preto e branco**, 2000, p. 15.

<sup>818</sup> GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**, 1991, pp. 138-139. Ou ainda, conforme outra obra do mesmo autor. “Assim, devemos o país ‘gigante pela própria natureza’, não à natureza propriamente, mas ao legado da

ganhando território e força, principalmente a partir da década de 1860, e de alta “significação histórica do movimento abolicionista urbano-popular”,<sup>819</sup> contrapunha-se às pressões dos fazendeiros em manter a escravidão, mesmo às portas de 1888; o autor afirma, ainda, que “a ideia mestra do abolicionismo brasileiro centrou-se na convicção de que a escravidão constituía o entrave principal à formação de uma nação moderna, homogênea e próspera no Brasil” e que todo o quadro estrutural daquele período, de incremento das ações dos escravos quanto às fugas em massa ou a outra sorte de rebeliões, bem como a “força do movimento abolicionista” manifestando-se “pela penetração no aparelho repressor e judiciário do Estado”, onde “delegados de polícia, promotores e juízes procuram agora cumprir a lei à risca e dão ganho de causa a escravos nos inquéritos e pleitos judiciais”, explica, enfim, a extinção oficial da escravidão no Brasil.<sup>820</sup>

A força da instituição do tráfico internacional de escravos e a seu vínculo à formação social brasileira, constituindo “uma das mais destrutivas hecatombes da história”,<sup>821</sup> marca suas profundas raízes desde a abolição de 1888. A população ex-escravizada e seus descendentes, marginalizada e duramente marcada pela chaga do racismo, permanece até os dias atuais em situação extremamente desfavorável, conforme se atesta em diversos indicadores socioeconômicos. É a população mais desempregada, mais empobrecida, mais vulnerável às formas de violência operadas inclusive por parte de agentes repressores do Estado e que ainda sofre, criticamente, os efeitos de uma negação e uma coisificação que vêm de séculos. O racismo sistemático praticado no Brasil (a pátria da já combalida tese da “democracia racial”), assim como na imensa maioria dos países do mundo contemporâneo, não poderia deixar de incluir toda uma trama ideológica baseada em fundamentos profundamente econômicos e extra-econômicos.

É neste aspecto que podemos nos voltar à força das ideias contidas no depoimento de Nívia, negra, que afirmou contundentemente diante da branca mesa de técnicos e administradores da Prefeitura e da predominantemente negra plateia do Jardim Jaqueline, Vale da Esperança e outras favelas, e da predominantemente branca plateia dos moradores e representantes das entidades dos bairros das classes médias do Butantã, que “a terra é

---

escravidão. Se os bandeirantes, os criadores de gado, os mineradores e aventureiros de toda sorte estenderam os limites da colonização portuguesa na América do Sul, a escravidão constituiu o cimento que manteve o imenso território sob a soberania de um único Estado independente, quando cessou o poder colonial lusitano.” GORENDER, Jacob. **Brasil em preto e branco**, 2000, p. 17.

<sup>819</sup> GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**, 1991, p. 145.

<sup>820</sup> GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**, 1991, pp. 161-164.

<sup>821</sup> GORENDER, Jacob. **Brasil em preto e branco**, 2000, p. 35.

nossa, nós viemos primeiro” e que “não seria feito como os portugueses fizeram com os índios”. Tratando de escravismo colonial e de formação social brasileira, proponho tratar de um aspecto muito debatido no campo do pensamento social crítico em nosso meio, utilizando no campo referencial o pensamento lefebvriano: a *vida quotidiana enquanto um nível da prática social*. Como se processaria, então, o conhecimento e a conseqüente crítica da vida quotidiana?

*Portanto, não há conhecimento da quotidianidade sem o conhecimento da sociedade inteira. Não há conhecimento da vida quotidiana, nem da sociedade, nem da situação da primeira no interior da segunda, nem de suas interações, sem uma crítica radical de uma e de outra, de uma pela outra e inversamente. Para esse conhecimento, os conceitos negativos (distância e lacuna, insatisfação, frustração ou de modo mais geral alienação) são tão indispensáveis quanto as noções positivas utilizadas pelas ciências parcelares.*<sup>822</sup>

Assim, partindo desse “conhecimento da sociedade inteira”, considerando as peculiaridades da formação social brasileira, podemos tratar, *a partir de nossos fundamentos, de formação social capitalista, internalizando a forma escravista colonial*, que, para Gorender, sugere “o modo de produção escravista colonial”. A formação social brasileira, assim, gestada e reproduzida quotidianamente a partir dos ditames e heranças desse “modo de produção escravista colonial”, não poderia se processar sem o reconhecimento de aspectos inerentes à quotidianidade decorrente dessa totalidade. Não se trata, assim, de considerar um “estudo de caso” ou ainda uma “particularidade” em um universo global regido por leis indistintas quanto à reprodução das relações de produção. Trata-se de reconhecer exatamente a mundialidade dessa reprodução, no campo de suas condições materiais, no interior de uma história que não desmente em nada o fato do Brasil encarnar, tal como uma utopia negativa, o devir de um mundo que se reproduz a partir da absoluta coisificação de parcelas inteiras da humanidade. O racismo e sua materialidade no campo social não é, de modo algum, uma particularidade ou ainda uma “anomalia”, a persistência de uma forma “pré-moderna” no interior de uma modernização que tenderia, hipoteticamente, a nivelar e a tornar tudo indistintamente equivalente. A lógica da equivalência, conforme discutido em vários momentos desta Tese, sobretudo nas considerações iniciais, não poderia jamais se opor, absolutamente, às formas de hierarquização e fragmentação. O “modo de produção escravista colonial” e a sua congênere formação social brasileira fazem surgir, em uma

---

<sup>822</sup> LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II...**, 1980 [1961], p. 17. Grifos do autor.

espetacular crueza, uma lógica de superexploração que em absolutamente nada conduziria à constituição de uma sociedade civil de fato, onde os direitos e deveres fariam parte de um pretenso “contrato social” no campo da reprodução da vida quotidiana. Na ausência deste “contrato”, resta apenas a forma como se reproduz toda essa sociedade: havendo os espaços e tempos reservados às distintas camadas sociais no interior do modo capitalista de produção, no campo de suas relações de produção, há no Brasil uma composição de séculos de escravidão, onde a noção e o fenômeno contemporâneo das classes sociais estariam imbricadas aos espaços e tempos reservados às populações negras e indígenas, assim como espaços e tempos reservados às populações “brancas”.

Assim, seria possível discernir as vítimas e os algozes dessa violência operada a partir da *equivalência*, em uma totalidade cuja leitura nos conduz à ideia de *sujeitos sujeitados*, conforme apontado em vários momentos desta Tese? Aliás, de *qual* equivalência tratamos aqui? Poderia ser a equivalência da dominação e do “desempoderamento” do americano nativo no tocante aos seus territórios originais, logo no início do processo colonizador europeu, ou ainda a equivalência de levadas inteiras de populações em idade “produtiva”, em boas condições físicas, sendo sistematicamente capturadas, séculos a fio, de certas localidades do interior do Continente Africano e, a partir daí, se destituindo de sua humanidade ao passar pelo tormento da disposição em mercados, do transporte em crudelíssimos navios transatlânticos e da condenação de viver uma vida inteira sob o chicote do senhor ou do trabalho extenuante e insalubre dos campos e cidades em várias localidades dominadas pela base econômica da plantagem. Foram sociedades inteiras constituídas a partir desse modo de produção, no Brasil e em várias outras localidades do Continente Americano: era assim que a *equivalência* se operava até a extinção oficial da escravidão, que no Brasil teve uma das maiores longevidades do mundo, além de ser considerado, por Gorender, o cimento da unidade nacional, a partir do pacto entre as classes dominantes de proprietários e plantadores de norte a sul deste país. Seus descendentes, até os dias atuais, grassam as periferias e as favelas, vivem menos, são sistematicamente discriminados e alijados de qualquer sentido possível de humanidade. São cidadãos de “segunda linha”, dentro de uma sociedade civil que nunca existiu de fato e que, portanto, jamais assegurou qualquer forma de garantia de direitos a essa população.

Mas, e quanto aos descendentes daqueles que estiveram, de certo modo e na maioria das vezes, no centro, na operação dessa lógica econômica, social e política? Quem seriam esses “não-negros” ou “não-indígenas”, a quem propomos denominar os “brancos”? Estendendo o raciocínio, quem são esses portadores de um relativo “conforto social”, que

não desejam perder sua “qualidade de vida”, ou que lutariam ainda pela “garantia de seus direitos”, no interior de uma infernal ordem (ou maquinaria) social, onde *direitos* são muitas vezes tomados (injustamente, diga-se de passagem) como *privilégios*? Seria demais considerar esses “brancos”, assim de modo tão desavisado e tão abrupto, essa chamada “classe média”, essa “areia humana” que parece ter se tornado uma categoria de análise quanto à sua natureza no âmago da reprodução das relações de produção?

No já distante ano de 1985, Marilena Chauí publicou um texto onde se propunha a mostrar um “retrato sem retoques da classe média brasileira”. Neste “retrato”, narra uma costumeira ida sua à feira-livre próxima de sua residência, onde teria encontrado uma vizinha que anunciava sua ida a “um motel que tem de tudo”, a ser pago pelo marido que “economizou durante três meses para as despesas de hoje”, e que naquele momento se dirigia “ao cabeleireiro para uma recauchutagem geral”, conforme as ideias “muito boas” de uma revista feminina. Essa mesma vizinha conta ainda, em segredo, de uma outra vizinha casada que “vive trazendo homens pra casa”, o que causaria brigas homéricas com o marido e o que esta primeira vizinha julga como “uma pouca vergonha”, já que aquela vizinha “não sabe o marido que tem”, um “executivo de multinacional, bom salário, [que] não deixa faltar nada em casa” e que comprara naquele ano “um Gol zerinho, zerinho”. Essa mesma vizinha conta ainda que na loja de seu pai, “o melhor empregado é um preto” e que ela sempre dizia “que tem muito preto de alma branca”. Emendando a costumeira conversa, outro vizinho, “engenheiro de uma firma ótima”, afirma que tirara os filhos de uma escola após ter feito “um esparramo dos diabos”, pois aquela escola “inventara” ensinar Educação Sexual; diz ainda que sempre advertia sua esposa de que “aquela escola não [lhe] cheirava bem, que era de bicha e comunista”, mas que sua esposa “teimava em deixar as crianças lá”. Encerrando, este vizinho, que vinha de um “cooper diário”, afirmou que transferira seus filhos para outra escola, “onde estão os filhos do gerente da minha firma”, o que inclusive daria “mais status”, e que também havia comprado um “carro igual” ao daquele gerente. Outra vizinha, reclamando da “pouca vergonha” da “pornografia em toda a parte”, assevera ter avisado suas filhas de que “a primeira que me aparecer com pílula ou precisando de aborto”, essas causas de “feministas lésbicas”, que fizessem as malas e fossem para a “Boca do Lixo”; no entanto, dizia que a mais velha estava se relacionando com um dentista, “um amor de rapaz, trabalhador e muito respeitoso” e que a filha mais nova era um “problema” porque estudava na USP (“sabem como é...”). Emendando, afirmava que “planejamento familiar” teria que “ser feito pelo Estado e só para os pobres, que são uns ignorantes e só

sabem pôr filho no mundo pra virar trombadinha”, já que para “gente como nós, não, a gente que decida com liberdade”.<sup>823</sup>

Um médico que tinha um consultório no mesmo quarteirão e vinha em direção àquele grupo, ouviu os lamentos da vizinha sobre os “perigos” da USP e afirmou que seu filho, a quem teria dado “uma das melhores escolas, cursinho caríssimo”, e que deixara de comprar “um sítio em Cotia pra juntar poupança pra hora em que ele fosse montar consultório ou abrir escritório”, tinha simplesmente se matriculado no curso de Ciências Sociais na USP, “o desgraçado, o mal-agradecido”. Asseverou, ainda, que “a gente passou a vida esperando que ele fizesse medicina [...] ou engenharia, como meu cunhado, coisa de gente séria” e que seria uma “vergonha da família” quando seu filho começasse a dizer que “é pra tirar louco do hospício, assassino da cadeia, não mandar trombadinha pra Febem”. E eis que aquela conversa envereda para discussões acaloradas, envolvendo “a onda de violência urbana”, “a corrupção para todo lado”, com “criminoso na rua e ladrão no governo”, cartas escritas para Gil Gomes e Afanásio Jazadji para que falassem em favor da campanha de Jânio Quadros para prefeito, elogios à política de segurança de Paulo Maluf (a “Rota na rua”) e os “baderneiros” de grupos e partidos políticos de esquerda, como “esse tal do PT, [essa] genticinha sem eira nem beira, que não tem curso primário completo, uns arruaceiros que só querem bagunça”. Por entre as barracas daquela feira livre, Chauí relata que “mulheres distribuía panfletos convocando a população para a passeata das Diretas-Já”, ao que fora julgado pelo feirante de quem a autora comprava frutas como atitude de “mulher desocupada falando de política”, já que aquelas teriam “tanta roupa pra lavar, filho pra cuidar, marido se matando de trabalhar” e aquelas “[desocupadas] querendo se meter em política”.<sup>824</sup>

A crueza e a franqueza desse costumeiro relato, naqueles tempos de fim de Ditadura Militar, dentre moradores e trabalhadores de um bairro de classe média de São Paulo, bem que se refere a alguns questionamentos a respeito das classes sociais e seu lugar determinado no campo da reprodução das relações de produção. Chauí, tomando uma abordagem marxiana e denominando as classes médias como “o conjunto formado pelos *não* proprietários de capital ou dos meios de produção e pelos *não* vendedores da força de trabalho no trabalho produtivo”, afirma que historiadores e sociólogos mostram “as oscilações político-ideológicas dessa classe que, temendo a proletarização, alia-se às

---

<sup>823</sup> CHAUI, Marilena. Um retrato sem retoques da classe média brasileira. **Pau Brasil**, nov./dez. 1985, pp. 65-66.

<sup>824</sup> CHAUI, Marilena. Um retrato sem retoques da classe média brasileira. **Pau Brasil**, nov./dez. 1985, pp. 67-68.

estratégias autoritárias e políticas fascistas”, ou ainda, “experimentando na pele a contradição entre a ideologia liberal igualitária, a exploração econômica e a dominação política”, proporia “ações revolucionárias”, exemplificando os movimentos franceses de maio de 1968.

Sobre as teorias e explicações a respeito das classes médias, Henri Lefebvre afirma que “sociólogos e psicólogos tendem a privilegiar tudo o que vem das classes médias, sem dúvida porque, frequentemente, eles se originam delas”, ao passo que “a diversidade das camadas e dos grupos, das atitudes e das opiniões” conferiria “uma impressão de riqueza (ideológica)”, já que se veria mais facilmente entre essas classes médias “o futuro da classe operária e o próprio futuro da sociedade”. Tratada pela exclusão ou pela forma negativa (nem burguesia nem operariado), a “individualidade” ou as “formas de individualismo” encontrados nas classes médias ofereceriam “um protótipo do indivíduo na sociedade industrial moderna – derivando daí o seu interesse sociológico” e que, na sociedade capitalista, “as classes médias e a pequena-burguesia servem de intermediárias entre a burguesia dominante e o conjunto das ‘massas populares’,” transmitindo “os modos, as tendências, os modelos”.<sup>825</sup> Na conclusão do terceiro volume da *Crítica da Vida Quotidiana*, após o tratamento das continuidades e discontinuidades em relação aos outros dois primeiros volumes, publicados respectivamente em 1946 e 1961, originalmente, longas páginas são dedicadas especificamente às classes médias e seu lugar na produção global naquele contexto de início da década de 1980:

Encontramo-nos diante de uma sociedade com a *predominância ideológica* das classes médias, sob a *hegemonia* do grande capital. Resulta daí, em particular, a consolidação do Estado e as inovações que lhe são próprias: o fato que os gestores da sociedade puseram a partir de uma certa data sobre o mercado interior – as tentativas mais ou menos bem-sucedidas de integração dos sindicatos às instituições – as dificuldades e divisões da classe operária, – a introdução de novas técnicas etc.<sup>826</sup>

Essa consolidação do Estado, conceituada por Lefebvre como um acerto do pensamento de Hegel sobre as teorias de Marx, que anteviam o definhamento ou ainda o desvanecimento do Estado, se verifica pelo seu reforço diante da classe média pré-existente e pelo fato deste engendrar novas classes médias, pela burocracia e tecnocracia,

---

<sup>825</sup> LEFEBVRE, Henri. **Capítulo IV – Psicologia das classes sociais**. In: **GEOUSP – Espaço e tempo**, 2005, p. 39.

<sup>826</sup> LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne III...**, 1981, p. 156.



“frequentemente sob o colorido de democracia, ou mesmo socialização da vida nacional e da sociedade inteira”. Quanto à diversidade entre as classes médias, o autor reforça que tal “formação socioeconômica” apresentaria uma “grande diversidade de níveis de vida, de gêneros de vida, de inserções ou não-inserções nas atividades produtoras e nas instituições”, ao passo que “a tecnoestrutura que faz parte das classes médias superiores não se misturam aos técnicos de nível inferior”. Assinala, ainda, que surgira havia poucos anos “uma nova classe média, composta de técnicos e tecnocratas, sem que haja, por conseguinte, desaparecido a antiga classe média composta de médicos, advogados, membros das profissões liberais”. Finalizando, assevera que “existe uma certa homogeneidade entre as camadas situadas entre o alto e o baixo da sociedade, o que permite falar de classe média”.<sup>827</sup>

Sem um princípio unificador, dentre as classes médias se encontrariam indivíduos pendentes à direita e ainda à extrema direita, como parecem ser os casos apontados por Chauí em seu depoimento a propósito do corriqueiro da vida cotidiana dessa fração da classe média brasileira (ou paulistana); outra tendência seria para a esquerda e para o “esquerdismo”, segundo Lefebvre. Ainda, aponta que seria “no seio dessas classes médias – na média desta média – que o cotidiano se constitui e se institui”. Seria o que se torna o modelo e seria a partir deste lugar “que ele se difunde para alto e para baixo”, visto que “outrora, os modos e modelos provinham da aristocracia ou da grande burguesia, em sua bela época” e nos tempos modernos, “a média impõe sua lei”. E seria deste modelo distinguido o supra e o infraquotidiano, próprios respectivamente dos olímpicos e dos “deixados-por-conta”.<sup>828</sup> O cotidiano, essa média, aparece com suas modalidades: o equipamento doméstico, o emprego do espaço e do tempo, a aparelhagem de informação, o automóvel ou os automóveis. Assim, “quanto ao gênero de vida”, se definiria como a quotidianidade ela mesma, e incapazes de criar novos valores, “as classes médias fazem

---

<sup>827</sup> LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne III...**, 1981, pp. 155-156.

<sup>828</sup> “Os desfavorecidos sobrevivem a um nível inferior da vida cotidiana, enquanto que os olímpicos, no topo ou próximos dele, emergem sobre o cotidiano. Esses olímpicos praticam a errância luxuosa, o nomadismo do alto voo. Eles não trabalham, no sentido banal do termo, mas são extremamente ocupados: eles presidem, eles ordenam (‘managers’), eles possuem e eles gerem. Os termos clássicos: burguesia ou grande burguesia, não convêm mais exatamente a esses dominadores da mundialidade. O termo ‘olímpicos’ parece mais adequado. É sempre aqui onde se introduz uma distinção. Os deixados-por-conta sobrevivem ao nível do *infraquotidiano* e os olímpicos na *supraquotidianidade*. O que faz corresponder o cotidiano a uma sorte de meio social. Não seria este o mundo de vida das classes médias? Esta hipótese será exposta mais adiante; ela é apresentada aqui para explicar a continuidade no cotidiano, a despeito dos fatores de mudança”. LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne III...**, 1981, p. 88.

nascer a oposição do conformismo e do não conformismo”, ao passo que “a ética se confunde com o conformismo enquanto a estética se orienta pelo não conformismo”.<sup>829</sup>

Quanto à relação mesma entre as classes médias e o Estado, Lefebvre aponta, em outra obra, que a ambiguidade advinda desta relação “se manifesta sobre o plano das representações, da ideologia e da teoria”, operando movimentos contraditórios, como a sustentação incondicional do Estado e a crítica da burocracia e da gestão estatista. Segundo o autor, essa ambiguidade “fornece igualmente uma base para o ‘pluralismo’ de aura democrática (neoliberal ou socializante) com suas ilusões políticas” e os movimentos “na massa das classes médias (cujos membros se creem, se pensam e se veem fora das massas) fazem obstáculo aos movimentos vindos da ‘base’, aos verdadeiros e reais movimentos de massa”. Desse modo, “o que Marx dizia da burguesia permanece exato para as classes médias: uma parte, a melhor, isto é, a mais carregada de conhecimentos críticos”, poderia passar para “o lado dos rebeldes e ainda lhes trazer os elementos teóricos que lhes faltam”.<sup>830</sup> Assim, tanto para Marx quanto para Lefebvre, a questão central, essencial, seria justamente “a questão do Estado”, já que “a superação da sociedade existente supõe a dissolução do Estado”. No entanto, Lefebvre, assim como Marx, não se fiaria a uma “abolição imediata do Estado”, e sim “no aprofundamento da democracia por uma luta real travada entre os contrapoderes e o poder político existente”.<sup>831</sup>

*Classes médias, governança, Estado, modo de produção escravista colonial e formação social brasileira.* Qual seria a relação, portanto, entre esses termos, ainda no aprofundamento da questão e da compreensão a propósito da própria *formação social brasileira*? Aliás, se este tópico foi iniciado com um depoimento de uma militante negra e moradora do Jardim Jaqueline, nossa proposta não poderia se restringir, jamais, à análise da opressão de classe escamoteando uma forma opressora cruamente baseada na origem étnica ou na cor. Já se mostrou que o racismo não está, de modo algum, dissociado de outras formas opressoras ou ainda operando como mais uma dessas formas, pretensamente de “menor” magnitude no interior da reprodução das relações de produção: *o racismo se compõe à opressão de classe, marca sobremaneira o cotidiano e a quotidianidade, impinge a condição de infraquotidiano, devidamente reservado às populações negras e empobrecidas.* Agora, avançando o debate,

---

<sup>829</sup> LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne III...**, 1981, pp. 158.

<sup>830</sup> LEFEBVRE, Henri. **De l'État 4...**, 1978, pp. 379-380.

<sup>831</sup> KOSMINSKY, Ethel V. e ANDRADE, Margarida M. de. **O Estado e as classes sociais.** In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**, 1996, p. 69. Grifos das autoras.

proponho que se considere uma inversão da perspectiva de análise, *de onde se olha e de onde se fala: quem são, afinal, os brancos?*

Nos últimos quinze anos, tem surgido entre pesquisadores brasileiros uma interessante linha de investigação, sobretudo no campo da educação, da psicologia e dos estudos culturais: trata-se dos *estudos críticos sobre a branquidade*, com influência e derivação de pesquisas congêneres nos Estados Unidos e África do Sul sobre esse mesmo tema, desde o fim da década de 1980. No entanto, vale ressaltar que os estudos empreendidos no Brasil possuem, já de início, personalidade própria, já que desde a década de 1950 se tem notícia da primeira menção ao termo e ao conceito no Brasil, derivado de um texto do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, que protestava contra o eurocentrismo das principais correntes das ciências sociais de sua época e que essas e outras manifestações decorreriam de uma “patologia social do ‘branco’ brasileiro”.<sup>832</sup>

Edith Piza, apoiando-se em trabalho da pesquisadora estadunidense Ruth Frankenberg, aponta a branquidade como sendo *uma situação de vantagem estrutural de privilégios raciais, uma posição ou lugar do qual as pessoas brancas se observam, aos outros e à sociedade e um conjunto de práticas culturais que são frequentemente não demarcadas e não nomeadas*.<sup>833</sup> Assim, indagando “o sentido de ser branco no Brasil”, a autora, considerando-se branca, afirma que nunca questionara sua “condição racial e ela nunca foi objeto de questionamento por ninguém”, e que mesmo na vivência “com amigos e colegas negros” ela não estaria “presentificada pela cor”: ela era simplesmente Edith, estudante, mulher, mãe e os seus colegas seriam todos sobrenomeados “negros”. No entanto, questionando “as cartas de navegação facilmente decifráveis” dos discursos (brancos) de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes a respeito da “questão racial” e do “problema do negro”, em um “mundo onde a ordem do argumento era uma via de mão única, elidindo-se a própria racialidade para compreender o outro”, a autora produz uma metáfora para resumir o que estava começando a perceber diante daqueles escritos e discursos: “bater contra uma porta de vidro aparente inexistente é um impacto fortíssimo” e, após o susto e a dor, “a surpresa

---

<sup>832</sup> “A minha tese é a de que, nas presentes condições da sociedade brasileira, existe uma patologia social do “branco” brasileiro e, particularmente, do “branco” do “Norte” e do “Nordeste”. (Aqui, e em outros lugares deste estudo, as palavras Norte e Nordeste são empregadas em seu sentido popular e não técnico-geográfico). Esta patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua auto-avaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva. E é este desequilíbrio na auto-estimação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico. Na verdade, afeta a brasileiros escuros e claros, mas, para obter alguns resultados terapêuticos, considerarei, aqui, especialmente, os brasileiros claros”. RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957], p. 221-222.

<sup>833</sup> PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para a branquitude**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo...**, 2009, p. 84.

de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro”. A autora assim resumia o seu sentimento de sentir-se “racializada”, quando “tudo o que fez, leu ou informou [...] atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas”, não incluía explicitamente “nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro”; assim, conclui que “tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo”.<sup>834</sup> Não seria esse o questionamento que poderíamos fazer também no tangente às classes médias? Mesmo o próprio Henri Lefebvre afirmando que os cientistas sociais se debruçam sobre as classes médias, já que muitos desses estudiosos delas proviriam, será, então, que *as classes médias são tão conhecidas assim*?

Maria Aparecida Silva Bento questiona a ideologia do “branqueamento” e sua frequente consideração como “um problema do negro, que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais”. Deste modo, sendo o branco invisibilizado enquanto tal e, ao mesmo tempo, aparecendo como um “modelo universal de humanidade, alvo de inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos”, quando se investiga o branqueamento, “constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro”. E como se processaria, então, essa *invisibilidade*? A autora afirma categoricamente que “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquidade, o que não é pouca coisa” e que “tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada”, a despeito dos incontestes indicadores socioeconômicos da população negra (e indígena), ao que a autora assevera contundentemente que pobreza no Brasil “tem cor”. Deste modo, “o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil” teriam um “forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana”.<sup>835</sup> E mais: Maria Aparecida Bento afirma que a maior parte dos estudos sobre a “questão racial” silenciam sobre o branco e

---

<sup>834</sup> PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para a branquitude**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo...**, 2009, p. 61.

<sup>835</sup> BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo...**, 2009, pp. 25-27.

“não abordam a herança branca da escravidão”, e tampouco “a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios”. Tal silêncio, mesmo por parte de “pesquisadores mais progressistas”, que “não percebem o seu grupo racial, implicados num processo indiscutivelmente relacional”, produzem vastas referências “apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco”. Radicalizando sua crítica, a autora afirma ser “compreensível o silêncio e o medo” incluídos nos “pactos narcísicos”, já que “a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país”, e lamenta que mesmo Florestan Fernandes e Octavio Ianni, importantes estudiosos a respeito da “questão racial” no Brasil, simplesmente tenham deixado de abordar “a deformação que a escravidão provocou na personalidade do branco” ao mesmo tempo em que “conseguiu debruçar-se sobre a ‘deformidade’ negra”, já que a própria “decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética”.<sup>836</sup>

Lourenço Cardoso afirma que “a teoria antirracista, de maneira geral, tem restringido em pesquisar o oprimido, deixando de lado o opressor”, e que a “branquitude” seria “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo”, bem como “procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade” e, “ao agir assim, ser branco é considerado como padrão normativo único”, ou ainda “padrão sinônimo de ser humano ‘ideal’.” Distinguindo “dois tipos de branquitudes, assinala a “branquitude crítica”, que desaprovava o racismo “publicamente”, e a “branquitude acrítica”, a qual “não desaprova o racismo”.<sup>837</sup> Camila de Jesus, comentando as acepções destes autores e impingindo elementos de identidade positiva quanto à população negra, afirma que “tanto branquitude quanto negritude se direcionam para a construção de uma identidade positiva, embora a negritude já tenha se consolidado como tal”.<sup>838</sup>

---

<sup>836</sup> BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo...**, 2009, pp. 41 e 49.

<sup>837</sup> CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, jan./jun. 2010, p. 611.

<sup>838</sup> JESUS, Camila Moreira de. **Branquitude X branquidade: uma análise conceitual do ser branco**. ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3, 2012, p. 12.

Liv Sovik atesta que “ser branco no Brasil implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade e que permite trânsito, baixando barreiras”, e que o “ser branco” não excluiria “ter sangue negro”; de outro modo, afirma que “a branquitude não é genética, mas uma questão de imagem”, o que conduziria a problematizações no campo dos estudos sobre os meios de comunicação. Afirma que, numa sala de aula na Bahia, no contexto de uma “discussão pública sobre afro-baianidade” teria ouvido a resposta “aqui ninguém é branco”, o que a teria feito considerar que “ser branco, neste país arco-íris, é uma espécie de aval, um sinal de que se tem dinheiro, mesmo quando não existem outros sinais, é andar com fiador imaginário a tiracolo” e que “o discurso da mestiçagem não significa que os setores dominantes se imaginam sempre como não brancos”, já que “a adoção do discurso da mestiçagem é uma antiga concessão, incorporada no decorrer dos anos pelo senso comum, à presença maciça de não brancos em uma sociedade que valoriza a branquitude”, bem como “uma antiga e atual forma de resistência ao olhar eurocêntrico”.<sup>839</sup> Completando, indica que “a branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições”, seria enfim “um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente”. Ainda, expondo a complexidade da questão no cotidiano do país, afirma que “é possível ser branco no Brasil e não nos EUA, branco na Bahia e não no Paraná”, pois os “brancos brasileiros são brancos nas relações sociais quotidianas: é na prática [...] que são brancos”.<sup>840</sup>

José Jorge de Carvalho, professor de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), estabelece uma interessante discussão, em tom de relato pessoal, a respeito da política de cotas raciais naquela universidade, o que considera “um fenômeno que rompe radicalmente com a lógica de funcionamento do mundo acadêmico brasileiro desde a sua origem no início do século [20]”, o qual, partindo do corpo discente da graduação, deveria se estender à pós-graduação, ao corpo docente e aos pesquisadores. Afirma que passara “uma década inteira como docente falando do racismo brasileiro” sem referir-se “mais diretamente ao racismo acadêmico”, até que um “incidente racial” com um estudante o teria feito realizar um “censo racial informal” entre os docentes daquela universidade, “com a ajuda de colegas e estudantes negros”, cujo resultado o teria estarrecido: dos cerca de 1.500 docentes da UnB, apenas 15 eram “professores negros”! Assim, credita essa brutal realidade ao fato de, “em algumas faculdades mais fechadas e elitizadas”, ser “perfeitamente possível

---

<sup>839</sup> SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**, 2009, pp. 35-38.

<sup>840</sup> SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**, 2009, pp. 50-51.

que um docente e pesquisador desenvolva por décadas o seu trabalho acadêmico sem conviver jamais com um único estudante negro ou com um único docente negro” e, quando muito, “[convivendo] com alguns servidores negros, com os quais estabelece relações de pouca ou nenhuma identificação”. Denuncia, ainda, ter havido na década seguinte após o fim oficial da escravidão no Brasil um processo sistemático de expulsão, “da escola e da carreira de educador”, de milhares de negros, o que fora promovido pela “elite branca racista na primeira metade do século 20” e que, no decorrer desse mesmo século, “a ideologia da democracia racial”, celebrando a “mestiçagem”, não construiu nenhuma “plataforma política” de restaurar ou mesmo “promover uma igualdade racial no sistema escolar” nem no ensino primário e muito menos no ensino superior. Quanto ao ensino superior, revela ter havido uma sistemática campanha, durante décadas, pela não contratação de docentes negros, o que teria vitimado importantes e conhecidos pensadores, como Alberto Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Pompílio da Hora e Abdias do Nascimento. Assim, constitui-se um fato histórico “que a universidade pública no Brasil foi instalada explicitamente sob o signo da branquidão” e enquanto esse pressuposto não fosse “criticado e revisado”, a universidade continuaria partícipe “desse ato racista inicial”. Finalizando, o autor assevera que “somos um anacronismo no mundo e nem sequer somos capazes ainda de entender exatamente por que demoramos tanto a discutir abertamente esse tema” e, a exemplo do modo de produção escravista colonial, conforme apontado por Gorender, tudo se passaria “como se o mundo acadêmico brasileiro tivesse sido consolidado em cima de uma prática escolar abertamente racista”, que estaria instalada no Brasil “nas primeiras décadas do século e se acomodado a esse racismo sem jamais ter levantado voz contra ele”.<sup>841</sup>

E por falar em universidade... José Jorge lembra um livro de Ernesto de Souza Campos, intitulado *História da Universidade de São Paulo*, publicado em 1954, onde “em uma centena de pessoas registradas em mais de 30 fotografias sobre as mais diversas áreas de ensino e pesquisa conduzidas na universidade”, não havia um *único* rosto que pudesse ser identificado como de “uma pessoa negra, ou mesmo mulata, nem sequer entre os funcionários”.<sup>842</sup> No tocante a essa mesma obra, Ernesto Campos, seu autor, se propõe a contar a História da USP a partir das “raízes d’além-mar”, pela Universidade de Coimbra, “adorável recanto de Portugal”, de onde teria vindo “a luz que iluminou este imenso

---

<sup>841</sup> CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. In: **Revista USP**, dez./jan. 2005-2006, pp. 88-100.

<sup>842</sup> CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. In: **Revista USP**, dez./jan. 2005-2006, p. 95.

território da América, cuja civilização foi criada primacialmente pelos lusos e sob a energia expansionista e vitoriosa dos bandeirantes, descendentes de tão boa cepa”. Quanto às “raízes d’aquém-mar”, cita o Padre Manoel da Nóbrega, que criara a “primeira escola de ler e escrever” e onde se ensinava também “a doutrina cristã”, já que “esta simbiose primordial da civilização e cristianismo [teria sido] o cadinho onde se fundiu a Alma brasileira”.<sup>843</sup> Saltando três séculos até a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, Campos descreve as ações de Dom João VI quanto à implantação de algumas escolas e centros de pesquisa no Rio de Janeiro e, logo após a Independência do Brasil, cita a implantação de outras escolas de ensino superior em Olinda, Salvador e São Paulo. Lamenta a “apatia do segundo Imperador no domínio das iniciativas criadoras”, que “em meio século de governo nada fez em favor da preparação de nossas elites”, já que “não [teria criado] a Universidade porque não quis”.<sup>844</sup>

Adiante, o autor relata sua visita a centros universitários nos Estados Unidos, entre 1919 e 1923, onde pôde “verificar de perto as vantagens e magnitudes do regime universitário”, afirmando que, logo em seguida, tendo regressado ao Brasil, “logicamente [deveria] pugnar em favor da implantação de um centro universitário em São Paulo, centro onde [exercia sua] atividade científica e de ensino”, o que culminaria com “a realização do inquérito promovido pelo grande órgão da imprensa ‘*O Estado de São Paulo*’, em 1926, e com a análoga iniciativa tomada pela ABE (Associação Brasileira de Educação), no Rio de Janeiro”.<sup>845</sup> Irene de Arruda Cardoso, tratando deste período, afirma que o teor dessas movimentações, como resposta à crise das oligarquias cafeeiras de São Paulo daquele momento, se daria como “uma missão superior, responsável pela formação da nacionalidade, substancialmente diferente da missão inferior, responsável pelas tarefas político-administrativas”, em uma concepção de sociedade “onde as funções superiores e inferiores” seriam “definidas por um mecanismo de seleção dos elementos mais aptos”. Desse modo, o intitulado “grupo do *Estado*” se considera a “Comunhão paulista”, que não se identifica com o Estado de São Paulo enquanto estado da federação; contudo, seria a “representação ideológica que o ‘grupo do *Estado*’ faz de si mesmo”, na qual a “via de realização fundamental do projeto de regeneração política da nacionalidade proposto pela

---

<sup>843</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 10, 16 e 17.

<sup>844</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 57-58.

<sup>845</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, p. 75.



Comunhão paulista [seria] a educação” e, dentro dela, “o elemento de maior importância, a Universidade”.<sup>846</sup>

Fundada a Universidade de São Paulo em 1934, nota-se seu pano de fundo no interior de uma luta política, onde a solução de fundar uma Universidade teria sido uma alternativa a essa luta, no sentido de negar “a política partidária de então, com o predomínio do velho Partido Republicano Paulista (PRP), baseada nas oligarquias rurais”, onde o “Grupo do Estado”, e “especialmente seus membros do PD”, o Partido Democrático, “tentava captar para a sua causa uma ainda incipiente e jovem, mas cada vez mais influente, classe média urbana, desligada dos valores sociais e econômicos da grande propriedade agrária”, e que assumia “os ideais historicamente pertencentes à *burguesia*, que toma forma no cenário brasileiro após a abolição da escravidão”.<sup>847</sup> Assim, Campos relata ter tido início, já em 1935, os primeiros planos e obras para a construção da Cidade Universitária, de acordo com os argumentos a seguir, os quais seriam exaustivamente lançados e discutidos no longo período entre os primeiros planos da década de 1930 e aqueles vigentes no início da década de 1950, data de início efetivo das obras:

A centralização dos elementos componentes da nossa instituição, em um ou mais “campus”, constitui, sem dúvida, o fator máximo determinante do progresso e desenvolvimento que o poder atual e potencial do nosso grande centro de estudos exige para a formação de um ambiente comum, homogêneo e de maior produção. Além do mais, muitas das escolas componentes da Universidade, mal instaladas em prédios adaptados e inconvenientes ou mal localizados em pleno centro urbano, sob a influência de grande movimento e ruído, terão, com a concentração em um “campus-parque”, amplo espaço de trabalho, em edifícios especificamente construídos para cada caso, em local arejado e agradável, tanto para o estudo como para o convívio social e esportivo.<sup>848</sup>

Tendo esses problemas e desafios em vista, a primeira reunião da “comissão encarregada de estudar a localização da USP” ocorreu em 21 de junho de 1935, onde se discutiu a possibilidade de ocupação de terrenos próximos à Faculdade de Medicina, “que se estendem do forno de incineração até o Instituto de Butantã”, considerado àquele momento pelo “diretor da Estatística Imobiliária” uma “zona aproveitável para o fim em

---

<sup>846</sup> CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**, 1982, pp. 39-41. Grifos da autora.

<sup>847</sup> XAVIER, Marco Antônio. **Ocupação do campus Butantã...**, 1999, p. 18.

<sup>848</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, p. 152.

questão por não ser de preço elevado”. Nas reuniões seguintes, teriam sido apresentadas propostas de vendas de terrenos na Aclimação, ao que seria reforçada a defesa da “necessidade de uma área ampla para a localização da Universidade, justificando seu ponto de vista no futuro desenvolvimento de São Paulo e da Universidade”. Meses depois, Campos apresentava relatório perante aquela comissão, onde afirma existir “uma extensa área não construída entre a Faculdade de Medicina e o Instituto Butantan” e que o engenheiro Carlos Alberto Vanzolini, chefe do “Departamento Central de Estatísticas Imobiliárias” lhe havia fornecido os “dados suficientes para demonstrar que tais terrenos eram realmente adequados à realização da grande obra” em que afirmava estar empenhado o Governo do Estado daquele período. Afirmava, então, tratar-se de uma área com 6.013.700 m<sup>2</sup>, “de preço conveniente, despida de construções, atravessada pela linha de alta tensão da Light e pela adutora de Cotia e tendo no seu limite extremo o Rio Pinheiros em vias de retificação”, além de possuir “a vantagem considerável de limitar-se com o [Instituto] Butantan, que, por sua vez, atinge a área de 4.000.000 m<sup>2</sup>”. Assim, sendo adquirida a primeira área citada, ficaria o Estado com uma grande área de 10.000.000 m<sup>2</sup>, no centro da atual Zona Oeste do Município de São Paulo!<sup>849</sup>

O relatório indica, ainda, que essa grande área correspondia, naquele momento, a quatro glebas diferentes, e que seu custo de aquisição não excederia 10 mil contos e que seu “preço pouco elevado” seria conveniente à “aquisição da maior área possível, não só para facilitar qualquer expansão futura do [...] centro de estudos”, mas também para a “locação atual ou potencial dos jardins botânico e zoológico”, que a cidade de São Paulo ainda não possuía naquele momento, e de “um parque público, tão necessário à metrópole paulistana”. Tais instalações, tendo a dupla função de “educação popular e científica”, instaladas em uma área grande o suficiente de modo a possibilitar, na visão de Campos, a construção de um “campo de aviação” junto à várzea de Pinheiros, teve sua proposta aprovada “por unanimidade de votos”, a “zona compreendida entre a Faculdade de Medicina e o Instituto Butantan”.<sup>850</sup> No entanto, essa solução pareceria demasiado custosa, seja pelo preço dos terrenos, seja pelo alto custo das desapropriações, e Xavier nos lembra que “de qualquer modo, a ideia de centralização dos edifícios já havia sido derrotada pela insistência da [Faculdade de] Direito em permanecer no centro da cidade”.<sup>851</sup> Assim,

---

<sup>849</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 157, 158 e 161.

<sup>850</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, p. 167.

<sup>851</sup> XAVIER, Marco Antônio. **Ocupação do campus Butantã...**, 1999, p. 96.

iniciados novos estudos para a elaboração de novas soluções quanto ao projeto de instalação da Cidade Universitária, finalmente chega-se à 11ª solução, denominada “Solução Butantã”, na qual se abrangeria apenas os terrenos do Instituto Butantan e alguns outros vizinhos, “com área conjunta superior a 7.000.000 m<sup>2</sup>.”<sup>852</sup> E, para o Instituto Butantan, que perderia parte considerável de seu terreno, foi recomendado que o Estado adquirisse “um sítio no interior, capaz de compensar a área perdida pelo Instituto”, e que o próprio Instituto teria muito “a lucrar com a permuta”, já que teria “à sua disposição um campo mais vasto, mais arejado e mais apropriado para os animais em trabalho de soro”, sendo um desejo do próprio Instituto em “possuir uma fazenda onde [houvesse] melhores possibilidades para desenvolvimento de seus trabalhos técnicos”, já que “para os trabalhos científicos” aquela superfície reservada no projeto, de 750.500 m<sup>2</sup>, seria plenamente suficiente.<sup>853</sup>

Quanto às justificativas pela desapropriação de terrenos ao sul da Fazenda Butantan, Campos assevera que “as suas divisas correm pelo espigão e por vezes na meia encosta” e que tais condições determinariam “más divisas naturais, inconvenientes para o traçado de uma avenida de contorno” e “condicionam a possibilidade de se construírem propriedades estranhas na zona alta, com graves desvantagens para o núcleo universitário destarte inteiramente devassado”. Assim, o plano seria estabelecer o limite daqueles terrenos “ao longo do vale onde se estende a estrada de Itu” e que, naquelas condições, a universidade ocuparia toda a colina do Butantã, em suas duas vertentes. Essas estratégias previam, inclusive, a provável instalação do Jardim Botânico e Jardim Zoológico, bem como a apropriação das cabeceiras e mananciais no alto daquelas colinas. Naquela solução, o texto indicava a “feliz” localização da Cidade Universitária, fosse “pela excelente exposição de seus edifícios”, cujas “fachadas [seriam] voltadas para o lado da cidade e para a face norte”, fosse pelo baixo preço das desapropriações daqueles terrenos a sul, que eram “de difícil acesso” e de terrenos de “relevo muito acidentado”.<sup>854</sup>

Tendo sido esse estudo aprovado pelo Governo do Estado, englobando a Fazenda Butantan, as áreas a serem desapropriadas ao sul e outras também ao norte, “na margem direita do Rio Pinheiros”, em terrenos atualmente compreendidos por uma parte do bairro de Alto de Pinheiros, encaminha-se à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 378, apresentado em 29 de dezembro de 1936. Nesse projeto estava indicada a desapropriação

---

<sup>852</sup> AMERICANO, Jorge. **A Universidade de São Paulo...**, 1947, p. 226.

<sup>853</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, p. 187.

<sup>854</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 188-189.

de uma área total de 4.112.950 m<sup>2</sup>, compreendendo neste perímetro as propriedades integrais e parciais de inúmeras pessoas físicas e jurídicas, incluindo parte das propriedades da Companhia City.<sup>855</sup> No entanto, em 15 de fevereiro de 1937, a City, “baseada na decisão final do Escritório e do Governo, que havia localizado a Cidade Universitária nos terrenos de propriedade do Estado, situados na Fazenda Butantã, na margem esquerda do rio Pinheiros”, resolveu apresentar à Assembleia Legislativa uma representação, “reclamando contra a inclusão, nos limites traçados, de uma parte dos seus terrenos provavelmente desnecessários, mas figurados na lei para permitir ampla liberdade ao projeto definitivo”, propondo a ocupação da futura Cidade Universitária em outros terrenos, considerados “de mau relevo topográfico e infeliz exposição aos ventos” e, segundo o parecer do Escritório Técnico, “um péssimo plano de Cidade Universitária”.<sup>856</sup> A esse respeito, Ronei Bacelli informa que, na iminência de desapropriação de uma área de 2.300.000 m<sup>2</sup> para as edificações universitárias, situada no Butantã, verificou-se que o pagamento dessa desapropriação, em 1937, “seria efetuado com base no estipulado pelo Departamento de Estatística Imobiliária, que [determinava] o valor de Rs. 1\$400 por metro quadrado”, o que teria causado protestos por parte da Companhia City, sob a alegação de que o valor daqueles terrenos estaria fixado em Rs. 30\$000 por metro quadrado, ou seja, preços 21 vezes maior.<sup>857</sup>

No entanto, em todas essas tratativas, ocorre que a avançada discussão do Projeto de Lei que se apreciava na Assembleia Legislativa, naquele período, fora novamente protelada por essas intervenções da City. Meses depois, após o Golpe de Estado de novembro daquele ano, instituindo o Estado Novo, ocorreu dissolução da própria Assembleia, o consequente desaparecimento do projeto de lei e o abrupto encerramento das atividades do Escritório Técnico, com transferência de parte “do seu pessoal técnico, instalações e equipamento para o serviço encarregado da construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina”. Quanto à documentação produzida naquele momento, Campos declara tê-la conservado em um Departamento da Faculdade de Medicina, onde lecionava, e logo depois editado e distribuído, de modo gratuito e por conta própria, o livro *Estudos sobre o Problema Universitário*, no ano de 1938.<sup>858</sup>

---

<sup>855</sup> SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 378, de 29 dez. 1936. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 30 dez. 1936, p. 31.

<sup>856</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 190-191.

<sup>857</sup> BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo...**, 1982, pp. 89-91.

<sup>858</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 190-191.

Em abril de 1941, com a inauguração do Instituto de Eletrotécnica, teria renascido a ideia da implantação da Cidade Universitária; sendo assim, aqueles documentos do Escritório Técnico, guardados por Ernesto Campos, foram entregues à Faculdade de Filosofia, mas ali teriam se perdido definitivamente.<sup>859</sup> Em dezembro daquele mesmo ano, o Interventor Fernando Costa assinava o Decreto Estadual nº 12.401, reservando “a área ao sul do leito da Adutora de Cotia, com todas as benfeitorias existentes, para o Instituto Butantan” e a área remanescente para a localização da futura Cidade Universitária e autorizando o Secretário de Estado da Educação e Saúde Pública a “providenciar a elaboração dos estudos e planos de execução das obras da Cidade Universitária, apresentando, oportunamente, o projeto e respectivo orçamento”.<sup>860</sup> Assumindo a reitoria da USP em 1941, Jorge Americano integrou o projeto e, em março de 1942, novos estudos de urbanização foram realizados, “pela firma Mario Whately”, com projeto semelhante ao do Escritório Técnico; esse projeto, porém, jamais seria executado. Em setembro de 1944, o Decreto Estadual nº 14.190 “declara de utilidade pública a desapropriação de uma área de terreno e respectivas benfeitorias”, no “distrito de paz do Butantã”, perfazendo o total de 1.380.079 m<sup>2</sup>, entre “a nova e a velha estrada de Itu”.<sup>861</sup> No mesmo período, é realizada, por iniciativa do reitor Americano, a “semana da Cidade Universitária”, uma “serie de conferencias e palestras sobre o palpitante assunto, e que teve grande repercução [sic]”. Naquele momento, já havia sido construído o edifício do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o que exigira alguns melhoramentos na região, como “valetas de drenagem”, construção de “casas provisórias para guardas e operários”, a retificação do Ribeirão Jaguaré, construção de trilhos de duas bitolas dentro da área do campus, urbanização do terreno que lhe fora destinado, uma caixa de água potável e uma subestação de energia elétrica. Em 1947 é nomeada e novamente desfeita outra comissão e, em 1948, “atendendo a insistentes pedidos, apoiado pelo Prof. Paulo de Toledo Artigas”, o reitor Linneu Prestes “fez longa visita ao campus, percorrendo especialmente os Pavilhões do IPT em pleno funcionamento”, ao que lhe teria feito deliberar nomeação de nova comissão, denominada *Comissão da Cidade Universitária*.

Com severas dificuldades orçamentárias listadas pelos acontecimentos envolvendo empréstimos e financiamentos, entre 1946 e 1950, essa Comissão se responsabilizou pelos

---

<sup>859</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, p. 193.

<sup>860</sup> Decreto Estadual nº 12.401, de 16 dez. 1941.

<sup>861</sup> Decreto Estadual nº 14.190, de 22 set. 1944.

projetos e obras necessários à execução da Cidade Universitária, como por exemplo, projetos de urbanização compreendendo vias principais e determinação dos setores, estudos e determinação das permutas de áreas com a Light & Power e a Companhia City, em consequência da retificação do Rio Pinheiros e Ribeirão Jaguaré, outras desapropriações necessárias ao projeto viário, inclusive de particulares das vertentes ao sul, e projeto de um pequeno edifício para subdelegacia do Jaguaré. Ainda em janeiro de 1949, o Prof. Christiano das Neves apresentava proposta para abandono daquela gleba do Butantã e localização da Cidade Universitária no Campo de Marte, em Santana, proposta refutada ainda naquele mês, em reunião onde se acertara o estudo de “todas as possibilidades de urbanização destes terrenos”;<sup>862</sup> em fevereiro, se discutia a situação das casas desapropriadas da vertente da estrada de Itu, e aquela comissão solicitaria à Reitoria “imediatas providencias junto aos moradores estranhos, no sentido de se desocuparem das casas”. Em 1950, firmou-se convênio com o DER, a partir de concessão de áreas a esse órgão, bem como a abertura de avenida de acesso à Cidade Universitária, pela incorporação de “toda a área de terreno ocupado pelo Instituto Butantan e necessária à abertura” daquela via.<sup>863</sup> Após 1951, início da “fase áurea na história da Cidade Universitária”, cresceriam as verbas e se intensificariam os trabalhos de planejamento e de execução das obras, sendo aquele ano o de “garantia de realização da obra” e o seguinte, 1952, seria o ano de sua consolidação. Ressalte-se, ainda, o elogio do texto do Relatório de Atividades de 1951 da Comissão, no tocante aos trabalhos da Light & Power na canalização e aterragem, valorizando-se, assim, “um terreno cuja utilização era, por assim dizer, impraticável, mergulhada, como se achava, em extenso lençol d’água”<sup>864</sup> e a menção à provável construção de uma igreja e de serviços comerciais e anexos,<sup>865</sup> em área correspondente às atuais Escola de Aplicação, Faculdade de Educação e Centro de Práticas Esportivas da “laica” Universidade de São Paulo.

No ano de 1947, o ex-reitor Jorge Americano listava as vantagens para a implantação de uma cidade universitária para “o aluno”, que “precisa de viver, e de, integrado na nova vida, tirar dela a máxima vantagem, para o seu próprio futuro”, necessitando de “morada higiênica, boa alimentação, livros e utensílios de estudo, diversões próprias, tudo a preço módico, e da melhor qualidade” e controlando “periodicamente” a

---

<sup>862</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 209-210.

<sup>863</sup> Cf. SÃO PAULO (Estado). Decretos Estaduais nº 19.442 e 19.443, de 30 maio 1950.

<sup>864</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, pp. 237-238.

<sup>865</sup> CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**, 1954, p. 250.

sua saúde; deveria, ainda, se não fosse abastado, “achar emprego dentro da Universidade, sem sacrifício, nem da saúde, nem do estudo. E deve encontrar ambiente adequado á formação do caráter”. Quanto ao corpo docente, necessitaria “ter socego [sic] quanto aos seus, conforto, bem estar, casa barata, vida barata, estipêndio condigno; em parte, quanto já se disse relativamente ao estudante, tem aplicação a ele”; quanto ao funcionário administrativo, “do mais alto ao último”, este mereceria “condições de vida equivalentes”. Desse modo, “vida higiênica em ambiente arejado” e todas as “diversões adequadas e gratuitas ou a preços reduzidos”, bem como “instalação adequada para todos os estabelecimentos universitários”<sup>866</sup> e outras “benesses” são utilizados como argumentos para a implantação da cidade universitária e, ao que parece, a complementaridade necessária àquele projeto de “universidade da Comunhão Paulista”, onde “a criação da mística nacional, como a projeção do projeto da Comunhão para o Brasil”, seria a “nova etapa da obra paulista bandeirante, a serviço da Pátria, como no passado”. Ou seja, seria “o idealismo paulista em ação”, pela “arrancada de Bandeirantes para a conquista da Terra Virgem, a conquista da nação pela Comunhão”, onde “a mística nacional é sustentada no princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir”, princípio este apoiado “na hierarquia e na disciplina, os mais belos princípios da organização social, opostos à anarquia e ao caos, produtos da ação comunista, na sua tentativa de quebrar o princípio da autoridade”. Apoiando-se no símbolo dos bandeirantes, que “sabem o que querem e para onde vão”, seria “o pensamento dominando a ação, de que só é capaz a Comunhão, portadora da razão”, que assim assumiria “o seu destino histórico” e imporia “um projeto nacional”.<sup>867</sup>

Já se tratou, em outros momentos desta Tese, a *mistificação* e a sua elaboração no pensamento de Gutermann e Lefebvre, em *A Consciência Mistificada*. Reafirmando: abordando o nazi-fascismo, ambos autores afirmavam, em sua obra conjunta, de que modo “a ideologia se torna eficiente por intermédio de forças sociais receptivas a partir do poder de Estado”, ao passo que aquela obra “definia esse Estado como forma política do nacionalismo e do imperialismo, conclusão e exasperação do Estado nacional da burguesia e do capitalismo”.<sup>868</sup> Mais ainda, o projeto de Estado não se desliga jamais de um projeto de indivíduo, conforme a consciência privada. Assim, Lefebvre completa:

---

<sup>866</sup> AMERICANO, Jorge. **A Universidade de São Paulo...**, 1947, pp. 221-223.

<sup>867</sup> CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**, 1982, p. 165.

<sup>868</sup> LEFEBVRE, Henri. **La somme et le reste**, 1973 [1959], pp. 117-118.

Na bela época, o funcionamento real da sociedade burguesa, com suas leis, se dissimulava sob o revestimento do individualismo, aparência que não era somente uma aparência, pois possuía uma certa realidade, portanto, uma certa “base” prática: a realidade mutilada, mas incontestável, do indivíduo, a consciência privada. *Consciência mistificada e consciência privada* caminhavam juntas. Hoje, o funcionamento real da sociedade capitalista se cobre do véu aparentemente transparente, opaco de fato, da informação captada e canalizada pelas esferas dirigentes: a imprensa, as notícias, as interpretações oficiais ou oficiosas das notícias. Véu tão difícil de levantar que não parece mais um véu. O sistema, em um sentido, se aperfeiçoou; em outro sentido, enfraqueceu-se e desgastou-se.<sup>869</sup>

O quanto essa “comunhão” de ontem e de hoje não diria respeito à reprodução de uma ordem estatista, baseada em princípios totalitários, levada a cabo por uma consciência mistificada, com toda a *transparência* e sua decorrente *opacidade*? Naqueles distantes anos da primeira metade do século 20, o projeto de construção de uma cidade universitária, no interior de uma ordem autoritária, instrumental, hierarquizada, com pouca participação da própria comunidade acadêmica, distante das questões sociais e, deste modo, subserviente à reprodução do valor...<sup>870</sup> Ainda assim, mesmo no interior do universo de ação entre essas elites acadêmicas (que desejavam a implantação da cidade universitária), os agentes privados (no caso, a Companhia City, que impôs obstáculos à implantação daqueles primeiros projetos da década de 1930) e a própria burocracia estatal (muitas vezes conflitante aos interesses dos demais “agentes”), demonstra o quanto esses universos simbólicos se adequavam a representações constituídas a partir da própria formação social brasileira. A localização da Cidade Universitária, a oeste, “caminho da conquista dos bandeirantes”, poderia “ser entendida como a conquista do interior do estado, e também o

---

<sup>869</sup> LEFEBVRE, Henri. *La somme et le reste*, 1973 [1959], p. 119.

<sup>870</sup> “A ideia defendida pode ser resumida a seguinte forma: diante do Estado de guerra, assim configurada a situação da época [década de 1930] pela elite, a sociedade deveria se apresentar de forma coesa para superar os problemas por que passava. Essa posição pretendia estabelecer um consenso em torno da crise apagando as questões de classe e as lutas políticas, que seriam substituídas por um *consenso científico* sobre a situação, e as formas de superação. [...] A Universidade de São Paulo surge como uma instituição fundamental para se produzir a modernização conservadora, pois dela se espera que seja capaz de promover a articulação do presente com o futuro sem rupturas com a ordem vigente. Ela deveria representar o lugar da produção de um conhecimento científico *desinteressado*, capaz de compreender os problemas que atravancavam a modernização, e buscar formular cientificamente o projeto a ser seguido por toda a nação. Para tanto, a Universidade não poderia estar contaminada com os interesses políticos dos grupos particulares, nem com as questões sociais de interesse mais imediato. A ela era reservada uma missão especial de distanciamento e de reflexão sobre as grandes linhas de desenvolvimento no caminho da modernização. É neste momento que surge a ideia de criação de um espaço exclusivo para a sua instalação. Sua ação traduz a vontade de um distanciamento dessa instituição com relação à sociedade, com as contradições sociais e disputas políticas presentes naquele momento, na utopia da construção de um projeto de futuro”. FARIA, Marcelo Oliveira de. *Privatização da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”*, pp. 59-60.



restante do país, dando as costas para o Rio de Janeiro (Guanabara), capital federal de então, localizada a leste”, realidade à qual aqueles partidários paulistas da chamada *Revolução Constitucionalista de 1932* desejavam se opor e mostrar seu poderio ideológico.<sup>871</sup> Maior mistificação do “poder do Oeste” pode ser encontrado em uma passagem de um folheto propagandístico, daquele mesmo período, de autoria do empresário Henrique Dumont Villares, loteador do atual bairro do Jaguaré:

O chão em que, outrora, seguia, tortuoso, o rio Pinheiros, engenheiros da São Paulo Tramway Light and Power Co. cortam-no hoje de canais que drenam os alagadiços e dão às águas curso regular e util. Magnífico prado para corridas de cavalos, instalado com todo o conforto, acha-se em vias de construção; está quase completo o Estádio de Atletismo; particulares edificam imponentes construções; Bancos levantam esplendidos estabelecimentos, afim de mais comodamente atender as suas, cada vez mais, importantes transações; terrenos devolutos desaparecem sob palacetes vistosos, bangalôs pitorescos e casas de campo em todos os estilos arquitetônicos imagináveis. Isso mostra que, dia a dia, cresce o valôr do nosso chão. *Como é sabido, as grandes cidades tendem a desenvolver-se para o lado do poente. Não foge a esta regra São Paulo. O mapa anexo provará que a propriedade do “CENTRO INDUSTRIAL JAGUARÉ”, fica justamente no caminho da expansão provável da cidade.* [...] Em resumo, nada que a iniciativa, a experiência ou a técnica possam sugerir, nada foi esquecido no sentido de acrescentarem-se às vantagens naturais da propriedade os melhoramentos que o mais exigente comprador possa desejar.<sup>872</sup>

O prolongamento das considerações a respeito da consciência mistificada nos mostra o quanto “o grande racionalismo, posto como objetivo a potência do homem sobre a natureza e em torno dele, a libertação do homem e a organização de suas forças, a humanização da natureza em seu pensamento”, visaria “a construção de uma ordem humana”. Desse modo, “o fim ideal das aristocracias antigas foi assim recuperado, amplificado em função das democracias industriais modernas” e esse fim “permanece aquele da civilização”; contudo, o autor reafirma que “somente o comunismo o fará passar do ideal para o real”.<sup>873</sup> Muita técnica, muita engenharia, e muita economia política aplicada

---

<sup>871</sup> XAVIER, Marco Antônio. **Ocupação do campus Butantã...**, 1999, p. 28.

<sup>872</sup> VILLARES, Henrique Dumont. **A indústria em São Paulo**, 1939, pp. 27-28. Grifos nossos.

<sup>873</sup> GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. **La conscience mystifiée**, 1999 [1936], p. 43.

ao território, produzindo espaço, constituindo *território economizado*: aquelas antigas várzeas alagadiças e não plenamente incorporadas ao mercado urbano de terras e muito menos às estratégias de reprodução desse mercado de terras, após a retificação daqueles rios e, posteriormente, à implantação das tramas viárias de pistas expressas e conectoras de todas as rodovias (esses caminhos) que chegam ou saem de São Paulo. Aqui, inclusive, caberia listar dois exemplos que estão diretamente relacionados a essa reprodução contemporânea do urbano e que se ligam umbilicalmente à concepção da OUCVS, com todos os elementos referentes à formação social brasileira e à “comunhão paulista” que viemos de indicar: trata-se da *Chácara do Jockey* e da *Chácara da Fonte*, parques constantes no projeto da OUCVS apresentado em agosto de 2011.

Aquele terreno ao qual o se referia Villares, onde se construía em 1939 “o magnífico prado para a corrida de cavalos”, na margem esquerda do Rio Pinheiros, foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 1941, o “majestoso Hipódromo do Jockey Club de São Paulo”,<sup>874</sup> palco de diversões e variados eventos promovidos pela e para a burguesia paulistana de outrora e de hoje. No entanto, parece que aquela instituição “que já recebeu a visita da rainha Elizabeth II” conheceu uma “triste decadência”, sobretudo a partir de meados da década de 1990: noticiário de abril de 2002 informava a dívida de “uma das maiores instituições da capital paulista”, que se acumulava em R\$ 43 milhões, em valores da época, já se verificando atraso dos pagamentos dos “proprietários e criadores de cavalos vencedores”.<sup>875</sup> Em julho de 2009, noticiava-se que a Procuradoria-Geral do Município (PGM) havia penhorado bens e receita de eventos do Jockey Club por conta de dívidas acumuladas de IPTU, estimados à época em R\$ 147 milhões, sendo considerada aquela entidade a maior devedora do município desse imposto à Prefeitura; informa-se ainda que, desde 1957, a Prefeitura cobrava aquele imposto do Jockey, ao passo que a Justiça só reconheceu esse direito à Prefeitura em 1969, tendo a instituição e o Município travado disputas jurídicas naqueles últimos 40 anos.<sup>876</sup> No ano seguinte, anunciou-se que a entidade planejava ceder 16% da área do hipódromo da Cidade Jardim, a Chácara do Ferreira, na Vila Sônia, e o centro de treinamento em Campinas, interior de São Paulo, para o mercado imobiliário; na Cidade Jardim, estava em projeto um conjunto de duas torres comerciais, um shopping e 1.291

---

<sup>874</sup> ESTÁ marcada para hoje, á tarde, a benção solenne do novo Hipódromo Paulistano, construído na Cidade Jardim – Depois de amanhã será disputada a grande prova do “Sweepstake”. **O Estado de São Paulo**, 24 jan. 1941, p. 9.

<sup>875</sup> NUNOMURA, Eduardo. A triste decadência do Jockey Club de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, 28 abr. 2002, p. E7.

<sup>876</sup> TAVARES, Bruno et al. Jockey Club tem bens penhorados. **O Estado de São Paulo**, 31 jul. 2009, p. C1.

vagas de estacionamento, denominado “Vila Hípica”, e, em Campinas, o projeto seria a implantação de um condomínio fechado horizontal. Na Chácara do Ferreira ou *Chácara do Jockey*, na Vila Sônia, o projeto seria a implantação de um “condomínio de prédios de quatro andares, com um total de 648 unidades”, localizado “em um terreno de 151 mil m<sup>2</sup>”, cujo “negócio seria feito por meio de permuta – uma espécie de troca, cuja contrapartida poderia vir em terrenos ou mesmo investimentos no Jockey”. O mesmo noticiário informa, ainda, que, no final de 2009, 12 sócios haviam se insurgido contra esse plano e ajuizado ação no Fórum Central João Mendes, apontando “diversas irregularidades no processo licitatório”, resultando em anulação daquela licitação, já que se considerou que “qualquer permuta ou venda de imóveis do clube [deveria] antes passar pelo crivo dos sócios, em assembleia extraordinária, conforme determina o estatuto do Jockey”.<sup>877</sup>

Tais ameaças quanto à *Chácara do Jockey* devem ter acionado os movimentos que já empreendiam suas lutas quanto à OUCVS e ao túnel-avenida a realizarem as primeiras movimentações naquela região da Vila Sônia. A esse respeito, Pedro Guasco relatou, em entrevista, que após as reuniões e encontros organizados entre 2009 e 2010 nas imediações do Parque da Previdência e da Praça Elis Regina, aquele grupo começara a perceber que, enquanto “a parte mais frontal do Butantã” estaria “mais bem informada e mobilizada” quanto aos projetos decorrentes da operação urbana, parecia que a própria Vila Sônia, “a região mais afetada”, não possuía tanta organização ou mesmo mobilização, e que naquele momento seria importante inclusive “puxar uma pauta positiva”. Foi naquele momento, segundo Guasco, que a demanda pela implantação do *Parque da Chácara do Jockey* passou a se constituir enquanto uma luta propositiva de fato.<sup>878</sup>

A primeira reunião a respeito da qual participei, em 17 de dezembro de 2010, com a presença de cerca de 30 pessoas, abordava os Decretos de Utilidade Pública (DUP) já outorgados para a desapropriação daquela área, entre dezembro de 2001 e abril de 2008,<sup>879</sup> sendo que o último venceria seus efeitos em março de 2013; questionava-se, também, a ausência de parques públicos naquela região e o relativo estado de abandono daquela área, e elaboravam-se as primeiras ideias para a efetiva mobilização daquela comunidade. Na reunião seguinte, ocorrida em 18 de janeiro de 2011, abordavam-se os inconvenientes do

---

<sup>877</sup> TAVARES, Bruno e BRANCATELLI, Rodrigo. Jockey quer ceder parte da área para construção de shopping e prédios. **O Estado de São Paulo**, 21 abr. 2010, p. C1.

<sup>878</sup> Conforme entrevista concedida ao autor, em 3 de maio de 2012.

<sup>879</sup> SÃO PAULO (Município). Decretos Municipais nº 41.557, de 21 dez. 2001, nº 44.573, de 7 abr. 2004 e nº 49.376, de 3 abr. 2008.

aluguel de parte daquela chácara para a realização de espetáculos musicais, as questões de mobilidade envolvendo os projetos da OUCVS, o encarecimento dos preços do metro quadrado, a ingerência do mercado imobiliário e a “deformação da região”, a ausência de canais de participação e as árduas lutas para a implantação de parques e áreas verdes e, novamente, a necessidade de mobilização daquela comunidade; naquele momento, entretanto, já se organizava um abaixo-assinado pela implantação do Parque. Na reunião de 17 de março de 2011, relatava-se que a Prefeitura teria aceitado a proposta daquela comunidade em abater parte da dívida do IPTU do Jockey Club com a doação daquela área ao Município, após visita à Chácara do Jockey pelo então Secretário Municipal de Esportes, Sr. Walter Feldman, na manhã do dia 4 de março. Ressalte-se, ainda, que esse acontecimento contou com razoável cobertura da grande imprensa,<sup>880</sup> bem como um telefonema em viva-voz com o próprio prefeito Gilberto Kassab; anunciava-se, inclusive, o nome *Pequeninos do Jockey* para aquele “novo parque” a ser implantado.

Naquela reunião, porém, a despeito do clima de comemoração pela “vitória” e de construção de um calendário e um novo programa de mobilizações, que envolvesse panfletagem, apelo à imprensa, envolvimento das escolas das imediações e um “abraço coletivo” àquela área, alertou-se para a mudança na diretoria do Jockey Club, com a posse de Eduardo da Rocha Azevedo, em 15 de março, ex-presidente da Bovespa e fundador da BM&F, cuja gestão tenderia a “olhar essa área como receita” e que intentaria “mudar o zoneamento, para vender, porque [valeria] o triplo”. Dias depois, em entrevista à imprensa, o próprio Eduardo Azevedo anunciava que pretendia renegociar a dívida com a Prefeitura, “propor uma política administrativa de empresa” ao Jockey Club e que o terreno da Chácara do Ferreira valeria “bastante dinheiro”, anunciando pretender “ver quanto desse terreno está arrendado para a Prefeitura [e] quanto [daria] para negociar”.<sup>881</sup> Em julho, enquanto se buscavam as mobilizações em torno do “abraço coletivo” e de outras demandas conexas, como a implantação da ciclovia na Eliseu de Almeida, noticiava-se a adesão do Jockey Club ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), o que permitiria a dívida despencar de R\$ 207 milhões para até R\$ 80 milhões, liberando outros investimentos para aquela entidade, como a provável implantação de clubes padrão AAA, “disputados pela elite paulistana”;

---

<sup>880</sup> GALVÃO, Vinicius Queiroz. Chácara do Jockey vai virar parque público. **Folha de São Paulo**, 19 mar. 2011, p. C1, e A MELHOR notícia do ano: Chácara do Jockey será parque esportivo de lazer. **Morumbi News**, 24 mar. 2011.

<sup>881</sup> O JOCKEY Club de São Paulo tem solução. Entrevista com Eduardo da Rocha Azevedo. **O Estado de São Paulo**, 2 abr. 2011, p. C5.

naquele momento, ainda se falava em vender parte da Chácara do Ferreira à Prefeitura.<sup>882</sup> Em reunião do dia 3 de agosto, comentava-se que esta matéria seria “matéria plantada”, de modo a avisar aos especuladores que a venda de “parte” da Chácara seria uma estratégia de alavancagem de novos negócios, incluindo incorporações com “vista para o parque”.

No entanto, viria em outubro um golpe fatal para aquela mobilização: por intermédio do PPI, que encolheu a dívida do Jockey Club de R\$ 207 milhões para R\$ 154 milhões, a serem pagas em 120 parcelas, a entidade quitava a primeira parcela referente àquele acordo, anunciava o “fato histórico” e declarava suspensa “qualquer possibilidade de a Prefeitura tentar leiloar na Justiça imóveis do clube, como sua sede social no centro e o hipódromo da Cidade Jardim, na zona sul”. Quanto à Chácara do Jockey, que se encontrava em uma DUP, cujo parque havia sido prometido para aquela região sete meses antes e figurando, ainda, no plano municipal de *Cem Parques* e também no *Plano de Metas*, bem como no PRE 2004, como lembrou Pedro Guasco,<sup>883</sup> e inclusive nos primeiros projetos da OUCVS, como verificamos no Capítulo 2 desta Tese, o presidente do Jockey, Eduardo Azevedo, afirmava acreditar que aquela situação poderia reverter-se após o início dos pagamentos da dívida do clube, e que naquele momento haveria uma situação mais confortável da instituição em negociar com a Prefeitura sobre aquele assunto.<sup>884</sup> Novas especulações quanto ao futuro da área, que até maio de 2013 não tinha a renovação do DUP de 2008, aparecem no fim de 2012, ora no escopo de venda de parte do patrimônio do Jockey para “saldar suas dívidas com impostos”,<sup>885</sup> ora em relação ao embargo judicial da OUCVS,<sup>886</sup> que sorrateiramente fora indicada como condição necessária à implantação desse parque e também ao *Parque da Chácara da Fonte*, no Morro do Querosene.

---

<sup>882</sup> SALDAÑA, Paulo. Jockey vai dar chácara e parcelar IPTU de novo. **O Estado de São Paulo**, 27 jul. 2011, p. C6.

<sup>883</sup> Conforme entrevista concedida ao autor, em 3 de maio de 2012.

<sup>884</sup> JOCKEY quita a 1ª parcela da dívida de IPTU: R\$ 154 milhões. **O Estado de São Paulo**, 19 out. 2011, p. C3.

<sup>885</sup> MARQUES, Jairo. Com dívida milionária, Jockey quer vender imóveis e enfrenta oposição. **Folha de São Paulo**, 24 nov. 2012, p. 6. Caderno Cotidiano 2. Informa intenção da presidência em “se desfazer” da Chácara do Jockey, o que poderia gerar R\$ 200 milhões. FERRAZ, Adriana e VEIGA, Edison. Jockey vai vender sede social para pagar IPTU. **O Estado de São Paulo**, 29 nov. 2012, p. C10. Informa intenção de Eduardo Azevedo em vender prédio da sede social da entidade, na Rua Boa Vista, centro de São Paulo. CHÁCARA do Jockey ainda sob risco de venda. **Gazeta de Pinheiros**, 28 nov. 2012. Informa que a Chácara do Ferreira teria a maior cotação entre os imóveis do clube no mercado imobiliário e que grupos de oposição à atual diretoria do Jockey seriam contra a venda do local, alegando que a não abertura das dependências do Jockey à população em geral implicaria em interferências do Município. CHÁCARA do Jockey continua com futuro incerto. **Gazeta de Pinheiros**, 17 jan. 2013. Afirma que entidades e moradores da região temem que novos empreendimentos no terreno avaliado em R\$ 174 milhões possam piorar o trânsito nas principais avenidas e vias da região.

<sup>886</sup> ZANCHETTA, Diego e BURGARELLI, Rodrigo. Parque Chácara do Jockey. **O Estado de São Paulo**, 18 dez. 2012, p. C10.

Sobre a *Chácara da Fonte*, Cecília Pellegrini nos relatou o histórico de lutas e movimentos implicados àquela área,<sup>887</sup> a qual, segundo sua avaliação, não poderia deixar de remeter ao histórico da própria cidade de São Paulo e também ao processo de colonização do país, incluindo uma possibilidade de compreender as territorialidades pré-colombianas, por intermédio do *Caminho do Peabiru*. Seu relato, que desferiu possibilidades de contato entre o Império Inca e o Planalto de Piratininga, em tempos pré-cabralinos, e o posterior tráfego de bandeirantes e tropas de muares, entre o século 16 e o início do século 20, e a provável centralidade da Vila Pirajussara (ou Morro do Querosene) e, mais especificamente, da misteriosa *fonte de rochas* naquele terreno entre o Morro e o INOCOOP Butantã. São muitas histórias, muitas possibilidades em aberto, muita pesquisa a ser empreendida naquele terreno: a luta seria transformar aquela chácara, que até o final da década de 2000 esteve aberta à população, em um parque público, com vias a propiciar, segundo Cecília, estudos *arqueológicos e antropológicos*, bem como uma área de preservação ambiental, sendo o parque destinado ao uso daquela comunidade, seja pela contemplação, seja pelas festas que já acontecem há tempos no Morro do Querosene e que atraem muitos visitantes, constituindo uma forte identidade local.

Cecília relatou que, em 2001, após vários membros daquela comunidade terem decidido organizar uma festa para ocupação da Chácara da Fonte, teria ocorrido um sério conflito com membros da família *Basile*, declarados proprietários daquele terreno. A partir daquele momento, Cecília teria começado a receber depoimentos, fotos, livros e relatos orais a respeito daquela área e, sobretudo, da referida *fonte de rochas*, relacionado às histórias das ancestrais rotas intercontinentais. Tempos depois, surgiria a intenção e a possibilidade de realização de um simpósio acadêmico, de modo a levantar debates e avaliar os fatos que dariam mais amplo respaldo às intenções de retomada da chácara. Outro relato seu, também muito interessante, asseverou que moradores mais antigos lhe teriam revelado que o terreno da atual Escola da Vila, na Vila Indiana, seria ocupado por uma hípica, no início do século 20, ao que lembra a ocupação de Vital Brasil e sua equipe da cocheira da Fazenda Butantan, em 1899, de modo a desenvolver os primeiros estudos de soros antiofídicos. Conectando este a outros relatos, Cecília fez alusão à presença constante de *cavalos, cocheiras e montarias* naquela localidade, o que lhe remeteria a considerar que aquele lugar seria de troca de montarias e pousio daqueles animais e seus condutores. No Capítulo 1 desta Tese, verificamos que vários documentos mostram que realmente uma boa parte das

---

<sup>887</sup> Entrevista concedida ao autor, em 25 de janeiro de 2011.

disputas de terras e apropriação dos caminhos ancestrais, entre os séculos 19 e 20, seriam a tônica daqueles campos comuns de pastagem das terras de Butantã.

Sobre os proprietários da chácara, Cecília relatou que, na década de 1950, *Salvador Peluso Basile*,<sup>888</sup> advogado de José Guilherme Eiras, teria recebido o terreno da Chácara em pagamento a um serviço prestado a Eiras; atualmente, seriam os três filhos de Basile os disputantes daquela área. Entre mudanças de nomenclatura da antiga *Rua da Fonte* (*Travessa Cingapura*, em 1991, e *Travessa da Fonte*, nome atual, a partir de setembro de 2003<sup>889</sup>) e o fechamento de uma parte daquela rua que confere o acesso à fonte, ressalta-se a existência de um documento datado de 1935 oferecendo *servidão perpétua de passagem*,<sup>890</sup> bem como a atribuição de “vegetação significativa” conferida por legislação estadual de 1989,<sup>891</sup> estaria ali um cabedal de documentação e de outras lutas e experiências já acumuladas, as quais desaguariam na publicação do Decreto de Utilidade Pública, com fins de desapropriação, em agosto de 2011,<sup>892</sup> a realização do simpósio *Juntos no Peabiru*, no mês seguinte e, finalmente, o tombamento da área pelo CONPRESP, em março de 2012.<sup>893</sup>

Quanto ao simpósio de setembro de 2011, cabem algumas importantes considerações. Durante todo aquele dia 13, houve exposições orais, na primeira parte do seminário, nas quais historiadores e pesquisadores de outras áreas apresentaram o rol de estudos e debates empreendidos no campo da historiografia e da arqueologia a respeito da existência e dos traçados dos caminhos pré-colombianos, bem como de seu uso posterior,

---

<sup>888</sup> Falecido em 24 de maio de 1981, aos 75 anos de idade, conforme nota em “O Estado de São Paulo”, 26 maio 1981, p. 17, Seção Falecimentos. No município de Taboão da Serra, o Decreto Municipal nº 041, de 3 de junho de 1981, nomeia um logradouro daquele município como “Rua Salvador Peluso Basile”.

<sup>889</sup> SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 43.721, de 4 de setembro de 2003.

<sup>890</sup> Certidão de servidão de passagem datada de 9 de agosto de 1935 e transcrita pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo em 1º de março de 2011. Disponível em: <<http://www.fontedopeabiru.com.br/wp-content/uploads/2011/04/cria-servid%C3%A3o-de-tr%C3%A2nsito.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

<sup>891</sup> SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 30.443, de 20/09/1989. Atlas disponível em: <[http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/cobertura\\_vegetal/vegetacao\\_significativa.htm](http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/cobertura_vegetal/vegetacao_significativa.htm)>. Acesso em 25 fev. 2013. Na página 32 desse Atlas, constam as espécies arbóreas da Chácara da Fonte como dignas de preservação.

<sup>892</sup> SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 52.575, de 19 ago. 2011.

<sup>893</sup> “O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, [...] considerando o valor histórico referencial da área conhecida como Chácara da Fonte, tendo em vista sua proximidade de antigos caminhos de ocupação e povoamento do território na Cidade de São Paulo; considerando o potencial valor arqueológico dessa gleba, ainda não urbanizada, para pesquisas que possam identificar referências de ocupações anteriores da área conhecida, hoje, como Morro do Querosene; considerando o valor simbólico e paisagístico da fonte de água natural, bem como das nascentes e da vegetação existente na área da Chácara; considerando o valor afetivo desses remanescentes físicos, apropriados culturalmente por expressivos grupos sociais desse bairro e da região do Butantã; [...] resolve [...] tomba a gleba conhecida como CHÁCARA DA FONTE [...]” SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Resolução 07/CONPRESP/2012, de 7 jun. 2012. Resolução referente à 534ª *Reunião Ordinária do CONPRESP*, realizada em 27 de março de 2012, cuja ata encontra-se disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Ata534\\_1334598486.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Ata534_1334598486.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2013.

pelos colonizadores europeus e pelos monçoneiros e tropeiros, sobretudo até o século 18. Destacou-se, ademais, uma exposição efusivamente aplaudida, por parte de um dos palestrantes, a respeito do “elitismo da academia”, a qual estaria “divorciada do povo”, “distante da realidade brasileira”, sem vínculos ou compromissos consistentes com as lutas e as reais demandas das comunidades, sobretudo aquela no entorno imediato da Cidade Universitária, segundo a sua avaliação e o julgamento de muitos daquela plateia que ora se encontrava e aplaudia seu protesto. Outras apresentações buscavam valorizar o conhecimento e a divulgação daqueles caminhos ancestrais, de modo a resgatar uma história densa de significação, “uma ressurreição do Peabiru na área urbana de São Paulo”, onde aquela seria uma oportunidade em “despertar” e “valorizar” o conhecimento a respeito dos caminhos indígenas brasileiros, não os desprezando em detrimento de famosos caminhos estrangeiros: Santiago de Compostela, na Espanha, Rota da Seda, na Ásia etc.

As exposições da tarde, versando a respeito de questões urbanísticas e de economia política do urbano, tiveram como centro uma discussão sobre “patrimônio histórico” e o contexto do projeto da OUCVS. Com a afirmação de que “hoje, o planejamento urbano da cidade de São Paulo [passaria] ao largo de qualquer preocupação com a questão do patrimônio” e a menção, mais uma vez, a uma pretensa evolução da “democracia representativa” para a “democracia participativa”, esta embasada pela legislação pós-Constituição de 1988 e amplamente utilizada no arsenal dos movimentos e entidades contra o projeto da OUCVS, assevera-se que quem definiria “os rumos de ocupação e uso do solo urbano na cidade de São Paulo, hoje, [seria] a especulação imobiliária”. De igual forma, a *soma* ou ainda a lógica implicada ao *discurso*: o “grande aprendizado” sobre o discutido pela manhã, no campo da historiografia e da arqueologia, sobretudo, a respeito da “história muito bonita” do Peabiru e demais caminhos ancestrais, tudo aquilo não seria suficiente para compor estratégias de luta; *logo*, a luta se daria *também* com o reconhecimento do poder econômico implicado às ameaças ao “patrimônio histórico”. Assim, a *estratégia* seria: “eu tenho que transformar isso num instrumento, numa arma que permita, inclusive, que essa proteção se dê”, já que o objetivo do “capital imobiliário” seria “adensar toda a cidade” e “transformar a cidade inteira em um grande paliteiro”.<sup>894</sup>

---

<sup>894</sup> “O estudo crítico da vida cotidiana desvelará a tática e a estratégia dos grupos parciais (as mulheres, os jovens, os intelectuais etc.) na sociedade global. Ela saberá revelá-los, através das ambiguidades, como elas se revelam e se significam, como elas se revelam e se dissimulam, mas se ainda assim expressam. O estudo da quotidianidade apreenderá as relações dos agrupamentos que os tornam opacos em seus contatos, ou que os fazem acessíveis uns aos outros, a despeito dos mal-entendidos, as manobras táticas, os disfarces, as aberturas e aventuras estratégicas. [...] Quanto aos momentos onde predomina a estratégia, são estes os grandes momentos históricos, as efervescências. A



Qual o *instrumento*, a *estratégia*, então? A despeito dos instrumentos de “controle do uso do solo urbano”, PDE 2002 e PRE 2004, a implantação de *Zonas Especiais de Preservação Ambiental* (ZEPAM’s), de *Zonas Especiais de Preservação Cultural* (ZEPEC’s) e a implantação dos Planos de Bairro, lembra-se que pouco tempo antes houvera “uma tentativa drástica e triste” de revisão do PDE 2002, que estaria “em sintonia profunda com os setores vinculados ao mercado imobiliário em São Paulo”, tentativa barrada judicialmente em 2010. Reconhecendo essa derrota, o Executivo, sem ter conseguido fazer valer aquela “revisão” do PDE pelo Legislativo, teria resolvido atacar novamente pela imissão de novas *operações urbanas consorciadas* e pela implantação da *Concessão Urbanística* da Nova Luz, por exemplo.

Mais informações, para alimentar a *estratégia*: “adensamento construtivo” não seria o mesmo que “adensamento populacional”, contrariando de início o surrado argumento quanto à “necessidade social” em se aprovar e executar as operações urbanas; “o mercado imobiliário [teria] horror de ouvir falar em patrimônio”, porque “patrimônio significa diminuir a disponibilidade de terra para fazer grandes edificações e automaticamente diminuir o lucro imobiliário”, já que “estamos lidando com capitalistas que lidam com o lucro imobiliário, não estamos falando de uma cultura de paz”, e que “não são pessoas que têm um projeto de cidade” e sim “objetivos de lucro imobiliário”. Considera-se, ainda, que “em vários lugares do mundo, na Europa e no Canadá”, o “patrimônio fabril”, por exemplo, “é considerado algo a ser preservado”, a partir do *retrofit*, o que “requalifica todo aquele espaço urbano e aqueles galpões” e, logo depois, “utiliza aquilo para diferentes usos, pra pequenos e grandes comércios, para ateliês de artistas, para escolas, eventualmente, para moradia inclusive”. Em São Paulo, no entanto, reforça-se que as incorporadoras adquirem esses grandes lotes, deixam pouca ou nenhuma margem de tempo ou de espaço para as eventuais pesquisas históricas ou mesmo arqueológicas no local e rapidamente levantam “torres imensas, com paredões de cinco metros circundando, verdadeiros *bunkers*, que acabam não conversando com a cidade”. Complementando, o *Departamento de Patrimônio*

---

estratégia dá o *sentido* dos grupos e de sua vida. O ‘sentido’, direção, orientação, expressão e objetivo, nada tem de uma tranquila entidade especulativa, a desobstruir filosoficamente por um especialista, o filósofo. O sentido é drama. É a estratégia – aquela do grupo – que o constitui. Ela o cria. O nível da quotidianidade enquanto ‘realidade’ seria, portanto, aquele da *tática*, intermediário entre o nível onde não há mais ato, onde a realidade estagna e se espessa, onde domina o trivial – e aquele da decisão, do drama, da história, da estratégia e da revolução. Retomamos aqui, ainda, em uma outra perspectiva, enunciados anteriores. Entretanto, essas proposições não devem se prender literalmente. A quotidianidade enquanto realidade a metamorfosear, contestável e contestada por sua crítica, se constata ao nível das *táticas*, das forças e de suas relações, ardis e desconfianças. É ao nível dos eventos, das estratégias, e dos momentos históricos que ela se transforma. Não fixamos estaticamente, portanto, um nível na vida quotidiana e em seu estudo. Isso resvalaria ou em direção ao baixo e ao trivial, ou em direção ao alto e ao eventual (no sentido estipulado). [...] Passando ao nível da estratégia, buscar-se-á como os grupos tendem a minimizar as chances de ganho máximas dos parceiros ou adversários – ou ao contrário a maximizar seu próprio ganho mínimo”. LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne II...*, 1980 [1961], pp. 138-139.

*Histórico* (DPH) da Prefeitura de São Paulo conta com poucos profissionais e recursos, e esse “esvaziamento” não se daria ao acaso: seria “intencional”, de modo a ter justamente maiores dificuldades na fiscalização e preservação do imenso “patrimônio histórico”, diante “do ritmo de destruição que tem a especulação imobiliária”.

Agora, a *estratégia* propriamente dita. De modo a “preservar essa riqueza tão importante que foi mostrada” em relação ao Peabiru e da Fonte, seria preciso ter “muito cuidado com a OUCVS”, ou ainda, “não comprar gato por lebre”, já que o principal objetivo daquela operação urbana seria precisamente aumentar o adensamento construtivo, envolvendo “interesses poderosos, interesses do mercado imobiliário”. Além disso, não confiar no CEPAC como instrumento de arrecadação e de investimentos, já que “uma desapropriação de uma fonte tão importante como essa teria que ser feita com o dinheiro do Orçamento do município”. E, para além da reação, a *ação*: posto que a produção ou “a sanha” do mercado imobiliário seja muito grande e sua temporalidade (justamente aquela da *economia política do urbano*) seja deveras acelerada, urgiria compor um “arrazoado” daqueles estudos e justificativas, e *rápido*, de modo a contatar o Ministério Público do Estado de São Paulo, em “uma atitude proativa”, *para assegurar a Chácara da Fonte*.

Ao que parece, seria a execução dessa “lição de casa” que culminaria, afinal, no tombamento daquela área. *Infelizmente*, a publicação do DUP e o posterior tombamento da área não significaram, até maio de 2013, uma efetiva aquisição daquele terreno pela Prefeitura e a conseqüente implantação do parque, que efetivamente teria muito a contribuir com maior conhecimento a respeito desses ancestrais caminhos, além de se constituir, potencialmente, em um belo espaço a serviço daquela e de outras comunidades. Mais uma vez, o possível-impossível se coloca à ordem do dia...

\*\*\*

Direcionando esta discussão a uma acepção mais geral, por que insistentemente me refiro à *estratégia*? Podem-se imaginar algumas hipóteses para essas movimentações e esses procedimentos, de como a “sociedade civil organizada” ou “não organizada” construiria suas formas de luta, principalmente diante da aludida e muito combatida “sanha do mercado imobiliário”. Sem a menor dúvida que essa irrequieta voracidade destrutiva/construtiva do capital ou, mais especificamente, do “lucro imobiliário”, parece se configurar na tônica principal da produção contemporânea do urbano, em múltiplas escalas, quanto mais na escala de um país para onde parecem afluir, em massa, mais e mais investimentos

estrangeiros, diante da pronunciada “crise econômica” dos países centrais e do “bom momento econômico” do Brasil de inícios da década de 2010.

E a saída possível, diante de tantas ameaças: apelar pelo “meio ambiente”, pela “qualidade de vida”, pela “preservação do patrimônio” ou ainda pela “cultura de paz”. Saídas possíveis diante de um mundo *inteiramente e criticamente* invadido pela economia política? A esse respeito, cabe uma advertência:

Então, estamos estabelecidos no mundial, no espacial. A reprodução da sociedade contemporânea, lida apressadamente, pode aparecer como fruto da inércia, não exigindo projetos ou estratégias, não exigindo, assim, problematização. Há mais de meio século, que a história parece peso morto ou se disfarça em folclore solvável através do turismo, ou ainda revigora a economia urbana financeirizada, nas “revitalizações” dos centros “históricos” urbanos. *É quando a historicidade perde importância, prevalecendo uma instalação no existente, apesar de desconfortável para muitos e dilacerante para amplas camadas sociais, sem perspectivas claras ou projetos sociais de mudanças ou movimentos radicais. Estes prevalecem ao nível do residual.* Nesse momento, exatamente, exige-se a acuidade no tratamento das transformações, das transições, do movimento do real, das contradições, que parecem assim residuais – vividas de modo ambíguo, atenuadas pela alienação cotidiana, mesmo para aqueles que perdem toda estabilidade nas contingências da vida –, e, ao invés de crises cruciais, geram tédio, mal estar, insatisfação, apatia ou, inversamente, violência; em síntese, quando se produzem os *espectadores*. Semelhante “estado de espírito” envolve a revitalização das leituras existencialistas ou até existenciais; *mas o que se busca, como plano necessário, ainda a discernir, é o da relação entre a consciência privada e a consciência social.*<sup>895</sup>

O que se nos apresentaria para além do mundo da mercadoria quando “boas experiências” de outros países (principalmente os centrais) parecem conduzir ao *máximo horizonte* de uma luta social? O que se poderia apresentar tal como um salto qualitativo, em direção a uma outra forma social para além da superexploração, para além de *uma forma que se basta enquanto tal*, que violentamente se manifesta em uma *morfologia urbana*, que se resolveria pelo simples toque de um *melhor zoneamento*, ou ainda, de uma *fiscalização mais eficiente*; ou, perguntando de modo perigosamente mais ampliado, qual seria efetivamente o alcance da tão desejada (e mesmo necessária) “democracia participativa”, aquela da

---

<sup>895</sup> DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia...**, 2008, pp. 28-29.

“participação popular” nos moldes de uma totalidade que parece não apontar para uma direção mais *radical*, de uma *radicalização* dos termos da luta?

Em outra acepção de cunho geral, esta Tese buscou demonstrar que os caminhos de outrora, do período colonial, dentro uma lógica fundada no moderno, produtos daquelas condições materialmente estabelecidas, daquela economia baseada nas relações e contradições entre aquelas classes, em uma totalidade de uma reprodução ampliada... São esses os mesmos caminhos que, dentro de uma lógica espacializada, das estratégias do espaço, da ponência do valor a partir dessa espacialidade, se colocariam a serviço de uma economia tornada fictícia, distante e ao mesmo tempo brutalmente próxima de uma base produtiva real, a de produzir e reproduzir espaço e relações de produção. Esses caminhos daquela economia de antanho servem à economia política contemporânea, operam a partir da recomposição espetacular de significantes aos significados. Deste modo:

Deterioram-se os termos: se menospreza a possibilidade do homem cotidiano pensar o real vivido, estagnado enquanto ser alienado, e se traduz todo o conhecimento numa lógica sem resíduos, cuja expressão adequada é o modelo imanente; pode-se optar por concepções gerais, ao ponto de esfumar o sentido da historicidade, tornando-as estritamente abstratas, de um vazio teórico e prático, constituindo “a forma conceitual sem conteúdo” ou dar um lugar hipertrofiado às especificidades, ao ponto de substituir a possibilidade de uma natureza universal do real e do conhecimento por projetos nacionalistas ou regionalistas; o indivíduo imerso na sociedade se confunde ou se perde nela e se subestima a historicidade do dilaceramento do indivíduo, o sentido do individualismo, a alienação do homem como ser sensível, particular. O desacordo propõe, impulsiona o acento no possível, no virtual, a partir do presente: do presente em direção ao possível, ao possível-impossível, ao devir. Claro, e inversamente, pode-se cair na nostalgia, no retorno ao passado como crítica do presente. A primeira consideração define o *romantismo revolucionário*, cuja potência dialética ressaltamos: os contrários levados até à contradição e a partir de sua superação real o encontro da unidade, na vida e na consciência.<sup>896</sup>

E quanto à formação social brasileira? Os termos dessa historicidade, da violência imanente, da dilaceração posta pela ordem escravista, pelos horrores do patriarcalismo e da tradição autoritária, pela construção de um país onde se busca constantemente,

---

<sup>896</sup> DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia...**, 2008, p. 67.

quotidianamente, o abrandamento dos conflitos e das contradições. Permitindo o leitor o uso de linguagem figurada, “sabemos todos que somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas”, ou seja, “os corajosos índios, os estóicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos”. Glorificamos, ainda, a “mestiçagem”, de onde teria nascido o samba, “no qual se exprimem a energia índia, o ritmo negro e a melancolia portuguesa”, não desconfiamos de que “a mestiçagem é responsável por nossa ginga, inconfundível marca dos campeões mundiais de futebol” e “não há quem não saiba que, por sermos mestiços, desconhecemos preconceito de raça, cor, credo e classe”.<sup>897</sup>

Nada mais, nada menos do que uma *política média*, aquela do *consenso*, aquela que se apoia nas classes médias como sustentáculo da governança, do Estado, esse ente que paira no horizonte político de uma sociedade ainda imatura o suficiente para não conseguir radicalizar os termos da superação dessa média da média da média. A paz do cemitério, onde cada um “conhece” e “ocupa” o “seu lugar” e a classe média como devir, junto ao ideário da branquidade ou da branquitude, no tocante à formação social brasileira. A vitória da equivalência sobre a diferença: a realização da utopia. Predominância do espacial, portanto, sobre o temporal. Novas fronteiras para a valorização do valor?

---

<sup>897</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil...**, 2004, p. 6.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Para uma crítica da “política média” ou da “média política”

E quanto ao devir? O que aparece como tendência? Quais as permanências e quais seriam as rupturas? Ou ainda, qual o tratamento possível ou mesmo necessário para o desvendamento daquilo que se anuncia?

Esses questionamentos se vinculam ao fato de que o período analisado e discutido nesta Tese se encerra em dezembro de 2012. No entanto, como o *real* denota o *movimento*, conforme apontado na primeira expressão de abertura deste trabalho, na Introdução, não foram poucos os acontecimentos referentes ao Butantã e à Vila Sônia entre janeiro e maio de 2013, momento em que escrevo estas considerações finais.

Um dos acontecimentos mais importantes deste momento, aliado ao início do mandato da nova gestão do Executivo Municipal, chefiada por Fernando Haddad, cuja campanha pela eleição foi marcada pela contraposição ao grupo político que comandara as duas gestões anteriores (José Serra e Gilberto Kassab), é justamente a revisão do Plano Diretor do Município de São Paulo. Coincidem, portanto, ambos os calendários: a sucessão governamental e a obrigatória revisão decenal do plano que almeja direcionar os diversos rumos do município de São Paulo para os próximos dez anos.

Pelas mensagens eletrônicas que circulam a partir da *Rede Butantã*, é possível verificar a ampla movimentação, tanto em nível municipal quanto em nível local, de diversas pessoas, entidades, movimentos e demais associações quanto a essa discussão. Mais ou menos desde o mês de fevereiro de 2013, parece que se iniciaram as discussões e debates na Subprefeitura do Butantã, e também em fóruns mais ampliados, envolvendo todo o Município, cujos encontros são realizados em localidades mais centrais da cidade.

E o que denota essa movimentação? Ao que parece, o debate sobre as Operações Urbanas Consorciadas não está de modo algum encerrado. Pelo contrário: esse instrumento se aprofunda, se reafirma, se põe como mais um dentre tantos outros que estão previstos no Estatuto da Cidade (Concessões Urbanísticas, instituição de ZEIS, Outorga Onerosa etc., conforme apontamos em inúmeros momentos desta Tese), de modo a executar e efetivar esses novos rumos do município, diante da realização dos diversos negócios urbanos, que *já* saíram de cena. Tais negócios, em paralelo ao que se aprofunda em termos de “instrumentos urbanísticos”, acabam conferindo um colorido que nunca se desbotou, no tocante à realização da economia política do espaço, no seio do urbano. Assim,

vivemos novos (e velhos) períodos da afirmação do urbano enquanto grandes e rentáveis negócios, das mais variadas ordens.

Evidentemente que os termos práticos desse movimento admitem certos saltos qualitativos. Exemplo: como incorporar a dimensão do participativo, ou seja, da almejada “participação popular”, aos novos rumos que o Município imprimirá ao seu revisado Plano Diretor, a partir de 2013? Ao que parece, justamente pela convocação de audiências públicas e reuniões diversas em todos os níveis e escalas político-administrativas possíveis: do geral ao particular, ou do Município à Subprefeitura. E não basta ampliar ou diminuir a escala, pois ocorrem outras segmentações, concretizadas pelas reuniões com diversos “segmentos” da “sociedade civil”: associações de bairro, ONG’s, determinados setores do empresariado etc. Pelo menos é assim que as notícias chegam, de modo mais ou menos fragmentado, a respeito do que está ocorrendo nesse exato momento. E, conforme se indica, o tempo urge: a aprovação do revisado Plano Diretor deverá ser feita ainda este ano, para que logo se refaçam os Planos Regionais Estratégicos e se coloquem as novas diretrizes de Uso e Ocupação do Solo Urbano, revisando toda aquela legislação municipal vigente desde 2002 e 2004. Afinal, como afirmei páginas atrás, o *desnível* entre a temporalidade do político e aquela do econômico devem se ajustar em algum momento. É preciso, portanto, *continuar*.

Continuar o quê, afinal? Continuar justamente o fluxo ininterrupto dos negócios que se põem à mesa do urbano. Ou ainda, ajustar os passos e as ações, alimentar a maquinaria da valorização do valor. É preciso continuar, paralelamente, a partir da incorporação das lutas dos movimentos e entidades pelo atendimento de suas demandas, desde a “participação popular” até a “habitação”, “saúde” e “educação”. Incorpore-se a essas legítimas demandas a “cultura”, a “mobilidade urbana”, ou ainda, um debate não muito bem resolvido: a demanda pela “segurança”, diante de tempos onde a barbárie social assume reiterativas formas. Não é exagero afirmar que tal demanda esteja sendo alvo de pesadas considerações e pungentes defesas do recrudescimento de formas repressivas policiais ou jurídicas, de modo a combater a chamada “violência urbana”.

Continuando e estendendo esses debates e as discussões a respeito dessas *demandas*, poder-se-ia partir para as suas soluções, ou seu “equacionamento”? Como atendê-las diante de uma economia crítica, no sentido mesmo de sua crise imanente, onde vultuosos capitais ociosos de ordem mundializada buscam constante ancoragem para a realização e a rentabilidade de seus investimentos? E uma pergunta, derivada da necessidade de atendimento dessas *demandas*, seria: como coletivizar os benefícios da chamada “mais-valia urbana” (termo

presente na formulação da ideia de “solo criado” e “outorga onerosa”, como vimos), se não se coletivizam os termos da própria *produção* ou ainda da *propriedade*? E, por falar em propriedade...

Descobrimos o quanto *a propriedade se move* e o quanto essa forma, fundamental e reiterativa diante do modo de produção capitalista, necessita desse *movimento*, de modo a se afirmar e se aprofundar em uma economia que não se ancora absolutamente em fixidez. O debate da relação entre o *capital fixo* e o *capital circulante* ainda pode esclarecer bastante o sentido contemporâneo da urbanização, em tempos de economia financeirizada e criticamente mundializada, criticamente tornada fictícia. Evidentemente que tempo e espaço, tornados economia, revelam o quanto a economia de outrora (operada pelos caminhos percorridos pelos tropeiros, conforme apontado no Capítulo 1) se incorpora à economia de hoje. Aparecem como composição, o tempo (história) e o espaço (economia), mas é a cisão o seu fundamento.

Desse modo, evidentemente, a *circulação* não resolve tudo. Há que se enfrentar, assim, os termos da própria política e do político. Insistindo no tratamento sobre o *político*, Lefebvre nos ensina que:

Não havendo mais o absoluto político e a verdade política oposta de modo racional (claro e distinto: científico) na mentira política, como definir a(o) política(o)? Seria uma técnica, aplicação de um saber ele próprio empírico (experimental)? Se definiria como uma *arte*, isto é, como um dom, um talento ou um gênio (portanto, individual)? Seria a maneira de manipular com sorte as pessoas, o “público”, a opinião? Uma variante da publicidade e do marketing. No limite, haveria uma habilidade, aquela de se servir da mentira, dos mitos, das ideologias, que definiria a política? Se essas questões têm algum sentido, é que a dúvida e a inquietude predominam, que “nós” não saímos ainda do “reino das sombras”! Durante décadas, quantos insultos, quantas ironias, quanta inundação de sarcasmos contra *a política*! Quantas explicações históricas, psicológicas, sociológicas, de sua importância e de sua inanidade!... Reabilitar o político é um *momento* de um vasto projeto. Difícil de cumprir.<sup>898</sup>

Reabilitar o *político* significaria, assim, superar a *política média* ou a *média política*? Provavelmente. Considerando que a política média remete ao “consenso” entre os desiguais

---

<sup>898</sup> LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique...**, 1986, p. 88.



(jamais restituindo as diferenças e sim hierarquizando-as, tornando-as e aprofundando-as enquanto desigualdades), pela via do discurso estatista (as possibilidades jurídicas se constituindo como a *única* possibilidade) e do império da lógica formal. A política média diria respeito, assim, à forma da média, pela reprodução das relações sociais de produção, considerando que essa forma social contemporânea e essa economia não sobreviveriam senão a partir da média (no caso da economia, as taxas médias de lucro, o trabalho socialmente necessário, os rendimentos médios dos juros etc.), e onde o(a) crítico(a) é prontamente incorporado a essa média. Decorre daí que as fronteiras e as tensões, o embate do *mesmo* com o *outro*, são prontamente encaixotados e embalados com vistas a reproduzir essa média constante. Assim, afirmamos o quanto as classes médias referendam o Estado, essa primaz figura na conciliação das médias e na operação das cadeias de equivalência. As periferias referendam os centros, que as subjagam e prontamente as incorporam.

Exatamente por essa razão, como vimos, o Estado divide para reinar, já que se constitui enquanto a figura necessária à manutenção dessa ordem social, política e econômica. Poucas figuras são tão poderosamente constituídas, como a ordem estatista, para manter e eternizar essa ordem econômica! O político colonizado pelo econômico, por via do estatismo, busca essa cisão entre as classes, que, amortizadas e segregadas enquanto classes ou ainda guetos sociais, têm nessa política média a manutenção de uma coesão que é tão-somente operada a partir do Estado. Assim, só o Estado poderia *reunir*, pois a sua manutenção enquanto tal é fundamental à própria reprodução das relações sociais de produção. Dessa maneira, urge superar a política média? Certamente. De que modo? Existem *modelos* alternativos? A história poderia nos legar tais formas, de modo a atingirmos determinado alvo, meta ou finalidade, postos a partir de “modelos”?

Outro importante ensinamento do pensamento lefebvriano é justamente a crítica dos “modelos” e que a distinção entre o *caminho* e o *modelo* é fundamental na superação dessas médias operadas pela ordem estatista. Para Lefebvre, “o caminho se traça, se abre através dos obstáculos, com os fracassos, bifurcações, ‘retrocessos’, enquanto o modelo exige coerência, imitação”, e que os modelos constituídos na história (o capitalismo e o socialismo, “aquele do socialismo ‘real’”) mostraram (e mostram) seus profundos desgastes e fracassos.<sup>899</sup>

---

<sup>899</sup> LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique...**, 1986, p. 94.

*Há que se superar, portanto, os modelos.* Há que se abrir, portanto, os caminhos, as táticas que se transmutam, a longo prazo, no “fio condutor” do projeto político: “a passagem da democracia representativa à democracia direta, em todas as situações e conjunturas onde isso se pode introduzir e encontrar lugar e ocasião”.<sup>900</sup> É nesse sentido que urge o tempo, portanto, para novas *táticas e estratégias*: a superação das alienações, fetiches e mistificações, bem como a efetiva tomada do tempo da história.

---

<sup>900</sup> Continuando essa passagem: “[...] ainda que momentaneamente: grupos ativos, cidades e bairros, territórios, sem excluir, evidentemente, as empresas, se servindo das técnicas (fiação, comunicações locais diretas etc.). O projeto deve cobrir a extensão inteira da sociedade, acentuando o “social” (inclusive o associativo), definindo em todos os níveis a cidadania ativa. Se Lenin pôde definir outrora o socialismo pelos “soviets e a eletrificação”, não se pode projetar hoje em dia um socialismo definido pela “autogestão mais o informático”<sup>ç</sup> O projeto daria a essa fórmula muito breve um alcance prático, um sentido concreto. O que depende evidentemente da “situação”, termo impreciso que designa ao mesmo tempo lugar e um momento, uma *conjuntura* em uma estrutura que o conjuntural pode modificar, orientar.” LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**, 1986, p. 95.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFREDO, Anselmo. **Índio, questão de majestade:** a problemática indígena e a contradição agrária urbana na ocupação produtiva do Planalto Paulista no século 18. 2004. 450 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ALMEIDA, Elsinoe Elisa Ract de. A organização espacial do setor metropolitano ocidental de São Paulo – 1. In **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 36, n° 256, pp. 5 – 73, jan./mar. 1978.
- ALMEIDA, Elsinoe Elisa Ract de. A organização espacial do setor metropolitano ocidental de São Paulo (conclusão). In **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 36, n° 257, pp. 5 – 81, abr./ jun. 1978.
- ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau:** analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.
- AMARAL, Antônio Barreto do. **Pinheiros**. 3ª ed. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico / Divisão do Arquivo Histórico, 1985. (Série: História dos bairros de São Paulo, volume 2).
- AMERICANO, Jorge. **A Universidade de São Paulo**. Dados, problemas e planos. São Paulo: Empresa Gráfica da 'Revista dos Tribunais', 1947.
- ARANTES, Antônio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.
- AZEVEDO, Aroldo de (org.). **A cidade de São Paulo:** estudos de Geografia Urbana. Vols. I, II, III e IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro-jardim: 1915-1940**. 1982. 190 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- BACELLI, Roney. **Jardim América**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico / Divisão do Arquivo Histórico, 1982. (Série: História dos bairros de São Paulo, volume 20).
- BAITZ, Ricardo. **A propriedade contra a posse e a propriedade 2**. In **GEOUSP – Espaço e tempo**. São Paulo, n° 22, pp. 91-109, 2007.
- BAITZ, Ricardo. **Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade:** nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade. 2011. 292 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BANCO MUNDIAL. **Governance and development**. Washington D.C.: The World Bank, 1992.
- BATAILLE, Georges. **A parte maldita**. Rio de Janeiro: Imago, 1967.
- BATAILLE, Georges. **Escritos sobre Hegel**. Madrid: Arena Libros, 2005.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e poder – a questão das cotas para negros. SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1, 2005, São Paulo. **Proceedings online...** Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100005&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 06 jul. 2012.
- BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos:** a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2007.
- BRUNO, Ernani da Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. 3 v.
- CAMARA DOS DEPUTADOS e INSTITUTO POLIS. **Estatuto da Cidade**. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília, DF: Caixa Econômica Federal/Instituto Polis, 2002.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. **Estudos sobre o Problema Universitário**. São Paulo: Empresa Graphica da "Revista dos Tribunaes", 1938.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo, Saraiva: 1954.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados / Cortez, 1982.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Manizales (Colômbia), vol. 8, n° 1, p. 607-630. jan./jun. 2010.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (org.) **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. (Novas abordagens. Geosp; vol. 4).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. In: **Revista USP**. São Paulo, nº 68, p. 88-103. dez./jan. 2005-2006.
- CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. **Operações Urbanas em São Paulo: interesse público ou construção especulativa do lugar**. 2006. 395 p.: il. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA USP. **Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM, 1., 1917. **Annaes...** São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. v. 1. e v.2.
- CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM, 2., 1919. **Annaes...** São Paulo: Typographia Piratininga, 1920.
- CONGRESSO PAULISTA DE ESTRADAS DE RODAGEM, 3., 1923. **Annaes...** São Paulo: Typographia Piratininga, 1924, v.1, v. 2, v. 3.
- DALLARI, Adilson Abreu e FERRAZ, Sérgio (coord.). **Estatuto da Cidade** (Comentários à Lei Federal 10.257/2001). 3ª ed. São Paulo: SBDP, 2010.
- DAMIANI, Amélia Luísa (coord.) et. al. **O futuro do trabalho : elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro**. São Paulo: AGB/SP. Labur/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006. 72 p.
- DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e Geografia: observações de método**. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo. 2008. 414 p. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DAMIANI, Amélia Luísa. Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da Metrópole de São Paulo. In CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Geografias de São Paulo 1: Representação e Crise da Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001. (Novas abordagens. Geosp; vol. 1).
- DÉAK, Csaba. **Operações urbanas**. Disponível em: [http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/oper-urb/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/oper-urb/index.html) s/d. Acesso em: 11 fev. 2011.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. 4ª reimpr. São Paulo: Contraponto, 2003.
- FARIA, Marcelo Oliveira de. **Privatização da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"**. 2001. 186 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples**. Rio de Janeiro: Paz e Terra / São Paulo: Brasiliense, 1997. (Oficina de filosofia).
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERREIRA, João Sette Whitaker e MARICATO, Ermínia. **Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?** In: OSORIO, Leticia Marques (org.). **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. Disponível em:

<[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira\\_operacoesurbanasconsorc.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_operacoesurbanasconsorc.pdf)>  
> Acesso em 4 jan. 2013.

- FERREIRA, João Sette Whitaker. **Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas**. CONFERÊNCIA DAS CIDADES, 5, 2003, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/index.html#textos>>  
Acesso em: 5 jan. 2013.
- FIORAVANTI, Lúvia Maschio. **Da periferia à centralidade: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo**. 2009. 143 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O Solo Criado / Carta do Embu**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1977.
- GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. In: CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito). **Anais...** Manaus, 2006. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2013.
- GONÇALVES, Fábio Mariz. Operação Urbana consorciada Vila Sônia e a possibilidade de diálogo. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 25, nº 71, pp. 205-218, abr. 2011.
- GONÇALVES, Verginaud Calazans. **A primeira corrida na América do Sul**. São Paulo: Labograf, 1988.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco**. O passado escravista que não passou. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. (Livre pensar; 4)
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- GUTERMANN, Norbert e LEFEBVRE, Henri. **La conscience mystifiée**. Paris: Éditions Syllepse, 1999. [1936]
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HARVEY, David. **Limits to Capital**. London: Verso, 2006.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- INSTITUTO BUTANTAN. **100 anos de Butantan**. São Paulo: Instituto Butantan/Aventis Pasteur, 2000.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006.
- JESUS, Camila Moreira de. **Branquitude X branquidade: uma análise conceitual do ser branco**. ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3, 2012, Cachoeira (BA). **Artigos completos**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2012.
- JORDÃO, M. F. **O Embu na história de São Paulo**. Embu: Prefeitura Municipal de Embu, 1960.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. **A Linguagem e a Sociedade**. Lisboa: Ulisseia, 1966.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. **Capítulo IV – Psicologia das classes sociais**. In: **GEOUSP – Espaço e tempo**. São Paulo, nº 17, pp. 21-41, 2005.

- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne I**. Introduction. 2<sup>e</sup> ed. Paris : L'Arche Éditeur, 2009 [1947].
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II**. Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris : L'Arche Éditeur, 1980 [1961].
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne III**. De la modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie du quotidien). Paris : L'Arche Éditeur, 1981. « Le sens de la marche »
- LEFEBVRE, Henri. **De l'État – 1**. L'État dans le monde moderne. Paris : Union Générale d'Éditions, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **De l'État – 2**. Théorie marxiste de l'État de Hegel à Mao. Paris : Union Générale d'Éditions, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **De l'État – 3**. Le mode de production étatique. Paris : Union Générale d'Éditions, 1977.
- LEFEBVRE, Henri. **De l'État – 4**. Les contradictions de l'État moderne. La dialectique et/de l'État. Paris : Union Générale d'Éditions, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4<sup>a</sup> ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1978 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. **La Presencia y la Ausencia**. México: FCE, 2006 [1980]. (Colec. Conmemorativa 70 Aniversario).
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000 [1974].
- LEFEBVRE, Henri. **La somme et le reste**. Lausanne: Béliaste, 1973 [1959].
- LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidienne dans le monde moderne**. Paris : Gallimard, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**. 12 mots clefs pour le monde moderne. Paris : Messidor/Éditions Sociales, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 [1947].
- LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2009 [1948].
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].
- LEFEBVRE, Henri. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Lisboa: Edições 70, 1975 [1948].
- LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Documentos, 1969 [1967].
- LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Companhia Editôra Forense, 1968 [1966].
- LEFEBVRE, Henri. **Une pensée devenue monde...** Faut-il abandonner Marx ? Paris : Fayard, 1980.
- LEITE, Aureliano. **História da civilização paulista**. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1946.
- LIPIETZ, Alain. **Le tribut foncier urbain**. Paris : François Maspero, 1974.
- LUIZ, Washington. **Na capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 410 p. (Edições do Senado Federal, v. 24)
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARICATO, Ermínia. **Morte e vida do urbanismo moderno**. São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_resenhajacobs.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_resenhajacobs.pdf)>. Acesso em 12 fev. 2013.
- MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo** seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1952.
- MARTINS, Flavia Elaine da Silva. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo**. 2010. 202 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MARTINS, José de Souza (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012 [1875].
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora da UFRJ / Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1867]. (Os economistas)
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume II. Livro Segundo: O processo de circulação do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1885]. (Os economistas)
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume III. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. Tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1894]. (Os economistas)
- MENDES, Renato Silveira. **As estradas de rodagem do Estado de São Paulo**. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9, 1940, Florianópolis. **Anais...**, Volume IV, trabalhos da 6ª comissão: Geografia Econômica. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. pp. 591-601.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MONTANDON, Daniel Todtmann. **Operações Urbanas em São Paulo**: da negociação financeira ao compartilhamento equitativo dos custos e benefícios. 2009. 157 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MOREIRA, Antônio Cláudio Moreira Lima e; AMBROSIS, Clementina de; NOGUEIRA FILHO, Dalmo do Valle e AZEVEDO NETTO, Domingos Theodoro de. **O solo criado**. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM)/Secretaria de Estados dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, 1975. (mimeo.)
- MOREIRA, Fernanda Accioly. **Morro do Querosene**: o espaço da prática emancipatória? 2005. 57 p. + anexos. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo** (de comunidade a metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- MOURA, Américo de. Os povoadores do Campo de Piratininga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. 47, 1950.
- MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de Abril de 1836 e 10 de Março de 1837. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1923.
- OLIVEIRA, Francisco de; STÉDILE, João Pedro; GENÓINO, José. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. 43, n. 193, p. 123 - 172, jan. / dez. 1980.
- PATI, Francisco e SANT'ANNA, Nuto. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. 19, n. 156, abr. / jun. 1953.
- PEREIRA, Robson Mendonça. **O Prefeito do Progresso**. Modernização da Cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919). 2005. 329 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita", Franca, 2005.
- PETRONE, Pasquale (org.). **Pinheiros**: aspectos geográficos de um bairro paulistano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1963.
- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.
- PIZA, Edith. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão**. SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1, 2005, São Paulo. **Proceedings online...** Disponível em:

<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000082005000100022&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000100022&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 06 jul. 2012.

- POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PORCHAT, Edith. **Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação**. São Paulo: Iluminuras, 1993.
- PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo, vol. 1: a cidade colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- QUERIDO, Maria José Silva. **Butantã e suas veredas: guia cultural e turístico**. São Paulo: RQ Regina Querido, 1999.
- RAFFARD, Henrique. Alguns dias na Paulicéa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo LV, parte II, p. 159-258, 1892.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- REDE NOSSA SÃO PAULO et. al. **São Paulo 2022**. Ideias, diretrizes, indicadores e metas para os próximos 10 anos da cidade. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.saopaulo2022.org.br/>>. Acesso em 9 fev. 2013.
- REZE, Sérgio e REDE BUTANTÃ. **Documentos e histórico de solicitações**, pela Sociedade Civil ao Poder Público, de informações e estudos relativos ao referido projeto. São Paulo, 2012. 118 p. Documento em formato digital.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. 27ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALAZAR, José Monteiro. **Araçoiaba & Ipanema: a história daquela maravilhosa região, desde as forjas de Afonso Sardinha até a Real Fábrica de Ferro**. Sorocaba: Digipel, 1998.
- SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 1: Introdução. *Arquitextos* 059.07, ano 05, abril de 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/476>> Acesso em: 29 jan. 2013.
- SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 2: Operação Urbana Faria Lima: relatório de avaliação crítica. *Arquitextos* 059.12, ano 05, abril de 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/481>> Acesso em: 29 jan. 2013.
- SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 3: Operações Urbanas: plano-referência e proposições. *Arquitextos* 060.06, ano 05, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.060/463>> Acesso em: 29 jan. 2013.
- SALES, Pedro Manoel Rivaben. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos**. Parte 4: Operação Urbana Butantã/Vila Sônia. *Arquitextos* 060.11, ano 05, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.060/468>> Acesso em: 3 jan. 2013.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder**. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987. 301 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- SILVA, Flávia Elaine da. **Favela: que negócio é esse?** Um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e sua reprodução crítica. 2006. 133 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SILVA, Marcio Rufino. **Mares de prédios e mares de gente: território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes**. 2008. 253 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.



- SIMÕES, Carlos Quirino. **Historico e Situação da Rêde Rodoviária do Estado de São Paulo**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOMEKH, Nadia e CAMPOS FILHO, Cândido Malta (org.). **A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século 20**. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.
- SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. **Classes Sociais e Estratificação Social**. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2004.
- URBAN SYSTEMS. **Butantã: a bola da vez na corrida imobiliária paulistana**. São Paulo: Urban Systems, 2011. Disponível em: <<http://www.urbansystems.com.br/urban-view/podcast/butanta-a-bola-da-vez-na-corrida-imobiliaria-paulistana>> Acesso em: 4 jan. 2013.
- VANEIGEM, Raoul. **A Arte de Viver para as Novas Gerações**. São Paulo: Conrad, 2002. (Coleção Baderna)
- VAZ, Eduardo. **Fundamentos da história do Instituto Butantan**. Seu desenvolvimento. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1949.
- VILLAÇA, Flavio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005. Documento em formato digital. Disponível em: <<http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2013.
- VILLARES, Henrique Dumont. **A indústria em São Paulo** (Estudo para a sua localização). Centro Industrial Jaguaré. 1939.
- WARE, Vron (org.). **Branquidade**. Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. 1998. 207p. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998.
- XAVIER, Marco Antônio. **Ocupação do campus Butantã da Universidade de São Paulo (1934-1954): representações de poder no espaço da universidade**. 1999. 208 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ZMITROWICZ, Witold e BORGHETTI, Geraldo. **Avenidas 1950-2000: 50 Anos de Planejamento da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

## Documentos oficiais

- SÃO PAULO (Estado). 134ª Sessão Ordinária, em 9 de setembro de 1949. Presidência dos srs. Brasília Machado Neto, Nelson Fernandes e Osay Silveira. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Diário do Executivo: Diário da Assembleia, São Paulo, ano 59, n. 203, p. 19-21, 10 set. 1949.
- SÃO PAULO (Estado). Citação com o prazo de 30 dias. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 33, n. 42, p. 1564, 19 fev. 1924.
- SÃO PAULO (Estado). Citação com o prazo de noventa dias. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 31, n. 218, p. 6602-6603, 5 nov. 1921.
- SÃO PAULO (Estado). Companhia do Metropolitano de São Paulo. **Concorrência Internacional nº 40442213**. Prestação de serviços para o desenvolvimento do projeto funcional da Linha 22: São Paulo – Cotia para Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô. São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://extranet.metrosp.com.br/licitacao/40442213/CR\\_40442213.pdf](https://extranet.metrosp.com.br/licitacao/40442213/CR_40442213.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Editaes. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, anno 34, n. 104, p. 3767, 16 mai. 1925.
- SÃO PAULO (Estado). Editaes. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, anno 35, n. 254, p. 8255, 24 nov. 1925.
- SÃO PAULO (Estado). Edital da 2ª vara cível e comercial desta Capital de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 20, n. 235, p. 3500-3501, 29 out. 1910.
- SÃO PAULO (Estado). Edital da 4ª vara: 4º Ofício. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Diário da Justiça, São Paulo, ano 58, n. 130, p. 12-14, 12 jun. 1948.

- SÃO PAULO (Estado). Edital da 6ª vara: Justiça Federal. Para conhecimento de terceiros e interessados, expedido nos autos da ação ordinária, requerida por parte do Dr. José Carlos Costa Pereira e outros contra o espólio de Francisco Rolim Gonçalves. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Diário da Justiça, São Paulo, ano XLI, n. 139, p. 58-63, 27 jul. 1971.
- SÃO PAULO (Estado). Edital. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 33, n. 86, p. 2953, 12 abr. 1924.
- SÃO PAULO (Estado). Feitos da Fazenda Nacional. Edital da 2ª vara; 2º ofício. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Diário da Justiça, São Paulo, ano LXXI, n. 105, p. 11-12, 14 mai. 1961.
- SÃO PAULO (Estado). Ministério Público Estadual. **Ação Civil Pública contra a OUCVS**. São Paulo, 18 nov. 2011.
- SÃO PAULO (Estado). Protesto. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 32, n. 285, p. 8545, 23 dez. 1922.
- SÃO PAULO (Estado). Publicações Particulares. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 23, n. 278, p. 5247-5251, 15 dez. 1912.
- SÃO PAULO (Estado). Sistema de Planejamento e de Administração Metropolitana. **O desafio metropolitano**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos e EMPLASA, 1976.
- SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça da Comarca de São Paulo. Foro Central – Fazenda Pública/Acidentes. 5ª Vara de Fazenda Pública. **Decisão-Mandado** referente ao Processo nº 00043626-27.2011.8.26.0053. São Paulo, 18 nov. 2011.
- SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Acórdão** referente a Agravo de Instrumento nº 0306342-71.2011.8.26.0000, sendo agravante a Prefeitura Municipal de São Paulo e o agravado o Ministério Público do Estado de São Paulo. Registro 2012.0000207897. São Paulo, 9 maio 2012.
- SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. Ação penal por crime de estelionato julgada prescripta; Habeas-Corpus preventivo; Réos condenados por crime de ferimentos culposos; Impronúncias. **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 jun. 1929. Fórum Criminal, p. 15.
- SÃO PAULO (Município) Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Edital. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2008, p. B6. Seção Economia e Negócios.
- SÃO PAULO (Município) Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Edital. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 53, n. 149, 12 ago. 2008, p. 70.
- SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. Parecer nº 1975/2012 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação participativa sobre o Projeto de Lei nº 304/10. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 232, p. 86, 13 dez. 2012.
- SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório Final**. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades acerca da Operação Urbana Faria Lima, recentemente regulamentada através de Decreto nº 41.257/01 (RDP 0084/2002) São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/relatoriocomis/RELFINVOTOR\\_DP08-0084-2002.pdf](http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/relatoriocomis/RELFINVOTOR_DP08-0084-2002.pdf).> Acesso em 11 jan. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de Vereadores. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as Operações Interligadas** (Leis nº 10.209/86 e nº 11.426/93) realizadas no Município de São Paulo desde a promulgação da Lei nº 10.209/86. São Paulo, 2002. Disponível em: <[http://www1.camara.sp.gov.br/central\\_de\\_arquivos/vereadores/CPI-OI.pdf](http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CPI-OI.pdf).> Acesso em 11 jan. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Departamento de Cultura. **Cartas de Datas de Terra** (1851 a 1853), v. 16. São Paulo: Sub-divisão de Documentação Histórica, 1939.
- SÃO PAULO (Município). Departamento de Cultura. **Cartas de Datas de Terra** (1838 a 1846), v. 14. São Paulo: Sub-divisão de Documentação Histórica, 1938.
- SÃO PAULO (Município). Departamento de Cultura. **Cartas de Datas de Terra** (1860), v. 19. São Paulo: Sub-divisão de Documentação Histórica, 1939.
- SÃO PAULO (Município). Departamento de Cultura. **Cartas de Datas de Terra** (1847 a 1850), v. 15. São Paulo: Sub-divisão de Documentação Histórica, 1938.
- SÃO PAULO (Município). Plano Diretor do Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: Suplemento, São Paulo, ano 32, n. 135, 22 jul. 1987.

- SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal. **Operação Urbana Vila Sônia**. São Paulo, dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/pelacidadeviva/operao-urbana-vila-snia-sempla-2007>> Acesso em: 4 jan. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Procuradoria Geral do Município. Departamento Judicial. **Agravo de Instrumento** referente ao Processo nº 00043626-27.2011.8.26.0053. São Paulo, 13 dez. 2011.
- SÃO PAULO (Município). **Relatório 2**. Desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental. Volume 2 – Documentos Anexos. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. São Paulo, fev. 2007.
- SÃO PAULO (Município). **Relatório 2**. Desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental. Volume 1 – Diagnóstico e Impactos Ambientais. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. São Paulo, fev. 2007.
- SÃO PAULO (Município). **Relatório 3**. Medidas Mitigadoras e Plano de Monitoramento. Volume 1. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. Revisão 2. São Paulo, 7 fev. 2007.
- SÃO PAULO (Município). **Relatório 4**. Relatório de Impacto Ambiental. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. Revisão 2. São Paulo, 7 fev. 2007.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento. **Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Vila Sônia**. São Paulo: Poder Executivo Municipal, janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/pelacidadeviva/minuta-projeto-lei-operacao-urbana-vila-sonia>> Acesso em 4 Jan. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Operação Urbana Vila Sônia**. São Paulo, agosto de 2011. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/arquivos/OU\\_VS\\_agosto2011.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/OU_VS_agosto2011.pdf)> Acesso em: 4 jan. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **SP 2040: a cidade que queremos**. São Paulo: SMDU, 2012. Disponível em: <<http://habisp.inf.br/theke/documentos/outros/sp2040-acidadequequeremos/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 96, 24 maio 2003, p. 31.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 97, 27 maio 2003, p. 16.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 98, 28 maio 2003, p. 47.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 137, 25 jul. 2003, p. 45.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 141, 31 jul. 2003, p. 77.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 147, 8 ago. 2003, p. 55.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 159, 26 ago. 2003, p. 18.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 181, 25 set. 2003, p. 59.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 191, 9 out. 2003, p. 22.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 184, 30 set. 2003, p. 79.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 48, n. 200, 22 out. 2003, p. 18.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 2, 4 jan. 2006, p. 19.

- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 49, n. 24, 5 fev. 2004, p. 19.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: São Paulo, ano 49, n. 37, 26 fev. 2004, p. 15.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 50, n. 230, 8 dez. 2005, p. 23.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 37, 23 fev. 2006, p. 64.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 38, 24 fev. 2006, p. 67.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 66, 7 abr. 2006, p. 116.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 86, 10 maio 2006, p. 60.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 89, 13 maio 2006, p. 132.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 101, 31 maio 2006, p. 107.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 215, 17 nov. 2006, p. 78.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**: São Paulo, ano 51, n. 216, 18 nov. 2006, p. 103.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento. **Operação Urbana Vila Sônia**: estudos urbanísticos, projeto urbano e minuta de projeto de lei. São Paulo, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/pelacidadeviva/ouvs-sempla>> Acesso em: 4 jan. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Planejamento. **Plano Diretor do Município de São Paulo: 1985-2000**. São Paulo: Poder Executivo Municipal, 1985 (Série Documentos). Vols. 1 e 2.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Ata da 77ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 51, n. 98, pp. 21-23, 26 maio 2006.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Ata da 105ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 53, n. 201, pp. 33-36, 23 out. 2008.

## Legislação

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 5 out. 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 4 jan. 2013.
- BRASIL. Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 dez. 1940. *Código Penal*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BRASIL. Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 jun. 1941. *Dispõe sobre desapropriações de utilidade pública*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del3365.htm)>. Acesso em: 5 maio 2012.
- BRASIL. Decreto-Lei Federal nº 9.760, de 5 set. 1946. *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9760.htm)>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- BRASIL. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 maio 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2013.

- BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 jul. 2001. *Estatuto da Cidade*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2013.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.795, de 27 abr. 1999. *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 5 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). **Constituição (1989)**. Constituição do Estado de São Paulo. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa, 5 out. 1989. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/constituicao%20de%2005.10.1989.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 1.034, de 17 dez. 1906. *Autoriza o Governo a contrastar a construção e exploração de entradas de ferro, desta Capital a Santo Antonio do Jiquiá e desta localidade a Santos*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1906/lei%20n.1.034,%20de%2017.12.1906.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 1.219-A, de 24 nov. 1910. *Aprovando o contrato celebrado pelo Governo com a «Brazilian Railway Construction Company para a fixação do capital destinado à construção da estrada de ferro de Jiquiá a Santos*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1910/lei%20n.1.219-A,%20de%2024.11.1910.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 1.548, de 24 dez. 1907. *Concede ao engenheiro Felipe Nery Ewbank da Camara, ou empresa que o mesmo organizar, licença para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Santo Antonio do Jiquiá, ou de ponto mais conveniente, a juízo do Governo, termine em Santos*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto%20n.1.548,%20de%2024.12.1907.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 12.401, de 16 dez. 1941. *Localiza, na Fazenda Butantã, área para a construção da Cidade Universitária*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1941/decreto%20n.12.401,%20de%2016.12.1941.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 14.190, de 22 set. 1944. *Declara de utilidade pública a desapropriação de uma área de terreno e respectivas benfeitorias, nesta Capital, Distrito de Butantã, destinada à construção da "Cidade Universitária"*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1944/decreto%20n.14.190,%20de%2022.09.1944.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 15.022, de 10 set. 1945. *Aprova plantas e manda efetivar a transferência dos leitos velhos dos rios Pinheiros e seus afluentes Grande e Guarapiranga à The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited, em execução do decreto n. 9.380, de 3-8-38*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1945/decreto%20n.15.022,%20de%2010.09.1945.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 19.442, de 30 maio 1950. *Dispõe sobre a concessão de uma área de cem mil metros quadrados ao Departamento de Estradas de Rodagem, na gleba reservada à Cidade Universitária*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1950/decreto%20n.19.442,%20de%2030.05.1950.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 19.443, de 30 maio 1950. *Dispõe sobre a abertura da Avenida de Ingresso à Cidade Universitária, na Fazenda Butantã*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1950/decreto%20n.19.443,%20de%2030.05.1950.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 3.876, de 11 jul. 1925. *Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto%20n.3.876,%20de%2011.07.1925.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 30.443, de 20 set. 1989. *Considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte exemplares arbóreos, situados no Município de São Paulo, e dá outras providências*. Disponível em:

- <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto%20n.30.443,%20de%2020.09.1989.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 4.487, de 9 nov. 1928. *Approva as clausulas para o contracto a ser celebrado com a "The São Paulo Light & Power Company Limited" em execução da lei n. 2.249, de 27 dez. 1927.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1928/decreto%20n.4.487,%20de%202009.11.1928.html>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 6.505, de 19 jun. 1934. *Dispõe sobre a doação de uma área de terras em favor da Liga das Senhoras Catolicas, para a instalação de colonias agricolas e escolares, destinadas no amparo e educação dos menores abandonados.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto%20n.6.505,%20de%202019.06.1934.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 8.372, de 23 jun. 1937. *Approva as clausulas complementares ás que baixaram com o decreto n. 4.487, de 9 de novembro de 1928, para o contracto entre o Estado e a The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited, em execução da lei n. 2.249, de 27 de dezembro de 1927.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1937/decreto%20n.8.372,%20de%202023.06.1937.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 878-A, de 23 fev. 1901. *Dá organização ao Instituto Serumtherapico.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1901/decreto%20n.878-A,%20de%202023.02.1901.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 1.406, de 26 dez. 1913. *Estabelece o regimento penitenciario no Estado de S. Paulo.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1913/lei%20n.1.406,%20de%202026.12.1913.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 1.835-C, de 26 dez. 1921. *Providencia sobre estradas de rodagem.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1921/lei%20n.1.835-C,%20de%202026.12.1921.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 2.249, de 27 dez. 1927. *Concede favores á The São Paulo Tramway, Light and Power Company.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei%20n.2.249,%20de%202027.12.1927.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 378, de 29 dez. 1936. **Diario Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 30 dez. 1936. Diario da Assembleia, p. 31.
- SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 15.086, de 5 jun. 1978. *Transfere para as Administrações Regionais a responsabilidade pela guarda e fiscalização dos bens de uso comum do Município, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D15086.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 43.721, de 4 set. 2003. *Dispõe sobre denominação de logradouro público.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D43721.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 44.573, de 7 abr. 2004. *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel situado no Distrito de Vila Sônia, necessário à implantação de programa habitacional, de parque público, de equipamentos de educação e cultura e da sede da Subprefeitura do Butantã, e revoga o Decreto nº 41.557, de 21 de dezembro de 2001.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D44573.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 45.904, de 19 maio 2005. *Regulamenta o artigo 6º da Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, no que se refere à padronização dos passeios públicos do Município de São Paulo.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D45904.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 49.376, de 3 abr. 2008. *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no Distrito de Vila Sônia, necessários à implantação de parque*

público e equipamentos de educação. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D49376.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 52.575, de 19 ago. 2011. *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel particular situado no Distrito do Butantã, Subprefeitura do Butantã, necessário à implantação de parque municipal.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D52575.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 53.451, de 1 out. 2012. *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no Distrito de Vila Sônia, Subprefeitura do Butantã, necessários à implantação de terminal rodoviário.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D53451.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 10.209, de 9 dez. 1986. *Dispõe sobre a construção de habitações de interesse social para moradores de habitação sub-normal, concede incentivos, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L10209.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.090, de 16 set. 1991. *Estabelece programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L11090.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013>.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.322, de 22 dez. 1992. *Dispõe sobre a criação, no âmbito do Município de São Paulo, de Bolsões Residenciais, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L11322.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.426, de 18 out. 1993. *Cria a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L11426.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.632, de 22 jul. 1994. *Dispõe sobre o estabelecimento de uma política integrada de habitação, voltados à população de baixa renda; autoriza a instituição, junto à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP, do Fundo Municipal de Habitação; cria o Conselho do Fundo Municipal de Habitação, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L11632.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.732, de 14 mar. 1995. *Estabelece programa de melhorias para a área de influência definida em função da interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Pedroso de Moraes e com as Avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Engº Luís Carlos Berrini e Cidade Jardim; cria incentivos e instrumentos para sua implantação, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L11732.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.773, de 18 maio 1995. *Dispõe sobre o programa “Direito à Moradia”, visando a obtenção de recursos para construção de residências destinadas a moradores de habitações sub-normais.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L11773.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 13.260, de 28 dez. 2001. *Estabelece diretrizes urbanísticas para a área de influência da atual Avenida Água Espraiada, de interligação entre a Avenida Nações Unidas (Marginal do Rio Pinheiros) e a Rodovia dos Imigrantes, cria incentivos por meio de instrumentos de política urbana para sua implantação, institui o Grupo de Gestão, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L13260.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 13.430, de 13 set. 2002. *Plano Diretor Estratégico.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L13430.pdf>> Acesso em: 4 jan. 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 13.769, de 26 jan. 2004. *Altera a Lei nº 11.732, de 14 de março de 1995, que estabelece programa de melhorias para a área de influência definida em função da interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com Avenida Pedroso de Moraes e com as Avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Eng. Luís Carlos Berrini e Cidade Jardim, adequando-a a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L13769.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 13.881, de 30 jul. 2004. *Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho de Representantes e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L13881.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 14.879, de 7 jan. 2009. *Cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU; introduz alterações nas Leis nº 13.396, de 26 de julho de 2002, nº 13.866, de 1º de julho de 2004 e nº 13.292, de 14 de janeiro de 2002, bem como dispõe sobre os cargos de provimento em comissão que especifica.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L14879.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 14.917, de 7 maio 2009. *Dispõe sobre a concessão urbanística no Município de São Paulo.* Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L14917.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 14.918, de 7 maio 2009. *Autoriza o Executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L14918.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 15.056, de 8 dez. 2009. *Autoriza a cisão da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L15056.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 6.444, de 26 dez. 1963. *Aprova plano de ampliação da praça situada na confluência da Rua Lemos Monteiro, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L6444.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 7.688, de 30 dez. 1971. *Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo – PDDI-SP, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L7688.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 8.906, de 27 abr. 1979. *Dispõe sobre a criação do Funde de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal – FUNAPS, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L8906.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Lei Orgânica do Município, de 4 abr. 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.sp.gov.br/Lei-Organica/Lei-Organica.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei nº 259, de 7 jun. 1994. *Cria os certificados referentes à outorga de potencial adicional de construção e de alteração de parâmetros de uso e ocupação do solo.* Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/projeto/PL0259-1994.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Resolução 07/CONPRES/2012. *Tombamento da Chácara da Fonte.* Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/0712\\_1339439669.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/0712_1339439669.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2013.

## Artigos e reportagens da mídia

- 120 KM será a velocidade da Estrada do Oeste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1963, p. 15. 1º caderno.
- 400 QUILOMETROS de estrada ligando S. Paulo a Curitiba. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 out. 1957, p. 27.
- A ARTE está no Embu, a paz na Raposo Tavares e as flores na Roselândia, que estão aqui. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1969, p. 23, Seção Turismo.
- A ANTIGA paineira não existe mais. **Diário Popular**, São Paulo, 15 out. 1974.
- A AUTO-ESTRADA do Oeste terá início dia 29. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1963, p. 6. 1º caderno.
- A CADA R\$ 1 investido em transporte público, governo dá R\$ 12 em incentivo para carro e moto. **Portal R7**, 27 maio 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/a-cada-r-1-investido-em-transporte-publico-governo-da-r-12-em-incentivo-para-carro-e-moto-20110527.html>>. Acesso em 7 fev. 2013.
- A DESPEDIDA da paineira do Butantã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 1970, p. 31.
- A INAUGURAÇÃO da Estrada S. Paulo-Rio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 maio 1928, p. 6.



- A MELHOR notícia do ano: Chácara do Jockey será parque esportivo de lazer. **Morumbi News**, 24 mar. 2011. Disponível em: <<http://grupo1info.blogspot.com.br/2011/03/melhor-noticia-do-ano-chacara-do-jockey.html>>. Acesso em: 24 fev. 2013.
- A PERIFERIA e seus velhos dramas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 set. 1973, p. 8.
- A VELHA paineira foi vencida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1974.
- ABRUCIO JR., Milton. Butantã vai ter primeiro 'bolsão residencial' de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 1990.
- ACESSO à Via do Oeste pronto em setembro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 jun. 1968, p. 31.
- ADHEMAR DE BARROS anuncia suas realizações na data do primeiro aniversário de governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 fev. 1964, p. 10. 1º caderno.
- APESAR da crise, classe média não dispensa status. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 1982, p. 43-44.
- ARQUIVO DA COMPANHIA CITY. **Memorial do Bairro "Jardim Caxingui"**. São Paulo, 6 out. 1952.
- AS CALÇADAS e a cidadania (uma pedra no meio do caminho). **Boletim Informativo IAB-SP**. São Paulo, n. 53, pp. 18-19, jan./fev./mar. 2006.
- ASSUMPCÃO, Thomaz. **"Boom" imobiliário do Butantã**. Coluna semanal "Minha cidade, meu jeito de morar e investir", Falando em Dinheiro, Rádio Estádio ESPN, São Paulo: O Estado de São Paulo, 19 abr. 2011. Programa de rádio. Disponível em: <<http://radio.estadao.com.br/audios/audio.php?idGuidSelect=7703C439B82D47FDA3EE15DA252B8B96>> Acesso em 4 jan. 2013.
- ATÉ Cotia, uma estrada-bairro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1974, p. 42.
- ATRASO na Operação Urbana. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2010, p. A3. Seção Notas e Informações.
- AUGUSTO, Cláudio. Maluf quer verticalizar a região central. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 maio 1996, p. 3-7, Seção São Paulo.
- BOLSÃO divide os moradores do Butantã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 1991, p. C-1. Caderno Cidades.
- BONDUKI, Nabil. Um plano para o futuro da metrópole. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 2002, p. A2. Seção Espaço Aberto.
- BRANCATELLI, Rodrigo. Operação Urbana Vila Sônia vai atrair 37 mil moradores até 2027. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 mar. 2010, p. C1, Seção Metrôpoles.
- BRANCATELLI, Rodrigo. SP: ¼ da área construída é dos carros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2012, p. C3. Caderno Cidades/Metrôpole.
- BRITO, Gisele. Desamparo segue famílias removidas por operações urbanas de São Paulo. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 30 set. 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2012/09/pesquisadores-da-usp-denunciam-processo-de-remocao-em-massa-em-sao-paulo-1>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BUTANTÃ é 'inundado' de novos lançamentos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2002, p. 4. Seção Imóveis.
- BUTANTÃ homenageia símbolo hospitaleiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 1968, p. 5.
- BUTANTÃ, região de favelas, escorpiões e sofisticação. **Diário Popular**, São Paulo, 21 nov. 1981.
- BUTANTÃ: motéis demais e esgoto de menos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 nov. 1979.
- BUTANTAN. **Diário Popular**, São Paulo, 28 jan. 1935.
- BUTANTAN. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 1935, p. 7.
- CAEM os galhos da velha paineira do Butantã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 1970, p. 19.
- CANCIAN, Natália et al. Para setor imobiliário, casa sozinha vira "mico". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 2011, p. C3. Caderno Cotidiano.

- CHÁCARA do Jockey ainda sob risco de venda. **Gazeta de Pinheiros**, São Paulo, 28 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadepinheiros.com.br/cidades/chacara-do-jockey-ainda-sob-risco-de-venda-28-11-2012-htm>>. Acesso em: 25 fev. 2013.
- CHÁCARA do Jockey continua com futuro incerto. **Gazeta de Pinheiros**, São Paulo, 17 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadepinheiros.com.br/cidades/chacara-do-jockey-continua-com-futuro-incerto-17-01-2013-htm>>. Acesso em: 25 fev. 2013.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. 1ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. Um retrato sem retoques da classe média brasileira. **Pau Brasil**, nº 9, ano II, nov./dez. 1985, pp. 65-79.
- CIDADE terá maior trevo rodoviário. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 1968, p. 48.
- CINTRA, Marcos. O casamento de São Paulo com o Cepac. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 1995, p. 2-2. Caderno Dinheiro.
- CINTRA, Marcos. O Cepac é alternativa para as prefeituras. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 6 mar. 2001.
- CIRCUITO de Itapeverica – A grande corrida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1908, p. 4.
- CONSTRUTORAS começam a apostar no Butantã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 1988, p. C-14.
- CORRÊA, Rodrigo Antunes. Verde ‘puxa’ verticalização na Corinto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1995, p. 10-3. Seção Imóveis.
- CÓRREGO ameaça até o concreto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1974, p. 13.
- DER promove a recuperação da rodovia Raposo Tavares. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 mar. 1979, p. 21.
- DESMONTE do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Carta aberta ao Sr. Governador Mário Covas e o Sr. Secretário do Meio Ambiente, Fábio Feldman. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 mar. 1996, p. 3-5 e 8 mar. 1996, p. 3-3. Caderno São Paulo.
- DESMORONAMENTO de atêro mata quatro pessoas em Barueri. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jul. 1964, p. 12.
- DUPLICAÇÃO da Raposo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 mar. 1982, p. 19.
- E OS PEDESTRES vão morrendo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 set. 1984, p. 38.
- ENERGIA: não haverá cortes em S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jul. 1963, p. 10.
- ESTÁ marcada para hoje, á tarde, a bençam solenne do novo Hipodromo Paulistano, construído na Cidade Jardim – Depois de amanha será disputada a grande prova do “Sweepstake”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 1941, p. 9.
- ESTRADA do Oeste será concluída. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 maio 1967, p. 38.
- FAVELADOS pedem áreas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 mar. 1979, p. 9.
- FAVELADOS prometem não sair da área. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 1979, p. 12.
- FERNANDES, Sarah. Mapa revela “coincidência” entre favelas incendiadas e operações urbanas de SP. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 28 set. 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2012/09/mapa-revela-coincidencia-entre-favelas-incendiadas-e-operacoes-urbanas-de-sp>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- FERRAZ, Adriana e VEIGA, Edison. Jockey vai vender sede social para pagar IPTU. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2012, p. C10. Caderno Cidades/Metrópole.
- FERREIRA, João Sette Whitaker e FIX, Mariana. A urbanização e o falso milagre do Cepac. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2001, p. A3, Seção Opinião.
- FERREIRA, Rosenildo Gomes. Terminal privado. **Isto É Dinheiro**, 5 out. 2012. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/99215\\_TERMINAL+PRIVADO](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/99215_TERMINAL+PRIVADO)>. Acesso em: 6 mar. 2013.
- FIORI, José Luís. O capitalismo feliz. **Carta Maior**, 29 nov. 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5882](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5882)>. Acesso em: 9 fev. 2013.

- FOLCLORE lusitano animou a III Festa da Paineira em Pinheiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 1969, p. 3.
- FORAM superadas enormes dificuldades na abertura da Rodovia São Paulo-Curitiba. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jan. 1961, p. 12, 2º caderno.
- FRAZÃO, Felipe. Kassab joga holofote no “voto de farda”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2012, p. A10. Seção Nacional.
- FREIRE, Rafael. São Paulo terá mais um aeroporto para até 100 mil passageiros. **Isto É Dinheiro**, São Paulo, 23 mar. 2012. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/80148\\_SAO+PAULO+TERA+MAIS+UM+AEROPORTO+PARA+ATE+100+MIL+PASSAGEIROS](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/80148_SAO+PAULO+TERA+MAIS+UM+AEROPORTO+PARA+ATE+100+MIL+PASSAGEIROS)>. Acesso em: 6 mar. 2013.
- FREIRE, Victor da Silva. A Cidade Salubre (Conferencia realizada a 13 de Março, no Gremio Polytechnico, pelo lente dr. Victor da Silva Freire). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1915, pp. 3-4.
- FUNAPS não resolverá problemas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 1979, p. 21.
- GALVÃO, Vinicius Queiroz. Chácara do Jockey vai virar parque público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2011, p. C1. Caderno Cotidiano.
- GALVÃO, Vinicius Queiroz. Pressão de moradores para salvar praça faz prefeitura mudar túnel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2010, p. C4. Caderno Cotidiano.
- GARCIA, Janaina. Um mês após ampliar horário, linha amarela do metrô registra lotação e desorganização. **UOL Notícias**, São Paulo, 29 jul. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/29/demanda-na-linha-4-amarela-do-metro-de-sao-paulo-mais-que-dobra-em-um-mes-com-fluxo-tumultuado-de-passageiros.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- GOES, Airton. Conselho de Representantes nas Subprefeituras será tema de debate. **Rede Nossa São Paulo**, São Paulo, 1 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/25228>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- GURU de Serra. **Veja São Paulo**, 19 jan. 2005. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/vejasp/190105/misterios.html>>. Acesso em 19 dez. 2010.
- IMÓVEIS atraem capitais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 jan. 2012, p. A3. Seção Notas & Informações.
- IZIDORO, Alencar. Alckmin ‘apaga’ metrô rejeitado por vizinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2005, p. C-1, Caderno Cotidiano.
- IZIDORO, Alencar. Retirada de estação divide moradores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2005, p. C-3, Caderno Cotidiano.
- JOCKEY quita a 1ª parcela da dívida de IPTU: R\$ 154 milhões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2011, p. C3. Caderno Cidades/Metrópole.
- JUDICIALIZAÇÃO da administração. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2012, p. A3. Seção Notas e Informações.
- KUBITSCHKEK hoje em S. Paulo para inaugurar a BR-2. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jan. 1961, p. 48.
- LEAL, Carolina e BENEVIDES, Bruno. Advogados tentam evitar desapropriações “a jato”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 2012, p. 1. Caderno Cotidiano 2.
- LINHA do Metrô pode estimular duas novas operações urbanas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2001, p. C5, Caderno Cidades.
- MARQUES, Jairo. Com dívida milionária, Jockey quer vender imóveis e enfrenta oposição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 2012, p. 6. Caderno Cotidiano 2.
- MARQUES, Maria Teresa. Shopping e ponte valorizam o Butantã. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 1993, p. 1. Caderno Imóveis.
- MARTINS, José de Souza. O combate do Butantã na Revolução de 1842. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2006.
- MATOS, Carolina. Construtoras investem em bairro planejado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 2012, p. B5. Caderno Mercado.
- MATOS, Carolina. SP sofre “apagão” de terrenos comerciais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2010, p. B1. Seção Mercado.

- MELLO, Flávio. Plano Diretor recebe críticas de urbanistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jan. 1998, p. C4, Caderno Cidades.
- MELLO, Flávio. Prefeitura anuncia povo “pacotão” de obras. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1995, p. C1. Caderno Cidades.
- METRÔ abre concorrência para quarta linha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mai. 1994, p. 3-2. Seção São Paulo.
- MORA, Marcelo. Morador pode decidir melhor para bairro, diz líder sobre estação de Metrô. **G1**, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/05/morador-pode-decidir-melhor-para-bairro-diz-lider-sobre-estacao-de-metro.html>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- MORADORES impedem a remoção de barreiras em três ruas do Butantã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1986, p. 24. Caderno Cidades.
- MOVIMENTO contra Metrô teve 520 adesões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º nov. 2005, p. C-4, Caderno Cotidiano.
- MUDANÇAS preocupam associação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 jun. 2006, p. Z5. Caderno Estadão Oeste.
- MUG, Mauro. Parceria pode levar metrô da Vila Sônia à Luz. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2001, p. C4. Caderno Cidades.
- MUSEU CASA DO BANDEIRANTE. **Exposição Usos e Costumes Bandeirantistas**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura / Departamento do Patrimônio Histórico / Divisão de Iconografia e Museus, 1978. (cartaz)
- NALON, Tai. Moradores da Vila Sônia criam abaixo-assinado e até site contra obra viária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2009, p. C4. Caderno Cotidiano.
- NASSIF, Fábio. Membros da CPI dos Incêndios em Favelas são financiados pelo setor imobiliário. **Carta Maior**, São Paulo, 27 set. 2012. Disponível em: <[http://cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=20990](http://cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20990)>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- NETO, José Francisco. Especialista fala da militarização nas subprefeituras de São Paulo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/10398>>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- NO BUTANTÃ, a IV Festa da Paineira é da cidade também. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 1970, p. 4.
- NOBRE, Daniel. Urbanização e Circulação na Raposo Tavares. **Jornal D'Aqui**, Cotia, 4 jul. 2012. Disponível em: [http://www.jornaldaqui.com.br/materia.php?id\\_artigo=5374&id\\_categoria=10](http://www.jornaldaqui.com.br/materia.php?id_artigo=5374&id_categoria=10). Acesso em: 2 fev. 2013.
- NOVA estrada traz o Oeste para perto da Capital. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 1968, p. 3.
- NOVO trecho da R. Tavares será duplicado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 1982, p. 18.
- NUNOMURA, Eduardo. A triste decadência do Jockey Club de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2002, p. E7. Caderno Esportes.
- O GOVERNADOR fala do que faz: verbas, imposto e hospital. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1963, p. 14.
- O LASTIMÁVEL trânsito do Butantã e seus velhos problemas. **Jornal do Butantã**, São Paulo, 29 abr. 1989.
- O MITO histórico da velha paineira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 1972, p. 6.
- O MORUMBI no fim da linha. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 maio 2003, p. A3. Seção Notas e Informações.
- O PROBLEMA da Raposo Tavares. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 set. 2011, p. A3. Seção Notas & Informações.
- O RAID Rio-São Paulo: impressões do Conde Lesdain. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1908, p. 4.
- OBRAS viárias beneficiam Butantã. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 nov. 1995.

OJEDA, Igor. Remoções podem afetar mais de 100 mil pessoas em São Paulo. **Carta Maior**, São Paulo, 4 out. 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21019](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21019)>. Acesso em: 10 mar. 2013.

OPERAÇÃO urbana é uma ideia dos anos 80. Entrevista com Ana Fani Alessandri Carlos. Revista São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 a 10 nov. 2012, p. 22.

OPERAÇÕES urbanas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2005, p. A3. Seção Notas e Informações.

OS TRABALHOS na rodovia BR-2 no trecho São Paulo-Curitiba. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 1957, p. 7.

PAINEIRA do Butantã poderá ser derrubada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jul. 1974, p. 13.

PAINEIRA dos tropeiros. **Diário Popular**, São Paulo, 12 abr. 1970, Seção Monumentos.

PARQUE da previdência será inaugurado dia 21. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 1979, p. 12.

PASSARELAS e trevos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 1981, p. 13.

PETRONE, Pasquale. Na Baixada Santista: a porta e porto do planalto. **Folha de São Paulo**, Suplemento Especial. Grande São Paulo: o desafio do ano 2000, Caderno 2. São Paulo, 17 a 23 set. 1967, pp. 109-112.

PITTA, Iuri. Marta recebe projeto sobre Plano Diretor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 out. 2001, p. C1, Caderno Cidades.

PITTA, Iuri. Plano Diretor reduz áreas de zoneamento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2001, p. C1, Caderno Cidades.

PLANO para obras de conservação das vias públicas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 1961, p. 12.

PLANTADOR da paineira revela a sua idade real. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1973.

PONTE do Butantã. **O Estado de São Paulo**, 9 jun. 1939, p. 9. Seção Omnibus.

POR que tanta pressa? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2002, p. A3, Seção Notas e Informações.

POSSÍVEL modificação de secretariado de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 1963, p. 3.

PREFEITURA subsidiará casas para favelados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 fev. 1979, p. 14.

QUEM ganha com o novo Plano Diretor de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 2002, p. C5, Caderno Cotidiano.

QUEM perde com o novo Plano Diretor de São Paulo? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 2002, pp. A19-A22. Seção Mundo; e **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 2002, pp. B7-B10. Caderno Economia.

RAPOSO Tavares terá passarelas em Cotia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1980, p. 20.

RAPOSO Tavares, o perigo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1973, p. 7.

RAPOSO Tavares: perigo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 1978, p. 34.

REDE 2 DE OUTUBRO. Manifesto pelo fim dos massacres. **Caros Amigos**, São Paulo, 27 set. 2012. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/direto-dos-movimentos/2555-manifesto-pelo-fim-dos-massacres>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

RIBEIRO, Bruno e COSTA, Nataly. Lotação da Estação Paulista já supera, proporcionalmente, a da Sé. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2012, p. C1. Caderno Metrópole.

RIBEIRO, Bruno. Governo do Estado recorre a ônibus grátis para desafogar trem e metrô. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 set. 2012, p. C1. Caderno Metrópole.

RIBEIRO, Bruno. Promotor investiga estudo de impacto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2010, p. C3. Caderno Cidades/Metrópole.

RODOVIA avançará 60 km. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1968, p. 16.

RODOVIA d'Oeste sai antes de Sodré. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 1968, p. 38.

RODOVIA Raposo Tavares receberá três passarelas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 abr. 1981, p. 18

RODOVIA Raposo Tavares será duplicada até Cotia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1981, p. 17.

- RODOVIA São Paulo Curitiba: obra que enaltece a engenharia brasileira! **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1961, p. 13, 1º caderno.
- SALDAÑA, Paulo. Jockey vai dar chácara e parcelar IPTU de novo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2011, p. C6. Caderno Cidades/Metrópole.
- SÃO PAULO: conheça os oficiais da PM que dirigem a sua Subprefeitura. **Casa de Cultura Digital**, São Paulo, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.apublica.org/2012/08/militarizacao-subprefeitura-sao-paulo/>>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- SEGAWA, Hugo. O livro de cabeceira do prefeito Serra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jan. 2005, p. J6. Caderno Aliás.
- SILVA, José Benedito da. Com passageiros em queda, SP pode ter nova rodoviária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 mar. 2011, p. C10. Caderno Cotidiano.
- SILVA, José Benedito da. Kassab desengaveta projeto para duas novas rodoviárias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2012, p. C3. Caderno Cotidiano.
- SILVA, José Benedito e GERAQUE, Eduardo. Novas linhas somam 99 km à rede de metrô. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 ago. 2012, p. C3.
- SINDUSCON-SP. Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo. Apetite arrecadatório. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2002, p. B8. Caderno Dinheiro.
- SOUZA FILHO, Altair Moreira de. São Paulo não precisa de mais rodoviárias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2012, p. A3. Seção Tendências/Debates.
- SOUZA, Jéssica Santos de. Já lotada, Linha 4 do Metrô-SP ganha novas estações e promessa de mais usuários. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2011/09/ja-lotada-linha-4-do-metro-paulistano-ganha-novas-estacoes-e-promessa-de-mais-usuarios>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- SP tem espaço para outra SP, diz secretário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1997, p. 3-3, Caderno São Paulo.
- SPINELLI, Evandro. Prefeitura vai recalculer bônus de operação urbana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2010, p. C3. Caderno Cotidiano.
- SURGE no Butantã a primeira federação dos favelados. **Diário Popular**, São Paulo, 18 abr. 1983.
- TAMBÉM a paineira do Butantã chega ao fim. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1974, p. 14.
- TAVARES, Bruno e BRANCATELLI, Rodrigo. Jockey quer ceder parte da área para construção de shopping e prédios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2010, p. C1. Caderno Metrópole.
- TAVARES, Bruno et al. Jockey Club tem bens penhorados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2009, p. C1. Caderno Metrópole.
- TOMAZELA, José Maria. Grupo planeja novo aeroporto em Ibiúna. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2012, p. B11. Caderno Economia.
- TOMAZELA, José Maria. Plano prevê duplicar Raposo até Cotia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 2011, p. C1. Caderno Metrópole.
- TRANSURBANISMO, uma fuga da cidade grande. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1979, p. 68.
- TRECHO da Raposo Tavares será duplicado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 mar. 1982, p. 20.
- UM inquérito policial: “grilleiro phantastico”. **Folha da Manhã**, São Paulo, 30 nov. 1927, p. 7. Seção “Grillos e Grilleiros”.
- VÁ ainda hoje ver o artesanato paulista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 out. 1969, p. 4. Suplemento Feminino.
- VALENTE, Edson. Classe média desbrava o eixo leste-oeste da cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2005, p. 4. Caderno Imóveis.
- VALLE, Caio do. Rodoviária na V. Sônia exigirá 74 remoções. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 2012, p. C5. Caderno Cidades/Metrópole.
- VELHA paineira do Butantã pode ser substituída por um viaduto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1969, p. 6.

- VELHA paineira resiste a caminhão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 mai. 1973, p. 8.
- VIA do Oeste e Anel Rodoviário vão sair. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 jun. 1967, p. 30.
- VILA GOMES: presidente de SAB fala de seus problemas. **Diário Popular**. São Paulo, 12 jul. 1976.
- VIZONI, Adriano. Construção se adapta a contorno de imóveis isolados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 2011, p. C4. Caderno Cotidiano.
- WARTH, Anne. Moradores reclamam de duplicação da Raposo Tavares. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-reclamam-de-duplicacao-da-raposo-tavares,769607,0.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2013.
- ZANCHETTA, Diego e BURGARELLI, Rodrigo. Parque Chácara do Jockey. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2012, p. C10. Caderno Cidades/Metrópole. Seção SP na Gaveta.

## Material cartográfico

- BASE AEROFOTOGRAMETRIA E PROJETOS S/A. São Paulo, 1972/1973. 16 fotografias aéreas. Fxs. 291G, 292G e 293G.\*
- BASE S/A. São Paulo, 1994. 10 fotografias aéreas. Escala 1:25.000. Fxs. 8A e 9A.\*
- GOOGLE EARTH, versão 7.0.3.8542. Maplink/Digital Globe, 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. Folha de São Roque. São Paulo, 1908. Escala 1:100.000.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Instituto Agrônomo. São Paulo, 1962. 16 fotografias aéreas. Fotos nº 3.887 a 3.894, 3.917 a 3.920 e 9.234 a 9.237.\*
- SÃO PAULO (Município). Directoria de Obras e Viação. Planta da Cidade de São Paulo. Edição Provisória, aprovada pelo Acto nº 972, de 24 ago. 1916. Escala 1:20.000.
- SÃO PAULO (Município). Planta da Cidade de São Paulo. Levantada e organizada pelo Eng. Civil Alexandre M. Cococi e L. Fructuoso Costa, 1913. Escala 1:15.000. Planta do Districto de Paz do Butantan. Escala 1:20.000.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura (SMC)/Departamento de Patrimônio Histórico (DPH). **São Paulo antigo: plantas da cidade**. Plantas de 1810 a 1897. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/index.html>>. Acesso em: 18 maio 2013.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). **Infocid@de**. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 18 maio 2013.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA) e Assessoria Técnica de Operações Urbanas (ATOU). **Operação Urbana Vila Sônia**. Diretrizes de Projeto. Set. 2004. Fls. 1A a 10.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPPLA). **Plano Diretor Estratégico**. Lei Municipal nº 13.430, de 13 set. 2002. 10 mapas temáticos.
- SÃO PAULO (Município). Subprefeitura do Butantã. **Plano Regional Estratégico**. Lei Municipal nº 13.885, de 25 ago. 2004. 5 mapas temáticos. Escala 1:18.000.
- SARA BRASIL S/A. Mappa Topographico do Municipio de São Paulo, 1930. 10 mapas topográficos. Escala 1:5.000. Fls. 33, 34, 46 a 49 e 60 a 63.
- THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER. Planta da Cidade de São Paulo e Municipios Circumvizinhos. Janeiro de 1943. Escala 1:50.000.

\* Adquiridas junto Arquivo de Fotografias Aéreas do Laboratório de Sensoriamento Remoto (AFA-LASERE) do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.